



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ISAAC CASSEMIRO RIBEIRO

Morada de Casas:

cultura material, domesticidades e mudanças sociais

(Minas Gerais, Sabará - século XVIII)

Belo Horizonte, Minas Gerais
Novembro de 2019.

ISAAC CASSEMIRO RIBEIRO

Morada de Casas:

cultura material, domesticidades e mudanças sociais

(Minas Gerais, Sabará - século XVIII)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: José Newton Coelho Meneses.

Belo Horizonte, Minas Gerais
Novembro de 2019.

981.51
R484m

Ribeiro, Isaac Cassemiro.

Morada de casas [manuscrito] : cultura material, domesticidades e mudanças sociais (Minas Gerais, Sabará - século XVIII) / Isaac Cassemiro Ribeiro. - 2019.

531 f. : il.

Orientador: José Newton Coelho Meneses.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. Habitações – História - Teses.
3.Cultura material - Teses. 4. Sabará (MG) – Teses.
I. Meneses, José Newton Coelho. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



"Morada de Casas: cultura material, domesticidades e mudanças sociais (Minas Gerais, Sabará - século XVIII)"

Isaac Cassemiro Ribeiro

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Mauro Lúcio Leitão Condé - Presidente
UFMG

Profa. Dra. Leila Mezan Algranti
UNICAMP

Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade
UFSJ

Prof. Dr. Carlos Magno Guimaraes
UFMG

Profa. Dra. Márcia Almada
UFMG

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2019.

À Marcela Soares Milagre,
meu amor.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha esposa, Marcela Soares Milagre, pela paciência e auxílio em infindáveis visitas aos arquivos, pesquisas de campo, levantamentos bibliográficos e na revisão dessas extensas e tediosas páginas. Seu amor confortante e sua perene companhia, nas várias mudanças de casas que esse trabalho implicou, tanto dentro quanto fora do território nacional, me deixaram um ensinamento profundo: nosso lar é em qualquer lugar, onde você e eu estivermos juntos! Sou sempre grato ao apoio e formação que meus pais, Luiz e Aila, me deram, sem os quais eu não teria como seguir na vida acadêmica. Em especial à minha mãe (de quem herdei a profissão de professor), filha de migrantes nordestinos que sonharam em conquistar nas Minas uma vida melhor, e sua “casa própria”; mas que, à semelhança da maioria dos brasileiros, depois de décadas de trabalho e suor, não conseguiram. Com grandes dificuldades, apoiada por meu pai, mas também por sua irmã, em um momento decisivo, a tia Ângela (a quem também agradeço, in memoriam); minha mãe conquistou (ou melhor, não perdeu), mesmo que após uma geração, o sonho de seus pais: a casa de nossa família. Também agradeço aos meus avós paternos, João e Cida, que sempre me apoiaram, e no último momento garantiram a nossa propriedade. Todavia, a materialidade de minha história pessoal só pode ser compreendida dentro da continuidade que nos liga, e que meu avô materno, Antônio Cassemiro da Silva, semeou entre nós: a máxima de que “o estudo é a melhor herança que os pais podem deixar para seus filhos, pois ele, ninguém pode tirar”. Agradeço aos meus irmãos, André e Laiz, com os quais eu sempre pude contar, nos piores e melhores momentos desse percurso.

Meus sogros, Lia e José Fernandes, pelo apoio e confiança. Fora do âmbito pessoal, meus maiores agradecimentos vão para o prof. José Newton Coelho Meneses, orientador e amigo, em quem encontrei grande afinidade no gosto por certas temáticas e abordagens acadêmicas que resultaram nesse trabalho. Mesmo antes de minha inserção no programa de pós-graduação da UFMG, sempre estive aberto ao diálogo, ouvindo com atenção minhas hipóteses extravagantes e meus projetos faraônicos, impossíveis de serem executados, mas sem nunca os desacreditar. Também sou grato ao prof. Marcos Ferreira de Andrade, que me orientou no mestrado, na UFSJ, com quem sempre mantive amizade e troca intelectual. Nos meus arroubos pela história da arquitetura, acabei conhecendo dois grandes pesquisadores e professores dessa área, a quem sou grato pelas boas conversas, dicas e interlocução acadêmica: o prof. Marcos Vinícius Guimarães (UFSJ), e, especialmente, o prof. Vladimir Benincasa (UNESP), com quem tive o prazer de fazer extenso campo pelos “sertões” do nordeste de Minas. Ainda do tempo da graduação em Filosofia, e das pesquisas em Sociologia, sou sempre agradecido ao meu primeiro orientador, que me introduziu no universo da pesquisa acadêmica, o sociólogo prof. Eder Jurandir Carneiro (UFSJ). Agradeço também ao corpo docente da UFMG, em especial aos professores Douglas Cole Libby e Luís Cláudio Pereira Symanski, que participaram da minha banca de qualificação, com preciosas dicas e importantes críticas. Peço desculpas aos arqueólogos, na pessoa do prof. Symanski, pelas minhas desventuras nessa área de conhecimento. Agradeço à Universidade de Lisboa e à profa. Isabel Drumond Braga, docente nessa casa, e que me supervisionou durante dez meses em terras lusitanas, apresentando-me preciosa bibliografia, e permitindo-me participar de suas aulas de História da Alimentação. Agradeço também ao prof. Raphael Freitas Santos (CEFET/MG), que me apresentou e disponibilizou a versão em Access do banco de dados que fundamentou essa tese; sem essa versão, analisar a quantidade de dados que utilizamos nessa pesquisa, seria praticamente impossível. Ao analista de sistemas, Ubirajara Júnior do Carmo, egresso do curso de Sistemas de Informação do IFMG/SJE, agradeço pelo auxílio na exportação dos dados do Access, e na elaboração das planilhas no Excel. Por fim, esse exaustivo trabalho não poderia ter sido concluído sem a licença remunerada para a qualificação, de dois anos e meio, que me foi concedida enquanto membro do corpo docente do campus São João Evangelista, do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG/SJE, ao qual sou extremamente grato pelo incentivo.

Resumo

No presente trabalho apresentamos as casas coloniais mineiras, como estruturas construídas, analisando-as sob aspectos arquitetônicos, monetários e arqueológicos na perspectiva da cultura material. Notamos que a crescente valorização dos imóveis urbanos, durante todo o século XVIII, com as devidas especificidades locais, acompanharia as características transformações do mundo urbano do fim da Idade Moderna, observadas em várias partes do Globo. Nas casas das elites e de outros seguimentos urbanos, juntamente com introdução de valores como intimidade, privacidade e conforto, surgiram domesticidades modernas, observáveis na diferenciação e especialização dos cômodos das residências. Como principal fonte, utilizamos 804 Inventários *post-mortem* do termo de Sabará, com um total de 1144 bens imóveis e 798 descrições de casas, no período de 1713 a 1799. Ao adentrar nas residências, observamos os detalhes, a vida social das coisas, e o mundo dos bens, apresentando 52 tipos de móveis identificados na documentação. A disseminação de jogos de móveis, sobretudo na segunda metade do século XVIII, demarcaria também o surgimento de novos espaços nas residências das elites, inovando os rituais de sociabilidade, cada vez mais centrados na casa. De mesmo modo, veremos como a cozinha, em um movimento dialético, ao se aproximar da casa, se constituiria como um dos principais espaços aglutinadores das mudanças sociais nesse período, o que se refletiu também no “trem de cozinha”. Identificamos 85 tipos de utensílios domésticos que se encontravam nos espaços de confecção e de consumo de alimentos. Destacamos a continuidade dos artefatos de combustão e cocção dos mantimentos, bem como a introdução de novos utensílios, a exemplo de garfos e louças, disseminando valores ligados à urbanidade e ao projeto civilizador europeu. Por fim, analisamos a “sociogênese” do paladar mineiro através da materialidade e dos cultivos que predominavam em seus quintais.

Palavras-chave: cultura material, domesticidade, habitações, móveis, cozinhas, história da alimentação.

Abstract

In the present work we present the colonial houses of Minas Gerais, as constructed structures, analyzing them under architectural, monetary and archaeological aspects from the perspective of material culture. We note that the increasing appreciation of urban properties, throughout the 18th century, with due local specificities, would accompany the characteristic transformations of the urban world at the end of the Modern Age, observed in various parts of the Globe. In the homes of elites and other urban segments, together with the introduction of values such as intimacy, privacy and comfort, modern domesticities have emerged, which can be observed in the differentiation and specialization of the rooms of the residences. As the main source, we used 804 post-mortem inventories of the Sabará term, with a total of 1144 real estate and 798 house descriptions, from 1713 to 1799. When entering the homes, we observed the details, the social life of things, and the world of goods, presenting 52 types of furniture identified in the documentation. The spread of furniture sets, especially in the second half of the 18th century, would also demarcate the emergence of new spaces in the homes of elites, innovating the sociability rituals, increasingly centered on the home. In the same way, we will see how the kitchen, in a dialectical movement, when approaching the house, would constitute itself as one of the main agglutinating spaces of social changes in this period, which was also reflected in the “kitchen train”. We identified 85 types of household items that were found in cooking and food consumption areas. We highlight the continuity of the artifacts of combustion and cooking of groceries, as well as the introduction of new utensils, such as forks and crockery, disseminating values related to urbanity and the European civilizing project. Finally, we analyze the “sociogenesis” of the taste of Minas Gerais through the materiality and the cultures that predominated in their backyards.

Keywords: cultural material, domesticity, housing, furniture, kitchens, food history.

Sumário

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Sumário.....	v
Lista de Abreviaturas.....	ix
Lista de Tabelas, Gráficos e Figuras	x
Introdução.....	1

UNIDADE I

Casas e Domesticidade: uma abordagem através da cultura material (Minas Gerais, século XVIII).....	27
Capítulo 1 – Espaço Vivido e a Materialidade das Habitações na Análise Arquitetônica (Minas Gerais, século XVIII).....	28
1.1 – A “Casa das Letras”: habitações, arquitetura e análise espacial dos primeiros relatos sobre as Minas do Ouro.....	33
1.2 – O Morar Mameluco e o Morar Curraleiro: interseções entre o mito da “Casa Bandeirista” e as “Casas dos Sertões do Norte”	42
1.3 – O Mito da Mineiridade e a “Típica Casa de Fazenda Colonial Mineira”	57
1.4 – Casas Urbanas nas Minas Setecentistas	64

Capítulo 2 - Espaço Concebido e Habitações nos Inventários <i>post-mortem</i> do Termo de Sabará (Minas Gerais, séculos XVIII)	74
2.1 – Composição da Riqueza Herdada e Imóveis nos Inventários <i>post-mortem</i> do Termo de Sabará (séc. XVIII).....	74
2.2 – Imóveis Rurais e as Conjunturas da Economia Mineradora: conexões e diversificação na estrutura produtiva Setecentista.	82
2.3 – A Crescente Alta dos Imóveis Urbanos no Fim da Época Moderna: urbanização e as “peripécias de uma transformação geral”	85
2.4 – O Processo de Verticalização das Casas entre as Elites e os Padrões da Propriedade Residencial	94
Capítulo 3 – As Vozes do Espaço Doméstico: sintaxe espacial e arqueologia das habitações (Minas Gerais, século XVIII)	103
3.1 – A aplicação do “Modelo <i>Gamma</i> ” e dos índices de Blanton na Arqueologia das Habitações.....	103
3.2 – Das Casas Unicelulares às Casas de Sobrado: a crescente busca pela diferenciação e especialização dos espaços	106
3.3 – Oposições entre o Rural e o Urbano no Controle da Circulação no Interior das Casas	109
3.4 – O “Controle do Espaço Comum” e as “Gradações de Intimidade” na Crescente Restrição ao Exterior	113

UNIDADE II

O “recheio da casa”: bens móveis e mobiliário na constituição de novas domesticidades	116
--	-----

Capítulo 4 – Das caixas às cômodas: anseios de verticalização nos móveis de conter	117
4.1 – Caixas e mais caixas: a longa permanência de um mobiliário de guarda multifuncional.....	129
4.2 – Baús, canastras e arcas: diversificações horizontais no mobiliário de guarda.	142

4.3 – Armários, Estantes e Prateleiras: “compostura”, impulsos verticalizantes e a origem de um “repertório masculino” – a “sala de escritório”	149
4.4 – Cômodas e comodidades: a materialização da privacidade através de “uma arrumação mais racional, secreta e íntima”	170
Capítulo 5 – A mesa, o bufete e a banca: continuidades e novas necessidades na diversificação do mobiliário de apoio	180
5.1 – “Uma tábua com pés que servem de mesa”: do imprevisto à consolidação da mesa nos rituais de refeição.	180
5.2 – “Grandes Mesas de Jacarandá com suas gavetas”: a valorização da comensalidade através de um artefato	189
5.3 – O “Bufete”: uma mesa de aparato, serviço e apoio	196
5.4 – Bancas, Estrados e Oratórios: especialização dos “móveis ligeiros” e continuidade de um “repertório feminino”	198
Capítulo 6 – Ócio, conforto e sociabilidades: elementos materiais do direito ao descanso, ao convívio e à preguiça	214
6.1 – Por uma história social do sono: das redes à ascensão do catre e a distinção aristocrática do leito.....	214
6.3 – Bancos e Tamboretas: da “proximidade imposta” dos assentos coletivos ao ajuste individual dos novos rituais de sociabilidade	241
6.4 – Cadeiras do <i>pater familias</i> , dos rituais de sociabilidade, e da sala de jantar: a exiguidade de um móvel com usos em mutação.....	272
6.5 – A Preguiça e o “Preguiceiro”: uma História de “tecnologia microscópica do cotidiano”	284
UNIDADE III	
Casa e Cozinha: uma história da alimentação através dos elementos materiais da cultura.....	290
Capítulo 7 – De áreas de serviços a cozinhas: a produção de um “novo” espaço integrado à casa	291

7.1 – A dualidade da cozinha como área de serviço dispersa ou espaço integrado (da Antiguidade Clássica ao fim da Idade Média).....	291
7.2 – A cozinha como anexo: o aperfeiçoamento das “zonas de serviço” na Idade Moderna	302
7.2 – Da cozinha tropical (mameluca e crioula) à cozinha europeia aburguesada e senhorial: contradições em uma realidade colonial	317
7.3 – Evidências materiais de uma cozinha fragmentada: o forno e a trempe	331
Capítulo 8 – “Trem de cozinha”, louças e baixela de prata: percursos de diferenciação e especialização dos utensílios domésticos	342
8.1 – Utensílios básicos do trem de cozinha setecentista	345
8.2 – Utensílios casuais do trem de cozinha mineiro setecentista	383
8.3 – Garfos e talheres: índices civilizacionais europeus e objetos de distinção na América Portuguesa	398
8.4 – A presença de louças nos Inventários como indicativo da introdução de novos hábitos de consumo.....	415
Capítulo 9 – Hortas e quintais: o alimento que se colhe em casa	431
9.1 – Origens medievais das hortas e quintais	432
9.2 – A “Sociogênese do Paladar” na Composição dos Quintais Mineiros.....	437
9.3 – Bananeiras e árvores de espinho na sociogênese do paladar mineiro.....	446
9.4 – Cercar a horta e o quintal: posse privada e diferenças sociais	456
Considerações Finais	463
Referências Bibliográficas	468
Anexos.....	495

Lista de Abreviaturas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino.

APM – Arquivo Público Mineiro.

BDITCRV – Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

M.N.A.A. – Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa, Portugal).

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN).

Lista de Tabelas, Gráficos e Figuras

Tabelas

Tabela 1 - Composição da Riqueza nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (século XVIII)	79
Tabela 2 - Composição da Riqueza nos Inventários das Comarca do Rio das Velhas, Vila Rica e Rio das Mortes (1750-1779)	81
Tabela 3 - N° de Casas de Sobrado ou Assobradadas Avaliadas nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas, por décadas (séc. XVIII)	95
Tabela 4 - N° de Casas por Proprietários nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (século XVIII)	100
Tabela 5 – N° de Inventários com “Móveis Raros”	129
Tabela 6 – Forma original de plantas de fazendas da antiga comarca de Sabará (séculos XVIII, XIX e XX)	326
Tabela 7 – N° de Inventários com “Utensílios Domésticos Raros” (f. $\geq 5 < 2$)	397
Tabela 8 – N° de Inventários com “Utensílios Domésticos Raros” (f. = 2)	397

Tabela 9 – Nº de Inventários com “Utensílios Domésticos Raros” (f.=1)	398
Tabela 10 – Inventários com Garfos no Termo de Sabará (séc. XVIII)	402
Tabela 11 - Habitações Descritas com Quintais, Hortas, Bananeiras e Árvores de Espinho no Termo de Sabará (séc. XVIII)	440
Tabela 12 - Materiais de Construção das Cercas e Muros dos Quintais e Hortas no Termo de Sabará (séc. XVIII)	457

Gráficos

Gráfico 1 - Composição da Riqueza nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (século XVIII)	80
Gráfico 2 - Composição da Riqueza nos Inventários das Comarca do Rio das Velhas, Vila Rica e Rio das Mortes (1750-1779)	82
Gráfico 3 - Evolução dos Preços Médios dos Imóveis Rurais nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas, em réis (século XVIII)	83
Gráfico 4 - Cálculo da Produção de Ouro no Brasil no século XVIII, em kg	84
Gráfico 5 - Evolução dos Preços Médios dos Imóveis Urbanos nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas, em réis (século XVIII)	86
Gráfico 6 - Evolução do Percentual de Habitações Urbanas Avaliadas Isoladamente nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (séc. XVIII)	87
Gráfico 7 - Evolução do Valor Médio das Habitações Urbanas Avaliadas Isoladamente nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (séc. XVIII)	88
Gráfico 8 - Percentual de Habitações Rurais Avaliadas Isoladamente nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (séc. XVIII)	89
Gráfico 9 - Evolução do Valor Médio das Habitações Rurais Avaliadas Isoladamente nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (séc. XVIII)	90
Gráfico 10 - Nº de Casas de Sobrado ou Assobradadas Avaliadas nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas, por décadas (séc. XVIII)	96

Gráfico 11 - Percentagem Aproximada do Nº de Casas por Proprietários nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (século XVIII)	101
Gráfico 12 - Índices de Escala das Habitações em Minas Gerais (c. 1700 - 1793)	109
Gráfico 13 - Índices de Integração das Habitações em Minas Gerais (c. 1700 - 1793)	110
Gráfico 14 - Índices de Integração das Habitações Urbanas em Minas Gerais (c. 1725 - 1760)	111
Gráfico 15 - Índices de Integração das Habitações Rurais em Minas Gerais (c. 1740 - 1793)	111
Gráfico 16 - Índices de Complexidade A das Habitações em Minas Gerais (c. 1700 - 1793)	112
Gráfico 17 - Índices de Complexidade B das Habitações em Minas Gerais (c. 1700 - 1793)	113
Gráfico 18 - Índices de Complexidade B das Habitações Urbanas em Minas Gerais (c. 1725 - 1760)	114
Gráfico 19 - Índices de Complexidade B das Habitações Rurais em Minas Gerais (c. 1740 - 1793)	114
Gráfico 20 - Composição dos Bens Profissionais ou Pessoais nos Inventários do termo de Sabará (séc. XVIII)	124
Gráfico 21 - Nº de Inventários com "Móveis mais Frequentes" ($f. \geq 100$)	125
Gráfico 22 - Nº de Inventários com "Móveis Muito Frequentes" ($f. \geq 50 < 100$)	126
Gráfico 23 - Nº de Inventários com "Móveis Pouco Frequentes" ($f. \geq 18 < 50$)	127
Gráfico 24 - Nº de Inventários com "Móveis Excepcionais" ($f. \geq 5 < 18$)	128
Gráfico 25 - Evolução do Percentual de Inventários com Catres no Termo de Sabará (1713 - 1799)	220
Gráfico 26 - Nº de Inventários com "Utensílios Domésticos mais Frequentes" ($f. \geq 100$)	346

Gráfico 27 - Nº de Inventários com "Utensílios Domésticos muito Frequentes" (f. ≥ 50 < 100)	363
Gráfico 28 - Inventários com Bebidas Alcoólicas em "Estoques"	371
Gráfico 29 - Nº de Inventários com Tipos de Alimentos nos "Estoques" com Frequência Menor que Nove (f. < 9)	372
Gráfico 30 - Nº de Inventários com "Utensílios Domésticos Frequentes" (f. ≥ 26 < 50)	375
Gráfico 31 - Nº de Inventários com "Utensílios Domésticos pouco Frequentes" (f. ≥ 10 < 26)	384
Gráfico 32 - Nº de Inventários com "Utensílios Domésticos Excepcionais" (f. ≥ 6 < 10)	391
Gráfico 33 - Evolução da Presença dos Garfos nos Inventários do Termo de Sabará (séc. XVIII)	401
Gráfico 34 - Nº de Inventários com Tipos de Alimentos nos "Estoques" com Frequência Maior ou Igual a Nove (f. ≥ 9)	407
Gráfico 35 - Frequência nos Inventários e Tipos de Objetos da Baixela de Prata	410
Gráfico 36 - Tipologias de Louças nos Inventários do Termo de Sabará (séc. XVIII)	417
Gráfico 37 - Tipos de Peças de Louça nos Inventários do Termo de Sabará (séc. XVIII)	428
Gráfico 38 - Evolução dos Utensílios Ligados ao Consumo de Bebidas Exóticas nos Inventários (séc. XVIII)	429
Gráfico 39 - Habitações Descritas com Quintais, Hortas, Bananeiras e Árvores de Espinho no Termo de Sabará (séc. XVIII)	440
Gráfico 40 - Composição dos Quintais no Termo de Sabará (séc. XVIII)	442
Gráfico 41 - Composição das Hortas no Termo de Sabará (séc. XVIII)	445
Gráfico 42 - Materiais de Construção das Cercas e Muros dos Quintais e Hortas no Termo de Sabará (séc. XVIII)	458

Figuras

Figura 1 – “Casas Bandeiristas” em Tatuapé (São Paulo) e Amarantina (Minas Gerais).	46
Figura 2 – “Primitiva” Casa de Sertanejo dos Sertões do Norte	51
Figura 3 – Casas dos Sertões do Norte: sedes das fazendas Capim de Raiz, Bom Jesus e Coqueiros (Bahia)	52
Figura 4 – Quinta do Sumidouro ou Casa de Fernão Dias, século XVIII (Pedro Leopoldo, MG)	54
Figura 5 – Sede da Fazenda Vereda, c. 1741 (Esmeraldas – MG)	56
Figura 6 – Sede da fazenda Ponte Alta (2ª metade do século XVIII, Pitangui-MG) ...	61
Figura 7 – Sede da Fazenda das Minhocas (2ª Metade do século XVIII, Jaboticatubas – MG)	64
Figura 8 – Modelo de Planta Baixa das Casas Térreas Urbanas do Período Colonial	66
Figura 9 – Sobrado da Casa de Intendência e Fundação, c. 1751 (Museu do Ouro, Sabará – MG)	71
Figura 10 – Sobrado do Padre Corrêa, c. 1773 (Prefeitura de Sabará, MG)	73
Figura 11 – Fazenda Jaguara em foto de Augusto Riedel (c. 1868 – 1869)	93
Figura 12 – Exemplo de Decomposição de Planta-Baixa em gráfico <i>Gamma</i> e aplicação dos índices de Blanton	105
Figura 13 – Caixão de Guardar Mantimentos, fazenda Bom Retiro – Oliveira (MG).	131
Figura 14 - Caixa de Vinhático com Molduras em Jacarandá e fechadura de ferro batido - Século XVIII (Museu Regional de São João del-Rei, MG)	138
Figura 15 – Baú ao pé de um catre, Paço dos Duques em Guimarães (Portugal)	143

Figura 16 – Baú de viagem do séc. XVIII em couro e pregaria miúda (Museu da Inconfidência, Ouro Preto – MG)	143
Figura 17 – Caixa do séc. XVIII denominada “Arca de Noiva” (Museu do Ouro, Sabará – MG)	149
Figura 18 – Armários Pintados do Século XVIII (Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte; Museu da Inconfidência, Ouro Preto – MG)	153
Figura 19 – Pequeno Armário de Guardar Documentos, sec. XVIII (Museu do Ouro, Sabará – MG)	155
Figura 20 – Forro Policromado Atribuído à Biblioteca do Padre Corrêa (Sabará, MG).	167
Figura 21 – Estante com armário embutido (Museu do Ouro, Sabará)	169
Figura 22 – Cômoda da Fazenda Jaguara de autoria atribuída a Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho) (Museu do Ouro, Sabará – MG)	174
Figura 23 – Reconstituição de uma “Sala de Escritório” Setecentista com Cômoda-papeleira do século XVIII (Museu do Ouro, Sabará – MG)	179
Figura 24 – Cena e Ambiência da Refeição de um Nobre Português no século XVI ...182	
Figura 25 – Sala de Refeições, fazenda Bom Retiro – Oliveira (MG)	184
Figura 26 – Mesa de Madeira com duas gavetas (Sabará, século XVIII)	186
Figura 27 - Mesa em Jacarandá procedente da Casa dos Contos (2ª metade do século XVIII)	188
Figura 28 - Mesa de aba e cancela que pertenceu à fazenda Jaguara – século XVIII (Museu do Ouro – Sabará)	194
Figura 29 – Reconstituição de Estrados com Móveis do Século XVIII (Palácio dos Azuarara, Lisboa – Palácio dos Biscainhos, Braga)	203
Figura 30 – Estrado em Aquarela de Debret – 1827	204
Figura 31 – Capela Doméstica no Salão Nobre do Sobrado do Padre Corrêa (Sabará – MG)	213

Figura 32 – Catres Toscos de Pau Branco e Catres Torneados de Pau Preto em Ex-Votos do século XVIII (Congonhas e São João del-Rei, MG)	224
Figura 33 – Catres Toscos de Pau Branco e Catres Torneados de Pau Preto em Ex-Votos do século XVIII (Congonhas e São João del-Rei, MG)	228
Figura 34 – Catres Torneados de Pau Preto com Preparações para Armação em Ex-Votos do século XVIII (Congonhas e Ouro Preto, MG)	230
Figura 35 – Leitos com Dossel em Ex-votos Setecentistas (Congonhas, MG)	232
Figura 36 – Leito de Dossel Setecentista Mineiro (Museu do Ouro, Sabará – MG)	234
Figura 37 – Banco de Encosto em Ex-Voto originário de Gouveia, comarca do Serro - 1765 (Congonhas, MG)	245
Figura 38 – Banco de Encosto ou “Banco Mineiro”, século XVIII (Museu do Ouro, Sabará)	247
Figura 39 – Arquibanco (Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte – MG)	249
Figura 40 – Tamborete “raso” em ex-voto de 1732	253
Figuras 41 – Tamboretas “rasos” do século XVIII (Ouro Preto e Salvador)	255
Figura 42 – Cadeira de Pau Branco com Características Seiscentistas e Poltrona do séc. XIX (Museu do Ouro, Sabará – MG)	274
Figura 43 – Cadeira de Sola da 1ª metade do século XVIII (Museu Casa Padre Toledo, Tiradentes – MG)	279
Figura 44 - Preguiceiro e Camilha do Século XVIII	285
Figura 45 – Maquete com Reconstituição da Domus das Carvalheiras - Bracara Augusta (Braga, Portugal) – Fachada Sul	293
Figura 46 – Interiores na Maquete com Reconstituição da Domus das Carvalheiras - Bracara Augusta (Braga, Portugal)	294
Figura 47 – Casas e Quarteirões em Bracara Augusta (c. 324 d.C.) e Braga em (c. 1265 d. C.)	297
Figura 48 – Casa-Torre da Rua de Baixo (Porto - séc. XIII) e Casa Medieval com Telhado de duas Águas (Lisboa – séc. XV)	299

Figura 49 – Ruínas do Paço de Barcelos (c. 1401 – 1425), reconstituição do alçado poente e representação no Livro das Fortalezas (1509)	304
Figura 50 – Paço dos Duques de Bragança em Guimarães (1422 – 1438)	305
Figura 51 – Chaminés do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães	305
Figura 52 – Lareira no Paço dos Duques de Bragança em Guimarães	306
Figura 53 – Casa dos Biscainhos – Braga (c. 1665 – c.1712)	307
Figura 54 – Cozinha da Casa dos Biscainhos – Braga (c. 1665 – c.1712)	308
Figura 55 – Interior da Cozinha da Casa dos Biscainhos – Braga (c. 1665 – c.1712)	309
Figura 56 - Casa dos Contos – Ouro Preto / MG (c.1782 – 1784)	311
Figura 57 - Lareira de cozinha, Casa dos Contos – Ouro Preto / MG (c.1782 – 1784).	311
Figura 58 – Chaminé no antigo Hospício da Terra Santa em Sabará (c. 1760)	312
Figura 59 – Casa de Lavoura Média em Cêgoa – Celorico de Basto, Portugal (sec. XVII – XVIII)	316
Figura 60 – Fazenda do Santinho, Santana dos Montes – MG (século XVIII)	316
Figura 61 – Museu Casa de Rembrandt, Amsterdã (1627 – 1633)	320
Figura 62 – Cozinha do Museu Casa de Rembrandt, Amsterdã (1627 – 1633)	321
Figura 63 – Trempe para três panelas (Museu Casa dos Otoni, Serro – MG)	336
Figura 64 – Fogão a Lenha em Girau na aldeia Mirueira (etnia Pataxó) – Fazenda Candonga (Guanhães MG)	338
Figura 65 – Fogão a Lenha Tradicional, sem Forno Lateral – Museu Casa de Juscelino, Diamantina (MG)	338
Figura 66 – Tacho de Cobre Pequeno, Médio e Grande	347
Figura 67 – Antigos Pratos de Estanho	348
Figura 68 – Antigas Bacias de Cobre	352
Figura 69 – Antiga Bacia e Jarro de Estanho “de Água as Mãos”	356

Figura 70 – Chocolateiras Antigas (séculos XVIII e XIX)	361
Figura 71 – Forno de Torrar Farinha com Tacho de Ferro, séc. XIX (Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte – MG)	365
Figura 72 – Jarro (ou Gomil) e Bacia de Prata, século XVIII (Museu do Ouro, Sabará – MG)	365
Figura 73 – Almofariz de Bronze Medieval (Irã, séc. VIII – XI) e Almofariz de Bronze Brasileiro (Minas Gerais, séc. XVIII – XIX)	367
Figura 74 – Frascos de Vidro – séculos XVIII e XIX	369
Figura 75 – Caldeirões, Trempes e Chocolateira na cozinha da Casa dos Biscainhos (Braga – séculos XVII – XVIII)	373
Figura 76 – Garfo de Ferro com Três dentes (Casa Bandeirista de Amarantina, MG) e Garfos de Ferro com Cabo de Madeira (Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte, MG)	404
Figura 77 – Colheres, garfos, facas, faqueiro e saleiro de prata (séc. XVIII)	409
Figura 78 – Pannel de Azulejos do séc. XVIII com decurso de uma refeição (Lisboa, Palácio dos Guiões)	413
Figura 79 – Reconstituição de Sala de Jantar no Palácio dos Viscondes de Azurara, Lisboa (séculos XVIII – XIX)	414
Figura 80 – Travessa de “Louça da Índia” e Travessa de Louça Inglesa – Tiradentes, Museu Casa do Padre Toledo (séc. XVIII)	416
Figura 81 – Prato de Porcelana Chinesa oriunda de Macau, proveniente de Sabará, séc. XVIII (Museu do Ouro, Sabará – MG)	420
Figura 82 – Jarro de Louça Portuguesa de 1637 - Ludwig Roselius Museum – Bremen (Alemanha)	421
Figura 83 – Bordas de Pratos de Louça Inglesa decorados em Shell Edged Pattern azul – Pequenos Achados Arqueológicos da Casa da Intendência (Sabará – MG)	425
Figura 84 – Reconstituição de Prato de Louça Inglesa, Padrão Blue Shell-Edged – Norte dos EUA (c.1770-1820)	426

Figura 85 – Bule Antigo de Cobre, Tiradentes (MG)	430
Figura 86 – Quintais da cidade murada de Castelo Branco, por Duarte de Armas – Portugal (c. 1509)	434
Figura 87 – Quintais no Mapa de Braga da obra de Georg Braun (1594)	435
Figura 88 – Quintal no Mapa das Ruas de Braga de 1750	436
Figura 89 – Quintais na Aquarela de Thomas Ender que retrata Mariana (MG) em 1817	438
Figura 90 – Quintal Urbano na Casa da Chica da Silva, Diamantina (MG)	443
Figura 91 – Patamares de nível em alvenaria de pedra no Quintal da Casa da Chica da Silva, Diamantina (MG)	444
Figura 92 - Natureza morta com citrinos por Josefa de Óbidos (c. 1660)	451

Introdução

Diversos historiadores observaram que no século XVIII as casas de artesãos e outros trabalhadores de meios urbanos europeus foram predominantemente unicelulares.¹ No meio rural, essa situação estendia-se a outros grupos sociais, e até o final do Setecentos, a maioria das habitações se resumia a apenas um compartimento.² “Privacidade” e “individualidade” não foram imprescindíveis em uma Paris setecentista, por exemplo, onde apenas um décimo das habitações possuía um quarto de dormir separado de outro compartimento da casa³, e cerca de um terço das famílias vivia em um só cômodo.⁴ Na América Portuguesa o quadro não era muito diferente. A maioria da população, escravizada ou pobre, amontoava-se em cubículos de apenas um

¹ Para França, ver: ARIÈS, Philippe. *História Social da Infância e da Família*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p. 258 – 259; FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. (2ª ed.). Lisboa: Editora Estampa, 1995, p. 101; ROCHE, Daniel. *O Povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 169 – 170; PARDAILHE-GALABRUN, Annik. *The Birth of Intimacy: privacy and domestic life in early modern Paris*. Cambridge: Polity Press, 1991, p. 42; 44. Em Portugal: MADUREIRA, Nuno Luís. *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa 1740 – 1830)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 141. Para o Reino Unido: WEATHERILL, Lorna. *Consumer Behaviour & Material Culture in Britain 1660 – 1760*. London-New York: Routledge, 1988, p. 94.

² BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XVI – XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, v.1. *As Estruturas do Cotidiano*, p. 245, 246; FLANDRIN, Jean-Louis. *Op. Cit.* (1995), p. 102; ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais*. Nascimento do consumo. Séc. XVII – XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 130.

³ ROCHE, Daniel. *Le peuple de Paris*, p. 120. *Apud*. MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 141.

⁴ PARDAILHE-GALABRUN, Annik. *The Birth of Intimacy*. Privacy and Domestic Life in Early Modern Paris. Cambridge: Polity Press, 1991, p. 42.

compartimento.⁵ Mesmo entre os senhores de escravo a vida doméstica se resumia a poucos aposentos.⁶ Como veremos, “casas grandes” e “sobrados” constituíam a exceção na realidade das moradias da época. Restringindo-se a pouquíssimos potentados, grande parte delas foi edificada já no fim do período colonial.⁷ Na América Inglesa, de modo semelhante, apenas em meados do século XVIII começaram-se a construir casas com quartos de dormir separados de outros espaços da residência.⁸

Em fins do Setecentos essa situação vai mudando paulatinamente em várias partes do globo. E na segunda metade do século XIX, já vemos consolidados valores como *privacidade, intimidade, individualidade e conforto*. O desenvolvimento social desses “anseios”, nos séculos anteriores, só foi possível, em grande medida, devido à produção de espaços e objetos que os materializaram no processo de surgimento de novas domesticidades. No presente estudo analisamos esse tema a partir da “cultura material”, buscando observar a criação de novos modos de morar que procuravam atender a necessidades culturais originadas na Idade Moderna, mas que se tornariam predominantes somente na contemporaneidade. A própria materialidade das habitações setecentistas nos permitiu considerar essas mudanças. O surgimento de novas domesticidades nos mostra – da mesma forma que outros processos culturais mais frequentemente estudados, como a urbanização e a industrialização –, que as alterações nos modos de morar foram cruciais para a constituição do homem contemporâneo. Esse movimento caminhou junto com o desenvolvimento do capitalismo global, porém não se confundiu com ele, e muitas vezes se desenvolveu mesmo à parte, atendendo a dinâmicas próprias e autóctones das especificidades coloniais. Isso, mesmo se considerarmos a já evidenciada importância dos mundos coloniais na formação do sistema de produção capitalista, sobretudo através da oferta de matérias primas baratas, baseadas na mão de obra escravizada, e na ampliação dos mercados para áreas de

⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 99.

⁶ Dentre outros exemplos levantados por Leila Mezan Algranti, segundo os relatos de Koster, na Paraíba, mesmo no início do século XIX, a casa do capitão-mor dividia-se em apenas dois quartos. ALGRANTI, Leila Mezan. (1997), p. 105.

⁷ ALGRANTI, Leila Mezan. (1997), p. 90.

⁸ SHEUMAKER, Helen; WAJDA, Shirley Teresa. *Material culture in America: understanding everyday life*. Santa Barbara, Califórnia; Denver, Colorado; Oxford, England: ABC-CLIO, 2008, p. 64.

comércio exclusivo, no caso das Américas.⁹ Nosso recorte temático diz respeito mais às mudanças culturais que embasaram, e eram embasadas pelas mudanças nos consumos, do que nas mudanças das formas de produção, indubitavelmente ligadas a elas (e mais tradicionalmente estudadas), mas que não foram nosso foco.

Aqui buscamos entender como e em que medida a materialidade do processo de surgimento de novas domesticidades operou na produção de um espaço determinado: o termo da vila de Sabará, sede da Comarca do Rio das Velhas, a maior das quatro existentes na Capitania de Minas Gerais, uma região do Império Português nas Américas setecentistas. Nosso recorte geográfico abrangeu todo o território daquela vila, tanto no que diz respeito às suas áreas rurais quanto às urbanas. As últimas foram percebidas do mesmo modo como Cláudia Damasceno Fonseca as definiu: uma contiguidade e/ou proximidade de casas, nas quais “desenvolveram-se formas de sociabilidades tipicamente urbanas”.¹⁰

Para compreender a construção de todo esse território, seguimos a conceituação de Henri Lefebvre, partindo do pressuposto de que o espaço social é um *produto*¹¹, no sentido mais amplo deste termo¹², e distancia-se do espaço-natureza (o espaço físico). Na perspectiva de uma “ciência do espaço”, essa produção se dá a partir de uma tríplice interferência das relações sociais operacionalizadas na junção da “prática espacial” (o espaço percebido), com a “representação do espaço” (o espaço concebido) e os “espaços de representação” (o espaço vivido).¹³ Na América Portuguesa, o território da principal Capitania aurífera foi produzido por meio da abertura de lavras de mineração associadas à derrubada de matas para lavouras e pasto de animais, concomitantemente à fundação de ranchos, roças, currais, fazendas etc., e, especialmente, vilas e arraiais. O modo de produção escravista colonial¹⁴ português marcaria fortemente a produção desse espaço,

⁹ HOBBSAWM, Eric John Ernest. *A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011, p. 26; 373-375.

¹¹ LEFEBVRE, Henri. *A produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l’espace*. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006, p. 55.

¹² Produto é qualquer “coisa” produzida pelo homem e não necessariamente uma “mercadoria”. LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* (2006), p. 106.

¹³ LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* (2006), p. 59; 66; 68.

¹⁴ Para a definição, análise e implicações do conceito de “modo de produção escravista colonial” no Brasil, ver: GORENDER, Jacob. *O Escravidão Colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

assim como as diversas matrizes culturais que confluíram para a região, coordenadas pelo componente iberoeuropeu do elemento colonizador.

Para entendermos o processo de criação de novas domesticidades, nos inserimos no campo dos estudos da Cultura Material¹⁵ e de História da Família¹⁶, buscando investigar as principais mudanças e continuidades observáveis na produção das “casas coloniais” mineiras. Além de descrever e analisar os “elementos materiais da cultura”¹⁷ que se encontravam nestas habitações, procuramos interpretar e explicar os significados sociais atribuídos às moradias e seus objetos. Nosso recorte temporal compreendeu todo o século XVIII. Perante a continuidade intrínseca à noção de habitação, fez-se necessário a realização de uma abordagem de “longa duração”¹⁸ na tentativa de compreender as lentas e “silenciosas”¹⁹ mudanças estruturais na materialidade das casas e seus vínculos com o surgimento das domesticidades modernas. Logo, partimos da premissa de que em fins do século XVIII, assim como acontecia em outras partes do

¹⁵ Para uma definição e reconstituição histórica da noção de “Cultura Material”, ver: BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. Cultura Material. In: Enciclopédia Einaudi. *Homo-Domesticação: cultura material*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.16, 1989, p.11-47. Para um levantamento acerca da historiografia que aborda a Cultura Material, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, ver: MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Cinzas do Passado: Riqueza e cultura material no Vale do Paraopeba/MG (1840/1914)*. São Paulo: USP, 2006. (Tese de Doutorado), p. 24-49. Para uma discussão atual acerca da conceitualização em torno da materialidade da cultura, atentando para a não construção de uma dicotomia entre o material e o imaterial; entre o material e o simbólico, ver: MENESES, José Newton Coelho. Apresentação do Dossiê: Elementos materiais da cultura e patrimônio. In: *Vária História*. Vol. 27, nº 46. Belo Horizonte, jul/dez 2011; MENESES, José Newton Coelho. Cultura material no universo dos Impérios europeus modernos. “Introdução - Cultura material no universo dos Impérios europeus modernos”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série. v.25. n.1. p. 9-12. jan.-abril 2017; MENESES, José Newton Coelho; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. “Introdução - O testemunho das coisas úteis e duráveis”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-4.

¹⁶ Referimo-nos aqui aos trabalhos que, ao realizarem pesquisas no campo da História da Família no Brasil, utilizaram-se da abordagem da Cultura Material como suporte às suas investigações, principalmente aos trabalhos de Sheila Siqueira de Castro Faria e de Marcos Ferreira de Andrade. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Aqui também podemos citar o já referenciado trabalho de Cláudia Martinez sobre cultura material no Vale do Paraopeba/MG, MARTINEZ, Cláudia E. P. Marques. *Op. Cit.* (2006); LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr L. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas*. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

¹⁷ Para uma discussão atual acerca da conceitualização em torno da materialidade da cultura, ver: MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2011); MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2017).

¹⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XVI – XVIII*. Lisboa: Edições Cosmo, 1970. Tomo I, p.12.

¹⁹ *Idem*.

globo, começou-se a operar uma grande transformação no substrato da “vida material”²⁰ das populações da América Portuguesa. Na Capitania de Minas Gerais, essas mudanças iniciaram-se a passos lentos, ainda em meados do Setecentos, com a consolidação da extração mineral e a embrionária formação de uma economia voltada para o abastecimento interno, fortalecendo o comércio, a prestação de serviços, a produção manufatureira e a construção civil.²¹ Nesse território, as alterações na composição da cultura material expandiram-se juntamente com a formação das três principais rotas comerciais da Capitania: o Caminho Velho, o Caminho dos Currais do Sertão e o Caminho Novo.²² Como veremos, o princípio das mudanças na base da cultura material mineira se dariam antes mesmo dos marcos tradicionais que atendem o século XIX como o grande momento de início da modernização dos costumes no Brasil. Período demarcado pela chegada da Corte Portuguesa, na América, em 1808, e a subsequente abertura dos portos da Colônia “às nações amigas”, neste mesmo ano. Na Capitania de Minas Gerais, já em meados do Setecentos pôde-se perceber a emergência de novas sensibilidades, na busca do luxo e do conforto material, sobretudo entre as populações

²⁰ Utilizamos aqui a expressão braudeliana segundo a qual a “vida material” é “feita de rotinas, de heranças, de êxitos muito antigos” [...] “os utensílios elementares”, designando “gestos repetidos, processo empíricos”. “Uma vida elementar que, contudo, não é inteiramente suportada, nem sobretudo imóvel”. *Idem*, p.10.

²¹ É extenso o debate acerca da economia de abastecimento interno em Minas Gerais, apresentamos aqui um apanhado geral dos trabalhos que trataram desse tema, no que se refere ao século XVIII; ver: GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700 - 1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, v.1, n.2, 1988; MENESES, José Newton Coelho. *Produção de Alimentos e Atividade Econômica na Comarca do Serro Frio - Século XVIII*. Texto para discussão. Diamantina: IX Seminário sobre Economia Mineira, 2000; MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000; CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: Produção e Hierarquização social no Mundo Colonial, 1750 – 1822*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010. No que se refere ao século XIX, ver: LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento na Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979; MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista de Minas Gerais no sec. XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982; SLENES, Robert Wayne Andrew. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX. In: *CADERNOS IFCH UNICAMP*, Campinas, p.1-80, 1985; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988; ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888*. São Paulo: ANNABLUME, 2003; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. Cit.* (2008).

²² CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Op. Cit.* (1999), p. 83.

urbanas e as elites locais, de modo semelhante ao movimento que Daniel Roche identificou na França, do século XVII ao XIX, caracterizando-o como a dissolução de uma “sociedade da escassez” e o surgimento de uma “sociedade de consumo”.²³

Entendemos a “cultura material”, um dos principais conceitos que utilizamos, como a seção da realidade social comum à grande parte de um determinado grupo e dialeticamente²⁴ vinculada à materialidade, que de uma forma aparentemente paradoxal, não se trata, em última instância, da fisicalidade²⁵ de um produto cultural, mas sim da própria criação humana em si. Em outras palavras, pouco importa para os estudos de cultura material se os objetos são formados de átomos ou de energia cósmica, o que importa é que eles são produzidos pelo homem, portanto, obedecem a padrões culturais “objetificados” e/ou “externalizados” no mundo social. Deste modo, tanto uma casa quanto um software (ou uma receita culinária) podem ser entendidos como um produto da cultura material, pois são criações humanas externalizadas no mundo social. Numa perspectiva mais ampla, a cultura material se insere em uma “História do Espaço”, ou seja, na soma do conjunto de relações sociais e das formas materiais em uma sociedade determinada.²⁶

Como qualquer outro conceito das Ciências Sociais, a definição do que é a cultura material está envolta em um debate histórico que suscitou múltiplas divergências. A noção é relativamente antiga, tendo surgido no curso da segunda metade do século XIX, e remonta aos estudos sobre a pré-história de Boucher de Pethers e ao materialismo histórico de Marx e Engels, ambos evidenciando a materialidade como importante fator na construção do mundo social. Na década de 1980, Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez, em uma das primeiras tentativas de síntese sobre a noção, afirmariam que ela manteve durante esse século e meio de existência uma “flexível continuidade epistemológica”²⁷. Contudo, o termo “cultura material” se

²³ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 106.

²⁴ Nos referimos aqui à “Dialética Hegeliana” na forma como Daniel Miller a utiliza na análise da cultura material: “o que temos é o processo dinâmico ele mesmo, que produz simultaneamente [...] objetos e sujeitos”. MILLER, Daniel. *Treco, Troços e Coisas*. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013, p. 88.

²⁵ Nos referimos aqui aos atributos comumente estudados na Física como massa, volume etc.

²⁶ LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* (2006), p. 169.

²⁷ BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. Cultura Material. In: *Enciclopédia Einaudi*. Homo-Domesticação: cultura material. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.16, 1989, p. 11.

disseminaria somente nas primeiras duas décadas do século XX.²⁸ Nesse momento, a noção esteve diretamente ligada ao conceito marxista de infraestrutura, e na historiografia francesa, a primeira geração dos *Annales*, inspirada nessa abordagem, se orientaria para o econômico, o coletivo e o *material*. Porém, ao mesmo tempo, devido à ligação do grupo com Marcel Mauss e sua antropologia, também buscariam não se desviar dos fenômenos de massa e cotidianos, pontos característicos dos estudos de cultura material.

Todavia, como lembram Bucaille e Pesez, a expressão “cultura material” não deve ser confundida com o conceito de “civilização material”²⁹, desenvolvido por Fernand Braudel já na segunda geração dos *Annales*. Para esses autores, o conceito braudeliano é equívoco, pois o termo “civilização” tem um significado mais *lato*, e se refere a um sistema de valores que opõe o civilizado ao bárbaro e primitivo. A palavra “cultura” ficaria melhor aplicada, por ser “mais fácil de pôr no plural e que não implica hierarquias”³⁰. Argumentaram ainda que a expressão “civilização material” raramente foi utilizada, excetuando-se no livro de Braudel³¹, no qual ela não conduziu a uma noção diferente daquela atribuída à “cultura material”, o que não justificaria, portanto, sua substituição. Todavia, tratando-se da “primeira verdadeira síntese”³², a obra de Braudel, *Civilisation matérielle et capitalisme* [1967] seria a maior referência em “uma investigação sobre o que é a cultura material e o que pode ser o seu estudo”³³.

²⁸ Ao que parece, o primeiro a utilizar a expressão “cultura material” foi o arqueólogo britânico Pitt Rivers, na década de 1870. MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Prefácio. In. CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material* – São Paulo, 1870 – 1920. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / FAPESP, 2008, p. 13.

²⁹ BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie, *Op. Cit.* (2006), p. 11.

³⁰ *Idem*, p. 24.

³¹ Vale lembrar o alerta de Peter Burke para a precedência de Gilberto Freyre em temáticas que seriam abordadas por Braudel em seu livro, “semelhanças de abordagem foram reconhecidas tanto por Febvre como por Braudel quando descobriram a obra de Freyre no fim dos anos 30. Freyre, no entanto, não estava imitando o *Annales* e nem Febvre ou Braudel o estavam imitando” (BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. *Tempo Social*; Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 9, n. 2, p. 1-12, outubro de 1997, p.1.). É preciso também mencionar aqui o coincidente nome da obra de Afonso Arinos de Melo Franco: *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*, resultado de conferências ministradas nas dependências do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1941. A obra, publicada em 1944, possuía assumidamente influência de Gilberto Freyre, também abordando temáticas da cultura material comuns à obra de Braudel, ver: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks / Academia Brasileira de Letras, 2005.

³² BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie, *Op. Cit.* (2006), p. 32.

³³ *Idem, ibidem*.

Na História, ao contrário do que ocorreu em outras Ciências Sociais, como na Arqueologia e na Antropologia, os estudos da cultura material defrontam-se com grave dificuldade ao se limitarem “às fontes propriamente históricas, isto é: os documentos escritos”³⁴. Pois quem escreve não se detém por muito tempo naquilo que todos sabem, no trivial e cotidiano. Nasceu daí a necessidade interdisciplinar da abordagem histórica, que se apoiou, sobretudo, em pesquisas de arqueologia. Para Bucaille e Pesez, a “atenção aos fenômenos culturais mais infra-estruturais justifica de imediato que recorramos aos únicos documentos seguros onde podemos estudá-los: os objetos concretos”³⁵. Assim, para esses autores, a problemática dada pela cultura material, tendo a arqueologia como método, reconfirmaria as qualidades heurísticas da noção dentro do campo da história.

De uma forma geral, a síntese de Bucaille e Pesez tendeu à uma perspectiva marxista que centralizava as explicações históricas na preponderância de fatores econômicos e sociais, em detrimento aos culturais ou “superestruturais”. Para eles, a cultura material estaria diretamente ligada a uma história econômica e social. No começo da década de 1990, Daniel Roche, historiador da terceira geração dos *Annales*, criticaria essa perspectiva a favor de uma integração com a “história cultural”. Ele então defendeu que era “preciso questionar a clássica oposição entre infraestrutura e a superestrutura, entre as realidades e as representações, entre os fatos oriundos de explicações simbólicas ou intelectuais e aqueles que mobilizam as significações materiais e econômicas”³⁶. Para Roche, era necessário conservar as contribuições “da história econômica e social de Braudel e Labrousse, nela integrando o projeto de uma história cultural”³⁷, essa última, por sua vez, nos padrões propostos por Roger Chartier.³⁸ Desse modo, ele inseriu seu trabalho em uma tentativa de compreensão das economias dominantes de consumo e de comercialização, propondo-se romper com a tradição explicativa do dualismo ocidental, que opõe sujeito e objeto, à semelhança do que as pesquisas antropológicas desenvolvidas na Inglaterra e nos EUA vinham fazendo

³⁴ BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie, *Op. Cit.* (2006), p. 21. Para os historiadores que trabalham com a perspectiva da cultura material, é de suma importância a ampliação das fontes para além dos documentos escritos, auxiliando-se nas fontes iconográficas, nos próprios artefatos etc.

³⁵ *Idem*, p. 24.

³⁶ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 13.

³⁷ *Idem*, p. 17.

³⁸ *Idem, ibidem*.

(sobretudo às pesquisas do inglês Daniel Miller). Roche criticou a utilização de conceitos marxistas pejorativos, como *alienação* e *objetificação*, a favor de uma apreciação do mundo exterior dos objetos como o meio de um processo criativo, em que “a relação do indivíduo com o social passa [necessariamente] pela objetificação”.³⁹ Para ele, a história do consumo permite compreender a continuidade entre o mundo material e o simbólico, “a união entre as representações e as realidades”⁴⁰.

O argumento central da perspectiva antropológica de Daniel Miller, que inspirou os estudos historiográficos de Daniel Roche, consistia no que o próprio autor determinou como um paradoxo, a saber: “que a melhor maneira de entender, transmitir e apreciar nossa humanidade é dar atenção à nossa materialidade fundamental”.⁴¹ Miller recriminou uma atitude primitivista na antropologia que acreditava existir “um selvagem nobre”, não materialista, ao supor que povos tribais, por não possuírem muitos “trechos”, eram necessariamente menos materialistas. Contra esse pensamento, ele argumentara que algumas das mais sofisticadas relações com as coisas podem ser encontradas entre os povos ditos “primitivos”, a exemplo dos aborígenes australianos, com ínfimas posses materiais e grandes sistemas culturais e simbólicos. Miller também questionou a oposição “vigente no senso comum, entre pessoa e coisa, animado e inanimado, sujeito e objeto”.⁴² Segundo ele, esses dualismos se fundariam em uma característica do mundo ocidental a qual denominou de *ontologia da profundidade*. Em seus termos: “a hipótese é que *ser* – o que realmente somos – está profundamente situado dentro de nós e em oposição direta à superfície”.⁴³ Miller pressupõe, portanto, que nós também somos “trechos”, coisas, objetos, e que nossa identificação com a cultura material oferece a capacidade de ampliar e ao mesmo tempo cercear nossa humanidade.⁴⁴

Na historiografia brasileira, temáticas próprias de estudos da cultura material foram abordadas por diversos autores, desde o início do século XX. Porém, na maioria das vezes, foi feita de forma secundária – e mesmo na historiografia mais recente – sem grandes reflexões teóricas e metodológicas sobre esse conceito. Grande parte dos

³⁹ *Idem*, p. 19.

⁴⁰ *Idem, ibidem*.

⁴¹ MILLER, Daniel. *Op. Cit.* (2013).

⁴² *Idem*, p. 11.

⁴³ *Idem*, p. 28.

⁴⁴ *Idem*, p. 12.

autores nacionais apresentaram tópicos ou capítulos destinados a análises de aspectos materiais do mundo social, porém, de forma complementar a uma temática mais tradicional. São poucos os trabalhos de vulto dentro da historiografia brasileira que tiveram como tema central a cultura material. Esse tipo de produção concentrou-se em artigos ou capítulos de publicações especializadas. Destarte, mesmo não se utilizando do arcabouço conceitual ao qual nos referimos anteriormente, nossos primeiros historiadores trouxeram grandes contribuições ao conhecimento da “materialidade” na História do Brasil. Esse foi o caso, por exemplo, dos estudos de Capistrano de Abreu, em “Capítulos da História Colonial”⁴⁵ (1907), nos quais, dentre vários exemplos, o autor analisou o funcionamento de instrumentos agrícolas como o monjolo, que associado à construção de casas em terrenos baixos, milho e carne de porco em sua alimentação habitual, indicavam, na Colônia, a presença de paulistas e seus descendentes. De mesmo modo, Alcântara Machado, em “Vida e Morte do Bandeirante”⁴⁶ (1929), ao utilizar pioneiramente os Inventários *post-mortem* como fonte maciça, decifrou diversos detalhes da materialidade em vários capítulos específicos sobre a população paulista dos séculos XVI e XVII, com extenso repertório que foi desde o mobiliário à indumentária, passando pelas moradias etc. Gilberto Freyre também abordou extensivamente a cultura material em “Casa-Grande & Senzala”⁴⁷ (1933) e “Sobrados e Mocambos”⁴⁸ (1936).⁴⁹

Em 1941, uma boa síntese desses trabalhos, conjugada à diversa produção memorialística, foi apresentada por Afonso Arinos de Melo Franco em cinco conferências destinadas ao corpo técnico do recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN), a pedido de seu fundador: Rodrigo Melo Franco de Andrade. As conferências foram publicadas sob o sugestivo e

⁴⁵ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500 – 1800)*. São Paulo: Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu. F. Briguiet & Cia. 3ª ed. 1934.

⁴⁶ MACHADO, Alcântara. *Op. Cit.* (1980).

⁴⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob Regime da Economia Patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

⁴⁸ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

⁴⁹ Peter Burke, em consagrado artigo sobre o pioneirismo de Freyre em temáticas que só posteriormente viriam a ser valorizadas pela Nova História Francesa, afirmou que: “Na década de 60, Braudel escreveu passagens famosas sobre a história social de cadeiras e mesas. Na década de 30, Freyre refletiu sobre a história cultural da rede e da cadeira de balanço [...] Tópicos como esses, que haviam sido considerados superficiais ou triviais, foram vistos por ambos historiadores como chaves para as estruturas subjacentes às diferentes culturas”. BURKE, Peter. *Op. Cit.* (1997), p. 3.

pioneiro nome: “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil”⁵⁰. Como esclareceu José Murilo de Carvalho, a noção de “Civilização Material” empregada por Afonso Arinos (que precedeu a obra de Braudel), foi inspirada no pensamento social alemão anterior à Segunda Guerra Mundial, sobretudo no conceito de “civilização”, tal qual formulado pelo historiador Oswaldo Spengler, autor do polêmico livro: “O Declínio do Ocidente”. Segundo Carvalho, para Afonso Arinos: “cultura teria a ver com valores, consciência coletiva, ciência, religião, artes. Seria o domínio subjetivo do mundo. Civilização, por outro lado, seria um produto da cultura, suas manifestações aparentes, materializadas em objetos práticos. Civilização seria o domínio objetivo do mundo pela técnica”.⁵¹ Vemos, portanto, que uma das primeiras tentativas de teorizar a relação entre o mundo social e a materialidade no Brasil, sintomaticamente, foi elaborada não por um “ancestral” renomado de nossa historiografia, mas por um intelectual, representante de uma elite culta que desde a década de 1920 vinha circulando a ideia de valorização do patrimônio material brasileiro. Mesmo que a partir de uma perspectiva binária, tecnicista, evolucionista e eurocêntrica, o mecanismo de análise de Afonso Arinos tentou distinguir a “civilização material” de outras áreas da História, marcando vanguarda em nosso meio. No prefácio de sua primeira edição (1944), Rodrigo Melo Franco declarou que o pessoal técnico do órgão recém criado necessitava “de um conhecimento maior do aspecto material do processo histórico do desenvolvimento da civilização em nosso país”, e que “por motivo da precedência conferida pelos historiadores aos fenômenos políticos e sociais, ficou, sem dúvida, prejudicado o esclarecimento das ocorrências de ordem material na formação e no desenvolvimento do Brasil”.⁵²

Entre os historiadores desta primeira geração, também se destacou Sérgio Buarque de Holanda, que em sua obra “Caminhos e Fronteiras”⁵³ (1957) analisou primorosamente, dentre vários outros aspectos da materialidade, os moinhos de pedra,

⁵⁰ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Op. Cit.* (2005).

⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. Prefácio à 3ª Edição. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks / Academia Brasileira de Letras, 2005, p. 14.

⁵² ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Prefácio à 1ª Edição. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks / Academia Brasileira de Letras, 2005, p. 19.

⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1975.

ou de fubá, que surgiram na Colônia – adaptando processos elaborados para tratamento de outros cereais⁵⁴ – apenas quando foi necessário “forjar um tipo de alimentação abundante, boa para escravos e criações domésticas”.⁵⁵ Isso ocorrera dentro do complexo ao qual Holanda denominou como “a civilização do milho”, referindo-se à região de São Paulo e às zonas de expansão paulista, como Minas, em contraposição às Capitanias do Norte, onde a preferência seria, indiscutivelmente, pelo uso da farinha de mandioca.⁵⁶ Nos dizeres de Ilana Blaj, Sérgio Buarque de Holanda, “partindo do miúdo, do aparentemente insignificante, coletando indícios na documentação [...] nos revela como, por meio da cultura material e no cotidiano, os colonos melhor situados impunham-se sobre as demais camadas sociais pela distinção”.⁵⁷

Em um segundo momento, já no final do século XX, ressurgiram, na historiografia nacional, as pesquisas sobre cultura material influenciadas agora pelo arcabouço metodológico e conceitual da “nova história” francesa. Destacou-se, nesse período, a criação de um periódico específico sobre o tema, a “Nova Série dos Anais do Museu Paulista” que passou a circular em 1993, sob a direção de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, com o subtítulo: “História e Cultura Material”.⁵⁸ Mesmo que os artigos publicados na revista não guardem homogeneidade quanto aos arranjos metodológicos e teóricos (problema intrínseco à própria noção de cultura material, como vimos anteriormente), a contribuição dos *Anais do Museu Paulista* para os estudos de cultura material no Brasil foi de suma importância.⁵⁹ Nesse mesmo período, diversos trabalhos tangenciaram temáticas próprias dessa abordagem. Dentre eles, destacaram-se, em relação à nossa temática, o capítulo de Leila Mezan Algranti sobre

⁵⁴ Em artigo recente, publicado nos *Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material*, Francisco de Carvalho Andrade, contesta, em criteriosa abordagem histórica da terminologia e munido de achados arqueológicos, a indireta afirmação buarquiana de que os moinhos de milho do Brasil Colônia teriam origem em uma adaptação dos moinhos de trigo de São Paulo seiscentista. Porém, não deixa de valorizar as diversas contribuições do autor na clássica obra, ver: ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. *A presença dos moinhos hidráulicos no Brasil*. In: ANAIS DO MUSEU PAULISTA. *História e Cultura Material. Nova Série*. Universidade de São Paulo: O Museu Paulista. Volume: 23m nº1, p. 133 – 193, jan. – jun. 2014.

⁵⁵ *Idem*. p.225.

⁵⁶ *Idem*. p.216.

⁵⁷ BLAJ, Ilana. Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material. In: CÂNDIDO, Antonio. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 47.

⁵⁸ Ver: ANAIS DO MUSEU PAULISTA. *História e Cultura Material. Nova Série*. Universidade de São Paulo: O Museu Paulista, ver: www.mp.usp.br/publicacoes/anais-do-museu-paulista (acesso em 07/10/2014).

⁵⁹ Para uma apresentação do conjunto dos artigos que se referem diretamente a cultura material e história nos Anais do Museu Paulista ver: MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Op. Cit.* (2006).

“famílias e vida doméstica” no primeiro volume da obra conjunta sobre a “história da vida privada no Brasil”⁶⁰, trabalho declaradamente influenciado pela obra congênere da historiografia francesa. O capítulo de Sheila Siqueira de Castro Faria sobre as “casas de morada e a pluralidade das habitações”, em seu livro *A Colônia em Movimento*.⁶¹ A primorosa análise de Robert Slenes sobre a relação entre os papéis da moradia na costa da África ocidental e a configuração das senzalas no Brasil.⁶² E, marcando a virada do século, sobressaiu-se o trabalho de Vânia Carneiro de Carvalho sobre “Gênero e Artefato”.⁶³ Diferente das demais abordagens, essa autora não tratou a materialidade da cultura de forma secundária e temática, mas a integrou ao próprio problema da pesquisa, levantando vultosa discussão teórica e metodológica na análise do “sistema doméstico em São Paulo” no período de 1870 a 1920.

Na historiografia sobre Minas Gerais a cultura material foi abordada no trabalho de José Newton Coelho Meneses, ao analisar o abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas.⁶⁴ Também Júnia Ferreira Furtado, em seu livro sobre a mitológica “Chica da Silva”, principalmente na seção em que se tratou da “casa e a rua” nas Minas Setecentistas e no capítulo dedicado à vida no arraial do Tijuco, utilizou-se dessa perspectiva.⁶⁵ Analisando a transição do século XVIII para o XIX, cabe destacar o capítulo acerca da cultura material dos sul-mineiros na tese de Marcos Ferreira de Andrade que abordou o papel das elites regionais na formação do Estado Imperial Brasileiro.⁶⁶ Cláudia E. Parreiras Martinez foi outra pesquisadora dessa nova geração que dedicou-se extensivamente à análise da cultura material aliada à história da família e à história econômica, tendo como recorte geográfico a região do vale do Rio Paraopeba, em Minas Gerais, na passagem do período Imperial para a Primeira República.⁶⁷ Aqui, ao contrário do que fizemos com a tradição historiográfica, não

⁶⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83 – 104.

⁶¹ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Op. Cit.* (1998), p. 355 – 395.

⁶² SLENES, Robert Wayne Andrew. *Op. Cit.* (2011).

⁶³ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870 – 1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / FAPESP, 2008.

⁶⁴ MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

⁶⁵ FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes - O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁶⁶ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. Cit.* (2008).

⁶⁷ MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Op. Cit.* (2006).

dialogamos com esses autores; apenas os referenciamos, tendo em vista que no decorrer dos capítulos seus estudos serão pormenorizadamente comparados com nossos dados.

A preocupação analítica na delimitação do presente trabalho se estabeleceu a partir de nossa pesquisa de mestrado, na qual analisamos estratégias⁶⁸ empregadas por um grupo familiar⁶⁹ na dinâmica de povoamento da comarca do Rio das Mortes (Minas Gerais), no passar do século XVIII para o XIX. A análise da materialidade das estratégias do grupo, tais como a fundação de fazendas em regiões de fronteira, a construção de casas de sobrado nas principais povoações adjacentes, e, sobretudo, o aumento no número dos artefatos ligados à casa, na virada do século XVIII para o XIX, nos forneceram elementos *qualitativos* para elaboração de nossas primeiras hipóteses sobre as alterações da domesticidade nas Minas Setecentistas. No atual trabalho, buscamos ampliar algumas das hipóteses que levantamos anteriormente, e testá-las em outras classes de fortunas, grupos sociais e categorias socioprofissionais, tendo em vista que na pesquisa de mestrado abordamos, sobretudo, médios e grandes produtores rurais. Através da ampliação do escopo documental *quantitativo* (principalmente o rol de bens de Inventários *post-mortem*), examinamos nossa hipótese central de que o investimento econômico e simbólico, tanto em estruturas construídas quanto no ambiente interno das moradias, conformou o que denominamos como o surgimento das domesticidades modernas. Essas mudanças manifestaram a circunscrição gradativa e não linear das vivências na moradia como ponto de mediação de novas relações sociais, sobretudo entre as elites e nos centros urbanos.

A valorização do ambiente doméstico acompanhará o movimento que Lefebvre descreveu nas origens da produção do espaço contemporâneo. Para o filósofo francês, no transcorrer do século XVIII para o XIX, “no espaço habitado” passou-se a reinar uma “solenidade moralizante (o que ignorava a aristocracia), a familiaridade e a

⁶⁸ Utilizamos o conceito de “estratégia” de acordo com a mesma concepção que lhe deu Giovanni Levi. Estratégia para o historiador italiano se refere à capacidade que os sujeitos individuais ou coletivos possuem de fazerem escolhas “estratégicas” na utilização das normas sociais vigentes ao participarem da história, e modificarem as estruturas essenciais da realidade social. LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.45.

⁶⁹ Entendemos por “grupo familiar” o conjunto de indivíduos que se reconhecendo como membros de uma mesma “família” colocaram em prática, nas relações sociais que estabelecem uns com os outros, as “características mais gerais da organização brasileira de parentesco”, seguindo a definição proposta por Linda Lewin em: LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 114.

conjugalidade, - a genitalidade – que recebem o belo nome de “intimidade”.⁷⁰ Com o advento da Idade Contemporânea, na relação espacial dicotômica dominante “fora-dentro”, o primeiro termo passou a ter primazia. Essa mudança expressava o triunfo do visual nas relações espaciais e na produção do espaço. Por outro lado, no “dentro”, valores diferentes começaram a se desenvolver, de forma “mistificante e mistificada”⁷¹, tornando-se o reino da privacidade e da intimidade da família. Em fins da Idade Moderna, notamos, portanto, a passagem da primazia das relações “dentro-fora” para as relações “centro-periferia”. No que se referem às habitações, valorizou-se o “fora” de tal forma que o “dentro” também se tornava, em partes, o “fora”. Isso se deu, progressivamente, através da crescente especialização dos espaços internos das moradias que se voltavam para as relações externas de convívio. Constituiriam, assim, na primazia da produção do espaço, novas “centralidades” e suas consequentes “periferias”, não só nos centros urbanos, mas também nos ambientes domésticos. Como nos lembra Daniel Roche, inspirado em Gaston Bachelard: “por trás da história da arquitetura e dos estilos se organizam as reflexões que relacionam transformações arquitetônicas e formas de vida privada, domínio do espaço doméstico [...]”⁷² que podem “fazer falar o silêncio, revelando assim as maneiras como os grupos e os indivíduos organizaram seus territórios, marcaram seus limites simbólicos” e “imaginaram a fronteira entre o *dentro e o fora*”.⁷³

Para alcançarmos nossos resultados recorreremos às metodologias e pressupostos teóricos dos estudos de cultura material, procurando “vestígios” na materialidade, através da análise documental e também material, nos auxiliando em estudos de arqueologia histórica, história da arquitetura e museologia. O *corpus* de nossas fontes se constitui, sobretudo, de Inventários *post-mortem*. Mais especificamente, do “rol de bens” dos Inventários, no que eles se referiam às estruturas e artefatos das habitações. Nossa principal fonte para análises quantitativas e qualitativas foi o “Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII” (a partir de agora, BDITCRV), elaborado pela professora Beatriz Ricardina de Magalhães, e sua

⁷⁰ LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* (2006), p. 428.

⁷¹ *Idem*, p. 429.

⁷² ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 116.

⁷³ *Idem, ibidem.* (Itálicos nossos).

equipe, na UFMG, durante mais de uma década, a partir de 1990.⁷⁴ O banco de dados contém 804 Inventários⁷⁵, que cobrem os anos de 1713 a 1799, e cujas principais informações foram copiadas em fichas próprias⁷⁶, transcritas⁷⁷ em *Access*,⁷⁸ e posteriormente exportadas e analisadas em *Excel*.⁷⁹ Vale destacar que as categorias que utilizamos do banco de dados não foram criadas por nós, nem a classificação dos objetos dentro dessas categorias. Isso fez surgir alguns erros a exemplo do enquadramento dos “teares”, equipamentos utilizados na produção de tecidos, que foram classificados como “móveis”, e não como “equipamentos profissionais”, categoria na qual mais adequadamente se inseriam. Outras opções na elaboração do banco de dados, como a somatória de todos os bens de uma determinada categoria, impossibilitaram a análise mais detalhada dos preços de certos objetos.

Também utilizamos fontes complementares, levando em consideração que os estudos de cultura material exigem a interdisciplinaridade necessária à compreensão de uma realidade impossível de ser descrita apenas pelas fontes documentais. Pois, como nos atenta Bucaille e Pesez: “quem escreve não se detém com certeza naquilo que consideraria conversas ociosas: dizer, descrever aquilo que todos sabem porque o têm

⁷⁴ “O Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII está sediado no Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Foi idealizado pela Profa. Beatriz Ricardina de Magalhães, doutora em História pela Universidade de Paris[...] [integraram] este projeto os bolsistas Raphael Freitas Santos e Thiago Oliveira de Andrade e os colaboradores Ana Luiza de Castro Pereira e Michelle Martins Freesz [dentre outros]. O trabalho de pesquisa que deu origem a este banco de dados foi realizado na Casa Borba Gato, arquivo documental do Museu do Ouro de Sabará, tendo sido financiado pelo CNPq, pela FAPEMIG e pelo CPq da UFMG”. Para maiores detalhes e possíveis produções elaboradas a partir deste tipo de banco de dados, ver: MAGALHÃES, Beatriz Ricardina (*Et al.*). Evolução da economia e da riqueza na Comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais, 1713-1763. In: *Anais do X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2002, disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D04.PDF> (acesso, 31/12/2015).

⁷⁵ Registraram-se os seguintes quantitativos de inventários por década: 1713-1729 (20); 1730-1739 (56); 1740-1749 (77); 1750-1759 (77); 1760-1769 (88); 1770-1779 (199); 1780-1789 (193); 1790-1799 (96). Em duas fichas de inventários não constaram datas. A última década, aparentemente, encontra-se subrepresentada. Em todas as análises foram comparadas as percentagens de frequência de cada objeto por década, diacronicamente, buscando-se evitar comparações imprecisas e anacrônicas.

⁷⁶ Nas fichas também constam informações dos Testamentos dos inventariados, porém elas não foram transcritas no *Access* e *Excel*.

⁷⁷ Agradeço ao prof. Raphael Freitas Santos pela disponibilização da versão digital, em *Access*, do banco de dados.

⁷⁸ Sistema de gerenciamento de banco de dados da *Microsoft*. Agradeço ao analista de sistemas, Ubirajara Júnior do Carmo, egresso do curso de Sistemas de Informação do IFMG/SJE, que me auxiliou na exportação dos dados do *Access*, e na elaboração das planilhas no *Excel*.

⁷⁹ Editor de planilhas produzido pela *Microsoft*.

debaixo dos olhos, aquilo que a todos é familiar porque quotidiano”.⁸⁰ Para suprir essa lacuna, esse “trivial oculto”⁸¹ no documento escrito, procuramos a complementação da análise em estudos de arqueologia, história da arquitetura e museologia que abordaram recorte geográficos⁸² e cronológicos próximos aos nossos. No que tange à configuração espacial das moradias, utilizamo-nos de reconstituições de plantas baixas realizadas por historiadores da arquitetura de Minas Gerais, com indicações verossímeis sobre possíveis intervenções na configuração original. Para análise das plantas baixas das antigas casas coloniais mineiras, utilizamos o método usado pela arqueologia histórica conhecido como sintaxe do espaço (ou “modelo gama”), concebido por Bill Hillier e Julienne Hanson⁸³, da forma como foi empregado por Andrés Zarankin⁸⁴ e Marcos de Souza: “como uma ferramenta para decompor plantas arquitetônicas em diferentes “nós” (*nodes*) e estabelecer, assim, as conexões e comunicações entre os espaços de um edifício, gerando uma representação gráfica que possibilita a produção de dados comparáveis”.⁸⁵ O “método gama” nos possibilitou extrair dados quantitativos comparáveis, o que nos permitiu, dentre outras coisas, medir o grau de especialização dos ambientes das habitações.

⁸⁰ BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. *Op. Cit.* (1989), p. 18.

⁸¹ Segundo José Newton Meneses, referindo-se ao trabalho de Sheila de Castro Faria, “nessas escriturações legais, o muito conhecido e o muito evidente ficam sistematicamente omitidos” (MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2013), p.61). Sobre as dificuldades em se compreender o universo material do passado apenas com a documentação notarial ver: BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. *Op. Cit.* (1989), p. 18-19; FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Op. Cit.* (1998), p.355-395; MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2013), p.61-62.

⁸² No que se refere a estudos de arqueologia histórica de residências em Minas Gerais, constam os trabalhos do prof. Carlos Magno Guimarães, da UFMG, e seus orientandos, sobre a casa do Padre Toledo, em Tiradentes, a casa de Tomás Antônio Gonzaga, em Ouro Preto e a casa de Fernão Dias, em Pedro Leopoldo. Os trabalhos do arqueólogo, prof. Marcelo Fagundes, da UFVJM, e seus orientandos, sobre a casa da Chica a Silva, em Diamantina. Os trabalhos arqueológicos de Alenice Baeta e de Henrique Piló, no âmbito da “Artefacto Consultoria”, desenvolvidos no Serro, em Mariana e Ouro Preto.

⁸³ HILLIER, Bill e HANSON, Julienne, 1984. *The social logic of space*. Cambridge, Cambridge University Press. *Apud.* SOUZA, Marcos André Torres de. Uma outra escravidão: a paisagem social no engenho de São Joaquim, Goiás. In: *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Argumentum, v.1, nº 1. Jan. – Jun. 2007, p. 64.

⁸⁴ ZARANKIN, Andrés. *Vivienda Familiar y sistema capitalista: una lectura arqueológica*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997 (Dissertação de mestrado); ZARANKIN, Andrés. Arqueologia de la Arquitectura: Another Brick in The Wall. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: Suplemento, 1999. ZARANKIN, Andrés. *Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2001. (Tese de Doutorado).

⁸⁵ SOUZA, Marcos André Torres de. *Op. Cit.* (2007), p. 64.

Quanto ao “recheio das casas”, seus móveis, utensílios etc., empregamos a abordagem antropológica de Arjun Appadurai ao considerá-los como mercadorias⁸⁶ que têm sua própria história de vida, e foram encarados como “objetos de valor [que] exercem o papel de cupons ou licenças destinados a proteger sistemas de *status*”.⁸⁷ Desse modo, as categorias de bens descritas nos Inventários foram analisadas dentro de uma perspectiva de uma “história social das coisas” na qual observamos as “classes ou tipos de coisas e suas alterações a longo prazo [...] em dinâmicas de larga escala que transcendem as biografias de membros particulares dessa classe ou tipo”.⁸⁸ Ou seja, quando abordarmos classes de coisas como “catres” e “camas”; “caixas” e “baús”; “espreguiceiros” e “cadeiras”, procuramos definir de forma clara essas categorias entendendo como seus usos se alteraram a longo prazo.

Para compreensão do significado desses objetos também foi de suma importância os dicionários de época,⁸⁹ principalmente a obra do clérigo Raphael Bluteau (1638 – 1734). Ele era londrino, filho de pais franceses, e se estabeleceu em Portugal em 1668, “participando da fermentação cultural que daria origem ao iluminismo no país”.⁹⁰ Segundo António Alberto Banha de Andrade, citado por Paulo Margutti, o “*Vocabulário português e latino*”⁹¹ (1712 – 1728), de Bluteau, pode ser considerado, sem exagero, “uma enciclopédia de conhecimentos científicos, tanto quanto um dicionário da língua portuguesa”⁹², servindo como veículo de divulgação de ideias desconhecidas no Império Português à época. Também utilizamos os dicionários do

⁸⁶ “A situação mercantil na vida social de qualquer “coisa” [é] definida como a situação em que sua trocabilidade (passada, presente ou futura) por alguma outra coisa constitui seu traço social relevante”. APPADURAI, Arjun. (Org.) *A vida social das coisas: As Mercadorias sob uma Perspectiva Cultural*. Niterói: UFF, 2008, p. 27.

⁸⁷ APPADURAI, Arjun. *Op. Cit.* (2008), p. 41.

⁸⁸ *Idem.*, p. 52.

⁸⁹ Todos disponíveis no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Midlin, da USP, <https://www.bbm.usp.br/pt-br/> (acesso, novembro de 2019).

⁹⁰ MARGUTTI, Paulo. *História da Filosofia do Brasil: o Período Colonial (1500 – 1822)*. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 124.

⁹¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. 8 v. 2 suplementos. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/browse?type=author&value=Bluteau%2C+Rafael%2C+1638-1734> (acesso, novembro de 2019).

⁹² MARGUTTI, Paulo. *Op. Cit.* (2013), p. 125.

carioca António de Moraes Silva (1755 – 1824)⁹³, e do goiano, radicado em Minas, Luiz Maria da Silva Pinto (1775 – 1869).⁹⁴

O geógrafo David Harvey nos inspirou a considerar a materialidade como ponto de convergência entre distintas abordagens, até mesmo contraditórias, que ao tratarem do mesmo “objeto”, podem ser utilizadas na leitura da cultura material, sem quaisquer constrangimentos. Em suas palavras, é necessário “ir contra a corrente de grande parte da prática acadêmica contemporânea, a qual se concentra nas construções discursivas que supostamente permeiam os relatos factuais, para entender estes últimos como construções culturais abertas à crítica e à desconstrução”⁹⁵. Como opção à essa metodologia, Harvey assinala que o trabalho de investigação:

Não pode ficar travado no ponto da desconstrução sem fim das elaborações discursivas de outros, tem de inserir na *materialidade dos processos sociais* ainda que reconheça o poder e a importância dos discursos e das representações na moldagem da vida social e na investigação histórico-geográfica.⁹⁶

Optamos por dividir esse trabalho em três partes. Na Unidade I, “Casas e Domesticidade: uma abordagem através da cultura material”, a partir de uma perspectiva macroespacial e macro-histórica, apresentamos as casas coloniais de Minas como estruturas construídas, analisando seus aspectos arquitetônicos, monetários e arqueológicos, dentro de uma leitura da cultura material. No Capítulo 1, “Espaço vivido e a materialidade das habitações na análise arquitetônica”, partimos de um prisma interdisciplinar e utilizamos o resultado de várias pesquisas sobre história da arquitetura no Brasil, Minas Gerais e Portugal para entender a historicidade dos “modos de morar” que chegaram e se fundiram de formas desiguais na principal Capitania aurífera da Coroa lusitana. Seguindo “vestígios” em alguns dos primeiros textos que abordaram o território das Minas do Ouro, traçamos um quadro geral dos abrigos temporários que tinham como principal “função” proteger e dar suporte aos grupos de exploradores que

⁹³ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. (1ª Edição, 1789). Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/browse?type=author&value=Silva%2C+Ant%C3%B4nio+de+Morais%2C+1755-1824> (acesso, novembro de 2019).

⁹⁴ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto: Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414> (acesso, novembro de 2019).

⁹⁵ HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 35.

⁹⁶ *Idem*, p. 36.

percorreram esse espaço. Com a concretização do povoamento colonial, abordamos dois “modos de morar” característicos da América Portuguesa que se encontraram nas Minas Gerais, o paulista – “mameluco”; e o nortista – “curraleiro”; todos desenvolvidos dentro de um mesmo sistema cultural mestiço de grande influência lusitana, mas com suas especificidades autóctones. Posteriormente, associamos o surgimento da “típica casa de fazenda colonial mineira” à migração maciça de portugueses nortistas, bem como a multiplicação de cômodos nessas grandes moradias, durante a segunda metade do século XVIII, como indicativo do nascimento de práticas relacionadas aos valores próprios das “domesticidades modernas”. Nas casas urbanas também notamos um movimento semelhante. No começo desse século elas eram predominantemente unicelulares, posteriormente, foram edificadas seguindo um padrão encontrado em toda Colônia: casas térreas, com uma porta e uma ou duas janelas, constituída internamente por dois a quatro cômodos. Em meados do Setecentos, entre as elites, difundiram-se os sobrados urbanos, multiplicando-se nos interiores o número de compartimentos e as distinções espaciais, o que permitiu o surgimento de noções como “privacidade” e a separação da área residencial, propriamente dita, da zona de trabalho, diretamente em contato com a rua, no térreo.

No capítulo 2, “Espaço concebido e habitações nos Inventários *post-mortem* do termo de Sabará”, buscou-se compreender as casas através do “espaço registrado” no principal tipo de documento que embasou nossas análises: os Inventários *post-mortem*. Primeiramente, partimos da descrição do aparato administrativo da comarca do Rio das Velhas e do termo de Sabará, para depois caracterizar a composição da riqueza herdada na comarca e suas especificidades. Levantamos, assim, os três principais grupos de ativos de uma economia de produção escravista – as dívidas ativas, os escravos e os imóveis – e os comparamos com dados de outras comarcas da Capitania de Minas Gerais. Focalizando os bens imóveis, conferimos a evolução dos preços médios das posses rurais e suas relações com o volume da exploração aurífera em toda a América Portuguesa, buscando entender como esse tipo de bem esteve associado à economia mineradora, integrando, nos sertões da comarca do Rio das Velhas, os limites de três Capitanias: Minas, Bahia e Goiás. Por sua vez, a crescente valorização dos imóveis urbanos, durante todo o século XVIII, acompanharia outras tendências, não diretamente vinculadas à economia colonial, reforçando um dos principais pontos de nossa

argumentação, ou seja – as “peripécias” das transformações do mundo urbano nos fins da Idade Moderna, observadas em várias partes do Globo, também deixaram marcas próprias nos imóveis da principal colônia aurífera de Portugal. Entre os 804 Inventários setecentistas do termo de Sabará, em um total de 1144 bens imóveis, encontramos as descrições de 798 casas coloniais. A análise desses registros confirmou que a multiplicação das casas de sobrado ou assobradados constituiu-se como uma das particularidades da segunda metade do século XVIII, demarcando a crescente centralidade das habitações nos rituais de sociabilidade da época.

Encerrando a Unidade I, no Capítulo 3, “As Vozes do Espaço Doméstico”, fizemos uma breve e tímida incursão aos domínios da arqueologia histórica. Para isso, consideramos a reconstituição de plantas-baixas de casas coloniais mineiras tendo como base a teoria da “sintaxe espacial”,⁹⁷ e empregando a análise morfológico-espacial de estruturas arquitetônicas, conhecida como “Modelo *Gamma*” ou “Modelo de Hillier e Hanson” aplicando-lhes os índices desenvolvidos por Richard Blanton.⁹⁸ Com essa abordagem visamos detectar a busca pela diferenciação e especialização dos cômodos nas residências, bem como a distintas formas de controle da circulação no interior das casas; o controle do espaço comum, e as gradações de intimidade na crescente restrição ao exterior que marcou o século XVIII e as mudanças nas domesticidades modernas.

Na Unidade II, “O ‘recheio da casa’: bens móveis e mobiliário na constituição de novas domesticidades”, adentramos nas residências e observamos com detalhes, a vida social das coisas⁹⁹ e o mundo dos bens¹⁰⁰ que constituíram as micro relações espaciais nesses interiores, lendo-as através de uma história social da cultura material. Em alguns momentos, reduzindo a escala de observação, também diminuimos a dimensão da análise em uma abordagem em escala micro-histórica, resgatando pequenos fragmentos de trajetórias individuais e de grupos sociais e familiares bem delimitados na documentação, buscando com isso entender as mudanças nas domesticidades coloniais. Essa mesma metodologia foi adotada na Unidade III.

⁹⁷ HILLIER Bill; HANSON, Julienne. *The Social Logic of Space*. Cambridge, London, New Rochelle, Melbourn, Sydney: Cambridge University Press, 1984.

⁹⁸ BLANTON, Richard E. *Houses and Households: A Comparative Study*. New York: Plenum Press, 1994.

⁹⁹ APPADURAI, Arjun. *Op. Cit.* (2008).

¹⁰⁰ DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: Para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

Na introdução da segunda unidade fizemos um breve resgate da bibliografia que tratou o tema da história do mobiliário no Brasil e apresentamos algumas perspectivas metodológicas de análise desses objetos. Os Inventários da comarca do Rio das Velhas denotaram que reinava um relativo “vazio” nos interiores das casas coloniais mineiras, levando em consideração que em 43,53% desses documentos (350 de 804) não foi listado sequer um bem descrito como “móvel”. Todavia, não podemos desconsiderar uma infinidade de objetos confeccionados em materiais efêmeros, como a palha e a taquara, de pouco valor, que se encontravam dentro das residências, mas que não eram avaliados nesse tipo de documento. Dito isso, situamos os “bens móveis” descritos nos Inventários dentro do quadro geral da composição dos bens herdados no termo de Sabará, para depois apresentar e categorizar os 52 tipos de móveis que identificamos em nossa documentação.

No Capítulo 4, “Das caixas às cômodas: anseios de verticalização nos móveis de conter”, partimos de uma análise pormenorizada das funções e formas daquele que foi o móvel mais disseminado nas casas coloniais mineiras – a caixa. O surgimento de “novas” peças de mobília com a mesma “função de conter” manifestava a “busca da verticalidade simbólica”¹⁰¹ em um movimento congênere àquele anteriormente observado na arquitetura das casas da elite colonial, que em meados do século XVIII multiplicavam-se em “sobrados”. Antes, constatamos a diversificação no mobiliário de guarda horizontal, a exemplo da multiplicação de móveis como os baús, canastras e arcas. A disseminação de peças como os armários, na segunda metade do Setecentos, materializaria o impulso pela verticalidade nos móveis de guarda. A estante surgiria dentro das casas coloniais distinguindo um cômodo específico, a “sala de escritório”. Nesse ambiente, um “repertório”¹⁰² de objetos propriamente masculinos anteciparia formas de domesticidade das elites que se consolidariam somente no século XIX. A cômoda, por sua vez, símbolo da inovação no mobiliário iluminista, mostrou-se uma peça raríssima nas Minas setecentistas – apareceu em apenas cinco heranças. No termo de Sabará, ela surgiria apenas no último terço do século XVIII. Como veremos, a cômoda e móveis congêneres, que a princípio seriam objetos de luxo, também

¹⁰¹ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 235.

¹⁰² CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Op. Cit.* (2008), p. 43.

materializavam o maior exemplo de racionalização e verticalização observáveis nos modos de morar, em mutação, no final do Antigo Regime.

No Capítulo 5, “A mesa, o bufete e a banca: continuidades e novas necessidades na diversificação do mobiliário de apoio”, buscamos averiguar a presença e as formas de uso do móvel que hoje, de uma forma geral, denominamos como mesas. A princípio, essa designação referia-se apenas às superfícies utilizadas para as refeições. Como veremos, ao contrário do que tendemos a conceber, o hábito de vários indivíduos cotidianamente se alimentarem em conjunto sobre uma grande mesa só veio a se disseminar, em Minas Gerais, a partir das últimas três décadas do século XVIII. Anteriormente, e concomitantemente, prevaleciam as pequenas mesas utilizadas pelo senhor da casa para se alimentar, a sós ou restritamente acompanhado. Os rituais de comensalidade modernos só se divulgariam em fins do Setecentos. Quando ocorria alguma cerimônia, em continuidade com o costume medieval, improvisava-se grandes superfícies montando-se mesas com tábuas sobre cavaletes ou juntando-se várias pequenas mesas. Também foi no último terço do século XVIII que começaram a aparecer mesas mais elaboradas, confeccionadas em madeira de jacarandá, que materializavam, nas casas das elites e em ambientes urbanos, a crescente valorização dos cerimoniais de comensalidade no centro das redes de sociabilidade. Tais artefatos possibilitavam, inclusive, as reuniões de grupos políticos locais, como aqueles envolvidos na denominada Inconfidência de Sabará de 1775.¹⁰³ Algumas dessas mesas poderiam ser encontradas mesmo em casas de pessoas “desqualificadas”, de camadas médias e baixas, porém, que viviam em áreas urbanas, onde a circulação de bens e ideias se fazia de forma mais rápida e horizontal. Os bufetes, mesas pequenas e mais trabalhadas, que geralmente eram utilizadas como apoio ou mesa de escritório, também se multiplicaram e foram reaproveitadas como aparadores nos rituais de comensalidade, em um cômodo especializado que começou a aparecer somente nas últimas décadas do século XVIII – a sala de jantar. As bancas, por sua vez, eram mesas pequenas e toscas, muitas vezes utilizadas para apoio em serviços, como os de cozinha. Algumas bancas muito pequenas, as banquinhas, acompanhavam, junto com outros móveis de pequenas dimensões, os estrados de tábuas. Esses, colocados ao chão, configuravam um espaço e

¹⁰³ CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras: inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o Período Pombalino*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Tese de Doutorado em História), p. 295.

“repertório feminino”¹⁰⁴, de objetos e ações, que se constatou amplamente disseminado no período colonial e que entraria em desuso em meados do século XIX, incompatível com a domesticidade burguesa que passaria a predominar nas casas das elites brasileiras. Igualmente ligado ao repertório da mulher, e sua característica clausura entre as elites; encontravam-se nas moradias coloniais diversos oratórios conformando espaços de religiosidade doméstica.

No Capítulo 6, “Ócio, conforto e sociabilidades: elementos materiais do direito ao descanso, ao convívio e à preguiça”, veremos como, no decorrer do século XVIII, a supremacia da rede, e outros artefatos para dormir, foi ofuscada pelo aumento na demanda por catres (uma cama menos elaborada que os leitos), apontando para a crescente busca por conforto nas horas do sono, para aqueles que o podiam ter. A hegemonia dos bancos, assentos caracteristicamente coletivos, denotou que reinava nas moradias desse período uma “proximidade imposta”, no descanso e no convívio da vida cotidiana, sobretudo em casas de camadas médias e baixas. Por sua vez, a disseminação dos jogos de seis tamboretas, um móvel de assento individual, durante todo o século XVIII, demarcaria o surgimento de novos espaços nas residências das elites: o cômodo ancestral da “sala de visitas”. Alterou-se, assim, a domesticidade vigente, e inovando-se os rituais de sociabilidade, cada vez mais centrados na casa. As cadeiras, mais confortáveis que bancos e tamboretas, eram raras no termo de Sabará. Apareceram apenas em vinte e uma heranças, todas elas posteriores à década de 1760. Contudo, alguns poucos jogos desses móveis, unidos a outros indícios, deixaram entrever que o compartimento destinado à “sala de jantar” também surgiu em pouquíssimas casas, de homens de grandes fortunas, ou membros da administração portuguesa, já no final dessa centúria. Finalizando o capítulo 6, observamos como o preguiçoso, uma combinação de banco com cama diurna, desenvolveu-se enquanto uma das principais “microtecnologias do cotidiano”, nas casas abastadas, garantindo o direito à preguiça para aqueles que o podiam ter.

Na terceira e última unidade: “Casa e Cozinha: uma história da alimentação através dos elementos materiais da cultura”, de uma forma geral, descrevemos como a cozinha, em um movimento dialético, ao se aproximar da casa, constituiu-se como um

¹⁰⁴ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Op. Cit.* (2008), p. 43.

dos principais espaços aglutinadores das mudanças sociais que caracterizaram o fim da Idade Moderna. No Capítulo 7, “De áreas de serviços à cozinha: a produção de um “novo” espaço integrado à casa”, partimos de uma leitura de longa duração, buscando identificar a dualidade da cozinha como área de serviço dispersa, ou espaço integrado à casa, desde a Antiguidade Clássica até o fim da Idade Média, para depois caracterizar o aperfeiçoamento desses espaços no decorrer da Época Moderna. No que se refere à cozinha tropical, “mameluca e crioula”, veremos como em fins do século XVIII, entre as elites coloniais, ela começa a sofrer também uma grande influência dos valores burgueses. Se antes as cozinhas coloniais se encontravam dispersas em telheiros nos fundos das casas, em fins do Setecentos elas se aproximaram e passaram a integrar o próprio corpo das residências, em cômodos anexos ou mesmo internos. Todavia, em quase todas as moradas o que existiram foram “cozinhas fragmentadas”, em vários espaços, localizados, sobretudo, nos fundos das casas. Ao contrário do que se tende a imaginar, no período colonial inexistiu aquele que viria a se tornar o tradicional “fogão à lenha” caipira, uma tecnologia que se consolidou apenas no século XIX. Os dois principais artefatos utilizados para a combustão no processo de cocção de alimentos no século XVIII eram: a trempe, de pedra, ou de ferro, com três pés, e que poderia ser alocada em praticamente qualquer lugar da casa; e o forno de fazer farinha, geralmente edificado sob um telheiro nos quintais das moradas. Ambos artefatos corroboram com a hipótese das cozinhas fragmentadas.

No Capítulo 8, “Trem de cozinha, louças e baixela de prata: percursos de diferenciação e especialização dos utensílios domésticos”, identificamos 85 tipos de utensílios domésticos que se encontravam nos espaços de confecção e de consumo de alimentos. Todavia, como constatou-se com os bens móveis, os utensílios domésticos também não estavam presentes em todas as heranças. Apareceram em 539 (67%) dos 804 Inventários do termo de Sabará. Fatores associados à “efemeridade” da maior parte desses utensílios, além do baixo valor monetário dos materiais de que eram compostos (barro, palha e madeira, em sua maioria; e também de pedra), justificavam a inexistência desses em mais de um terço das heranças.

Dentre os tipos de utensílios domésticos que constituíam o “trem de cozinha” das casas coloniais mineiras, destacamos dois trios de artefatos fundamentais na combustão e cocção dos mantimentos, no primeiro caso, respectivamente: o forno (de

torrar farinha), a trempe de três pés, e o espeto de ferro; no segundo caso, o tacho, o caldeirão e a panela. Acompanhamos também as “histórias individuais” de alguns objetos que delimitavam configuração sociais específicas. Exemplo desses foram os tabuleiros, na maioria das vezes registrados em heranças de mulheres forras, negras ou pardas, e que denotavam a atividade da venda ambulante de comestíveis. Diferente do que se costuma considerar, veremos que a presença de garfos confeccionados em vários tipos de materiais aumentou nos Inventários durante todo o século XVIII, traçando um movimento apenas equiparável à crescente alta dos imóveis urbanos. Os fundamentos na base desses dois desenvolvimentos eram os mesmos, a disseminação de valores ligados à urbanidade e civilidade que se acentuariam em fins da Época Moderna. O aumento do consumo de louças finas, sobretudo a partir de 1770, também seguiria esses passos, ao mesmo tempo em que denotava a existência dos rituais de ingestão das chamadas bebidas exóticas, principalmente o chá, configurando mais um importante rito de sociabilidade característico das novas domesticidades que surgiram no fim da Época Moderna.

No Capítulo 9, “Hortas e quintais: o alimento que se colhe em casa”, encerrando esse trabalho, fundimos um conceito do sociólogo Norbert Elias¹⁰⁵ com outro conceito do etnógrafo Câmara Cascudo¹⁰⁶, buscando forjar uma abordagem a qual denominamos como a “sociogênese do paladar”, que nos permitiu entender a relação entre a produção dos quintais e a predileção dos mineiros por determinados tipos de alimentos no século XVIII. Primeiramente, investigamos, na longa duração, a origem dos quintais no período medieval europeu. Em um segundo momento, a partir de descrições presentes nos Inventários do termo de Sabará, identificamos a composição básica dos quintais mineiros setecentistas, para depois analisar alguns de seus componentes, como a banana e as frutas cítricas, bem como o papel dessas na sociogênese do paladar mineiro. De mesmo modo, identificamos determinados legumes e frutas, próprios ao paladar português, que foram registrados nos quintais de Minas, mas não perduraram na formação do paladar dessa região, na longa duração. Por fim, analisamos como as distintas formas de cercar as hortas e os quintais também refletiam as diferenças sociais no Período Colonial.

¹⁰⁵ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

¹⁰⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2001.

UNIDADE I

Casas e Domesticidade: uma abordagem através da cultura material (Minas Gerais, século XVIII)

Capítulo 1 – Espaço Vivido e a Materialidade das Habitações na Análise Arquitetônica (Minas Gerais, século XVIII)

A ocupação efetiva e regular do território compreendido pelo atual estado de Minas Gerais, por povos não indígenas, se deu a partir do último quartel do século XVII. O movimento foi impulsionado pela descoberta de jazidas auríferas, sobretudo, na área central da futura Capitania, seguindo a cadeia montanhosa da serra do Espinhaço. As atividades de extração mineral *produziriam*¹⁰⁷ um espaço *sui generis* no território da América Portuguesa, porém, estritamente ligado ao modo de produção escravista português. Nesse momento, destacaram-se duas vertentes colonizadoras na região,¹⁰⁸ as quais foram espacialmente representadas no *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão do BRAZIL. Extraído do original do Pe. Cocleo*¹⁰⁹, elaborado entre 1699 e

¹⁰⁷ Utilizamos aqui o conceito de “produção do espaço” como o formulou Henri Lefebvre: “considerando o espaço (social) assim como o tempo (social), não mais como fatos da “natureza”, mais ou menos modificada, nem como simples fatos da “cultura”, mas como *produtos*. [...] “efeitos da ação da sociedade sobre a primeira natureza”. [...] Produtos? Sim, num sentido específico, notadamente por um caráter de globalidade (não de totalidade), que os produtos não têm na acepção ordinária e trivial, objetos e coisas, mercadorias [...]”. LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* (2006), p. 5.

¹⁰⁸ Sobre as primeiras entradas, seus caminhos e ocupação do território mineiro, cf. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Op. Cit.* (1999), p. 83; CARRARA, Angelo Alves. *Op. Cite* (2007), p. 167 -168; ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.* (2011); MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo: FAU/USP. 2005. (Tese Doutorado).

¹⁰⁹ Nascido em 1628, o padre Jaques Cocleo, jesuíta francês, era professor de matemática e astronomia em Lisboa. Embarcou para a Missão do Maranhão, em 1660. Foi reitor do colégio do Rio de Janeiro e faleceu na Bahia, em 1710. CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto e OLIVEIRA, Rafael Henrique de. *O mapa do padre Cocleo: uma análise cartográfica*. Belo Horizonte, Centro de Referência em Cartografia histórica – UFMG. p. 2. (Disponível em: http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013_1379350586.pdf, acesso, fevereiro de 2017)

1702.¹¹⁰ A primeira delas, menos instável, e provavelmente mais antiga, vinha do Norte (atual Nordeste do Brasil)¹¹¹, margeando grandes cursos fluviais como o Rio São Francisco, o Jequitinhonha e o Rio Doce. Formada por diversas variantes, a consolidação dessas vias, e mais precisamente do “caminho de João Gonçalves do Prado”, deu origem à estrada que ficou conhecida como “Caminho dos Currais do Sertão”, ou “Caminho da Bahia”. Nessa vertente, a expansão colonial por meio dos denominados “currais” esteve diretamente ligada à dinâmica de abastecimento pecuário da empresa açucareira nortista.¹¹² A outra vertente colonizadora partiria da Capitania de São Vicente, impulsionada pelo empreendimento bandeirista de apresamento indígena e muitas vezes seguindo antigas trilhas utilizadas pelos próprios povos nativos.¹¹³ Entre os traçados dessa via destacou-se aquele conhecido posteriormente como “Caminho Velho”. Data de 1674 a partida da bandeira de Fernão Dias Paes Leme em busca das esmeraldas no “Sertão dos Cataguases”.¹¹⁴ Nesse mesmo ano foram concedidas, pelo governo baiano, as primeiras sesmarias no norte do futuro território mineiro.

A partir destas duas vertentes, podemos identificar ao menos três padrões gerais de produção de espaços habitados. Todas se enquadravam em um mesmo sistema cultural mestiço, mas de origem portuguesa, com suas peculiaridades regionais e influências autóctones: os modelos aos quais denominamos “paulista”, “baiano/nortista”, e o “português”, propriamente dito. A princípio, tanto as fazendas e currais de gado de origem baiana, quanto os acampamentos bandeiristas, seriam provisórios, de caráter sazonal. Essas instalações cumpriam, sobretudo, a função de abrigo, se atendo a um sentido milenar das habitações. Nos termos de Daniel Roche:

¹¹⁰ Do original perdido, elaborado pelo jesuíta francês radicado no Rio de Janeiro, Jaques Cocle (aportuguesado Jacobo Cocleo), estima-se a datação entre 1699 e 1702, foram realizados acréscimos na cópia, como “Vila Rica”, criada apenas em 1711. Cf. MORAES, Fernanda Borges de. *Op. Cit.* (2005), p. 69.

¹¹¹ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

¹¹² Desde os fins do século XVI a pecuária baiana alcançava os sertões do futuro território mineiro. Posteriormente, isto resultou na distribuição de várias sesmarias pelo governo baiano na região, entre os anos de 1674 e 1743. CARRARA, Angelo Alves. *Op. Cit.* (2007), p. 167 -168; MORAES, Fernanda Borges de. *Op. Cit.* 2005, p. 172.

¹¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.* (2005), p. 19 – 42.

¹¹⁴ A região onde se encontraram as primeiras jazidas auríferas foram chamadas de início como Sertão dos Cataguases, e, por extensão, posteriormente, como Minas dos Cataguases, devido aos diversos grupos indígenas de etnias diferentes, que habitavam a região, e eram inimigos daqueles comumente contatados pelos colonizadores portugueses, na costa do continente, sobretudo de etnias ligadas ao ramo Tupi.

A casa era em primeiro lugar o local de proteção. Era *um abrigo* contra os elementos, contra as variações climáticas, mas também contra feras, que não tinham desaparecido das terras florestais e pastoris, contra os próprios homens nas regiões de habitações dispersas [...]. Esse papel de acolhimento e segurança atravessa as eras e permanecia nas consciências.¹¹⁵

Do final do século XVII até o início do século XVIII, permaneceram algumas poucas representações desses espaços, sobretudo, tipologias de posses¹¹⁶, das quais podemos inferir, por analogia, possíveis configurações. As entradas paulistas, expedições fortemente militarizadas que se valiam da prática do apresamento indígena, culminaram na espacialização de “formas provisórias de existência” e “vida cotidiana nos caminhos” diversas daquelas empregadas pelos nortistas, ainda que mantivessem em comum o caráter transitório.¹¹⁷ Sabe-se que os bandeirantes faziam roças e plantavam mantimentos ao longo dos caminhos, visando colhê-los na volta das expedições.¹¹⁸ Algumas dessas roças, de maior vulto, eram chamadas de “arraial”. Segundo Bluteau, a palavra significava “alojamento de um exército na campanha”.¹¹⁹ O termo, diretamente ligado à tradição bélica portuguesa, seria reapropriado na prática bandeirante, e principalmente nas áreas auríferas da América Portuguesa, tornando-se sinônimo de “povoado”.¹²⁰

Fernão Dias, pouco antes de falecer nos sertões do Sabarabuçu¹²¹, no ano de 1681, escreveu em carta ao príncipe regente¹²² que deixara “cinquenta aves e doze porcos [...] com milho bastante do ano passado em casa e uma roça pra colher com

¹¹⁵ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 117. (Itálicos nossos)

¹¹⁶ A rigor, não havia “propriedade” no Período Colonial, posto que as terras eram concessões reais. Portanto, optamos por utilizar o termo “posse”.

¹¹⁷ SOUZA, Laura de Mello e. Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹¹⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *Op. Cit.* (1997). p.47-48.

¹¹⁹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, v. 1., p. 554.

¹²⁰ Esse último uso era desconhecido em Portugal e em outras partes do Brasil. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.* (2011), p. 63 – 64. Sobre a formação dos arraiais mineiros, ver: MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII – XIX*. Berlim: WVB, 2002.

¹²¹ Para Diogo de Vasconcelos, a palavra Sabarabuçu derivava-se do tupi-guarani *Çabará-buçú*, significando “pai grande”, uma referência o maior braço do futuro Rio das Velhas. A designação Sabarabuçu abrangia toda a região do entorno do atual município de Sabará, e não apenas este município. Cf. VASCONCELOS, Diogo Luís de Almeida Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999, p. 69.

¹²² Futuro rei de Portugal, Dom Pedro II.

cinco negros e duas negras e a *tenda armada* para a chegada de D. Rodrigo [de Castelo Branco, emissário do rei]”¹²³. Depreende-se de sua correspondência que os líderes bandeirantes, assim como fizeram ao “ilustre” hóspede, poderiam alojar-se em “tendas”, ou seja, em uma “casa portátil do soldado no campo”, de “pano tendido ou estendido e armado sobre paus e cordas”.¹²⁴ Desde 1674, Fernão Dias vagava pelo futuro território mineiro na busca de riquezas minerais. De acordo com Diogo de Vasconcelos, ele chegou a estabelecer morada fixa em uma “quinta” – assim denominada devido às extensas plantações que ali fizera. Residiu mais de três anos neste lugar, nas proximidades do arraial do Sumidouro, que tomou certo porte “em contato com os naturais” indígenas da região.¹²⁵ Possivelmente, a “Quinta do Sumidouro”¹²⁶, assim como outras instalações congêneres, não passava de uma estrutura semelhante à supracitada “tenda”, margeada de plantações de mantimento. Junto às barracas de pano, provavelmente, a maior parte das estruturas construídas nos acampamentos, seria erigida a partir de fibras vegetais colhidas no próprio local, à maneira indígena: com palhas e madeiras. Tal hipótese se encaixa bem à cultura mameluca que predominava entre as populações de origem paulista, bem como o caráter temporário de suas expedições.¹²⁷

Sérgio Buarque de Holanda, utilizando-se de um relato de meados do século XVIII, informa-nos que os sertanistas, herdeiros diretos do legado bandeirante, dormiam em redes encimadas por mosquiteiros de linhagem. Se chovesse, colocava-se sobre este abrigo um pano de baeta complementar, que não deixava passar uma gota d’água. O vão entre a rede e o chão serviria como uma “pequena barraca para todos os

¹²³ Transcrição em: ABREU, José Capistrano Honório de. Fernão Dias: o Descobridor das Esmeraldas – Conselho Ultramarino – 1682. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1921, nº 19. p. 53

¹²⁴ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v. 8., p. 93.

¹²⁵ VASCONCELLOS, Diogo Luís de Almeida Pereira de. *Op. Cit.* (1999), p. 70 – 71.

¹²⁶ O nome “Quinta do Sumidouro” aparece algumas vezes nos inventários da Comarca do Rio das Velhas no final do século XVIII, a partir de 1778. Existe no município de Pedro Leopoldo (MG), no distrito de Fidalgo, antigo Sumidouro, um conjunto de casa e capela conhecido como “Quinta do Sumidouro”, as estruturas foram tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) em 1976, porém, trata-se de construções mais tardia, de meados do século XVIII, como afirma o arquiteto Ivo Porto Menezes no parecer de tombamento. IEPHA. *Guia de bens tombados IEPHA/MG / Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais*. – 2. ed. – Belo Horizonte: IEPHA, 2014, v.1, p. 27.

¹²⁷ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

usos da vida”, “verdadeira alcova improvisada ao relento e sob as intempéries”.¹²⁸ Abrigos temporários como esses podem ser vislumbrados na “crônica colonial”¹²⁹ de Nuno Marques Pereira, escrita entre o fim do século XVII e início do XVIII.¹³⁰ Em meio a uma jornada que partia de Salvador, na Bahia, em direção às “Minas do Ouro”, o protagonista do livro buscou abrigo em uma “gruta de mato”, e, correndo por entre ela, deparou-se com outro personagem, que, não por acaso, lembrava a figura de um bandeirante.¹³¹ Depois de muito conversarem, o homem convidou o viajante para pernoitar em seu abrigo. Entraram então em uma trilha, e “em menos distancia de um tiro de arcabuz”¹³², depararam-se com uma “*barraca*”¹³³. No interior do recinto encontrava-se “uma *rede armada* e uma *cama de varas* com umas estopas por cima”¹³⁴. Antes de deitarem, o caminhante acendeu um rolo de cera da terra, pôs a mesa, e ambos cearam. A detalhada descrição de Nuno Pereira permite-nos discorrer sobre a rusticidade e simplicidade que dominavam a vida cotidiana no interior desses abrigos, mesmo nas maiores “tendas” bandeiristas, quando dos primeiros descobrimentos minerais. Prevalencia nessas formas provisórias de existência, a primitiva função da casa: um abrigo para a noite, para as intempéries do clima e proteção contra animais selvagens.

Com os primeiros manifestos oficiais de descobrimento do ouro, a partir do ano de 1695, tudo isso mudaria. Em 1697, estimava-se a presença de 4 mil colonos nas “Minas dos Cataguases”, número que se elevaria a 30 mil em 1705, dez anos após os manifestos iniciais.¹³⁵ A partir de então, estruturas “mais sólidas” foram sendo construídas para o abrigo daqueles que possuíam ou conseguiram maiores cabedais. Nas habitações começam a surgir “funções” diversas, atendendo às “novas necessidades”.

¹²⁸ Transcrição do relato de um governante do Mato Grosso em viagem pelo sertão no ano de 1757. *Apud*. SOUZA, Laura de Mello e. *Op. Cit.* (1997). p.50.

¹²⁹ DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. Brasil Peregrino na Alegoria Barroca. *Revista Em Tese*. Belo Horizonte, v. 5, p. 91-99, dez. 2002, p. 92.

¹³⁰ PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio narrativo do peregrino da América*. (1728). 6ª ed. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1939. 2 vol.

¹³¹ *Idem*, 193.

¹³² “Arma de fogo, assim chamada de Arco, porque a modo de arco, despende com ímpeto, ou porquê os arcabuzeiros, como antigamente os besteiros, davam na batalha a primeira carga”. BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v. 1., p. 471.

¹³³ PEREIRA, Nuno Marques. *Op. Cit.* (1939), vol. 1, p.194.

¹³⁴ *Idem*, 199.

¹³⁵ A primeira estimativa foi feita pelo governador Artur de Sá e Meneses, a segunda pelo desembargador João Pereira Vale, corroborada por Antonil. Cf. MORAES, Fernanda Borges de. *Op. Cit.* (2005), v.1., p. 200.

Deste período, ao menos dois importantes textos de época podem nos dar uma imagem, mesmo que indireta, dos primeiros domicílios estáveis que foram edificadas no território mineiro, no passar do século XVII para o XVIII. Utilizaremos os relatos para analisar duas vertentes de ocupação territorial, e a representação espacial dos modos de morar que adentraram as Minas em seus primórdios. Inicialmente, abordaremos a vertente paulista/bandeirante e em seguida a baiana/nortista.

1.1 - A “Casa das Letras”¹³⁶: habitações, arquitetura e análise espacial dos primeiros relatos sobre as Minas do Ouro

“Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”¹³⁷, obra do reitor do Colégio dos Jesuítas da Bahia, o padre italiano João António Andreoni (1649 - 1716), é fundamental para a investigação sobre os primeiros anos das Minas. O livro, um verdadeiro tratado de economia colonial, foi publicado em Lisboa no ano de 1711, quando o autor assumiu o pseudônimo de “André João Antonil”, nome pelo qual mais tarde ficaria conhecido. No mesmo mês da publicação, a maioria dos exemplares foi destruída por ordem real, e a obra veio a circular novamente apenas no século XIX.¹³⁸ No tratado encontravam-se exposições detalhadas das três principais vias de acesso às Minas (o Caminho Velho, o Novo e o da Bahia). Evidente que sua divulgação não era de interesse da Coroa portuguesa. Segundo André Silva, o livro foi proibido estrategicamente como forma de ocultar os acessos à rica região, mas também devido às várias disputas pelo domínio desse território, tanto entre “paulistas e emboabas”, quanto entre Portugal e os reinos de França e Espanha.¹³⁹

¹³⁶ Nos inspiramos na obra de Ángel Rama para dar título a este capítulo, entendendo que as “letras” implementaram papel de suma importância no processo colonizador, e, através delas, e de seus vestígios, podemos identificar a representação do espaço habitacional emanado dos poderes coloniais; bem como dos vários espaços de representação, derivados da prática espacial de diversos indivíduos anônimos que habitavam a colônia, também agindo na “produção do espaço”, dentro de suas possibilidades. Ver: RAMA, Ángel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

¹³⁷ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Edusp, 2007.

¹³⁸ SILVA, André Mansuy Diniz. Introdução e Notas. In: ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 23 – 63.

¹³⁹ Antonil escreveu seu tratado em estilos e períodos diferentes, entre os anos de 1693 e 1709. Por ser uma das mais altas autoridades eclesiásticas da Bahia, Antonil manteve relações estreitas com os governadores gerais do Brasil. Adriana Romeiro chega a considerar que a obra é porta-voz do projeto do governador geral D. João de Lencastro (de quem Antonil foi amigo e confessor), representando os interesses baianos para as Minas dos Cataguases. ROMEIRO, Adriana. *Op. Cit.* (2008), p. 44.

Em seu texto, Antonil representou a espacialização da própria formação da empresa mineradora, ressaltando as redes de caminhos que levavam às minas, seus pontos de apoio, bem como as formas de posse, porém, não se deteve na descrição das estruturas construídas.¹⁴⁰ Dentre as localidades citadas pelo autor, constava a “paragem” do Rio das Mortes (posterior vila de São João del-Rei), que servia “como de *estalagem* dos que vão às minas gerais, e aí se provêm do necessário, por terem hoje os que aí assistem roças e criação de vender”.¹⁴¹ A descrição sugere algumas disposições que podem ser aproveitadas para o entendimento da espacialização e materialidade das primeiras estruturas construídas no território que viria a se tornar a Capitania de Minas Gerais. Encontrava-se ali uma informação de base georreferencial – a “paragem”; e outra de caráter estacionária – a “estalagem”; ambas ligadas ao intuito de nortear e dar suporte aos viajantes nas Minas.¹⁴² O termo “paragem”, originou-se etimologicamente de atividades náuticas¹⁴³, significando o “lugar onde o navio ancorado pode fazer-se à vela”.¹⁴⁴ Vinculava-se, portanto, às práticas da expansão marítima portuguesa, transplantadas, agora em terra, na empreitada da exploração mineral. Significava, como o próprio nome deixa entender, um lugar onde se podia parar, não necessariamente um lugar pré-determinado ou fixo (portanto, não uma tipologia de posse territorial). O termo aparecerá diversas vezes no texto de Antonil, e foi comum ao léxico geográfico nacional, sobretudo em documentos oficiais, até os fins do século XIX. A palavra não indica necessariamente algum abrigo ou estrutura construída, porém sugeria o lugar em que ele poderia surgir, assim como o “pouso”, outra designação de origem náutica que

¹⁴⁰ SILVA, André Mansuy Diniz. *Op. Cit.* (2007), p. 40.

¹⁴¹ O autor não esteve “de corpo presente” nas Minas, deixou explícito que suas informações foram coletadas de terceiros. Silva aponta que um desses colaboradores foi, possivelmente, o perito “licenciado Barba, mineiro mor que foi dos serros do Potosy” na América Hispânica, e que esteve nas Minas durante três anos (c.1700 – c.1703. ANTONIL, André João. *Op. Cit.* (2007), p. 220.

¹⁴² A estalagem do Rio das Mortes foi o único assentamento do Caminho Velho que também foi representado no mapa do Pe. Cocleo, demonstrando seu porte e importância, também atestado por Antonil. Não por um acaso, nas imediações desta estalagem seria criada a sede de uma das três primeiras comarcas da capitania, abrangendo todo o Sul, e partes do Leste e Oeste do território atual do Estado.

¹⁴³ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v. 6., p. 258; SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 395.

¹⁴⁴ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto: Na Typographia de Silva, 1832.

também seria empregada por Antonil diversas vezes, significando o “lugar onde alguma coisa pousa, para, e está como de assento”.¹⁴⁵

A “estalagem”, por sua vez, já indicava a existência de uma edificação propriamente dita (o que pressupõe a posse territorial), e era definida na época como uma “casa em que se dá agasalho, e sustento por dinheiro aos passageiros, e viajantes”¹⁴⁶. Mesmo que não se tratassem de habitações no sentido estrito, as citações às estalagens nos caminhos para Minas podem nos dar alguma ideia sobre as moradias. Como veremos mais adiante, alguns Inventários do termo da vila de Sabará arrolaram “casas” avaliadas como “estalagens”, ou fizeram referências às mesas,¹⁴⁷ assinalando que essa nomenclatura perduraria por todo o século XVIII, sendo empregada no sentido de hospedaria.

Antonil apresentou, primeiramente, o “roteiro do caminho da vila de São Paulo para as Minas Gerais e para o Rio das Velhas”,¹⁴⁸ atestando sua importância para a administração colonial. No relato encontram-se referências nominais a três estalagens, a “do Rio Verde”, a “do Ubaí” e a supracitada do “Rio das Mortes”¹⁴⁹ (esta última, propriedade do taubateano Tomé Portes del-Rei). O autor também citou diversos lugares como “pousos” e “paragens”, dentre eles, o “Pinheirinhos”, na Serra da Mantiqueira: “lugar assim chamado por ser o princípio deles; e aqui há roças de milho, abóboras e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aí querem voltar”.¹⁵⁰ Apesar de não mencionar diretamente a existência de uma “estalagem”, os viajantes certamente “pousavam” nesta paragem.

De acordo com Leandro Santos Lima, as roças do Pinheirinhos pertenceram a Francisco Rodrigues Moreira, natural da vila Taubaté (SP), portanto, conterrâneo do proprietário da estalagem do Rio das Mortes. No inventário dos bens de Francisco Moreira, lavrado naquela vila em 1716, seus herdeiros declararam que “no caminho das minas em a paragem chamada *Pinheirinho* [possuíam] uma légua e meia de sertão de terras de testada com légua e meia de sertão e nas quais terras está um *sítio* com *casas*

¹⁴⁵ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), p. 481.

¹⁴⁶ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v. 3., p. 304.

¹⁴⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Miguel da Silva Costa, 1761; Ignácio Dias Vita, 1773; Ana da Costa; 1780; Jerônimo de Araújo da Cunha, 1790; João Martins Alves, 1796.

¹⁴⁸ ANTONIL, André João. *Op. Cit.* (2007), p. 261.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 261.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 260.

de três lanços, paredes de mão cobertas de palha¹⁵¹, com mantimentos”¹⁵², tudo avaliado no considerável valor de 1:400\$000 réis.¹⁵³ Apesar de exíguas, são relevantes as informações sobre uma habitação, de “traçado” paulista, que certamente existiu no caminho que ia para minas nesses anos iniciais. Primeiramente, tratava-se de um “sítio”, designação comum à época, que significava tanto “lugar”¹⁵⁴ (como ainda é corrente entre os lusitanos), como “espaço de terra descoberto, o chão em que se pode levantar edifício”¹⁵⁵. Nesse último caso, o *sítio* conformava uma tipologia de posse imobiliária rural de forma semelhante como os brasileiros atualmente entendem o tipo de propriedade assim denominado. Encontramos nada menos que 172 referências a “sítios” como “imóveis” nos 804 Inventários do termo de Sabará no século XVIII, comprovando que essa designação teve uso corrente nas Minas Setecentistas.

No sítio Pinheirinhos, a habitação propriamente dita foi descrita como uma *casa de três lanços*. Isso nos diz algo a mais sobre a edificação. O lanço¹⁵⁶ definia-se como “extensão, espaço” ou “comprimento de um muro, edifício etc.”¹⁵⁷ Em termos arquitetônicos, de acordo com Cícero Cruz, “este vão varia entre três a quatro metros e é, historicamente, a largura mais comum dos lotes medievais do norte de Portugal”.¹⁵⁸ A casa, por pertencer a um taubateano, possivelmente possuía intenção plástica e partido arquitetônico¹⁵⁹ semelhante aos da região de São Paulo no mesmo período. Carlos

¹⁵¹ Itálicos nossos.

¹⁵² LIMA, Leandro Santos. *Bandeirismo paulista: o avanço na colonização e exploração do interior do Brasil* (Taubaté, 1645 a 1720). São Paulo: FFLCH/USP, 2011. (Dissertação de Mestrado), p. 151.

¹⁵³ Leia-se: um conto e quatrocentos mil réis. A partir desse momento, para economia de texto, não escreveremos por extenso as avaliações. Esclarecemos aos leitores que desconhecem a nomenclatura da época, que, para até 999\$999 réis, leiam-se mil reis, para os valores acima, leia-se: conto(s) de réis, e não milhão de réis.

¹⁵⁴ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v. 7., p. 665.

¹⁵⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁵⁶ O termo foi muito utilizado nas descrições de inventários paulistas, porém, em Minas Gerais, não parece ter sido corrente, o que ainda carece de explicações. A título de exemplo, nos 804 inventários de Sabará do século XVIII, a palavra “lanço” aparece apenas uma vez.

¹⁵⁷ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v. 5., p. 35.

¹⁵⁸ CRUZ, Cícero Ferraz. *Op. Cit.* (2008), p. 74.

¹⁵⁹ Utilizamos aqui o conceito de “intenção plástica” e “partido arquitetônico” assim como foram empregados por Carlos Lemos, ao definir “arquitetura”, que “seria, então, toda e qualquer intervenção no meio ambiente criando novos espaços, quase sempre com determinada intenção plástica, para atender a necessidades imediatas ou a expectativas programadas, e caracterizada por aquilo que chamamos de partido. Partido seria uma consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou de determinantes; seria o resultado físico da intervenção sugerida. Os principais determinantes, ou condicionadores, do partido seriam: a técnica construtiva, segundo os recursos locais, tanto humanos, como materiais, que inclui aquela intenção plástica, às vezes, subordinada aos estilos arquitetônicos. O clima. As condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém. O programa das necessidades, segundo os usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor. As condições financeiras do

Alberto Cerqueira Lemos, embasando em Inventários da época, constatou que a maioria das casas rurais de São Paulo eram de três lanços.¹⁶⁰ Em estudo de arqueologia sobre o polêmico tema da “Casa Bandeirista”¹⁶¹, Paulo Eduardo Zanettini também identificou em documentos notariais do período diversas moradias descritas como de “três lanços”.¹⁶²

Da análise dessas habitações podemos inferir que “três lanços”, conforme a terminologia da época, materializavam a intenção plástica típica das casas ditas bandeiristas, com duas “alas” separadas por uma “varanda entalada”, que acomodava o “lanço” do meio. Esta configuração pode ser observada, dentre vários outros exemplos, na fachada da residência conhecida como do Sítio do Tatuapé¹⁶³, modelo típico de “Casa Bandeirista”, edificada em São Paulo no final do século XVII¹⁶⁴ (Figura 1). É admissível que o sítio do Pinheirinho na Serra da Mantiqueira (MG), com suas *casas de três lanços*, acomodaria fachada, volumetria e planta semelhante à arquitetura rural paulista do século XVII e início do XVIII.¹⁶⁵ Como essas, existiram muitas habitações de inspiração “bandeirista” na região das Minas, subsistindo ainda alguns exemplares os quais analisaremos mais adiante. Por ora, esse exemplo denota como as pessoas e as “coisas”, e neste episódio, as “casas”, mesmo com adaptações, também andavam juntas, em seus processos de expansão territorial.

empreendedor dentro do quadro econômico da sociedade. A legislação regulamentadora e/ou as normas sociais e/ou as regras da funcionalidade”. LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é arquitetura*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 38-39

¹⁶⁰ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Casa Paulista*. História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 50.

¹⁶¹ Ver seção: O morar mameluco e o mito da “Casa Bandeirista”, adiante.

¹⁶² As menções se referiam a pelo menos duas moradias estudadas pelo autor: a “Casa do Tatuapé”, descrita em inventário de 1698 como “um sítio na roça com casa de taipa de pilão coberta de telhas de três lanços com seus corredores todo cercado de valos” e o “Sítio Morrinhos”, conforme escritura de compra e venda do ano de 1798, com “três lanços, paredes de taipa coberta de telha, com as terras a ela pertencentes”. ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus Palácios de Barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista*. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia / USP, 2005. (Tese de Doutorado), p. 114; 129.

¹⁶³ Conhecido também como “Casa do Tatuapé”. ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), prancha 10 e 11.

¹⁶⁴ ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), p. 38.

¹⁶⁵ Apenas as técnicas construtivas predominantes diferiram. A propriedade, em futuras terras mineiras, conforme o inventário, era de “paredes de mão”. Ou seja, de “taipa de mão”, mais conhecida como “pau-a-pique”, enquanto a maioria das edificações paulistas fora edificada a partir da técnica construtiva conhecida como “taipa de pilão”, verdadeira baliza indenitária do planalto de Piratininga (LEMOS, Carlos A. C. *Op. Cit.* (2015), p. 39 – 46). A habitação também foi descrita como “de palha”, ou seja, coberta com “palha”. A telha praticamente inexistia em Minas nesses primeiros anos de povoamento, por razões óbvias: não haviam olarias, e o transporte dessa cerâmica era muito caro e dispendioso. Indicador disso é que a propriedade, mesmo sendo coberta de palha, atingiu preço elevadíssimo para a época.

Outra obra da época que nos apresenta as formas habitacionais que podem ter existido em Minas no começo de sua ocupação, focando agora na vertente baiana, é o “Compêndio Narrativo do Peregrino da América”.¹⁶⁶ Esta obra literária, com fortes traços autobiográficos de relato de viagem, foi publicada em Lisboa no ano de 1728. Seu autor, Nuno Marques Pereira (Cairu, 1652 - Lisboa, 1728), era padre, natural da Capitania da Bahia de Todos os Santos. Condenado por crimes em sua terra, em 1704, teria fugido pelo caminho dos Currais do Sertão em direção às Minas do Ouro, recém descobertas.¹⁶⁷ Tal “peregrinação” certamente inspirou a escrita de seu livro, publicado sob o mecenato de Manoel Nunes Viana, o principal líder da facção Emboaba (na guerra desses com os paulistas), e a quem o autor dirigiu uma “súplica” no início da obra. O *Peregrino da América* se tornaria um verdadeiro *best-seller*¹⁶⁸ no século XVIII, reeditado sucessivamente nos anos de 1731, 1752, 1760 e 1765.¹⁶⁹ Como exemplo da circulação dessa obra, em 1766, dois exemplares da obra foram avaliados entre os bens de Antônio Freitas Cardoso, em sua “morada de casas de frente da cadeia” da Vila de Sabará.¹⁷⁰

O livro apresentava diversas cenas da “vida cotidiana” na América Portuguesa, muitas delas inesperadas para uma obra de cunho religioso, a exemplo de relatos de mancebia, adultério, e a primeira representação do candomblé que se tem notícia na literatura nacional. Em *Cultura e Opulência do Brasil*, Antonil expôs principalmente a “representação do espaço”¹⁷¹ oficial, administrativo e econômico da Colônia. Já no *Peregrino da América*, através de uma narrativa literária e irônica, Nuno Pereira

¹⁶⁶ PEREIRA, Nuno Marques. *Op. Cit.* (1939).

¹⁶⁷ GARCIA, Rodolfo. Nota Biográfica. In: PEREIRA, Nuno Marques. *Op. Cit.* (1939), vol. 1, p. XVI.

¹⁶⁸ Segundo Maria Francelina Drummond, existem dois níveis de narrativa no livro: o primeiro, de cunho moralista, linguagem barroca e temas universais, dialoga com a Bíblia, pensadores da antiguidade clássica e teóricos do cristianismo; o segundo compe-se de casos cotidianos, demonstra a intenção irônica do autor em mostrar a “permissividade” da vida no Brasil colonial. Para Drummond, o sucesso do livro se deve a “segunda narrativa”, com olhar cronista, preocupado em registrar aspectos da cultura no Brasil. DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. Brasil Peregrino na Alegoria Barroca. *Revista Em Tese*. Belo Horizonte, v. 5, p. 91-99, dez. 2002, p. 92.

¹⁶⁹ PEIXOTO, Afrânio. Nota Preliminar. In: PEREIRA, Nuno Marques. *Op. Cit.* (1939), vol. 1, p. VII.

¹⁷⁰ Continua a avaliação do imóvel: “que partem pela parte de cima com casas do Alferes Antônio Alexandre de Sá Brandão e pela parte de baixo com o Beco que vai para o Caquende, cujas casas são térreas, cobertas de telhas com seu quintal” (400\$000 réis). BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Freitas Cardoso, 1766.

¹⁷¹ Na perspectiva de uma “ciência do espaço”, como Henri Lefebvre, entendemos a produção do mesmo a partir de tríplice interferência das relações sociais na qual a “representação do espaço” retrata o que é “concebido”. LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* (2006), p. 59.

apresentaria os diversos “espaços de representação”¹⁷² da vida cotidiana colonial e com destaque para os elementos materiais da cultura, percebidos através de uma “prática espacial”¹⁷³ engendrada pelos personagens da obra.

No relato da viagem¹⁷⁴, o personagem principal, um clérigo, denominado apenas como Peregrino, embarca na cidade de Salvador com destino à vila da Cachoeira, nos fundos do Recôncavo Baiano (marco de início do caminho de João Gonçalves do Prado, ou Caminho da Bahia). Depois de caminhar o dia todo e descansar, quando o sol já lhe “negava toda frescura para poder andar”¹⁷⁵, o peregrino avistou uma “fazenda” (sic.), na qual chamou pelo proprietário, que o encaminhou à “*varanda*, que lhe servia de albergue de receber hóspedes”.¹⁷⁶ Cenas como essas repetiram-se várias vezes na jornada. Da mesma forma que em inúmeros relatos oitocentistas,¹⁷⁷ o texto assinala que a presença da *varanda* para hóspedes já era uma constante nas posses rurais em fins do século XVII e início do XVIII. Conforme Leila Mezan Algranti, durante todo o período colonial não era possível negar hospitalidade ao visitante desconhecido que chegasse de repente, “por causa da falta de locais para pouso”.¹⁷⁸ Desta forma, “as grandes distâncias e o parco povoamento transformaram a hospitalidade numa característica e necessidade do mundo colonial brasileiro”.¹⁷⁹ Contudo, o viajante não ultrapassaria com facilidade o alpendre dianteiro das casas – a *varanda*; mantendo-se, em parte, certa privacidade nas áreas do fundo das moradas: os quintais.¹⁸⁰

Para Bluteau, “*varanda*” era “obra sacada do corpo do edificio, coberta ou descoberta, na qual se costuma pastear, tomar o sol [e] o fresco”¹⁸¹. Moraes Silva expandiu a definição para “obra sacada na dianteira, ou traseira, ou em todo o âmbito das casas, com grades, balaústre ou parede, de ordinário descoberta, onde se toma o sol,

¹⁷² Ainda segundo a conceituação lefebvriana, em sua “dialética tríplice”, os “espaços de representação” são uma imagem do “vivido”. LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* (2006), p. 59.

¹⁷³ A “prática espacial”, entendida como “o espaço percebido”, encerra o terceiro fator de interferência social na tríplice dialética da “produção do espaço”. LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* (2006), p. 59.

¹⁷⁴ Que se inicia apenas no capítulo V do primeiro volume da obra. PEREIRA, Nuno Marques. *Op. Cit.* (1939), vol. 1, p. 58.

¹⁷⁵ PEREIRA, Nuno Marques. *Op. Cit.* (1939), vol. 1, p. 83.

¹⁷⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁷ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 93.

¹⁷⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. Cit.* (1997), p. 93.

¹⁷⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁸¹ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v. 8., p. 363.

ou o fresco”¹⁸². A acepção, como uma sacada “descoberta”, se aplicava sobretudo aos edifícios de sobrado, uma exceção nos sertões da Colônia, encontrado apenas em alguns poucos engenhos.¹⁸³ O termo, tal como empregado por Nuno Pereira, se referia especialmente às varandas de casas rurais térreas, certamente utilizadas como “cobertas” de proteção contra o escaldante sol tropical do dia a dia, o sereno da noite, e as intempéries do clima.

Na fazenda em que o Peregrino se hospedou, como era tarde, e para fugir “do sereno da noite”, foi-lhe destinado “uma *varanda*, na qual” ele achou “a *mesa posta*”.¹⁸⁴ Depois de cearem, para o pernoite, o dono da casa lhe conduziu “à *câmara*, que ficava na mesma *varanda*”.¹⁸⁵ Na manhã do dia seguinte, questionado se havia passado bem do sono, o Peregrino então reclamou do barulho dos *Calundus*¹⁸⁶ praticados pelos escravizados, ao que o hospedeiro respondeu que não havia “coisa mais sonora, para dormir com sossego”.¹⁸⁷ O dono da casa foi repreendido pelo clérigo e, de joelhos diante de uma *Imagem de Cristo Senhor nosso*, no “*Oratório da mesma varanda*”¹⁸⁸, se pôs a rezar pedindo perdão. Posteriormente, “se mandaram vir para o *terreiro*; e no meio dele se fez uma grande fogueira, e nela se lançaram todos”¹⁸⁹ instrumentos do calundu.

A rica descrição da fazenda nos permite inferir diversos ajustamentos espaciais de moradias rurais do período, e seus possíveis usos. O principal cômodo, na relação com o exterior, era a “varanda”. A prática de ali “se pôr a mesa”, ao menos para a refeição junto aos viajantes, é significativa dessa importância. A “câmara”, que margeava o recinto, era entendida como a “casa em que se dorme”¹⁹⁰, confirmando o imperativo da hospedagem por particulares no período colonial. O “oratório” na mesma varanda, materializava as formas do catolicismo privado fortemente presente nas habitações da época. Também foi descrito a existência de um *terreiro*, entendido na

¹⁸² SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 830.

¹⁸³ AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Op. Cit.* (1990).

¹⁸⁴ PEREIRA, Nuno Marques. *Op. Cit.* (1939), vol. 1, p. 107.

¹⁸⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁶ “Estrondo dos tabaques, pandeiros, canzás, botijas e castanhetas; com tão horrendos alaridos, que se me representou a confusão do Inferno”. PEREIRA, Nuno Marques. *Op. Cit.* (1939), vol. 1, p. 123.

¹⁸⁷ Está será a tônica dos diálogos em todas as propriedades nas quais o Peregrino virá a se hospedar.

¹⁸⁸ *Idem*, 128.

¹⁸⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁰ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v. 2., p. 68.

definição coeva como um “pedaço de chão espaçoso, com plana superfície”.¹⁹¹ Varandas como esta serão descritas em diversas posses nas quais o Peregrino se hospedaria em sua jornada às Minas, ou nas quais ele se refere contando algumas de suas anedotas. Como exemplo dessas últimas, ele narra a história de um escravizado que “tinha sua casa na fazenda de seu senhor, mui limpa e asseada; e na *varanda* tinha um *nicho* feito, e nele um altar, onde estava colocada uma imagem de Cristo e outra da Senhora do Rosário, com outros Santos”.¹⁹² O caso indica que de fato o espaço da varanda respondia a uma necessidade largamente disseminada no período colonial, que podia ser encontrado nas mais variadas camadas sociais, até mesmo entre cativos, e que para além de abrigo para viajantes, cumpria diversas funções, como lugar da religiosidade doméstica e algumas vezes para os rituais de comensalidade.

Algumas relações socioespaciais também podem ser inferidas do texto. A primeira delas diz respeito à separação evidente entre “o dentro e o fora”, materializada na varanda. Ao identificar tal segregação, podemos reconstituir, nas palavras de Lefebvre, um “código do espaço”, ou seja: “uma linguagem comum à prática e à teoria”, unindo elementos “dissociados: o privado e o público, o encontro e a diferença”. Em suas palavras, a leitura desse código nos permite:

[...] reunir os termos dispersados pela prática espacial existente e pelas ideologias que a justificam: o micro (a escala ou nível arquitetural) e o macro (atribuído aos urbanistas, aos políticos, aos planejadores), o cotidiano e o urbano, *o dentro e o fora*, o trabalho e o não-trabalho (a festa), o durável e o efêmero etc.¹⁹³

Vencida a barreira externa, ou seja, a concessão de hospedagem, o viajante teria acesso ao interior da varanda, com ou sem cômodos ligados a ela, configurando-se agora outra relação dentro/fora, ou seja, o dentro da casa, e fora, a varanda. Essa divisão fica evidente quando o proprietário pede que se ponha, para a ceia, a mesa na varanda. Tal prática conformava nesse ambiente uma clara separação espacial. Essa fazenda, nas proximidades do Recôncavo Baiano, de um possuidor remediado, seria um exemplo bem claro da separação entre dentro e fora nas estruturas próprias de uma edificação dos fins do século XVII e início do XVIII. Nas descrições de Nuno Pereira, essa distinção

¹⁹¹ *Idem.*, v. 8., p. 125.

¹⁹² *Idem.*, p. 138.

¹⁹³ LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* (2006), p. 169.

mostrava um “espaço vivido” com mediações materiais próprias e que se disseminariam nas futuras terras mineiras, através do “Caminho dos Currais”.

Vale também destacar que nos relatos era recorrente a utilização do termo “fazenda”, apontando que essa nomenclatura, além de significar haveres, já era utilizada naquele período como denominação de propriedades rurais no interior da Capitania baiana. No mesmo período, o mapa do padre Cocleo representava dezenas dessas “fazendas” do “Caminho da Bahia”. Muitas delas possuíam currais, como aquele que o Peregrino encontrou ao deparar-se com um homem e quatro escravos “atando uma *cerca*”¹⁹⁴, que estava “derrubada, e nela tirada alguns paus”.¹⁹⁵

Como Daniel Roche já afirmara, “a morfologia da casa” é “reveladora de uma história social”, sendo que “o vocabulário das partes que constituíam as habitações, o dos materiais e o das técnicas de construção, devem ser todos ligados”.¹⁹⁶ O autor lembra o conselho de Jean Cuisenier, para o qual era preciso rever, na França, as mil e seiscentas monografias sobre habitações, organizadas sob o impulso do museólogo George-Henri Rivière, durante a última guerra, para assim: “reconstituir o caminho dos conhecimentos, os dos teóricos, agrônomos ou arquitetos, os dos pedreiros-construtores, e aqueles mais empíricos, dos habitantes, para encontrar a aliança das lógicas sociais e da composição arquitetônica”.¹⁹⁷ Apesar de não contarmos com esse avultado número de monografias sobre arquitetura de habitações em Minas Gerais, utilizamos algumas dezenas desses trabalhos, buscando entender como se davam as relações pretéritas entre as *lógicas sociais* e o *espaço habitacional*, bem como suas mudanças e permanências no passar do século XVIII, ou seja, a valorização da domesticidade nos fins da Idade Moderna.

1.2 – O Morar Mameluco e o Morar Curraleiro: interseções entre o mito da “Casa Bandeirista” e as “Casas dos Sertões do Norte”

Correntemente, sabe-se que ao menos durante vinte anos, de 1674 a 1695, da expedição de Fernão Dias aos primeiros manifestos dos achados auríferos, mamelucos

¹⁹⁴ PEREIRA, Nuno Marques. *Op. Cit.* (1939), vol. 1, p. 137.

¹⁹⁵ *Idem*, 138.

¹⁹⁶ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 119.

¹⁹⁷ *Idem*, p. 119 – 120.

paulistas (em grande parte taubateanos)¹⁹⁸ percorreram incessantemente os territórios das minas. Ao menos Borba Gato e seu grupo permaneceram por todo esse período na região, fortalecendo-se através de benesses régias até o fim da hegemonia paulista, em meados da primeira década do Setecentos. Tais grupos certamente edificaram algumas estruturas duráveis neste período, utilizando-se de tradições paulistas mesmo após os levantes emboabas de 1707 – 1708. Foram trinta anos de soberania mameluca no território, e mesmo depois dos conflitos do começo do século, e da mudança no jogo de forças das políticas locais, muitos paulistas ainda permaneceram nas minas, sobretudo os mais poderosos, pois não tinham o que temer, e continuavam com grande mão de obra escrava e vultosos cabedais. Algumas casas do século XVIII materializaram os hábitos e as características do “morar mameluco”, nos primórdios do que viria a se tornar a Capitania de Minas Gerais. Passamos a analisá-las.

Como afirmamos anteriormente, as casas com partido arquitetônico de inspiração “bandeirista” certamente existiram em muitas partes de Minas, sendo edificadas à medida que migrantes de origem paulista se sedentarizavam, com a consolidação da extração aurífera, nos primeiros anos do Setecentos. Antes de adentrarmos nas especificidades do que se convencionou chamar de “casa bandeirista”, cabe ressaltar que a elaboração desse ideário de tipologia arquitetônica esteve diretamente ligado à “invenção” de uma “mitologia bandeirante”.¹⁹⁹ O próprio termo “bandeirante” não era contemporâneo ao auge do movimento de apresamento indígena do século XVII, sendo empregado apenas na centúria seguinte.²⁰⁰

No que se refere à planta baixa das casas bandeiristas, sua principal característica era o “alpendre fronteiro”, que aqui denominamos “varanda entalada” (Figura). Como atentou Paulo Zanettini, essa formulação, proposta por Carlos Lemos, baseou-se em grande número de exemplares identificados após 1940, e simplificava a “ambiciosa construção conceitual”²⁰¹ do arquiteto Luís Saia, criador do termo “Casa

¹⁹⁸ VASCONCELOS, Diogo Luís de Almeida Pereira de. *Op. Cit.* (1999), p. 120. LIMA, Leandro Santos. *Op. Cit.* (2011), p. 11.

¹⁹⁹ HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence (Orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²⁰⁰ SOUZA, Ricardo. A Mitologia Bandeirante - construção e sentidos. *História Social* - revista dos pós-graduandos em História da Unicamp. São Paulo: Campinas, 2007, nº13, p. 152. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/215/207> (acesso, fevereiro de 2017)

²⁰¹ ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), p. 78.

Bandeirista”.²⁰² Para Zanettini, a formulação de Saia apresentava um “esquema construtivo” de “modelo puro”, difícil de ser aplicado à multiplicidade de modelos e suas variações tipológicas.²⁰³

De um modo geral, os estudiosos das moradias coloniais paulistas credenciaram à faixa dianteira do edifício a trilogia funcional: “capela, varanda e quarto de hóspedes”. Nesse ponto eles seguiram a hipótese de Luís Saia, segundo o qual os cômodos da frente da casa se dispunham ao uso mais público e externo, enquanto os espaços remanescentes restringiam-se à família e aos demais membros do agregado propriamente dito. Quanto aos usos dos cômodos internos, os estudiosos divergiam. Júlio Roberto Katinsky e Carlos Lemos, por exemplo, ao contrário de Luís Saia, identificavam na “grande sala” central das residências, rodeada por pequenos cômodos, reminiscências de tradições de moradias ameríndias.²⁰⁴ Essa estruturação fugiria ao padrão europeu, materializando atributos ligados mais à satisfação de necessidades culturais mamelucas.²⁰⁵ De fato, grandes moradias coletivas indígenas, de diversos etnias e troncos linguísticos, distribuíam-se internamente entre várias famílias dispostas de forma circular também em torno de uma grande área central (sem paredes internas para segregação dos subgrupos).²⁰⁶ Do ponto de vista da técnica construtiva, todos os autores são unânimes ao afirmarem a predominância identitária da taipa de pilão nas casas coloniais paulistas.

Do que foi dito, vale nos determos na confluência entre costumes e valores europeus (ibéricos) e indígenas (sobretudo de etnias da família linguística tupi-guarani), no que se referem à conformação do “morar mameluco” em finais do século XVII. Essas formas de morar seriam transplantadas para as recém descobertas Minas dos Cataguases. Ao considerarmos que as relações espaciais internas às casas bandeiristas,

²⁰² Essa terminologia foi empregada pela primeira vez por Luís Saia. SAIA, Luís. *A casa bandeirista: uma interpretação*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1955.

²⁰³ O esquema se resumia à escolha de uma plataforma plana para edificação, que deveria possuir planta retangular; utilização de paredes de taipa de pilão como vedação e estrutura, emprego dos forros dos quartos como compartimentos de uso variável; telhado de quatro águas; separação entre a família e os demais pela faixa formada pela capela, quarto de hóspedes e alpendre; finalizando, o desenvolvimento da zona da família em torno de uma sala grande e central. ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), p. 78.

²⁰⁴ ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), p. 78; 84; 165 – 166.

²⁰⁵ *Idem*, p. 165 – 166.

²⁰⁶ SÁ, Cristina. Observações Sobre a Habitação em três Grupos Indígenas Brasileiros. In: NOVAES, Sylvia Caiuby. (Org.). *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1983, p. 116.

com a grande sala central rodeada por pequenos cômodos (Figura 1), materializavam a ligação entre o morar mameluco e sua origem nas casas comunais indígenas; é possível ler descrições dos abrigos que inicialmente foram construídos em Minas como continuidades dessas formas de morar.

De acordo com Sylvio de Vasconcellos, as primeiras habitações que foram edificadas no território do atual município de Ouro Preto seriam moradias coletivas em que o senhor do manifesto aurífero e seus companheiros residiam todos em “ranchos de peça única”:

[...] resumidos em uma área coberta, de piso de terra batida, comportando no centro a trempe sobre o braseiro, enquanto pelos cantos colocam-se os jiraus para o merecido descanso de seus ocupantes. Quando são muitos, espalham-se pelo chão, sobre couros ou esteiras.²⁰⁷

De fato, Maria Aparecida de Menezes Borrego, em seu estudo acerca do processo de constituição urbana em Vila Rica, constatou que nos Termos de Aforamento, “a menção a ranchos aparece, quase na sua totalidade, nos anos de 1712-1714, depois do que são substituídos pela denominação casas”.²⁰⁸ Em alguns desses registros constavam solicitações para “fazer obra” em ranchos preexistentes, ou para reedificação de ranchos em que já se vivia.²⁰⁹ A formulação de Vasconcellos e os dados analisados por Borrego condizem com a narrativa ficcional de época. No *Peregrino da América*, em trecho já citado, um foragido das Minas se escondeu nos sertões da Bahia e construiu sua barraca como uma peça de cômodo único. O abrigo servia plenamente para mais de uma pessoa, com redes armadas e uma cama de varas (o jirau), além de uma “mesa posta” para as refeições.²¹⁰ A centralidade do cômodo coletivo, presente nas casas bandeiristas, também existiu nas Minas em seus primeiros anos de povoamento. Todavia, de modo semelhante, as moradias com um único cômodo igualmente predominaram na Europa, tanto em áreas rurais, quanto em áreas urbanas, até o século XVIII, como já afirmarmos.²¹¹ A diferença entre o “morar europeu” e o “morar

²⁰⁷ VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: Formação e desenvolvimento – Residências*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956, p. 182.

²⁰⁸ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e Práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702 – 1748)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004, p. 79.

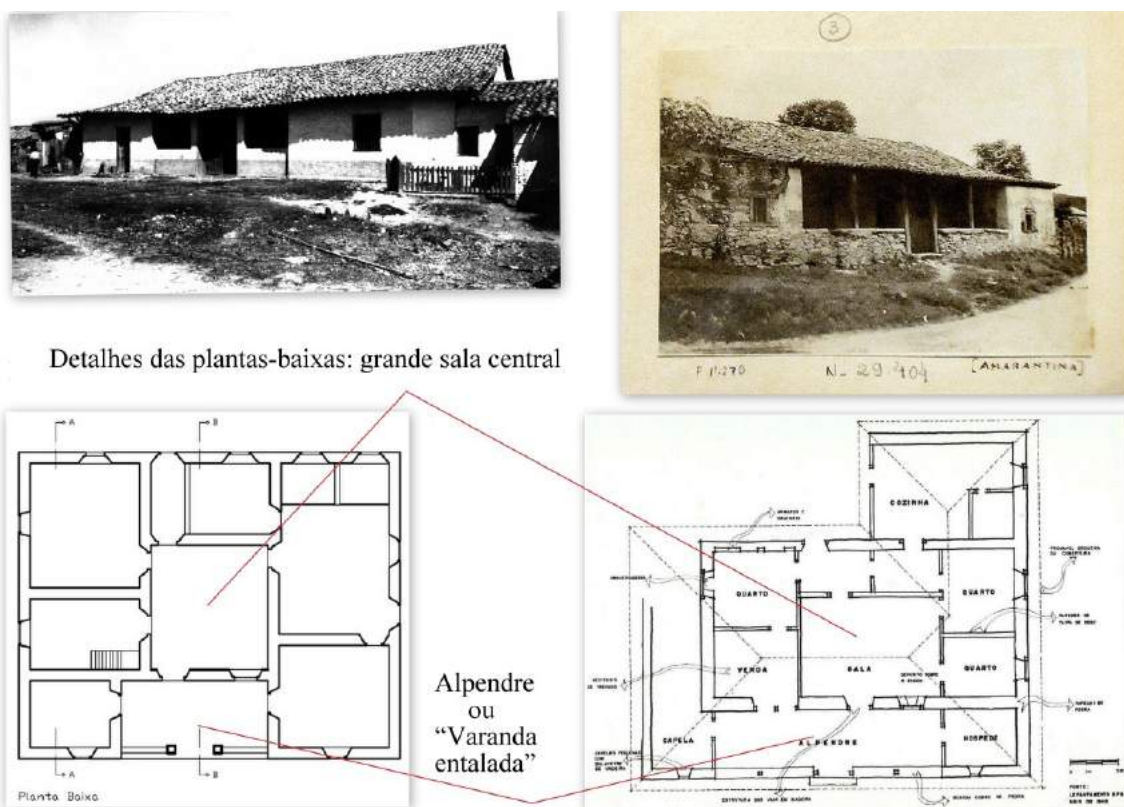
²⁰⁹ *Idem*, p. 78.

²¹⁰ PEREIRA, Nuno Marques. *Op. Cit.* (1939), vol. 1, p.199.

²¹¹ BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.* (2005), p. 245, 246; ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 130.

mameluco” consistiria na persistência de uma grande sala central neste último, mesmo quando as edificações passavam a ter mais compartimentos.

Figura 1 – “Casas Bandeiristas” em Tatuapé (São Paulo) e Amarantina (Minas Gerais)



Fonte: “Sítio do Tatuapé” em: ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), pranchas 10 e 11; Fotografia da Casa de Amarantina em: <http://www.casasbandeiristas.com.br/223/> (acesso, 17 de julho de 2019), planta baixa em: NASCIMENTO, Evelin Luciana Malaquias. Et. Al. *Op. Cit.* (2014), v.1, p. 16.

Subsistem, no território mineiro, ao menos dois exemplares setecentistas, devidamente estudados, com a “intenção plástica” bandeirista. A denominada “Casa Bandeirista de Amarantina” e a sede da “fazenda São José do Manso”, ambas em áreas rurais da antiga Vila Rica, atual município de Ouro Preto. As duas sobreviveram ao tempo devido a um elemento alheio ao partido arquitetônico paulista: a construção em alvenaria de pedra. Porém, suas fachadas e diversos elementos originaram-se da tradição arquitetônica irradiada do planalto de Piratininga. Destas, a que mais se aproximava da típica arquitetura paulista era a Casa Bandeirista de Amarantina (Figura

1). Em 1948, Sylvio de Vasconcellos, a serviço do IPHAN, comunicou a existência da edificação em carta a Luís Saia. Em seus termos, tratava-se de mais um dos “exemplares curiosos de arquitetura civil, muito semelhantes aos paulistas do século XVII”²¹², que em Minas vinha encontrando, e que diferiam daqueles apenas na técnica construtiva: a alvenaria de pedra.²¹³ Com planta baixa quadrada em três lanços e “varanda entalada”, nos termos de Vasconcellos, a casa se diferia da “arquitetura propriamente mineira do século XVIII”.²¹⁴ A região onde a moradia foi edificada, no começo do Setecentos, era um “pequeno reduto de paulistas” que utilizavam indígenas como mão de obra escrava.²¹⁵ Certamente a posse, devido à solidez de sua estrutura em pedra, pertenceu à pessoa de cabedal, possivelmente algum paulista que se enriquecera “nos negócios das minas”. De fato, assinalando a grande presença paulista na região, a cerca de três léguas de Amarantina (c. 18 Km), na divisa da comarca de Sabará com a comarca de Vila Rica, existiu o povoado de Rio das Pedras²¹⁶ onde se radicaram diversos paulistas

²¹² Correspondências de 1948, trocadas entre o arquiteto Sylvio de Vasconcelos e Luis Saia. *Apud*. NASCIMENTO, Evelin Luciana Malaquias (Et. Al.). *Projeto de Pesquisa Arqueológica da Casa Setecentista (Casa de Pedra) Amarantina – Ouro Preto/MG*. Relatório Final. Volume 1 – Pesquisa Arqueológica. Belo Horizonte: Rede Cidade, 2014, p. 16.

²¹³ Em carta de 1946, quando era chefe da 3ª seção do então DPHAN (atual IPHAN), em Minas Gerais, Vasconcellos escreve ao criador do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, notificando-o e apresentando fotografias de “duas construções, uma localizada em São Gonçalo do Amarante, hoje Amarantina, município de Ouro Preto, e outra na Fazenda das Pedras, município de Lafaiete, esta última, segundo ele, teria sido inventariada pelo doutor Salomão de Vasconcelos”. Na correspondência o arquiteto atentou para a “absoluta identidade das duas construções, tanto na parte construtiva com o uso dos mesmos materiais, como no estilo e talvez nas próprias dimensões”. (Ofício 387-46, de Sílvio Vasconcelos a Rodrigo Melo Franco de Andrade: Belo Horizonte, 26 de novembro de 1946. Documento do Arquivo da 13ª Sub Regional II / Ouro Preto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://www.casasbandeiristas.com.br/223/>, acesso, fevereiro de 2017). Dois anos depois, em 1948, em correspondência dirigida a Luís Saia (o criador da designação “casa bandeirista”), então chefe da 4ª seção do SPHAN, em São Paulo; Sylvio de Vasconcellos se refere novamente a casa de Amarantina, em suas palavras: “Tenho encontrado aqui alguns exemplares curiosos de arquitetura civil, muito semelhantes aos paulistas do século XVII (seu estudo na Revista do IPHAN 3) e não sei se você tem conhecimento deles. Um, por exemplo, em Amarantina (município de Ouro Preto) inclusive com uso do sótão para depósito. Difere apenas na técnica construtiva – alvenaria de pedras na periferia e taipa de sebe nas divisões internas. É uma linda casa e diferente da arquitetura propriamente mineira do século XVIII”. Carta de Sílvio de Vasconcelos a Luís Saia: Belo Horizonte, 28 de setembro de 1948. Documento do Arquivo da 13ª Sub Regional II / Ouro Preto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://www.casasbandeiristas.com.br/223/> (acesso, fevereiro de 2017).

²¹⁴ Correspondências de 1948, trocadas entre o arquiteto Sylvio de Vasconcelos e Luis Saia. NASCIMENTO, Evelin Luciana Malaquias. Et. Al. *Projeto de Pesquisa Arqueológica da Casa Setecentista (Casa de Pedra) Amarantina – Ouro Preto/MG*. Relatório Final. 2 Volumes. Belo Horizonte: Rede Cidade, 2014, v.1, p. 16.

²¹⁵ Consta o “ôbito do tropeiro reinol José Gomes, ‘que vinha do caminho de Goiáses’, tendo expirado no distrito de São Gonçalo da Vargem, em casa de Bartolomeu Aloíso da Silva, possivelmente um paulista, no dia 14 de julho de 1737”. NASCIMENTO, Evelin Luciana Malaquias. *Et. Al. Op. Cit.* (2014), v. 1, p. 16.

²¹⁶ Atual Acuruí, distrito do município de Itabirito (MG).

descendentes do coronel Pedro da Fonseca Magalhães e de Helena do Prado Cabral. Ele, era português, natural da freguesia de Santa Maria de Almacave, Bispado de Lamego; ela, taubateana, filha de Antonio Bicudo Leme e Francisca Romeiro Velho Cabral.²¹⁷ Uma das filhas do casal, Helena das Chagas do Lado de Cristo, faleceu em 1731, no “distrito do Rio das Pedras, termo da Vila Real de Sabará”, onde possuía “uma rocinha que tem só capoeiras e sem mato algum com sua casa de telha quase no chão” (50\$000 réis).²¹⁸ Outro filho do casal, Antônio de Fonseca de Magalhães, também viveu na “freguesia do Rio das Pedras”. Com maior riqueza que os pais, faleceu no ano de 1746 com uma boa fortuna (3:728\$235 réis) que o inseria entre as camadas médias²¹⁹ da comarca. Antônio era então possuidor de um “sítio com sua casa de vivenda de sobrado coberta de telhas, dois ranchos cobertos de telha e dois de capim, um paiol coberto de telha, senzala e cozinha coberta de capim, arbustos de espinho e pastos fechados” (975\$000 réis).²²⁰

Voltando a casa bandeirista de Amarantina, é importante notar, na reconstituição de sua planta-baixa, a existência de uma grande sala, com cômodos bem menores à volta, especializando, claramente, o morar mameluco e seus vínculos com a moradia coletiva de origem indígena.²²¹ Todavia, essa forma de distribuição interna dos compartimentos não perdurou nas habitações setecentistas da Capitania de Minas Gerais. O que se deu devido a distintos fatores, como o declínio da hegemonia paulista,

²¹⁷ Parte da genealogia em: <http://www.projetoconpartilhar.org/Familia/HelenadoPradoCabral.htm> (acesso, agosto de 2019).

²¹⁸ Seu monte-mor foi registrado no valor de 1:669\$480 réis. BDITCRV, inventário *post-mortem* de Elena da Chaga do Lado de Cristo, 1732. A presença da telha na edificação não necessariamente indica que ela tenha sido construída e coberta imediatamente com telhas. Provavelmente, por tratar-se de uma casa “quase no chão”, denotando sua antiguidade, é possível que tenha se acrescentado a telha posteriormente, substituindo-se uma cobertura de palha.

²¹⁹ Seguimos aqui a classificação de fortunas elaborada por Raphael Freitas Santos, para a Comarca de Sabará, entre 1713 e 1773, segundo a qual “foram identificados três grupos distintos: os que acumularam até 999\$999, que pode ser considerado como uma população livre e pobre; os que acumularam entre 1:000\$000 e 4:999\$999, que compunham uma camada média que tinham posses, mas que não chegaram a acumular tanta riqueza quanto a terceira camada, composta pelos indivíduos que conseguiram acumular mais do que 5:000\$000”. SANTOS, Raphael Freitas. “*Devo que pagarei*”: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Dissertação de Mestrado em História), p. 66; 82-83. Para classificações de fortunas no século XVIII, em Minas Gerais, com faixais de fortunas mais detalhadas, ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* (2010), p. 141.

²²⁰ BDITCRV, inventário *post-mortem* de Antônio de Fonseca de Magalhães, 1742.

²²¹ NASCIMENTO, Evelin Luciana Malaquias. *Et. Al. Op. Cit.* (2014), p. 15.

após a “Guerra dos Emboabas”; o grande fluxo de populações de outras partes da Colônia e, sobretudo, o surto migratório advindo do Norte de Portugal.²²²

No que se refere à vertente de povoamento vinda do Norte da Colônia, apesar de algumas tentativas isoladas, de caráter local e monográficas²²³, ou ligadas às atividades do IPHAN²²⁴, não se constituiu nos atuais estados do Nordeste a “invenção” de um modelo de “casa” identitária como ocorreu em São Paulo no começo do século XX. Isso se deu, em grande parte, devido ao amplo contraste entre o “litoral canavieiro” e o “sertão curraleiro” destas regiões. A imagem do litoral, com suas “casas grandes de engenho”, se projetou como a figura predominante das extensas e distintas territorialidades que compunham o passado do atual Nordeste brasileiro.²²⁵ Todavia, estudos recentes vêm demonstrando a heterogeneidade do “morar” pretérito destas regiões.

Nathália M. Montenegro Diniz analisou dezenas de edificações que existiram nesse extenso território, que no período colonial, tinha na criação de gado sua principal atividade econômica. A autora averigou a grande diversidade de habitações que existiu na aparente unidade desses sertões, porém, não deixou de identificar elementos arquitetônicos semelhantes, sem caracterizar um “modelo geral”.²²⁶ Na comparação com as edificações mineiras, focaremos nos aspectos mais frequentes das “Casas dos Sertões” do Norte, os quais foram: do ponto de vista da intenção plástica, telhados em duas águas²²⁷; plantas baixas retangulares,²²⁸ com tendência a grandes frentes, em relação à profundidade²²⁹, ou em “L” (aparentemente formado por puxados de serviços

²²² RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 44, n. 1, jan./jun., p.132-153, 2008.

²²³ Para uma síntese dessas tentativas de caracterização das casas dos sertões do Norte, ver: DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Um Sertão Entre Tantos Outros: Fazendas de gado nas Ribeiras do Norte*. São Paulo: FAU/USP, 2013. (Tese de Doutorado); DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Velhas Fazendas da Ribeira do Seridó*. São Paulo: FAU/USP, 2008. (Dissertação de Mestrado).

²²⁴ Paulo Barreto, por exemplo, no começo do século passado, seguindo a linha dos trabalhos do IPHAN, formulou a ideia de uma “casa piauiense”, ver: BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional*. Rio de Janeiro: MES, 1938. n. 2. p. 187 - 223.

²²⁵ AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Op. Cit.* (1990); AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Op. Cit.* (2009); SILVA, Geraldo Gomes da. *Engenho e arquitetura: tipologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco*. Recife: Editora Fundação Gilberto Freyre, 1998.

²²⁶ A autora analisou exemplares do século XVIII, mas, sobretudo, do XIX.

²²⁷ DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Op. Cit.* (2013), p. 181.

²²⁸ *Idem*, p. 157; 164, 209; 245; 267; 270.

²²⁹ *Idem*, p. 164.

posteriores às edificações)²³⁰; alicerces rasos, configurando casas baixas²³¹ em “semelhança com a típica casa urbana do período colonial”, especialmente nos casos em que não havia alpendres/varandas frontais,²³² que geralmente cobriam toda fachada da edificação, diferente das “varandas entaladas” das casas bandeiristas. Todavia, o alpendre/varanda também constituiu-se em um elemento recorrente nessas residências²³³, principalmente em suas fachadas dianteiras (64% das casas dos sertões baianos tinham varandas, e dessas, 70% as possuíam na fachada dianteira).²³⁴

Quanto à distribuição interna dos cômodos, ela se dava de duas formas: ou através dos próprios cômodos, o que revelava a “falta de *privacidade* nos ambientes e consequente promiscuidade quanto aos usos, devido à sobreposição de funções”²³⁵; ou através de um “corredor que distribuía a circulação entre os ambientes da habitação, solução mais sofisticada que a anterior”,²³⁶ e certamente mais recente. Quanto aos materiais e técnicas construtivas, os tijolos de adobe, em estrutura autoportante ou mista, foram os mais recorrentes, sobretudo na Bahia.²³⁷ Por fim, é importante destacar que em nenhum exemplar dos sertões do Norte apareceu a taipa de pilão, técnica construtiva identitária de São Paulo no período colonial.

Segundo Nathália Diniz, no começo do século XVIII, não existiam muitas habitações nos “Sertões do Norte”.²³⁸ As primeiras casas dessas regiões seriam majoritariamente de pau-a-pique, semelhantes às que Paulo Barreto denominou como “casa de sertanejo”, de telhado duas águas e varanda dianteira e/ou traseira (Figura 2). Nas palavras desse autor, era “difícil encontrar palhoça sem *varanda* [...]”; são bastante fechadas e a defesa contra o sol continua a ser a preocupação máxima. Dentro do sertão, junto à varanda é colocado o rancho, e *o viajante só pode passar a varanda quando é*

²³⁰ *Idem*, p. 270.

²³¹ *Idem*, p. 176; 275.

²³² *Idem*, 205. A semelhança de muitas dessas casas dos sertões com casas urbanas também foi destacada por Barreto, ver: DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Op. Cit.* (2013), p. 155.

²³³ *Idem*, p. 205.

²³⁴ *Idem*, p. 270.

²³⁵ *Idem*, p. 161; 172;

²³⁶ *Idem*, p. 161.

²³⁷ DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Op. Cit.* (2013), p. 275. Porém, também se encontravam outros materiais como a alvenaria de pedras e taipa de mão, que prevaleceram nos sertões do Ceará e Piauí durante o século XVIII. DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Op. Cit.* (2013), p. 66; 155.

²³⁸ *Idem*, p. 151.

convidado”.²³⁹ Posteriormente, ainda no Setecentos, seriam construídas habitações maiores, em adobe, mas seguindo esses traços gerais. Dentre essas, destacamos três fazendas baianas analisadas por Nathália Diniz, que apesar de não possuírem datação precisa, muito provavelmente foram edificadas entre meados do século XVIII e do XIX. Nesse período houve intensa troca mercantil, populacional e conseqüentemente de cultura material entre os sertões da Bahia e a antiga comarca do Rio das Velhas, em Minas Gerais.²⁴⁰

Figura 2 – “Primitiva” *Casa de Sertanejo* dos Sertões do Norte



Fonte: BARRETO, Paulo Thedim. *Op. Cit.* (1938), p. 219.

Na sede da fazenda Capim de Raiz²⁴¹, era possível observar a “linhagem” da “primitiva” *Casa de Sertanejo*²⁴², que segundo Paulo Barreto, seria a moradia mais simples dos vaqueiros desses sertões.²⁴³ Nela, podemos observar o telhado em duas águas, e as varandas, à frente (com possível quarto de hóspedes), e a traseira (utilizada como cômodo para refeições). A sede da fazenda Bom Jesus²⁴⁴, por sua vez, sem varanda frontal, como muitas outras do Norte, aparentava-se como as casas urbanas

²³⁹ BARRETO, Paulo Thedim. *Op. Cit.* (1938), p. 215.

²⁴⁰ SANTOS, Raphael Freitas. *Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. Rio de Janeiro: UFF, 2013. (Tese de doutorado em história)

²⁴¹ DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Op. Cit.* (2013), p. 278.

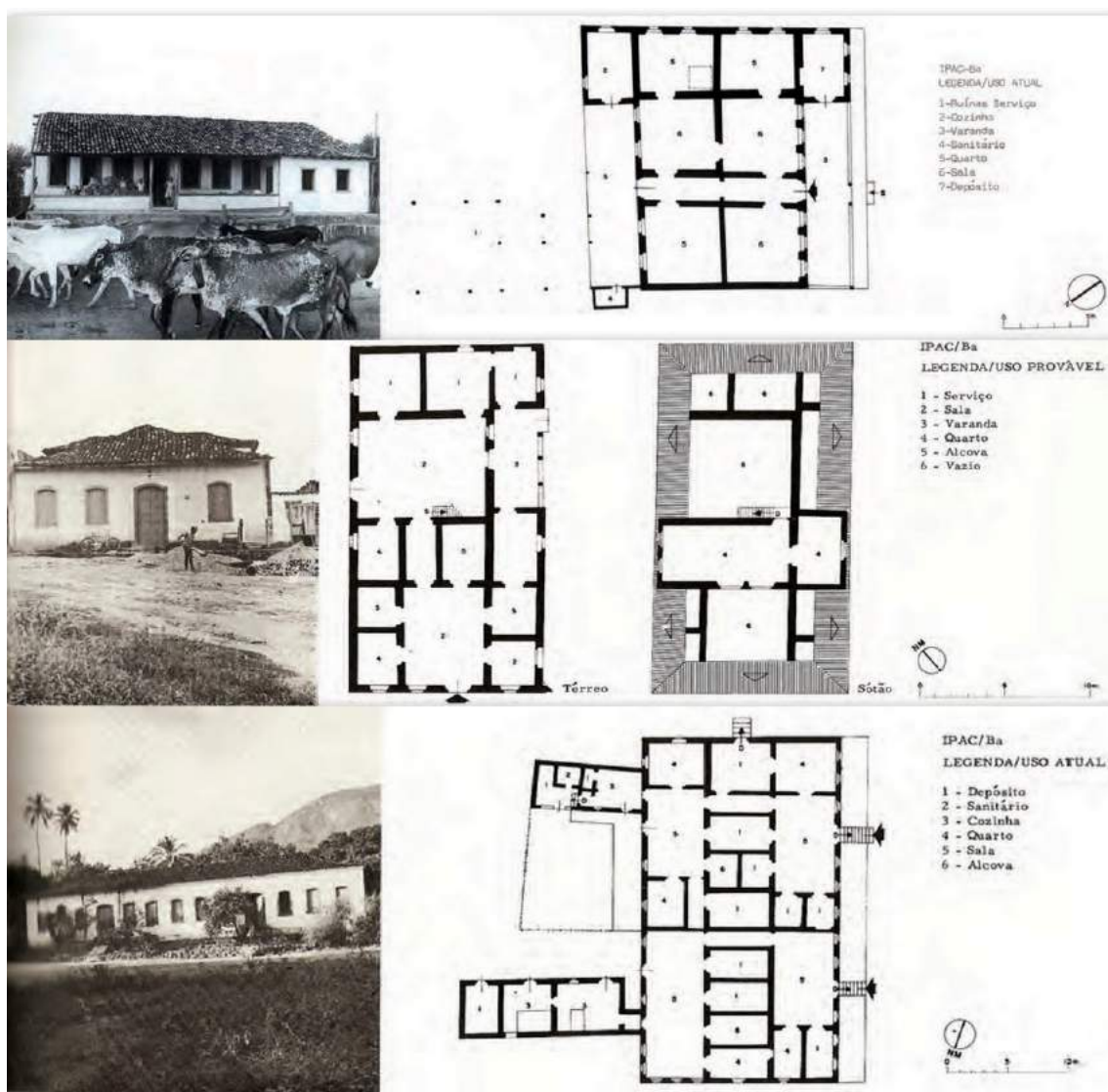
²⁴² BARRETO, Paulo Thedim. *Op. Cit.* (1938), p. 219.

²⁴³ *Idem*, p. 215 – 219.

²⁴⁴ DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Op. Cit.* (2013), p. 279.

coloniais.²⁴⁵ Por último, a sede da fazenda Coqueiros, também sem a varanda frontal, e com duas moradias geminadas, expunha sua “grande frente” como característica. As três edificações possuíam alicerces rasos, o que lhes dava a aparência de “casas baixas”, e foram construídas em adobe, sendo as duas últimas em estruturas autoportantes, a primeira com reforços de esteios de madeira.

Figura 3 – Casas dos Sertões do Norte: sedes das fazendas Capim de Raiz, Bom Jesus e Coqueiros (Bahia)



Fonte: DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Op. Cit.* (2013), p. 278 – 280.

²⁴⁵ Nesta fazenda existiu um sobrado no meio do corpo da casa, o que lhe dava uma configuração singular. DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Op. Cit.* (2013), p. 279.

Os exemplares apontavam a heterogeneidade das Casas dos Sertões do Norte, e, ao mesmo tempo, seus traços comuns. Algumas moradias edificadas em Minas no século XVIII possuíam elementos arquitetônicos semelhantes a elas. Exemplo disso era a denominada Quinta do Sumidouro, edificação de meados do século XVIII que recebeu esse nome por encontrar-se na região onde a tradição diz que o bandeirante Fernão Dias havia se estabelecido, ainda no século XVII.²⁴⁶ A localidade denominada “Sumidouro” aparece nos Inventários do termo de Sabará a partir do ano de 1739²⁴⁷, englobando uma grande região entre Bento Pires²⁴⁸ e o arraial de Santa Luzia. A partir do ano de 1778 os documentos referem-se ao lugar denominado “Quinta do Sumidouro”,²⁴⁹ que em 1794 será designado como “arraial” da Quinta do Sumidouro²⁵⁰ da freguesia Santa Luzia.²⁵¹

A casa da Quinta do Sumidouro apresentava telhado em *duas águas*, e foi construída em estrutura autônoma de madeira com vedação em *adobe* e pau-a-pique, com *alicerces rasos*, o que lhe dava *aparência de casa urbana* do período colonial (Figura 4), com fachada muito semelhante à da sede da fazenda Bom Jesus (Figura 3). Todos esses elementos comungam com traços gerais das Casas dos Sertões do Norte, destacados anteriormente, porém, as semelhanças acabavam por aqui. As vergas dos vãos da casa do Sumidouro eram em arco abatido, da forma comumente empregada em Minas no século XVIII.²⁵² Porém, a principal diferença entre essa construção e as supracitadas Casas do Norte, residia na distribuição interna de seus cômodos, que se realizada em torno de uma grande sala, rodeada por pequenos cômodos. Internamente, portanto, a Quinta do Sumidouro vinculava-se mais à tradição bandeirista, que a dos currais, materializando, claramente, a “história cruzada” dessas várias regiões da América Portuguesa, nas terras das recém descobertas Minas Gerais.

²⁴⁶ Nas proximidades do atual Parque do Sumidouro, município de Pedro Leopoldo (MG). IEPHA. Guia de bens tombados IEPHA/MG / Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. – 2. ed. – Belo Horizonte: IEPHA, 2014, v.1, p. 27.

²⁴⁷ BDITCRV, Inventários *post-mortem* de João Ferreira dos Santos, 1739; Antônio de Moraes Campos, 1758; José de Souza de Carvalho, 1773; João Francisco Ribeiro, 1774; José Rodrigues da Costa, 1784; Lucas da Fraga Coelho, 1791.

²⁴⁸ Atual município de Ribeirão das Neves, MG.

²⁴⁹ BDITCRV, Inventários *post-mortem* de João Rodrigues de Aguiar, 1778; Josefa Maria de Jesus, 1783; João Martins Afilhado, 1784; Custódio José de Almeida, 1793; José de Souza Alvim, 1794.

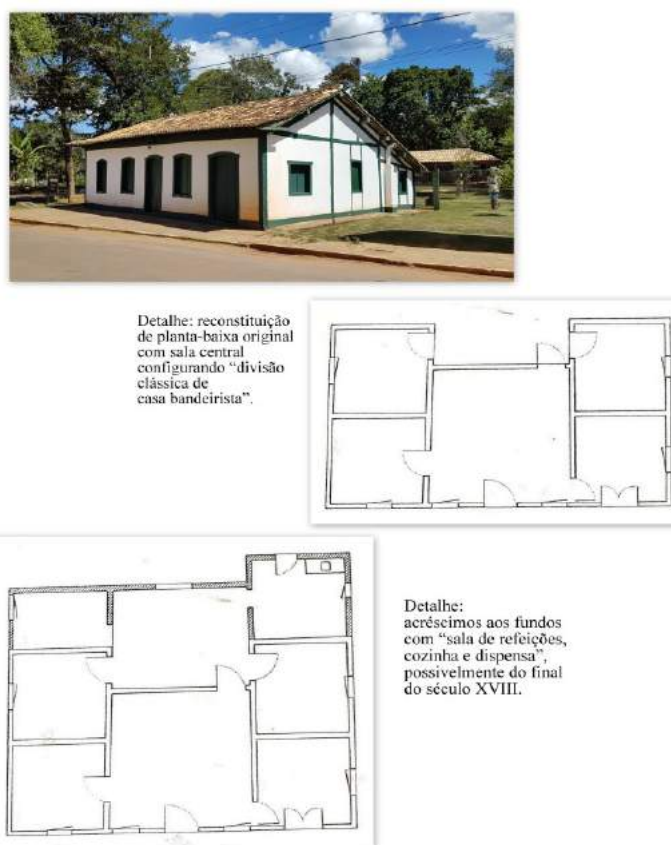
²⁵⁰ Atual distrito de Fidalgo, em Pedro Leopoldo, MG.

²⁵¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José de Souza Alvim, 1794.

²⁵² IEPHA. *Op. Cit.* (2014), v.1, p. 27.

As prospecções arqueológicas realizadas na Quinta do Sumidouro, por Tânia Pôrto e Carlos Magno Guimarães, demonstraram que a sala central da casa configurava “uma divisão clássica de casa bandeirista”²⁵³, antes de serem acrescentadas, nos fundos da residência, as “sala de refeições, cozinha e dispensa”²⁵⁴ (Figura 4). Essas alterações possivelmente foram realizadas em fins do século XVIII, período que coincide com o surgimento do arraial da “Quinta do Sumidouro”. A criação desse povoado teria aumentado o fluxo e a permanência de pessoas no local, ao mesmo tempo em que a casa crescia, e se alterava a disposição interna dos cômodos atendendo às “novas necessidades” da época.

Figura 4 – Quinta do Sumidouro ou Casa de Fernão Dias, século XVIII (Pedro Leopoldo, MG)



Fonte: foto https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Casa_Fernao_Dias.jpg (acesso, julho de 2019); plantas: VELOSO, Tânia Pôrto Guimarães; GUIMARÃES, Carlos Magno. *Et. Al. Op. Cit.* (1992), anexos.

²⁵³ VELOSO, Tânia Pôrto Guimarães; GUIMARÃES, Carlos Magno. *Et. Al. Intervenção arqueológica para fins de pesquisa e acompanhamento das obras de restauração da “Casa de Fernão Dias Paes” – Quinta do Sumidouro – Fidalgo – Pedro Leopoldo – Minas Gerais. Relatório Final.* Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, 1992, p. 11.

²⁵⁴ VELOSO, Tânia Pôrto Guimarães; GUIMARÃES, Carlos Magno. *Et. Al. Op. Cit.* (1992), p. 26.

Outra casa rural mineira construída na primeira metade do século XVIII, que guardava semelhanças arquitetônicas com as Casas do Sertão do Norte, foi a sede da fazenda Vereda, edificada a partir do ano de 1741, na fronteira de expansão agropastoril da comarca do Rio das Velhas, quando suas terras foram adquiridas por José Teixeira de Carvalho.²⁵⁵ Ali nasceu um de seus filhos, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, futuro visconde de Caeté (c.1767 - 1838)²⁵⁶, que expandiria a fortuna e o poder político da família²⁵⁷, tornando-se o primeiro presidente da Província de Minas Gerais (1824 - 1826), e posteriormente, assumindo o mandato de Senador do Império Brasileiro (1826 a 1838).²⁵⁸

A grande frente da casa da Vereda lembrava a fachada da sede da fazenda Coqueiro, na Bahia (Figura 3). Assim como as Casas do Norte sem varandas fronteiriças, e com alicerces baixos, elas aparentavam ser um conjunto de casas urbanas do período colonial. A distribuição dos cômodos internos da casa se dava através de um corredor que ligava a frente à sala ou “varanda” traseira.²⁵⁹ A dinâmica da planta baixa de mesmo modo era semelhante à da casa da fazenda Coqueiro (Figura 3 e 5). Seguiu a forma que se adotou também nas casas mais sofisticadas dos Sertões do Norte, com seus corredores internos.²⁶⁰ Essa “inovação” permitia maior “privacidade” nos ambientes domésticos ao separar dos cômodos mais “íntimos” o transido das áreas de serviços (traseiras) e das zonas mais sociais (dianteiras).

²⁵⁵ A sede da fazenda Vereda situava-se no antigo Arraial de Santa Quitéria, atual município de Esmeraldas. CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Arquitetura rural na microrregião metropolitana de Belo Horizonte: investigação sobre tipologias arquitetônicas nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (Dissertação de Mestrado), p. 547

²⁵⁶ BARATA, Carlos Eduardo. *Descendentes de João Teixeira Álvares (Os Mottas - A Família do Visconde de Caeté)*. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/mottas.pdf> (acesso, maio de 2017); dados genealógicos em: <http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1356857> (acesso, maio de 2017).

²⁵⁷ O visconde também se utilizou de estratégias matrimoniais na consolidação de seu poder político e econômico, casando-se com uma filha do coronel João da Motta Ribeiro, Maria de Jesus Teixeira. O coronel foi abastado proprietário nas proximidades de Caeté, construindo, em 1791, a fazenda do Rio São João, no atual município de Bom Jesus do Amparo, uma das maiores casas rurais construídas em Minas no século XVIII. A fazenda foi tombada como patrimônio nacional pelo IPHAN (Decreto Lei nº 25, 30/11/1973). Breve histórico da fazenda pode ser encontrando em: MENEZES, Ivo Porto de. *Documentário arquitetônico: fazendas mineiras*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 1969, p. 15.

²⁵⁸ O visconde também foi responsável pela edificação de uma das mais imponentes casas rurais da comarca do Rio das Velhas, a sede da fazenda Santo Antônio (também em Esmeraldas), erguida entre 1818 e 1822. Quando faleceu, possuía partes na fazenda Vereda, conforme o inventário de seus bens elaborado em 1838. CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2003), p. 549.

²⁵⁹ A sala traseira foi identificada como varanda na planta baixa elaborada por Elizabeth Carvalho. CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2013), p. 553.

²⁶⁰ *Idem*, p. 161.

Figura 5 – Sede da Fazenda Vereda, c. 1741 (Esmeraldas – MG)



Detalhe:
corredor interno
permitindo maior
“privacidade”
ao isolar
os cômodos mais íntimos
do trânsito de serviços
e áreas sociais.



Fonte: fotografia de Paulo Pimentel, disponível em: http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoApresentacao.aspx?cod_destino=357 (acesso, julho de 2019). Planta baixa em: CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2013), p. 553.

Assim como a Quinta do Sumidouro e a sede da fazenda Vereda, subsistem outros exemplares de sedes de fazendas que foram edificados em Minas, ainda na primeira metade do século XVIII, com características semelhantes às nortistas.²⁶¹ Esses remanescentes nos permitem levantar a hipótese de que as casas baixas rurais, com

²⁶¹ Na antiga comarca do Rio das Mortes, podemos citar a fazenda da Lage (município de Resende Costa), com suas casas térreas, que no fim do século XVIII pertenciam ao inconfidente cel. Francisco Antônio de Oliveira (RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Op. Cit.* (2014), p. 181; MARTINS, Helena Teixeira. *Sedes de Fazendas Mineiras: Campos das Vertentes Séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998, p.65 – 71). Na mesma comarca, porém mais próximo de Vila Rica, encontrava-se a fazenda Paraopeba (no atual município de C. Lafaiete), também pertenceu a um inconfidente, o poeta e ouvidor da comarca, Inácio José de Alvarenga Peixoto. Nela existem dois edifícios justapostos, construídos claramente em épocas diferentes, a casa baixa com vergas alteadas é do começo do setecentos, se assemelha as que aqui nos referidos. Já o sobrado, com vergas retas, aparenta ter sido construído no século XIX.

aparência de casas urbanas, marcaram certa presença, em meio à heterogeneidade de intenções plásticas existentes na Capitania. Como veremos em momento oportuno, a maioria das casas rurais avaliadas no termo da vila de Sabará durante o século XVIII eram casas térreas, ou seja, conformavam tipologias baixas como as casas bandeiristas ou as casas dos sertões do Norte. Por outro lado, as casas rurais altas, de sobrado ou assobradadas em meia encosta²⁶², parecem ter se sobreposto aos demais modelos entre as moradias das elites da Capitania na segunda metade do século XVIII, quando elas se multiplicam nos Inventários, materializando uma tendência para a verticalização. Esse movimento pode ser encarado como uma representação do espaço de poder da “casa grande”, mas também como a afirmação de um símbolo fálico que simbolizava e instrumentalizava o poder de mando do proprietário sobre sua escravaria e a comunidade do entorno.

1.3 – O Mito da Mineiridade e a “Típica Casa de Fazenda Colonial Mineira”

O arquiteto Sylvio de Vasconcellos foi um dos primeiros e maiores estudiosos da história da arquitetura em Minas Gerais, com extensa investigação empírica interrompida pelo golpe civil-militar de 1964. Em um movimento semelhante ao de seus contemporâneos paulistas criadores do “bandeirismo”, Vasconcellos destacou-se como um dos principais teóricos do “mito da mineiridade”.²⁶³ Esse ideário se formou em um momento de afirmação do estado de Minas Gerais frente à estrutura federativa da república brasileira, em formação.²⁶⁴ Posteriormente, na obra desse arquiteto que buscava valorizar “o caráter moderno, progressista e democrático do ‘povo mineiro’”, o mito se ramificou, “em contraste com as muitas narrativas da mineiridade” de cunho conservador.²⁶⁵

²⁶² Estas últimas de inspiração norte portuguesa, como veremos adiante.

²⁶³ VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade*: ensaio de caracterização. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

²⁶⁴ O principal teórico desse primeiro momento foi Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcellos (1843-1927), avô de Sylvio de Vasconcelos. RAMALHO, Walderez Simões Costa. *A Historiografia da Mineiridade*: trajetórias e significados na história republicana do Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2015. (Dissertação de Mestrado em História), p. 37.

²⁶⁵ RAMALHO, Walderez Simões Costa. *Op. Cit.* (2015), p. 77.

Antes dos embates políticos da década de 1960, Sylvio de Vasconcellos propôs um “tipo comum” para a arquitetura rural mineira do período colonial. Em contraposição às habitações litorâneas, do Norte, com dois pavimentos e “sua varanda de canto” (as casas grandes de engenho); e também às moradias paulistas, baixas, com varanda entalada (as casas bandeiristas); para esse autor, as residências rurais mineiras se elevariam por esteios de madeira (em sobrado), ou ao menos na sua parte dianteira (de forma assobradada). Apresentariam ainda varanda em toda a fachada e um pequeno cômodo na lateral, que poderia ser usado tanto como um quarto de hóspedes quanto como uma capela, conforme a escolha do proprietário. Nestas casas, os cômodos se distribuiriam em torno de uma sala central, não tão ampla como as bandeiristas, mas às vezes duplicada, apresentando também corredores que facilitavam o trânsito autônomo entre determinadas áreas da residência.²⁶⁶ Para Vasconcellos o “partido arquitetônico mineiro” poderia “ajustar-se ao paulista”, ou teria evoluído dele, ambos igualmente participando da tradição portuguesa.²⁶⁷

Como vimos anteriormente, certos traços comuns às casas rurais mineiras se aproximavam mais de uma arquitetura dos Sertões do Norte, como sua varanda corrida na fachada do edifício. Em relação à casa paulista, baixa, com varanda entalada, o número de exemplares subsistentes em Minas Gerais foi bem menor, e sua influência tipológica não parece ter sido persistente. A proeminência da sala central na típica casa rural mineira, como foi evocada por Vasconcelos, advinda mais de uma tradição ibérica que bandeirista. Todavia, juntos, mas desiguais, todos esses elementos concorreriam para a formação dos modos do morar mineiros no Setecentos.

Para Ciro Ferraz Cruz a maciça imigração portuguesa “falou mais alto” nessa formação, suplantando os modos de morar paulista.²⁶⁸ Porém, como vimos, sobretudo nos três primeiros quartéis do século XVIII, a heterogeneidade parece ter reinado junto às adaptações arquitetônicas advindas da confluência de diferentes culturas regionais. Dentre elas, ao contrário do que a maioria dos autores assumem, existiu forte presença

²⁶⁶ VASCONCELLOS, Sylvio Carvalho de. *Arquitetura Colonial Mineira. I Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG: 1957, p. 13 – 14.

²⁶⁷ *Idem, ibidem*.

²⁶⁸ CRUZ, Cícero Ferraz. *Op. Cit.* p.47.

da colaboração de culturas africanas,²⁶⁹ a mais visível delas na técnica construtiva da taipa de mão como vedação estruturada sobre paus roliços – o pau-a-pique.²⁷⁰ É verdade que todas essas culturas foram norteadas por uma tradição portuguesa que centralizava o poder político e econômico. Porém, na arquitetura civil, isso se deu com menos peso do que se tendeu a considerar, haja vista que na metrópole não se encontravam aspectos do morar mameluco com sua centralidade comunal, bem como o morar sertanejo, fruto da austeridade, simplicidade e calor dos sertões.

Suzy de Mello, inspirada em Sylvio Vasconcellos, estabeleceu três fases para a formação da arquitetura rural mineira: a primeira, marcada por simples ranchos; a segunda, sob influência da casa bandeirista, com a substituição do sistema construtivo; e a terceira, iniciada em meados do século XVIII, se materializaria nas sedes de fazendas maiores que “não tiveram um claro plano regulador nas plantas” mas “certo agenciamento interno” que seguia “uma tendência nacional”,²⁷¹ em que:

As salas de receber ficam na zona frontal, as *alcovas* na região intermediária, enquanto o *estar familiar e os serviços* ficam nos fundos. As casas-sede tornaram-se sobrados semelhantes aos urbanos, numa transposição clara da linguagem básica da arquitetura das vilas. As *varandas fronteiras* persistiram que, em função do aumento das dimensões transversais dos edifícios, se tornaram mais alongadas, como uma possibilidade de separação entre social e íntimo. A capela e o quarto de hóspedes foram mantidos, dando diretamente para a varanda, numa *distinção entre as áreas sociais e íntimas*.²⁷²

Mesmo que para esse período seja difícil determinar os usos dos cômodos apenas através da leitura das plantas-baixas (e sabendo que no Setecentos e grande parte do Oitocentos o mais usual foi a sobreposição de usos), é possível afirmar que a “setorização” das casas rurais indicavam uma tendência à especialização de cômodos, ou melhor dizendo, a uma maior gradação na relação *dentro-fora* da qual emergiram determinadas centralidades na produção do espaço habitacional: relações de *centro-periferia*, materializando novas domesticidades e necessidades características do fim da Idade Moderna.

²⁶⁹ FÁRIA, Juliana Prestes Ribeiro de. *Influência africana na arquitetura de terra de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura).

²⁷⁰ WEIMER, Günter. *Inter-relações Afro-Brasileiras na Arquitetura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 163.

²⁷¹ MELLO, Susy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 225. *Apud*. CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2013), p. 553.

²⁷² *Idem*. (Itálicos nossos).

Sobretudo na segunda metade do século XVIII, houve uma tendência para a verticalização nas casas das elites da Capitania de Minas Gerais. Os Inventários do termo de Sabará descrevem esse movimento, como veremos mais adiante. Data desse período a edificação das grandes fazendas de sobrado ou assobradadas, em diversos modelos, que se aproximam das características descritas por Sylvio Vasconcellos e Suzy de Mello. Essas casas altas em certa medida foram herdeiras de tipos de “casa de lavoura mediana” que começaram a surgir entre os agropecuaristas policultores do Noroeste de Portugal, ainda no século XVII.²⁷³ Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano analisaram o desenvolvimento dessas tipologias nas proximidades do caminho que ligava a cidade do Porto à Braga.²⁷⁴ Muito semelhantes às “salas de receber” das fazendas mineiras descritas por Mello, nas edificações analisadas por Oliveira e Galhano, a sala era “em toda a parte, uma dependência de natureza fundamentalmente cerimonial, relacionada com certas solenidades [...] e também determinados acontecimentos festivos”.²⁷⁵ Como nas casas mineiras, “ela situava-se por isso geralmente logo à entrada da casa” e era “a divisão onde a preocupação decorativa e os elementos de luxo assume maior vulto. Nela figuraram sempre as melhores peças do mobiliário da casa, e em especial o oratório, geralmente sobre uma cômoda”.²⁷⁶ Como veremos em momento oportuno, esse repertório de móveis, dentre outras peças, também comparecerá nas salas de entrada das moradias mineiras setecentistas, principalmente entre as elites.

Na antiga região do Minho, da qual migraram a maior parte dos portugueses que chegaram às Minas, também se desenvolveram tipologias de casas de lavradores medianos, com grandes varandas, que influenciaram a arquitetura das sedes de fazendas que viriam a ser construídas na Capitania. Diversos exemplares minhotos, que existiram no entorno de centros como Braga, Guimarães e Barcelos, foram analisadas na grande obra conjunta *Arquitectura Popular em Portugal*.²⁷⁷ Como exemplo de habitação

²⁷³ Eram habitações também muito semelhantes às que foram edificadas na América Portuguesa nesse momento, mais precisamente no litoral de Pernambuco, como se pode observar nas pinturas do período de domínio holandês. CRUZ, Cícero Ferraz. *Op. Cit.* (2008), p. 49.

²⁷⁴ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p. 25 - 130.

²⁷⁵ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. *Op. Cit.* (1992), p. 40.

²⁷⁶ *Idem, ibidem.*

²⁷⁷ TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António. Zona 1 – Minho, Douro Litoral e Beira Litoral. In. SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS. *Arquitectura popular em Portugal*. (4ª

sobradada que se inseria nesse recorte cronológico e espacial, podemos citar a casa de lavoura localizada no lugar de Cêgoa, nas proximidades da atual vila de Celorico de Basto, distrito de Braga. Aparentemente construída como expansão de uma ou mais casas do século XVII, a casa de Cêgoa é assobradada em meia encosta e apresenta grande varanda com pequenos cômodos em suas laterais (Figura 59). Apesar de ser edificada em alvenaria de pedra (e também por isso ainda estar de pé), sua forma arquitetônica guarda diversas semelhanças com as sedes de fazendas descritas por Vasconcellos e Mello, e que foram levantadas em Minas Gerais a partir de meados do século XVIII.

Figura 6 – Sede da fazenda Ponte Alta (2ª metade do século XVIII, Pitangui-MG)



Fonte: Fazenda Ponte Alta, fotografia de Welliton Fonseca, disponível em: <https://www.flickr.com/photos/122545575@N06/14060280120> (acesso, julho de 2019).

Alguns poucos elementos decorativos que existiram na arquitetura civil mineira também atestam a adaptação dos moldes lusitanos na Capitania. Essa tendência seguia

ed.). Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 2004, v. 1, p. 1 – 241; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. *Op. Cite*, (1992), p. 47. Para um estudo primoroso e atualizado sobre casas das elites portuguesas, ver: CARITA, Helder. *A casa senhorial em Portugal: modelos, tipologias, programas e equipamentos*. Alfragide [Portugal]: Leya, 2015.

em menor grau o que ocorreu na arquitetura religiosa e administrativa, fruto do empenho de diversos mestres de obra portugueses, a maioria deles minhotos que aportaram nas Minas.²⁷⁸ Exemplo disso foram as volutas esculpidas na escada da sede da fazenda dos Martins, em Brumadinho (MG), um elemento decorativo que se encontrava amplamente disseminado em diversas habitações do Norte de Portugal, tanto em áreas rurais, quanto urbanas, e em entre distintos grupos sociais.²⁷⁹ As volutas e a escada da casa da fazenda dos Martins são muito semelhantes às que foram esculpidas na escada do Solar do Pomarchão²⁸⁰, edificada no século XVIII na freguesia de Arcozelo do concelho de Ponte de Lima, pertencente a antiga região do Minho.²⁸¹

Na comarca do Rio das Velhas, constam dois exemplos que em algum momento surgiram em nossa documentação e que se aproximam das tipologias descritas por Vasconcellos e Mello, edificados na segunda metade do século XVIII. Foram produtos de aperfeiçoamentos dos modos de morar da Capitania em um período de expansão das atividades agropastoris, muitas vezes em áreas de fronteira. Mesmo com o crescente declínio da extração mineral, como veremos em momento oportuno, vários foram os investimentos que se realizaram nas habitações. Algumas casas foram alteadas com segundos pavimentos, outras foram construídas já como sobrado ou assobradas. Isso se deu, principalmente, a partir de meados do Setecentos.

Dentre essas habitações rurais, podemos citar a sede da fazenda das Minhocas²⁸², com origem no começo da centúria e que sofreu ampliações verticalizantes em meados do século XVIII.²⁸³ ²⁸⁴ Apesar de intervenções recentes na casa, ainda é possível observar a grande varanda dianteira que cobre parte da sua fachada (Figura 7). O outro exemplo que constou em nossa documentação,²⁸⁵ e que começou a ser edificado nesse

²⁷⁸ OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *Minho e Minas Gerais no século XVIII*. Braga: Gráfica Vilaverdense, 2016.

²⁷⁹ TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António. *Op. Cit.* (2004), v. 1, p. 16; 42; 44; 47; AZEVEDO, Carlos de. *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, estampas 51; 55; 59; 61; 63; 64; 69; 113; 158.

²⁸⁰ CRUZ, Cícero Ferraz. *Op. Cit.* (2008), p. 45.

²⁸¹ AZEVEDO, Carlos de. *Op. Cite*, (1988), p. 158 – 159.

²⁸² No atual município de Jaboticatubas (MG).

²⁸³ Avaliada entre os bens de Antônio Lourenço Valadares. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Lourenço Valadares, 1791.

²⁸⁴ CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2013), p. 203 – 208; 1096 – 1150.

²⁸⁵ Avaliada entre os bens de João Oliveira Fernandes. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Fernandes de Oliveira, 1792.

período, foi a gigantesca sede da fazenda Ponte Alta,²⁸⁶ de três pavimentos, um deles com extensa varanda embutida (Figura 6). A multiplicação de cômodos nessas grandes moradias rurais materializava a segregação dos espaços e preparava o terreno para o nascimento de práticas relacionadas a valores “modernos” como a “intimidade” e a “privacidade”.

Apesar de acréscimos realizados durante seus mais de dois séculos de existência, o zoneamento da planta baixa da sede da fazenda das Minhocas, realizado por Elizabeth Carvalho, nos permite visualizar como a multiplicação de distintas “áreas” começaram a se fazer na segunda metade do século XVIII. Mesmo que se trate de uma construção teórica, na materialidade das divisões ficou evidente a relação de proximidade entre os acessos da moradia e alguns cômodos mais “sociais” da casa. Enquanto isso, outros compartimentos, muitas vezes isolados por corredores, passaram a concentrar as denominadas “áreas íntimas”.²⁸⁷ Por fim, também se buscou segregar as áreas dos serviços mais pesados dos demais compartimentos da casa (Figura 7). Diferentes historiadores da arquitetura identificaram essa “evolução” nas plantas de casas rurais do final do período colonial, e o surgimento do tríplice zoneamento: social, íntimo e serviços, em distintas regiões da Capitania de Minas Gerais e da América Portuguesa.²⁸⁸ A dinâmica dessas mudanças acompanhou uma tendência global na especialização dos cômodos dentro de uma crescente racionalização da produção do espaço, tanto em áreas urbanas, quanto em áreas rurais.

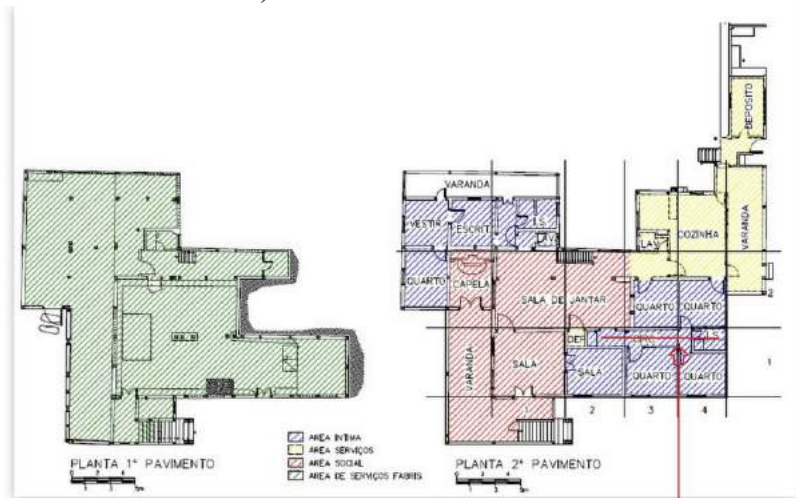
²⁸⁶ No atual município de Pitangui, MG. Ver nota 286, na página 395.

²⁸⁷ Diversos historiadores da arquitetura identificaram uma “evolução” nas plantas das casas rurais do final do período colonial com o surgimento desse tríplice zoneamento: social, íntimo e serviços.

²⁸⁸ MELLO, Susy de. *Op. Cit.* (1985); AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Op. Cit.* (1990); MARTINS, Helena Teixeira. *Op. Cit.* (1998); LEMOS, Carlos A. C. *Op. Cit.* (2015); CRUZ, Cícero Ferraz. *Op. Cit.* (2008); BENINCASA, Vladimir. Casas rurais mineiras e do nordeste paulista. *Resgate* - Vol. XVIII, nº. 20 - jul./dez. 2010; CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2013).

Figura 7 – Sede da Fazenda das Minhocas (2ª Metade do século XVIII, Jaboticatubas – MG)

Detalhe:
planta-baixa com
zoneamento da
casa em áreas bem
delimitadas:
“social” (vermelha);
“íntima” (azul);
“serviços” (amarela);
e “serviços fabris”
(verde).



Detalhe: corredor
isolando a “área íntima”
no sobrado da casa.

Fonte: Fotografia fazenda das minhocas, disponível em: <https://ecoviagem.com.br/brasil/minas-gerais/jaboticatubas/hotel-fazenda/fazenda-das-minhocas-historica-e-ecologica/> (acesso, julho de 2019); planta baixa da sede em: CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2013), p. 205.

1.4 – Casas Urbanas nas Minas Setecentistas

No que se refere à arquitetura urbana, como notou Sylvio de Vasconcellos, grande parte das povoações mineiras surgiram em torno de caminhos, dando-lhes a aparência longitudinal alongada. Muitas vezes, em aglomerados de maior porte, como Vila Rica e Sabará, o traçado urbano surgiu da edificação de habitações nos caminhos que ligavam diversos arraiais mineradores próximos. Para o conhecimento desses primeiros assentamentos definitivos no território das Minas, é de suma importância as ruínas do “Morro da Queimada”, em Ouro Preto. No local existem diversas estruturas

em alvenaria de pedra com origens anteriores à 1720, quando da ocorrência do grande incêndio que dizimou o primitivo arraial minerador. Analisando esses remanescentes, Sylvio Vasconcellos averiguou como grande parte das primeiras habitações que existiram no local eram unicelulares, ou seja, os grupos e famílias que habitavam o arraial viviam em apenas um cômodo, com poucas aberturas. Por extensão, é plausível imaginar que o morar em um único cômodo também tenha sido amplamente difundido nos demais arraiais mineradores, fundados ainda nos primeiros anos do Setecentos, assim como o fora em toda Europa rural, até o fim do século XVIII.²⁸⁹ Essas estruturas em pedra, abundante nos arrabaldes de Ouro Preto, seriam, segundo Vasconcellos, a melhoria de antigos “ranchos” de mineradores, construídos com fibras vegetais como o sapé.²⁹⁰

Com a consolidação da economia mineradora, os habitantes das Minas passariam a edificar seus abrigos em materiais mais resistentes que a palha, como o pau-a-pique, ou a pedra; porém, mantendo a configuração espacial unicelular. Os remanescentes do Morro da Queimada denotam que as habitações foram construídas longe umas das outras, sem continuidade em relação a arruamentos coordenados por casario contínuo, existindo apenas pequenos caminhos que as ligavam, mas mantendo-se próximas das lavras das quais se tirava o ouro.²⁹¹ Certamente configurações como essas existiram no início do povoamento da maioria dos arraiais auríferos: casas dispersas nas proximidades de córregos e encostas, norteadas mais pela presença do precioso mineral do que por uma “racionalidade” urbanística específica. Posteriormente, com a expansão dos núcleos, e a criação das vilas, o povoamento começou a se fazer no entorno dos caminhos que ligavam os diversos arraiais, de forma centrípeta, formando aglomerados maiores. Típico de todas essas povoações, e do próprio padrão urbanístico português que se adaptou na colônia, foram os lotes estreitos e alongados para os fundos, condicionando as fachadas e plantas das casas.²⁹²

A leitura dos arquitetos identificou uma forma geral para as casas coloniais, urbanas e térreas, de “porta e janela”, ou porta e duas janelas etc. Nas fachadas, quase

²⁸⁹ BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.* (2005), p. 245, 246.

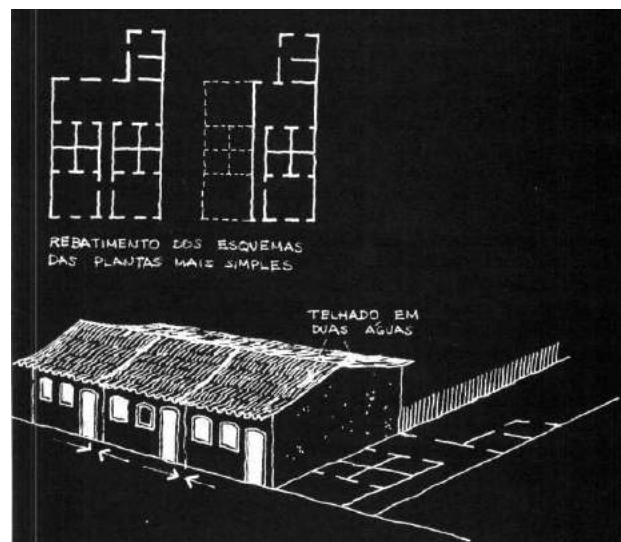
²⁹⁰ VASCONCELLOS, Sylvio. *Op. Cit.* (1956), p.181 – 192.

²⁹¹ *Idem*, p.152.

²⁹² REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. (9ª ed.). São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000, p. 22.

nenhum ornamento. Os telhados, em duas águas, uma com caída para rua, outra para o quintal, evitando assim que as chuvas atingissem as paredes das casas, em sua maioria de pau-a-pique ou alvenaria em adobe, sensíveis às águas pluviais. Conforme Marcos Vinícius Teles Guimarães, nas casas térreas de Minas Gerais, no decorrer da primeira metade do século XVIII, “as portas e janelas retangulares e de reduzido tamanho foram com o tempo aumentando suas dimensões, o mesmo podendo ser dito para os pés direitos, antes mais baixos”.²⁹³ A simetria entre os vãos da fachada (portas e janelas), só passaria a ser uma preocupação estética a partir da segunda metade do Setecentos.²⁹⁴

Figura 8 – Modelo de Planta Baixa das Casas Térreas Urbanas do Período Colonial



Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. Cit.* (2000), p. 31.

Segundo Vasconcellos, as plantas baixas das casas térreas se desenvolveriam em torno de dois cômodos maiores, um à frente, outro atrás, ligados por um corredor (Figura 8).²⁹⁵ Entre eles apareceriam cômodos internos, sem vãos para o exterior, configurando as denominadas “alcovas”. O cômodo da frente geralmente foi designado pelos arquitetos como “sala de receber” (podendo também acomodar uma loja, oficina

²⁹³ GUIMARÃES, Marcos Vinícius Teles. *Casario Imperial: arquitetura urbana em transformação* – São João del-Rei, c. 1810-1880. São Paulo: FAU-USP, 2016. (Tese de Doutorado em Arquitetura), p. 102.

²⁹⁴ *Idem*, p. 115.

²⁹⁵ VASCONCELLOS, Sylvio. *Op. Cit.* (1956), p. 197.

etc.), o do fundo conformaria a “sala de jantar”.²⁹⁶ Numa época em que reinava a justaposição de usos, esses não seriam tão fixos como aparentemente demonstram as leituras arquitetônicas. De uma forma geral, como afirmou Leila Algranti, era a sobreposição de diversas funções aos mesmos cômodos da casa, a principal característica destas habitações, essencialmente setecentistas.²⁹⁷ Todavia, como apresentamos, no último terço do século XVIII alguns compartimentos das residências começariam a conter conjuntos de móveis que demarcavam usos característicos para determinados cômodos, a saber: a “sala de entrada”, o “escritório”, o “quarto de dormir”, e, mais raramente, a “sala de jantar”.²⁹⁸

Muitas vezes, aos fundos das casas, apareceriam também o “puxado”, identificado como “área de serviços”, onde se encontravam as cozinhas. Porém, como observaremos, na maioria das casas setecentistas, essas estruturas eram modificações adicionadas posteriormente, também em fins do século XVIII, em um movimento de materialização de respostas às novas “necessidades” da época. Nos termos de Algranti, “à medida que as refeições se tornavam momentos mais importantes de reunião familiar e a praticidade da localização da cozinha no interior das residências tornava-se evidente”, elas se aproximaram das casas. De fato, como veremos, alguns artefatos utilizados para o cozimento dos alimentos atestam que as cozinhas setecentistas eram majoritariamente exteriores à residência. Somente no fim do século XVIII é que teremos indícios apontando para a existência de cozinhas edificadas próximas às casas, em cômodos dos fundos, ou em “puxados”.²⁹⁹

Durante todo o Setecentos, a maioria das habitações das vilas e arraiais mineiros era constituída por “casas térreas”, como atestam os Inventários.³⁰⁰ Quando elas possuíam fachadas maiores, apenas se duplicava a configuração da planta, e o corredor, antes lateral, passava a ser edificado no centro da casa (Figura 8).³⁰¹ Quadro semelhante a esse, de forma genérica, se encontrava em praticamente todas as povoações do período colonial, nas quais “a morada urbana se manteve mais fiel à arquitetura portuguesa, pelo

²⁹⁶ *Idem*, p. 200.

²⁹⁷ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 106.

²⁹⁸ Ver Unidade II.

²⁹⁹ Ver capítulo 7.

³⁰⁰ Ver capítulo 2.

³⁰¹ VASCONCELLOS, Sylvio. *Op. Cit.* (1956), p. 202.

menos na aparência” diferentemente das posses rurais, onde “a falta de uniformidade foi mais marcante”.³⁰² Para Leila Algranti, essa aparente uniformidade advinha do caráter secundário que as áreas urbanas do começo da colonização possuíam, quando comparados com as grandes posses agrícolas, os verdadeiros centros econômicos da América Portuguesa. Em seus termos:

Nas vilas e cidades, por exemplo, nos três primeiros séculos da colonização, o aspecto das moradas apresenta-se bastante simples e pobre, uma vez que eram povoadas por pessoas com poucos recursos, e visitadas ocasionalmente pelos proprietários de sítios e fazendas que necessitavam apenas um abrigo para estadias passageiras. Encontramos, assim, certa homogeneidade nas construções urbanas, como casas de tamanho mais reduzido, de apenas um andar [...]. Os sobrados e as vivendas, ocupados pelos membros da elite, surgiram mais tarde, em consequência da diversificação da economia e do crescimento urbano.³⁰³

Em meados do Setecentos, os sobrados começam a aparecer nas principais povoações mineiras. Muitos, como em Vila Rica, foram construídos, em pau-a-pique, sobre antigas casas térreas.³⁰⁴ Ou mesmo nas construções novas, predominavam os andares térreos edificadas em pedra, e os segundos pavimentos em pau-a-pique. É nesse período (1740-1750) que, segundo Borrego, “a pedra passou a ser o material privilegiado para a construção, dando maior estabilidade e sedimentação ao espaço urbano”.³⁰⁵ Também as casas térreas construídas a partir desta época tenderam para a verticalidade, com pés direitos mais altos, e maior número de vãos, multiplicando-se portas e janelas, e maior atenção foi dada à simetria.³⁰⁶ As vergas desses vãos começaram a ser esculpidas em forma alteada, em arco abatido, seguindo o modelo do Palácio dos Governadores, com ondulações próprias do barroco (esse modelo ficou conhecido como verga em canga de boi).³⁰⁷

No que se refere às plantas baixas dos sobrados, que começaram a ser edificadas em meados do século, observa-se que o acesso ao segundo pavimento se dava, na maior parte das vezes, através de escadas com dois lances, escondidas e perpendiculares ao

³⁰² ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. Cit.* (1997), p. 91.

³⁰³ VASCONCELLOS, Sylvio. *Op. Cit.* (1956), p. 90; GUIMARÃES, Marcos Vinicius Teles. *Op. Cit.* (2016), p. 116.

³⁰⁴ VASCONCELLOS, Sylvio. *Op. Cit.* (1956), p. 167; 207; 277.

³⁰⁵ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Op. Cit.* (2004), p. 146.

³⁰⁶ GUIMARÃES, Marcos Vinicius Teles. *Op. Cit.* (2016), p. 102 – 115.

³⁰⁷ VASCONCELLOS, Sylvio. *Op. Cit.* (1956), p. 268 – 272.

corredor de acesso à casa.³⁰⁸ Os primeiros pavimentos dos sobrados não eram habitados, sendo geralmente empregados como lojas, oficinas, depósitos etc. É importante notar, portanto, que a “quebra” da escada escondida que dava acesso ao segundo pavimento – parte habitada da edificação –, seria a própria ruptura necessária à relação dentro/fora, sem margem para maiores áreas de transição, exceto pela própria utilização de “serviços” no primeiro pavimento. Daniel Roche nos lembra que no final do Setecentos:

Nas habitações, os espaços de transição entre o *exterior* [o fora] e o *interior* [o dentro] correspondiam a uma fronteira cada vez mais forte entre o *espaço privado* e o *público*. Segundo a hierarquia social, eles protegiam mais ou menos eficazmente a *intimidade* o *conforto*, valores novos simbolizados e realizados pelo mobiliário e a decoração.³⁰⁹

Vasconcellos identifica o surgimento de “vestíbulos” de entrada nos sobrados apenas em “casas nobres” de Vila Rica, no final do século XVIII.³¹⁰ Estes espaços de transição, um convite para o acesso ao segundo pavimento, inauguram uma tendência que se firmaria, em Minas, apenas no século seguinte, ou seja, a utilização das habitações não mais apenas como abrigo da família, agregados etc., mas também como ambiente de recepção ritual, materializada no espaço imediatamente posterior ao saguão e à escada de acesso ao sobrado: a “sala de visitas”. Mais do que isso, esses “novos” sobrados tenderiam ao movimento de separação entre o “morar” e o “trabalhar”.³¹¹ Os andares térreos dos “solares” das elites não seriam mais destinados privilegiadamente ao comércio, oficinas etc.; mas seriam utilizados apenas de forma secundária, como estábulos, depósitos, senzalas, entre outros. Estas estruturas seguiriam um movimento que já vinha se firmando em outras partes do mundo, uma das “engrenagens” do processo de valorização da domesticidade, que se consolidaria definitivamente na produção do espaço contemporâneo. Segundo Braudel:

O luxo decisivo, no século XVIII, será acima de tudo uma ruptura do *habitat* dos ricos [...]. De um lado, a habitação, o lugar de comer de dormir, de criar os filhos [...]. Do outro lado, a casa onde se trabalha, a

³⁰⁸ *Idem*, p. 209.

³⁰⁹ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 120.

³¹⁰ VASCONCELLOS, Sylvio. *Op. Cit.* (1956), p. 210.

³¹¹ SCHNOOR, Eduardo. Das Casas de Morada à Casa de Vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 40.

loja onde se vende ou o escritório onde se passa a maior parte do tempo.³¹²

Como exemplo de sobrados edificadas na vila de Sabará nesse período, citamos duas residências emblemáticas: a casa do Padre Corrêa e a casa do Intendente, a qual também acomodava a casa de fundição do ouro extraído na comarca do Rio das Velhas (atual Museu do Ouro, em Sabará). No ano de 1725, o mestre de campo Faustino Rebelo Barbosa³¹³, “um régulo associado ao ‘senhor do sertão’ Manuel Nunes Viana”³¹⁴, solicitou ao “rei D. João V a mercê do Hábito de Cristo e mais 12 mil réis de tença anual, por ter feito, às suas custas, uma casa de fundição em Sabará”.³¹⁵ No ano de 1751, essa casa seria ampliada e completamente reformada, transformando-se num sobrado, “para abrigar, no térreo, as oficinas da fundição e os serviços fiscais, e, no pavimento superior, a residência dos intendentess”.³¹⁶ Apesar de abrigar funções de controle e arrecadação do ouro para a Coroa portuguesa, o sobrado foi edificado segundo os parâmetros da arquitetura civil do período: resguardou-se ao pavimento térreo as atividades administrativas, enquanto no segundo pavimento localizava-se a habitação, propriamente dita (Figura 9). Na área residencial do sobrado foram aplicados diversos elementos decorativos, como forros pintados. Um deles, “de gamela”, continha a representação dos quatro continentes até então conhecidos: América, África, Ásia e Europa, e, ao centro, as armas reais portuguesas.³¹⁷ Em outro, conhecido como “forro das quatro estações” (Figura 9), era possível observar quatro mulheres carregando alimentos, e possivelmente delimitava um cômodo especializado que se destinava às

³¹² BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.* (2005), v.1, p. 250 – 251.

³¹³ Manoel Rabello, filho de Faustino Rabelo, faleceu em 1754, na freguesia de Roça Grande, do termo de Sabará, onde era possuidor de um “sítio chamado Mazagão, com casas de vivenda cobertas de telha, paiol coberto de telhas, senzala coberta de capim, com suas engenhocas água corrente coberta de telha e roda de fazer mandioca com seu pilão de seis mãos de fazer farinha, árvores de espinho, bananal, capoeiras, horta, dois quartéis de mandioca e cem alqueires de farinha”, todo avaliado em 900\$000 réis. Seu montemor registrou uma boa fortuna de 6:022\$112. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Rabello, 1754.

³¹⁴ BARCELOS, Reginaldo. *Arqueologia da Metalurgia na Casa de Fundição e Intendência de Sabará*, Minas Gerais (1751-1833). Porto: Universidade do Porto, 2010. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), p. 60.

³¹⁵ BARCELOS, Reginaldo. *Op. Cit.* (2010). p. 58.

³¹⁶ *Idem*, p. 61.

³¹⁷ *Idem*, p. 63.

refeições, materializando uma das primeiras “salas de jantar” da Capitania de Minas Gerais.³¹⁸

Figura 9 – Sobrado da Casa de Intendência e Fundação, c. 1751 (Museu do Ouro, Sabará – MG)



Detalhe:
“forro das quatro estações”
com figuras femininas
carregando alimentos,
possivelmente delimitava
uma das primeiras “salas de jantar”
de Minas Gerais



Fonte: Museu do Ouro, Sabará. Fotografias do autor, maio de 2019.

Já o sobrado do Padre Corrêa, fora edificado no ano de 1773³¹⁹, noutra contexto, e com maior emprego de elementos decorativos.³²⁰ Certamente, foi considerado a residência de mais nobre arquitetura e maior conforto da época (Figura 10). Trata-se de um modelo de sobrado que se disseminaria em Minas Gerais somente no século XIX.³²¹ Seu proprietário foi o padre José Corrêa Silva, um dos maiores potentados locais e líder

³¹⁸ Prática semelhante foi observada no forro da sala de jantar da casa do Padre Toledo, em Tiradentes. DANGELO, André Guilherme Dornelles (et al). *Museu Casa Padre Toledo: memória da restauração artística e arquitetônica*. Belo Horizonte: EA/ UFMG. 2012, p. 102.

³¹⁹ PEREIRA, Honório Nicholls; ASSIS, Adriana Paiva de; LARA, Elayne Granado. *Projeto de Restauração da Prefeitura Municipal de Sabará*. Caderno de Estudos. Volume IV – Projetos Executivos. Belo Horizonte: SANETEC Saneamentos e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda., 2014. Disponível em: http://site.sabara.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/caderno_de_estudos_volume_iv.pdf (acesso, julho de 2019), p. 7.

³²⁰ Atualmente o prédio é a sede da prefeitura de Sabará.

³²¹ *Idem*, p. 210.

do movimento político que ficou conhecido como a “inconfidência de Sabará”.³²² O primeiro pavimento do edifício foi todo edificado em alvenaria de pedra, e seus vãos, também nesse material, são em verga e sobreverga abatida (em canga de boi). Entre seus elementos artísticos, destacava-se a “capela de Nossa Senhora da Conceição, com retábulo e forro dourados e policromados, imaginária e materiais rituais”, situada em um cômodo que dava para o salão principal do segundo piso (Figura 10).³²³ No piso térreo subsistem vários forros pintados, que delimitavam cômodos especializados, a exemplo de uma biblioteca (Figura 20) e um possível escritório.³²⁴ O sobrado também possuía um saguão ou vestíbulo de entrada, que nesse período praticamente só se encontravam nas “casas nobres” de Vila Rica.³²⁵ No recinto, equivalente a um *hall* de entrada, se tinha acesso ao andar superior através de uma escada trabalhada em balaústres e arremates de jacarandá, com volutas semelhantes às que comumente se encontram em escadarias do norte de Portugal.³²⁶

Esses dois sobrados de Sabará são emblemáticos do processo de verticalização das residências das elites mineiras na segunda metade do século XVIII. Mesmo que edificados em dois momentos diferentes desse período, materializaram a capacidade de acumulação local de recursos, advindos tanto da mineração quanto da produção e comercialização de frutos da agropecuária. A especialização de cômodos e o requinte de seus elementos artísticos concretizavam os anseios por maior “conforto”, “privacidade” e racionalização dos espaços característicos de uma nova domesticidade que se disseminava, sobretudo, entre as elites e alguns outros seguimentos urbanos.

³²² CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cite.*, (2005), p. 295.

³²³ PEREIRA, Honório Nicholls; ASSIS, Adriana Paiva de; LARA, Elayne Granado. *Op. Cit.* (2014), v. 4, p. 8.

³²⁴ Forros como esses também devem ter existido em seu andar nobre, sendo suprimidos nas sucessivas reformas.

³²⁵ *Idem*, p. 210.

³²⁶ Esse espaço de entrada e recepção sumptuosa, se assemelha muito aquele encontrado no edifício conhecido como Casa dos Crivos, em Braga, no qual é possível ver o mesmo tipo de escadaria com volutas.

Figura 10 – Sobrado do Padre Corrêa, c. 1773 (Prefeitura de Sabará, MG)



Detalhe: saguão ou vestibulo de entrada com escada trabalhada em balaústres e arremates de jacarandá, com volutas comumente empregadas em escadarias do norte de Portugal

Fonte: fotografias de Zarley Starling, acervo da prefeitura de Sabará.

Capítulo 2 - Espaço Concebido e Habitações nos Inventários *post-mortem* do Termo de Sabará (Minas Gerais, séculos XVIII)

2.1 – Composição da Riqueza Herdada e Imóveis nos Inventários *post-mortem* do Termo de Sabará (séc. XVIII)

Os Inventários *post-mortem*, apesar de não conterem descrições detalhadas das habitações, permitem a análise das relações entre casas, universo cultural e a dinâmica econômica do período. Para esse efeito, utilizamos quantitativamente e qualitativamente a totalidade dos Inventários *post-mortem*, do termo da vila de Sabará, no século XVIII, transcritos no “Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII”, o qual contém 804 destes documentos.

A vila Real de N. S.^a da Conceição do Sabará, uma das três primeiras vilas criadas na Capitania, foi fundada em 1711, juntamente com a vila de N. S.^a do Ribeirão do Carmo (Mariana) e a Vila Rica de N. S.^a do Pilar de Ouro Preto, por Antônio de Albuquerque, governador da então “Capitania de São Paulo e Minas do Ouro”.³²⁷ O território havia sido desmembrado da Capitania do Rio de Janeiro, no ano de 1709. Albuquerque, como governador, buscou implementar o poder civil na região, através de uma estrutura jurídico-administrativa mais eficaz para a Coroa na exploração dos lucrativos territórios auríferos. As Capitánias eram as maiores circunscrições administrativas da organização colonial portuguesa. Sua criação, dentro de nosso recorte

³²⁷ As denominadas “vilas de Albuquerque”. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.* (2011), p. 144.

espacial, foi uma resposta do Conselho Ultramarino aos conflitos entre paulistas e emboabas (1707-1709) pela supremacia política nas minas.³²⁸ O projeto de consolidação do poder civil, seguindo o modelo português, prosseguiria com a criação das comarcas, territórios de jurisdição do corregedor: “magistrado que possuía atribuições judiciárias, políticas e de polícia”.³²⁹ Em Minas Gerais, esse cargo era exercido pelos ouvidores, que acumulavam as funções de corregedor, ouvidor-geral e provedor.³³⁰ Por esta época (c. 1709), foram enviados três ouvidores, estrategicamente, para os três principais distritos mineradores: o do Ouro Preto, o do Rio das Velhas³³¹ e o do Rio das Mortes, que adquiriram assim o estatuto de comarca. Para o Conselho Ultramarino, os principais arraiais destes distritos seriam de suma importância ao controle fiscal e administrativo do território, por estarem “próximos às extremidades das estradas que ligavam a região das minas ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Bahia”.³³² Porém, o limite das três primeiras comarcas só foram estabelecidos em 1714, no governo de Dom Brás Baltazar, sucessor de Albuquerque. Este último governador, pouco antes de deixar o cargo, elevaria o arraial do Rio das Mortes à vila de São João del-Rei, em 1713, instituindo-a como cabeça (sede) da terceira comarca criada no território das Minas.

Sabará, sede da comarca do Rio das Velhas, foi elevada à vila como um favor de Albuquerque aos reinóis (portugueses), em detrimento de outro arraial próximo, Roça Grande, “geograficamente” mais estratégico, por estar na extremidade do caminho da Bahia, porém, dominado por um potentado paulista: Manoel de Borba Gato.³³³ A rivalidade entre paulistas e emboabas levou Dom Baltazar a criar três novas vilas no território da comarca do Rio das Velhas, no ano de 1714, a vila Nova da Rainha do Caeté e a vila do Príncipe; e em 1715, a vila de Pitangui, reduto dos mais radicais dentre os paulistas. Em 1720, em parte do território da comarca do Rio das Velhas, foi criada a quarta e última jurisdição mineira do Setecentos, a comarca do Serro Frio, tendo a vila do Príncipe como sede. Consolidou-se então a estrutura administrativa da nova “Capitania de Minas Gerais”, desmembrada, junto com a “Capitania de São Paulo”, da

³²⁸ ROMEIRO, Adriana. *Op. Cit.* (2008).

³²⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.* (2011), p. 141.

³³⁰ *Idem*, p. 142.

³³¹ Sobre as trajetórias dos ouvidores da Comarca do Rio das Velhas ver: ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. *Da justiça em nome d'El Rey: ouvidores e inconfidência na Capitania de Minas Gerais (Sabará 1720-1777)*. Niterói: UFF, 2010. (Tese de Doutorado em História).

³³² FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.* (2011), p. 140.

³³³ *Idem*, p. 149.

antiga “Capitania de São Paulo e Minas do Ouro”. O último recorte de jurisdição da vila de Sabará se daria apenas no fim do século, com a criação da vila de Paracatu do Príncipe, em 1798. Para Cláudia Fonseca, quaisquer que sejam as variáveis utilizadas (quantitativas e qualitativas), Sabará constava entre as três aglomerações mineiras (as outras foram Vila Rica e Mariana) que apresentaram a maior estabilidade econômica e demográfica durante todo o Setecentos e primeiras décadas do século seguinte.³³⁴

Apenas uma cidade foi instituída em Minas durante todo o século XVIII, a cidade de Mariana, erigida na vila do Carmo em 1745, devido à criação de um Bispado. De fato, eram os “concelhos”, também chamados “municipalidades”, as “células básicas da organização político-territorial portuguesa”³³⁵, agrupados em circunscrições maiores, as “comarcas”, que na Colônia pertenciam às “Capitanias”, governadas por capitães-gerais. Mesmo em Portugal existiram poucas povoações com título de “cidade”. No início do século XIX, eram apenas 22, e mais de 500 vilas; enquanto no Brasil Colônia existiam 12 cidades e 225 vilas. A maioria dos “concelhos” tinha como sede uma vila. Essas “municipalidades” concentravam dois elementos distintos: a vila, onde se reunia o “senado da câmara” compostos por seus oficiais, essencialmente dois ou três vereadores, um procurador, e um ou dois juizes ordinários (juizes leigos de primeira instância). Esses “oficiais camarários”, segundo as *Ordenações do Reino*, deveriam ser escolhidos entre os “homens bons” da localidade, dentro de um intrincado sistema de eleições indiretas.³³⁶ Outra parte do concelho era seu “termo”: o território de jurisdição dos oficiais camarários incluindo várias localidades, e em Minas, vários “arraiais”.³³⁷ Em cada termo, existiam juizes de órfãos, responsáveis pelo Juizado de Órfãos³³⁸, órgão administrativo incumbido de elaborar os Inventários *post-mortem*, com todos os bens de um finado que deixara herdeiros menores, dementes ou ausentes.

³³⁴ *Idem*, p. 396.

³³⁵ *Idem*, p. 27.

³³⁶ *Idem*, p. 27.

³³⁷ *Idem*, p. 29.

³³⁸ Pelas Ordenações do Reino, o ocupante do cargo deveria ser nomeado pela Coroa, porém, em Minas Gerais, existiram diversas eleições de Juizes de Órfãos. Em alguns casos, o cargo de Juiz de Órfão era cumulado ao cargo de Juiz de Fora. Em outros, instituía-se dois juizes, o de Órfãos e o de Defuntos e Ausentes, este último era responsável pela feitura dos inventários quando não haviam herdeiros menores de 25 anos. Ver: SANTOS, Juliana Godoy Santos. Juizado de Órfãos em Minas colonial, século XVIII. In. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social*. Natal, RN, 2013, p. 6. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/> (acesso: julho de 2017)

Na primeira seção deste capítulo, utilizaremos como fonte para análise os Inventários *post mortem* do “termo da Vila de Sabará”, em cujo primeiro processo (ao menos o que nos chegou até o presente), foi aberto no ano de 1713, seguindo-se por outros somente em 1722. Como vimos, o termo desta vila foi gradativamente fracionado no começo do século XVIII. Entre 1714 e 1715, criaram-se as vilas de Caeté, vila do Príncipe e Pitangui; e no fim do século, a vila de Paracatu. Portanto, apesar de Sabará ser a vila mais representativa da comarca do Rio das Velhas, seus Inventários não correspondem à totalidade desta circunscrição.

No banco de dados os bens arrolados nos Inventários foram divididos em cinco grandes categorias, a saber: “dívidas ativas ou passivas”, “escravos”, “imóveis”, “bens profissionais e pessoais”, e “animais”. Seguindo os preceitos de Mary Douglas e Baron Isherwood, entendemos os “bens” como acessórios rituais.³³⁹ Esses artefatos podem ser utilizados na análise da prática espacial, da representação do espaço, e dos espaços de representação, conforme a conceituação lefebvriana. Desta forma, os bens seriam marcadores mais ou menos transitórios de categorias racionais, cuja circulação incluiria a função primária de dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos, possibilitando, assim, a inteligibilidade e estabilidade das relações sociais.³⁴⁰

Empregando a perspectiva de Douglas e Isherwood, por meio dos Inventários podemos perceber que “os bens reunidos em uma propriedade fazem afirmações físicas e visíveis sobre a hierarquia de valores de quem os escolheu”.³⁴¹ Em vez de supor que eles eram “em primeiro lugar necessários à subsistência e à exibição competitiva”, podemos entendê-los como “necessários para dar visibilidade e estabilidade às categorias da cultura”.³⁴² Se considerarmos que “todas as posses materiais carreguem significação social” podemos utilizá-las na “análise cultural” e identificar o seu uso como um sistema de comunicação socializado.³⁴³

Para além da análise de inspiração linguística, as “coisas”, que nos Inventários aparecem como “bens”, também eram “mercadorias”, ou, melhor dizendo, se uma coisa aparecia em um Inventário, ela era passível de ser trocada, possuindo valor de uso, mas,

³³⁹ DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. *Op. Cit.* (2004), p. 28.

³⁴⁰ LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* (2006), p. 59.

³⁴¹ DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. *Op. Cit.* (2004), p. 28.

³⁴² *Idem*, p. 105.

³⁴³ *Idem, ibidem.*

principalmente, valor de troca. Como Arjun Appadurai, partimos do pressuposto de que as mercadorias, assim como as pessoas, possuem uma “vida social”.³⁴⁴ Os Inventários descrevem claramente a ideia de que “a situação mercantil na vida social de qualquer “coisa” era “definida como a situação em que sua trocabilidade (passada, presente ou futura) por alguma outra coisa” constituía-se um “traço social relevante”.³⁴⁵ Se uma coisa não tinha valor de troca, raramente aparecia nesse tipo de documentação. Dessa forma, com o passar do tempo, sobretudo entre os “bens profissionais e pessoais”, certas coisas se ausentavam “da vida mercantil”, deixando de conter valor de troca, e então simplesmente desapareciam da documentação. Nos dizeres de Appadurai:

Portanto, a mercantilização reside na complexa interseção de fatores temporais, culturais e sociais. À medida que, numa determinada sociedade, algumas coisas, com frequência, se encontram na fase mercantil, preencher os requisitos da candidatura ao estado de mercadoria e aparecer em contextos mercantis, tais coisas são suas mercadorias mais típicas.³⁴⁶

Também não podemos deixar de considerar que as “coisas”, “bens” e “mercadorias” em algum momento de sua “vida social”, foram *produzidas*. Portanto, carregam em si o trabalho materializado, fundamento da riqueza e de grande parte da divisão social. Na sociedade colonial portuguesa, dominada pelo sistema de produção escravista, o escravizado era um dos principais bens que uma pessoa podia ter. Possuir escravos, além de garantir o principal meio de produção, também simbolizava distinção social. Juntamente com a posse imobiliária e a concentração do crédito, os escravizados compunham as mercadorias mais típicas e fundamentais ao funcionamento dessa sociedade.

Analisando a soma total dos bens descritos nos Inventários, constatamos que a maior parte da riqueza herdada no termo de Sabará, durante o século XVIII, se concentrava na atividade creditícia (dívidas ativas)³⁴⁷, que conteve 32% da somatória de

³⁴⁴ APPADURAI, Arjun. *Op. Cit.* (2008), p. 15.

³⁴⁵ *Idem*, p. 27.

³⁴⁶ APPADURAI, Arjun. *Op. Cit.* (2008), p. 30.

³⁴⁷ Raphael Freitas Santos investigou os padrões de investimento, através dos Inventários, na região, e constatou que, entre os 10% mais ricos, o investimento em créditos cresceu constantemente nos intervalos de 1713 a 1733; 1734 a 1753 e 1753 a 1773; encontrando os seguintes percentuais para as dívidas ativas, respectivamente: 17%; 24% e 36%. Santos concluiu, que no decorrer desse período, a posse de escravizados deixou de ser o investimento majoritário entre as 10% maiores fortunas. Ao mesmo tempo, nesse seguimento, também cresceu os investimentos em bens de raiz. “Se no primeiro período os investimentos em imóveis eram de 2%, no segundo esse número atinge os 14% e, no último, os imóveis

todos os bens, seguida de perto pela propriedade escrava, com 29% e a posse imobiliária, com 23%. Os três tipos de bens – dívidas ativas, escravos e imóveis – somavam juntos 84% de toda a fortuna herdada em Sabará (Tabela 1 e Gráfico 1). Quando se comparam esses resultados com aqueles das comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, no período de 1750 a 1779, notamos, na comarca do Rio das Velhas, a especificidade da predominância do capital creditício diferindo das outras comarcas, nas quais a propriedade escrava se sobrepunha às dívidas ativas (Tabela 2 e Gráfico 2).³⁴⁸ Esse fato se justificava na importância de Sabará como entreposto comercial ligando Minas à Bahia (e também Goiás), principalmente através do abastecimento de gado.³⁴⁹

Tabela 1 - Composição da Riqueza nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (século XVIII)

Tipos de Bens	Valor em Réis	%
Dívidas Ativas	801.261.537	32%
Escravos	734.569.560	29%
Imóveis	571.142.553	23%
Bens Profissionais e Pessoais	289.713.122	12%
Animais	117.621.955	4%
Soma dos Bens Inventariados	2.514.308.727	100%

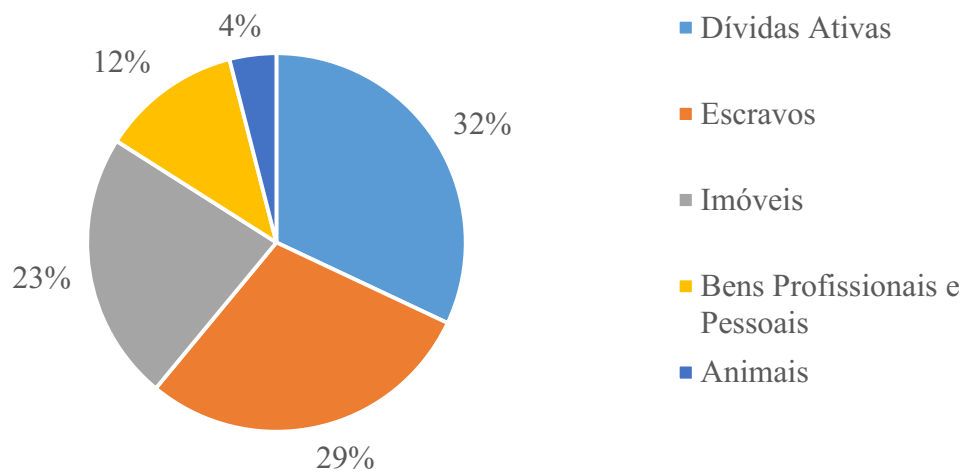
Fonte: BDITCRV.

chegam a representar 25% dos investimentos” dos mais ricos, ultrapassando a cifra dos “escravizados” (20%), e ficando atrás apenas das dívidas ativas (25%). SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 85 – 88.

³⁴⁸ Não possuímos os dados para a comarca do Serro Frio, a última circunscrição que nos daria uma visão geral da Capitania. Ao que parece, os Inventários dessa comarca foram, em sua maioria, perdidos, à exceção de algumas dezenas de documentos do último quartel do século, os quais se encontram em Diamantina, na Biblioteca Antonio Tôrres. MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2000), p. 148, nota 5.

³⁴⁹ SANTOS, Raphael Freitas. *Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. Rio de Janeiro: UFF, 2013. (Tese de doutorado em História).

Gráfico 1 - Composição da Riqueza nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (século XVIII)



Fonte: BDITCRV.

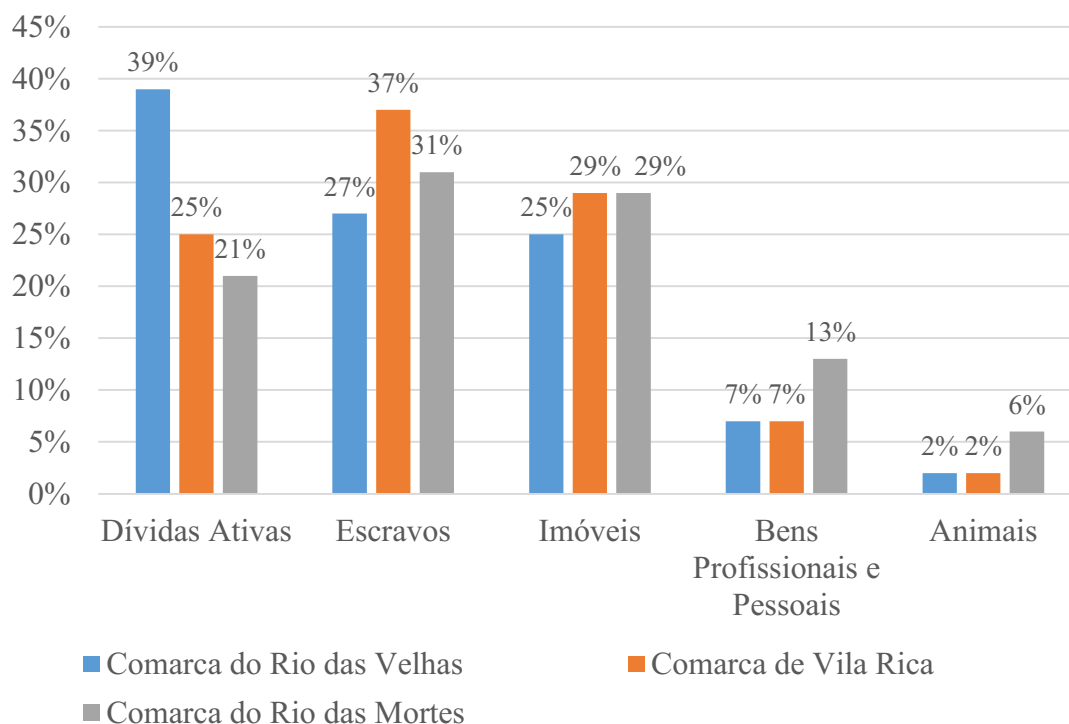
A disparidade entre a composição da riqueza herdada nessas regiões se justificaria também pelo peso da atividade mineradora, bem mais expressiva na comarca de Vila Rica, onde encontrava-se o maior percentual de capitais empregados na posse da mão de obra escrava (37%). Na comarca do Rio das Mortes, a percentagem empregada nesse tipo de bem (31%), de mesmo modo, se sobrepunha àquela empregada em atividades creditícias (21%), se aproximando dos padrões de Vila Rica, isto é: a concentração da riqueza herdada na posse de escravizados, seguindo-se por imóveis e depois dívidas ativas. A grande força do capital imobiliário nas comarcas mais ao sul (29% em ambas) se fundava na crescente especulação fundiária que surgia nas proximidades da Capitania de São Paulo, e, especialmente, na do Rio de Janeiro, que se tornaria o principal centro mercantil da América Portuguesa. Ao mesmo tempo, a ampla extensão do território da comarca do Rio das Velhas, e a grande interioridade continental, quando comparada às outras comarcas, pode elucidar a menor força de seu capital imobiliário, sobretudo rural, com ampla quantidade de “terras devolutas” e áreas de fronteira aberta.

Tabela 2 - Composição da Riqueza nos Inventários das Comarca do Rio das Velhas, Vila Rica e Rio das Mortes (1750-1779)

Comarca do Rio das Velhas (1750-1779)			Comarca de Vila Rica (1750-1779)			Comarca do Rio das Mortes (1750-1779)		
Tipos de Bens	Valor em Réis	%	Tipos de Bens	Valor em Réis	%	Tipos de Bens	Valor em Réis	%
Dívidas Ativas	507.011.449	39%	Dívidas Ativas	35.035.935	25%	Dívidas Ativas	20.895.979	21%
Escravos	356.781.770	27%	Escravos	53.199.500	37%	Escravos	30.859.400	31%
Imóveis	323.120.813	25%	Imóveis	40.671.552	29%	Imóveis	28.299.525	29%
Bens Profissionais e Pessoais	95.360.005	7%	Bens Profissionais e Pessoais	10.628.871	7%	Bens Profissionais e Pessoais	12.798.989	13%
Animais	23.755.430	2%	Animais	2.458.250	2%	Animais	6.059.550	6%
Soma dos Bens Inventariados	1.306.029.467	100%	Soma dos Bens Inventariados	141.994.108	100%	Soma dos Bens Inventariados	98.913.443	100%
Total de Invents.	358		Total de Invents.	59		Total de Invents.	49	

Fontes: BDITCRV (Comarca do Rio das Velhas); ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* (2010), p. 129.

Gráfico 2 - Composição da Riqueza nos Inventários das Comarca do Rio das Velhas, Vila Rica e Rio das Mortes (1750-1779)



Fonte: BDITCRV (Comarca do Rio das Velhas); ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* (2010), p. 129.

2.2 – Imóveis Rurais e as Conjunturas da Economia Mineradora: conexões e diversificação na estrutura produtiva Setecentista.

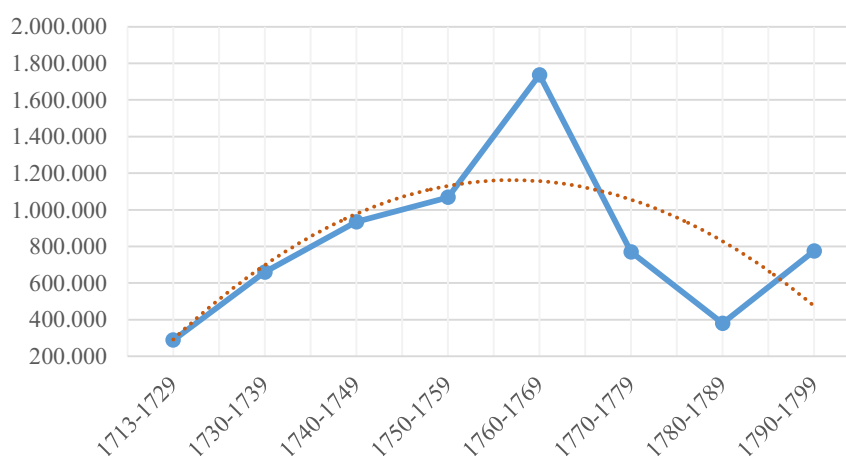
Na comarca do Rio das Velhas, durante o Setecentos, a maior parte da riqueza imobiliária herdada (88,6%) situava-se em áreas rurais, o que era de se esperar em uma economia predominantemente agrária (como assinalaram diversos historiadores para distintas regiões de Minas Gerais, a mineração integrava-se ao complexo agrário da Capitania).³⁵⁰ Decompondo os dados por décadas, nota-se que os valores médios dos imóveis rurais tenderam a um aumento regular e sucessivo até o final de 1760, acentuando-se nesta última década. A partir de 1770, observa-se uma queda abrupta e

³⁵⁰ Ver: LIBBY, Douglas Cole. *Op. Cit.* (1988); ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Op. Cit.* (2008); ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* (2010); MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2000); CARRARA, Angelo Alves. *Op. Cit.* (2007); ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. Cit.* (2008). RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Op. Cit.* (2014).

uma desvalorização contínua até 1790, quando esses ativos começam a crescer novamente (Gráfico 3).

Ao se comparar a evolução dos preços médios dos imóveis rurais com o volume da extração aurífera no Brasil durante o século XVIII ³⁵¹, nota-se que a valorização dessas posses acompanhou, até certo momento, o crescimento geral da exploração mineral, tanto em Minas Gerais quanto em Goiás. Enquanto o ápice da produção mineira se deu no quinquênio de 1735 a 1739, e a goiana entre 1750 e 1754 (ver Gráfico 4), o valor dos imóveis rurais na comarca do Rio das Velhas, que já vinha crescendo durante todo esse período, subiu abruptamente entre os anos de 1759 e 1769. A supervalorização dessas posses coincidiu, aproximadamente, com a acentuada queda na produção aurífera de Goiás (1754 - 1764), Capitania que há pouco tempo havia sido desmembrada de São Paulo. ³⁵²

Gráfico 3 - Evolução dos Preços Médios dos Imóveis Rurais nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas, em réis (século XVIII)

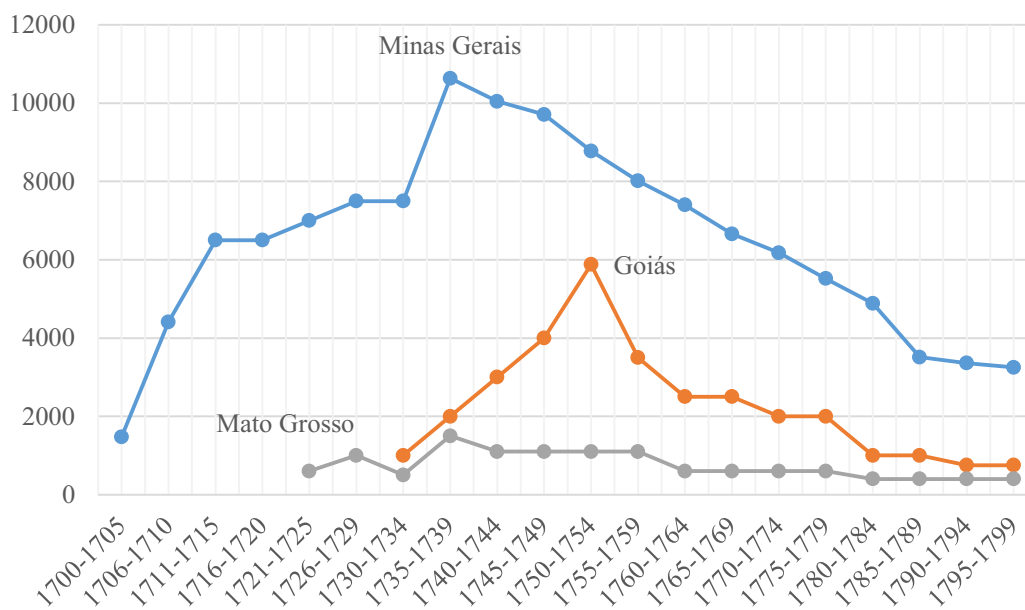


Fonte: BDITCRV.

³⁵¹ Utilizamos os dados levantados por Virgílio Pinto Noya: PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: editora nacional; Brasília: INL, 1979, p. 114.

³⁵² A Capitania de Goiás foi criada em 1748, desmembrando-se da Capitania de São Paulo.

Gráfico 4 - Cálculo da Produção de Ouro no Brasil no século XVIII, em kg



Fonte: PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. (Adaptado), p. 114.

Esse movimento de preços e produção denota a ligação econômica entre as Capitanias de Minas e Goiás no período. Certamente, isso se dava através do comércio de escravizados advindos da praça baiana, pelos caminhos do sertão,³⁵³ mas também por meio do abastecimento de gado bovino, mediado por comerciantes da comarca do Rio das Velhas. Exemplo desses últimos, em 1729, era José Pais da Costa, domiciliado no Brejo do Salgado (atual Januária), freguesia de Santo Antônio da Manga, onde possuía “uma casa com engenho de cavalos coberta de capim e com um pedaço coberto de telha” (80\$000 réis) e um “canavial” (10\$000 réis). Para além da atividade agrícola, a maior parte de sua riqueza, avaliada em 8:623\$080 réis, concentrava-se na pecuária de equinos, contabilizando 197 desses animais, que somavam juntos o valor de 2:035\$000 réis. José Pais foi agente do grande comércio que ligava o interior das Capitanias de Minas, Bahia e Goiás, como atesta uma dívida ativa na qual se lia que ele havia

³⁵³ Raphael Santos, em estudo sobre os circuitos mercantis que ligavam Minas e Bahia, cita casos em que o comércio de escravos entre essa última Capitania e Goiás esteve diretamente ligado aos circuitos mercantis mineiros. Obviamente isso se dava pela proximidade geográfica, mas também por outros fatores, como a colonização paulista comum à essas regiões. SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2013), p. 317.

“mandado por conta e risco próprios 92 cabeças de gado, uns por Manoel Gomes e outras por Manoel José, para as Minas dos Goiazes [sic.] para serem vendidos e ainda não [tem] em seu poder crédito nem o dinheiro do dito gado”.³⁵⁴

A comparação do movimento dos preços médios dos imóveis rurais com os dados sobre a exploração aurífera na Colônia também pode indicar uma fuga de capitais provenientes da produção aurífera goiana para a produção agropecuária em Minas Gerais. Mais precisamente, na fundação de fazendas de gado, ou indiretamente, na valorização das posses já existentes, expandidas, atendendo à crescente demanda por mais terras. A queda geral no valor dos imóveis rurais após o ano de 1769 refletiu o colapso da economia de extração aurífera em toda América Portuguesa. Essa conjuntura só viria a mudar, em Minas Gerais, na última década do século XVIII, quando, em um processo de acomodação evolutiva³⁵⁵, a economia mineira consolida uma produção agropecuária para o mercado interno já presente em todo o século.

2.3 – A Crescente Alta dos Imóveis Urbanos no Fim da Época Moderna: urbanização e as “peripécias de uma transformação geral”

Se observarmos a evolução dos preços médios dos imóveis urbanos, a situação se mostra completamente diferente da dinâmica dos imóveis rurais. O crescimento do valor médio das posses urbanas foi contínuo e praticamente ininterrupto durante todo o século XVIII, com pequenas quedas conjunturais nas décadas de 1750 e 1780, e grande alta na década de 1790 (Gráfico 5). Mesmo se levarmos em consideração outros índices macroeconômicos, ligados à produção agropecuária e ao comércio, como os rendimentos de dízimos e registros de entradas – a crescente alta dos preços dos imóveis urbanos não se vinculou diretamente a essas atividades econômicas³⁵⁶, assim como não esteve ligada à dinâmica da produção aurífera. A disparidade na flutuação dos preços médios entre os imóveis urbanos e rurais vinculava-se às dinâmicas que se sobrepunham à influência da economia regional e colonial. Durante todo o século XVIII, a valorização das propriedades urbanas pôde ser observada em distintas regiões

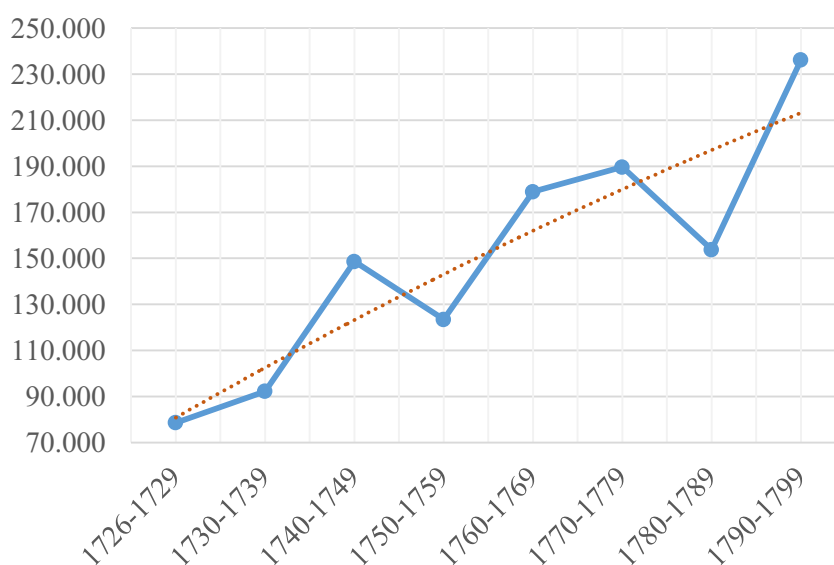
³⁵⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Izabel Nunes de Mello, 1739.

³⁵⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Op. Cit.* (1988).

³⁵⁶ Ver quadro de “rendimentos da Capitania de Minas Gerais: quintos, dízimos e entradas de mercadorias – 1700-1820”, sintetizado em CARRARA, Angelo Alves. *Op. Cit.* (2007), p. 36.

do globo.³⁵⁷ O movimento de preços conectava-se às grandes mudanças culturais do fim da Época Moderna, e preparava o caminho para o papel central que a urbanização viria a tomar na contemporaneidade. Nos termos de Daniel Roche: “a ruralidade era o centro, a cidade estava à margem, mas ali aconteciam as peripécias de uma transformação geral”.³⁵⁸

Gráfico 5 - Evolução dos Preços Médios dos Imóveis Urbanos nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas, em réis (século XVIII)



Fonte: BDITCRV.

Na realidade da produção notarial do termo de Sabará, durante o século XVIII, alguns detalhes relativos à forma como os imóveis foram avaliados, devem ser levados em consideração. Como afirmou Braudel: “já sabemos quais são as duas grandes categorias de casas em todo o mundo: as rurais e as urbanas”.³⁵⁹ Desta forma, na comarca do Rio das Velhas, as habitações propriamente ditas foram avaliadas de formas distintas, em áreas rurais e áreas urbanas. As habitações rurais, em sua quase totalidade (99,6%), foram descritas junto com terras e benfeitorias. Nas casas urbanas, por sua vez, observamos o movimento oposto, a maioria das moradias (90%) foi avaliada

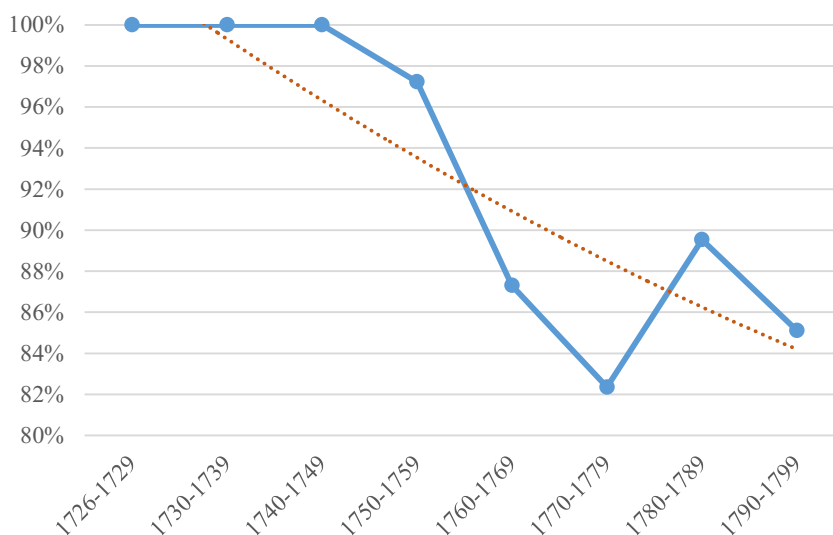
³⁵⁷ WEATHERILL, Lorna. *Consumer Behaviour & Material Culture in Britain 1660-1760*. London - New York: Routledge, 1988; PARDAILHE-GALABRUN, Annik. *Op. Cit.* (1991); MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992); ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000).

³⁵⁸ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 52.

³⁵⁹ BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.* (2005), p. 245.

isoladamente de outros bens (em grande parte móveis, mas também utensílios domésticos etc.). Contudo, quando observamos a evolução do percentual das moradias urbanas, avaliadas isoladamente nos Inventários, notamos uma queda geral em seus valores (ver Gráfico 6).

Gráfico 6 - Evolução do Percentual de Habitações Urbanas Avaliadas Isoladamente nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (séc. XVIII)



Fonte: BDITCRV.

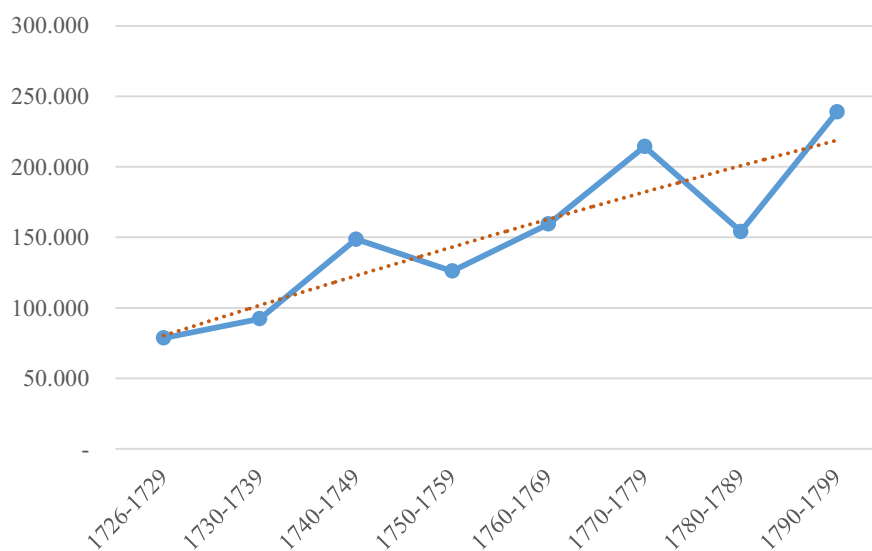
Ao mesmo tempo em que se diminuiu o número de avaliações de casas urbanas separadas de outros bens, cresceu o valor médio dessas mesmas habitações (Gráfico 7). Essa valorização das moradias avaliadas sem os bens que lhe integravam seguia a tendência geral de crescimento do valor médio dos bens imóveis urbanos (ver gráfico 5). A consolidação do valor da casa como um bem isolado de seus móveis, que se consolidará apenas no século XIX, iniciou-se, portanto, na centúria anterior, entre grupos sociais urbanos, sobretudo das elites locais. Contudo, como afirmou Lefebvre, será no Oitocentos que o apartamento burguês e o sobrado vão, de fato, disseminar em larga escala uma cópia do hotel aristocrático, com suas:

[...] peças do aparato – o salão, a sala de refeições, o fumadouro, a sala de jogos – são o objeto de todas as atenções: amplitude, decoração, mobiliário. Elas se dispõem de uma maneira toda outra em

comparação ao domicílio aristocrático; elas se desdobram sobre a rua, portas, janelas e balcões. Já o visível e o visual o dominam.³⁶⁰

De fato, no final do século XIX, nas principais cidades de Minas Gerais, e em grande parte do Império Brasileiro, seguindo uma tendência global, o mercado imobiliário urbano se consolidará como um ramo lucrativo e relativamente autônomo.³⁶¹ Para Lefebvre, é nesse período que as “funções” corporais (comer, beber, dormir, fazer sexo etc.), começam a ser ocultadas no imóvel burguês: “julgadas severamente, grosseiras, vulgares, elas são relegadas às partes posteriores da casa: cozinhas, salas de banho, quartos de dormir, frequentemente ao longo ou ao fim de um corredor obscuro”.³⁶² Esse movimento de segregação espacial, corporal e fisiológica, tem suas raízes na multiplicação e especialização dos cômodos que ocorreu nas habitações das elites e de alguns outros seguimentos urbanos ainda no século XVIII.

Gráfico 7 - Evolução do Valor Médio das Habitações Urbanas Avaliadas Isoladamente nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (séc. XVIII)



Fonte: BDITCRV.

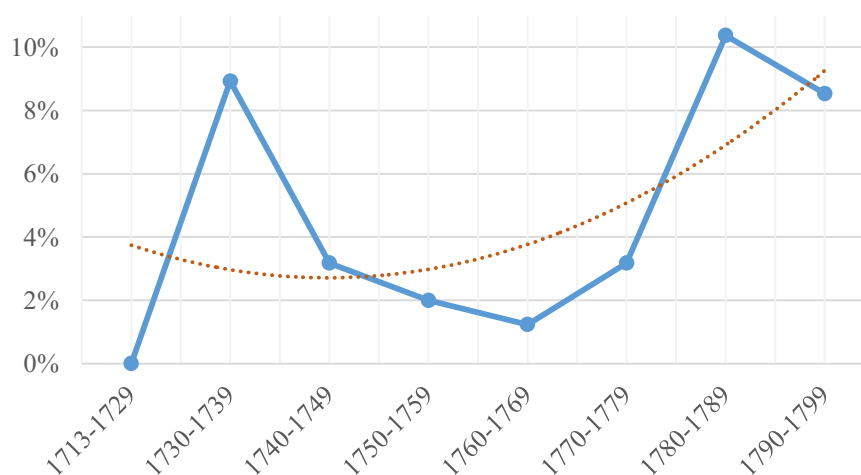
³⁶⁰ LEFEBVRE, Henri. *Op. Cit.* (2006), p. 427 – 428.

³⁶¹ Para Minas Gerais, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Op. Cit.* (2002); para São Paulo, ver: OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a Casa e o Armazém: relações sociais e experiência de urbanização. São Paulo 1850 – 1900.* São Paulo: Alameda, 2005.

³⁶² *Idem*, p. 428.

Voltando à comarca do Rio das Velhas, quanto às residências rurais, elas foram mais influenciadas pelas conjunturas da economia mineradora do que as urbanas. Na comparação dos gráficos 3 e 4, se pode observar que a evolução do preço médio dos imóveis rurais foi muito semelhante à oscilação do volume da extração aurífera na América Portuguesa. Como vimos, pouquíssimas moradias rurais (0,4%) foram avaliadas isoladamente dos demais bens imóveis (terras, lavras auríferas, benfeitorias etc.). A presença percentual dessas poucas moradias avaliadas isoladamente, por décadas (Gráfico 8), apontou que o período de maior valorização dos bens imóveis rurais (1760 – 1769) coincidiu exatamente com o período no qual o menor número de casas rurais foi avaliado isoladamente, conformando, nos gráficos, linhas diametralmente opostas (comprar gráfico 3 e 8). Isso prova que quando as posses rurais eram valorizadas no século XVIII, as moradias tendiam a ser avaliadas em conjunto com os demais bens móveis, prática que começou a mudar apenas no século XIX, quando as casas rurais avaliadas separadamente de suas benfeitorias são constatadas com mais frequência.³⁶³

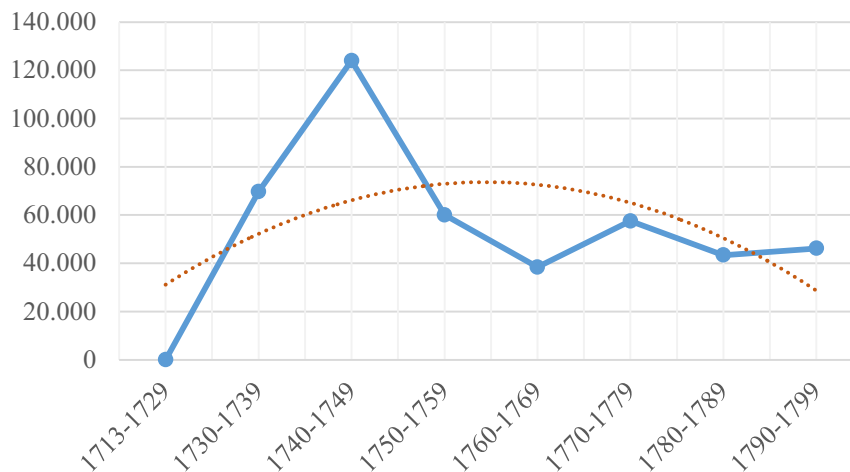
Gráfico 8 - Percentual de Habitações Rurais Avaliadas Isoladamente nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (séc. XVIII)



Fonte: BDITCRV.

³⁶³ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. Cit.* (2008), p. 109; RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Op. Cit.* (2014), p. 166.

Gráfico 9 - Evolução do Valor Médio das Habitações Rurais Avaliadas Isoladamente nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (séc. XVIII)



Fonte: BDITCRV.

Ao mesmo tempo, notamos que a evolução do valor médio das pouquíssimas habitações rurais avaliadas isoladamente (sempre abaixo de 10%), tem grande alta entre 1740 e 1749, sucedida por queda proporcional na década seguinte. Depois de 1760, os valores se mantêm praticamente estáveis, com poucas oscilações (Gráfico 9). O ápice da extração aurífera em Minas Gerais ocorreu exatamente no quinquênio de 1735 – 1739. Posteriormente, a produção caiu ininterruptamente até o fim do século XVIII (Gráfico 4). Mesmo que represente um ínfimo espectro de todas os imóveis rurais avaliados no período (3%), é de se esperar que a subsequente valorização das casas rurais significou que capitais provenientes (direta ou indiretamente) das explorações auríferas, até 1740, tenham sido empregados na construção ou melhoria das sedes de fazendas na década seguinte (1740 - 1749). Data deste época, por exemplo, nas novas edificações, o início da moda das vergas abatidas (em canga de boi), propagada, por processo mimético, a partir da construção do palácio dos Governadores em Vila Rica (1735 – 1738).³⁶⁴ Na comarca do Rio das Velhas, a sede da fazenda Vereda (Figura 5) (no antigo Arraial de Santa Quitéria, atual município de Esmeraldas), com suas vergas alteadas, é um

³⁶⁴ VASCONCELLOS, Sylvio de. *Op. Cit.* (1977). p. 121; CRUZ, Cícero Ferraz. *Op. Cit.* (2008), p. 51-52.

exemplo típico de construções desse decênio (1740-1749).³⁶⁵ Com vimos, sua casa foi edificada em região de fronteira, no caminho para vila de Pitangui, a partir de 1741, em terras que foram adquiridas por José Teixeira de Carvalho.³⁶⁶

O que aparentemente parece um descenso (declínio de produção e subsequente investimento em habitações) já foi observado em outras regiões da Colônia, como por exemplo no complexo de produção açucareira das Capitanias do Norte. Segundo Esterzilda Berenstein, as casas sedes de engenhos mais opulentas dessa região foram edificadas nos períodos das maiores baixas internacionais no preço do açúcar, portanto, de crise de produção.³⁶⁷ Berenstein, ao analisar os engenhos do Recôncavo Baiano, constatou que:

O século XVIII caracterizou-se pelo porte monumental das casas-grandes, algumas com tratamento erudito, brasões, pinturas de teto e rico mobiliário. *Curiosamente, essa arquitetura correspondeu a um período em que a economia açucareira estava em crise.* As casas ocupavam áreas que chegavam a 1858 m². Mais que utilitárias, representavam um valor de ostentação e poder só explicável no contexto da crise e da necessidade de afirmação.³⁶⁸

Obviamente, os proprietários que ampliaram ou construíram suas grandes casas rurais no século XVIII não tinham como prever que a crise de superprodução se estenderia por muito tempo. A aplicação de capitais ociosos na construção de habitações suntuosas, em um primeiro momento, visto nesta perspectiva, poderia servir também como alternativa econômica, fortalecendo a imagem de poder de seu proprietário, através da exibição ostentativa do bem imóvel. Por outro lado, a alta das avaliações nas casas rurais em período de decréscimo da produção reflete também investimentos que foram realizados anteriormente ou no limiar da crise. Como se sabe, a partir da segunda metade do século XVIII, há maior investimento e maior demanda pela produção agropecuária, voltada para o abastecimento interno. Portanto, os investimentos também mudarão, ou melhor, se diversificarão. Isso pode ser observado na elevação dos valores dos imóveis rurais (avaliados em conjunto) na década de 1760 – 1769. Depois de vinte

³⁶⁵ Outro exemplo de sede construída logo após o ápice da produção aurífera (1739), porém na comarca do Rio das Mortes, foi a da fazenda Fonte Limpa, que remonta a 1742, no atual município de Santana dos Montes.

³⁶⁶ CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2013), p. 547.

³⁶⁷ AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do açúcar: engenhos do Recôncavo Baiano no período colonial.* São Paulo: Nobel, 1990, p. 141 – 61.

³⁶⁸ *Idem*, p. 91. (Itálicos nossos).

anos de incessante queda na produção aurífera, a recuperação desse setor não pareceria um horizonte tão palpável para os proprietários mineiros. Ao que parece, em primeiro momento, os capitais tenderam a ser aplicados no motor desta sociedade, ou seja, na compra de escravizados, mas também em terras e instrumentos agrícolas, garantindo a reprodução das forças produtivas; só depois seriam empregados em melhoramentos ou mesmo na construção de habitações com certo nível de conforto. Esse foi o caso, por exemplo, da sede da fazenda Jaguara, nas margens do Rio das Velhas, freguesia do arraial de Santa Luzia (Figura 11).³⁶⁹ A casa começou a ser edificada em 1724 (período de franco crescimento da produção aurífera), sofrendo diversas modificações até aproximadamente 1786, quando se consolidou o quadro geral de sua estrutura física e espacial que perduraria com poucas alterações até praticamente os fins do século XIX.³⁷⁰

Essa posse foi inventariada no ano de 1739, quando seu proprietário era o capitão-mor João Ferreira dos Santos, posteriormente conhecido como grande falsificador de moedas.³⁷¹ O bem imóvel, avaliado em seu conjunto, foi descrito como uma “fazenda com engenho de cana de moer aguardente com sua *casa de vivenda*, engenho de pilões de milho e também de mandioca; com *várias casas de telha*, paiol, *olaria* e *capela*”³⁷², esta última, nova e que “se andava fazendo”³⁷³. Junto à fazenda foram avaliados os seguintes bens móveis e animais: “três tachos, uma caldeira de cobre, quarenta e sete formas de pau e quatorze de barro, dezesseis pipas, quatro alambiques de cobre, três carros, cinco juntas de bois, uma canoa, quarenta cabeças de porcos, cinco *arados*, um caixão para meter farinha e cana”³⁷⁴, totalizando tudo 4:400\$000 réis.

³⁶⁹ Hoje no território do município de Matozinhos. Apesar de indicar erroneamente como pertencente ao município de Barbacena, encontra-se fotos e um breve resumo fidedigno da história da fazenda em: PIRES, Fernando Tasso Fragozo (Org.). *Fazendas do Ouro*. Rio de Janeiro: Edições Fadel, 2011, p. 137.

³⁷⁰ CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2003), p. 133 137; 719 – 773.

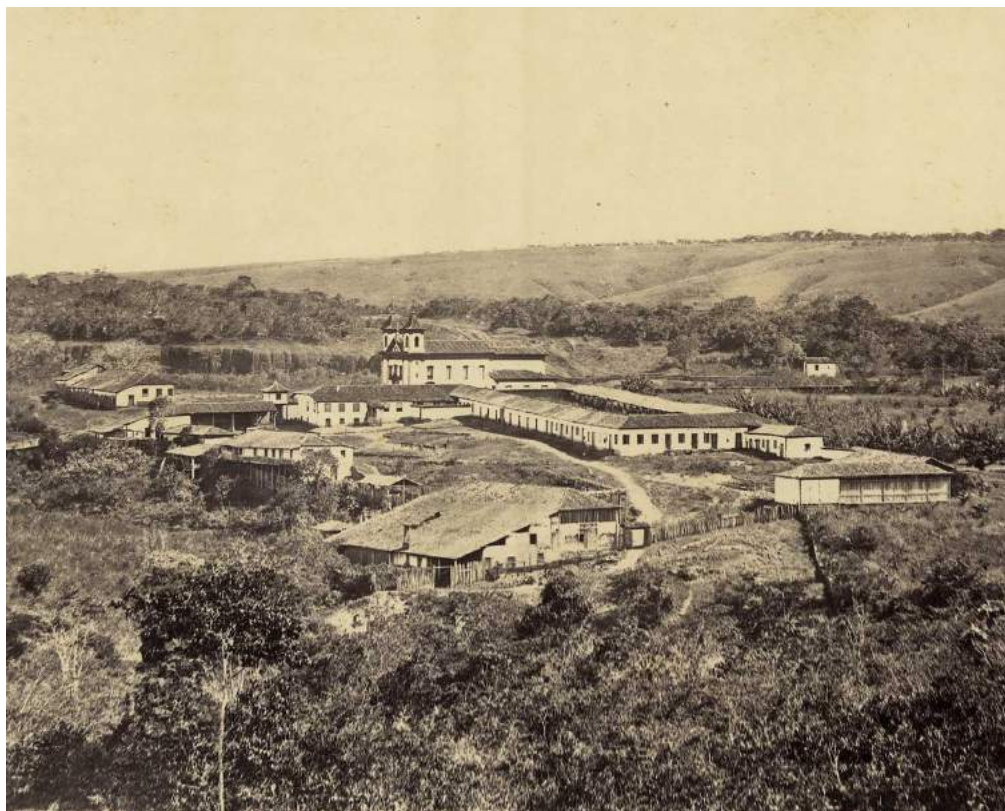
³⁷¹ No BDITCRV não consta a data de óbito do capitão. É possível que o inventário tenha sido realizado devido à sua prisão, se se tratar do mesmo João Ferreira dos Santos, que, segundo Diogo de Vasconcelos foi preso por liderar uma quadrilha que falsificava moedas. VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999, p. 86 e 87.

³⁷² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira dos Santos, 1739.

³⁷³ SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 90.

³⁷⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira dos Santos, 1739. Com acréscimos e correções conforme transcrição de SILVA, Flávio Marcus da. *Op. Cit.* (2008), p. 90.

Figura 11 – Fazenda Jaguará em foto de Augusto Riedel (c. 1868 – 1869)



Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/307> (acesso, agosto de 2019). (Edição do autor).

Além desta posse, no inventário de João Ferreira constavam mais 13 outros conjuntos de bens imóveis (em três vilas e duas comarcas distintas), dentre eles: outra fazenda, sete sítios (um deles com três serviços de águas de minerar, outros dois com currais e “pastos de largar o gado”)³⁷⁵, uma sesmaria, uma roça, uma lavra de ouro com casa de vivenda e duas moradas de casas, uma na rua Direita do arraial de Santa Luiza, outra na vila de Caeté. A soma dos bens chegou a 50:204\$952 réis, o sexto maior monte-mor registrado no termo de Sabará durante todo século XVIII.³⁷⁶ O capitão-mor

³⁷⁵ SILVA, Flávio Marcus da. *Op. Cit.* (2008), p. 90.

³⁷⁶ No BDITCRV foram somados os bens dos inventários, constando os montes-mor registrados nos documentos, mas também os montes-mor calculados, com valores muitas vezes divergentes. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o inventário do capitão-mor João Ferreira dos Santos, no qual o monte-mor registrado foi 50:204\$952 réis, sendo o calculado equivalente apenas a 18:748\$089 réis. Não tivemos acesso ao documento original, mas o desfalque na fortuna herdada poderia ser justificado no confisco de bens de João Ferreira devido ao crime de falsificação de moedas. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira dos Santos, 1739.

contava com a mão de obra de 239 escravizados, distribuídos entre suas várias propriedades.³⁷⁷ Como observou Flávio Marcos da Silva, a fortuna que João Ferreira alicerçou, fundava-se no consórcio da mineração com a produção e comercialização de alimentos, setor já promissor na primeira metade do séc. XVIII, como ficou evidente em seus empreendimentos.³⁷⁸ Neste intuito, o capitão-mor utilizou-se, inclusive, de melhoramentos técnicos raríssimos na Colônia nesse período³⁷⁹, a exemplo de arados e “matos adubados”.³⁸⁰

2.4 – O Processo de Verticalização das Casas entre as Elites e os Padrões da Propriedade Residencial

Entre os 804 inventários setecentistas de Sabará, em um total de 1144 bens imóveis avaliados, encontramos a descrição de 798 casas. Apenas 60 foram descritas com algum grau de verticalidade (7,51%), constituídas por 47 “casas de sobrado” e 13 “assobradadas”. A maior parte delas encontrava-se em áreas rurais (sendo 31 casas de sobrado e 8 assobradadas). Em zonas urbanas foram avaliadas 16 casas de sobrado e 5 assobradadas. O valor das casas baixas, “térreas” (Figura 8), era bem inferior ao das moradias altas (sobrados ou assobradadas) (Figuras 7 e 6). Isoladamente, as habitações de apenas um pavimento, foram avaliadas, em média, por 132\$722 réis, o que correspondia a 1/5 do preço médio das casas de sobrado e assobradadas (calculado em 646\$515 réis). Por sua vez, os sobrados, avaliados em média a 755\$666 réis, tinham um preço médio três vezes maior que o das casas assobradadas (237\$200 réis).

Acompanhando o número de casas altas que foram avaliadas por década e área, notamos que o período entre 1770-1779 correspondeu ao momento em que mais se descreveu esse tipo de habitação nos inventários (ver tabela 3 e Gráfico 10). Esse aumento se deu de forma mais abrupta nos bens imóveis rurais, porém não deixou de ser observado nas posses urbanas. Tal crescimento não esteve diretamente ligado à produção aurífera, tendo em vista que desde a década de 1740 a extração mineral vinha caindo continuamente na Capitania. A maior presença de sobrados e casas assobradas

³⁷⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira dos Santos, 1739.

³⁷⁸ SILVA, Flávio Marcus da. *Op. Cit.* (2008), p. 90.

³⁷⁹ *Idem*, p. 91.

³⁸⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira dos Santos, 1739.

na década de 1770 pode se explicar em dois movimentos observáveis nos índices macroeconômicos da Capitania de Minas Gerais. Entre 1754 e 1766 ocorreu um acentuado acréscimo nos rendimentos dos impostos sobre a produção rural (o dízimo), que, apesar de uma subsequente queda abrupta, manteve-se em crescimento baixo, mas estável, a partir do final da década de 1770.³⁸¹ Como averiguamos anteriormente, a construção de sedes de fazendas com casas de sobrado, ou assobradadas, nesse momento, refletiu um período de prosperidade anterior, e o subsequente empenho de capitais e mão de obra escrava (relativamente ociosa, devido à queda na produção agrícola e mineral) que pode ser empregada na construção ou melhoria das casas rurais.

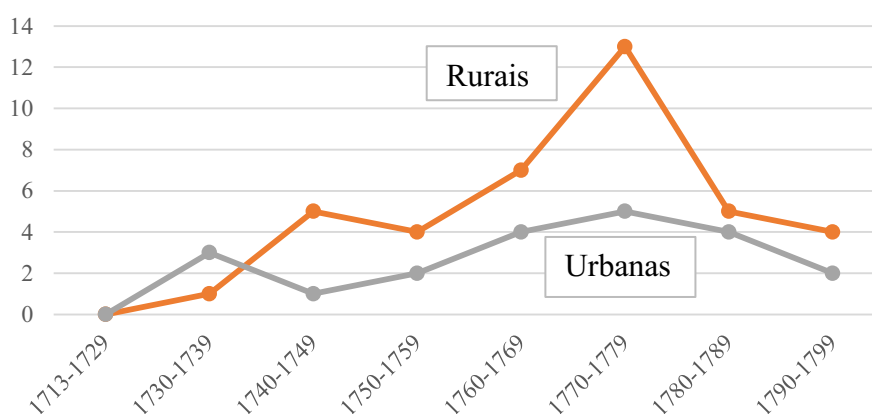
Tabela 3 - Nº de Casas de Sobrado ou Assobradadas Avaliadas nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas, por décadas (séc. XVIII)

Ano	Geral	Rural	Urbana
1713-1729	0	0	0
1730-1739	4	1	3
1740-1749	6	5	1
1750-1759	6	4	2
1760-1769	11	7	4
1770-1779	18	13	5
1780-1789	9	5	4
1790-1799	6	4	2
Total	60	39	21

Fonte: BDITCRV

³⁸¹ CARRARA, Angelo Alves. *Op. Cit.* (2007), p. 36.

**Gráfico 10 - Nº de Casas de Sobrado ou Assobradadas
Avaliadas nos Inventários da Comarca do Rio das
Velhas, por décadas (séc. XVIII)**



Fonte: BDITCRV.

Por sua vez, os rendimentos dos registros de entradas de mercadorias na Capitania, índice ligado aos fluxos mercantis (menos estáveis que os quintos do ouro e o dízimos agrícolas), cresceram continuamente até 1766, sofrendo grande queda nesse ano, e decaindo até por volta de 1773, quando são atingidos por uma alta abrupta, mantendo-se nesse patamar por aproximadamente 5 anos, vindo a cair novamente apenas em 1778, e a partir de então seguindo no mesmo nível, com poucas oscilações.³⁸² O índice dos registros de entrada, ou seja, os fluxos mercantis, associaram-se mais às habitações urbanas que às rurais, refletindo-se no crescente investimento de capitais na construção de sobrados para comércio em vilas e arraiais. Esse tipo de investimento diferiu daquele realizado nas posses rurais, tendo em vista que o estabelecimento comercial não era uma unidade de produção, tal qual a primeira, e a expansão de sua estrutura construída poderia significar, por exemplo, o acréscimo de espaço destinado à venda, guarda e estoque de mercadorias. Portanto, ao contrário do que aconteceu em áreas rurais, a construção ou melhoria de casas urbanas altas, possivelmente, foram realizadas concomitantemente à expansão dos lucros de seus proprietários, quando esses foram agentes mercantis. Por sua vez, fazendeiros abastados também construíram casas urbanas de sobrado nesse período, assim como parecem ter feito em suas posses rurais.

³⁸² *Idem, ibidem.*

Como afirmou Braudel, “as mutações nos campos são reflexo, consequência, do próprio luxo da cidade”.³⁸³

Os dois índices (dízimos e entradas), apesar de se vincularem de formas diferentes ao crescimento do número de habitações altas, coincidem sobre um mesmo período: a década de 1770. Esse decênio parece ter sido a “época de ouro” da implantação de novas unidades de produção agropecuária na Capitania. Aliou-se ao capital mercantil, os capitais provenientes das jazidas auríferas (em queda, mas ainda produzindo) e àqueles advindos da produção e comercialização de alimentos. Mesmo que precedida por outras, a maior parte das grandes fazendas exclusivamente produtoras de gêneros alimentícios foram fundadas no último quartel do século XVIII, sobretudo em áreas de fronteira, muitas delas com casas de sobrado ou assobradadas. Na comarca do Rio das Velhas, são exemplos dessas grandes e sumptuosas casas rurais do fim do século, as supracitadas sedes da fazenda das Minhocas (Figura 7) e da fazenda Ponte Alta (Figura 6). Em áreas urbanas também se observava, no mesmo período, a construção de inúmeros sobrados requintados, encomendados por comerciantes, fazendeiros, fazendeiros/mineradores e funcionários da burocracia estatal e eclesiástica. Exemplo maior dessas grandes casas urbanas edificadas no último quartel do século XVIII foi o sobrado do Padre Corrêa, datado de 1773 (Figura 10).

O movimento dos preços desses tipos de imóveis nos permite observar principalmente as relações de uma elite econômica e política com suas habitações. Apesar das mudanças nos padrões de representação do espaço se iniciarem entre esses estratos sociais, e serem mais fáceis de serem observados nos vestígios materiais que eles deixaram, existiu um espectro bem maior de agentes e grupos que também mudaram sua relação com o morar no decorrer do século XVIII. As alterações no “mundo dos bens móveis” dos indivíduos que não integravam as elites locais, como veremos mais adiante, assinalavam de mesmo modo que as novas formas de domesticidade, próprias do fim da Idade Moderna, também adentraram nas moradias mais humildes, sobretudo em áreas urbanas.

Por fim, dos 1144 registros de bens imóveis descritos nos inventários do termo de Sabará, em apenas 69,75% (798) foram encontradas referências à alguma habitação.

³⁸³ BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.* (2005), p. 251.

A maior parte delas 52,88% (422) localizavam-se em áreas urbanas. O restante, 47,11% (376), encontrava-se em áreas rurais. Tal constatação corrobora a tese de que foi na Capitania de Minas Gerais que primeiro se observou uma proto-urbanização na América Portuguesa, a qual pôde ser observada na preeminência das vilas e arraiais como espaço de sociabilidade das populações mineiras do Setecentos.³⁸⁴ Nesta Capitania, a vida nas fazendas era a extensão da vida social de uma constelação de vilas e arraiais.

No termo de Sabará, em 61,44% dos 804 inventariados (494) possuíam alguma moradia. Desses, cerca de dois terços eram proprietários de apenas uma casa (65,78%). O outro terço (169 proprietários), em sua maioria, possuía duas habitações (24,08% do total). O restante, aqueles que eram proprietários de mais de um edifício, correspondiam a 10,32% do total dos que tinham alguma moradia (ver Tabela 4 e Gráfico 11). Podemos inferir que a propriedade habitacional, na comarca do Rio das Velhas, seguia três padrões, predominando aquele em que os inventariados possuíam apenas uma casa, certamente na qual viviam, seguido por aqueles que possuíam duas moradias (em sua maioria com uma casa no povoado, e outra na área rural), e, no último padrão, o grupo restrito dos que tinham mais de três habitações. Esses últimos podiam tanto alugar suas casas, sobretudo em áreas urbanas, ou cedê-las a terceiros, responsáveis pela administração de algum negócio comercial ou produtivo.

Integrando o caso dos que tinham mais de três casas podemos citar Elenna de Santa Tereza³⁸⁵, que em 1795 possuía quatro habitações na vila de Sabará. Ela certamente residia com seus pais e sua filha na “morada de casas de sobrado” da rua Direita, avaliada em 1:200\$000 réis. Suas outras três casas, avaliadas em 200\$000 réis, 190\$000 réis, e 42\$000 réis, localizavam-se na rua do Fogo e no Largo da Igreja

³⁸⁴ MATA, Sérgio da. *Op. Cit.* (2002).

³⁸⁵ Na ficha de seu inventário constam várias informações sobre aluguéis, a saber, no campo de “Procedimentos Judiciais”, no ano de “1798- O juiz ordena que o tutor construa um muro na morada de casas da herança do pai da inventariada, pois ela estava localizada em uma rua que serve de acomodado couro para malfeteiros para assegurar os aluguéis da órfã”, fl. 54. “1798- A órfã reclama não estar recebendo comida e vestuário a 5 anos e diz que os aluguéis estão vencidos”, fl. 56. “É informada a quantia que estava para ser liquidada relativa aos aluguéis que estavam sob responsabilidade do antigo tutor”, fl. 107-108. “1796- Uma crioula forra, Inácia Maria do Sacramento, aluga as casas”, fl. 167. “1778- Pedro alfaiate pede as chaves das casas que alugou. Consta documentos referentes aos pagamentos de aluguéis e outras contas da década de 70”, fl. 173-197. “Um pedreiro que prestou serviços na morada de casas da herdeira e não recebeu cobra providências”, fl. 97. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Elenna de Santa Tereza, 1795.

Grande, e foram alugadas para terceiros, como Inácia Maria do Sacramento, “crioula forra”, e Pedro “alfaiate”.³⁸⁶

Também entre os que integravam o padrão de propriedade com mais de três habitações, destacamos um dos maiores negociantes das Minas,³⁸⁷ o português Matias Crasto Porto, que em 1742 possuía nada menos que 18 imóveis com alguma moradia, 16 deles situados em áreas urbanas.³⁸⁸ Crasto Porto consorciava diversas atividades que se ramificavam por toda extensa comarca do Rio das Velhas, abrangendo desde o comércio de secos e molhados, à produção agropecuária, mineração e atividades creditícias. O grande negociante muito provavelmente residia em sua “morada de casas de sobrado”, situada no arraial de Roça Grande, e avaliada em 800\$000 réis. Em suas posses sobressaiam-se três lojas “que disputavam o mercado das roupas com os alfaiates” na vila de Sabará e nos arraiais de Roça Grande e São Romão.³⁸⁹ A maior delas, “com sua loja grande de duas portas, cozinha, estrebaria com seu quintal” (350\$000 réis), situava-se na rua Direita de Sabará.³⁹⁰ Matias Porto também foi um dos maiores criadores de gado da Capitania, na primeira metade do século XVIII. Participava de toda “cadeia produtiva da carne: desde a engorda ao abate até a venda nos açougues”.³⁹¹ Quatro de suas casas serviam para esse último fim, em diferentes localidades. Uma delas, com “cobertas de telha que serve de açougue com seu quintal e currais de matar gado com telheira”(100\$000 réis)³⁹², localizava-se na Ponte Grande da vila de Sabará; outra na rua do Fogo da mesma vila (130\$000 réis); além de uma, no arraial de Congonhas, “abaixo da Igreja do Rosário as quais serve para corte de carne com seus currais de baraúna com dois bancos em sua loja separada, mostrador e prateleiras, tudo velho” (80\$000 réis); e mais uma no longínquo mas próspero arraial de

³⁸⁶ José Newton Meneses encontrou exemplo semelhante no Arraial do Tejuco, comarca do Serro Frio, onde apenas um inventariado possuía 14 casas de moradia, 13 delas alugadas a terceiros. Tratava-se do dr. José Luiz de Figueiredo, que foi inventariado no ano de 1793, ver: MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2000), p. 107.

³⁸⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006, p. 240.

³⁸⁸ BDITCRV, inventário *post-mortem* de Matias Crasto Porto, 1742.

³⁸⁹ DRUMOND, Marco Aurélio. *Indumentária e Cultura Material: Produção, comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711-1750)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Dissertação de Mestrado em História), p. 78.

³⁹⁰ BDITCRV, inventário *post-mortem* de Matias Crasto Porto, 1742.

³⁹¹ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2013), p. 168.

³⁹² BDITCRV, inventário *post-mortem* de Matias Crasto Porto, 1742.

Paracatu, na divisa com a Capitania de Goiás.³⁹³ Em outras das propriedades desse grande comerciante, “escravos ferreiros e sapateiros trabalhavam em tendas por ele equipadas”,³⁹⁴ como “uma morada de casas” no arraial de Roça Grande “em que trabalhava o ferreiro”.³⁹⁵ Por fim, alguns de seus prédios urbanos também destinava-se a renda de aluguel, como “uma morada de casas” na rua Direita de Sabará “alugada a Brás Gonçalves Motta de Albuquerque onde assiste e tem loja que pesa seco” (180\$000 réis); e outra “morada de casas com seu quintal, laranjeiras, estribaria, senzala, casa de forno coberta de telha”, na rua do Cascalho do arraial de Roça Grande [...] em que mora o Cônego José Coelho Raposo” (300\$000 réis).³⁹⁶

Tabela 4 - N° de Casas por Proprietários nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (século XVIII)

N° de Casas	N° de Proprietários	%
1	325	66%
2	119	24%
3	20	4%
4	14	3%
5	6	1%
6	5	1%
7	1	0%
8	1	0%
> 8	3	1%
Totais	494	1

Fonte: DITCRV.

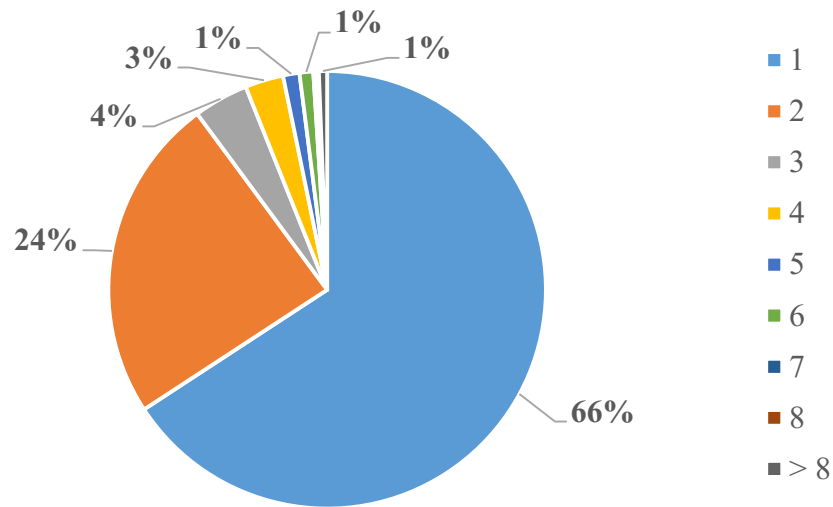
³⁹³ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2013), p. 168.

³⁹⁴ *Idem*, p. 169.

³⁹⁵ BDITCRV, inventário *post-mortem* de Matias Crasto Porto, 1742.

³⁹⁶ *Idem*.

Gráfico 11 - Percentagem Aproximada do N° de Casas por Proprietários nos Inventários da Comarca do Rio das Velhas (século XVIII)



Fonte: BDITCRV.

Dos 119 proprietários do termo de Sabará que compunha o padrão dos que tinham duas habitações, a maioria possuía uma casa na fazenda e outra no povoado (40,33%). Isso denota que desde o século XVIII os mineiros mais abastados, muitos deles fazendeiros, costumavam manter duas residências, uma na roça, outra na vila ou arraial, prática que se expandiria no século XIX. As casas de fazendeiros nos povoados setecentistas seriam utilizadas em fins de semana para se frequentar as missas dominicais, ou em dias festivos, bem como para realização de negócios.³⁹⁷ No século XIX, muitos desses proprietários passariam a residir ou ter sua melhor habitação na vila ou cidade.³⁹⁸ Outros 36 inventariados da comarca do Rio das Velhas possuíam duas moradias em áreas urbanas (30,25%), e foram seguidos de perto pelos 35 restantes (29,42%) com duas habitações rurais. Mais uma vez constatou-se a supremacia da propriedade urbana, tendo em vista que 70,58% desses inventariados possuíam ao menos uma casa na vila ou arraial. Tal fato corrobora a hipótese de Afonso Arinos, segundo a qual a tendência cidadina do povo português seria transplantada para o

³⁹⁷ RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Op. Cite.* (2014), p. 212.

³⁹⁸ SCHNOOR, Eduardo. *Op. Cit.* (1995), p. 40.

Brasil.³⁹⁹ Tratando-se de um tímido “citadismo”, de pequenos povoados, com características próprias, em que “às vezes as aldeias, sedes de conselhos, ficavam vazias, ou quase, a não ser nos domingos e dias de festas, porque os seus habitantes estavam todos nos trabalhos do campo”⁴⁰⁰, todavia, nunca muito longe das povoações. Tendo em vista que o Sul de Portugal, desde fins da Alta Idade Média⁴⁰¹, foi historicamente marcado por esparsa povoamento; vale lembrar que tal “citadismo” se aplicava principalmente às regiões do Norte e do Centro do Reino⁴⁰², justamente os centros dos quais proveio a maior parte dos lusitanos que desembarcaram na Colônia com destino às Minas.⁴⁰³

³⁹⁹ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Op. Cit.* (2005), p. 28 -29

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 24.

⁴⁰¹ Meados do séc. VIII, até fins do séc. X. Adotamos aqui a cronologia proposta por Hilário Franco Júnior. FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 16.

⁴⁰² SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS. *Arquitectura popular em Portugal*. (4ª ed.). Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 2004, v. 1.

⁴⁰³ RAMOS, Donald. *Do Minho a Minas. Op. Cit.* (2008).

Capítulo 3 – As Vozes do Espaço Doméstico: sintaxe espacial e arqueologia das habitações (Minas Gerais, século XVIII)

3.1 – A aplicação do “Modelo *Gamma*” e dos índices de Blanton na Arqueologia das Habitações

Para os urbanistas Bill Hillier e Julienne Hanson, fundadores da teoria da “sintaxe espacial”, os artefatos, invariavelmente são funcionais e significativos: “na medida em que são os primeiros, eles são de uso prático; na medida em que são o segundo, são de uso predominantemente social, no qual se tornam um meio pelo qual as identidades culturais são conhecidas e perpetuadas”.⁴⁰⁴ Todavia, os edifícios se diferenciam dos demais artefatos ao criar e ordenar volumes vazios de espaço dentro de um padrão, sendo essa sua principal finalidade. Nas edificações, é o próprio espaço vazio que cria a dupla relação funcional e significativa característica dos artefatos. Para Hillier e Hanson, a “arquitetura não é uma ‘arte social’ simplesmente porque os edifícios são importantes símbolos visuais da sociedade”, mas também porque somos capazes de reconhecer a sociedade “através da forma como os edifícios individual e coletivamente criam e ordenam o espaço”.⁴⁰⁵

Neste capítulo, empregamos a análise morfológico-espacial de estruturas arquitetônicas, conhecida como “Modelo *Gamma*” ou “Modelo de Hillier e Hanson”, comumente utilizado na arqueologia histórica.⁴⁰⁶ Em seguida, aplicamos os índices desenvolvidos por Richard Blanton⁴⁰⁷, da mesma forma como foram empregados por

⁴⁰⁴ HILLIER Bill; HANSON, Julienne. *Op. Cit.* (1984), p. 1. (Tradução livre do autor).

⁴⁰⁵ *Idem*, p. 2. (Tradução livre do autor).

⁴⁰⁶ ZARANKIN, Andrés. *Op. Cit.* (1997); ZARANKIN, Andrés. *Op. Cit.* (2001); SOUZA, Marcos André Torres de. *Op. Cit.* (2007).

⁴⁰⁷ BLANTON, Richard E. *Houses and Households: A Comparative Study*. New York: Plenum Press, 1994.

Andrés Zarankin e Paulo Eduardo Zanettini .⁴⁰⁸ O modelo *Gamma* permite a decomposição das plantas em nodos (*nodes*) e suas ligações (*edges*) possibilitando quantificar e comparar características de edificações em diferentes regiões e temporalidades. Dentre outras potencialidades, a análise morfológico-espacial nos permite conhecer as formas de circulação internas de um edifício e organização do espaço materializadas nas habitações.⁴⁰⁹ Na figura 12 podemos observar como a planta da residência propriamente dita, com quatro cômodos, foi decomposta em um gráfico *Gamma*, com cinco *nodes*, um deles representando o exterior; e quatro ligações (*edges*), apontando o esquema de circulação no interior da casa (o porão da casa foi excluído por não estar diretamente vinculado a residência, podendo se tratar inclusive de uma outra residência, comércio ou oficina etc.).

Os indicadores de Blanton, levantados a partir do gráfico *Gamma* de cada edifício, consistem no **Índice de Escala**, que corresponde ao número total de cômodos (nodos) da habitação; o **Índice de Integração**, obtido através da divisão entre a quantidade de conexões (ligações) entre os cômodos, pelo número de nodos (o resultado desse índice vincula-se à circulação dentro do edifício, assinalando o grau de restrição interna, ou seja, quanto menor o índice, maior é a restrição à circulação dentro da casa); o **Índice de Complexidade A**, obtido através da soma das conexões entre os cômodos, apontando o grau de distributividade da estrutura (vincula-se também à circulação interna); por último, o **Índice de Complexidade B**, correspondente à soma do número de conexões necessárias a cada cômodo para acessar o exterior da residência, dividido pelo número total de cômodos (esse indicador aponta o grau de acessibilidade, portanto, quanto menor seu valor, mais acessíveis são os cômodos da casa em relação ao exterior da estrutura).⁴¹⁰ Na figura 12 também pode-se observar como todos os índices são calculados e que tipos de gráficos eles formam.

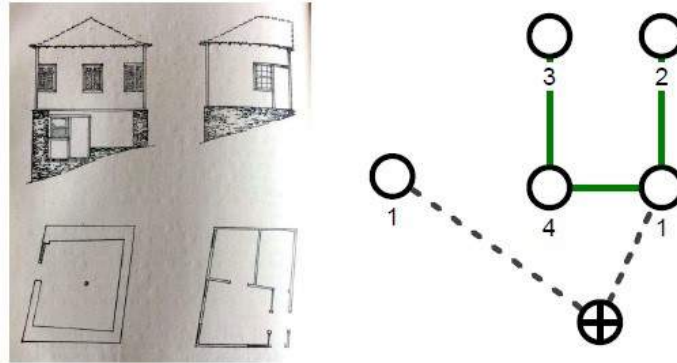
⁴⁰⁸ ZARANKIN, Andrés. *Op. Cit.* (2001). (Tese de Doutorado), p. 122; ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), prancha 45.

⁴⁰⁹ ZARANKIN, Andrés. *Op. Cit.* (2001), p. 124.

⁴¹⁰ ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), prancha 45.

Figura 12 – Exemplo de Decomposição de Planta-Baixa em gráfico *Gamma* e aplicação dos índices de Blanton

Prancha 5 - Análise Gamma de Casa Urbana de Porão Alto - Ouro Preto (c. 1725)



Casa Porão Alto, Rua do Pilar nº 26 - Ouro Preto (Fonte: VASCONCELLOS, 1956, p. 204)



Fachada lateral e frontal - Casa Porão Alto, Rua do Pilar, nº 26 - Ouro Preto. (Foto do autor, 2019)

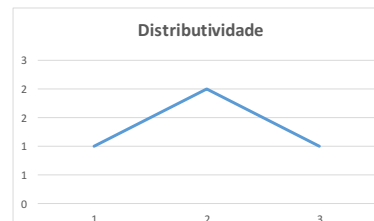
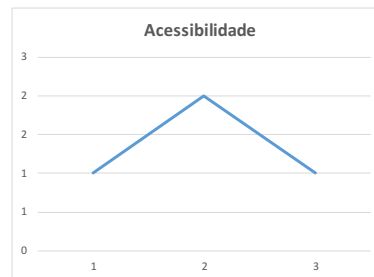
c.1725 - Casa de Porão Alto - Índices de Blanton

Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
4	1,000	4	2,000

Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	1
2	2
3	1
	4

Nº de Conexões	Ocorrências
1	1
2	2
3	1
	4

Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	1	3
2	2	2
3	3	1
4	2	2
Total	8	8



Fonte: prancha 5.

3.2 – Das Casas Unicelulares às Casas de Sobrado: a crescente busca pela diferenciação e especialização dos espaços

Para a análise das habitações setecentistas utilizamos doze gráficos *Gammas* elaborados a partir de plantas baixas de habitações, tanto rurais quanto urbanas, edificadas em Minas Gerais durante o século XVIII. Para todas elas elaboramos pranchas contendo o gráfico, a planta, os índices e, quando existiram, uma fotografia ou gravura do edifício.⁴¹¹ A datação dos edifícios foi atribuída de forma aproximada, de acordo com as indicações dos estudos de história da arquitetura e arqueologia, referenciados nas respectivas pranchas. Atentamos para o fato deste pequeno capítulo tratar-se de uma “experimentação” um tanto quanto ousada para um historiador, conjugando métodos da análise arquitetônica e arqueológica com a interpretação historiográfica. Portanto, trata-se de uma provocação para próximos trabalhos que ampliem a quantidade de habitações analisadas, e, quando possível, os dados e critérios para melhor precisão na datação do edifício e mudanças na composição de seus cômodos.

Quatro gráficos foram extraídos de reconstituições de plantas realizadas por Sylvio de Vasconcellos a partir dos vestígios arqueológicos do Morro da Queimada, em Ouro Preto (Pranchas 1, 2, 3 e 4). Essas estruturas, em sua maior parte, correspondem a habitações anteriores a 1720 ou com algum uso posterior ao incêndio que devastou o arraial naquele ano. Portanto, são remanescentes bem preservados da segunda fase de sedentarização dos primeiros mineradores que se estabeleceram na região. Esses, após construírem seus primeiros ranchos em palha, edificaram estruturas mais sólidas, com a mesma conformação espacial unicelular, porém em alvenaria de pedra, como ainda se pode observar nas ruínas subsistentes. Como ranchos desse tipo localizavam-se tanto em povoações incipientes, como em áreas rurais, que posteriormente deram origem a fazendas, não lhes aplicamos a categorização rural/urbana. Encaramos essas estruturas, em sua maioria de um cômodo ou dois, como precursoras das habitações que se desenvolveriam na região das Minas Gerais durante o século XVIII.

A leitura espacial-morfológica das habitações de apenas um cômodo apresentou o menor indicador possível da análise Gamma, ou seja, o índice 1. Isso significava que a

⁴¹¹ Ver Pranchas, nos Anexos.

estrutura, obviamente, era muito simples, se diferenciado do exterior apenas pela cobertura e vedação das paredes. Muitas das vezes quando apareceram mais de um cômodo nessas construções, eles não se ligavam entre si, denotando que a maior parte da vida dos mineiros, durante o primeiro quartel do século XVIII, se desenvolvia fora das habitações. Como dissemos anteriormente, ao analisar os primeiros relatos sobre a região, as moradias desse período serviam apenas como abrigo noturno, contra as intempéries do clima ou para guarda de instrumentos etc. As atividades de produção, alimentação etc., aconteciam principalmente nos terreiros dianteiros ou no entorno dessas casas unicelulares.

Como dissemos, atribuímos uma cronologia aproximada para as moradias considerando levantamentos realizados por arquitetos que elaboraram as plantas baixas, e utilizamos também dados históricos acerca dos edifícios e seus contextos. Esse método de datação, na carência de formas mais precisas, foi um exercício hipotético, para se entender as transformações ocorridas nas formas de morar durante o século XVIII. Necessita, porém, de aperfeiçoamento entre aqueles que os queiram utilizar em análises futuras. A título de exemplo, consideramos que as casas térreas de corredor lateral, sala dianteira, alcovas no centro, e sala traseira, foram edificadas do segundo quartel do século XVIII até meados do século XIX. Já as casas de sobrado, consideramos que se disseminariam em áreas urbanas por volta da segunda metade do Setecentos, como a bibliografia especializada e os inventários indicam. Portanto, quando datamos um desses exemplares e o inserimos na análise temporal, foi justamente para entender as novas formas de morar que os grupos sociais privilegiados começaram a edificar naquele período (Prancha 10).

Quanto às habitações rurais, conseguimos informações mais precisas sobre suas épocas de construção.⁴¹² Para algumas, obtivemos inclusive o ano da edificação, o que nos permitiu uma análise mais detalhada da evolução das configurações espaciais. Em determinadas fazendas, como os próprios arquitetos assinalam, foram feitos acréscimos de “áreas de serviço”, as quais descartamos na análise *Gamma* (exemplo disso foi a denominada “Quinta do Sumidouro”, Prancha 8; e a fazenda São Miguel, Prancha 9). Tratam-se, certamente, de ampliações realizadas a partir de fins do século XVIII. Nesse

⁴¹² Ver referências nas pranchas, em Anexos.

período, como veremos mais adiante, as “cozinhas”, antes precariamente construídas no entorno da casa, começam a ser inseridas em anexos ou no interior das próprias edificações. De toda forma, como lembra Daniel Roche, precisamos sempre levar em consideração, que:

A habitação rural evolui [...] lentamente e por redistribuição – acréscimos de novas construções, retoques. É essa bricolagem da história que devemos compreender identificando os mecanismos de variação, além dos elementos que não mudavam, das aproximações aparentes, das estruturas latentes.⁴¹³

Da análise dos índices de Blanton inferidos dos gráficos *Gamma*, pudemos concluir que na Capitania de Minas Gerais, de uma forma geral, tanto nas habitações rurais quanto nas urbanas, houve um aumento gradativo do número de cômodos (índice de escala, Gráfico 12). Para a primeira metade do século XVIII eles indicam uma média de 5 cômodos por moradia. Esse número quase triplica na segunda metade da centúria, quando se constou uma média de 14 compartimentos por habitação. Claro que esses dados se referem à dinâmica interna das residências das camadas mais abastadas. Entre esses grupos, a demanda por moradias com maior número de divisões evidenciava a crescente busca pela produção de espaços mais diferenciados e especializados dentro do ambiente doméstico. Tendência que acompanhava um movimento também observado na Europa, e em outras partes do globo.⁴¹⁴ De acordo com Nuno Luís Madureira:

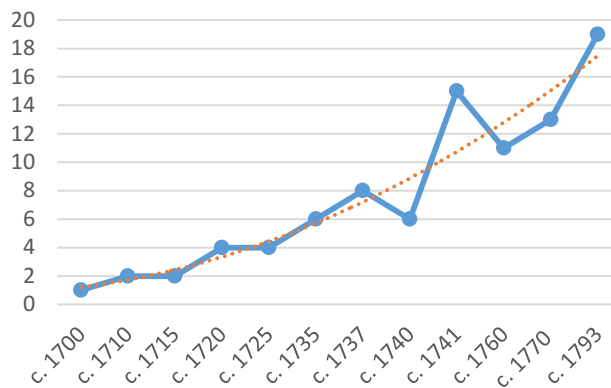
No século XVIII, a sociedade culta europeia, abandona definitivamente o hábito de receber visitas diretamente nos apartamentos íntimos onde se dorme, e onde se pratica uma higiene mais ou menos elementar. Mais complexa, mediatiza por écrans sucessivos, a distribuição dos quartos introduz uma hierarquia de acessos dentro da casa.⁴¹⁵

⁴¹³ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 119.

⁴¹⁴ WEATHERILL, Lorna. *Op. Cit.* (1988); PARDAILHE-GALABRUN, Annik. *Op. Cit.* (1991); MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992); ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000).

⁴¹⁵ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 116.

Gráfico 12 - Índices de Escala das Habitações em Minas Gerais (c. 1700 - 1793)



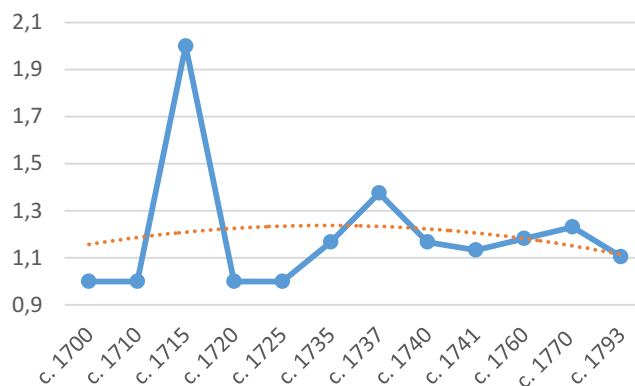
Fonte: BDITCRV.

3.3 – Oposições entre o Rural e o Urbano no Controle da Circulação no Interior das Casas

Os índices de integração, que medem a restrição da circulação no interior das residências, apresentaram certas oscilações, sobretudo no início do século XVIII (Gráfico 13), o que se explica quando desagregamos os dados em áreas rurais e áreas urbanas. Feito isso, observamos movimentos diretamente opostos, nas primeiras quatro décadas do século. Enquanto nas habitações das vilas e arraiais, com o passar do tempo, os índices de integração aumentaram, demonstrando que o controle da circulação interna diminuía até 1737 (Gráfico 14) (quanto menor o índice, maior é a restrição à circulação dentro da casa); nas moradias rurais, por sua vez, os índices diminuíram, sugerindo que os limites para a movimentação no interior das casas tenderam a aumentar (Gráfico 15), como se pode observar na fazenda Vereda, edificada por volta do ano 1741 (Prancha 9). Essa diferença se justificaria na própria localização das casas. No meio rural, com intenso convívio do proprietário com seus familiares, escravizados e eventuais viajantes, no entorno da residência e nos cômodos dianteiros (varanda, quarto de hóspedes, capela), o controle do acesso aos distintos repartimentos se tornou cada vez mais necessário (nesse sentido, o exemplar de 1770, a fazenda São Miguel, mostra-

se como um ponto fora da linha geral de decréscimo desse índice⁴¹⁶, Gráfico 15, Prancha 11).

Gráfico 13 - Índices de Integração das Habitações em Minas Gerais (c. 1700 - 1793)



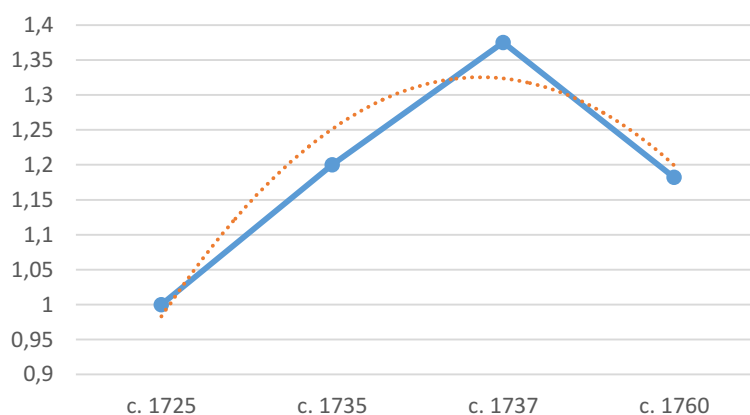
Fonte: BDITCRV.

Nas moradas urbanas, os viajantes não seriam um incômodo, o que pode justificar os maiores índices de integração e o menor controle dos percursos internos nas moradias até o exemplar de 1737. Quando os sobrados começaram a ser edificadas nas vilas e arraiais, as atividades produtivas ligadas ao artesanato ou ao comércio etc., restringiram-se ao andar térreo, isolando o segundo pavimento apenas para o convívio familiar e da escravaria doméstica. Todavia, como demonstram os dados do exemplar de 1760 (um sobrado em Vila Rica, Prancha 10), mesmo com essa distinção de pavimentos, o controle interno a circulação nos cômodos poderia aumentar. É o que aconteceu também no exemplar rural do final do século XVIII (a fazenda Água Limpa, Prancha 12). Porém, não devemos descartar a permeabilidade intrínseca de todos esses espaços, legatários de hábitos, rituais e costumes de longa duração que se alteravam muito vagarosamente apenas em finais do Antigo Regime. Nos termos de Roche:

⁴¹⁶ O que pode se justificar no fato da propriedade ter sido edificada, e pertencer, naquele momento, a um sacerdote, o padre Miguel Ribeiro da Silva, que, ao que parece, vivia com agregados e escravizados, constituindo uma família ritual com uma de suas agregadas. Como a construção da casa foi idealizada antes da formação dessa família, é possível que o padre não tenha se preocupado sobremaneira com restrições internas a circulação de seus agregados e escravizados, etc., ver: RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Op. Cit.* (2014), p. 65 – 66, 117 - 118.

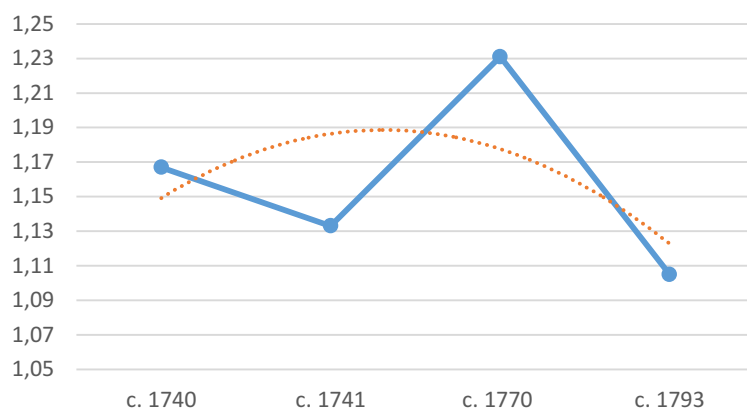
Na casa urbana, a função laboriosa não deveria ser ignorada; os ateliês exigiam um tipo de organização que ainda não estava completamente separada daquela da vida privada; durante muito tempo, a casa do negociante foi um entreposto e um conjunto de escritórios; o *sobrado* dos aristocratas abrigou diversas profissões e o do financista acolheu e por vezes hospedou seus empregados. O confronto dessas funções com os problemas familiares, as formas de sociabilidade, os imperativos religiosos, *enriqueceu essa estrutura do espaço*, onde os indivíduos iriam moldar suas condições de vida segundo sua imagem.⁴¹⁷

Gráfico 14 - Índices de Integração das Habitações Urbanas em Minas Gerais (c. 1725 - 1760)



Fonte: BDITCRV.

Gráfico 15 - Índices de Integração das Habitações Rurais em Minas Gerais (c. 1740 - 1793)

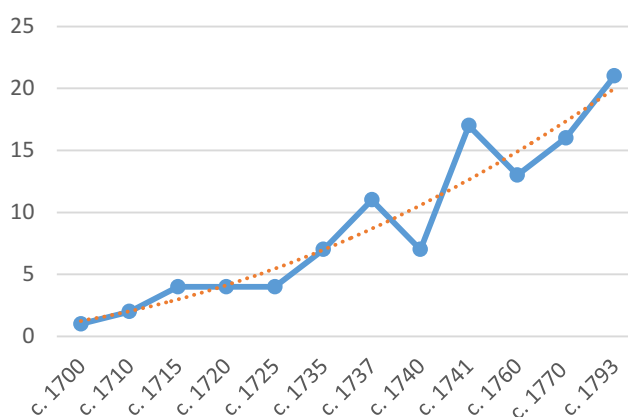


Fonte: BDITCRV.

⁴¹⁷ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 117 – 118.

De uma forma geral, os índices de complexidade A (Gráfico 16), assinalam que houve um crescimento no número de conexões entre os cômodos das moradias. Porém, esse aumento de conexões nem sempre acompanhou o crescimento do número de cômodos, o que conformou uma crescente restrição da circulação interna. Cabe ressaltar que nas casas de sítios, roças e fazendas, a separação se dava, sobretudo, entre as zonas da família (íntima), de serviços domésticos e as de convívio social externo, o que pôde ser observado, como vimos, na leitura das plantas baixas dessas residências. Por sua vez, as configurações dos gráficos *Gamma* apontam a separação de dois polos distintos nessas habitações rurais (Pranchas 8, 9, 11 e 12). As conexões não distinguiam a área de serviço e a área familiar, como os arquitetos o fazem para o século XVIII, mas, aparentemente, apenas uma área mais social e outra mais íntima conjugada com a área de serviços. Isso pode se explicar na exclusão deliberada que fizemos das cozinhas nas plantas baixas utilizadas para a elaboração dos gráficos *Gamma*, quando esse espaço claramente se mostrou uma adição posterior a edificação da casa (Pranchas 8 e 11). Essas “áreas de serviço” foram resultado de acréscimos realizados em fins do Setecentos e, sobretudo, no Oitocentos, como a bibliografia e os artefatos de confecção atestam. Ao que parece, a distinção de três zonas nas casas seria uma projeção sobre esse período de uma conformação que viria a se consolidar somente no século XIX, mas que teve suas raízes ainda na centúria anterior.

Gráfico 16 - Índices de Complexidade A das Habitações em Minas Gerais (c. 1700 - 1793)

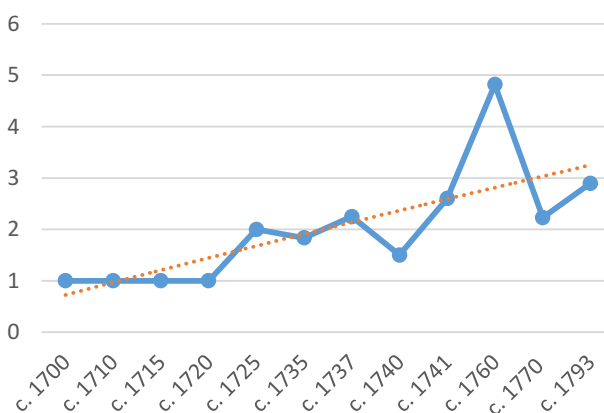


Fonte: BDITCRV.

3.4 – O “Controle do Espaço Comum” e as “Gradações de Intimidade” na Crescente Restrição ao Exterior

Os índices de complexidade B (Gráfico 17), que medem o grau de acessibilidade dos cômodos, indicam, de uma forma geral, que as moradias tenderam a se tornar cada vez mais restritas ao exterior. Quando desagregamos esses dados, notamos que a restrição do acesso à casa cresceu de forma mais contínua e acentuada no meio urbano (Gráfico 18). As restrições oscilaram no meio rural, mas cresceram após o segundo quartel do Setecentos (Gráfico 19). Os dados corroboram com Philippe Ariès ao assinalar, de mesmo modo, que nos fins do século XVIII, “entre a casa e a cidade global, a relação mudou, segundo os progressos de um *controle do espaço comum* e do triunfo da intimidade esboçada nas normas e práticas aristocráticas dois séculos atrás”.⁴¹⁸

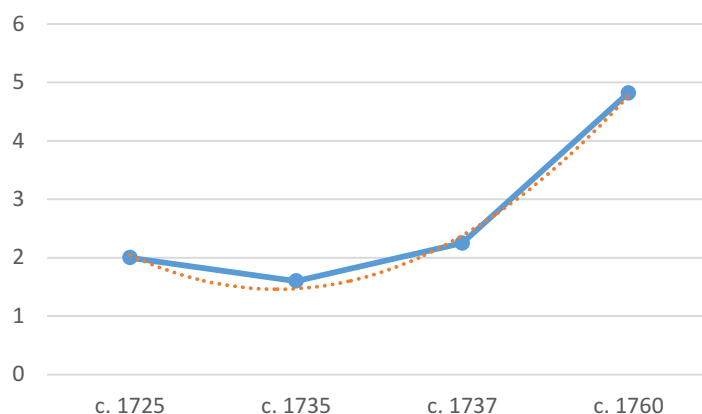
Gráfico 17 - Índices de Complexidade B das Habitações em Minas Gerais (c. 1700 - 1793)



Fonte: BDITCRV.

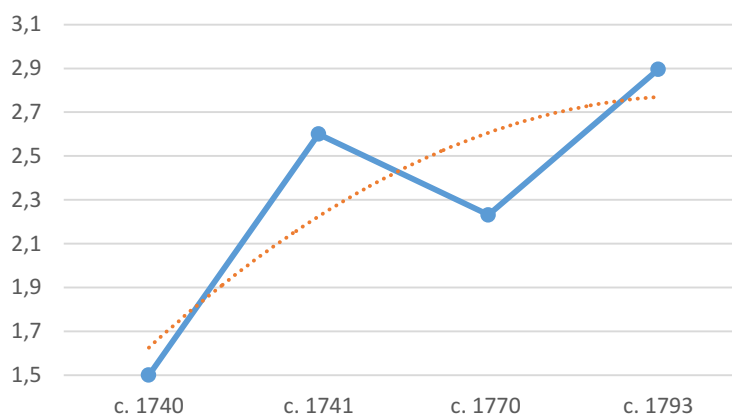
⁴¹⁸ ARIÈS, Philippe. *L'enfant et l' vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris, 1960, p. 377 – 459. Apud. ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 141.

Gráfico 18 - Índices de Complexidade B das Habitações Urbanas em Minas Gerais (c. 1725 - 1760)



Fonte: BDITCRV.

Gráfico 19 - Índices de Complexidade B das Habitações Rurais em Minas Gerais (c. 1740 - 1793)



Fonte: BDITCRV.

O crescente distanciamento dos cômodos das casas urbanas em relação à rua, se deu, sobretudo, nos sobrados. Para se acessar a parte habitada destas edificações, ou seja, o segundo pavimento, era necessário, ao menos, atravessar o corredor de entrada e a escada de acesso à parte habitada da edificação (Prancha 10). Portanto, a demanda das elites coloniais por sobrados urbanos espacializava a “necessidade” de distanciamento da rua, acentuando a distância entre as relações dentro/fora. Todavia, não podemos deixar de “olhar para a oposição elementar entre a rua e a casa por alguns autores

assimiladas às esferas públicas e privadas, como uma fronteira móvel, cujo significado depende de quadros culturais e sociais”.⁴¹⁹ Os sobrados mais opulentos do final do século XVIII, em Minas Gerais, com suas escadas diretamente voltadas para a porta de entrada no térreo, precedida pelo saguão, vestíbulo ou *hall* de entrada, como vimos anteriormente, indicariam uma tendência que se firmaria apenas na centúria seguinte. A permissividade seletiva do acesso à casa substituiria a produção de um espaço focado na relação dentro/fora por uma nova relação: de “centro-periferia”, com maiores níveis de gradações que se materializavam em inúmeros entrepostos, como o vestíbulo, as escadas, o salão ou sala de visitas etc. Um exemplo ímpar desses grandes sobrados, na vila de Sabará, que já abordamos anteriormente, foi aquele edificado para a residência do Padre José Corrêa Silva, no último quartel do século XVIII (Figura 10). Como nos lembra Madureira, “não podemos falar unicamente do reforço do intimismo e salvaguarda da privacidade nas casas nobres de Setecentos. O que está em causa é uma gradação desta intimidade, certamente ligada a uma maior variedade de divisões e especializações funcionais” nas habitações.⁴²⁰

⁴¹⁹ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), 116.

⁴²⁰ *Idem, ibidem*, (Itálicos nossos).

UNIDADE II

O “recheio da casa”: bens móveis e mobiliário na constituição de novas domesticidades

Capítulo 4 – Das caixas às cômodas: anseios de verticalização nos móveis de conter

O bem “móvel”, como o próprio nome diz, é “aquele que se pode transferir de um lugar para outro, que se pode ocultar ou perder, ao contrário dos bens de raiz, que são fixos, e permanecem em terras”.⁴²¹ Bluteau também esclarece que os “móveis de uma casa”, eram “qualquer coisa destinada para uso, ou ornatos da casa, na cidade, ou no campo”. Entendemos hoje o “mobiliário” ou a “móvel” como um “conjunto de móveis com elaboração e decoração harmônicas”,⁴²² porém, essa concepção inexistia até meados do século XVIII. Ela apenas começou a tomar sentido em finais dessa centúria, e, sobretudo, no século XIX.⁴²³ Até então, no interior das residências, prevaleciam peças isoladas, e não um conjunto de móveis concebidos previamente, com unidade estética, para atender necessidades que fixavam seu uso em um espaço determinado.

Os estudos sobre a história do móvel no Brasil – assim como os de história da arquitetura, da arte e, em alguma medida, da cultura material⁴²⁴ – foram impulsionados pelo movimento modernista e a subsequente criação do “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, o SPHAN (atual IPHAN), no ano de 1936.⁴²⁵ Produzida em sua maior parte por arquitetos e historiadores da arte, a bibliografia que versou sobre o tema debruçou-se majoritariamente sobre o denominado “mobiliário artístico”.

⁴²¹ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.5, p. 607.

⁴²² FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2009, p. 9; 17; 141; MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 159.

⁴²³ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 141.

⁴²⁴ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Op. Cit.* (2005).

⁴²⁵ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 25.

Exemplos desses trabalhos são os importantes e pioneiros estudos publicados na revista do SPHAN, em artigos de Lúcio Costa⁴²⁶ e de José Wash Rodrigues.⁴²⁷ Em suas pesquisas, eles utilizaram-se principalmente de objetos subsistentes em museus e acervos pessoais. Todavia, como atentou Daniel Roche, “esses objetos já foram peneirados pelo uso e pelo tempo”, e “nosso conhecimento real, *de visu* [...] é inversamente proporcional à hierarquia dos bens e dos costumes de outrora. Conhecemos melhor o mobiliário real do que o dos camponeses [...]”⁴²⁸, tornando-se necessário, para uma abrangente análise da cultura material, “o desenvolvimento do estudo dos móveis nos conjuntos regionais e sociais”.⁴²⁹ De mesmo modo, apontando para a necessidade de contextualização histórica e social desses estudos, Nuno Luís Madureira avaliou que “a *história do mobiliário artístico* deveria reservar um espaço para a análise das repetições, das persistências desajustadas do tempo artístico. Numa palavra, deveria atentar-se aos limites culturais, cronológicos e sociais da difusão de um estilo”.⁴³⁰

Os inventários *post-mortem* são fontes privilegiadas no estudo de uma história cultural e social dos móveis. Mesmo que eles não representem todo o conjunto da sociedade da época, esses documentos nos dão parâmetros sobre a disseminação de certas categorias de peças em um determinado período. Tipos de artefatos que indicavam a permanência ou o surgimento de novos usos e hábitos. Identificando-se arranjos de móveis, é possível analisar como eles determinavam e eram determinados por necessidades sociais próprias do período, algumas esquecidas, outras que nos chegaram até o tempo presente.

Entre os ancestrais da historiografia nacional, antes mesmo dos trabalhos impulsionados pelo SPHAN, José de Alcântara Machado, em 1929, escreveu um capítulo sobre o mobiliário paulista do século XVI e XVII, utilizando-se de inventários *post-mortem*.⁴³¹ Na segunda metade do Seiscentos, o autor identificou “no arranjo e

⁴²⁶ COSTA, Lucio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 149-162, 1939.

⁴²⁷ RODRIGUES, José Wash. Móveis antigos de Minas Gerais. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 79-98, 1943.

⁴²⁸ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 228.

⁴²⁹ *Idem, ibidem.*

⁴³⁰ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 164.

⁴³¹ MACHADO, Alcântara. *Op. Cit.* (1980), p. 69. (Itálico nosso)

adereço doméstico o aumento da riqueza privada, aumento que mais e mais se pronuncia à medida que se aproxima o ciclo da mineração”.⁴³² Tais adereços se materializavam no surgimento de peças como “catres torneados à cabeceira, *com sua grade e subgrade*”, “bufetes de jacarandá marchetados de marfim” ou “cadeiras e tamboretos tauxiados de latão; *com sua pregadura miúda*”.⁴³³ Porém, esses eram móveis excepcionais, e mesmo nas casas dos potentados, o que se encontravam eram “salas imensas, em cuja vastidão se encolhem e somem os móveis destinados a guarnecelas”.⁴³⁴

Inspirada na obra de Alcântara Machado, uma década depois, Hércia Dias publicaria o artigo “Mobiliário dos Inconfidentes”⁴³⁵, no mesmo volume da revista em que Lúcio Costa tornou público seus escritos de referência nos estudos do mobiliário artístico luso-brasileiro. Utilizando como fonte os sequestros de bens dos inconfidentes mineiros, a autora apresentou o panorama dos móveis de uma elite política e econômica de fins do século XVIII, que se dispersava por toda a Capitania. Comparando-os com estudos de Machado, a autora concluiu que, de modo geral, foi expressiva a melhoria na situação dos mineradores em relação aos primeiros bandeirantes de São Paulo. Porém, no que dizia respeito ao mobiliário, “a apreciação [era] menos otimista, embora se possa notar alguma diferença quanto ao número, quanto à qualidade e mesmo quanto à variedade” dos móveis.⁴³⁶ Com preocupações próprias do SPHAN, o estudo também se deteve nos autos dos sequestros analisados a partir de critérios artísticos. Segundo Hércia Dias, “pela descrição, mais ou menos detalhada, que os acompanha, pode-se verificar que todos os móveis encontrados entre os bens dos Inconfidentes apresentavam a principal característica do mobiliário no século XVIII - o predomínio da linha curva”.⁴³⁷

No âmbito acadêmico da historiografia nacional, o tema só viria a aparecer muitas décadas depois, em 1970, com a tese de Maria Helena Ochi Flexor sobre o

⁴³² *Idem*, p. 72.

⁴³³ *Idem, ibidem*. (Itálico do nosso)

⁴³⁴ *Idem*, p. 69.

⁴³⁵ DIAS, Hércia. O mobiliário dos inconfidentes. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 3, pp. 163-172, 1939.

⁴³⁶ DIAS, Hércia. *Op. Cit.* (1939), p. 165.

⁴³⁷ *Idem*, p. 167.

mobiliário na Bahia do século XVIII e XIX.⁴³⁸ A autora analisou peças remanescentes de museus, instituições religiosas da Bahia, e a descrição de 14.800 móveis, presentes em 1.843 inventários *post-mortem* da cidade de Salvador.⁴³⁹ Seu trabalho foi reeditado duas vezes e se tornaria uma das poucas referências acadêmicas na área, inspirando diversos estudos sobre o “mobiliário artístico” nacional. Dentre esses últimos, destacou-se a vultosa obra da erudita Tilde Canti: “O móvel no Brasil: origens, evolução e características”.⁴⁴⁰ O trabalho, publicado em 1980, foi embasado em ampla bibliografia e na análise de dezenas de acervos nacionais e internacionais (tanto de museus, quanto de particulares). Canti também se utilizou de inventários *post-mortem* (e de conclusões sobre os mesmos, elaboradas por outros autores), para identificar a frequência, o surgimento e o declínio do uso de certas peças no Brasil, bem como suas características artísticas e formais: seu principal objeto de estudo.

No que se refere ao mundo luso, destacamos a densa obra de Nuno Luís Madureira que versa sobre Lisboa, de 1740 a 1830. Em uma análise quantitativa e estatística associada a uma leitura qualitativa fortemente marcada pela sociologia⁴⁴¹, o autor construiu um ficheiro com 6.500 processos de inventário.⁴⁴² Utilizando-se de técnicas de processamento automático da informação, Madureira identificou, nas descrições dos avaliadores, sequências espaciais de móveis vinculados a cômodos específicos das casas.⁴⁴³ Carlos Franco foi outro historiador português que abordou o tema. Sob uma perspectiva da história das artes decorativas, ele analisou a descrição de 12.000 peças em 80 Inventários *post-mortem* das elites de Lisboa, na segunda metade

⁴³⁸ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano, séculos XVIII e XIX*. Salvador: UFBA, 1970. (Tese apresentada ao Concurso para Professor Assistente da UFBA).

⁴³⁹ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 10.

⁴⁴⁰ CANTI, Tilde. *O móvel no Brasil: origens, evolução e características*. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980.

⁴⁴¹ Referindo-se a obra, o autor afirma que “em sua origem remota está uma dissertação de mestrado produzida no departamento de sociologia da Universidade Nova de Lisboa”. MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 12.

⁴⁴² *Idem*, p. 291.

⁴⁴³ De uma forma geral, em Lisboa, eles começavam pelo “mobiliário de sala ou salão (oratório, cadeiras, cómodas, tremós), passavam depois para as peças do quarto, e terminavam com uns tantos trastes de cozinha. Quando existiam antecâmaras, livrarias, sala de jantar ou quartos de guarda-roupa, a ordem não se alterava: os aposentos de utilização coletiva vinham regra geral primeiro, e os aposentos ‘individuais’ no fim da lista”. (MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 297). Essa metodologia não pôde ser aplicada em nosso estudo, tendo em vista que a sequência dos objetos descrita nos documentos foi, em grande medida, alterada quando da elaboração do banco de dados, seguindo outra lógica construtiva.

do século XVIII.⁴⁴⁴ Acerca do Minho, de onde viera a maioria dos lusitanos que subiram as serras das Minas, o trabalho de Orlanda Barbosa Vilaça apresentou extenso panorama da cultura material e do patrimônio móvel rural da região em finais do Antigo Regime, a partir de 600 Inventários *post-mortem*.⁴⁴⁵

Por fim, no rastro dessa breve revisão bibliográfica, vale destacar a recente dissertação de mestrado em arquitetura, elaborada por Karina Ribeiro de Oliveira.⁴⁴⁶ Nesse trabalho, a autora fez extensa revisão da literatura que abordou a história do mobiliário luso-brasileiro, utilizando-se também da historiografia especializada na Capitania e posterior província de Minas Gerais. Em seu texto, é abordado tanto a configuração arquitetônica das moradias e seus usos, quanto os tipos de móveis, funções e condições de sua produção. A existência de um “regionalismo” no mobiliário mineiro, tese primeiramente levantada por Wash Rodrigues⁴⁴⁷, e aprofundada por Tilde Canti, também será retomada por Karina Oliveira, como veremos em momento oportuno.⁴⁴⁸

Do ponto de vista metodológico, para além dos contributos dos estudos de cultura material preconizados por Roche e Madureira, sobressai em nossa análise a primorosa e inovadora abordagem desenvolvida por Vânia Carneiro de Carvalho, em seu trabalho sobre “Gênero e Artefato”.⁴⁴⁹ Em seu estudo, a autora expôs minuciosamente como certas determinações de gênero se desenvolveram a partir do agenciamento da cultura material dentro de um sistema doméstico preciso. Seu recorte espacial e temporal – a cidade de São Paulo, dos anos de 1870 a 1920 – apesar de distante em relação ao nosso, propiciou a análise de um momento e ambiente privilegiado da história nacional. Da perspectiva da cultura material, essa cidade e esse período presenciaram a consolidação de uma sociedade de consumo, embasada em valores burgueses, mesmo antes da incipiente industrialização do país. No que se refere à cultura material, Vânia Carvalho identificou a consolidação de distintos repertórios de objetos e performances de ações, determinados por um sistema doméstico que operava o

⁴⁴⁴ FRANCO, Carlos José de Almeida. *O Mobiliário das Elites de Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 15.

⁴⁴⁵ VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Op. Cit.* (2012).

⁴⁴⁶ OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *O móvel na moradia urbana mineira do século XVIII e início do XIX*. São Paulo: FAU-USP, 2017. (Mestrado em História da Arquitetura).

⁴⁴⁷ RODRIGUES, José Wash. *Op. Cit.* (1943).

⁴⁴⁸ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 255.

⁴⁴⁹ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Op. Cit.* (2008).

espaço de acordo com o gênero de seus agentes. Noções burguesas como conforto, intimidade e individualidade agenciavam a busca da construção material de uma felicidade doméstica demarcada pela feminilização da casa. Como veremos mais adiante, alguns desses repertórios de objetos e percursos de ações, dentro do ambiente doméstico, surgiram, timidamente, na América Portuguesa, entre as elites locais, ainda no período colonial. Sobretudo no final do Século das Luzes, quando a importação de valores, agentes e objetos, não deixaria de demarcar, nesse lado do Atlântico, um espaço de propagação do projeto civilizacional europeu. Mesmo que esse tenha sido condicionado às demandas culturais e dinâmicas próprias de uma sociedade escravista colonial portuguesa.

Ter móveis em casa não era uma realidade para todos os habitantes da comarca do Rio das Velhas durante o século XVIII. Nem ao menos para aqueles que tinham bens a deixar. Em 43,53% dos inventários (350 de 804) não foi listado sequer um móvel. Mesmo que alguns documentos, por motivos vários, tenham omitido tais objetos, o percentual daqueles que não legaram móveis ainda é muito grande, chegando próximo à metade dos espólios. Essa realidade era bem distinta, por exemplo, daquela encontrada no Minho, norte de Portugal, região da qual vieram a maioria dos migrantes lusitanos que chegaram às Minas. No recorte de 1750 a 1810, Orlanda Vilaça encontrou bens móveis em 88,16% dos inventários da região (93% em Barcelos; 87,5% em Póvoa do Lenhoso; 84% em Guimarães).⁴⁵⁰

Se pensarmos que parcela expressiva da população da Capitania não tinha nenhum tipo de bem para deixar, é possível afirmar que nas habitações mineiras setecentistas imperava o “vazio”. Porém, todo “vazio” deve ser relativizado. Tratava-se de um universo cultural distinto do metropolitano. Diversos objetos confeccionados em materiais efêmeros e de pouco valor monetário, como a taquara, o bambu, os cipós, as embiras etc. – legatários de tradições indígenas e africanas, certamente demarcavam espaços nessas residências. A partir deles confeccionavam-se esteiras, cestas, balaies, redes, entre outros objetos, criando uma ambiência que ainda pôde ser observada no Brasil do começo do século XIX. É o que retratam ilustrações de artistas como Debret e Rugendas. O primeiro, por exemplo, ilustra que nas casas mais modestas, de negras

⁴⁵⁰ VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Op. Cit.* (2012), p. 230.

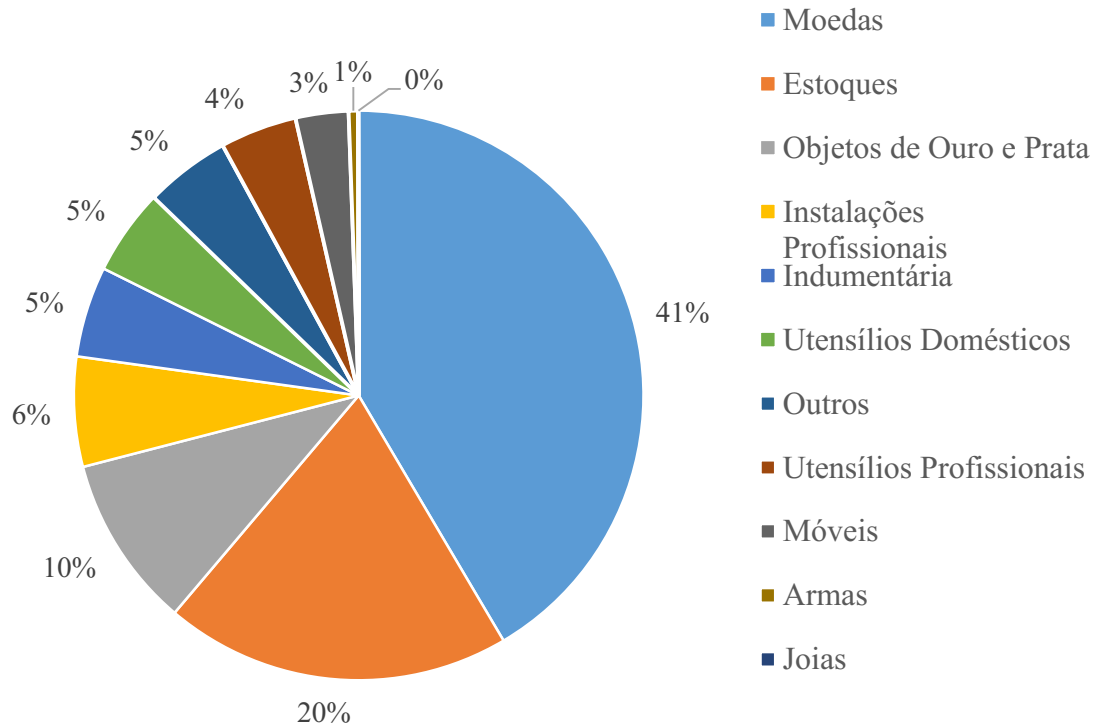
vendedoras ou de escravos de senhores opulentos, luxo era recobrir de pano ou de couro os “samburás” (cestos de alça comprida que se carregam no braço e são fabricadas com taquara grande ou pequena ainda verde e cortada em tiras).⁴⁵¹ Multifuncionais, esses cestos serviam tanto para o transporte de objetos, quanto como móvel de guarda. O samburá era um dos vários utensílios de pouco valor, os quais poderiam ser encontrados nas habitações humildes, e que não eram arrolados nos inventários.

No banco de dados em que trabalhamos, os “móveis” foram agrupados na categoria denominada “utensílios profissionais ou pessoais”, junto a dez outros tipos de bens.⁴⁵² Essa categoria correspondeu a 12% do valor total de todos os bens inventariados no termo da vila de Sabará. Aparecia em penúltimo lugar entre as cinco categorias que compunham todos os bens (em ordem decrescente: dívidas ativas, escravos, imóveis, bens profissionais ou pessoais, animais) (Gráfico 20). Os objetos classificados como móveis, por sua vez, somavam apenas 3% do valor total da categoria de “utensílios profissionais ou pessoais”. Eles registraram a antepenúltima colocação entre as outras subcategorias dessa classe de artefatos, composta, em ordem decrescente, por: “moedas”, “estoques”, “objetos de ouro e prata”, “instalações profissionais”, “utensílios domésticos”, “outros”, “utensílios profissionais”, “móveis”, “armas” e “joias” (ver gráfico).

⁴⁵¹ Segundo Debret: “esse luxo que apreciam as negras vendedoras, bem como os escravos dos senhores opulentos, deu origem a uma nova indústria entre os seleiros da cidade; a de recobrir os samburás com couros enfeitados de pregos dourados”. DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1816-1831). t. I, vol. I e II. São Paulo: Martins Editora, 1940, p. 170.

⁴⁵² No banco de dados os “utensílios profissionais ou pessoais” foram divididos em 13 subcategorias. Três delas, porém, não foram preenchidas com descrição de bens, as de “imagens”, “livros” e “não consta (n/c)”. Nas outras 11 subcategorias foram descritos objetos e a soma de seus valores, a saber: moedas, estoques, objetos de ouro e prata, instalações profissionais, utensílios domésticos, outros, utensílios profissionais, móveis, armas e joias,

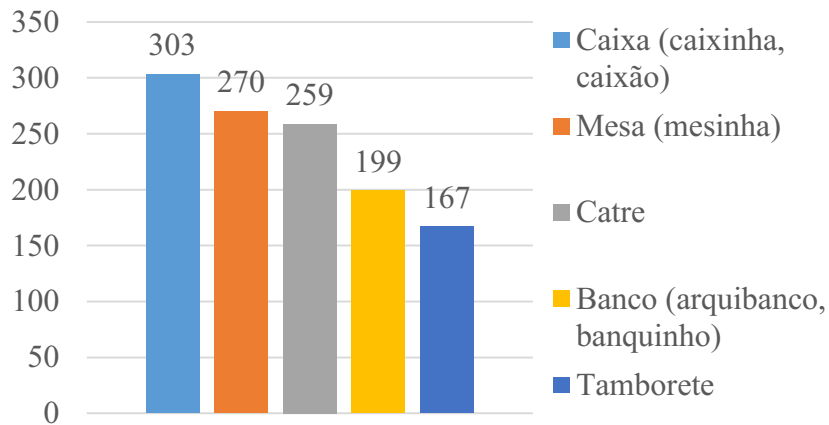
Gráfico 20 - Composição dos Bens Profissionais ou Pessoais nos Inventários do termo de Sabará (séc. XVIII)



Fonte: BDITCRV.

Os dados indicam que apesar do grande número de peças, os móveis, de uma forma geral, não tinham grande valor econômico nas Minas Setecentistas (de modo semelhante aos utensílios domésticos, como veremos mais adiante). Todavia, dentre eles constavam alguns exemplares que destoavam da simplicidade e rusticidade disseminadas na maioria das casas coloniais, servindo como elementos de distinção social. A partir de meados do século XVIII, “novos” tipos de móveis vão surgir em algumas habitações da Capitania. Novidades no mobiliário colonial, assim como na metrópole, delimitariam ambientes especializados, produzindo espaços que buscavam atender necessidades criadas entre as elites no fim da Idade Moderna. Muitas delas se disseminariam para outros grupos sociais somente nos séculos XIX e XX.

Gráfico 21 - N° de Inventários com "Móveis mais Frequentes" (f. ≥ 100)



Fonte: BDITCRV.

Identificamos nos inventários 52 tipos de objetos classificados como “móveis”, os quais dividimos em dois grandes grupos: os “móveis mais comuns” e os “móveis excepcionais”. O primeiro grupo, por sua vez, também foi subdividido em dois subgrupos: os “móveis mais frequentes” (Gráfico 21), que apareceram em mais de 100 heranças, a saber, a “caixa” (285 inventários)⁴⁵³; a “mesa” (270); o “catre” (256); o “banco” (199) e o “tamborete” (167).⁴⁵⁴ Os principais usos desses artefatos coincidem com a categorização dos móveis, de acordo com a sua utilidade, como foi formulada posteriormente por estudiosos do mobiliário.⁴⁵⁵ Mais especificamente com aquela proposta por Tilde Canti, que os dividiu em “móveis de guarda” (ou de conter), “móveis de utilidade” (ou de apoio), “móveis de repouso” e “móveis de descanso (assento)”.⁴⁵⁶⁴⁵⁷

⁴⁵³ Daqui por diante os números entre parêntese referem-se à quantidade de inventários e não de objetos.

⁴⁵⁴ A definição dos termos e descrição dos tipos de móveis será realizada durante a análise pormenorizada dos mesmos, no decorrer do texto.

⁴⁵⁵ Flexor propôs cinco distinções de móveis de acordo com a sua funcionalidade, a saber: “a. móveis de guardar – caixas, arcas, cômodas, frásqueiras, cofres, armários, guarda-roupas, guarda-louças; b. móveis de trabalho – contadores, papelerias; c. móveis de descanso – leitos, camas, catres, preguiceiros, cadeiras, tamboretas, sofás, canapés e outros; d. móveis de refeição e decoração – mesas, bofetes, bancas, tremós; e. móveis de higiene – toucadores, gamelas, tinas ou tigres; f. móveis de oração – oratórios, altares de dizer missa; g. móveis de transporte – (redes), serpentinas, cadeirinhas de arruar”. (FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 34.)

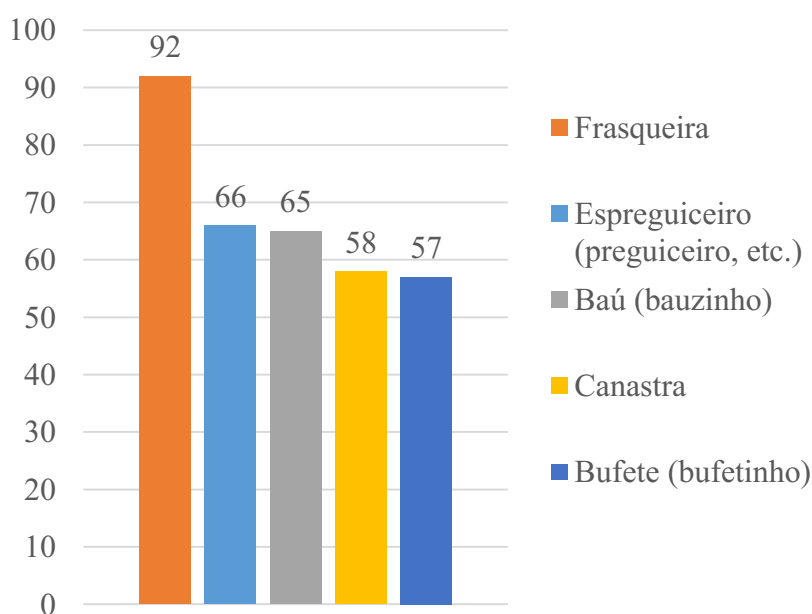
⁴⁵⁶ A categorização dos móveis, de acordo com a sua utilidade, não se encontra explicitada e justificada no texto de Canti, mas apresenta-se em sua estrutura, para tal, ver o sumário em: CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 335 – 337.

⁴⁵⁷ Carlos Franco, de modo semelhante, dividiu o mobiliário das casas de elite de Lisboa “em quatro grandes grupos: móveis de conter ou guardar, móveis de pousar, de suporte ou de apoio, móveis de assento e repouso e móveis de aparato”. (FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 53.). A

Mesmo que os supracitados artefatos prestassem para diversos outros usos, em uma sociedade marcada pela escassez e multifuncionalidade, é de se notar que os dados denotam certa hierarquia entre as “necessidades” majoritárias dessa população.

Vimos que em primeiro lugar buscava-se suprir as necessidades de “guardar”, seguidas por aquelas de “apoio utilitário” (tanto em refeições, como no trabalho etc.); para só depois atender os anseios do “repouso” e do “descanso”. Em uma realidade colonial dominada pelo mundo do trabalho, em que a noção de lazer inexistia, o ócio e o conforto eram o luxo de pouquíssimos privilegiados. Os móveis demarcavam a hierarquia desses valores: para escassez dos “troços, trecos e coisas”, contrapunham-se uma infinidade de caixas, caixinhas e caixões; para o apoio nas refeições e atividades de trabalho, mesas de diversos tamanhos; na hora do descanso, para aqueles que os podiam ter, serviam-se de catres, afastando-se do chão no momento do sono; e, por fim, para o descanso e rituais de sociabilidade, alguns podiam se servir de bancos e tamboretos.

Gráfico 22 - Nº de Inventários com "Móveis Muito Frequentes" (f. $\geq 50 < 100$)

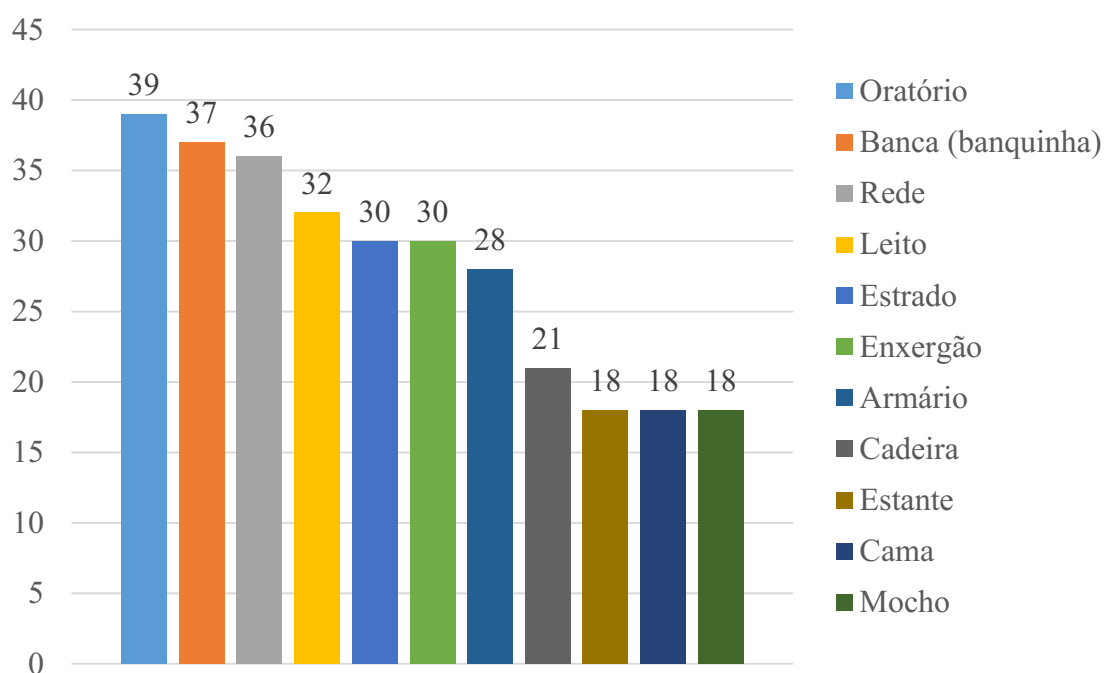


Fonte: BDITCRV.

diferença em relação à categorização de Canti está na junção dos “móveis de assento e repouso”, e no acréscimo dos “móveis de aparato”.

O segundo subgrupo dos “móveis mais comuns”, que classificamos como “muito frequentes” (Gráfico 22), foi composto por objetos que apareceram no intervalo de 50 a 99 heranças. Eles foram a “frasqueira” (92 inventários); o “preguiceiro” (66); o “baú” (65); a “canastra” (58) e o “bufete” (57). Todos esses artefatos, assim como os demais que constam nos inventários, em alguma medida, vão atender às quatro necessidades acima sublinhadas: guardar, apoiar, repousar e descansar. Algumas outras funcionalidades mais específicas, também serão identificadas, como a “oração”, a “decoração”, a “higiene” e o “transporte”.

Gráfico 23 - Nº de Inventários com "Móveis Pouco Frequentes" (f. \geq 18 < 50)

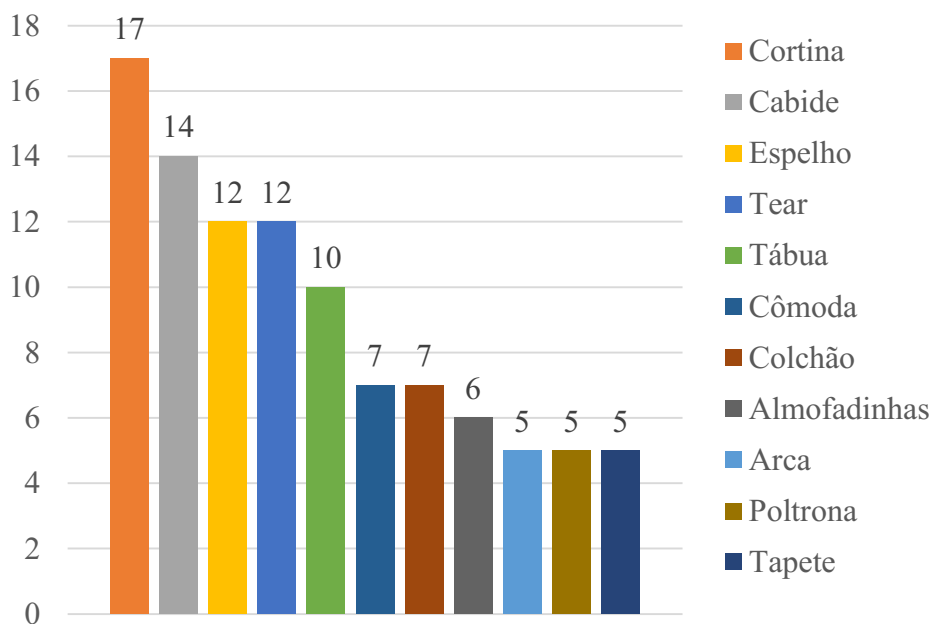


Fonte: BDITCRV.

O grupo de móveis que classificamos como “excepcionais”, por sua vez, foi dividido em três subgrupos. O primeiro deles, que nomeamos de “móveis pouco frequentes” (Gráfico 23), contém os objetos que apareceram no intervalo de 18 a 49 heranças, os quais foram: o “oratório” (39 inventários); a “banca” (37); a “rede” (36); o “leito” (32); o “estrado” (30); o “enxergão; o “armário” (28); a “cadeira” (21); a

“estante” (18); a “cama” (18) e o “mocho” (18). O segundo subgrupo, que classificamos como “móveis incomuns” (Gráfico 24), continha artefatos que constaram entre 5 a 17 espólios, a saber: a “cortina” (17); o “cabide” (14); o “espelho” (12); o “tear” (12); a “tábua” (10); a cômoda (7); “almofadinhas” (6); a “arca” (5) e a “poltrona” (5); e o “tapete” (5).

Gráfico 24 - N° de Inventários com "Móveis Excepcionais" (f. $\geq 5 < 18$)



Fonte: BDITCRV.

Por fim, listamos 20 objetos que, aparecendo em até 3 inventários, foram considerados como “móveis raros” (Tabela 5). Esses eram: a “prateleira”, a “papeleira”; a “escrivania” e o “relógio” (que constaram em 3 inventários); o “cofre”; o “painel”; o “registro”, a “campainha”; o “bastão” e a “canao de banho” (encontrados em 2 heranças); bem como o “tripó”; o “cesto”; o “mancebo”; o “quadro”; a “tulha”; o “pau com sua cabeça de cabeleiras”; a “cantoneira”; a “roda à romana de guardar”, o “balaio” e a “camlha”, que apareceram em apenas um inventário.

Tabela 5 – Nº de Inventários com “Móveis Raros”

Prateleira	3
Papeleira	3
Escrivaninha	3
Relógio	3
Cofre	2
Painel (painéis)	2
Registro	2
Campainha	2
Bastão	2
Canoa de banho	2
Tripó	1
Cesto	1
Mancebo	1
Quadro	1
Tulha	1
Pau com sua cabeça de cabeleiras	1
Cantoneira	1
Roda à Romana de Guardar	1
Balaio	1
Camilha	1

Fonte: BDITCRV.

4.1 – Caixas e mais caixas: a longa permanência de um mobiliário de guarda multifuncional

A casa setecentista do mineiro mediano era povoada de caixas, como atestam os Inventários. Atualmente, esse móvel é classificado entre as arcas, baús e outros móveis do gênero. Todavia, seguimos a nomenclatura de época apresentada nos documentos, na qual aqueles outros tipos, quando apareceram, foram listados à parte, como veremos em momento oportuno. Contabilizamos em conjunto apenas as que foram descritas como “caixas” (de vários tamanhos”), “caixões” e “caixinhas”. Elas estiveram presente em 303 heranças, ou seja, 37,68% dos 804 espólios que compõem nossa amostra. Foram os objetos mais frequentes nessa categoria de bens, surgindo nas casas de 66,74% dos 454 inventariados que possuíam mobília (Gráfico 21). A caixa configurava uma forma de

organização do espaço, com origens na Idade Média europeia.⁴⁵⁸ Para Tilde Canti, ela foi “o móvel fundamental” daquele período.⁴⁵⁹ Era essencialmente utilizada como mobiliário de guarda, porém, sua forma baixa e geralmente alongada, garantia extrema versatilidade. Durante o dia, encostada junto as paredes, poderia servir de banco. Alocada no centro de um cômodo, na hora do almoço, figuraria como mesa de refeições. Durante à noite, sozinha, ou em par com outra caixa, sobreposta de tábuas, daria uma boa cama. Como assevera Madureira: “um caixão ou uma caixa poderia servir para tudo”.⁴⁶⁰

Seu prestígio perdurou também por toda Idade Moderna. Daniel Roche chega a afirmar que ela reinava pelos campos da Europa durante esse período. “Um móvel baixo, capaz de acolher tudo: produtos agrícolas, reservas alimentares, roupas de cama e mesa, panos”.⁴⁶¹ A horizontalidade desse móvel condicionou durante muito tempo as posições corporais inclinadas. O mesmo decorria do uso de outros artefatos encontrados nas moradias do período, a exemplo da trempe, um aro com três pés baixos sobre brasas, que, como veremos posteriormente, era a principal estrutura de cocção de alimentos. Roche nos diz que na caixa “a ordem da acumulação reinava e para colocar ou tirar objetos era preciso inclinar, se dobrar para o chão”.⁴⁶²

Para Madureira, as caixas simbolizavam, assim como as “arcas e os baús, os ritmos lentos da vida quotidiana; a indiferença à mudança e aos sobressaltos; a negação perfeita da sociedade de consumo”.⁴⁶³ De 1740 a 1750, o autor encontrou “arcas, baús, caixas ou caixões” em 69,38% de sua amostra de inventários da capital do Império Português - Lisboa.⁴⁶⁴ Os mesmo se repetia, com pouca variação, no norte do Reino, na região minhota, onde 62% dos inventariados possuíam “móveis de guarda”, principalmente “a arca, a caixa e o baú”.⁴⁶⁵ São percentuais muito próximos daquele registrado para a presença de “caixas” entre os que detinham móveis no termo de

⁴⁵⁸ MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. Cit.* (1971), p. 80.

⁴⁵⁹ CANTI, Tilde. *O móvel no Brasil: origens, evolução e características*. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980, p. 17.

⁴⁶⁰ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 180.

⁴⁶¹ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 235.

⁴⁶² *Idem, ibidem.*

⁴⁶³ Ver Quadro 2.6 a. – em 19 casas, 34 possuíam esses bens. MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 178.

⁴⁶⁴ *Idem*, p. 138.

⁴⁶⁵ VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Op. Cit.* (2012), p. 233.

Sabará, durante todo o século XVIII (66,74%). Tal comportamento indica que as formas portuguesas tradicionais de organizar o espaço com móveis de guarda reproduziram-se no interior da colônia americana.

Figura 13 – Caixao de Guardar Mantimentos, fazenda Bom Retiro – Oliveira (MG)



Fonte: Fazenda Bom Retiro, Oliveira (MG). Fotografia do autor: abril de 2019.

Quanto às funções da caixa, “a polivalência dita[va] suas leis”.⁴⁶⁶ Entre as finalidades indicadas nos inventários de Lisboa, o Madureira identificou as de “meter colchões, guardar papéis, guardar dinheiro, ralar rap, encanar penas, ter ps, guardar açúcar, pendurar carne, conservar azeite, e ainda, servir de toucador, de retrete ou para jogos de cartas”⁴⁶⁷. Porém, os mais comuns eram os “caixões para peneirar farinha ou guardar cereais (principalmente cevada)”⁴⁶⁸. Algumas dessas funções vão se repetir nos inventários da comarca do Rio das Velhas. Na documentação que pesquisamos, quando as finalidades de seu uso são mencionadas, tmbm prevaleceram as caixas destinadas à

⁴⁶⁶ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 180.

⁴⁶⁷ *Idem, ibidem.*

⁴⁶⁸ *Idem, ibidem.*

guarda de cereais (principalmente milho, mas também feijão, arroz e demais mantimentos) (36 inventários). Na maioria das vezes esses móveis foram descritos como “caixão de guardar mantimentos” (Figura 13), como aquele que ainda pode ser observado próximo à cozinha, em um cômodo nos fundos da sede da fazenda Bom Retiro, fundada por volta do ano de 1777, no atual município de Oliveira (MG).

Também constavam espólios nos quais foram mencionados os mantimentos que eram guardados em caixas (de vários tamanhos), principalmente a “farinha” (17), mas também o “açúcar” (5) e o “milho” (2). Isso aponta que esses artefatos estiveram diretamente ligados à subsistência das casas setecentistas, podendo, muitas vezes, serem encontrados nos vários espaços de confecção de alimentos de suas cozinhas (muitas vezes fragmentadas, como veremos adiante), ou próximos a eles, como na fazenda Bom Retiro.

Alguns caixões eram utilizados em vendas e lojas para exposição de produtos, como atestaram os avaliadores nos inventários. Quando o português⁴⁶⁹, José Vaz da Cunha, faleceu, em 1783, ele era morador do Brejo do Japuru, no arraial de São Romão, acumulando atividades em ramos diversos: do comércio à agropecuária e mineração. Possuía vários imóveis em diferentes localidades, dentre eles: “uma morada de casas cobertas de telha *com loja forrada de tábuas*, prateleiras, duas gavetas com fechaduras, dois quartos” e “*caixões que servem de mostradores da loja e venda [...]*” localiza na Rua da Lavagem, vila de Pitangui – tudo avaliado em 550\$000 réis.⁴⁷⁰

No ano de 1796, o mestre de campo Antônio Vieira da Costa era proprietário da fazenda e sítio de Sto. Antônio, nas proximidades do arraial de Roça Grande e da vila de Sabará. Ele era natural da cidade de Mariana, freguesia de N.S. da Glória, filho de Inácia, “mulher preta”, e do mestre de campo Jacinto Vieira da Costa. Seu pai, um português, natural da freguesia de Santa Maria de Covas, arcebispado de Braga, foi detentor da maior fortuna registrada no termo da vila de Sabará: 200:000\$000 réis, liderando o seletto grupo dos 2% mais ricos da Comarca.⁴⁷¹ Incluindo Antônio, ele tivera

⁴⁶⁹ Natural de Ermelo, Cabeceira de Basto, arcebispado de Braga.

⁴⁷⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Vaz da Cunha, 1783.

⁴⁷¹ Jacinto da Costa pertencia ao seletto grupo dos 2% mais ricos da Comarca, com fortunas superiores a 50:000\$000 réis. Segundo a análise de Raphael Santos, esse seguimento surgiu somente depois de 1754, seguindo a concentração de riqueza característica do século e das “crises” da mineração, quando “é possível perceber que a percentagem de pessoas que integravam as camadas médias diminuiu (de 26%

oito filhos, seis deles com escravizadas suas ou de terceiros, dois com Isabel, “preta forra”.⁴⁷² Quando Jacinto faleceu, em 1760, Antônio herdou, dentre outras posses, a sobredita fazenda.⁴⁷³ Quase quatro décadas depois, o imóvel foi descrito da seguinte forma: “umas terras de planta com umas casas de sobrado e térreas, assoalhadas, grandes, com senzalas, moinhos aparelhados, [...] as casas, senzalas, moinho e pombal [que] se acham cobertos de telha, *porém muito arruinados, alguns já caídos*”, tudo no valor de 3:200\$000 réis.⁴⁷⁴ A posse continha outras estruturas, como “uma capela no terreiro da fazenda, de madeira e dentro um confessionário”, bem como “*uma casa de uma venda*”. Nos bens móveis do mestre de campo constava “*um caixão de botar mantimentos na venda*”.

As caixas também eram muito utilizadas para guardar roupas, como descrevem 23 inventários. Em 1793, a “parda” Esperança Pereira do Lago, moradora no Arraial Velho da freguesia de Raposos, possuía três desses móveis, sendo “uma caixa grande de guardar roupa, uma caixa pequena de guardar roupa” e “uma caixa de guardar roupa

para 16%), que aumentou o número de indivíduos considerados como pobres (de 32% para 45%) – principalmente o percentual de indivíduos que acumularam menos que 4999\$999 (de 21% para 36%) e que surgiu um grupo, até então desconhecido na região: o de pessoas que acumularam fortunas acima de 50:000\$000”. SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 83.

⁴⁷² Dois de seus filhos foram fundadores da fazenda das Minhocas (figura 7), em 1788, na freguesia de Santa Luzia, extensa e equipada propriedade, avaliada em 8:000\$000 réis (a grande sede da fazenda se encontra atualmente no município de Jaboticatubas). É o que atestou Ana Vieira da Costa, neta de Jacinto, e inventariante de Antônio Lourenço Valadares, seu marido, segundo a qual “era sócio em todos os bens com seu irmão, o Guarda-mor Bernardo Vieira Alpoim da Silva uma vez que ambos haviam feito compra de todos os bens do pai da inventariante e de seu irmão, João Vieira da Costa”. No campo de “observações” na ficha de localização do inventário: BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Lourenço Valadares, 1791.

⁴⁷³ Em 1760, a propriedade foi descrita como uma “fazenda com terras minerais, canaviais, engenho, casa de vivenda e senzala cobertas de telhas, moinho, pombal, Capela de Santo Antônio com seus ornamentos de pedra e pátina de prata, rego de água e alguns serviços minerais, bananal”, “Foram avaliados juntamente com este imóvel: dois alambiques em cobre, tachos, pipas, tanques”, tudo somou 8:000\$000 réis. Local: Santo Antônio do Rio das Velhas abaixo. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Jacinto Vieira da Costa, 1760.

⁴⁷⁴ O bem foi transcrito no Banco de Dados da seguinte forma: “Umas terras de planta com umas casas de sobrado e térreas, assoalhadas, grandes com senzalas, moinhos aparelhados, com uma das pedras já vendidas (por isso se acha com uma argola de ferro na roda) caixões do mesmo moinho. As casas, senzalas, moinho e pombal se acham cobertos de telha, porém muito arruinados alguns já caídos. Uma capela no terreiro da fazenda, de madeira e dentro um confessionário. Uma casa de uma venda e uma tenda de ferreiro. Um rego que vem do córrego da Lages, aonde tem seu açude. Um engenho de moer cana que se compõe de três caixões, um tanque de botar cachaça, uma pipa, um tanque pequeno de água fraca, 5 coches de azedar garapa, 3 argolas, 2 piões, 1 agulhão, as moendas e madeiras de engenho, um rodete de rio grande e novo. Umas terras de planta de capoeira (grossa) citas de outra parte do Rio das Velhas (a sua jacobina), que da parte de cima parte com terras de (?) e de Tereza Dias da Cunha e com terras de campanha. Um eixo de roda da terra. Local: Fazenda e sítio de Sto. Antônio, partem com terras de (Fradique) e com João Ferreira de Fraga, da outra, com terras de Antônio Ferreira Marinho. Valor: 3:200\$000 réis. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

mais pequena”. Nesses artefatos, Esperança poderia arrumar todos seus panos, a saber: “uma colcha de algodão, dois lençóis de algodão, um lençol de pano de linho, uma camisa de cambraia, uma camisa de algodão, uma capinha de canequim (sic.), dois macaquinhos de algodão, um macaquinho de chita, uma toalha de Guimarães com oito guardanapos, uma saia de pano aberta e um capote de pano azul fino”, tudo avaliado em 22\$400 réis.⁴⁷⁵ Para fins semelhantes, existiram as “caixas de vestido” (8), especificando claramente a peça que seria guardada. Como exemplo dessas podemos citar “uma caixa de vestido com chave”, que em 1781 poderia ser encontrada no sítio Amorim, freguesia de Santa Luzia, composto por “casas, senzalas, tudo coberto de capim”. O sítio era propriedade do tenente Luiz Ferreyra Souto, “branco”, “oficial de carapina”; e a caixa certamente pertencia à sua esposa, Isabel Maria de Santa Rita.⁴⁷⁶

Uma infinidade de coisas poderia ser guardada nessas caixas. Outros exemplos encontrados na documentação foram: “cabeleira”, “azeite”, “papéis”, “balança”, “ornamentos”, “fazendas (panos)” “despejo” e “miudezas”. Em três inventários constaram “caixas para viagem”, indicando que algumas delas eram utilizadas principalmente para esse fim. Também encontramos uma “caixa de conduzir cera”, que, em 1795, pertencera a Elenna de Santa Tereza, moradora na rua direita da vila de Sabará.⁴⁷⁷

As caixas marcaram presença nas casas durante todo o século XVIII. Quanto aos tamanhos, em 256 inventários constavam aquelas descritas como “caixas”; em 91, os ditos “caixões”; em 30, as “caixinhas”; podendo estas três descrições estarem simultaneamente, ou não, descritas em um mesmo documento. Nos inventários que continham “caixas”, quando discriminados os tamanhos, prevaleceram as “pequenas” (56), com uma média de 4,5 palmos de comprimento⁴⁷⁸ (o palmo media cerca de 22 cm).⁴⁷⁹ Existiram aquelas descritas como “grandes” (54) que em média tinham 6,78

⁴⁷⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Esperança Pereira do Lago, 1793.

⁴⁷⁶ A profissão está descrita no campo “observações” da ficha “protagonista”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Luiz Ferreyra Souto, 1781.

⁴⁷⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Elenna de Santa Tereza, 1795.

⁴⁷⁸ Constaram apenas duas caixas pequenas com os valores de comprimento descritos, uma de 4, outra de 5 palmos. Não foram descritas as respectivas larguras.

⁴⁷⁹ “Medida de comprimento que equivalia a cerca de 22 cm, ou oito polegadas. Media-se com a mão espalmada, indo da ponta do polegar à ponta do dedo mínimo.” FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 154.

palmas de comprimento, e 2,7 de largura.⁴⁸⁰ Também foi avaliada uma “caixa mediana”. Os valores são próximos àqueles encontrados por Maria Helena Flexor nas caixas descritas nos inventários baianos do início do sec. XVIII até meados do XIX. Nessas, o “comprimento variou entre três e sete palmas, entre 0,66m a 1,54m de largura. A profundidade era de dois a quatro palmas”.⁴⁸¹ Nuno Madureira, para Lisboa no mesmo período, encontrou caixas medindo no mínimo 3 palmas, e no máximo 6; caixões no mínimo 5 e no máximo 8.⁴⁸² Os dados das três regiões – Minas, Bahia e Lisboa – nos levam a concluir que no mundo de domínio Português, as caixas comungavam de um padrão semelhante de medidas, assim como de ornamentação, como veremos adiante. É de se destacar, porém, que encontramos uma “caixa grande de botar mantimentos com 15 palmas de comprimento”⁴⁸³. A discrepância nas medidas das “caixas grandes” ou “caixões” de Lisboa e do termo de Sabará, residia no fato de analisarmos uma região com grande número de posses rurais produtoras de alimentos, muito diferente daquelas que Madureira encontrou nos inventários da capital do Império, em sua totalidade casas que apenas consumiam alimentos. Carlos Franco, que estudou o mobiliário das elites de Lisboa entre 1750 e 1800⁴⁸⁴, informa que encontrou apenas um exemplar “invulgarmente grande”, medindo “dez palmas de comprimento por quatro e meio de largura”. E acrescentou: “não será por acaso que esta [peça] se encontrava na ‘Casa do *caixão dos colchões*’”,⁴⁸⁵ ou seja, era grande porque servia para guardar colchões.

No que se refere aos materiais de que eram constituídas, observamos que a maioria dos inventariados do termo de Sabará (37) possuíam peças simples e rústicas, descritas como “caixas de pau branco”. Seriam tão socialmente divulgadas quanto os “caixotes baratos”⁴⁸⁶ de Lisboa no mesmo período.

⁴⁸⁰ Constaram caixas grandes com os seguintes valores de comprimento descritos em palmo: 5;(5,5), 6, 7, 7, 8, 15. Para a largura constaram: 2,5; 3;

⁴⁸¹ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 88.

⁴⁸² MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 180. (Quadro 2.4).

⁴⁸³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Maria de Jesus, 1796.

⁴⁸⁴ Terminologia usual entre os estudos portugueses para se referir aos inventários *post-mortem*. Sobre a amostragem de Carlos Franco, ver: FRANCO, Carlos José de Almeida. *O Mobiliário das Elites de Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 15.

⁴⁸⁵ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 98.

⁴⁸⁶ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 179.

Todavia, no final do Antigo Regime, em algumas das casas das elites, como afirma Madureira, “guardar deixa também de ser um parasita semântico dos verbos ‘depositar’ e ‘conservar’, para englobar construções mais dinâmicas como ‘mostrar’, ‘expor’”.⁴⁸⁷ Divulga-se o que podemos denominar atualmente de “mobiliário artístico”. Segundo o mesmo autor, “a ação sai do modo passivo; recobre-se de intencionalidade”, demarcando uma verdadeira “assinatura social, na maneira como se colocam as coisas para serem vistas por outros”.⁴⁸⁸ Na comarca do Rio das Velhas, mesmo nos confins da colônia aurífera, não seria diferente. Em 27 casas poderiam ser encontradas caixas com “molduras”. Apenas três delas não foram avaliadas na segunda metade do século XVIII.

Na Bahia, que sediou o vice-reinado, e onde se concentravam fortunas maiores que as mineiras, segundo Flexor: “as caixas de estrutura de vinhático, com guarnições ou *molduras* de jacarandá trabalhadas, com uma ou duas gavetas na parte inferior, foram de uso corrente e constante em todo o transcorrer dos setecentos”.⁴⁸⁹ A autora informa que muitas delas foram trazidas para a Bahia, transportando os pertences de portugueses que migravam. É muito provável que o mesmo aconteceu em Minas, como veremos adiante. Karina Ribeiro de Oliveira atenta que nesse período, “além de móveis importados diretamente da Metrópole também estiveram em uso peças fabricadas no território da Colônia”.⁴⁹⁰ Nas últimas, “algumas conservavam características do móvel português Seiscentista”, outras “seriam a interpretação brasileira dos estilos portugueses da época e que receberam a denominação de luso-brasileiros”. Por fim, existiram móveis que Tilde Canti designa como os “tipicamente brasileiros, que apresentam, geralmente, características regionais [...], com elementos inteiramente diversos dos de outras regiões do Brasil e Portugal”⁴⁹¹, muitos deles provenientes de Minas Gerais e Goiás, com aparência mais simples e menos formais que aqueles outros.

O modelo de caixa descrito por Flexor, de “estrutura de vinhático, com guarnições ou molduras de jacarandá”, também parece ter sido o mais prestigiado nas casas mineiras, pois 27 habitações possuíam caixas com esse tipo de ornamento. Em

⁴⁸⁷ *Idem*, p. 192.

⁴⁸⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁸⁹ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 98.

⁴⁹⁰ OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 167.

⁴⁹¹ CANTI, Tilde. *O móvel no Brasil: origens, evolução e características*. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980, p. 255. *Apud*. OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 167.

oito residências elas foram descritas como “caixa de vinhático com moldura de jacarandá”⁴⁹², cinco delas com “fechadura e chave”, a exemplo de uma “caixa em vinhático, jacarandá e ferro batido, do século XVIII” que ainda pode ser observada no Museu Regional de São João del-Rei (MG) (Figura 14).⁴⁹³ É interessante notar que a maioria das “caixas de vinhático e jacarandá” (6) foram inventariadas no segundo quartel do século XVIII. Cinco delas pertenciam a portugueses nortenhos que migraram para as Minas.⁴⁹⁴ Como na Bahia analisada por Flexor, é muito provável que eles tenham viajado com essas caixas trazendo-as do reino com seus pertences, nas décadas anteriores, quando as notícias das riquezas auríferas se espalharam por todo o Império Português. Outras dessas caixas, como afirma Canti e Oliveira⁴⁹⁵, seriam “lusobrasileiras”, produzidas na região das Minas, seguindo esses os modelos provenientes do norte de Portugal. Possivelmente seria uma dessas a “caixa de vinhático com moldura de jacarandá com sua fechadura”, avaliada no ano de 1773, na freguesia de Roça Grande, em um dos cômodos das “casas cobertas de telhas, térreas”, do sítio dos Macacos, posse de Domingos Martins Braga, “branco”, sem naturalidade declarada, muito provavelmente nascido na colônia.⁴⁹⁶

Essa moda ornamental se divulgaria nas Minas, mesmo que para isso fosse necessário substituir a base do móvel, em vinhático, por madeiras mais baratas. Corrobora tal hipótese três inventários nos quais constavam “caixas de pau branco” guarnecidas ou emolduradas de jacarandá,⁴⁹⁷ e outros dois com caixas guarnecidas ou

⁴⁹² A seguir, a descrição das caixas nos respectivos inventários do BDITCRV e a naturalidade do inventariado, quando consta: “uma caixa de vinhático com molduras de jacarandá” (Jacinto Pacheco Ribeiro, 1745 – natural da Cidade do Porto / Freguesia de São Pedro de Mira Baia); “caixa de vinhático com molduras em jacarandá, fechaduras e chave” e “caixa de vinhático com suas molduras de jacarandá” (Caetano Afonso Maciel, 1751 – natural da Vila de Santa Maria / Termo da Vila de Barcelos / Bispado de Braga); “uma caixa de vinhático com dobradiças fechaduras chaves e molduras de jacarandá” (Manoel Monteiro, 1751 – natural da Freguesia de São Vaz de Loureiro / Bispado do Porto); “caixa grande de vinhático e com molduras de jacarandá com escaninho, fechadura e chave” (João de Queiroz Seixas, 1751 – natural da Vila de Amarante); “uma caixa de vinhático com suas molduras de jacarandá” (Manoel Rabello, 1754 – natural de Cabeceiras de Bastos / Freguesia de São Nicolau); “uma caixa de pau vinhático com moldura de jacarandá, fechadura e chave” (Francisca Xavier, 1756); “caixa de vinhático com molduras de jacarandá e 2 gavetas” (Joanna Clara da Fonseca, 1764); “uma caixa de vinhático com moldura de jacarandá com sua fechadura” (Domingos Martins Braga, 1773).

⁴⁹³ Segundo Karina Oliveira, as dimensões da caixa são: (0,63 x 1,33 x 0,51m). OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 132.

⁴⁹⁴ Ver nota acima.

⁴⁹⁵ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 255. *Apud.* OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 167.

⁴⁹⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Martins Braga, 1773.

⁴⁹⁷ A seguir, a descrição das caixas nos respectivos inventários do BDITCRV e a naturalidade do inventariado, quando consta: “caixa de pau branco guarnecida de jacarandá” (Maria do Ó Sacramento,

com moldura, porém sem mais especificações.⁴⁹⁸ Todos eles pertenciam a mulheres, e quatro, das cinco, eram moradoras de áreas urbanas, indício de que esses móveis se divulgavam, sobretudo, em vilas e arraiais, com a figura feminina agindo ativamente em sua propagação. Esses inventários foram realizados, principalmente, na segunda metade do século XVIII, a maioria, no último quartel, o que corrobora com a hipótese que tenham sido produzidos nas Minas seguindo modelos lusitanos. Uma dessas mulheres “de bom gosto” foi Maria do Ó Sacramento, moradora na Rua Direita da Vila de Sabará. Em 1760 ela ostentava “uma caixa de pau branco guarnecida de jacarandá” em sua requintada “morada de casas com quintal, assoalhada e *forrada de estuque*” (400\$000 réis).⁴⁹⁹

Figura 14 - Caixa de Vinhático com Molduras em Jacarandá e fechadura de ferro batido - Século XVIII (Museu Regional de São João del-Rei, MG)



Fonte: Caixa (0,63 x 1,33 x 0,51m) em Vinhático, Jacarandá e ferro batido. Século XVIII. Museu Regional de São João del-Rei, MG

As caixas emolduradas se divulgaram até mesmo entre grupos estigmatizados por sua origem social, porém, moradores (ou com vivência em áreas urbanas), nas quais as “novidades” e as possibilidades de consumo interligavam-se às modas de além-mar.

1760); “caixa de pau branco emoldurado em jacarandá com fechadura quebrada” (Anna Maria da Rocha, 1777), “caixa de pau branco com moldura de jacarandá” (Eugênia Vieira Lima, 1781).

⁴⁹⁸ A seguir, a descrição das caixas nos respectivos inventários do BDITCRV e a naturalidade do inventariado, quando consta: “caixa de pau branco com molduras” (Antônia de Azevedo Dias, 1756 – solteira, parda, demente); “caixa de pau branco guarnecida” (Tereza da Pureza de Jesus, 1776).

⁴⁹⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria do Ó Sacramento, 1760.

Foi o caso da “parda” Antônia de Azevedo Dias, que faleceu demente em 1756. Apesar de não residir na ‘Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará’, muito provavelmente provinha da cidade de Mariana, onde possuía, na rua de São Gonçalo, “uma casa de sobrado coberta de telhas com pequeno pátio e muros caiados, *muito danificada*” (250\$000 réis). Dentre seus bens móveis, constava: “uma caixa de pau branco com molduras”.⁵⁰⁰

Também marcaram presença as “caixas de vinhático”, sem outras ornamentações, conforme as avaliações de 9 heranças. Outras composições ornamentais assinalaram presença como uma “caixa de cedro com sua moldura de jacarandá, fechadura e pés”; outra “caixa de vinhático com pés torneados” e uma “caixa grande com fechadura e moldura de vinhático”. Todas, aparentemente, seguindo um léxico ornamental de origem portuguesa, mas com certa liberdade de composição que pode indicar tratar-se de móveis de produção local, os quais Tilde Canti denominou de “lusobrasileiros”. Também constavam aquelas caixas que pela qualidade inferior das madeiras e total liberdade de composição, possivelmente, seriam móveis que a autora denominou como “tipicamente brasileiros”, com fortes características regionais. Exemplo desses últimos, possivelmente, seria a “caixa pequena com pés de pau branco e sua moldura em roda sem fechadura”, que em 1783 pertencia ao minerador, Manoel Teixeira de Queiroz, residente no arraial de Taquaruçu, na rua de Cima, em “umas casas com suas senzalas e quintal, tudo coberto de telhas” (300\$000 réis).⁵⁰¹

Segundo Maria Helena Flexor, no século XVIII e inícios do XIX, “não só se usou a denominação *caixa*, como *caixão*, para designar tanto os protótipos das *cômodas* quanto, depois, os móveis das sacristias, hoje chamados arcazes”.⁵⁰² A cômoda, de acordo com Nuno Madureira, seria a “grande inovação do mobiliário iluminista”.⁵⁰³ Surgindo em França por volta de 1700, “era provida de três gavetas e com pés extremamente curtos”.⁵⁰⁴ Como veremos mais adiante, esse móvel, que classificamos como um dos móveis excepcionais da casa mineira setecentista, apareceu somente em 5 inventários do termo de Sabará, todos eles avaliados na segunda metade do século

⁵⁰⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônia de Azevedo Dias, 1756.

⁵⁰¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Teixeira de Queiroz, 1783.

⁵⁰² FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 87 – 88.

⁵⁰³ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 183.

⁵⁰⁴ *Idem, ibidem.*

XVIII, a maioria nas três últimas décadas. Sua presença produzia, através do mobiliário, o que Daniel Roche conceituou como a “busca da verticalidade simbólica”.⁵⁰⁵ Esse movimento se dava de forma simétrica e simultânea àquele que constatamos nas habitações das elites da comarca no mesmo período, que verticalmente se multiplicavam em “casas de sobrado” e “casas assobradadas”. Ao mesmo tempo, as cômodas permitiam aos habitantes desses domicílios a possibilidade de organizar melhor suas roupas e demais pertences, não mais na posição agachada, como ocorria com as caixas – mas de forma ereta: verticalizada.

Todavia, apesar da exiguidade das cômodas, nos inventários surgiram descrições de uma caixa e três caixões com três gavetas, que poderiam ser protótipos dessas. Como atentou Flexor, elas poderiam referir-se aos móveis que foram posteriormente designados de cômodas e arcazes. Exemplo disso foi uma peça avaliada entre os bens do capitão Manoel das Neves Ribeiro, português, natural do bispado do Porto, que se instalara nas Minas antes de 1732, tornando-se um grande minerador.⁵⁰⁶ Quando do seu falecimento, no ano de 1744, segundo sua esposa e inventariante, Antônia Maria de Azevedo Sena Rois, o marido “já se encontrava há dois meses na cidade do Rio de Janeiro”. Manoel, integrante do seletivo grupo dos 2% mais ricos da Comarca, deixou aos herdeiros a segunda maior fortuna registrada nos inventários do termo de Sabará durante o século XVIII, nada menos que 67:330\$127 réis.⁵⁰⁷ Dentre seus bens constavam, no “Morro da Maia ao pé do Arraial das Congonhas [Nova Lima]”, “uma lavra com serviço de água sendo de pedra com um engenho de socar a pedra, com casa de vivenda, senzala e mais pertences; outros serviços de minerar em uma roça chamada Samambaya, mais outros serviços na mesma roça cuja roça já não serve para plantar por

⁵⁰⁵ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 235.

⁵⁰⁶ Segundo Kathleen Higgins: “A preferência esmagadora pelo trabalho masculino em locais de mineração aparece repetidamente nos testamentos e inventários de colonos ao longo do período deste estudo”. A autora cita como “um exemplo, Manoel das Neves Ribeiro” que “detinha o título de três reivindicações de mineração em 1732. Entre seus escravos havia vinte e dois homens, uma mulher e seus dois filhos. Testamento do capitão Manoel das Neves Ribeiro, 22 de agosto de 1732, *Livro de Registro de Testamento* (17 de dezembro de 1739), MOSMG, fol. 63”. HIGGINS, Kathleen J. “*Licentious Liberty*” in *a Brazilian Gold-Mining Region: Slavery, Gender, and Social Control in Eighteenth-Century Sabará*, Minas Gerais. State College: Pennsylvania State University, 1999, p. 60 – 61. (Tradução livre do autor).

⁵⁰⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel das Neves Ribeiro, 1745. Sobre os 2% mais ricos, ver: SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 82 – 83. Trata-se da primeira grande fortuna, superior a 50:000\$000, deixada antes mesmo de 1754, ano a partir do qual Santos identificou esse nível de riqueza. Talvez quando da análise dos documentos, o referido inventário ainda não estivesse na base de dados do autor. Porém, as demais riquezas desse patamar, foram deixadas após a data referida por Santos, portanto, esse caso não invalida sua análise.

ter só samambaya" (18:000\$000 réis). Possuía também, “na praça do dito Arraial”, “uma morada de casas com seu quintal grande” (400\$000 réis), onde poderia ser encontrado um dos primeiros protótipos de cômoda da comarca: “uma caixa grande [de vinhático] com três gavetas com fechaduras”.⁵⁰⁸

Entre os bens do já citado mestre de campo Antônio Vieira da Costa, filho do detentor da maior fortuna registrada na comarca, existiu um móvel que, pela descrição, tratar-se-ia de um arcaz de sacristia.⁵⁰⁹ Em suas posses havia, ao menos, duas capelas, com grandes dimensões, que atendiam toda a vizinhança.⁵¹⁰ Como vimos, nas proximidades do arraial de Roça Grande e da vila de Sabará, ele possuía “uma capela no terreio da fazenda, de madeira e dentro um confessorário”, além de “um sino na capela desta fazenda de Santo Antônio do Rio das Velhas, [com] peso de 105 libras e ferros pertencente ao dito sino para o seu mistério”. Antônio da Costa também possuía “uma fazenda de agricultura *com capela*; casas de vivenda cobertas de telhas soalhadas de tijolo em parte e forradas de tábuas de cujo forro serve por cima de telhas em que se guardam mantimentos [...]”, situada na “paragem [da] Senhora das Neves”. Tratava-se de uma posse que também herdou de seu pai, o mestre de campo Jacinto Vieira da Costa. Esse havia adquirido uma carta de sesmaria nas “Matas de Bento Pires”, em 1745⁵¹¹, onde construiu a capela de Nossa Senhora das Neves, e sua respectiva fazenda, de mesmo nome, núcleo embrionário do atual município de Ribeirão das Neves.⁵¹² No inventário de seu filho, realizado em 1796, constavam várias peças pertencentes às duas capelas, dentre elas: “uma imagem com o título da Senhora das Neves de vulto de três palmos, com uma coroa de prata dourada com o peso de onze oitavas”⁵¹³; “um banco

⁵⁰⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel das Neves Ribeiro, 1744.

⁵⁰⁹ O termo já existia no começo do século XVIII, como atesta sua definição no dicionário de Bluteau, “arcáz: arca grande, caixão, etc” (BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.9, p. 66). Porém, ao que parece, como afirma Maria Helena Flexor, seu uso se generalizou apenas posteriormente.

⁵¹⁰ Elas ainda subsistem, apesar de reconstruídas, guardam alguns dos seus elementos primitivos, como imagens e altares. Trata-se da capela de Santo Antônio, no bairro da Roça Grande, em Sabará; e a matriz de N^a Senhora das Neves, no município de Ribeirão das Neves (MG).

⁵¹¹ Cartas de Sesmaria. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 10, n. 1, jan./jun., p. 211-327, 1905, p. 254.

⁵¹² A propriedade é descrita em 1760 como: “Fazenda chamada Nossa Senhora das Neves de grande extensão de terras de agricultura, com matas virgens, capoeiras, milho plantado (mais ou menos 2000 alqueires), árvores de espinho, dois engenhos com seus equipamentos, senzalas, moinhos, uma casa assobradada, uma capela de Nossa Senhora das Neves com seus ornamentos e móveis” (1:600\$000 réis), Local: Bento Pires. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Jacinto Vieira da Costa, 1760.

⁵¹³ A imagens e outros bens de capelas encontram-se no banco de dados entre os bens classificados como “outros”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

de encosto na sacristia [...] guarnecido de jacarandá”; “uma estante de pôr o missal”; e “*um caixão de botar ornamentos com 3 gavetas e só uma tem chave e fechadura com guarnição de jacarandá de 8 palmos de comprido e 4 de largura*”.⁵¹⁴ Esse último, certamente, seria o móvel que hoje denominamos de “arcaz de sacristia”.

Há de se mencionar também as “caixas de moscóvia”: um couro de cor arroxeadada, preparado no Grão Ducado de Moscóvia (Rússia),⁵¹⁵ e que também foi amplamente empregado em estofos de cadeiras e outros móveis. Segundo Franklin Pereira, o famoso couro de moscóvia, provinha de renas russas. Em 1673 já era mencionado no regimento dos correios do Porto. Os curtidores russos deixavam-lhe com um toque maleável e um padrão adamantino, devido ao processo de prensagem final das peles de “casca”. Todavia, Franklin atenta que as citações a esse material não devem ser forçosamente estendidas ao couro vindo da Rússia, tendo em vista que havia imitações do padrão adamantino do “couro de Moscóvia”.⁵¹⁶ As caixas cobertas com esse tipo couro trabalhado constaram em 11 inventários do termo de Sabará. Algumas foram descritas como “caixas encapadas de moscóvia” ou como “caixinha pequena de moscóvia”. Assim como suas congêneres “caixas de couro”, que apareceram em três espólios, tais caixas de moscóvia, bem como os baús e arcas cobertos com os mesmo material, “foram usados também para guardar roupas” e “serviam, igualmente, para viagens”.⁵¹⁷

4.2 – Baús, canastras e arcas: diversificações horizontais no mobiliário de guarda

Os baús e bauzinhos apareceram em 64 heranças, integrando os móveis que classificamos como os “mais comuns” das casas mineiras, no segundo subgrupo, o dos “muito frequentes” (Gráfico 22). Eles já aparecem em 1716, entre os bens de Antônio de Souza, natural do Rio de Janeiro, e morador da vila de Sabará. Porém, é na segunda

⁵¹⁴ O banco, a estante e o caixão foram transcritos entre os bens classificados como “Móveis”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796. (Itálico nosso).

⁵¹⁵ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 135.

⁵¹⁶ PEREIRA, Franklin. *Na senda do Passado: o couro lavrado no mobiliário português do período barroco (séculos XVII e XVIII)*. Catálogo de exposição. Braga: Museu dos Biscainhos/Instituto Português de Museus, 1997, p. 12.

⁵¹⁷ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 89.

metade do século que esses móveis vão se multiplicar nos inventários da comarca, período que concentra 89% dos documentos com esse tipo de móvel.

Figura 15 – Baú ao pé de um catre, Paço dos Duques em Guimarães (Portugal)



Fonte: Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, foto do autor (julho de 2018).

Figura 16 – Baú de viagem do séc. XVIII em couro e pregaria miúda (Museu da Inconfidência, Ouro Preto – MG)



Fonte: “Dimensões: 0,47 X 1,10 X 0,52m”. CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 100.

Na definição de Moraes Silva, o baú era um “cofre encourado, de tampa, como volta de abóboda, convexa”.⁵¹⁸ Além do tamanho, que como veremos abaixo, costumava ser menor nos primeiros, a distinção entre os baús e as caixas se dava, principalmente, devido ao formato de seus tampos. Porém, mesmo os avaliadores, na dúvida, descreviam o que hoje chamamos de baú como caixa abaulada. Como exemplos disso podemos citar “uma caixa abaulada de moscóvia”⁵¹⁹, que em 1771 foi arrolada junto aos bens de Domingos Fernandes de Carvalho, e outra “caixa de moscóvia abaulada com fechadura”⁵²⁰, que no mesmo ano foi descrita no inventário de Antonio de Souza Lima. Esses móveis seriam utilizados, principalmente, em viagens, devido ao tampo convexo que facilitava o escoamento da água da chuva. De mesmo modo, o couro de que eram revestidos impermeabilizavam sua estrutura. As fechaduras também ajudavam na segurança dessa “mala”, e foram descritas em vários inventários, muitas em pares. Quando em casa, os baús destinavam-se à guarda diversa, sobretudo, de roupas.⁵²¹ Em 1726, os avaliadores dos bens de João de Lima Curado foram bem claros quanto a isso, encontraram “um baú com *lençóis de renda*”.⁵²²

Segundo Canti, “a caixa de tampo abaulado ou baú”⁵²³ começou a ser utilizada, na Europa, a partir do século XV.⁵²⁴ Em Portugal surgiriam “pintados no estilo de Córdoba, de influência hispano-arábica, com fechaduras de metal amarelo e decorado com pequenas tachas do mesmo metal”.⁵²⁵ Muitos desses baús portugueses foram transportados para o Brasil, oriundos, em geral, do norte de Portugal.⁵²⁶ Alguns daqueles encontrados em Minas não seriam muito diferentes do exemplar “em madeira trabalhada com lavrados e pregadura graúda”⁵²⁷ (Figura 15), exposto em Guimarães, no Paço dos Duques de Bragança (Figura 49), como se pode ver abaixo. Um exemplar muito parecido com essa peça, na estrutura e decoração, pode ser encontrado no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (Figura 16),⁵²⁸ atestando a circularidade e proximidade

⁵¹⁸ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.1, p. 252.

⁵¹⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Fernandes de Carvalho, 1771.

⁵²⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antonio de Souza Lima, 1771.

⁵²¹ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 89.

⁵²² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Lima Curado, 1726.

⁵²³ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 96.

⁵²⁴ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 18.

⁵²⁵ *Idem, ibidem.*

⁵²⁶ *Idem, ibidem.*

⁵²⁷ *Idem, ibidem.*

⁵²⁸ *Idem, ibidem.*

dos móveis de Minas e do Norte de Portugal. Talvez esse também fosse o caso do “baú de *moscóvia* com *duas fechaduras e pregaria de latão*”, que em 1783 pertencia ao minerador Manoel Teixeira de Queiroz.⁵²⁹

Na segunda metade do século XVIII, Canti considera que baús de todos os tipos já devem poderiam ter sido confeccionados no Brasil. A hipótese da autora pode ser corroborada pela grande disseminação desses móveis no mesmo período, como comprovam os inventários do termo de Sabará. Tal fato denota que essa “novidade”, o baú, outrora encontrado, sobretudo, em residências de portugueses ou das elites coloniais, passou a ser uma peça comum no mobiliário de guarda horizontal das casas mineiras setecentistas.

Grande parte dos inventários com esses móveis continham “baús de *moscóvia*” (37 dos 64 documentos, equivalente a 57,81%). Alguns, muito provavelmente, vieram para o Brasil com colonizadores portugueses que neles transportavam seus pertences,⁵³⁰ como foi o caso de oito inventariados declaradamente lusitanos,⁵³¹ dentre eles, o pai do Padre Corrêa: o licenciado José Corrêa Silva (proprietário, como vimos, de um dos mais luxuosos sobrados de Sabará). Alguns baús também eram cobertos de couro cru, como atestavam cinco inventários.

Os comprimentos desses móveis foram mencionados em apenas sete descrições, prevalecendo os de 4 palmos (c. 88 cm), conforme 4 inventários, e também um baú de 4,5 palmos (c. 99 cm), o que equivalia à média das caixas descritas como pequenas. O menor foi descrito como “um baú *pequeno* velho de 3 *palmos* [c. 66 cm] de comprimento com uma fechadura”. O maior de todos foi um “baú *grande* coberto de couro cru de 6 palmos [c. 132 cm] de comprido com fechaduras e chaves”, propriedade do português João Martins Alves, dono de uma estalagem em Sabará.⁵³²

A canastra, uma “espécie de caixa, tecida de varetas, e aparas de um pau flexível, com tampa do mesmo xará”⁵³³, constou em 58 inventários, logo após os baús, e também foi classificada como “móveis muito frequentes”, entre os mais comuns

⁵²⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Teixeira de Queiroz, 1783.

⁵³⁰ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 96.

⁵³¹ BDITCRV, Inventários *post-mortem* de José Corrêa Silva, 1756; Antônio Freitas Cardoso, 1766; José Izidoro Pereira, 1767; Jerônimo Gomes Pereira, 1768; Antonio de Souza Lima, 1771; João Francisco da Silva, 1772; Mathias Pereira Pinto, 1773; Manuel Jose Ferryra do Valle, 1791.

⁵³² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

⁵³³ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.1, p. 334.

(Gráfico 22). Nos termos da definição de Moraes Silva, “destas, algumas são encoiradas de pele de cabelo”, eram as ditas “canastras encoiradas”.⁵³⁴ De fato, em 5 heranças do termo de Sabará elas foram descritas como canastras “encouradas”; em 12, constavam as “de couro”, “em couro” ou “cobertas de couro”. Entre elas, 4 foram descritas como “canastra de couro cru”, ou seja, “encouradas de pele de cabelo”.

De modo semelhante, Canti afirma que este móvel seria uma “pequena caixa de couro rústico, podendo ter argolas e fechaduras”,⁵³⁵ entretanto, em nossa documentação, não apareceu nenhuma descrição com tamanhos. As canastras já constavam em inventários paulistas do século XVII, e seriam empregadas, sobretudo, em viagens pelo sertão, “devido ao seu feitio facilmente adaptável no lombo das alimárias”.⁵³⁶ É o que atestam as “canastras cobertas de couro cru *a moda do sertão* com fechaduras e chave”, propriedade do português Domingos da Costa Vianna, que em 1759 “faleceu no Rio das Pedras vindo de Paracatu”.⁵³⁷ Algumas canastras poderiam apresentar “iniciais formadas por tachas miúdas sobre o tampo e são reforçadas por tiras, também em couro”⁵³⁸, o que facilitaria sua identificação nos grandes comboios que cruzavam os sertões.

Tilde Canti supõe que esse móvel era uma peça tipicamente regional da zona de expansão bandeirista (São Paulo, Minas e Goiás), afirmando que não encontrou nenhuma referência às mesmas em documentos de outras áreas da América Portuguesa.⁵³⁹ Tal hipótese parece não se sustentar, como atesta a própria existência da definição do termo em um dicionário de época. Quanto a isso, encontramos outro indício em nossa documentação. Tratam-se de dois inventários com canastras “de Pernambuco”. A primeira foi arrolada em 1742 e pertencia a Manoel Monteiro Lira⁵⁴⁰. A segunda, “com fechadura e chave”⁵⁴¹, era propriedade, em 1780, do “preto forro” Bernardo Pinto Ribeiro, natural da Costa da Mina, e morador do arraial de São Sebastião, distrito de Paracatu.

Todos esses dados nos levam a crer que a canastra, mais que o baú, seria, por excelência, uma “mala de viagem”, por ser mais barata, leve e maleável. Maria

⁵³⁴ *Idem, ibidem.*

⁵³⁵ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 96.

⁵³⁶ *Idem, ibidem.*

⁵³⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos da Costa Vianna, 1759.

⁵³⁸ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 96.

⁵³⁹ *Idem, ibidem.*

⁵⁴⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Monteiro Lira, 1742.

⁵⁴¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Bernardo Pinto Ribeiro, 1780.

Aparecida Borrego chegou à mesma conclusão ao identificar que em 87 inventários paulistas de 1740 a 1840, encontravam-se 43 com essas peças, sendo que 34 deles as possuíam em pares, denotando que seriam equilibradas nos flancos de animais de carga.⁵⁴²

Quando as canastras eram utilizadas nas residências, seriam sustentadas por suportes de madeira⁵⁴³, servindo como qualquer outro móvel de conter. Outro indício de que este móvel faria parte do cotidiano dos viajantes em Minas, é a atribuição de seu nome à uma serra, de formato retangular, que se localiza entre os caminhos que à época ligavam a comarca do Rio das Mortes às minas de Goiás: a Serra da Canastra, atualmente famosa pelos queijos que ali são produzidos, e por sediar a nascente histórica do Rio São Francisco.

Por sua vez, a “arca” era “uma espécie de caixa grande, com fechadura, em que se guarda[va] o que se quer[ia]”.⁵⁴⁴ Em nossa amostra seus comprimentos não foram descritos. Todavia, Madureira informa que, diferente do baú, que “é um móvel tendencialmente pequeno, a arca ocupa[va] quase sempre mais espaço”. Nas casas lisboetas, os baús mediam cerca de meio metro de comprimento (assim como nas casas do termo de Sabará); já as arcas mediram por volta de 1,30 metros, maior que a média das “caixas” (0,88) e menor que a dos “caixões” (1,54).⁵⁴⁵

No termo de Sabará, as arcas apareceram em apenas 5 heranças, entre os móveis que classificamos como “móveis incomuns” no grupo dos “excepcionais” (Gráfico 24). De mesmo modo, Tilde Canti constatou que a designação “arca” não era “muito comum nos inventários e documentos da época colonial, aparecendo muito raramente durante o século XVII”.⁵⁴⁶ A autora supõe que, no Brasil, o termo “caixa” foi adotado para se referir também a esses móveis, enquanto que a “arca”, quando aparece nos documentos, deveria se referir a peças portuguesas.⁵⁴⁷ Com base nos estudos de Flexor, a autora

⁵⁴² BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Das caixas da casa colonial às arcas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.25. n.1. p. 199-225. jan.-abril 2017, p. 202. A autora identificou em uma pintura de Debret, “Acampamento noturno de viajantes”, a sugestão de “que, no momento de repouso da tropa, as canastras eram retiradas dos lombos dos animais para que estes descansassem e colocadas umas ao lado das outras e umas sobre as outras, de modo que formassem uma muralha, dentro da qual os viajantes pudessem dormir.” *Idem*, p. 204.

⁵⁴³ BAYEUX, Glória. *O móvel da casa brasileira*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 1997, p. 30. *Apud*. OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 131.

⁵⁴⁴ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.1, p. 469.

⁵⁴⁵ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 178 – 180.

⁵⁴⁶ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 96.

⁵⁴⁷ *Idem, ibidem*.

afirmou que, na segunda metade do séc. XVIII, as arcas de madeira começaram a ser mais citadas nos documentos baianos, e seriam já de produção brasileira, ou cópia das portuguesas. Porém, Canti parece confundir a distinção entre caixa e arca. Segundo Maria Helena Ochi Flexor:

As caixas diferenciavam-se das arcas pela forma do tampo. As primeiras apresentavam o *tampo reto*, apoiado diretamente sobre a *parte inferior*, enquanto as arcas tinham o *tampo ligeiramente abaulado*, que se encaixava e completava a altura da parte inferior do móvel.⁵⁴⁸

Em 1738, no inventário de Domingos Dias, esse móvel foi descrito como “arca de guardar roupas”.⁵⁴⁹ Também apareceram dois documentos com arcas de “moscóvia”. Os poucos inventários com esses móveis assinalam que eles se encontravam em casas de grandes proprietários, de famílias ricas⁵⁵⁰, tendo em vista que a média de suas fortunas totalizou 8:430\$455 réis.⁵⁵¹ Exemplo disso foi uma “arca forrada de chita”⁵⁵² que em 1796 pertencia ao mestre de campo Antônio Vieira da Costa, com monte-mor avaliado em 24:084\$837 réis.

Algumas caixas subsistentes em museus mineiros são denominadas como arcas “de noiva” por apresentarem policromia interna, em seus tampos, com iconografia que remete ao tema do casamento. São os casos, por exemplo, de uma peça existente no Museu da Inconfidência, com a figura de um casal,⁵⁵³ e outro móvel, proveniente do arraial da Lapa, e pertencente ao acervo do Museu do Ouro, em Sabará, com a representação de uma mulher jovem com vestido branco (Figura 17). Certamente, tais caixas serviram para a guarda e transporte de enxovais de noivas, como então era costume. Todavia, apesar da imponência demarcada, sobretudo, pela iconografia, esses móveis muito provavelmente seriam denominados à época não como “arcas”, mas como caixas, devido ao tampo reto que lhes cobria.

⁵⁴⁸ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 89.

⁵⁴⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Dias, 1738.

⁵⁵⁰ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 82 – 83.

⁵⁵¹ BDITCRV, Inventários *post-mortem* de Domingos Dias, 1738, monte-mor: 2:351\$620 réis; Manoel de Macedo Guimarães, 1739, monte-mor: 2:187\$555 réis; Maria do Ó Sacramento, 1760, monte-mor: 7:066\$610 réis; Antônio Vieira da Costa, 1796, monte-mor: 24:084\$837 réis. Retiramos da média João Mendes da Cunha, 1766, com monte-mor negativo: -12:229\$407 réis.

⁵⁵² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

⁵⁵³ OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 134.

Figura 17 – Caixa do séc. XVIII denominada “Arca de Noiva” (Museu do Ouro, Sabará – MG)



Detalhe: policromia com figura feminina de vestido branco.



Fonte: Museu do Ouro – Sabará. Foto de Marcela Soares Milagre: maio de 2019. (Edição do Autor).

4.3 – Armários, Estantes e Prateleiras: “compostura”, impulsos verticalizantes e a origem de um “repertório masculino” – a “sala de escritório”

O “armário”, esse “receptáculo de madeira, ou aberto em paredes com suas portas, em que se guardam várias coisas *postas em ordem*”⁵⁵⁴, segundo a definição de Bluteau, “parece se derivar de *Almario*, ou *Armario* do grego *Armos*, que quer dizer **compostura**”.⁵⁵⁵ Esse artefato esteve presente em 28 heranças do termo de Sabará. Não era um móvel comum, foi enquadrado entre os “pouco frequentes”, no grupo daqueles classificados como “excepcionais” (Gráfico 23).

⁵⁵⁴ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.1, p. 269. (Itálicos nossos).

⁵⁵⁵ *Idem, ibidem*, (Itálicos nossos do autor, negrito nosso).

Em seu estudo sobre o nascimento do consumo, Daniel Roche considerou que o recuo geral do mobiliário de guarda horizontal (caixas, baús e arcas), do século XVII ao XVIII, para todas as categorias sociais, significou “o recuo de um traço rural caracterizado pela mobilidade e pela polivalência funcional”.⁵⁵⁶ Deste modo:

O *aumento das coisas*, a melhoria das rendas, a espacialização dos espaços, traziam inflexões sensíveis em relação ao modo de vida tradicional. Eles modificavam os ritmos de aquisição para o necessário e para o supérfluo, criavam uma nova relação do ter e do ser na exposição das riquezas que era preciso, ou não, expor. Aqui, mais uma vez, a economia de escala tinha efeitos decisivos já que, seguindo a percepção romanesca, a análise dos interiores e do mobiliário consequente revelava o progresso da *intimidade e do conforto*.⁵⁵⁷

O desuso das caixas estaria diretamente ligado ao aumento das divisões do espaço nas residências, fazendo com que elas fossem relegadas para a cozinha, despensa etc. Em Paris, o mobiliário de guarda horizontal estava muito mais presente nos bairros populares do que nas paróquias burguesas.⁵⁵⁸ Todavia, “o recuo das arcas [caixas e baús] teve por corolário o aumento dos armários de início e das cômodas em seguida”.⁵⁵⁹ Mesmo que esse movimento só tenha ocorrido no Brasil na segunda metade do século XIX, é de se notar que seus “impulsos” já podiam ser percebidos no século XVIII. Dessa forma, esses anseios antecederam os traços do comportamento de consumo que se consolidariam, entre outras camadas sociais, somente na centúria seguinte.

No termo de Sabará, à exceção de um único inventário, pertencente ao grande comerciante Matias de Crasto Porto, todos os que continham armários foram realizados na segunda metade do século XVIII. Para Roche, além de materializar o aumento das coisas, esse móvel simbolizava as conquistas da indústria da indumentária de luxo de influência parisiense. Em seus termos, o armário permitia arrumar os produtos têxteis, que se multiplicavam, possibilitando “arrumações classificadas, separadas, racionais. Seu tamanho, sua majestade lhe conferiam um papel de representação”.⁵⁶⁰ Em Minas, nas cozinhas e espaços adjacentes, ele também teria esse papel em relação às louças e demais utensílios domésticos.

⁵⁵⁶ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 248.

⁵⁵⁷ *Idem, ibidem.*

⁵⁵⁸ *Idem, ibidem.*

⁵⁵⁹ *Idem*, p. 248-249.

⁵⁶⁰ *Idem*, p. 249.

Na capital do Império Português, mesmo considerado “sua origem burguesa, e a correlação entre o aumento do número médio de utensílios e o aparecimento do armário”, Madureira afirma que esse móvel foi largamente representado em sua amostra de agregados. Porém, ele não estaria presente, nem de perto, em todas as casas lisboetas. Para o autor, apesar de ser uma “diversificação vertical”, esse móvel não poderia ser considerado moderno, pois:

Tanto ao nível técnico, quanto ao cultural, o armário mostra grandes afinidades com a arca e a caixa. Com elas partilha a fisionomia maciça e austera; uma história que perde no tempo; a resistência sem limites às transformações formais, e a vocação *familiar*, unitária, *não individual*. Essas raízes profundas que o aproximam da arca e da caixa, distinguem-no da *cômoda* e da *papeleira*, os *móveis da atualidade*.⁵⁶¹

Ainda que se trate de um móvel vertical, “lá dentro, a roupa alinha[va]-se horizontalmente, não permitindo, por exemplo, pendurar fatos e vestidos de alto a baixo, de modo a evitar os vincos e o amachucar dos tecidos”.⁵⁶² Desta forma, “o preceito do horizontalismo” influía “no desaproveitamento da estrutura elevada”.⁵⁶³

Segundo Tilde Canti, “os primeiros armários executados em Portugal teriam sido embutidos nas paredes”⁵⁶⁴ (Figura 24). Em Minas, o mesmo teria acontecido, como ainda se pode observar em casas setecentistas que ainda subsistem. Todavia, essas estruturas, integradas aos imóveis, raramente seriam avaliadas nos inventários como bens móveis. Como exceção, em nossa amostra, podemos citar “um armário grande *de parede*” que em 1796 pertencia ao mestre de campo Antônio Vieira da Costa.⁵⁶⁵ Outro exemplar, levantado por Hércia Dias, foi o “armário de guardar louça com suas portas, fechaduras e chaves, embutido na parede” que pertenceu ao reverendo vigário Carlos Correia de Toledo e Melo.⁵⁶⁶

No século XVII, esse artefato, desvinculado de paredes, e com estrutura móvel, se tornaria um móvel popular na Europa, sobretudo, em Flandres. Com a ocupação holandesa no nordeste do Brasil, os primeiros exemplares teriam se disseminado pela

⁵⁶¹ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 189 – 190. (Itálicos nossos).

⁵⁶² *Idem*, p. 190.

⁵⁶³ *Idem, ibidem*.

⁵⁶⁴ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 19.

⁵⁶⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

⁵⁶⁶ DIAS, Hércia. *Op. Cit.* (1939), p. 70. *Apud.* CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 98, nota 31.

América Portuguesa, todavia, seria um móvel muito raro. Canti identificou apenas quatro referências a ele entre os inventários paulistas do século XVII, sendo a primeira do ano 1620. De encontro com os nossos dados, a autora constatou que somente a partir da segunda metade do século XVIII os armários se tornariam “mais comuns nas fazendas, engenhos e casas senhoriais”. Estes, em sua maioria, teriam características rústicas, confeccionados em “grandes dimensões, com portas almofadas, e molduras salientes nas bordas superior e inferior ou apenas em cima”.⁵⁶⁷

Na Bahia da primeira metade do século XVIII, segundo os inventários locais, os armários seriam muito simples, sendo raros os que apresentavam almofadas de jacarandá e corpo em vinhático. Já na segunda metade do século, seriam mais trabalhados. No mesmo período, em Minas, apareceriam os armários policromados, que ainda podem ser encontrados em vários acervos públicos e particulares.⁵⁶⁸ No museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte (Figura 18), existe um imenso armário pintado, em dois corpos, com quatro portas almofadadas que data desse período. Proveniente de Sabará, no acervo do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, também existe um armário do séc. XVIII, em madeira policromada, com “duas bandas de porta almofadadas com pintura também policromada”, e “na parte inferior, gavetão com puxadores torneados e entrada de chave em marfim”.⁵⁶⁹ Internamente, apresenta “almofadas pintadas ao centro com ramo de flores policromada e sobre fundo claro; molduras de outra cor” (Figura 18).⁵⁷⁰

⁵⁶⁷ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 98.

⁵⁶⁸ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 98. A autora apresenta dois exemplares mineiros, o primeiro, em “madeira policromada, séc. XVIII, [...] Originário de Sabará, Minas Gerais. Museu da Inconfidência, Ouro Preto – Minas Gerais” (CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 107, figura 57); o outro em “madeira policromada. Transição dos sécs. XVIII e XIX. Dimensões: 2,92 x 1,87 x 0,66 m. Móvel de dois corpos com portas largas almofadadas. Missagras em ferro recortadas e vazadas. Na cimalha, molduras com 0,10 cm de largura. Sem pés. Originário de fazenda mineira. Museu da Inconfidência, Ouro Preto – Minas Gerais” CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 109, figura 59.

⁵⁶⁹ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 106 - 107, figura 57 e 57 A.

⁵⁷⁰ *Idem, ibidem.*

Figura 18 – Armários Pintados do Século XVIII (Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte; Museu da Inconfidência, Ouro Preto – MG)



Detalhe:
interior de
armário
policromado
proveniente de
Sabará, pintado
ramo de flores.

Fonte: Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte - MG. Foto do autor: maio de 2019. (Dimensões: 231 cm x 130 cm x 49 cm); CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 107, figura 57.

Seguindo uma tendência para a organização e racionalização vertical, durante o século XVIII, “algumas câmaras manda[ram] fazer armários para seus documentos e

livros em substituição aos *arquivos*, caixas onde era depositada toda a papelada”.⁵⁷¹ Em casas particulares, armários com menores dimensões foram utilizados para guarda de papéis. Pesquisando em acervos de Minas Gerais, Canti identificou três desses armários, que supôs destinarem-se à guarda de documentos, “pois além de relativamente pequenos, são muito estreitos”.⁵⁷² Um desses, “de feitura rústica”, com “portas com almofadas altas”⁵⁷³, pode ser observado no cômodo que reconstitui um escritório na antiga casa do intendente de Sabará (Museu do Ouro) (Figura 19). Semelhante a ele seria o “armário *pequeno com suas portas*”, que se encontrava também em Sabará, em “uma morada de casas térreas citas em Rua Nova do Carmo, *assoalhadas* e cobertas de telha com o seu quintal”⁵⁷⁴ (310\$000 réis), tudo de propriedade do padre português, Thomas de Moura.⁵⁷⁵ Esse letrado possuía “uma quantidade considerável de livros relacionados ao exercício do sacerdócio e alguns de filosofia”⁵⁷⁶, vários deles em fôlios, que muito provavelmente seriam guardados em seu “armário pequeno com suas portas”.

Também poderia servir para guarda de papéis, documentos etc., o “armário *pequeno com portas*”, que pertenceu ao “pardo” Manoel Caetano dos Santos Cruz⁵⁷⁷, cuja esposa, a “parda” Constância Gomes da Silva, pelo que consta de uma assinatura

⁵⁷¹ *Idem, ibidem*. (Itálicos da autora). Em Vila Rica, por exemplo, Thedim Barreto identificou, no ano de 1742: “um armário com duas chaves, que servia para guardar livros”. Thedim Barreto, Paulo. *Op. Cit.* p. 174. *Apud*. CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 98, nota 33.

⁵⁷² CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 98.

⁵⁷³ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 98, figura 61.

⁵⁷⁴ Continua: “que de uma parte com casas do reverendo Alexandre José da Silva e Souza e de outra parte com casas do mesmo falecido [...] os quais a todos os seus pertences”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Thomas de Moura, 1785.

⁵⁷⁵ Natural da freguesia de São Salvador, bispado do Porto de Penafiel.

⁵⁷⁶ De acordo com a pesquisa de Luiz Henrique Ozanan, entre os livros, encontravam-se: “um tomo Soares de penitência em folio, dois tomos Soares cursos Filosóficos em folio velhos, um tomo Nogueira Exposito Bullo Cruciato em folio, uma Prasódia de Bento Pereira, três tomos de Gratiano de Gregório Nono de Bonimos Oitavo em Folio, um tomo de comentário de Justiniano em folio, dois tomos de Pisinelle Mundus em folio, um tomo de Picinelle Lumino Reflexa em folio, um tomo de Amaro dos Anjos Sermões, 11 tomos de Cornélio Alaúde em folio, cinco tomos de Nova Floresta Bernardes, 15 tomos de Sermões do Padre Vieira, uma Bíblia Sacra, um tomo de Gradus Act Parnasum, in oitavo, um tomo Ritual Romano, um tomo Ofício de defunto, um tomo de Ordenandus Pugadores e Confessores in quarto, um livro espiritual intitulado Luz e Calor in quarto, um Brasília Pontifício in quarto grande, um tomo Exercício de Rodrigues Espiritual em folio, entre outros volumes, uma vez que a extensa a lista apresentou mais de 40 itens relacionados a literatura.” OZANAN, Luiz Henrique. *A joia mais preciosa do Brasil: joalheria em Minas Gerais - 1735-1815*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. (Tese de Doutorado em História), p. 174 – 175.

⁵⁷⁷ A informação sobre a cor “parda” do casal não se encontra no banco de dados, mas em: SILVA, Solange Maria da. *Estratégias e práticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas, século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Dissertação em História da Educação), p. 121, nota 198.

no inventário do marido, era capaz de ler e escrever.⁵⁷⁸ Em 1793, o casal residia em Sabará, na rua de São Francisco, onde possuíam “duas moradas térreas cobertas de telhas com quintal cercado de árvores de espinho” (uma no valor de 150\$000 réis e a outra de 130\$000 réis). Na mesma vila, também eram proprietários de “uma morada de casas térreas cobertas de telhas” na “rua do Caquende” (50\$000 réis).⁵⁷⁹

Figura 19 – Pequeno Armário de Guardar Documentos, sec. XVIII (Museu do Ouro, Sabará – MG)



Fonte: Museu do Ouro – Sabará. Foto do autor: maio de 2019. (Dimensões: 1,50 x 0,645 x 0,33 m, fonte: CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 98. Figura 61).

Em dois inventários os avaliadores especificam que os armários se destinavam à guarda de roupas. Um deles, o “armário de guardar roupas com suas emalhas e duas gavetas em baixo de pau branco”, que em 1782 poderia ser encontrado no “sítio Olhos d'Água”, freguesia e termo de Sabará, em “casas de vivenda assoalhada”, pertencentes ao grande agropecuarista, Antônio Duarte Cauzinhas.⁵⁸⁰ O outro, “um armário de guardar roupa com fechadura”, em 1796, pertencia à Rita Coelho Carneiro. Ela foi

⁵⁷⁸ SILVA, Solange Maria da. *Op. Cit.* (2011), p. 121, nota 198.

⁵⁷⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Caetano dos Santos Cruz, 1793.

⁵⁸⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Duarte Cauzinhas, 1782.

moradora do arraial da Lapa (atual distrito de Ravena, em Sabará), na fazenda Maquiné, “com engenho de cana, pilões, roda de mandioca, casas de vivenda de sobrado, tudo coberto de telhas”, e senzala, “metade coberta de telhas e metade de capim” (1:800\$000 réis).⁵⁸¹ Esses móveis, como os armários dos camponeses renanos, na Alemanha, traduziam certo aburguesamento, possibilitando “arrumações que punham fim à promiscuidade das coisas de natureza diferentes, permitindo passar do amontoado, no qual encontrar um objeto era ainda remexer, a uma ordem vertical ou horizontal segundo sua arrumação”.⁵⁸²

Nas casas coloniais, o “móvel” mais comum e mais barato que permitia certa organização dos bens era o “cabide”. Na definição de Moraes Silva, essa peça era uma “taboa pregada de chapa na parede, com braços, dos quais se penduram vestidos, armas, etc.”.⁵⁸³ Apesar de ter sido avaliado em apenas 13 heranças do termo de Sabará, na maioria das casas setecentistas que ainda subsistem, cabides de “taboa e braços” podem ser encontradas embutidos nas paredes. É que muitas das peças arroladas nos inventários eram verdadeiramente “móveis”, e não fixas, a exemplo de “um cabide de tábua *com seus pés* de pôr vestidos”, que em 1751 pertencia à Ana de Souza Neto.⁵⁸⁴ Os mais disseminados, segundo Algranti, seriam os “cabides de chifre de boi ou veados” que também “substituíam os armários e eram vistos com frequência nas salas e quartos; neles se penduravam roupas, chapéus e vários outros objetos, como selas, espingardas, cestas e peneiras concluindo o mobiliário e o conforto doméstico”.⁵⁸⁵

Nenhum guarda-roupa foi avaliado entre os bens móveis do termo de Sabará. Porém, em 1748, na Rua Direita da Vila, junto a um imóvel do português⁵⁸⁶ Manoel da Costa Peixoto, foi avaliado “um guarda-roupa com suas gavetas”. É possível que esta peça estivesse embutida na parede de sua “morada de casas coberta de telha” (277\$500 réis).⁵⁸⁷ Também constou em nossa amostragem um “armário *de cabide*”, com modo de arrumação semelhante ao de um guarda-roupa. Em 1766 essa peça pertencia ao alfaiate

⁵⁸¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Rita Coelho Carneiro, 1792.

⁵⁸² ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 250.

⁵⁸³ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.1, p. 313.

⁵⁸⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de André de Araújo Regallo, 1751.

⁵⁸⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 109.

⁵⁸⁶ Natural da Freguesia de Santo Estevão das Vinhas / Arcebispado de Braga / Comarca de Guimarães.

⁵⁸⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Costa Peixoto, 1748.

Roque Moreira dos Santos⁵⁸⁸, residente na vila de Sabará, no Morro da Intendência, em “uma morada de casas coberta de telhas com quintal” (100\$000 réis).⁵⁸⁹ Alguns desses móveis também eram utilizados para guardar louças e demais utensílios domésticos. Em 1784, o padre português Antônio Carneiro Leão⁵⁹⁰, morador da vila, possuía “um armário de *pôr louça*” em sua “morada de casas térreas cita no Largo do Rosário” (264\$000 réis).⁵⁹¹

Os armários, apesar de robustos, seriam confeccionados, sobretudo, com madeiras baratas. É o que atestam nove inventários nos quais eles foram descritos como “de pau branco” ou “madeira branca”. Nenhuma descrição aponta madeiras nobres. Alguns avaliadores descreveram a configuração desses móveis⁵⁹², indicando a coexistência de ao menos dois modelos: os de duas portas sem gavetas e os de duas portas com uma ou mais gavetas (Figura 18). Estas, pelo que conhecemos de peças subsistentes⁵⁹³, estariam localizadas na parte inferior dos armários.

A “estante”, segundo a definição de Moraes Silva, seria uma “peça de madeira, em que se põe os livros para se lerem”, ou “uma obra de madeira com caixas, ou caixões, e divisões, onde estão os livros nas livrarias”.⁵⁹⁴ Esse móvel apareceu em 18 heranças do termo de Sabará. Assim como o armário, esse móvel integrava o conjunto de peças que classificamos entre os “móveis excepcionais” da casa mineira colonial. Diferente daquele, ela atingiu as últimas colocações no subgrupo dos que consideramos “móveis pouco frequentes” (Gráfico 23).

De fato, entre os 18 inventariados com estantes em suas casas, 10 possuíam ao menos um livro⁵⁹⁵, denotando que o móvel, era utilizado, especialmente, como suporte

⁵⁸⁸ Entre os bens classificados como profissionais na ficha de seu inventário, consta: “1 ferro de alfaiate e tesoura, 1 tinteiro de chumbo e (?) de recortar”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Roque Moreira dos Santos, 1766.

⁵⁸⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Roque Moreira dos Santos, 1766.

⁵⁹⁰ Natural da freguesia de São Tiago, arcebispado de Braga.

⁵⁹¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784.

⁵⁹² São exemplos disso “um armário com gaveta e fechaduras”, “um armário de moldura branca com 2 portas”, “armário com gavetas”, “um armário com portas”, “um armário grande com ferragens e gavetões” e “armário de pau branco tosco com 2 portas com chave e fechadura”.

⁵⁹³ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 98.

⁵⁹⁴ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.1, p. 772.

⁵⁹⁵ BDITCRV, Inventários *post-mortem* de João Ferreira da Rosa, 1742; João Pereira da Silva, 1776; Manoel Álvares de Souza Pinto, 1778; José Ferreira do Vale, 1779; José Vaz da Cunha, 1783; Antônio Carneiro Leão, 1784; Thomas de Moura, 1758; Baltazar Caetano de Andrade, 1786; Antonio Felix Correa de Menezes, 1787; Antonia Maria de Monsarrete Coutinho, 1795.

de livros, como indicava a definição de Moraes Silva. Todos os inventariados mencionados faleceram na segunda metade do século XVIII, com exceção doutor João Ferreira da Rosa, boticário que residia no arraial de São Romão, em “uma morada de casas coberta de telhas que consta de cinco casas com suas portas e janelas com cercado e senzala coberta de capim” (120\$000 réis).⁵⁹⁶ Dentre seus bens, constavam “uma estante de pau”, e apenas “um livro de prata”.

Dessas casas, a que registrou maior número de volumes foi a do capitão João Pereira da Silva, com 62 livros distribuídos em “duas estantes de pau branco”. O capitão, ao que parece, era de origem portuguesa-açoreana⁵⁹⁷ e foi oficial de ourives, examinado em Sabará entre 1735 e 1740.⁵⁹⁸ Posteriormente, teria abandonado a profissão, e investido em atividades de mineração e agropecuária.⁵⁹⁹ Quando faleceu, em 1776, era morador na paragem do Jenipapo da Roça Grande, nas cercanias da vila de Sabará, onde possuía terras de plantas e terras minerais, nas quais trabalhavam 40 escravizados (dentre esses, 27 africanos e 10 brasileiros).

Dos 53 inventariados que possuíam ao menos um livro, a maioria não os guardava em estantes. Como vimos, somente 10 possuíam esse móvel. Na maior parte das casas, os livros seriam guardados em caixas, baús, arcas etc., ou expostos sobre outros móveis. A estante não era um artefato corriqueiro nas bibliotecas particulares desse período, mas materializava uma inovação no mobiliário de guarda colonial. Constituía uma peça especializada que demarcava novas formas de racionalizar o espaço e de compor os ambientes domésticos dos letrados. Segundo Luiz Carlos Villalta: “no interior das casas das pessoas das elites, não tanto econômicas, mas sobretudo letradas, os livros e a leitura foram ganhando *móvilias*, instrumentos, *espaços especialmente reservados*: as bibliotecas ou as “livrarias”.⁶⁰⁰ Para o autor, essa foi uma

⁵⁹⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira da Rosa, 1742.

⁵⁹⁷ Segundo Luiz Ozanana: “O Cônego Trindade deu uma descrição mais completa sobre João Pereira da Silva: “solteiro, ourives, natural da Ilha de Faial, Bispado de Angra, morador nesta freguesia”. OZANAN, Luiz Henrique. *Op. Cit.* (2013), p. 110.

⁵⁹⁸ OZANAN, Luiz Henrique. *Op. Cit.* (2013), p. 40; 110.

⁵⁹⁹ No seu inventário não constam ferramentas de ourives, mas sim “19 foices, 19 enxadas, 12 alavancas, 4 machados, 19 almocrafes, 1 corrente com rodete”, além de “umas datas de terras minerais, água, tabuleiros e guapiara” e “umas terras de plantas”. BDITCRV, Inventários *post-mortem* de João Pereira da Silva, 1776.

⁶⁰⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol.1. p.347-385, p. 376.

“conquista paulatina e típica das elites intelectuais”, que ocorreu no Brasil a partir do final do século XVIII”.⁶⁰¹ Villalta relativiza a ligação direta entre a presença desses móveis e o letramento de seus proprietários, ao constatar que “certas casas mineiras e cariocas contavam com tinteiros, papelarias, estantes – algumas com livros simulados – conservando penas de escrever, até para vendê-las, sem, contudo, possuírem livros”.⁶⁰² Como veremos abaixo, muitos negociantes, militares, funcionários do estado e licenciados possuíam mobílias que delimitavam espaços escriturários, que não sugerem, obrigatoriamente, lugares de leitura. Eram, porém, espaços de trabalho, que denotavam, até certo ponto, o letramento e o conhecimento de operações matemáticas básicas daqueles que o ocupavam.

Deste modo, para além do universo estritamente intelectual, em Minas, a presença de estantes materializava a “emergência de uma zona profissional, sóbria e confortável, que ficará conhecida como *sala de escritório*”.⁶⁰³ Essa dinâmica se deu de modo aproximado à especialização funcional que Nuno Madureira identificou nas casas de negociantes, mercadores e homens de comércio de Lisboa, na segunda metade do século XVIII.⁶⁰⁴ Nelas, o escritório surgiu provavelmente como uma “adaptação e reconversão de uma parte da casa exclusivamente para assuntos de negócios”.⁶⁰⁵

Remotamente, a origem desse cômodo ligava-se às atividades monásticas medievais.⁶⁰⁶ Desde o século VI, o *scriptorium*, nos Mosteiros, era o lugar especializado no qual os monges copiavam e produziam manuscritos. Esse espaço surge em residências privadas nos palácios italianos do Renascimento. A princípio, “o termo escritório designava um móvel com gavetas ou portas chaveadas”.⁶⁰⁷ Com o tempo, a função do móvel se ampliou para todo um cômodo da casa, que passou a ter a mesma denominação. Traços definidores desse espaço mantiveram-se na longa duração. Segundo Vânia Carneiro de Carvalho, em escritórios de palacetes paulistanos do começo do século XIX e começo do XX, “a madeira escura, as *prateleiras de estantes*

⁶⁰¹ *Idem, ibidem.*

⁶⁰² *Idem, ibidem.*

⁶⁰³ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 130.

⁶⁰⁴ *Idem, ibidem.*

⁶⁰⁵ *Idem, ibidem.*

⁶⁰⁶ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Op. Cit.* (2008), p. 137.

⁶⁰⁷ *Idem, ibidem.*

de livros que ocupam toda a parede, fazem uma remonta referência à sua origem”.⁶⁰⁸ Em São Paulo, nesse período, o escritório sempre se localizava nos cômodos da frente da casa, conformando um lugar de “absoluta privacidade masculina”, que acentuava a ligação do homem com o espaço externo. Nesse ambiente, em meio aos livros e a biblioteca, o paulistano daquela época, “estudava e administrava seu patrimônio [...] recebia amigos e fazia acordos que envolviam a família ou os negócios”.⁶⁰⁹ Para a autora, o escritório “segregou do antigo ‘salão’ do *sobrado paulistano do século XVIII e início do XIX* as atividades masculinas relacionadas aos arranjos políticos e econômicos efetuados em reuniões privadas, das quais as mulheres estiveram ausentes”.⁶¹⁰ Nas casas maiores, “essa especialização iniciou-se com a duplicação da sala de ‘estar formal’. Com duas salas, as visitas femininas e masculinas aconteciam separadamente”.⁶¹¹ Em um manual intitulado “O Lar Doméstico: Conselhos Práticos sobre a Boa Direção de uma Casa”, publicado simultaneamente em São Paulo e Sabará, no ano de 1898⁶¹²; Vera Cleser preconizava que o escritório deveria comportar uma mobília simples e sólida, com *estantes para livros, uma mesa quadrada ampla, três a seis cadeiras e poltronas de couro, dentre outras peças*.⁶¹³ Muitos desses móveis, como veremos, surgirão nos inventários do termo de Sabará, ainda no século XVIII. Sobretudo na segunda metade da centúria, e seguindo o *modus operandi* lusitano, eles serão adaptados e reconvertidos em uma zona sóbria e confortável da casa exclusiva para os negócios masculinos: a sala de escritório.⁶¹⁴

Dentro da conceituação elaborada por Vânia Carvalho, alguns desses objetos integrariam, no final do século XIX, um consolidado “repertório masculino”, de natureza instrumental, honorífico, autobiográfico e protocolar. A autora denominou como “ações centrípetas” as relações masculinas estabelecidas com essas peças, dentro de uma “hierarquia centralizadora entre pessoa e objeto, no qual os atributos dos objetos

⁶⁰⁸ *Idem, ibidem.* (Itálicos nossos).

⁶⁰⁹ *Idem,* p. 138. (Itálicos nossos).

⁶¹⁰ *Idem, ibidem.* (Itálicos nossos).

⁶¹¹ *Idem, ibidem.*

⁶¹² Certamente para atender, sobretudo, à clientela advinda da recém fundada “Cidade de Minas”- atual Belo Horizonte; uma das primeiras planificadas do Brasil, criada para sediar a capital do Estado de Minas Gerais, em substituição à Ouro Preto, no território do antigo arraial do Curral del-Rei, pertencente à Sabará, e inaugurada em 1897, justamente um ano antes da publicação do manual de Vera Cleser.

⁶¹³ CLESER, Vera. *O Lar Doméstico: Conselhos Práticos sobre a Boa Direção de uma Casa.* Sabará: Único Agente Vendedor A. Dilli; São Paulo: Typographia de Oscar Monteiro, 1898. *Apud.* CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Op. Cit.* (2008), p. 138.

⁶¹⁴ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 130.

nunca sobrepujam o homem, ao contrário, eles servem para desenhar a personalidade de gênero de maneira *individualizadora*".⁶¹⁵ Dentro de uma ordem de valores burgueses já consolidada nos grandes centros do Brasil do final do século XIX, essas relações se antepunham às "ações centrífugas" que mobilizavam os objetos do "repertório feminino" de tal forma que a "síntese corporal" da mulher com o espaço da casa integrava o corpo feminino com os objetos domésticos em uma territorialidade alargada, inespecífica, difusa e centrífuga.⁶¹⁶ Deixando seus vestígios através da arrumação, decoração e confecção de trabalhos manuais (bordados, rendas e crochês), a mulher deveria estar presente em todos os espaços da casa, e, ao mesmo tempo, ausente, sem nenhum lugar em que desenvolvesse sua individualidade. Os espaços comumente associados ao repertório da mulher – a sala de vistas, o quarto feminino e do casal – apresentarão funções vinculadas às ações centrífugas próprias desse gênero. A sala de visitas será "o lugar da *performance* feminina, cujo sucesso se reverte em prestígio masculino".⁶¹⁷ No quarto feminino, assegurava-se que "a mulher, ao contrário dos homens, mantinha-se cercada desde menina por objetos decorativos"⁶¹⁸, para treiná-la na "produção decorativa" de um universo traduzido na época como "ambiente artístico", "neutralizante dos vestígios das fainas domésticas e das sensações físicas do corpo em atividade".⁶¹⁹

De uma forma geral, tais comportamentos derivavam-se de uma cultura burguesa, fruto da crescente urbanização e industrialização, que aprofundou as diferenças entre homens e mulheres, ao separar os domínios públicos e domésticos, e transformar o lar em "um santuário ou retiro o mundo exterior".⁶²⁰ Esse movimento foi sentido de formas e graus diferentes em várias partes do Globo, sobretudo a partir do século XIX. Na realidade colonial que abordamos, do final do século XVIII, alguns elementos materiais e comportamentos já levantavam um "repertório" que preconizava e seria mobilizado por essa cultura burguesa. Eles poderiam ser encontrados, como veremos, sobretudo em casas dos maiores mineradores e agropecuaristas, grandes comerciantes, funcionários do Estado e clérigos. Todavia, nesse momento, a

⁶¹⁵ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Op. Cit.* (2008), p. 43.

⁶¹⁶ *Idem*, p. 68.

⁶¹⁷ *Idem*, p. 164.

⁶¹⁸ *Idem*, p. 159.

⁶¹⁹ *Idem*, p. 162.

⁶²⁰ *Idem*, p. 78.

individualização de um dos cômodos da casa como um espaço do homem era uma novidade incomum em um mundo masculino dominado por atividades externas. Ao mesmo tempo, como veremos, a relação feminina com o ambiente doméstico, muitas vezes uma clausura para as mulheres da elite, apresentaria características distintas da domesticidade burguesa que emergia. A especialização de espaços, ou ao menos de grandes superfícies delimitadas pelo “estrado”, configuraria um ambiente de trabalho, mas também de conforto e descanso, vinculava-se ao universo da mulher, que buscava “compensar” sua clausura. Suas origens eram milenares e nos foram legadas pelo período islâmico da Península Ibérica.⁶²¹

Um dos objetos que marcaram a ascensão de um “campo gravitacional centrípeto” nas casas coloniais mineiras, dentro do repertório masculino, foi justamente a “estante”. Carvalho nos traz um exemplo emblemático de um clássico de nossa literatura, descrito no conto “Casa Velha”, de Machado de Assis.⁶²² O texto versa sobre a experiência de um cônego da Capela Imperial que, em 1839, na busca de escrever uma obra política do reinado de D. Pedro I, começou a frequentar a residência de um falecido ministro de Estado.⁶²³ Ele foi recebido pela viúva, D. Antônia, “filha de Minas Gerais”, mas “criada no Rio de Janeiro”, nessa mesma casa que “fora construída pelo avô, em 1780, voltando da Europa, *de onde trouxe ideias de solar e costumes fidalgos*”.⁶²⁴ Em suas vistas, o cônego se deslumbrava com a biblioteca da residência, descrevendo-a como:

[...] uma vasta sala, dando para a chácara, por meio de seis janelas de grade de ferro, abertas de um só lado. Todo o lado oposto estava forrado de *estantes*, peçadas de *livros*. Estes eram, pela maior parte, antigos, e *muitos infólio*; livros de história, de política, de teologia, alguns de letras e filosofia, não raros em latim e italiano. [...] Quanto à parte que imediatamente me interessava, achei muitas coisas, opúsculos, jornais, livros, relatórios, maços de papéis rotulados e postos por ordem, em *pequenas estantes*, e duas *grandes caixas* que o Félix me disse estarem cheias de manuscrito.⁶²⁵ [...] Não era uma casa pública, arquivo ou biblioteca, era um lugar onde, no que tocava a papéis e manuscritos, podia dar com alguma *coisa privada e*

⁶²¹ BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.* (2005), p. 262 – 263.

⁶²² *Idem*, p. 78.

⁶²³ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Casa Velha. In. *Obra Completa*. vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994, p. 1.

⁶²⁴ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Op. Cit.* (1994), p. 4. (Itálicos nossos).

⁶²⁵ *Idem*, p. 5-6. (Itálicos nossos).

doméstica.⁶²⁶ [...] Eu, com os estudos clássicos que tivera, e a grande tendência idealista, dava a tudo a cor das minhas reminiscências e da minha índole, acrescentando que a própria realidade externa — *antiquada e solene nos móveis* e nos livros [...] era propícia à transfiguração.⁶²⁷

Livros, fólhos e manuscritos, guardados em caixas grandes, mas, sobretudo em estantes, demonstrariam, nesse espaço, uma explícita função utilitária e intelectual vista como própria do homem e apropriada pela domesticidade burguesa que se disseminaria no Brasil Oitocentista.⁶²⁸ Todos esses objetos, junto à outros que trataremos mais à frente, evocavam uma “lógica dos repertórios masculinos, associados a construções abstratas pautadas numa suposta razão ordenadora”, apontando “a construção de uma masculinidade voltada para a máxima *individualização*”.⁶²⁹ Movimento que viria a se contrapor, sobretudo no século XIX, à construção de um repertório feminino, voltado para as ações centrífugas, mas generalistas e ligadas a “função mediadora” e de “extrema sociabilidade”.⁶³⁰

Indicativo, portanto, é o fato das primeiras formas individualizadoras dos ambientes internos das casas setecentistas nascerem do repertório de objetos de um elemento comumente externo à casa, ou seja: o homem. É como se o poder patriarcal, atendendo às novas necessidades da época, no final do século XVIII, entrasse, timidamente, em um universo anteriormente dominado pelo elemento feminino⁶³¹, e começasse a reverter as relações internas do espaço criando novas gradações entre as noções de “dentro” e “fora”, “público” e “privado”, “descanso” e “trabalho”.

Materializando esses valores, entre 18 inventariados que possuíam estantes no termo de Sabará, cinco deles certamente praticavam algum tipo de negócio, sendo três comerciantes⁶³² e dois grandes credores.⁶³³ No conforto de casa, eles poderiam atender

⁶²⁶ *Idem*, p. 7. (Itálicos nossos).

⁶²⁷ *Idem*, p. 15. (Itálicos nossos).

⁶²⁸ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Op. Cit.* (2008), p. 43.

⁶²⁹ *Idem*, p. 68. (Itálicos nossos).

⁶³⁰ *Idem*, p. 105.

⁶³¹ Independente da presença ou não de uma esposa ou concubina dentro da casa, o universo feminino desse espaço era marcado pela presença de criadas ou escravizadas, no que tange o mundo colonial português.

⁶³² BDITCRV, Inventários *post-mortem* do grande comerciante José Ferreira do Vale, 1779; do médio comerciante José Vaz da Cunha, 1783; do aparente pequeno comerciante Antônio Araújo Pena, 1780.

⁶³³ BDITCRV, Inventários *post-mortem* de Manuel Joseph de Abreu, 1769 (com várias dívidas do rol do livro); e do grande minerador, agropecuarista e credor, Antônio Vieira da Costa, 1796. Consideramos

suas clientelas em um cômodo especializado: a sala de escritório. Certamente é o que fazia o sargento-mor José Ferreira do Vale, grande comerciante do arraial de Santa Luzia. Em 1796, ele era proprietário de “uma morada de casas de sobrado”, “sitas na Rua Direita”, com “duas lojas que se acham nos baixos da casa” nas quais encontravam-se “duas prateleiras com dois mostradores”. Sentado em “cadeira de braço coberta de sola lavrada”, o comerciante poderia receber seus melhores clientes em uma sala de escritório reservada, no térreo ou no sobrado, com alguns de seus “dez tamboretos mochos lisos *já usados*”, “uma mesa sem gaveta” e “uma *estante de pôr livros*”.⁶³⁴ Como em Lisboa, o reaproveitamento dos tamboretos usados pode atestar a adaptação e reconversão de um cômodo da casa em um espaço exclusivo para assuntos de negócios.⁶³⁵

O grupo social dos militares também parece ter seguido tendência semelhante. Em nossa amostra, três deles possuíam estantes.⁶³⁶ Segundo Madureira, na capital do império português, “o núcleo profissional dos militares” revelava “escassas afinidades com advogados, cirurgiões ou funcionários, aproximando-se, sobretudo, do patrimônio de camadas privilegiadas, sejam elas negociantes ou dignitários de altos cargos administrativos”.⁶³⁷ Algo semelhante parece ter acontecido na colônia aurífera. Exemplo de luxo encontrava-se, em 1767, na “morada de casas” do alferes português⁶³⁸ José Izidoro Pereira, situada na Rua de São Pedro da vila de Sabará. Na sala de entrada da residência, ele ostentava uma raríssima “cômoda”, possivelmente rodeada por “seis tamboretos torneados de couro cru”, “um banco de encostar” e uma “mesa lisa”. Adjacente à mesma sala, outro conjunto de móveis parece ter especializado sua função: “uma estante com duas gavetas”, “uma mesa lisa” e alguns “tamboretos lisos” conformando uma “sala de escritório”. Como em Lisboa, “se o recheio interior das habitações é um índice fidedigno das expectativas de reconhecimento social, então a

como credores os indivíduos com muitas dívidas ativas e que, muito provavelmente emprestavam dinheiro a juros, ver: SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 117.

⁶³⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Ferreira do Vale, 1779. As prateleiras, os mostradores, bem como a informação sobre as duas lojas encontram-se descritas entre os bens classificados no banco de dados como “instalações profissionais”.

⁶³⁵ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 130.

⁶³⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* dos alferes José Izidoro Pereira, 1767; do alferes Baltazar Caetano de Andrade, 1786; e do ajudante e credor Antonio Felix Correa de Menezes, 1787.

⁶³⁷ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 136.

⁶³⁸ Natural da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos na Vila Verde dos Francos.

riqueza e a qualidade do patrimônio dos militares, no terceiro quartel de setecentos, tende a traduzir a posição que eles têm, ou aspiram ter, na sociedade”.⁶³⁹

Os funcionários do Estado e os licenciados (hoje designados profissionais liberais) eram raros, e, por isso, valorizados nas Minas. Ao contrário do que ocorria em Lisboa, eles parecem ter exercido papel pioneiro no surgimento das “salas de escritório” nessa Capitania. Ao menos um licenciado⁶⁴⁰, um boticário⁶⁴¹ e um escrivo⁶⁴², possivelmente o fizeram. Os dois primeiros, antes mesmos dos negociantes e militares, ainda na primeira metade do século XVIII, buscaram especializar suas residências com seções específicas para a atividade de trabalho escriturário. Esse foi o caso do licenciado João de Lima Curado, que em 1716 era “oficial da câmara da vila de Sabará”.⁶⁴³ Quando ele faleceu, dez anos depois, possuía “quatro cadeirinhas velhas com pés torneados de jacarandá”, “um tamborete de encosto”, “um bufete de pau branco com duas gavetas” e “uma estante de pau com três repartimentos”, onde talvez se encontrasse “uns vidrinhos de cristal com várias preparos de casa”⁶⁴⁴. Na vila de Sabará, em sua “morada de casas coberta de telha”, esses móveis poderiam delimitar tanto um espaço de trabalho, como um espaço cerimonial de receber, preconizando especializações que se afirmariam, principalmente, a partir da segunda metade do século XVIII.

Os padres da Colônia conformavam uma elite letrada e muitas vezes eram “homens de negócios”, como ressaltou Marcela Soares Milagre em minucioso trabalho para a vila de Pintagui, na comarca do Rio das Velhas do século XVIII.⁶⁴⁵ Eles também buscaram especializar cômodos de suas casas em bibliotecas e escritórios para o atendimento ao público. Fora de nossa amostra, mas inserido nesse contexto, em 1776, no sequestro de bens do Padre Corrêa constaram: “duas estantes grandes pintadas para

⁶³⁹ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 137.

⁶⁴⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Lima Curado, 1726.

⁶⁴¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira da Rosa, 1742.

⁶⁴² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira Gaia, 1796.

⁶⁴³ AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 23\Doc. 2179.

⁶⁴⁴ Os “vidrinhos com preparos” se encontram entre os bens no banco de dados classificados como “outros”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Lima Curado, 1726.

⁶⁴⁵ A autora também identifica alguns padres com estantes em suas casas, ver: MILAGRE, Marcela Soares. *Entre a Bolsa e o Púlpito: Eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793)*. São João del-Rei: UFSJ, 2011. (Dissertação de Mestrado em História), p. 99; 83; 102; 118; 132.

livros”⁶⁴⁶, nas quais encontrava-se “uma imensa livraria para os padrões coloniais, composta de mais de duzentos títulos”.⁶⁴⁷ No episódio conhecido como a Inconfidência de Sabará, esse eclesiástico, dentre outros crimes, foi acusado de manter em seu sobrado da rua Direita “uma espécie de ‘colégio’ jesuítico, funcionando na clandestinidade”, como uma “sociedade literária”.⁶⁴⁸ A residência de José Corrêa Silva “era denominada pela população do Sabará como sendo *Colégio de São Roque*, sendo que o papel exercido pelo referido eclesiástico era comparado ao de *provincial*. Os demais membros do círculo eram denominados *colegiais*”. Segundo testemunho da época, “se faziam conventículos todas as noites na sua casa”, e a referida sociedade literária incluía, além do José Corrêa, o ouvidor da comarca, e uma série de homens ligados a essas autoridades.⁶⁴⁹ O padre era encarado como um assessor do ouvidor, e nessas reuniões, “não olvidava esforços em beneficiar os seus validos, os quais sempre procurou colocar nos mais variados ‘postos da República, para assim se valer dos seus favores [...]’”.⁶⁵⁰

Padre Corrêa foi detentor de grande riqueza e exercia atividades agropecuárias de grande vulto. Ele também receberia em casa pessoas ligadas à comercialização de seus produtos, alguns até no mesmo luxuoso cômodo especializado que a noite funcionava como colégio. Em seu sobrado da Rua Direita ainda subsistem vários cômodos com forros com pintura policromada, dentre eles um “forro liso com tabuado em junta seca, com cimalthas frisadas e roda teto liso” que “traz a representação central de um grande medalhão contendo rocalhas, concheados, representações fitomórficas e dois querubins. Ao centro, o medalhão traz as representações de um *livro, pena e tinteiro*”⁶⁵¹ (Figura 20). À tal cômodo é atribuído a antiga localização da biblioteca do padre. Ele localizava-se estrategicamente no piso térreo, aos fundos da casa, longe dos burburinhos e ouvidos aguçados da rua. É possível que esse ambiente fosse composto

⁶⁴⁶ Vila Rica. 13 de janeiro de 1776. Carta de D. Antonio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro sobre a prisão e sequestro que se fizeram a José de Gois da Ribeira Lara e a pe. José Correia Silva. Em anexo: 1 relação de bens. AHU_ACL_CU_011, Cx. 109\Doc. 10, fl. 4.

⁶⁴⁷ CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras: inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o Período Pombalino*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Tese de Doutorado em História), p. 295.

⁶⁴⁸ CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cit.* (2005), p. 305. (Itálico do autor).

⁶⁴⁹ *Idem, ibidem*.

⁶⁵⁰ CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cit.* (2005), p. 294. Citação do documento: AHU Cx. 105 doc. 76. fl.7.

⁶⁵¹ PEREIRA, Honório Nicholls; ASSIS, Adriana Paiva de; LARA, Elayne Granado. Projeto de Restauração da Prefeitura Municipal de Sabará. Caderno de Estudos. Volume VI – Projeto de Bens Artísticos Integrados. Belo Horizonte: SANETEC Saneamentos e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda., 2014. Disponível em: http://site.sabara.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/caderno_de_estudos_volume_v.pdf (acesso, julho de 2019), p. 57 – 58.

pelas supracitadas “estantes grandes pintadas para livros”, e outros móveis listados no sequestro de seus bens. Dentre eles: “uma mesa grande de jacarandá com pés torneados com três gavetas” e alguns dos “vinte e cinco tamboretas rasos de jacarandá torneados pretos cobertos uns de couro cru, e outros de carneiro estofados os assentos”.⁶⁵²

Além do referido sobrado, Padre Corrêa possuía duas outras casas na vila, cerca de 500 escravizados⁶⁵³, e uma grande fazenda, que herdara de seu pai⁶⁵⁴,

chamada do Fidalgo que consta de *três sesmarias de terras* com seus matos, capoeiras e campos, a qual fazenda tem suas *casas de sobrado e térreas, Capela, Engenho de cana aparelhado, Engenho de pilões aparelhado, Engenho de serrar madeiras aparelhado, Roda de ralar mandioca aparelhada, paióis e senzalas, tudo coberto de telha.*⁶⁵⁵

Figura 20 – Forro Policromado Atribuído à Biblioteca do Padre Corrêa (Sabará, MG)



Detalhe: grande medalhão central contendo rocalhas, concheados, representações fitomórficas e dois querubins.

Detalhe: interior do medalhão com representações de um livro, pena e tinteiro.



Fonte: Solar do Padre Corrêa, prefeitura de Sabará. PEREIRA, Honório Nicholls; ASSIS, Adriana Paiva de; LARA, Elayne Granado. *Op. Cit.* (2014), v. 6, p. 62. (Edição do autor).

⁶⁵² AHU_ACL_CU_011, Cx. 109\Doc. 10, fl. 3.v – 4.

⁶⁵³ CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cit.* (2005), p. 295.

⁶⁵⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Corrêa Silva, 1756.

⁶⁵⁵ AHU Cx. 109 doc. 10 fl. 12. *Apud.* CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cit.* (2005), p. 295.

Dentre os inventariados de nossa amostra que possuíam estantes, três eram padres.⁶⁵⁶ Um deles foi o minhoto⁶⁵⁷ Antônio Carneiro Leão, que parece ter exercido algum comércio e certamente transportava mercadorias. No ano de 1784, ele possuía: onze bestas, vinte quatro escravizados e um pequeno estoque com “quatro varas de pano de linho grosso e novo, cinco quartas de feijão preto” e “vinte libras de presunto”. Em sua “morada de casas térreas cita no Largo do Rosário” da vila de Sabará, em um cômodo especializado da residência, ele poderia atender sua clientela, econômica e política. Possivelmente, seria encontrado em “uma poltrona pequena de pau branco”, com “uma mesa pequena de pau branco com duas gavetas” e “dois tamboretos de couro cru” à sua frente. Na mesma sala ostentaria seu letramento sob uma “estante de altar”⁶⁵⁸, na qual, um livro preferido poderia ser encontrado, aberto em alguma passagem representativa. A biblioteca de Carneiro Leão era constituída de onze volumes, a saber: “dois *Breviários* já muito usados, um *Mestre da Vida* usado, um *Mestre da Morte* já usado, um *Responso*, um livro de *Ofício Antigo* muito usado, um livro de *Ofício de Defunto* usado” outro “livro *De Ofício* usado, um *Eptame Carmelitami* usado, um livro de *Lei Moral* usado, um *Los Roga*” (sic).⁶⁵⁹

Além das possíveis atividades comerciais, o padre Carneiro Leão também se envolveu em disputas políticas locais. Na inconfidência de Sabará, do ano de 1775, preso na cadeia da vila, ele liderou os “homens bons” da terra que “formalizaram em Vila Rica a apresentação de uma pomposa *representação*”, em que os “vassallos oprimidos”, como se auto intitulavam, recorreriam à benevolência do monarca para pôr termo às desordens que imperavam na comarca”.⁶⁶⁰ Sua facção era composta por trinta pessoas que assinaram o documento, entre as quais, vários eclesiásticos, militares da tropa paga, altas patentes das forças auxiliares e bacharéis. Eles se contrapunham a outro grupo da elite local, liderado pelo ouvidor da comarca, o paulista José de Góes Ribeiro Lara de Moraes, e, sobretudo, pelo vigário geral de Sabará, o supracitado padre

⁶⁵⁶ BDITCRV, Inventários *post-mortem* de Manoel Álvares de Souza Pinto, 1778; Antônio Carneiro Leão, 1784; Thomas de Moura, 1785.

⁶⁵⁷ Natural da freguesia de São Tiago, acerbispado de Braga.

⁶⁵⁸ A “estante de altar”, seria um púlpito ou um suporte inclinado para um livro, especificamente a bíblia. Como o inventariado não possuíam nem capela, nem oratório em casa, supomos que esse móvel tenha sido utilizado de forma improvisada em seu escritório.

⁶⁵⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784.

⁶⁶⁰ CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cit.* (2005), p. 290. (Itálico do autor).

Correa.⁶⁶¹ Este último, construtor do mais luxuoso sobrado de Sabará, foi um dos maiores potentados da região e pertencia à grande parentela que se estabeleceu na Capitania desde os primórdios de sua ocupação. Graças a isso, ele conseguiu articular uma extensa rede clientelar em toda comarca, com conexões através da Capitania.⁶⁶²

Além de homens de negócio, licenciados, funcionários e padres; médios e grandes mineradores e/ou agropecuaristas também possuíam estantes. As estruturas desses móveis podiam variar, e foram descritas como: “de pau com 3 repartimentos”; de “4 tábuas com cimalthas”; “com 2 gavetas”; “pintada”; “de mesa de madeira branca ainda nova”, “de por livros forrada de tábuas”; “de altar” e “de pôr o missal”. Foram confeccionadas em materiais baratos, e quando mencionadas, apenas constou o pau ou madeira branca (4 inventários). Por não se tratar de um “móvel artístico”, as estantes raramente são encontradas em acervos públicos ou privados. No Museu do Ouro, em Sabará, subsiste um exemplar em grandes dimensões com um armário embutido, que pode nos dar uma ideia de como seriam esses móveis no período (Figura 21).

Figura 21 – Estante com armário embutido (Museu do Ouro, Sabará)



Fonte: Museu do Ouro – Sabará. Foto do autor: maio de 2019.

⁶⁶¹ *Idem, ibidem.*

⁶⁶² Segundo Catão: “Padre José Correa da Silva era um homem poderoso e influente. Em grande parte, tal influência era fruto das redes clientelares que estabelecera”. Tinha laços inclusive com o cônego Francisco Xavier da Rua, que naquela conjuntura governava o bispado de Mariana. CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cit.* (2005), p. 294 – 295.

Dos “móveis excepcionais”, a “prateleira”, classificada como “rara”, também apontam o impulso de guarda e organização vertical nas casas setecentistas. Essa peça foi registrada em apenas três heranças. Segundo Bluteau, ela constituía-se de “uma tábua da parede, em que se põe a louça”.⁶⁶³ Moraes Silva estende a definição, descrevendo-a como “estante de pôr os pratos, e a frasca da cozinha”.⁶⁶⁴ Além de auxiliar na organização dos utensílios domésticos nas cozinhas, como vimos, prateleiras descritas junto aos imóveis, serviram para expor produtos em lojas de grandes comerciantes. No ano de 1783, elas poderiam ser encontradas na rua da Lavagem da vila de Pitangui, em uma “loja forrada de tábuas” com “prateleiras” e “duas gavetas com fechaduras”.⁶⁶⁵ Ou, em 1779, na rua Direita do arraial de Santa Luzia, em um sobrado com “duas lojas que se acham nos baixos da casa”, nas quais existiam “duas prateleiras” e “dois mostradores” para melhor apreciação dos produtos.⁶⁶⁶

4.4 – Cômodas e comodidades: a materialização da privacidade através de “uma arrumação mais racional, secreta e íntima”

Entre os dicionaristas luso-brasileiros, o termo “cômoda” surgiria apenas em 1832, na obra de Luiz Maria da Silva Pinto, goiano, radicado em Minas Gerais. O autor descreveu esse móvel como “uma espécie de *armário* com gavetas, e que serve de *bofete*”.⁶⁶⁷ A definição tardia, por si só, já denota a raridade da peça. O verbete é impreciso, utiliza-se da descrição de dois outros móveis, há muito disseminados, e com funções bem determinadas nas casas mineiras setecentistas. Ele compara a morfologia da cômoda à de um armário (utilizado, sobretudo, para a guarda de roupas), acrescentando-lhe gavetas. Porém, sua função é associada à do bofete, espécie de mesa em madeira trabalhada, com funções de aparato e apoio, e que se encontrava em áreas mais públicas das residências do período, como salas de entrada e escritórios. Isso atesta que a cômoda exercia um papel e ocupava lugares bem diferentes daqueles que lhes

⁶⁶³ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.6, p. 672.

⁶⁶⁴ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.2, p. 483.

⁶⁶⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Vaz da Cunha, 1783.

⁶⁶⁶ Inventário *post-mortem* de José Ferreira do Vale, 1779.

⁶⁶⁷ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Op. Cit.* (1832), s/p. (Itálicos nossos).

damos hoje: principalmente a guarda de roupas, em espaços privados da casa, como o quarto de dormir.

Segundo Daniel Roche, na França do século XVII, a cômoda “foi uma novidade que a arte dos marceneiros ebanistas impôs para o prestígio e o aparato entre os ricos”.⁶⁶⁸ Sua difusão, porém, se daria somente após a Regência (1715 – 1723). Desconhecida dos pobres em 1700, no final do século XVIII ela apareceria em um 1/4 dos inventários populares de Paris. Nos termos do autor, “o móvel poderia servir de símbolo à capacidade criadora das Luzes por sua fabricação, pela busca formal que ele inspirava” e “a qualidade das madeiras de essência raras que ele necessitava”.⁶⁶⁹ Mas a cômoda revelava, além de tudo, “uma necessidade de arrumação racional, mais secreta, mais íntima”.⁶⁷⁰ Certamente que nela se fizeram usos desordenados, mas as gavetas implicavam noutro tipo de separação e de arrumação, diferente do armário, vertical, e da arca, indiferenciada. A cômoda seguiria o movimento de diversificação das próprias habitações do final da Época Moderna, encontrada apenas nos sobrados ou moradias das elites do Antigo Regime.⁶⁷¹ Roche arriscou afirmar que foi ao entorno da cômoda que se organizou a revolução íntima da vida parisiense. Nas províncias francesas, elas eram escassas. Por volta de 1774, nos inventários de Nangis-en-Brie, apenas 10 peças foram registradas.⁶⁷²

Tilde Canti defende que as cômodas começam a surgir em Portugal somente em meados do século XVIII.⁶⁷³ De fato, Nuno Madureira encontrou apenas uma casa com esse móvel entre os 49 inventários que analisou no período de 1740-50.⁶⁷⁴ O autor assegura que os portugueses já tinham contato com esse móvel na primeira metade do século, porém, nem sempre conseguiram distinguir uma cômoda de outros móveis de guarda, e denominavam elas como “caixas” etc.⁶⁷⁵ A história dessa peça na vida cotidiana dos lusitanos só começou verdadeiramente na segunda metade do Setecentos. No recorte seguinte (1780-86), em um universo de 152 inventários, constatou-se sua

⁶⁶⁸ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 279.

⁶⁶⁹ *Idem, ibidem.*

⁶⁷⁰ *Idem, ibidem.*

⁶⁷¹ *Idem, ibidem.*

⁶⁷² *Idem, 250.*

⁶⁷³ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 184.

⁶⁷⁴ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 185.

⁶⁷⁵ *Idem, ibidem.*

presença em 48% das casas.⁶⁷⁶ Nesse momento, cerca de um em cada dois inventariados possuía uma cômoda, e, “como um cometa, ela vai desenhar a partir de então uma trajetória fulgurante”.⁶⁷⁷ No começo do século XIX, entre 1821 e 1827, a cômoda dominou as casas lisboetas. Dos 127 inventários que Madureira analisou nesse período, 89,8% continham esse móvel (cerca de nove em cada dez heranças).⁶⁷⁸ Os dados assinalam a ascensão da cômoda no universo da capital do Império Português. Para Madureira, a peça, “provida de três gavetas e com pés extremamente curtos”, foi a “grande inovação do mobiliário iluminista”.⁶⁷⁹ Destacava-se o requinte de seus acabamentos, com fechaduras e puxadores de gavetas em latão lavrado. Não raras vezes, sua superfície frontal mostrava uma dinâmica ondulada imprimindo ritmo curvilíneo e criando uma aparência contemporânea com os cânones barrocos e rococós.⁶⁸⁰

Para Canti, a forma da cômoda derivava-se da arca, que ao receber gavetas e gavetões na parte inferior, transformou-se em móvel somente composto desses elementos, “desaparecendo a caixa propriamente dita, com tampa de abrir”.⁶⁸¹ Elas apresentariam “duas ou mais gavetas e três gavetões ou simplesmente quatro gavetões, geralmente de altura crescente”.⁶⁸² Por tratar-se geralmente de um móvel muito elaborado, as cômodas subsistentes em acervos brasileiros foram extensivamente estudadas, dentro da perspectiva da história do mobiliário artístico. De uma forma geral, segundo Canti, nas cômodas do “estilo D. João V”, os gavetões costumavam ter a forma abaulada ou boleada, com o tampo recortado em curvas nas frentes e nos lados. No período de transição para o “estilo D. José I”, apareceria o saial quase a altura do chão, entalhado com estilização de folhas de acanto e frisos de volutas, “puxadores e espelhos em bronze lavrado e pés de garra de bola”.⁶⁸³ Com a consolidação desse estilo, as cômodas tornam-se maiores e mais retas, e os entalhes aparecem, principalmente, nas pilastras laterais de quinas e nos pés, que se tornam largos, baixos e com lavrados de

⁶⁷⁶ *Idem*, p. 184.

⁶⁷⁷ *Idem*, p. 185.

⁶⁷⁸ *Idem*, p. 184.

⁶⁷⁹ *Idem*, p. 183.

⁶⁸⁰ *Idem*, p. 185 – 186.

⁶⁸¹ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 184.

⁶⁸² *Idem*, p. 250.

⁶⁸³ *Idem*, p. 185.

folhas”.⁶⁸⁴ É desse último estilo uma peça do Museu do Ouro, em Sabará, que a autora analisou. Trata-se de uma cômoda originária da capela da fazenda Jaguará (no atual município de Matozinhos-MG), “cujos ornatos se assemelham, segundo alguns estudiosos, a certos elementos decorativos utilizados pelo Aleijadinho em suas obras” (Figura 22).⁶⁸⁵ De fato, segundo estudos de Elizabeth Carvalho, a edificação da capela, “um dos mais extraordinários exemplares da arquitetura religiosa mineira localizada em área rural”, foi realizada por volta do ano de 1784, “numa iniciativa do coronel Antônio de Abreu Guimarães, tendo tido participação do mestre Aleijadinho”.⁶⁸⁶ Tais evidências corroboram a hipótese de que o próprio mestre do barroco mineiro, Antônio Francisco Lisboa, ou membros de sua equipe, tenham confeccionado esse móvel.⁶⁸⁷ Nos termos da descrição de Canti, a cômoda, do último terço do século XVIII, em jacarandá, caviúna e metal, apresentava:

Caixa ligeiramente ondulada composta de três gavetões e duas gavetas, estas últimas com molduras terminadas em volutas nos cantos. Puxadores simples sem espelhos. Pilastras pouco desenvolvidas, com caneluras interrompidas por pequenos enrolamentos e terminadas por lavrados.⁶⁸⁸

Esse exemplar, mesmo que pertencesse a uma capela particular, materializava o anseio de consumo pelo mobiliário de luxo entre as camadas mais ricas da Capitania.⁶⁸⁹ Seu proprietário foi um coronel, de origem portuguesa⁶⁹⁰, Antônio de Abreu Guimarães, administrador e depois proprietário de parte do maior latifúndio que já existiu em Minas

⁶⁸⁴ *Idem*, p. 191.

⁶⁸⁵ *Idem*, p. 250.

⁶⁸⁶ CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2003), p. 750.

⁶⁸⁷ Este não seria um caso isolado. Antônio Francisco Lisboa também teria confeccionado um trono em jacarandá entalhado e estofado, entre 1778 e 1783, para o palácio Episcopal de Mariana. O móvel hoje pertence ao acervo do Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Mariana. BRANDÃO, Angela. Inventários como fontes para a História da Arte e do Mobiliário Brasileiro. In: *Cultura Visual*, n. 13, maio/2010, Salvador: EDUFBA, p. 11-23, p. 19.

⁶⁸⁸ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 262. (Figura 219).

⁶⁸⁹ Outro exemplar subsistente que merece nota é uma cômoda, do último quartel do séc. XVIII, em jacarandá e metal, proveniente do Palácio Episcopal de Mariana, e atualmente no Museu Arquidiocesano da mesma cidade. A peça, uma das mais luxuosas que se tem notícia em Minas Gerais, é constituída de “caixa ondulada com três gavetões e duas gavetas: entre estas a representação entalhada das armas episcopais em ramos de flores. Puxados lavrados e vazados em estilo *rocalha*, fixos. Pilastras com volutas salientes vazadas e entalhe de elementos rocalha e fitomorfos. Pés largos, baixos e entalhados com os mesmos elementos”. Os pilares da cômoda da Jaguará parecem uma cópia menos requintada dos pilares desse móvel. (CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 263, figura 220). Supõe-se que essa cômoda tenha sido feita para um bispo de Mariana. (CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 263, figura 250).

⁶⁹⁰ FRANCO, Renato. Fortuna e ressentimento: o incrível caso dos Abreu Guimarães (c. 1740-1807). *Revista Portuguesa de História*, vol. 47, 2017, p. 237-256.

Gerais: a fazenda Jaguara (Figura 11).⁶⁹¹ Ele foi um aliado da facção política do padre Carneiro Leão, que na inconfidência de Sabará de 1775 se antepôs ao grupo do padre Corrêa.⁶⁹² “Naquela época ocorreram famosas recepções, festas e bailes na Jaguara”.⁶⁹³ Ostentar uma rara e belíssima cômoda, entalhada por um dos mais renomados artesãos da Capitania, certamente foi uma das formas de dignificação, distinção e “enobrecimento” buscadas por Abreu Guimarães. Todavia, segundo Canti, de uma forma geral, as cômodas mineiras, como os demais móveis produzidos na região no período colonial, mesmo que inspirados em luxuosas peças portuguesas, seriam mais simples que essas. “Nem sempre apresentavam as quebras ou os ondulados na parte frontal”⁶⁹⁴, e suas caixas seriam retangulares.

Figura 22 – Cômoda da Fazenda Jaguara de autoria atribuída a Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho) (Museu do Ouro, Sabará – MG)



Detalhe: pilastras laterais com caneluras interrompidas por pequenos enrolamentos e caixa com ligeiro ondulado.

Fonte: Museu do Ouro – Sabará. Foto do autor: maio de 2019. (Edição do Autor).

⁶⁹¹FRANCO, Renato. Fortuna e ressentimento: o incrível caso dos Abreu Guimarães (c. 1740-1807). *Revista Portuguesa de História*, vol. 47, 2017, p. 237-256; p. 251; CARRARA, Angelo Alves; Z Aidan, Ricardo Tavares; PAULA, Lucas Pinheiro de. Geoprocessamento aplicado à história agrária: o vínculo da Jaguara. *Revista de História*. São Paulo, p. 01-28, 2018.

⁶⁹² Segundo Leandro Catão: “Dentre os homens bons insatisfeitos com José de Góes e o padre José Correa estava um dos mais ricos moradores das Minas. Tratava-se do Alferes Cipriano Correa da Costa. Ele era o “administrador de uma casa de negócio do Capitão Antônio de Abreu Guimarães, a mais importante de todas as Minas”. CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cit.* (2005), p. 291. (Nota 732).

⁶⁹³ *Idem, ibidem.*

⁶⁹⁴ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 250. (Nota 8).

Em nossa amostra, as cômodas apareceram em apenas sete heranças⁶⁹⁵ e foram classificadas como peças “incomuns” (junto àquelas registradas em 5 e até 17 espólios). Integravam o grupo dos móveis que designamos como “excepcionais” nas casas mineiras setecentistas (Gráfico 24). Todas elas foram inventariadas na segunda metade da centúria. Tilde Canti também constatou que as cômodas passaram a ser mais frequentes nos “inventários brasileiros a partir de fins do séc. XVIII e princípio do séc. XIX, tendo sido localizadas em documentos baianos, pernambucanos, mineiros e do Rio de Janeiro”.⁶⁹⁶ O primeiro exemplar de nossa amostra, “uma cômoda de vinhático”, foi descrito somente no ano de 1765, e pertencia à Joana de Souza Cruz Ribeiro, esposa do comerciante⁶⁹⁷ Domingos Fernandes de Carvalho,⁶⁹⁸ moradores na Rua do Caquende da vila de Sabará. O casal, apesar de possuir uma boa riqueza quando de sua morte, não integrava o grupo dos maiores comerciantes da comarca. De modo semelhante, Madureira constatou que, em Lisboa, entre os anos de 1740-50, esse móvel estava “ausente das mais ricas casas de negociantes e altos funcionários do estado”, e apenas apareceu uma vez no apartamento de um mercador de trigo.⁶⁹⁹ O historiador ainda questionou por quê a cômoda não emergiu “onde se esperaria, no vértice da escala social”.⁷⁰⁰ E concluiu que outros fatores independentes do estatuto social intervíram nas dinâmicas de difusão e inovação cultural, dentre eles “o alcance e extensão dos contatos profissionais a que um mercador [tinha] acesso”.⁷⁰¹ De tal forma que “a imitação social não deve ser pensada como um fenômeno totalmente desvinculado do espaço, ou de uma rede de espaços”.⁷⁰²

Quanto às madeiras de confecção, no termo de Sabará, constaram duas cômodas de vinhático e uma de pau branco. No que se refere à forma, duas dessas peças

⁶⁹⁵ BDITCRV, Inventários *post-mortem* de Joana de Souza Cruz Ribeiro, 1765; José Izidoro Pereira, 1767; Domingos Fernandes de Carvalho, 1771; João Pereira da Silva, 1776; José da Silva Pessoa, 1778; Francisco Pinto Moreira, 1790; Manoel Caetano dos Santos Cruz, 1793.

⁶⁹⁶ *Idem*, p. 250.

⁶⁹⁷ Consta na partilha “parte nas fazendas da loja”. Nas dívidas ativas consta: padre Antônio José de Araújo, natureza: loja. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joana de Souza Cruz Ribeiro, 1765.

⁶⁹⁸ No campo de conjugue da ficha de protagonista do inventário conata “Domingos Ferreira de Carvalho”, porém, na ficha de partilha, consta Domingos Fernandes de Carvalho. Como esse segundo nome também aparece em outro inventário, realizado em 1770, com imóveis na rua do Caquende, em Sabará, assim como os de Joana de Souza Cruz Ribeiro, acreditamos tratar-se da mesma pessoa. Possivelmente o nome foi transcrito errado no inventário de 1765.

⁶⁹⁹ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 185.

⁷⁰⁰ *Idem, ibidem.*

⁷⁰¹ *Idem, ibidem.*

⁷⁰² *Idem, ibidem.*

possuíam quatro gavetas. Em 1789, uma delas pertencia ao alferes Francisco Pinto Moreira, morador no largo da Barra de Sabará, e foi descrita como “uma cômoda com quatro gavetas e ferragem”.⁷⁰³ Diferente delas, no ano de 1793 registrou-se uma “cômoda com duas gavetas com fechaduras de ferro”.⁷⁰⁴ Tal móvel poderia ser uma “meia-cômoda, que algumas vezes se assemelha a um bufete quando tem apenas duas gavetas ou um gavetão alto”.⁷⁰⁵ A peça encontrava-se na morada de casas do “pardo” Manoel Caetano dos Santos Cruz, na rua de São Francisco da vila de Sabará, e atestava sua difusão entre outros grupos sociais urbanos, para além da elite colonial branca. Como dissemos anteriormente, a esposa de Manoel, a “parda” Constância Gomes da Silva, assinou documentos em seu inventário, denotando que era letrada.⁷⁰⁶

Segundo Maria Helena Flexor, as “papeleiras”, de modo geral, seguiam os modelos das “cômodas”, tendo surgido na primeira metade do século XVIII. “Antes de se adaptarem às ‘cômodas ou armários’, eram chamadas ‘papeleiras de meio corpo’” e “eram colocadas sobre uma mesa ou apoiadas em pés altos”.⁷⁰⁷ A papeleira propriamente dita (um segundo corpo sobre a cômoda, a mesa ou outro móvel), era composta por “uma tampa de arriar servindo de mesa de escrever”.⁷⁰⁸ Internamente, apresentava pequenos “escaninhos e gavetinhas para a guarda de documentos, papéis e valores diversos, além de apetrechos necessários para escrever”.⁷⁰⁹ Flexor identificou dois tipos essenciais usados na segunda metade do século XVIII: o primeiro tinha gaveta de “volta”; “o segundo, pés e colunas laterais entalhados, em modelo idêntico ao das cômodas”.⁷¹⁰ A execução desse último tipo, segundo o “Regimento dos marceneiros” de Salvador, do ano de 1785, determinava-se que os oficiais deveriam cobrar “por cada papeleira lisa de volta, pilares entalhados, com quatro gavetas, três inteiras, e uma partida, cinquenta mil réis, e daí para cima, a convenção das partes”.⁷¹¹

A papeleira apareceu em apenas três heranças do termo de Sabará, integrando os móveis que classificamos como “raros” (Tabela 5). A primeira ocorrência se deu ainda

⁷⁰³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Francisco Pinto Moreira, 1790.

⁷⁰⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Caetano dos Santos Cruz, 1793.

⁷⁰⁵ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 184 – 185.

⁷⁰⁶ SILVA, Solange Maria da. *Op. Cit.* (2011), p. 121, nota 198.

⁷⁰⁷ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 251.

⁷⁰⁸ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 191.

⁷⁰⁹ *Idem, ibidem.*

⁷¹⁰ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 251.

⁷¹¹ *Idem, ibidem.*

em 1742, entre os bens do grande comerciante Matias de Crasto Porto. Em seu inventário constaram duas dessas peças, uma delas foi descrita como “*papeleira inglesa* com sua gaveta e fechadura”, e a outra apenas como “papeleira”.⁷¹² Esse móvel possivelmente localizava-se no sobrado do arraial da Roça Grande, avaliado em 800\$000 réis, a principal casa de Crasto Porto. Junto à papeleira, talvez se encontrassem um “bufete de pau vinhático com gavetas” e “cinco tamboretos novos”, dentre outros móveis, conformando um cômodo específico, de escritório, no qual o grande comerciante poderia administrar seus negócios, que se estendiam por vários arraiais da comarca. Ao mesmo tempo, ele poderia exibir sua riqueza através de uma peça importada, raríssima nas Minas.

Outro inventariado que possuía esse tipo móvel, também era comerciante. Tratava-se do português Antônio da Silva Salgado⁷¹³, morador do arraial de Santa Luzia.⁷¹⁴ Seu exemplar foi descrito em 1764 como “uma papeleira com um oratório e com santos dentro”. De mesmo modo, Tilde Canti encontrou alguns casos com oratórios compondo as papeleiras, colocados em geral acima delas. A autora cita um inventário baiano, de 1746, localizado por Maria Helena Flexor, no qual descreveu-se uma “papeleira de jacarandá de corpo inteiro e meio corpo de cima serve de oratório”.⁷¹⁵ Para Flexor, “o luxo e a escassez desse móvel na casa baiana são explicados por seu preço, mais alto que o de dois escravos”.⁷¹⁶

Madureira considera que as papeleiras, por geralmente virem associadas a um oratório, estariam mais ligadas a um espaço de religiosidade privada, do que a uma área de trabalho intelectual propriamente dita.⁷¹⁷ Carlos Franco discordou desse autor ao constatar que entre as dezenas de peças que identificou em Lisboa, apenas cinco foram descritas com oratórios por cima.⁷¹⁸ Para ele, a papeleira era antes de tudo um móvel de guarda, racionalizando uma “organizada divisão conseguida pelos labirínticos

⁷¹² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Matias de Crasto Porto, 1742.

⁷¹³ Natural da “Vila de Guimarães”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio da Silva Salgado, 1764.

⁷¹⁴ Ele foi proprietário de uma “loja de fazenda com fazendas diversas”, avaliada em 2:860\$987 réis. O bem consta no banco de dados como “estoques”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio da Silva Salgado, 1764.

⁷¹⁵ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 251.

⁷¹⁶ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 251.

⁷¹⁷ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 187.

⁷¹⁸ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 103.

escaninhos e pelas pequenas gavetas”⁷¹⁹, que permitiam guardar tanto os objetos grandes quanto os pequenos, todo contidos dentro do “alçapão”, que fechava-se com sua tampa. Todavia, ela prestava outros serviços, entre eles o de consentir que nela se escrevesse.⁷²⁰

Em 1796, o último desses móveis, encontrava-se em uma das posses do grande minerador, agropecuarista e também credor, Antônio Vieira da Costa. Ele foi descrito como “uma papelreira toda podre e desconcertada”.⁷²¹ O mestre de campo Vieira Costa emprestava dinheiro a juros, como constam em várias dívidas ativas de seu inventário. Possivelmente, como acontecia aos demais homens de negócio que possuíam esse tipo de móvel, sua papelreira “desconcertada” seria utilizada em um ambiente de escritório onde atendia sua clientela. Tratava-se de um móvel de guarda, mas também de auxílio nas atividades de escrita etc. Na reconstituição de uma “sala de escritório” de época, que existe na antiga casa do Intendente de Sabará, um desses móveis pode ser observado (Figura 23). A peça, proveniente de Santa Bárbara (MG), continha uma “cômoda retangular, de pés de quina, recortados em curvas; base em moldura larga, frisada; metade inferior em dois gavetões, de borda emoldurada, com fechaduras de espelhos em recortes curvos”⁷²², e na parte superior:

[...] tampa inclinada, de borda emoldurada; fechadura com espelho elíptico, em recortes curvos; interior dividido em *14 compartimentos*; sendo cinco inferiores com *gavetas* de puxadores torneados; três gavetas do centro sinuosas e as duas dos cantos retas; nove *escaninhos* superiores, separados por divisórias de recortes curvos; o desenho acompanha a sinuosidade das gavetas; tampo interno com um *compartimento secreto*, com tampa de correr, com a borda em recortes curvos emoldurados; a tampa inclinada, quando aberta, fica apoiada sobre duas barras de secção quadrangular, com puxadores torneados, que ficam embutidas nos cantos superiores da cômoda.⁷²³

Na mesma “Sala de Escritório”, à direita de quem entra, encontrava-se um pequeno armário, já citado, que possivelmente serviria para a guarda de papéis, livros e documentos (Figura 19). Esse tipo de ambiente, uma inovação nas casas setecentistas, era principalmente um local de trabalho, especialmente, para homens de negócio,

⁷¹⁹ *Idem, ibidem.*

⁷²⁰ *Idem, ibidem.*

⁷²¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

⁷²² Ficha descritiva em: <http://museudoouro.acervos.museus.gov.br/acervo/comoda-papelreira/> (acesso: junho de 2019).

⁷²³ *Idem, ibidem.*

licenciados, eclesiásticos, e funcionários do Estado. Surgiram primeiramente de forma improvisada. Depois, nas casas mais ricas, se apropriaram de um dos maiores símbolos materiais do iluminismo: a cômoda. Associada a esse móvel, desenvolveu-se um artefato altamente especializado, que otimizava ao máximo a necessidade de organização, racionalização e guarda de objetos e documentos característicos das ações masculinas: a papelreira. Signo da razão iluminista, símbolo do luxo nas residências das elites, a cômoda-papelreira sintetizava a busca pela verticalização nos móveis de guarda e a materialização da privacidade através de “uma arrumação mais racional, mais secreta, e mais íntima”.⁷²⁴

Figura 23 – Reconstituição de uma “Sala de Escritório” Setecentista com Cômoda-papelreira do século XVIII (Museu do Ouro, Sabará – MG)



Detalhe: parte superior com 14 compartimentos, sendo 5 gavetas e 9 escaninhos.

Fonte: Museu do Ouro – Sabará. Foto do autor: maio de 2019. (Edição do autor).

⁷²⁴ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 249.

Capítulo 5 – A mesa, o bufete e a banca: continuidades e novas necessidades na diversificação do mobiliário de apoio

5.1 – “Uma tábua com pés que servem de mesa”: do improvisado à consolidação da mesa nos rituais de refeição.

Depois da caixa, a “mesa” era o móvel mais comum nas casas mineiras setecentista, aparecendo em 270 inventários, ou seja, em 33,58% de todos os documentos, e em 59,47% daqueles que possuíam móveis (Gráfico 21). São percentuais não muito distantes dos que Orlanda Vilaça encontrou nos inventários rurais do Baixo Minho, em Portugal, para o período de 1750 a 1810, nos quais, em média, 37% das heranças possuíam o que ela denominou como “móveis de utilidade”, constituídos principalmente por mesas, bancas e bufetes.⁷²⁵

Na antiguidade, gregos e romanos não comiam em mesas, mas sim reclinados sobre leitos.⁷²⁶ Foi na Idade Média que o costume “bárbaro” de se alimentar sentado em torno de uma mesa sobrepõe-se ao hábito romano.⁷²⁷ Todavia, segundo Oliveira Marques, na sociedade medieval portuguesa “a mesa era alfaia menos prezada do que nos séculos seguintes, e nem sempre considerada móvel indispensável [...], muitas vezes constava apenas de uma tábua montada sobre cavaletes”.⁷²⁸ Legado desse período, no

⁷²⁵“Póvoa de Lanhoso com 50% dos inventários; Barcelos, 16% e Guimarães 45%”. VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Op. Cit.* (2012), p. 258.

⁷²⁶ ROMAGNOLI, Daniela. Guarda no sii vilan: as boas maneiras à mesa. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 380; SALVADOR, Mariana Sanchez. *Arquitectura e Comensalidade: uma história da casa através das práticas culinárias*. Casal de Cambra (Portugal), Editora Caleidoscópio: 2016, p. 98-99.

⁷²⁷ O costume de se comer sentado em torno de uma mesa tem origem gaulesa e germânica. SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 162. Nota 226.

⁷²⁸ Oliveira Marques traz o relato de uma crônica medieval (*Chronica do Condestabre*) segundo a qual, Nun'Álvares, no banquete das bodas de D. Beatriz com o rei de Castela (1383), “alçou a mesa e com a perna tirou o pé da mesa, e caiu a mesa em chão”. MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. Cit.* (1971), p. 82; (nota 49, p. 230).

mundo lusitano do começo do século XVIII a mesa era entendida como “uma superfície plana, em que se põe o prato com o comer”.⁷²⁹

O hábito de se alimentar sentado à mesa era um costume quase exclusivamente europeu, e na colônia americana, seria adotado, sobretudo, por portugueses, seus descendentes e grupos sociais que comungavam dessa cultura. Porém, mesmo em algumas regiões de Portugal, tal comportamento não se disseminou largamente. Foi o que atestou a documentação do Concelho de Barcelos, estudada por Vilaça, onde apenas 16% dos inventariados possuíam móveis de utilidade.⁷³⁰ Isso a levou a concluir, sobre a população rural, “que na segunda metade do século XVIII e primeira década do século XIX, na região do Baixo Minho, a mesa não era o espaço vital de reunião da família e do desenvolvimento das relações sociais”.⁷³¹ Os minhotos se serviam de qualquer móvel baixo para comer. Por sua vez, o surgimento de mesas em suas moradias transportava “consigo um conjunto de transformações que passavam pela utilização das regras de civilidade”, pois “as metamorfoses dos comportamentos sociais no século XVIII deveram-se, em parte, a este móvel”.⁷³² Vilaça também atentou para a situação de atraso e conservadorismo dos minhotos, quando comparados à outras populações rurais da Europa.⁷³³

Segundo Canti, atualmente designamos como “mesas”, móveis com certa especialização e apuro na confecção que, “até o século XVIII, eram conhecidos em Portugal sob a denominação de *bufetes*”.⁷³⁴ Esses últimos, tinham funções específicas, como servir de aparador ou mesa de serviço, dentre outras que trataremos mais adiante quando abordarmos sua presença na comarca do Rio das Velhas. Nesse período, as mesas propriamente ditas, de vários tamanhos, eram geralmente utilizadas como suporte nas refeições. Seriam, nomeadamente, móveis muito simples, desmontáveis, com pernas de cavalete. Citando Guillaume Janneau, Canti postula que “a mesa era *móvel*, o banco é que era *fixo*”.⁷³⁵

⁷²⁹ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.5, p. 446.

⁷³⁰ VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Op. Cit.* (2012), p. 258.

⁷³¹ *Idem*, p. 263.

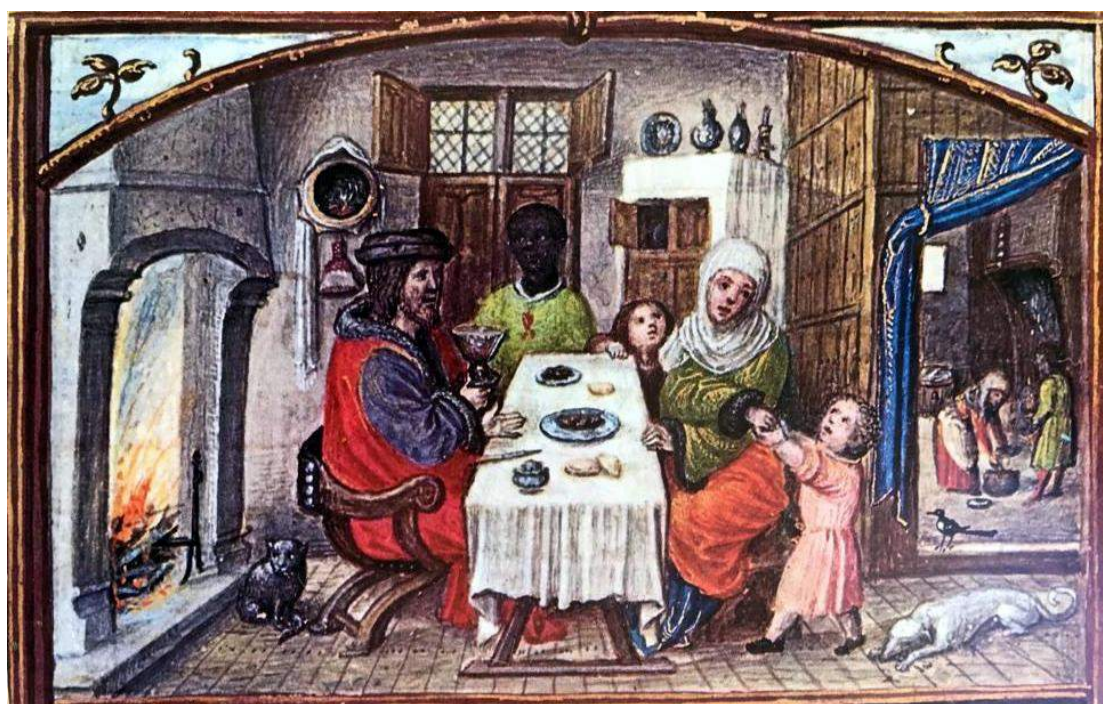
⁷³² *Idem, ibidem*.

⁷³³ *Idem, ibidem*.

⁷³⁴ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 37.

⁷³⁵ JANNEAU, Guillaume. *Les arts décoratifs – Les meubles I*. Paris: Flammarion, 1945, p. 13. *Apud*. CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 37.

Figura 24 – Cena e Ambiência da Refeição de um Nobre Português no século XVI



Fonte: Livro das Horas de D. Manuel I. Iluminura referente ao mês de janeiro. Inv.º n.º 14, M.N.A.A. In: PINTO, Maria Helena Mendes. *Os Móveis e o seu Tempo*. Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga Séculos XV-XIX. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Cultural / Museu Nacional de Arte Antiga, 1985-1987. (Capa).

Pinturas do século XVI indicam que algumas mesas constituíam-se apenas de um tampo de madeira grossa sobre pernas em forma de cavalete.⁷³⁶ O que se valorizava, então, eram os panos de mesa. Uma iluminura presente no “Livro de Horas de Dom Manuel I”, com autoria atribuída ao miniaturista António de Holanda (1480-1557)⁷³⁷, apresenta-nos uma mesa com pés de cavalete (Figura 24). A figura retrata uma cena “íntima” em que um nobre se alimenta sobre a mesa, servido por um negro

⁷³⁶ *Idem, ibidem*. (Itálicos nossos).

⁷³⁷ A partir de seu nome, acredita-se que seja de origem dos Países Baixos. <http://www.museudearteantiga.pt/colecoes/iluminura/livro-de-horas-dito-de-d-manuel> (acesso: maio de 2019). Foi pai do insigne humanista e pintor Francisco de Holanda, nascido em Lisboa em 1517, e um dos maiores expoentes do Renascimento português, tendo estudado, dentre outros, com Michelangelo em Roma, como bolsista do rei d. João III.

(possivelmente um escravizado) e tendo como companhia uma mulher rodeada por duas crianças.⁷³⁸

Mesmo que o hábito de se sentar à mourisca⁷³⁹ – em estrados, almofadas ou no chão –, fosse largamente difundido entre os lusitanos, e que correspondesse a hábitos semelhantes que se encontravam entre povos indígenas e africanos, certamente muitos indivíduos sentavam-se à mesa para refeições nas Minas Setecentistas. As mesas estiveram presentes em heranças durante a maior parte do século XVIII, comprovando que seu uso era disseminado na Capitania de Minas Gerais nesse período. Como afirmou Daniel Roche, “a mesa respondia a uma necessidade na relação do homem com o homem: nela, a alimentação foi transformada em relações sociais”.⁷⁴⁰ Não deixam dúvidas disso a existência de outros acessórios próprios aos ritos de alimentação. Os garfos, mesmo que timidamente, já aparecem em inventários da comarca do Rio das Velhas nas primeiras décadas do século XVIII, e vão se multiplicar de forma crescente até o fim do século, atingindo diversas camadas sociais.⁷⁴¹ A abundância de louças, colheres e pratos, além de oitenta espólios com “toalhas de mesa”, também corroboram a hipótese de que as mesas eram utilizadas nos rituais de comensalidade.

Quando existiram referências aos tamanhos delas, prevaleceram as mesas pequenas (43) seguidas pelas mesas grandes (26). Os comprimentos dessas últimas aparecem descritos em apenas duas avaliações, uma de 6 palmos, outra de 10; o que correspondia a uma média de c. 177 cm. No meio termo entre elas, sem especificar se era considerada grande, mas descrevendo a largura, constou “uma mesa de pau branco com 8 palmos [c. 176 cm] de comprido e 4 de largura [c. 88 cm], com 2 gavetas de pau branco”.⁷⁴² Nas mesas descritas como pequenas, porém, não há referência aos comprimentos. Constatamos que a maioria das mesas grandes foi avaliada nas últimas três décadas do século XVIII (18). De acordo com viajantes do começo do século XIX,

⁷³⁸ Apesar da presença de vários indivíduos, e da mulher servido um pedaço de pão à criança; a cena parece retratar a centralidade de um momento de refeição apenas do homem, prática corrente até meados do século XVIII. Como Isabel dos Guimarães Sá demonstrou para a corte Portuguesa, nesse período “homens e mulheres comem em espaços separados”. SÁ, Isabel dos Guimarães. O rei à mesa entre o fim da Idade Moderna e o Maneirismo. In: BUESCU, Ana Isabel; FELISMINO, David (Coord.). *A Mesa dos Reis de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 188 – 207, p. 197.

⁷³⁹ LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 333.

⁷⁴⁰ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 233.

⁷⁴¹ Como demonstra-se no capítulo 7.

⁷⁴² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

em Minas, tanto em casas ricas, quanto em casas pobres, as refeições decorriam-se em um espaço denominado “sala”, que dava para o exterior. Segundo Saint-Hilaire, os mineiros tomavam as refeições “sentados em bancos de madeira em torno de uma *mesa comprida*”.⁷⁴³

Figura 25 – Sala de Refeições, fazenda Bom Retiro – Oliveira (MG)



Fonte: Fazenda Bom Retiro, Oliveira (MG). Fotografia do autor: abril de 2019.

No ano de 1781, João de Almeida Matos faleceu na freguesia do Curral del-Rei, em sua “fazenda em Paulo Preto”, que constava “de matos virgens com casas de vivenda, cobertas de telhas” e “senzalas cobertas de capim” (2:000\$000 réis). Na sede da fazenda, provavelmente em uma “sala”, encontrava-se “uma *mesa grande* de pau branco que tem de comprimento 10 palmos [c. 2,22 m] com 2 gavetas” e “dois bancos lisos *bem grandes*”, nos quais certamente os moradores e visitantes da casa poderiam

⁷⁴³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 96; ver também p. 347. *Apud*: OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 93.

fazer suas refeições.⁷⁴⁴ Ambiente análogo pode ser observado na supracitada sede setecentista da fazenda do Bom Retiro, em Oliveira (MG). Trata-se de uma “sala de refeições”, que dá para o exterior, nos fundos da casa, e na qual se vê, em primeiro plano, “uma longa mesa estilo holandês (pés em cavalete)”⁷⁴⁵, ladeada por bancos grandes; bem como um banco de encosto, junto à janela. O conjunto resgata ambiência verossímil de fins do século XVIII (Figura 25).

Os inventários do termo de Sabará atestam que o costume de se tomar as refeições sentando-se em volta de uma grande mesa – que Saint-Hilaire encontrou consolidado em Minas no começo do século XIX – se disseminou na Capitania nas três últimas décadas da centúria anterior. Segundo Pierre Verlet, a Inglaterra inventou as primeiras mesas de jantar de caráter permanente, e foi seguida, por volta de 1750, pela sociedade francesa.⁷⁴⁶ As elites portuguesas, afinadas com as modas oriundas de Paris e Londres, também adotariam essa prática na segunda metade do Setecentos, transportando-a para seus domínios ultramarinos. A mesa para refeições atendia à novas exigências nos rituais de comensalidade e às regras de civilidade,⁷⁴⁷ características de uma domesticidade que se alterava. Ela agrupava os diversos seguimentos da família e dos círculos de sociabilidade em torno de uma única superfície para refeição, na qual os indivíduos tinham seus lugares devidamente hierarquizados.⁷⁴⁸ O mesmo esquema poderia se reproduzir durante reuniões como jantares e banquetes, agregando pessoas externas ao núcleo do domicílio. Por outro lado, a grande presença de mesas pequenas também atesta que o antigo costume do senhor da casa comer sozinho, em sua mesa ou

⁷⁴⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Almeida Matos, 1781.

⁷⁴⁵ MARTINS, Helena Teixeira. *Op. Cit.* (1998), p. 96. No inventário *post-mortem* do fundador da fazenda, o alferes Ignácio Ribeiro da Silva, falecido em 1815, constava: “duas mesas grandes que foram avaliadas a dois mil quatrocentos réis cada uma fazendo a quantia de quatro mil e oitocentos réis”. Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São João del-Rei, 13ª SR. De agora em diante AHET II, IPHAN/SJDR - Inventário *post-mortem* Testamento, Ignácio Ribeiro da Silva (1814). Caixa 441, fl. 14.

⁷⁴⁶ VERLET, Pierre. *La Maison em France...*, p. 170 – 173; VERLET, Pierre. *La meuble léger em France...*, p. 29. *Apud*: MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 201.

⁷⁴⁷ ELIAS, Norbert. *Op. Cit.* (1994).

⁷⁴⁸ Em relato mais tardio, de 1839, Gardner descreve: “Ele toma as refeições bem à velha maneira dos barões, em uma mesa muito longa que se estende de uma a outra extremidade de grande sala. Senta-se à cabeceira e os hóspedes em bancos compridos colocados aos lados, com os lugares mais baixos frequentemente ocupados pelos seus campeadores mais comuns”. GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1975, p. 131. *Apud*: OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 101.

bufete, perdurou durante todo o século XVIII.⁷⁴⁹ Tanto as mesas grandes, mas, sobretudo as pequenas, poderiam ser utilizadas para diversas outras funções, no auxílio de atividades produtivas artesanais, ou nas cozinhas etc.

Muitas mesas possuíam gavetas, como atestam 30 heranças do termo de Sabará. Assim como no Minho⁷⁵⁰, o mais comum eram as de duas gavetas (Figura 26), algumas “com suas fechaduras”. Exemplo disso foi “uma mesa de duas gavetas e fechaduras de pau branco”, que em 1766 poderia ser encontrada no Rio Grande do Paraopeba, em uma “fazenda com matas virgens, capoeiras e terras minerais, com casa de vivenda coberta de telhas, dois paióis cobertos de telhas, senzala e chiqueiro cobertos de telha, árvores de espinho, oito alqueires de milho plantado” (108\$000 réis), propriedade de João Francisco França.⁷⁵¹

Figura 26 – Mesa de Madeira com duas gavetas (Sabará, século XVIII)



Fonte: Mesa (0,80 x 1,64 x 0,735m) em madeira. Século XVIII. Procedente de Sabará, MG. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 118, Museu da Inconfidência (2015). *Apud*. OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 123.

⁷⁴⁹ Carlos Franco, ao tratar do mobiliário das casas de elite na Lisboa setecentistas, embasado nas memórias do Marquês de Fronteira e Alorna, afirma que: “era possível que, no dia a dia, acontecesse em várias casas de forma idêntica ao que sucedia” na casa do marquês de Belas, onde “o almoço e o jantar, geralmente, decorriam de uma forma mais íntima, ou seja, na ‘sua sala e quarto’ que ‘eram independentes do resto da família’”. ALORNA, Marquês de Fronteira e. *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, v. 1 – 2, p. 22. *Apud*: FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 123.

⁷⁵⁰ VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Op. Cit.* (2012), p. 261.

⁷⁵¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Francisco França, 1766.

Majoritariamente, as mesas eram produzidas com madeiras baratas. Em 73 inventários elas foram descritas como “mesas de pau branco”. Nesse quesito, seguiam uma tradição tardo-medieval, segundo a qual mais importava os panos que se colocavam sobre a mesa, do que os materiais das quais elas eram confeccionadas. Naquele período, mesmo as mesas reais e da nobreza seriam improvisadas com tábuas sobre cavaletes. Essa prática deu origem a expressões como “pôr a mesa” e “montar a mesa”. A riqueza dos rituais de comensalidade era demonstrada através de belas e trabalhadas toalhas com as quais se forravam uma simples estrutura de madeira. Esse costume, de longa duração, também poderia ser encontrado nas Minas Setecentistas. Certamente, as mesas seriam montadas com tábuas sobre cavaletes em grandes banquetes, ofertados tanto em áreas externas ou internas das sedes de ricas fazendas, quanto nos maiores solares urbanos da elite colonial. Exemplo dos primeiros, possivelmente poderiam ser encontrados nos jantares ofertados por Claudio Manoel da Costa no “sítio do Covão”⁷⁵² e imortalizados nos versos do poeta e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga.⁷⁵³

Em áreas urbanas, também se montavam mesas improvisadas ou as de cavalete. Nuno Madureira nos informa que “até meados do século XVIII não existia na sociedade ocidental, a divisão conhecida por sala de jantar”.⁷⁵⁴ Nesse período, em algumas casas nobres de Lisboa, “era prática corrente trazer do corredor várias mesas pequenas e dobradiças, juntando-as de seguida para tomar refeição. Quando todos acabavam de comer, voltava-se a arrumar as mesas, e o centro da sala fica livre do mobiliário”.⁷⁵⁵ Práticas semelhantes poderiam ser encontradas em luxuosas residências urbanas da elite colonial, como na casa do padre Toledo, na vila de São José; no sobrado do padre Corrêa, na vila Real de Sabará e na residência de João Rodrigues de Macedo (Casa dos Contos), em Vila Rica. Nesta última, existiu uma enorme mesa de jacarandá, com três metros de comprimento (Figura 27), porém, mesmo assim, em grandes banquetes, era possível que se recorresse às tábuas e cavaletes para expandir a superfície utilizável.

⁷⁵² Ao contrário de uma “tradição inventada”, tal “sítio do Covão” não seria a fazenda do Paraopeba (Conselheiro Lafaiete – MG), que pertenceu ao também inconfidente Inácio Alvarenga Peixoto. Tratava-se de um pseudônimo empregado por Gonzaga para se referir a fazenda do Fundão, do termo de Mariana, e propriedade de Cláudio Manoel da Costa. AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira, 2.^a ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1983. V. 3, p. 345.

⁷⁵³ GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 214 -215.

⁷⁵⁴ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 201.

⁷⁵⁵ *Idem, ibidem*.

Figura 27 - Mesa em Jacarandá procedente da Casa dos Contos (2ª metade do século XVIII)



Fonte: Mesa (0,84 x 3,00 x 1,69m) em Jacarandá. Segunda metade do século XVIII. Procedente da residência de João Rodrigues de Macedo, atual Casa dos Contos de Ouro Preto. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 258, Museu da Inconfidência (2015). *Apud.* OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 122. Foto do autor: dezembro de 2019.

Em nossa amostra encontramos uma descrição que possivelmente fazia referência às ditas “mesas de cavalete”. Tratava-se de “uma tábua com pés que servem de mesa”⁷⁵⁶ pertencentes ao já mencionado português José Vaz da Cunha, proprietário de vários imóveis, rurais e urbanos, tanto na vila de Pitangui, como no arraial de São Romão. No seu inventário, realizado no ano de 1783, além da mencionada mesa de cavalete, constavam “17 tábuas”, algumas das quais poderiam ser aproveitadas para o mesmo fim. José da Cunha consorciava várias atividades nos ramos de agropecuária e mineração, contudo, sua casa de maior valor monetário estava associada ao comércio, na vila de Pitangui; a já citada “morada de casas cobertas de telha *com loja forrada de tábua*” (550\$000 réis).

José Vaz da Cunha amealhou boa fortuna (5:133\$268 réis), podendo ser considerado um homem rico.⁷⁵⁷ Ao que parece, tal riqueza originou-se de sua atuação como membro de um seletto grupo da administração colonial. Em 1741, por decreto do

⁷⁵⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Vaz da Cunha, 1783.

⁷⁵⁷ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 82 – 83.

rei D. João V, ele foi nomeado na “serventia do ofício de meirinho-geral da Ouvidoria de Sabará, comarca do Rio das Velhas, por três anos, com faculdade de nomear serventuário”.⁷⁵⁸ Posteriormente, atuou como tesoureiro da vila de Pitangui.⁷⁵⁹ Quando faleceu, não constava era casado. Porém, existem evidências de que por volta de 1770 ele amancebou-se com Maria de Araújo Lima, filha de Félix de Araújo Lima, um dos primeiros povoadores do que viria a ser o município de Santo Antônio do Monte (MG).⁷⁶⁰ José Vaz da Cunha tinha uma intensa vida social, exercendo diversos cargos administrativos, e atuando como grande comerciante regional. É bem provável que durante sua trajetória tenha oferecido jantares e banquetes, tanto em suas casas na vila de Pitangui, quanto em suas fazendas, na mesma vila e no arraial de São Romão. Nessas cerimônias, finas tolhas “de linho com crivos”, “algodão com crivos”, “linho com rendas”, ou uma “toalha de Guimarães com quatro guardanapos”⁷⁶¹, escondiam toscas tábuas “com pés que servem de mesa”.

5.2 – “Grandes Mesas de Jacarandá com suas gavetas”: a valorização da comensalidade através de um artefato

Na comarca do Rio das Velhas, na segunda metade do Setecentos, existiram mesas nas quais se empregaram maior capital. Isso indica que o móvel “mesa” (suas formas e materiais) também se valorizava nos confins da América Portuguesa, assim como ocorria em outras partes do Globo, especialmente, nos finais da Época Moderna. Como exemplo disso, podemos citar uma peça de vinhático, outra de cedro, e treze espólios nos quais foram descritas “mesas de jacarandá”, madeira nobre e cara. Em 1784, na casa do padre português Antônio Carneiro Leão, morador “no Largo do Rosário desta vila” de Sabará, encontrava-se uma “mesa de jacarandá grande com duas gavetas”.⁷⁶² Tratava-se de um exemplar urbano, mais requintado, ao estilo daquelas “mesas compridas” nas quais os mineiros passaram a fazer suas refeições, sobretudo, a

⁷⁵⁸ AHU_ACL_CU_011, Cx. 41\Doc. 11.

⁷⁵⁹ Como consta na avaliação de seus escravos: “Cruzada do tempo que foi tesoureiro em Pitangui”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784.

⁷⁶⁰ MARTINS, Tarcísio José. *MOEMA – As Origens do Povoado do Doce*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais; Moema: Prefeitura Municipal de Moema, 2012. p. 119.

⁷⁶¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Vaz da Cunha, 1783. Entre os bens classificados no banco de dados como “Indumentária”.

⁷⁶² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784.

partir das últimas três décadas do século XVIII. Em muitas reuniões, elas poderiam substituir as mesas de cavalete, quando o número de convidados permitia. Como vimos, o padre Carneiro Leão, além de administrar um empreendimento de transporte de mercadorias, foi um dos líderes do grupo de ao menos trinta “homens bons”, “leal vassalos de El-Rei”, que se contrapunham à facção liderada pelo padre Côrrea, no episódio conhecido como a Inconfidência de Sabará de 1775. É bem provável que a rede clientelar de Carneiro Leão frequentasse sua residência, participando de jantares e banquetes, ao redor de sua grande mesa de jacarandá, com “seis cadeiras de encosto de jacarandá com assentos do mesmo pau”. No mesmo cômodo, que possivelmente especializou-se em uma “sala de jantar” (novidade nas casas mineiras setecentistas), o padre também poderia exibir seu “armário de pôr louça”, com “um bule da Índia, cinco pires com seus pratos do Porto, duas tigelas com suas tampas da fábrica e seis pratos da mesma louça”, além de “uma tigela de vidro”.⁷⁶³

O português José Pereyra de Castro, natural da freguesia de Santa Marinha de Gontinhães, termo da Vila Praça de Caminha, Arcebispado de Braga, no ano de 1792, também era morador da vila de Sabará.⁷⁶⁴ Em sua “morada de casas térreas cobertas de telhas com seu quintal”, situadas no “Largo da Igreja Grande desta Vila”, encontrava-se uma elaborada “mesa de jacarandá com pés torneados sem gaveta”.⁷⁶⁵ Trata-se do exemplar mais requintado descrito em nossa amostra de inventários.

No último terço do século XVIII, esse tipo de bem deixou de ser encontrado exclusivamente em casas de uma elite branca, em grande parte oriunda de Portugal, e começou a se disseminar entre outros grupos sociais, principalmente, em meios urbanos. A exemplo de uma “*mesa de jacarandá preto* com duas gavetas” que no ano de 1774 foi descrita em Sabará, em “uma morada de casas citas na Rua São Pedro, coberta de telha” (150\$000 réis), tudo propriedade de Jacob Lopes de Brito, “preto forro”, de nação Courana.⁷⁶⁶ Sua esposa, Ana Maria Lopes de Brito⁷⁶⁷, “preta forra”, de

⁷⁶³ Entre os bens classificados com “utensílios domésticos”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784.

⁷⁶⁴ Sobre a referida vila, e sua corrente migratória com destino ao Brasil, e especificamente para Minas Gerais, ver: REGO, Maria Aurora Botão Pereira do. *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924)*. Demografia, Sociedade e Família. Braga: Universidade do Minho, 2012. (Tese de Doutorado em História), p. 204.

⁷⁶⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Jose Pereyra de Castro, 1792.

⁷⁶⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Jacob Lopes de Brito, 1774.

nação Mina, faleceu 15 anos antes, em 1759, deixando sete filhos do casal sob sua tutela.⁷⁶⁸ O ex-escravizado Jacob Brito buscou ascender socialmente ligando-se a distintos círculos de sociabilidade, assim como diversos “crioulos e pardos” que “não se afastavam da Irmandade do Rosário, mas integravam outras irmandades em suas filiações”.⁷⁶⁹ Em seu testamento ele declarou pertencer à Irmandade do Rosário e à confraria de “São Francisco desta vila”, de quem era “indigno irmão”, desejando que ambas acompanhassem seu corpo à sepultura.⁷⁷⁰ Segundo Solange da Silva, “vê-se que Jacob já estava inserido em uma irmandade que aceitava um grande número de pardos”, e seus filhos “crioulos”, como herança, poderiam recorrer à “uma rede de sociabilidades e, possivelmente, de solidariedade” reforçada “na participação cotidiana em ambas as irmandades”.⁷⁷¹

De fato, ao menos três dos filhos do casal de forros subiram alguns degraus na escala social. Em 1774, dois deles sabiam ler e escrever. É o que atestam suas assinaturas em vários documentos do inventário do pai.⁷⁷² Um deles, Baltazar Lopes de Brito, foi nomeado tutor dos irmãos menores, e entre os anos de 1786 a 1787 prestou serviços para a Câmara de Sabará, quando “por ordem do procurador atual deste senado comprou todos os preparos para o fogo das festas reais que passarão”.⁷⁷³ Outro irmão, João Lopes de Brito, em 1796, era oficial de sapateiro, e assinou como testemunha no inventário do pardo Roque Moreira dos Santos.⁷⁷⁴ Uma das filhas do casal, Maria Lopes, estava com 16 anos quando da morte de sua mãe no ano de 1759. Após o falecimento dessa, em estratégia matrimonial ascendente, Jacob Brito, seu pai, a casou com o pedreiro Antônio Machado Penha. Para isso, “investiu” uma quantia superior a 56\$425 réis, pois quando veio a falecer, o juiz de órfãos emitiu um “mandado de prisão por não comparecimento do marido da herdeira Maria, que deveria declarar o *dote*”. Posteriormente, o pedreiro foi a juízo dizer que não queria entrar na divisão da herança,

⁷⁶⁷ No banco de dados seu nome consta como Anna Maria Lopes de Britto, esposa de Jacó Lopes de Brito. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Anna Maria Lopes de Britto, 1760.

⁷⁶⁸ SILVA, Solange Maria da. *Op. Cit.* (2011), p. 99.

⁷⁶⁹ *Idem*, p. 107.

⁷⁷⁰ *Idem, ibidem*.

⁷⁷¹ *Idem, ibidem*.

⁷⁷² *Idem*, p. 99.

⁷⁷³ APM, CMS (1786-1787), Cód. 80. *Apud.* MIRANDA, Daniela. *Músicos de Sabará: a prática musical religiosa a serviço da Câmara (1749-1822)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado em História), p. 68, nota 130.

⁷⁷⁴ SILVA, Solange Maria da. *Op. Cit.* (2011), p. 100, e nota 139.

fazendo-se assim nova partilha.⁷⁷⁵ No meio termo entre a morte da mãe e do pai de Maria Lopes, seu marido, junto ao mestre de obras Antônio Moreira Gomes, o pedreiro João Paulo e o mestre carpinteiro Antônio Ferreira de Brito, foram contratados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos para a edificação de uma grande igreja em Sabará. A obra, que começou no ano de 1767, se estendeu até 1780, quando foi interrompida por falta de recursos, e que viria a se tornar a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Sabará, inacabada até nossos dias.⁷⁷⁶

Todos os familiares de Jacob Lopes de Brito, bem como alguns “irmãos” da Irmandade do Rosário e da confraria de São Francisco, certamente frequentaram sua casa, na Rua de São Pedro, próxima à igreja inacabada do Rosário. Eles seriam recebidos, talvez para algum jantar, em sua “mesa de jacarandá preto com duas gavetas” rodeada por “dois bancos pequenos” e “dois tamboretas”. Em uma dessas cerimônias, de cunho mais íntimo, e diferente das festas de rua, o forro Jacob Brito possivelmente tenha acertado o dote e o casamento de sua filha, Maria, com o pedreiro Antônio Penha, que vinha construindo a grande igreja da irmandade da qual era filiado.

Quanto aos formatos das mesas avaliadas nos inventários da comarca do Rio das Velhas, a quase totalidade delas era retangular. As exceções foram seis mesas descritas como redondas, e uma “com suas abas”. De acordo com Tilde Canti, as “mesas de aba e cancela” foram introduzidas pelos flamengos na Inglaterra, na segunda metade do século XVII, chegando mais tarde em Portugal, e passaram a ser de uso constante, acima de tudo, no Norte, “onde [era] conhecia por *mesa holandesa* ou de *caráter flamengo*”.⁷⁷⁷ Essas mesas eram utilizadas especificamente para refeições, com abas de abrir e fechar aumentando o tampo, o qual poderia ser *redondo*, oval, oitavado e até de doze lados.⁷⁷⁸ Em geral, tais mesas eram pequenas e médias, poucas alcançavam o tamanho da que se pode encontrar no Museu da Inconfidência em Ouro Preto, proveniente da Arquidiocese de Mariana: com doze pernas, sendo oito de cancelas.⁷⁷⁹ Carlos Franco esclarece que nos inventários lisboetas, “associado a esta tipologia de

⁷⁷⁵ Na ficha de partilhar do inventário. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Jacob Lopes de Brito, 1774.

⁷⁷⁶ MUNAIER, Luiz Henrique de Lucca. *Patrimônio cultural e a memória: uma visão dos moradores de Sabará – MG*. Belo Horizonte: UFMG, 2015. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), p. 61.

⁷⁷⁷ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 139.

⁷⁷⁸ *Idem, ibidem.*

⁷⁷⁹ *Idem*, p. 139; para fotografia e análise da mesa de abas do Museu da Inconfidência ver, p. 145.

mesa surge com frequência a informação de que ‘serve para mesa de jantar’ o que parece vir corroborar a tese defendida por Nogueira de Brito de que são estas ‘as mesas empregadas nas casas de jantar’.⁷⁸⁰ O autor acrescenta que elas eram “mesas que pela sua elasticidade se adaptavam às casas que ainda não tinham conseguido definir o espaço da ‘sala de jantar’, mas já começavam a sentir necessidade de receber, condignamente, os seus convidados”.⁷⁸¹

Nenhuma das mesas redondas, ou de aba, presentes nos inventários do termo de Sabará, eram da mesma qualidade daquela “mesa de jacarandá redonda de duas abas” que em 1789 pertenceu ao padre inconfidente, José da Silva Rolim, morador do arraial do Tejuco (Diamantina).⁷⁸² Nem como as “duas mesas de cabiúna de dobradiças, e engonços”, propriedade do também inconfidente, vigário Carlos Correia de Toledo, morador da vila de São José del-Rei (Tiradentes).⁷⁸³ Todavia, no Museu do Ouro, em Sabará, encontra-se um exemplar de “mesa de aba e cancela”, em jacarandá, com “torcidos, torneados, bolachas e frisos” (Figura 28), originária da supracitada fazenda Jaguara (Figura 11), localizada na antiga comarca do Rio das Velhas.⁷⁸⁴ Segundo o próprio governador, em 1798, essa propriedade era “uma das maiores possessões, se não a principal delas, na Capitania de Minas Gerais”.⁷⁸⁵ Nesse período, a Jaguara era administrada pelo coronel Francisco de Abreu Guimarães. Quando, no ano de 1780, ele solicitou o hábito da Ordem de Cristo, foi qualificado como “homem de considerável respeito”, que “sempre se tratou com *distinção e gravidade*”, “reputado entre os homens bons”, “tendo muitos engenhos e lavras em que tem muita escravatura”.⁷⁸⁶ Segundo relato colhido pelo cônego Raimundo da Trindade, na fazenda ocorriam diversos “jantares, bailes e divertimentos”.⁷⁸⁷

⁷⁸⁰ BRITO, Nogueira. *O Nosso Mobiliário*. In: *Enciclopédia pela Imagem*. Porto: Livraria Lello, [s.d.], p. 33. *Apud*: FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 123.

⁷⁸¹ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 123.

⁷⁸² AUTOS de devassa da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982, v. 6, p. 118. *Apud*: OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 119.

⁷⁸³ AUTOS de devassa da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982, v. 6, p. 70. *Apud*: OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 119.

⁷⁸⁴ Ver ficha descritiva em: <http://museudoouro.acervos.museus.gov.br/acervo/mesa-de-aba-e-cancela/> (acesso: maio de 2019).

⁷⁸⁵ FRANCO, Renato. *Op. Cit.* (2017), p. 251.

⁷⁸⁶ *Idem*, p. 250.

⁷⁸⁷ TRINDADE, Raimundo Otávio da. Notícia sobre o vínculo do Jaguara contada pelo Padre João de Santo Antônio. In: TRINDADE, Raimundo Otávio da. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*, Rio de Janeiro: SPHAN, 1945, p. 135-138. *Apud*: FRANCO, Renato. *Op. Cit.* (2017), p. 255.

A mesa de abas da Jaguara possibilitava ao coronel Abreu Guimarães receber alguns convidados na sede da grande posse que administrava com “modernidade” para os padrões coloniais. Tal peça poderia ter sido produzida em Minas, depois da compra da fazenda, no ano de 1767, ou talvez seja um móvel adquirido por Antônio de Abreu Guimarães, tio de Francisco, e proprietário da Jaguara, nas várias viagens que empreendeu à Lisboa antes de 1760, quando se estabeleceu definitivamente na capital do Reino. Ele, assim como o sobrinho, era natural do Norte de Portugal, onde essas mesas foram de uso frequente entre a aristocracia.⁷⁸⁸

Figura 28 - Mesa de aba e cancela que pertenceu à fazenda Jaguara – século XVIII (Museu do Ouro – Sabará)



Fonte: Museu do Ouro – Sabará. Foto do autor: maio de 2019.

Segundo Canti, esse tipo de móvel apareceu em Minas Gerais, São Paulo e Goiás, “às vezes com cem anos de atraso” em relação à sua origem seiscentista, datando, em geral, da segunda metade do século XVIII.⁷⁸⁹ Eles ainda podem ser

⁷⁸⁸ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 139.

⁷⁸⁹ *Idem, ibidem.*

encontrados em acervos de Minas, como no Museu Regional de São João del-Rei e no Museu da Inconfidência de Ouro Preto.⁷⁹⁰ São peças que testemunham como as elites mineiras, em meados do Setecentos, também “começavam a sentir necessidade de receber, condignamente, os seus convidados”.⁷⁹¹

Em 1782, no “Sítio Olhos d'Água”, situado na freguesia e termo de Sabará, havia uma mesa semelhante à “mesa grande redonda de madeira branca, com dobradiças nas voltas”,⁷⁹² que existiu na casa do padre Toledo, na vila de São José (Tiradentes). Tratava-se de uma “mesa lisa de pau branco sem gavetas *com suas abas*”, um dos móveis do espólio do grande agropecuarista Antônio Duarte Cauzinhos, morador de um “sítio que se compõe de *casa de vivenda assoalhada*, paióis, senzalas, moinhos, engenho de pilões e cana movidos à água e outro de cana movido a boi, tanque, coches e mais pertences, tudo coberto de telha” (1:800\$000 réis).⁷⁹³

No arraial Velho da Vila de Sabará, encontrava-se “uma *mesa de pau branco redonda* com pés torneados”, sem abas, mas de forma e material semelhante ao das mesas do padre Toledo e de Antônio Cauzinhos. Em 1786, esse móvel encontrava-se na “morada de casas térreas cobertas de telha com seu quintal”, “árvores de espinho” e “bananal com sua aguada”, tudo propriedade de Antônio Ferreira de Carvalho e de sua mulher, Rita Ferreira do Lago, “crioula forra”.⁷⁹⁴ É mais um exemplo que descreve como móveis inspirados em um padrão superior, signo de distinção, poderiam existir entre os bens de pessoas oriundas de grupos sociais “desqualificados”, porém, participantes de vivências e círculos urbanos. No entanto, a mesa redonda de pés torneados que pertenceu à família da crioula forra Rita do Lago, mesmo que tivesse uma forma elegante, era confeccionada em material barato: o “pau branco”. Certamente se tratava de uma peça produzida na região, exemplar daquelas que Tilde Canti designou como móveis tipicamente brasileiros.⁷⁹⁵

⁷⁹⁰ OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 119.

⁷⁹¹ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 123.

⁷⁹² AUTOS de devassa da Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982, v. 6, p. 118. *Apud*: OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 346.

⁷⁹³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Duarte Cauzinhos, 1782.

⁷⁹⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Ferreira de Carvalho, 1786.

⁷⁹⁵ CANTI, Tilde. *O móvel no Brasil: origens, evolução e características*. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980, p. 255. *Apud*. OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 167.

5.3 – O “Bufete”: uma mesa de aparato, serviço e apoio

Na definição de Moraes Silva, o “bufete” ou “bofete”, era um “aparador”, uma “mesa que se junta à outra para acrescentar”, ou “mesa em geral”.⁷⁹⁶ Se no começo do século XVIII Bluteau definia “aparador” como “a mesa, ou a casa, em que está o aparato dos pratos, e vasos, de que usa *a nobreza*”⁷⁹⁷, no final da centúria, em um tempo em que os rituais modernos de comensalidade se divulgavam entre outros grupos sociais, Moraes Silva vai defini-lo como “uma mesa das casas de jantar, onde se põe pratos, e copos etc., para serviço *das pessoas*”.⁷⁹⁸ Segundo Tilde Canti, “durante a primeira metade do séc. XVIII, continua a ser empregado, no Brasil, o termo *bofete* para designar as mesas que não eram destinadas às refeições e tinham função de aparador”.⁷⁹⁹ A autora também afirma que bufetes mais simples poderiam ser utilizados no apoio do serviço de cozinha.⁸⁰⁰ De acordo com Maria Helena Flexor, as peças pequenas desse tipo de móvel serviram como pé de oratório.⁸⁰¹ Entre os bufetes que subsistem, integrando o chamado mobiliário artístico, Flexor afirma que “o modelo mais comum apresentava a caixa e o tampo lisos, com molduras de gomos, e os pés e as travessas torneados ou retorcidos, ou ambos. Possuíam de uma a quatro gavetas de lado”.⁸⁰² A autora também destaca que nos museus, de uma forma geral, os bufetes são erroneamente nomeados como mesas.⁸⁰³

O bufete apareceu em 57 heranças do termo de Sabará, integrando o grupo dos móveis que classificamos como “mais comuns”, no subgrupo dos “muito frequentes” (Gráfico 22). Esse móvel esteve presente nos inventários durante todo nosso recorte temporal. De fato, como salientaram os estudiosos do mobiliário artístico nacional, muitos bufetes eram peças de aparato, confeccionados em madeiras caras, como atestaram quinze heranças com peças em “jacarandá”, três com peças em “vinhático” e uma com peça de “pau preto”. Em três desses inventários foram descritos móveis

⁷⁹⁶ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.1, p. 305.

⁷⁹⁷ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.1, p. 417.

⁷⁹⁸ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.1, p. 148.

⁷⁹⁹ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), 237.

⁸⁰⁰ *Idem*, p. 37.

⁸⁰¹ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 115.

⁸⁰² *Idem, ibidem.*

⁸⁰³ *Idem, ibidem.*

“torneados”, dois outros com “molduras”, e um com “guarnições”. Em 1742, o grande comerciante Matias de Crasto Porto, além de “um bufete de pau branco”, possuía também duas peças mais elaborados: “um bufete de *jacarandá* com *pés torneados*” e “um bufete de *pau vinhático* com *gavetas*”. Este último talvez fosse utilizado como mesa de escritório, acompanhado de uma “papeleira inglesa” em um cômodo especializado de seu sobrado, no arraial de Roça Grande. Essa composição não seria muito diferente da reconstituição do escritório da antiga casa do Intendente de Sabará (Museu do Ouro) (Figura 23). Sabe-se que tais móveis eram utilizados como peças de apoio e para escrita em ambientes de trabalho das elites coloniais. Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos, Conde de Assumar e terceiro governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro (1717 – 1720), nos dá essa informação em seu relato sobre “a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720”. Quando as lideranças do movimento invadiram seu palácio na vila do Carmo (Mariana): “um dos mascarados se pôs na janela, e arremedando ao ouvidor, diz[endo] em vós alta: ‘quereis que vos faça justiça?’ Lia então alguns despachos, que estavam nos autos e papéis que acharam sobre um *bofete* [...]”.⁸⁰⁴

Móveis mais simples, os “bufetes de pau branco”, apareceram em 8 inventários. Nos demais, a madeira não foi mencionada. Quanto ao número de gavetas, em 16 documentos foram descritas peças com duas gavetas, predominando esse modelo. No que se refere aos tamanhos, os bufetes seriam comparados a mesas pequenas, inferiores às mesas grandes que tinham em média c. 177 cm de comprimento. Em duas descrições constaram as medidas: “um bufete de tábuas de vinhático de pés lisos e duas gavetas e fechaduras com cinco palmos e meio [c.121 cm] de comprimento por quatro de largura [c. 88 cm]” e outro “bufete de pau branco com duas gavetas e fechaduras com cinco palmos de comprimento [c.121 cm]”.⁸⁰⁵

Além de servir de apoio em escritórios, cozinhas, e como móvel de aparato em salas, os bufetes também poderiam ser utilizados, esporadicamente, como “mesa de refeição”. O inventário do capitão Manoel das Neves Ribeiro, realizado em 1744, nos dá

⁸⁰⁴ ASSUMAR, Conde de. *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas: Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 88.

⁸⁰⁵ As duas peças foram descritas no mesmo inventário: BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Tavares Pereira, 1749.

esse indício. Nele constava “um bufete redondo de dobradiças e sem gavetas”. O capitão foi detentor da segunda maior fortuna registrada nos inventários, integrando o seleto grupo dos 2% mais ricos do termo de Sabará no século XVIII.⁸⁰⁶ Seu móvel seria semelhante às supracitadas “mesas de aba e cancela”, utilizadas, especificamente, como móveis de refeição. Manoel das Neves Ribeiro era natural do bispado do Porto, no Norte de Portugal. Segundo Canti, esse tipo de móvel era mais comum nessa região do que em outras partes do Reino.⁸⁰⁷ Isso se dava, sobretudo, devido à forte presença inglesa no Porto. De acordo com a autora, os ingleses foram os principais divulgadores do uso das mesas de aba e cancela em Portugal. Uma peça como essa, raríssima, aparecerá depois na fazenda Jaguará (Figura 28).⁸⁰⁸ A posse era administrada pelo coronel Francisco de Abreu Guimarães, também um lusitano nortista.

5.4 – Bancas, Estrados e Oratórios: especialização dos “móveis ligeiros” e continuidade de um “repertório feminino”

A “banca” apareceu em 37 heranças, e foi classificada como um móvel “pouco frequente”, integrando o grupo dos “excepcionais” (Gráfico 24). Bluteau a definia no começo do século XVIII como “um bufete, sobre o qual o letrado tem livros, em que estuda”.⁸⁰⁹ Já no fim da centúria, Moraes Silva a definirá como “uma espécie de mesa, tosca, e lavrada com pouca curiosidade”.⁸¹⁰ De fato, a definição de Moraes Silva encontra-se mais de acordo com os móveis descritos no termo de Sabará. Em oito inventários constaram bancas confeccionadas em madeira barata: o “pau branco”. No ano de 1738, Ana Barbosa, possuía um móvel descrito como “banca tosca”.⁸¹¹ Em 1780, no espólio de Joana Bernarda da Silva, foram avaliadas “duas bancas ordinárias”.⁸¹² Poucas dessas peças seriam confeccionadas em madeiras de qualidade: em 1745

⁸⁰⁶ Seu monte mor foi avaliado em 67:330\$127 réis. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel das Neves Ribeiro, 1745.

⁸⁰⁷ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 139.

⁸⁰⁸ Ver ficha descritiva em: <http://museudoouro.acervos.museus.gov.br/acervo/mesa-de-aba-e-cancela/> (acesso: maio de 2019).

⁸⁰⁹ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.2, p. 27.

⁸¹⁰ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.1, p. 257.

⁸¹¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Barbosa, 1738.

⁸¹² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joana Bernarda da Silva, 1780.

constou “uma banca de jacarandá”⁸¹³, e, em 1783, “uma banca grande de vinhático”⁸¹⁴. Diferentes dessas, somente uma “banca de pau pintada”.⁸¹⁵

Segundo Maria Helena Fexor, a “banca” era “uma mesa de *dimensões pequenas*, em geral com apenas três lados decorados, sendo o quarto encostado à parede, ou totalmente decorada e colocada no meio da sala”⁸¹⁶. Corresponhia ao “móvel que, atualmente, alguns estudiosos chamam de mesa de encostar”.⁸¹⁷ Com efeito, quando os tamanhos foram descritos, prevaleceram as bancas pequenas (6 inventários), seguidas pelas “banquinhas” (3), e em somente duas heranças constaram as grandes. No inventário de Thomas de Moura os avaliadores foram minuciosos na definição: descreveram-na como uma “*mesa muito pequenina* que seu verdadeiro nome é *banca*”.⁸¹⁸

Nuno Madureira afirmou que esses “móveis de suporte” formavam o núcleo mais homogêneo, mas também o mais ambíguo das residências lisboetas: “por todo lado, de um canto ao outro da casa, bancas e bancas e bancas”.⁸¹⁹ Mas “quando queremos saber para que servem, ou o que distingue este daquele modelo, escapasse-nos o significado real [...]”.⁸²⁰ O autor identificou, na segunda metade do século XVIII, que os primeiros modelos que não eram indiferenciados, e exibiam contornos próprios, socialmente reconhecíveis, foram os dos *móveis ligeiros de apoio*.⁸²¹ Todas essas bancas especializadas seriam de “tamanho reduzido, que oscila entre os 50 e os 80 cm de comprimento”.⁸²²

Segundo Carlos Franco, nas casas da elite de Lisboa desse período, multiplicavam-se as “bancas de jogo”. Esse móvel enunciava uma das principais facetas sociais do século XVIII português: o “vício transversal” do jogo de cartas.⁸²³ Citando a Marquesa de Alorna, o autor esclarece que:

⁸¹³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joana Pereira, 1745.

⁸¹⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Francisco Moreira, 1783.

⁸¹⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joanna Clara da Fonseca, 1764.

⁸¹⁶ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 116.

⁸¹⁷ *Idem, ibidem.*

⁸¹⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Thomas de Moura. 1785.

⁸¹⁹ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 194.

⁸²⁰ *Idem, ibidem.*

⁸²¹ *Idem*, p. 195.

⁸²² *Idem, ibidem.*

⁸²³ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 121.

Apesar de ser “à tarde é que os lisonjeiros, os elegantes, os *ociosos*, bem brunidos, bem contentes de si, passam de uma casa a outra, ora a felicitar uma senhora do dia dos seus anos, outra do seu feliz parto, aquela de um despacho, esta outra de um casamento” será depois, no fim do jantar e logo depois do café “conforme costume do país” que algumas pessoas se põem a *jogar às cartas*.⁸²⁴

No que se refere aos tampos das bancas de jogo, Franco encontrou os de taboas redondas, os de “meia laranja” (semicircular), os quadrados, os sextavados e os oitavados, e concluiu que essas formas eram elucidativas quanto ao número de jogadores de cartas.⁸²⁵ Um móvel como esses podia ser encontrado na comarca do Rio das Velhas, na casa do português⁸²⁶ Baltazar Caetano de Andrade. Em 1784, ele era domiciliado na rua Nova do Hospício da vila de Sabará, em “uma casa de meio sobrado”,⁸²⁷ onde com “uma banca *oitavada* de um só pé”, rodeada por “quatro tamboretos lisos” e “quatro tamboretos quebrados”, poderia receber até oito convidados, para o jogo de cartas. Certamente outros inventariados, com bancas e mesas em diversos formatos, também praticavam esse “vício transversal” da cultura lusitana – o jogo de cartas.

Outra peça especializada que apareceu na capital do Reino, na segunda metade do Setecentos, foi a “banca de chá”. Como veremos em momento oportuno, o hábito de se tomar chá, mesmo que pouco expressivo, parece ter se disseminado também na Capitania de Minas Gerais durante a segunda metade do século XVIII. É possível que alguns desses “móveis ligeiros” que se multiplicam na comarca durante esse período, também fossem utilizados à maneira de “bancas de chá”. A exemplo de “uma mesa que *serve de banca*” encontrada na casa do português⁸²⁸ Mannel da Costa Pontes, morador do termo de Sabará. Em 1777, além do referido móvel, o inventariado possuía um “bule de estanho”, entre outros utensílios domésticos, indicando o possível hábito de tomar chá.⁸²⁹

⁸²⁴ ALORNA, Marquesa de. *Inéditos – Cartas e outros Escritos*. Seleção, prefácio e notas de Hernâni Cidade. Lisboa: Sá da Costa, 1941, p. 82. *Apud*. FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 121.

⁸²⁵ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 122.

⁸²⁶ Natural da freguesia de Passos de Brandão, Comarca de Feira, bispado do Porto.

⁸²⁷ Continua: “com quintal e coberta de telha, parte com Sebastião Rodrigues Lima e com Eufemia de tal em Sabará” (320\$000 réis). BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Baltazar Caetano de Andrade, 1786.

⁸²⁸ Natural de Braga.

⁸²⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Mannel da Costa Pontes, 1788.

Acerca das funções sociais das duas variantes desse móvel – a banca de jogos e a banca de chá –, Nuno Luís Madureira considerou que elas eram demarcadoras privilegiados das mudanças nas domesticidades modernas. Em suas palavras:

A análise de equipamentos tão específicos vem confirmar a ideia [...] de que nos finais do antigo regime se assiste à transferência para a “sociedade civil” de espaços de reunião e encontro, normas de conduta, e práticas de lazer até então monopolizadas pela “sociedade de corte. Essa tendência teve como corolário um enfatizar das relações pessoais em recintos fechados, um maior controle recíproco sobre a comunidade de indivíduos e um deslocamento da noção de privacidade. A casa abre-se ao convívio, transforma-se num espaço social com regras formais e dispositivos próprios. Nas camadas mais baixas, as atividades deixam de ser exclusivas da rua para refluírem em direção à intimidade.⁸³⁰

Outra peça que veio materializar o surgimento das noções de privacidade e intimidade foi a “banca de cabeceira”. Carlos Franco avalia que, “à semelhança da cama”, esse móvel vem a se desenvolver junto ao conceito de “quarto de dormir” atribuído a uma única pessoa.⁸³¹ No termo de Sabará, em 1796, cumprindo função semelhante, registrou-se uma “banca pequena *no quarto de varanda*” da fazenda de Antônio Vieira da Costa.⁸³² Configurações semelhantes também poderiam ser encontradas nas duas maiores e mais luxuosas estalagens da capital da comarca. Em 1780, no estabelecimento de Ana da Costa, um sobrado “ao pé da ponte desta Vila Real de Sabará”,⁸³³ encontravam-se “dezesseis mesas de pau branco com suas gavetas”. Certamente muitas delas dispostas nos diversos quartos da hospedaria. De mesmo modo, no sobrado do português João Martins Alves,⁸³⁴ que servia de “estalagem”, foram descritas “oito mesas sem gavetas lisas entre grandes e pequenas *que se deram nos quartos do sobrado*”.⁸³⁵

Carlos Franco afirma que as peças maiores, as bancas grandes, “encontrar-se-iam mais arredadas do salão, estando, hipoteticamente, mais próximas das zonas de serviço com a ‘despensa’, a cozinha ou a ‘casa da copa’”.⁸³⁶ Corroborando sua proposição, o autor cita uma banca de “onze palmos de comprimento” que se

⁸³⁰ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 196.

⁸³¹ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 121.

⁸³² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

⁸³³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana da Costa, 1780.

⁸³⁴ Natural da “freguesia de São Pedro de Roriz, Pov. Do Conselho de Santo Thyso, Porto, Portugal, Arcebispado de Braga”.

⁸³⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

⁸³⁶ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 118.

encontrava na cozinha da casa do 6º Conde da Ribeira. Ele afirma que, em média, essas bancas tinham de 8 a 9 palmos de comprimento (c. 176 cm a c.198 cm), por 4,5 de largura (c. 99 cm).⁸³⁷ Dimensões que se equiparavam às mesas descritas como grandes no termo de Sabará. Entretanto, deve-se atentar para o fato de que Franco trabalhou com casas de elite da capital do império, nas quais as cozinhas tinham razoáveis dimensões, e, em algumas delas, se cozinhava diariamente para dezenas de convidados. Orlanda Vilaça, em seu estudo sobre o Norte de Portugal, também identificou um inventário, do ano de 1785, que continha uma “banca de cozinha”, sem precisar seu comprimento.⁸³⁸ Nas casas da Capitania de Minas Gerais, talvez o número de comensais, em comparação às lisboetas, seria mais reduzido, e essas peças não seriam tão grandes. De todo modo, no termo de Sabará, foram inventariadas duas “bancas grandes” que poderiam servir para esse fim. Esses móveis delimitavam um ambiente de trabalho estritamente ligado ao mundo da reclusão feminina, tanto de escravizadas, quanto de senhoras livres, mesmo em diminutas cozinhas com bancas pequenas.

As denominadas “bancas de estrado” igualmente materializavam o universo feminino, porém, delimitando outra zona da casa. De acordo com Carlos Franco, esse era um “móvel de pequena dimensão, com cerca de três palmos de comprimento [c. 66 cm], tinha geralmente uma pequena gaveta e era, pelo tamanho, muitas vezes apelidado de ‘banquinha de estrado’”.⁸³⁹ O autor encontrou um número relativamente elevado dessas peças nos inventários de Lisboa, o que o levou a concluir que em Portugal o estrado ainda era um espaço ocupado por muitas mulheres.⁸⁴⁰

Para João Filipe da Silva Nascimento, na Península Ibérica, os “árabes deixaram enraizados certos costumes como, por exemplo, o do *estrado* que passou a ser colocado nos cantos dos aposentos, junto das paredes revestidas de couro até certa altura”.⁸⁴¹ O autor acrescenta que era sobre o estrado que as mulheres trabalhavam durante o dia, “e à noite armavam ali a cama”.⁸⁴² Algumas reconstituições desses ambientes podem ser encontradas nos museus de Portugal. No velho Palácio dos Viscondes de Azurara, às

⁸³⁷ *Idem*, p. 119.

⁸³⁸ VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Op. Cit.* (2012), p. 260.

⁸³⁹ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 120.

⁸⁴⁰ *Idem, ibidem*.

⁸⁴¹ NASCIMENTO, João Filipe da Silva. *Leitos e camilhas portuguesas*. Lisboa: Ed. Autor, 1950, p. 27. *Apud*. FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 100.

⁸⁴² *Idem, ibidem*.

Portas do Sol, em Lisboa, sede do Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas, a “Sala das Miniaturas” nos dá um modelo desse espaço. Ao canto do cômodo existe um estrado coberto com “tapete de arraiolos”, produção portuguesa setecentista. Sobre ele observa-se uma pequena banca ou “mesa de estrado”, datada de meados do século XVIII (Figura 29). A exposição também conta com

[...] um conjunto de peças destinadas a serem utilizadas nos estrados que fora de uso corrente durante séculos nos países de irradiação islâmica. *Predominantemente femininos*, eram utilizados para diversas tarefas como bordar, ler ou conversar e normalmente colocados ao centrou ou, de preferência, no canto de uma sala, cobertos por um tapete como o que aqui se reconstitui. Os *móveis de estrado* possuíam, portanto, altura apropriada à posição de quem os utilizava (sentavam-se em almofadas de pernas cruzadas), e encontravam-se quase sempre dotados de uma gaveta para guardar utensílios de costura, livros, entre outros objetos.⁸⁴³

Figura 29 – Reconstituição de Estrados com Móveis do Século XVIII (Palácio dos Azuarara, Lisboa – Palácio dos Biscainhos, Braga)



Detalhe: “banca de estrado” sobre “tapete de arraiolos” acompanhada de duas almofadas (Palácio Azuarara).



Detalhe: “bufetinho de estrado” sobre tapete e estrado. (Palácio dos Biscainhos)

Fonte: Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas, Lisboa, fotos do autor (fevereiro de 2018); Museu Casa dos Biscainhos - Braga, foto do autor (julho de 2018).

Já no Minho, em Braga, no Museu Casa dos Biscainhos, a reconstituição foi alocada na “Sala do Estrado ou do Lavador”, com estrado e tapete no centro do cômodo.

⁸⁴³ MUSEU-ESCOLA DE ARTES DECORATIVAS PORTUGUESAS. Fundação Ricardo do Espírito Santo. Guia de Exposição da Sala das Miniaturas, 2018. (Itálicos do Autor).

Sobre eles, dispõe-se, além de diversos objetos, um pequeno “bufete de estrado” (Figura 29). O painel da exposição apresenta o tema:

Desde os tempos ancestrais que se manteve o hábito da dama portuguesa se sentar no chão ou em estrados, de pernas cruzadas, à maneira oriental. Nas casas solarengas existiam salas em que se inseriam estrados, onde, a senhora e todo o grupo feminino, filhas, familiares, criadas e escravas, passavam o dia sentadas de pernas cruzadas, costurando, fiando, bordando e conversando sobre ricos tapetes orientais, provenientes da Pérsia, Turquia ou Índia, ou das cidades hispano-mouriscas da Alcaraz e Cuenca, rodeavam-se de belas e requintadas peças de aparato. Bufetes, contadores e escritórios, designados *de estrado*, cuja dimensão se adaptava à posição da mulher sentada, são reveladores desta vivência secular. Em toda ambiência da sala, ressalta o contato de Portugal com o Oriente [...].⁸⁴⁴

Figura 30 – Estrado em Aquarela de Debret – 1827



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Apud. BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. *Op. Cite*, (2013), p. 182.

⁸⁴⁴ MUSEU DOS BISCAINHOS. Guia de Exposição da “Sala do Estrado ou do Lavador”. Concepção e Texto, TAE, 2013. (Itálicos do Autor).

Os estrados, portanto, remontam à um “repertório feminino”, de objetos e espaços, de longa duração no Ocidente, originando-se da sobreposição das culturas ibérica e islâmica,⁸⁴⁵ (que na América Portuguesa também se cruzariam com tradições nativas semelhantes).⁸⁴⁶ Fernand Braudel traz o exemplo da corte espanhola de Carlos V (1518 – 1556), em que se justapunham os “comportamentos da vida de todos os dias” que dividiam o mundo na prevalência das posições sentada ou agachada.⁸⁴⁷ Segundo o autor, nas salas de recepção desse monarca, “reservava-se às mulheres um *estrado* com *almofadas e móveis baixos*”.⁸⁴⁸ No Brasil, de modo semelhante, existem relatos sobre o uso de estrados desde o século XVI até o século XIX.⁸⁴⁹ Saint-Hilaire em 1820 descreveu a casa de um dono de estância no Rio Grande do Sul, com “sala, muito limpa”, sem janelas, e “apenas mobiliada por duas cadeiras de assento de couro, uma mesa, um catre, cujo fundo é guarnecido de couro, segundo a usança geral, e enfim *um estrado sobre o qual a dona da casa trabalha acocorada e que é formado por tábuas sobre dois paus*”.⁸⁵⁰ Notamos, portanto, que esse costume árabe, de origem medieval, também se disseminou largamente na América Portuguesa, permanecendo nas casas brasileiras até meados do século XIX. Debret, em aquarela de 1827 intitulada “Família pobre recolhendo o produto do trabalho da negra”, apresenta-nos “uma família caída da opulência ao último grau da pobreza”, e o interior de sua casa, no qual se pode observar uma velha mulher sentada “à mourisca” sobre um pobre e pequeno estrado, constituído por três tábuas largas, reconstituindo um espaço e repertório caracteristicamente feminino, largamente difundido no período colonial, variando-se apenas os graus de riqueza (Figura 30). Nos termos do autor:

⁸⁴⁵ BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.* (2005), p. 262.

⁸⁴⁶ Em 1815, o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, referindo-se às habitações da antiga aldeia de São Lourenço, habitada pelos descendentes dos Goitacases, constatou que: "o mobiliário é dos mais simples. 'Esteiras' de caniço colocadas sobre o *estrado de varas fazem as vezes de cama*; vêm-se algumas vezes redes feitas de cordas de algodão entrelaçadas, outrora usadas pela tribu. Esses dois modos de dormir são também adotados pelos portugueses de classe inferior em todo o Brasil.". MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil* (1815-1817). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 38. *Apud.* Arquivo Ernani Silva Bruno. “Equipamentos e Costumes da Casa Brasileira: usos e costumes. Disponível em: <http://ernani.mcb.org.br/ernMain.asp> (acesso, julho de 2019). (Itálicos nossos).

⁸⁴⁷ *Idem*, p. 251.

⁸⁴⁸ *Idem*, p. 263.

⁸⁴⁹ SALVADOR, Frei Vicente do. *Op. Cit.* (1954) p. 298.

⁸⁵⁰ Ano de 1820, nos arredores de Lagoa Mirim, Rio Grande do Sul. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1820-1821). São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia Editora, 1974. p. 86. *Apud.* Arquivo Ernani Silva Bruno. “Equipamentos e Costumes da Casa Brasileira: usos e costumes. Disponível em: <http://ernani.mcb.org.br/ernMain.asp> (acesso, julho de 2019). (Itálicos nossos).

O desenho representa o interior de uma habitação de uma velha viúva, deixada só, com sua filha e uma velha negra. (...) Modelo do mais modesto reduto brasileiro, o interior da casa da pobre viúva compõe-se de duas peças de tamanhos desiguais. A menor; representada ao fundo, servia de cozinha, a julgar pelo seu fogão elevado, hoje arruinado e morto; a maior; única habitada, não tem sobre chão úmido senão um pequeno *estrado* meio pobre, no qual senta a velha mãe, ocupada com a fiação do algodão, último recurso adequado à idade. (...) A rede, suspensa durante o dia, para não obstruir a passagem e rebaixada à noite, torna-se leito comum das duas senhoras da casa. [...] No primeiro plano, a moça, ainda na flor da idade, sentada sobre uma pequena banquetta, emprega seu conhecimento na fabricação da *renda* para compor uma vestimenta [...].⁸⁵¹

Na Capitania de Minas Gerais, como veremos, encontravam-se estrados de grandes dimensões, com mais de dois metros de comprimento por um de largura. Isso significa dizer que em algumas casas existiram amplos cômodos reservados para esses móveis. Muito provavelmente os estrados se encontravam ou nas salas traseiras da residência (como testemunhou Frei Salvador em 1599)⁸⁵², espaços que posteriormente se transformariam em “salas de jantar”; ou nas salas dianteiras (como descreveu Saint-Hilaire, em 1820 e Debret, em 1827), cômodos que conformariam, sobretudo no Oitocentos, as “salas de visitas” ou “de entrada”. O importante é verificar que esses espaços concentravam alguns objetos e ações de um “repertório feminino”, de longa duração, que posteriormente seriam censurados em uma nova ordem doméstica de influência burguesa (como o próprio estrado e o sentar à mourisca – de peras cruzadas).⁸⁵³ Outras ações e objetos desse repertório, à exemplo dos produtos e trabalhos manuais, seriam ressignificados nessa nova ordem.⁸⁵⁴ Vânia Carvalho constatou que entre o final do século XIX, e o começo do século XX, nas casas paulistanas aburguesadas, “à extensa classe de objetos decorativos soma[va]-se um grande número de *rendas*, bordados e trabalhos em linha como crochê e macramê, aplicados a roupas, móveis, pequenos objetos, cortinas, toalhas de mesa”, etc.⁸⁵⁵ Defendemos que os

⁸⁵¹ DEBRET, Jean Baptiste. *Apud.* BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil: obra completa, 1816 – 1831*. Nova edição revista e ampliada. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2013, p. 182.

⁸⁵² SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1590-1627)*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954. p. 298. *Apud.* Arquivo Ernani Silva Bruno. “Equipamentos e Costumes da Casa Brasileira: usos e costumes. Disponível em: <http://ernani.mcb.org.br/ernMain.asp> (acesso, julho de 2019). (Itálicos nossos)

⁸⁵³ Exemplo emblemático desse tipo de censura e das mudanças na domesticidade brasileira no Oitocentos é propagada anedota de que a Marquesa de Santos, famosa amante de D. Pedro I, recebia suas visitas sentada no chão.

⁸⁵⁴ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Op. Cit.* (2008), p. 69.

⁸⁵⁵ *Idem*, p. 74.

“trabalhos de agulha”, inseridos em uma “forte tradição artesanal feminina”⁸⁵⁶, ligavam-se, remotamente, a um espaço especializado das casas coloniais: o estrado (ver Figura 30 e o relato de Debret). De fato, entre os 435 inventários de nossa amostra com alguma “indumentária”, 68 registraram ao menos uma peça com trabalhos de “renda” (15,63%). Como exemplo desses, podemos citar: “três toalhas de bertanha rendadas”; “quatorze camisas de mulher com renda”; “dois lençóis de linho com sua renda pelo meio”; “duas varas de bico de renda”; “uma fronha de almofadinha de linho com renda”.⁸⁵⁷

Mesmo antes da ascensão de uma domesticidade burguesa, no trabalho artesanal feminino, a “relação orgânica entre corpo e objeto”, transformava “a agulha, o tear ou a tesoura de costura” em “meras extensões do próprio braço”.⁸⁵⁸ Ao mesmo tempo, sua disseminação entre os “panos da mulher” e os “panos da morada” garantiam certa “ausência de distinções entre casa e corpo feminino”.⁸⁵⁹ Mesmo que essa realidade constituísse um panorama minoritária, encontrado sobretudo nas casas das elites coloniais (como veremos em Sabará, na casa de dois oficiais da Câmara), há de se destacar aqui o mesmo movimento que Marx descreveu, inspirado em Saint-Simon, e segundo o qual “nenhuma ordem social pode mudar se os lineamentos do novo já não estiverem presentes no estado de coisas existente”.⁸⁶⁰

O “estrado” marcaria presença nos inventários do termo de Sabará. Ele apareceu em 30 heranças, integrando o subgrupo dos móveis que classificamos como “pouco frequentes”, na classe dos “excepcionais” (Gráfico 23). Foram avaliados desde as menores peças, como “um estrado de duas tábuas”⁸⁶¹ (Figura 30); as médias, como “um estrado de pau e seis tábuas”⁸⁶²; até as grandes (Figura 29), como “um estrado de pau branco de 8 palmos de comprimento [c. 176 cm] e 5 de largo [c. 110 cm] já velho”⁸⁶³, e outro “estrado grande com 10 palmos por 5 já usado [c. 222 cm por 110 cm]”⁸⁶⁴.⁸⁶⁵

⁸⁵⁶ *Idem*, p. 75.

⁸⁵⁷ Para uma análise da dimensão material da vida social de grupos intermédios residentes na cidade de São Paulo nesse mesmo período, ver: BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; FELIX, Rogério Ricciluca Matiello. *Ambientes Domésticos e Dinâmicas Sociais em São Paulo Colonial*. Revista de História (São Paulo), São Paulo, n. 175, p. 91 – 132, dez. 2016.

⁸⁵⁸ *Idem*, p. 78.

⁸⁵⁹ *Idem*, *ibidem*.

⁸⁶⁰ HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 32.

⁸⁶¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Teixeira de Queiroz, 1783.

⁸⁶² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manuel Lopes Machado, 1743.

⁸⁶³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Ferreira Chaves, 1782.

⁸⁶⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antonia Maria de Monsarrete Coutinho, 1795.

Para Maria Helena Flexor, no Brasil, configuração material do “estrado” teria o “mesmo significado de hoje, mas, coberto de esteira ou alcatifa, era usado pelas mulheres para bordar e, a maioria das vezes, dormir com as crianças”.⁸⁶⁶ Nossa amostra compreende três inventários com “banquinhas”, possivelmente, elas acompanhavam os estrados em ambientes domésticos bem delimitados. De fato, em 1753, no arraial da Roça Grande⁸⁶⁷, foram avaliados um “tapete grande” e “uma *banquinha de estrado* de pau branco”⁸⁶⁸ no inventário da esposa⁸⁶⁹ de Veríssimo Ferreira Marinho, oficial da câmara de Sabará.⁸⁷⁰ O patrimônio do casal totalizou uma fortuna razoável, no valor de 4:251\$635 réis, o que os inseria no limiar entre as camadas médias e os ricos da comarca.⁸⁷¹ Eles foram os únicos a registrar um tapete entre os bens classificados como móveis. Encontramos tapeçaria em outros 4 inventários do baco de dados, mas classificados como “indumentária”. Isso nos leva a crer que a maioria dos estrados nas Minas Gerais seriam cobertos com esteiras de produção local, ou mesmo sem nenhuma cobertura, à exemplo daquele representado por Debret já no século XIX (Figura 30). Em seis heranças constaram “almofadinhas”, que, como vimos, também eram utilizadas, sobre os estrados, para as mulheres se sentarem de pernas cruzadas, à mourisca. Todos esses artefatos estavam reunidos na casa de Inácia de Oliveira Sodré, esposa do licenciado João de Lima Curado, oficial da Câmara, um quarto de século antes do vereador Veríssimo, acima citado.⁸⁷² Em 1726, o casal residia na vila de Sabará, quando ele veio a falecer, falido,⁸⁷³ com dívidas no valor de 5:169\$260. Em um cômodo de sua

⁸⁶⁵ Ernani Silva Bruno identificou um “estrado de 7 palmos [c. 154 cm] e meio de comprimento e 3 e meio [c. 77 cm] de largo” no inventário de Maria de Abreu, realizado no ano de 1800, na vila de Santana de Parnaíba, São Paulo. Sem autor. Manuscritos do Arquivo do Estado de São Paulo p. Caixa 94 Ordem 571. *Apud.* Arquivo Ernani Silva Bruno. “Equipamentos e Costumes da Casa Brasileira: usos e costumes. Disponível em: <http://ernani.mcb.org.br/ernMain.asp> (acesso, julho de 2019). (Itálicos e acréscimos métricos nossos).

⁸⁶⁶ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 151.

⁸⁶⁷ O casal residia no arraial de Roça Grande, em uma “morada de casa com quintal coberta de telha”.

⁸⁶⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* da Mulher de Veríssimo Ferreira Marinho, 1753.

⁸⁶⁹ Conforme o campo de observações da ficha do inventário: “Não há referência do nome da inventariada neste documento, sendo recuperado o nome de seu marido. Assim, em nenhum momento há o nome da defunta por faltarem as primeiras folhas”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* da Mulher de Veríssimo Ferreira Marinho, 1753.

⁸⁷⁰ Em 1754 Marinho era oficial da câmara de Sabará. OLIVEIRA, Mariana de. *Op. Cit.* (2016), p. 131.

⁸⁷¹ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 82 – 83.

⁸⁷² AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 23\Doc. 2179.

⁸⁷³ No campo de “observações gerais” da ficha do inventário lê-se: “como boa parte dos bens não tem avaliação não é possível calcular o valor total da herança. Em 1750 o Juiz de Órfãos declara que não se fez partilha em virtude das muitas dívidas, que os bens não foram suficientes para pagar os credores e que tinha notícia que parte havia sido arrematada em Vila Rica pela Fazenda Real”. Entre os “procedimentos judiciais”, constam: “documento feito pelo Guarda-mor da Relação da Bahia João Nunes da Cunha contra

“uma morada de casas coberta de telhas” (225\$000 réis), Inácia e a filha, Brígida de Oliveira Sodré⁸⁷⁴, passavam boa parte dos dias sentadas em “duas almofadinhas”, trabalhando ou descansando sobre um “estrado” coberto com “um tapete”.⁸⁷⁵ Poderiam ter por companhia, vez ou outra, uma de suas duas escravizadas: Maria Congo e Maria Benguela. Apesar de parecer, a princípio, um espaço comumente encontrado exclusivamente nas casas das elites coloniais, meio século depois, ambiente semelhante poderia ser avistado na casa de Grácia Marques do Bonfim, “forra e demente”. Ela era moradora da vila de Sabará, na Rua do Caquende, em “uma morada de casas coberta de telhas, com quintal e bananeiras” (150\$000 réis). Entre seus poucos móveis, foram avaliados “uma banca pequena”, “uma caixa pequena” e “um estrado”.⁸⁷⁶ Em 1775, os bens do seu inventário somaram apenas 387\$352 réis.

Segundo Algranti, as casas coloniais tinham suas “paredes antes nuas ou decoradas com quadros religiosos”.⁸⁷⁷ Nos inventários de Sabará constaram alguns raros desses elementos decorativos que também poderiam se inserir no “repertório feminino”. Foram eles os “painéis”⁸⁷⁸ (encontrados em 2 heranças); os “registros”⁸⁷⁹ (2); “laminas”⁸⁸⁰ (2); o “quadro” (1) e a “estampa”⁸⁸¹ (1), todos arrolados na segunda metade do século XVIII. Diferente dos sertões auríferos da América Portuguesa, segundo Madureira, em Lisboa, no final do Antigo Regime, eram “raras as casas com paredes completamente desnudas, sem qualquer representação bi ou tridimensional”.⁸⁸² Em seus termos: “o horror ao vazio, é planisfericamente colmatado com o reconforto das imagens, e volumetricamente com a ocupação do espaço por novos móveis, ligeiros e

a viúva Inácia de Oliveira Sodré e o tutor da órfã o Tenente Lourenço de Oliveira Barcelos. Neste documento prova-se a existência da dívida contraída pelo inventariado pela compra de um sítio, serviço de água e 8 escravos”, e um “Libelo Civil movido pelo mestre de campo Faustino Rabelo Barbosa, contra Inácia de Oliveira Sodré e Lourenço de Oliveira Barcelos para que fosse paga a dívida de 963\$000 réis para o que foram arrematados entre outros bens, 2 escravos que em 1729 são reclamados pelo Padre Francisco Fernandes Paulino que alega tê-los arrematado em praça pública”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Lima Curado, 1726.

⁸⁷⁴ Com 11 anos de idade quando da morte do pai.

⁸⁷⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Lima Curado, 1726.

⁸⁷⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Grácia Marques do Bonfim, 1775.

⁸⁷⁷ ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. Cit.* (1997), p. 108.

⁸⁷⁸ “Pintura à óleo, ou à têmpera, feita sobre pano, chapa de cobre, taboa, etc.”. SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 381.

⁸⁷⁹ “[...] ou painéis de registro, conhecidos por ‘registro de santos’”. MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 222.

⁸⁸⁰ “Chapa de cobre com pintura”. SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 202.

⁸⁸¹ “Figura impressa em papel por meio de imprensa”. SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 1, p. 775.

⁸⁸² MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 223.

práticos”. Nas paredes das casas pobres da capital, nesse período, predominavam os “registros”, que “editados por casas de venda, ou por confrarias, e vendidos pelas ruas juntamente com a literatura de cordel”, constituíam “a arte das habitações humildes”.⁸⁸³ Nas casas mais abastadas, encontravam-se os “quadros” e “painéis”, que, ao contrário dos registros, eram “originais de pintura ou desenho”.⁸⁸⁴

Por fim, “uma banca em que se diz missa com um oratório em cima com uma imagem de Santo Antônio, Senhora da Conceição e do Senhor Crucificado”⁸⁸⁵ aponta outros dos diversos usos possíveis das bancas. Em 1750, o conjunto encontrava-se no “Rio das Velhas, junto ao recolhimento de Macaúbas”, em um “sítio chamado Pissarão com terras minerais de uma parte a outra do Rio das Velhas, com matos virgens, serviço de água, casas de vivenda cobertas de telha, uma casa de sobrado, moinho de fazer farinha, pomar de árvores de espinho e senzalas de capim” (4:800\$000 réis). Como era costume à época, é possível que essa “banca com oratório e imagens” conformasse uma “ermida” em um dos cômodos laterais da varanda da sede da fazenda, ou acomodada na sala de entrada da residência, constituindo um espaço doméstico de religiosidade. A posse pertencia ao grande minerador de origem minhota⁸⁸⁶, Manoel Maciel, “em sociedade com Manoel Monteiro Porto, morador na Bahia”.⁸⁸⁷ Registrado como solteiro, Maciel “teve relacionamentos mais ou menos estáveis com pelo menos três negras”,⁸⁸⁸ e com elas concebeu dez filhos, dentre eles, três filhas que foram recolhidas no convento de Macaúbas. Em seu testamento, o minerador declarou uma dívida para com essa instituição no valor de 6.000 cruzados.⁸⁸⁹

Peças fundamentais na forte religiosidade doméstica do período colonial, os oratórios apareceram em 39 heranças do termo de Sabará. Quando suas madeiras foram descritas, prevaleceram os de “pau branco” (8 inventários), seguidos pelos de

⁸⁸³ Ainda sobre os registros: “muitos não têm sequer moldura; as pessoas guardam-nos tal como os compraram: uma simples folha de papel, de 20 por 30 centímetros, com imagens gravadas”. MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 222 – 223.

⁸⁸⁴ *Idem*, p. 223.

⁸⁸⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Maciel, 1750.

⁸⁸⁶ Em testamento registrou ser natural da Vila de Viana. ANGELO, Fabrício Vinhas M. *Pelo muito amor que lhe tenho: a família, as vivências afetivas e as mestiçagens na Comarca do Rio das Velhas (1716-1780)*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. (Dissertação de Mestrado em História), p. 114.

⁸⁸⁷ No campo de “observação” da ficha do protagonista do inventário. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Maciel, 1750.

⁸⁸⁸ ANGELO, Fabrício Vinhas M. *Op. Cit.* (2013), p. 114.

⁸⁸⁹ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 129.

“jacarandá” (4) e um de “pau preto”. Em alguns documentos os ornatos foram mencionados. Cinco espólios contaram com peças pintadas, a exemplo de “um oratório grande pintado acharoadado e dourado com a imagem do Senhor Crucificado” que em 1760 pertencia à Anna Correa Barbosa.⁸⁹⁰ Além dessa última, outras duas heranças continha móveis com “frisos dourados”, como o rico oratório do sargento-mor Manoel da Costa Vale, descrito em 1772 nos seguintes termos:

Um oratório de pau branco com portas de jacarandá pintado com *frisos dourados* com imagens de N.S. Jesus Cristo com resplendor, remates e título de prata, uma imagem do Menino Jesus com resplendor de *prata*, uma cruz com bandeira farpada de *prata*, uma imagem de N.S. *de marfim*, duas peanhas em que estão as imagens juntados com fechos dourados.⁸⁹¹

Em dois inventários constaram peças com molduras, a exemplo do “oratório de pau branco com suas molduras” de Joana de Souza Cruz Ribeiro, avaliado no ano de 1765.⁸⁹² Alguns desses móveis eram artefatos fixos, como o “oratório de parede com uma imagem de um Santo Cristo estofado e um imagem da Conceição”, que no ano de 1773 se encontrava na casa de dona Maria Beatriz da Fonseca, proprietária da fazenda do Urubu.⁸⁹³ Quando descritos os oragos das imagens, prevaleceram as “Santo Antônio” (10); seguidas por “Santo Cristo” (9) e “N. S.^a da Conceição” (9), constando também as do “Senhor Crucificado” (5); “Menino Jesus” (2); “N. S.^a da Conceição” (1); “N. S.^a do Monte do Carmo” (1); “São Sebastião” (1) e “Santa Ana” (1).

Os oratórios, como afirmamos, costumeiramente localizavam-se em cômodos de entrada das residência,⁸⁹⁴ ou em pequenos quartos ou ermidas nas varandas de casas rurais, quando esses existiam.⁸⁹⁵ Posteriormente, como observou Leila Mezan Algranti, as capelas de casas rurais, junto à varanda fronteiraça, ou em edifícios separados, “que reuniam os membros do domicílio, incluindo os escravos, foram sendo substituídas pelos oratórios, colocados em nichos nas paredes ou nos quartos (oratórios portáteis)

⁸⁹⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Anna Correa Barbosa, 1760.

⁸⁹¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Costa Vale, 1772. (Itálicos nossos).

⁸⁹² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joana de Souza Cruz Ribeiro, 1765.

⁸⁹³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Beatriz da Fonseca, 1783.

⁸⁹⁴ RUSSO, Silveli Maria de Toledo. *Espaço doméstico, devoção e arte: a construção histórica do acervo de oratórios brasileiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: USP, 2010. (Tese de Doutorado em História da Arquitetura), p. 166; 186.

⁸⁹⁵ *Idem*, p. 111 – 112; 135; 147.

para uso individual [...] como sinais de uma vida íntima em ascensão”.⁸⁹⁶ Exemplos setecentistas emblemáticos, de verdadeiras “capelas domésticas”, ainda podem ser observados nas salas de entrada do Sobrado do Padre Corrêa (em seu andar nobre) (Figura 31); e na denominada “Casa Azul”, ambas localizados na antiga Rua Direita da vila Sabará. No período colonial, esses “templos caseiros” também cumpriam um papel importante no repertório das ações femininas, e muitas vezes eram privados ao restrito convívio familiar.

Como muito bem se expressou Gilberto Freyre: “nunca deixou de haver no patriarcalismo brasileiro, ainda mais que no português, perfeita intimidade com os santos. O Menino Jesus só faltava engatinhar com os meninos da casa; lambuzar-se na geleia de araçá ou goiaba; brincar com os moleques”.⁸⁹⁷ Desse feitio, cabia às mulheres da casa, em suas “cantigas de acalanto portuguesas e brasileiras”, “fazer dos seus filhinhos uns irmãos mais moços de Jesus, com os mesmos direitos aos cuidados de Maria, às vigílias de José, às patéticas de vovó de Sant’Ana”.⁸⁹⁸ E “quando se perdia um dedal, uma tesoura, uma moedinha, Santo Antônio que dessa conta do objeto perdido”.⁸⁹⁹

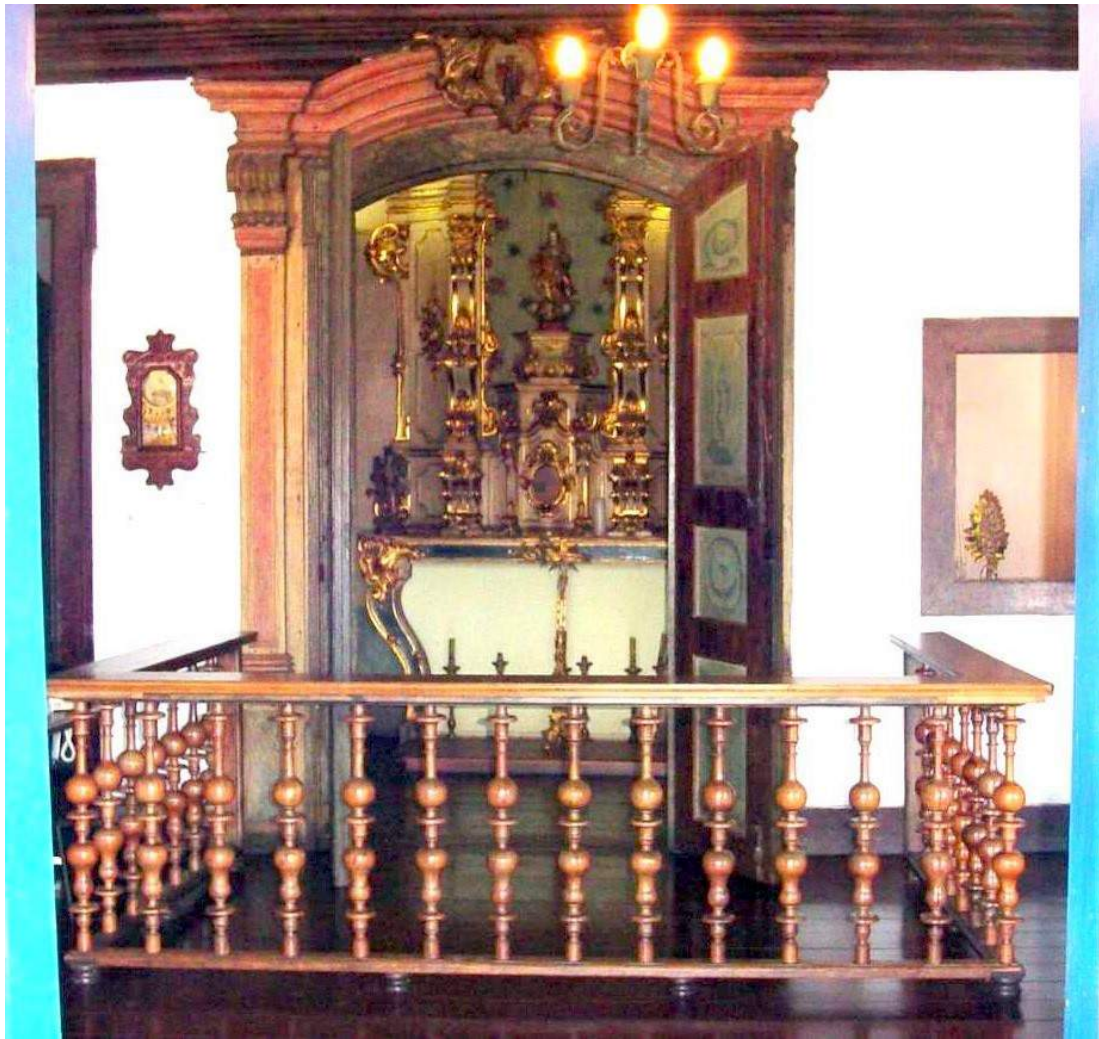
⁸⁹⁶ ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. Cit.* (1997), p. 103.

⁸⁹⁷ FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* (2006), p. 39.

⁸⁹⁸ *Idem*, p. 38.

⁸⁹⁹ *Idem*, p. 39.

Figura 31 – Capela Doméstica no Salão Nobre do Sobrado do Padre Corrêa (Sabará – MG)



Fonte: Fotografia de David Prado Machado, 2006. *Apud.* RUSSO, Silveli Maria de Toledo. *Op. Cit.* (2010), p. 187. (Edição do Autor).

Capítulo 6 – Ócio, conforto e sociabilidades: elementos materiais do direito ao descanso, ao convívio e à preguiça

6.1 – Por uma história social do sono: das redes à ascensão do catre e a distinção aristocrática do leito

Durante o século XVIII, na Capitania de Minas Gerais, a maioria das pessoas não dormia em camas, mas em redes, enxergões ou colchões de palha, os dois últimos improvisadamente dispostos pelo chão ou sobre outros móveis. Como vimos também, dormia-se em estrados, conforme o costume iberomulçumano, e sobre outros artefatos oriundos de culturas nativas ou africanas. Seguindo ou adotando tradições ameríndias⁹⁰⁰, muitos indivíduos dormiam em redes (como aquela retratada por Debret, figura 30): “um tecido grande de algodão, em que o gentio do Brasil, e outros das Índias Ocidentais, dormem, pendurando-o no tronco de uma árvore a outro; com essa *cama pênsl* se livram de bichos e feras”⁹⁰¹. Gilberto Freyre analisou a apropriação do uso desse artefato no período colonial, sobretudo, entre as elites das Capitanias do Norte (atual Nordeste). Nos termos do autor:

Ociosa, mas alagada de preocupações sexuais, a vida do senhor de engenho tornou-se uma *vida de rede*. Rede parada, com o senhor descansando, dormindo, cochilando. Rede andando, com o senhor em viagem ou a passeio debaixo de tapetes ou cortinas. Rede rangendo, com o senhor copulando dentro dela. Da rede não precisava afastar-se o escravocrata para dar suas ordens aos negros; mandar escrever suas cartas pelo caixeiro ou pelo capelão; jogar gamão com algum parente ou compadre. De rede viajavam quase todos - sem ânimo para montar a cavalo: deixando-se tirar de dentro de casa como geleia por uma colher.⁹⁰²

O “complexo da rede” não se configurou em Minas da mesma forma que nas Capitanias nortistas. Isso ocorreu devido a vários fatores, como as baixas temperaturas

⁹⁰⁰ FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* (2006), p. 232.

⁹⁰¹ E continua: “Dizem, que os caraíbas fazem essas redes com supersticiosa cerimônias. Nas pontas do tear suspendem uns saquinhos de cinzas, por imaginarem, que sem ele, não duraria a rede; não comem figos enquanto é nova por entenderem, que apodreceria brevemente, e não usam comer peixe, que tenha bons dentes, crendo que sua rede ficaria logo cortada e retalhada”. BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.7, p. 171.

⁹⁰² FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* (2006), p. 218.

da região, em determinadas épocas do ano, que exigiam estruturas com maior potencial térmico. Mesmo levando em consideração as especificidades locais, as “redes” marcaram alguma presença nos inventários do termo de Sabará, e foram avaliadas em 36 documentos.⁹⁰³ À exceção de uma “rede de baeta”, as descrições atestam que a maioria das peças era de algodão (18 heranças), sobressaindo-se as de coloração branca. Também constaram duas redes “pintadas”, duas “azuis”, e duas de “várias cores”, a exemplo de uma peça do açoriano José Tavares Pereira, descrita em 1749 como “rede de algodão lavrada de várias cores com cordão”.⁹⁰⁴ Quanto à ornamentação das bordas, em três redes constaram “varandas”⁹⁰⁵, e, em duas outras, “cordões”. Também foram arroladas duas redes “de tanga”. Para serem carregadas sobre os ombros de escravizados, eram utilizadas “canas” ou “taquaras de rede”⁹⁰⁶, como os suntuosos exemplos de “uma cana de rede com dois tornos de jacarandá”⁹⁰⁷ e “uma taquara guarnecida de veludo com pregaria dourada e uma rede de baeta”.⁹⁰⁸ Declarando propriamente funções ligadas ao ato do sono, no inventário de Domingos Vieira Dutra os avaliadores descreveram “uma rede de malha *de dormir*”⁹⁰⁹, e no de José Vaz da Cunha: “três redes *de dormir*”.⁹¹⁰ Ambos inventariados eram de origem portuguesa, assim como outros que possuíam esse artefato no termo de Sabará, indicando que lusitanos radicados nas Minas se inseriram no que Freyre denominou como “o complexo da rede”.⁹¹¹

As redes eram utilizadas por gente de toda ordem, dos mais pobres aos mais ricos, atendendo, para cada um, seu assimétrico “direito à preguiça”. Em Sabará, o mestre de campo, Antônio Vieira da Costa, assim como os senhores de engenho nortistas, possuía uma suntuosa “rede de algodão de tanga com suas varandas”⁹¹². Como já dissemos, o mestre de campo foi um dos maiores mineradores, agropecuaristas e credores da comarca do Rio das Velhas. Dentre as extensas posses de que era senhor,

⁹⁰³ Trinta e cinco dos inventários tiveram suas redes classificados como “indumentária” no banco de dados – BDITCRV.

⁹⁰⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Tavares Pereira, 1749.

⁹⁰⁵ Muito provavelmente confeccionadas em renda.

⁹⁰⁶ Em dois inventários constaram taquaras descritas como “de rede”.

⁹⁰⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Catharina Teixeira da Conceição, 1788.

⁹⁰⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Mulher de Veríssimo Ferreira Marinho, 1753.

⁹⁰⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Vieira Dutra, 1773.

⁹¹⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Vaz da Cunha, 1783.

⁹¹¹ FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* (2006), p. 232.

⁹¹² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

três constituíam-se de fazendas com engenho. Quando ele faleceu, no ano de 1796, sua riqueza somou o grande valor de 24:084\$837 réis. Do lado oposto do espectro social, o “preto forro” Bernardo Pinto Ribeiro, não deixou nenhum imóvel, e seu único bem móvel era “uma canastra *de Pernambuco* com fechadura e chave” (uma “mala” de viagem). Vestido com seu “timão de duas baetas” e “um calção de pano azul” (as únicas roupas que deixou), vendia sua mão de obra e a de um escravizado, João, mina, trabalhando em lavouras de terceiros com “uma foice” e “duas enxadinhas”. Em tempo de seca, ou quando lhe aprouvesse, também poderiam servir à alguma comitiva de transporte de carga que atravessasse os sertões de Paracatu, ligando Minas à Goiás. Sobre animais que arrendava (ou que eram seus e posteriormente vendera), utilizava uma “sela jerônima com freio” e “uma cangalha” para a guarda dos produtos transportados. Atento aos assaltantes, e precavido, carregava “uma espingarda portuguesa”. Quando Bernardo Ribeiro não estava trabalhando ou viajando, sobrava-lhe o merecido tempo para dormir ou usufruir de seu parco direito ao descanso, e à preguiça, deitando-se em “uma rede pequena de tanga grossa”⁹¹³. Quando faleceu, no ano de 1780, as peças descritas acima foram praticamente os únicos bens que deixara. Seu irrisório monte-mor somou a parca quantia de 169\$200 réis.

Para dormir, no século XVIII, também era comum o uso do “enxergão”, uma espécie de colchão, “a modo de saco, mais largo, aberto só pelo meio, e cheio de palha” – a chamada “cama de pobre”.⁹¹⁴ Essa peça apareceu em 30 inventários de nossa amostra. Predominava o “enxergão de linhagem” (10 heranças), seguido de longe pelo “enxergão de algodão” (3).⁹¹⁵ Algumas casas chegaram a ter várias dessas peças, como na de Domingos Gonçalves onde em 1777 encontravam-se “cinco enxergões”.⁹¹⁶ Determinados inventários contendo esse artefato não registraram catres, leitos ou camas, denotando que seus proprietários dormiam com eles sobre o chão ou outro móvel improvisado.⁹¹⁷ O mesmo sucedia com os colchões,⁹¹⁸ que foram registrados em 23 heranças.⁹¹⁹

⁹¹³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Bernardo Pinto Ribeiro, 1780.

⁹¹⁴ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.3, p. 165.

⁹¹⁵ Dezenove inventários com enxergões tiveram esse bem classificado como “indumentária” no banco de dados – BDITCRV.

⁹¹⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Gonçalves, 1777.

⁹¹⁷ Seis inventários nos quais os colchões foram classificados como móveis, não existiam catres, leitos ou camas: BDITCRV, Inventários *post-mortem* de Antônio de Sá Barbosa, 1734; Antônio Vieira da Fonseca,

Contudo, o grosso da população, sem bens, e comungando de outras práticas culturais, dormia sobre jiraus de esteiras ou de peles de animais, ambos com origens indígenas.⁹²⁰ Diversas outras estruturas, que não aparecem nos inventários, também poderiam servir de auxílio à “necessidade” do dormir afastado do chão. Saint-Hilaire, no ano de 1819, descreve “alguns catres miseráveis” que encontrou em uma “choça” ao pé da Serra da Canastra:

Esses leitos são chamados *jiraus*. Eis aqui como são feitos: fincam-se quatro paus na terra, junto da parede, formando um retângulo. Nas extremidades são colocados dois paus transversalmente, amarrados com embiras aos quatro pés, e sobre essa armação é disposta uma série de varas, por cima das quais se estende uma esteira ou um couro cru. É essa a cama em que eles dormem, encostados na parede e enrolados num cobertor ou capa.⁹²¹

Apesar da maioria das tribos indígenas utilizarem a rede como cama, testemunhos da confecção de catres entre algumas etnias deixam entrever que o *jirau* descrito por Saint-Hilaire pode também ser um artefato de influência nativa. Tilde Canti, em um breve tópico sobre o mobiliário indígena, apresentou três descrições de antropólogos do começo do século XX que vão de encontro as do naturalista do século XIX.⁹²² Segundo as descrições, tribos que possivelmente tiveram contato com os andinos, ao sul do Trópico de Capricórnio, (Chiriguana, Caingá, Omaguá, entre outras) tinham por leito “catres cobertos de folhas de palmeiras” ou “peles de animais”.⁹²³ Os Orarimugudoque (Bororo orientais) também possuíam como leito uma estrutura feita com “quatro paus fincados num dos lados da choça a uma altura de apenas trinta ou quarenta centímetros [...] sobre este retângulo, [dispunha-se] folhas de palmeira buriti e o todo [era] coberto por uma esteira ou peles”.⁹²⁴ Também os Timbira utilizavam o catre de vara ou jirau, construído sobre forquilhas com duas travessas, sobre as quais

1767; Francisco Soares da Costa, 1786; Amaro de Couto Paiva, 1788; Antônio Lourenço Valadares, 1791; Inácio Vieira Pinto Brandão, 1792.

⁹¹⁸ Onze dos inventários tiveram seus colchões classificados como “indumentária” no banco de dados – BDITCRV.

⁹¹⁹ Quatro inventários nos quais os colchões foram classificados como móveis, não existiam catres, leitos ou camas: BDITCRV, Inventários *post-mortem* de Manoel da Costa Barreto, 1751; Antônia de Azevedo Dias, 1756; João de Souza Brito, 1772; João de Serqueira Queiróz, 1777.

⁹²⁰ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), 129.

⁹²¹ SAINT-HILAIRE. Augusto de. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974, p. 105.

⁹²² CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 69.

⁹²³ *Idem, ibidem.*

⁹²⁴ *Idem, ibidem.*

colocavam ramos de buriti formando estrado e sobre este, esteiras. A peça também servia de banco e mesa”.⁹²⁵ Certamente estruturas como essas foram empregadas largamente pela grande populações mestiça do Brasil Colônia.

Dentro de uma lógica social que valorizava o bom sono, para aqueles que o podiam ter, o “catre” era a versão mais popular que substituía os leitos, a “cama” dos mais ricos (com pilares e dossel). De acordo com Daniel Roche, em uma “História Social do Sono”, encontramos escolhas e deveres de uma sociedade, como o papel da intimidade e o “direito a preguiça”.⁹²⁶ Essa História remonta a uma longa duração na cristandade ocidental europeia. No que se refere a sociedade medieval portuguesa, Oliveira Marques afirmou que “a alfaia doméstica mais importante era a cama”.⁹²⁷ Importante não no sentido de sua disseminação social, mas sim quanto a seu papel naquela sociedade. Segundo o medievalista, nos séculos XII e XIII, ter duas camas era um dos pré-requisitos à um “peão” que quisesse passar à condição de “cavaleiro”.⁹²⁸

Tilde Canti, embasada nos estudos de João Filipe da Silva Nascimento⁹²⁹, afirmou que antes do século XIV, em terras lusitanas, “dormia-se comumente sob estrados cobertos de almofadas, costume introduzido na Península Ibérica pelos árabes, ou mesmo em colchoarias colocadas diretamente sobre o chão”.⁹³⁰ Nessa região da Europa, o “leito”, como armação de madeira ou metal, começaria a aparecer, ainda que raramente, no século XI. Da Baixa Idade Média aos princípios da Modernidade, o termo “cama” designaria somente “a colchoaria e demais ornatos e confortos”.⁹³¹ Na América Portuguesa, essa palavra teria o mesmo sentido até os princípios do século XVIII.

Durante o século XVI, os portugueses importaram *catles*, nome dado aos leitos indianos que deram origem a palavra “catre”. Essas “camas” hindus não possuíam colunas para o dossel e influenciariam o estilo dos leitos na Península Ibérica (assim como os leitos chineses, que também foram importados no período, e que eram diferente das leitos/camas europeias).⁹³² Depreende-se, portanto, que as estruturas que

⁹²⁵ *Idem, ibidem.*

⁹²⁶ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 243.

⁹²⁷ MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. Cit.* (1971), p. 77.

⁹²⁸ *Idem, ibidem.*

⁹²⁹ NASCIMENTO, João Filipe da Silva. *Op. Cit.* (1950).

⁹³⁰ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), 34.

⁹³¹ NASCIMENTO, João Filipe da Silva. *Op. Cit.* (1950). *Apud.* CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), 34.

⁹³² CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), 34.

hoje designamos como cama, tiveram sua origem na história cruzada de artefatos europeus com móveis orientais (chineses e indianos). Na Europa, no decorrer da Idade Moderna, o leito “que havia sido paradigma da sumptuosidade, vai começando a perder importância, permitindo que o *catre* [...] venha a ser uma das principais referências, pela sua quantidade, quando falamos do espaço quarto”.⁹³³ Até finais do século XVII, o leito dos nobres eram também um local de se receber visitas.⁹³⁴ Na centúria seguinte, com o advento de uma sala separada e específica em que se recebiam os convivas, essa é que passou a receber os maiores cuidados, em detrimento do quarto, com seu leito sumptuoso. Por outro lado, desenvolveu-se nesse último ambiente “um espaço funcional, mais confortável e capaz de permitir a intimidade”.⁹³⁵

No século XVIII, mesmo nas casas da elite de Lisboa, como atesta Carlos Franco, “o número de camas era manifestadamente baixo tendo em conta o número de residentes”.⁹³⁶ Para outros grupos sociais, no recorte de 1780 a 1786, Nuno Madureira constatou que 26,31% dos documentos referiam-se a “casas sem camas” (40 de 152 inventários).⁹³⁷ Mesmo que esse percentual seja inversamente proporcional àquele que encontramos na principal colônia mineradora (32,21% das casas tinham catres); podemos dizer que os fundamentos da conclusão de Madureira justificam também, em maior grau, a relativa escassez desses artefatos na Capitania de Minas Gerais. Segundo o autor, em muitas casas, os dados indicam que o ato de dormir não parecia “entrar nas preocupações imediatas do *conforto*”.⁹³⁸ De mesmo modo, ter um *catre* nas Minas Coloniais, para aqueles que podiam, era um sinal de avanço na busca do ideal de conforto e bem estar doméstico. Como veremos, entre aqueles que deixaram bens, esse anseio cresceu praticamente durante todo o século XVIII.

No século XVII e XVIII, segundo Bluteau, o “*catre*” era definido como um “leito pequeno, com pilares, não totalmente levantados, como os do leito”⁹³⁹. Esse artefato foi o terceiro tipo de móvel que mais apareceu nos inventários do termo de Sabará. Ele esteve presente em 259 heranças, o que corresponde a 32,21% de nossa

⁹³³ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 92.

⁹³⁴ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 243.

⁹³⁵ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 92.

⁹³⁶ *Idem, ibidem.*

⁹³⁷ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 209.

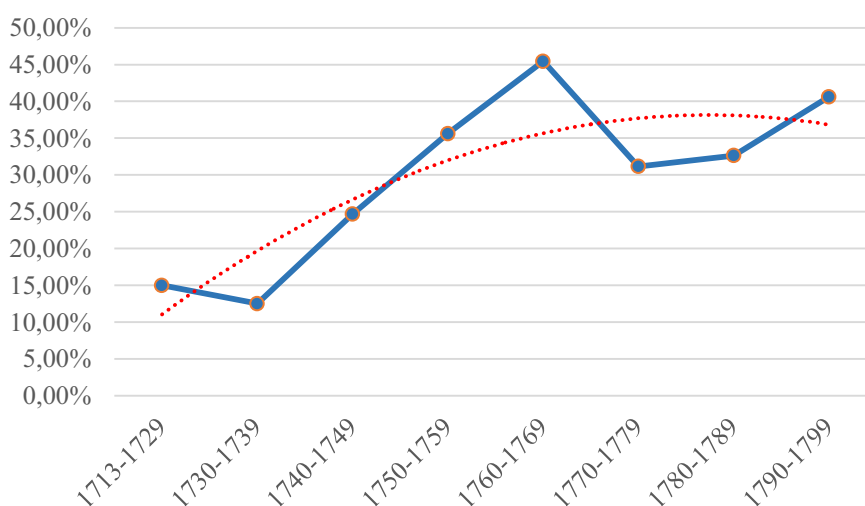
⁹³⁸ *Idem, ibidem.* (Itálico nosso).

⁹³⁹ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.2, p. 203.

amostra, e encontrava-se em metade das casas dos que possuíam bens móveis (57,04%) (Gráfico 21). Todavia, cerca de dois terços dos inventariados não possuíam sequer um catre, e esse é o principal indício de que eles utilizavam outros artefatos para dormir, como as redes e os enxergões.

Encontramos inventários com catres em todo o nosso recorte temporal. A percentagem de heranças com esse móvel nunca foi inferior a marca dos 12,5%, registrada no princípio na década de 1730 (Gráfico 25), época da montagem de grandes empreendimentos de mineração, que demandavam enorme afluxos de capitais. Os percentuais também não foram superiores à taxa de 45,45%, atingida entre 1760 e 1769, recorte que coincidiu com o período de maior valorização dos bens imóveis herdados na comarca (Gráfico 3). A grande presença de catres nos documentos da década de 1760 refletia o impulso de um investimento na “qualidade do sono”, realizado nas décadas anteriores, por aqueles podiam gastar e usufruir seu “direito a preguiça”. Essa época presenciou a maior extração aurífera que a América Portuguesa já havia registrado, não só em Minas Gerais, mas também na Capitania de Goiás, estreitamente vinculada com a comarca do Rio das Velhas (Gráfico 4).

Gráfico 25 - Evolução do Percentual de Inventários com Catres no Termo de Sabará (1713 - 1799)



Fonte: BDITCRV.

A evolução percentual da presença de catres nos Inventários do termo de Sabará assinala claramente que a demanda por esse artefato cresceu durante quase todo o século XVIII (Gráfico). Ela sofreu pequenas interrupções na década de 1730, período de montagem das grandes “empresas mineradoras”, e na década de 1770, quando a “crise” da mineração mostrava suas caras. Nas duas últimas decas do Setecentos, os percentuais crescem novamente. De fato, a busca pelo “conforto” de se dormir afastado do chão, instrumentalizado pelo catre, cresceu em quase todo o período estudado, excetuando-se alguns momentos de conjuntura econômica adversa.

Quanto as madeiras empregadas na confecção desses móveis, na maioria das heranças constavam aquelas mais baratas, denominadas como “pau branco” (112 inventários) ou “madeira branca” (9), ou simplesmente de “pau tosco” (4). Em 1751, encontrava-se uma dessas peças na casa da “preta forra” Josefa Vieira, natural da costa da Mina e domiciliada no arraial do Pompeu, nas proximidades de Sabará, onde possuía uma “estalagem” e uma venda onde comerciava bebidas e comestíveis que produzia junto com cinco escravizados.⁹⁴⁰ Em sua morada de casas “com seus quartos, com *10 portas para passageiros*” (120\$000 réis), encontrava-se apenas “um catre de pau tosco”,⁹⁴¹ o que nos permite concluir que seus hóspedes não dormiam em catres, leitos ou camas, mas sim sobre outras estruturas, possivelmente em redes, ou no chão, sob enxergões. Essa realidade era simetricamente oposta àquela encontrada em 1780, na estalagem de Ana da Costa, situada na rua da ponte pequena de Sabará: um luxuoso estabelecimento em que se hospedavam os homens mais poderosos da comarca, e no qual distribuía-se “18 catres de pau branco liso” acompanhados de “oito mesas sem gavetas lisas entre grandes e pequenas *que se deram nos quartos do sobrado*”.⁹⁴²

Durante todo o nosso recorte temporal também foi avaliado expressiva quantidade de “catres de jacarandá”, como atestaram 52 heranças. De outras “madeiras escuras” constaram três inventários com “catres de pau preto”, um com “catre de pau negro”, seis com “catres de cabiúna” e um único com “catre de vinhático”. Os avaliadores não se atentavam muito aos tamanhos, o que denota certa uniformidade nas dimensões. Em nove documentos esses móveis foram descritos como “pequenos”, em

⁹⁴⁰ Ver capítulo 7.

⁹⁴¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Josefa Vieira, 1751.

⁹⁴² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

cinco registraram-se os “grandes”. Quanto a ornamentação, o trabalho na madeira foi descrito por alguns avaliadores. Prevaleram os catres de paus lisos (86), seguidos por aqueles de madeiras torneadas (39). Além desses, são parcas as informações, porém, alguns registraram significativamente a policromia. No ano de 1751, em Santa Luzia, o grande minerador e agricultor Domingos de Araújo Lima e Burgos, possuía um único “catre de jacarandá liso com *cabeceira pintada*” em seu “sítio com terras da fazenda”⁹⁴³, matos virgens, capoeiras, lavras, serviço de água, casas de vivenda, engenho, capela de São Francisco dos Lagos, [...] rancho de venda, uma casa para trabalho de ferreiro, várias senzalas cobertas de telhas, casas cobertas de capim, rodas velhas no rio” e “um paiol”, tudo avaliado na expressiva quantia de 8:000\$000 réis.⁹⁴⁴

Já em 1783, distribuídos entre suas fazendas de agricultura e mineração⁹⁴⁵, e a “morada de casas no arraial de São João da Paraopeba” (54\$000 réis), Manoel Francisco Moreira possuía cinco catres, sendo “um catre de jacarandá já usado grande, dois catres lisos de pau branco” e “um catre de pau branco *pintado de preto*”.⁹⁴⁶ Em 1770, a forra Josefa de Souza Freire, quitandeira⁹⁴⁷ da freguesia de Raposos⁹⁴⁸, também possuía um catre ornamentado. Sua “morada de casas sitas na rua chamada das vacas, coberta de telhas com seu quintal” (60\$000 réis), era mobiliada com um belo “catre cromado”⁹⁴⁹ de jacarandá”, além de outro “catre de pau branco”, “uma caixa grande de vinhático, uma mesa com duas gavetas, duas mesas lisas, uma caixinha” e “um espelho de parede”, tudo somando o valor de 17\$400 réis.⁹⁵⁰ Esses foram os três únicos exemplos de ornamentação citados no banco de dados, para além das peças torneadas. O fato de uma

⁹⁴³ Localizada em Taquaruçu, arraial de Santa Luzia. Provavelmente trata-se da fazenda Taquaruçu no atual distrito de Taquaruçu de Baixo, município de Santa Luzia. <https://www.luzias.com.br/breve-historico-de-taquaracu-de-baixo-e-do-teatro-sao-francisco/> (acesso: maio de 2019).

⁹⁴⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos de Araújo Lima e Burgos, 1751.

⁹⁴⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Francisco Moreira, 1783.

⁹⁴⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Francisco Moreira, 1783.

⁹⁴⁷ Dentre outros utensílios de cozinha, Josefa possuía “uma bacia de cobre de fazer pão de ló”. Constava como solteira, porém registrou quatro filhos, três deles menores de idade, com 3 a 8 anos, uma maior, Ana Joaquina, casada com José de Mello Pimentel, inventariante e tutor dos órfãos. Seu monte-mor registrou apenas 783\$300 réis. Trata-se de um caso muito semelhante à de outras mulheres, classificadas na documentação como “pretas”, “pardas” ou “forras”, e que muito provavelmente viviam do pequeno comércio de comestíveis nas vilas e arraiais da comarca. Para maiores detalhes ver o Capítulo 7.

⁹⁴⁸ No campo “domicílio”, da ficha do inventário, consta: “morada da outra parte da ponte grande na rua chamada das vacas da parte da freguesia de Raposos”, provavelmente na entrada da vila de Sabará. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Josefa de Souza Freire, 1770.

⁹⁴⁹ Vem de “cromático: que procede de muitos semitons seguidos”. BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.1, p. 497.

⁹⁵⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Josefa de Souza Freire, 1770.

forra, residente nas proximidades da cabeça da comarca, possuir uma peça de jacarandá ornamentada, também corrobora nossa tese de que em áreas urbanas, com certa mobilidade social, outros grupos tiveram acesso a bens de conforto e distinção que comumente se encontravam apenas nas residências das elites.

Em Portugal, o móvel pintado remontava a uma tradição do século XV.⁹⁵¹ Na Capitania de Minas Gerais, assim como em outras partes da América Portuguesa, a moda de pintar os móveis se divulgaria sobretudo na segunda metade do século XVIII.⁹⁵² Em nossa documentação, os poucos exemplos de catres pintados, assim como outros móveis com essa ornamentação, aparecem em somente nove inventários, todos desse período. No Museu do Ouro de Sabará ainda se encontram alguns móveis pintados, dentre eles um catre de jacarandá, do século XVIII, proveniente do município de Esmeraldas (MG) (Figura 32). A peça, “de origem certamente mineira”, possui “policromia em azul, branco, verde, bege, vermelho, preto e marrom”,⁹⁵³ que guardado o refinamento da ornamentação, não seria muito diferente do móvel descrito em 1770 na casa da forra Josefa de Souza. Na cabeceira do catre encontra-se pintada “a figura de um anjo adulto, de barba, com as asas abertas, deitado sobre um travesseiro vermelho, sobre as nuvens”. Além de um distinto símbolo de conforto, a cabeceira retrata “certamente [...] uma cena inspirada na mitologia greco-romana e bem em sintonia com o arcadismo da poesia da época”, os últimos anos do Setecentos.

No lugar do estrado, o catre apresenta um “leito forrado em *couro cru*”, recurso recorrente em estruturas do período. Na documentação constaram dez inventariados que possuíam catres com couro.⁹⁵⁴ Na primeira metade do século, registraram-se artefatos mais simples, como “um catre de *cordas de couro*” que no ano de 1749 poderia ser encontrado no arraial de Paraopeba, em um “sítio junto com seu engenho de cana,

⁹⁵¹ SANDÃO, Arthur de. *O móvel pintado em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização, 1973.

⁹⁵² OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 194.

⁹⁵³ Segundo a ficha museológica do móvel, trata-se de um “catre de cabeceira recortada [...] centro com pintura em azul e cena representando a figura de um anjo adulto, de barba, com as asas abertas, deitado sobre um travesseiro vermelho, sobre as nuvens; cercadura da cena em ramos com flores e fundo em confetes brancos”. A cabeceira é “em colunas torneadas arrematadas por carrapetas” e o “leito forrado em couro cru”. Disponível em: <http://museudoouro.acervos.museus.gov.br/acervo/catre/> (acesso, maio de 2019).

⁹⁵⁴ Constarão 4 inventários com “catres de couro”, sendo um “catre de couro de pau branco” e outro “catre de couro liso”. Também foram registrados: “três catres de pau cobertos de couro”, “um catre de pau branco de couro cru”, “um catre de cordas de couro”, “um catre torneado de couro cru”, “um catre de madeira branca coberto com couro cru” e “um catre encourado”.

moinho de fazer fubá coberto de telha e alambique” (5:600\$000 réis), propriedade de Domingos Pinto da Cunha.⁹⁵⁵ No último terço do Setecentos destacou-se “um catre torneado *de couro cru*” (talvez semelhante ao da figura 32), que em 1772 pertencia ao sargento-mor Manoel da Costa Vale, português⁹⁵⁶ morador na Vila Real de N.S. da Conceição do Sabará.⁹⁵⁷

Figura 32 – Catre de Jacarandá do século XVIII com Policromia
(Museu do Ouro, Sabará)



Detalhe: policromia da cabeceira com “figura de um anjo adulto, de barba, com as asas abertas, deitado sobre um travesseiro vermelho, sobre as nuvens”.

Fonte: Museu do Ouro – Sabará. Foto do autor: maio de 2019.

Alguns inventários fazem referências a outros componentes dos catres, como as cabeceiras⁹⁵⁸, a exemplo de um “catre de pau branco com grades nos pés e cabeceira”.⁹⁵⁹ Em outro consta “um catre de pau branco com sua grade”.⁹⁶⁰ Também são

⁹⁵⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Pinto da Cunha, 1749.

⁹⁵⁶ Natural da freguesia de São Martinho do Vale, termo de Barcelos.

⁹⁵⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Costa Vale, 1772.

⁹⁵⁸ “Um catre de jacarandá com cabeceira lavrada e torneada”, “catre de jacarandá com seus torneados na cabeça”.

⁹⁵⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira da Rosa, 1742.

⁹⁶⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Caetano Afonso Maciel, 1751.

referenciados dois “catres de tábuas”⁹⁶¹, sem mais detalhes, e um “catre de pau liso de tabuletas”.⁹⁶² Em 1796 João Martins Alves possuía 11 catres, sendo cinco “de pau esbandalhados”, e seis que se achavam “na casa de Antônio Borges”.⁹⁶³

Em seis inventários constaram catres “com armação”⁹⁶⁴. Alguns poucos avaliadores descreveram detalhes sobre os panos utilizados na armação, a exemplo de um com “brim riscado”, outro com “cortinado”, e mais um com “cortinado de riscado”. Segundo Bluteau, por armação, “toma-se genericamente todo o tecido, que se arma nas casas, para o ornato delas”.⁹⁶⁵ Nos catres, por extensão, seriam todos tecidos e a estrutura que o sustentava, sobre o leito, fechando-o no que se convencionou denominar como dossel. Dentre os que apareceram em nossa amostra, destacou-se “um catre de jacarandá *a moda antiga* com sua *armação* de brim riscado”.⁹⁶⁶ No ano de 1749, essa peça pertencia ao português⁹⁶⁷ José Tavares Pereira, domiciliado em Bento Pires (Ribeirão das Neves), onde era proprietário de “um sítio com casas de vivenda, sobrado, senzalas cobertas de capim, uma engenhoca pequena, paiol coberto de telhas, matas virgens, capoeiras e madeiras cortadas para fazer engenho” (1:600\$000 réis).⁹⁶⁸ No ano de 1764, na “alagoa desta vila de Sabará”, em sua “morada de casas térrea cobertas de telhas com quintal grande” (400\$000 réis), Joanna Clara da Fonseca possuía “um catre de jacarandá em *feitio antigo*”.⁹⁶⁹ Talvez o móvel de Joanna, de *feitio antigo*, também tivesse uma “armação”, assim como o de José Pereira, *a moda antiga*. Outras descrições, sem referências a essa estrutura, deixam entrever a possibilidade de

⁹⁶¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Lopes Moreira, 1784; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Araújo Mota, 1785.

⁹⁶² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Vaz da Cunha, 1783.

⁹⁶³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

⁹⁶⁴ Os seguintes móveis, e os respectivos inventariados, conforme o BDITCRV: “um catre de jacarandá a moda antiga com sua armação de brim riscado” (José Tavares Pereira, 1749); “dois catres torneados de armação” (João Francisco da Silva, 1772); “catre de jacarandá torneado de armação com sua cabeceira aberta antiga” e “um catre de jacarandá mais pequeno de armação” (Thomas de Moura, 1785); “um catre grande torneado com sua armação” e “um catre torneado com sua armação e cortinado” (Domingos Sá Roiz, 1791); “catre de armação lisa (João Fernandes de Oliveira, 1792); “um catre de jacarandá torneador com armação” (Manoel Caetano dos Santos Cruz, 1792).

⁹⁶⁵ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.1, p. 497.

⁹⁶⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Tavares Pereira, 1749.

⁹⁶⁷ Natural da ilha de São Miguel, vila da Ribeira.

⁹⁶⁸ *Idem.*

⁹⁶⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joanna Clara da Fonseca, 1764.

existência de uma armação, como “um catre velho torneado com *falha de guarnições*”⁹⁷⁰, e outro “catre de pau torneado *com cortinado* de riscado”.⁹⁷¹

Segundo Tilde Canti, “no séc. XVIII, em Portugal, denominava-se catre o leito mais simples, sem estrutura para dossel. No entanto, no Brasil, são citados catres com dossel, tanto nos inventários paulistas seiscentistas, como nos baianos e mineiros do séc. XVIII”.⁹⁷² Para Minas, a autora traz um exemplo levantado por Helcia Dias. Em seu estudo sobre o mobiliário dos inconfidentes ela cita “um catre de jacarandá, cabeceira de talha *e armação*”.⁹⁷³ Canti levanta a hipótese de que a palavra “catre”, com ou sem armação para o dossel, seria a denominação dada aos móveis produzidos na Colônia. Por sua vez, o termo “leito”, raramente mencionado, seria uma designação atribuída aos móveis de armação provenientes de Portugal. De fato, quando comparamos o número de ocorrências de “leitos” (32 inventários) e “catres” (259), a exiguidade dos primeiros fica clara. Todavia, contrariando a hipótese da autora, em nossa documentação, como veremos, constaram “leitos de pau branco” e até mesmo “leitos de laranjeira”, todos esses muito provavelmente foram produzidos na colônia.

Assim como o português José Tavares, outros lusitanos parecem ter mantido na Colônia catres de *feitio antigo* como sinal de distinção. Esse foi o caso do padre português Thomas de Moura. Em 1785, ele residia na vila de Sabará, em sua “morada de casas térreas citas em Rua Nova do Carmo, *assoalhadas* e cobertas de telha com o seu quintal”⁹⁷⁴ (310\$000 réis). Em um dos cômodos de sua casa, ostentava e dormia confortavelmente em seu “catre de jacarandá torneado de armação com sua cabeceira aberta *antiga*”.⁹⁷⁵ Padre Moura possuía mais dois catres, um deles “de jacarandá mais pequeno de armação”, outro de “pau branco tosco *velho*”.⁹⁷⁶

⁹⁷⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Fernandes de Oliveira, 1792.

⁹⁷¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Jacinto Alves Taveira. 1758.

⁹⁷² CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 129.

⁹⁷³ DIAS, Hécia. O mobiliário dos inconfidentes. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 3, pp. 163-172, 1939, p. 166. *Apud.* CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 129.

⁹⁷⁴ Continua: “que de uma parte com casas do reverendo Alexandre José da Silva e Souza e de outra parte com casas do mesmo falecido [...] os quais a todos os seus pertences”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Thomas de Moura, 1785.

⁹⁷⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Thomas de Moura. 1785.

⁹⁷⁶ Aparentemente morava apenas com seu único escravizado, Antônio, brasileiro, de 64 anos. O padre alugava a residência vizinha, “uma morada de casas térreas pequenas cobertas de telhas citas na mesma Rua Nova do Carmo que partem com casas de Francisco de Andrade Barros e com casas do mesmo falecido já avaliadas” (60\$000 réis). Os inquilinos eram Maria Nunes e seu filho João Nunes, “crioulos”,

Em Minas Gerais, durante o século XVIII e XIX, foi muito comum a produção de ex-votos pictóricos como forma de agradecimento aos santos em reconhecimento de um favor recebido.⁹⁷⁷ Essas peças eram pequenos quadros pintados, que seguindo uma tradição do catolicismo ibérico, geralmente eram ofertados a uma capela ou igreja que possuía a imagem do santo de devoção. Em muitos ex-votos existem breves relatos com nomes e datas, o que facilita a análise temporal de sua iconografia. São fontes de estudo riquíssimas os estudos de cultura material. Em sua maioria foram produzidos sob qualidades técnicas reduzidas, enquadrados no conceito de “arte popular”.⁹⁷⁸ Porém, a representação dos artefatos apresentava grande fidedignidade, não dos retratados em si, mas das possibilidades da existência material dos mesmos em determinado período. Nos termos de Wesley Fernandes Rodrigues: “os ex-votos buscavam representar o espaço onde ocorreu o milagre, assim, como a maior parte deles diz respeito a curas de enfermidades [...] o ambiente retratado é o espaço interior de um quarto com o doente prostrado em um *leito*”.⁹⁷⁹ Devido a essa prática, são representados muitos tipos de móveis que aqui analisamos, sobretudo catres e leitos.

que deviam 189\$000 réis pelo aluguel quando da realização do inventário. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Thomas de Moura. 1785.

⁹⁷⁷ RODRIGUES, Wesley Fernandes. *A História em Ponto Pequeno: Ex-votos Pictóricos e Prática Votiva nas Minas (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. (Dissertação de Mestrado em História), p. 13.

⁹⁷⁸ RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2012), p. 22.

⁹⁷⁹ *Idem*, p. 104.

Figura 33 – Catres Toscos de Pau Branco e Catres Torneados de Pau Preto em Ex-Votos do século XVIII (Congonhas e São João del-Rei, MG)

Detalhe: catre “tosco” de pau branco, sem grades nos pés e cabeceira, séc. XVIII.



Detalhe: catre “tosco” de pau branco, sem cabeceira, 1762.



Detalhe: catre torneado de pau preto, com cabeceira entalhada, séc. XVIII.



Detalhe: catre torneado de pau preto, com entalhes e grades na cabeceira, 1797.



Fonte: RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2012), p. 93. FIGURA 24: ex-voto de Francisca da Sylvia Chaves a Nossa Senhora de Nazaré, século XVIII, pintura sobre madeira. SBJM, Congonhas. Acervo fotográfico: Adalgisa Arantes Campos. IPHAN. Ex-votos em Congonhas: o resgate de duas coleções – ex-votos tombados da Sala de Milagre do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos/Ex-voto da Coleção Márcia de Moura Castro. Brasília: Iphan, 2012, p. 63. *Apud.* RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2018), p. 145. (Edição do autor); BOTELHO, Thiago de Pinho. *Milagre que se fez...* estudo dos 36 ex-votos ofertados ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas. Belo Horizonte: UFMG, 2013. (Dissertação de Mestrado em Artes), p. 104; RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2012), p. 93. FIGURA 11: ex-voto do assistente das Minas Gerais do Ouro Preto Manoel Gonsalves dedicado a Santo Antônio, 1797, pintura sobre madeira, Museu de Arte Sacra, São João Del Rei. Acervo fotográfico: Adalgisa Arantes Campos. (Edição do autor).

Os ex-votos foram confeccionados em todas as regiões mineiras, principalmente nos centros de povoamento mais antigo. Hoje estão depositados em seus templos de origem, ou em acervos museológicos e particulares.⁹⁸⁰ Em Minas, o maior e mais

⁹⁸⁰ Veja, por exemplo, o levantamento de Wesley Fernandes para sua pesquisa de mestrado, com “um corpus documental analisado corresponde aos acervos de ex-votos pintados de Congonhas (Santuário de

estudado acervo de ex-votos pictóricos do século XVIII e XIX encontra-se na “Sala dos Milagres” do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas – secular centro de peregrinação religiosa.⁹⁸¹ É desse acervo a representação setecentista de um catre “tosco”, aparentemente de “pau branco”, sem grades na cabeceira e nos pés, e que se assemelha muito a um banco fundo ou a um espreguiceiro sem cabeceira (Figura 33).⁹⁸² Também rústico, e de madeira clara, porém com cabeceira, é o catre que consta na cena do “milagre que fez o Senhor do Bonfim a Thereza Luiza preta forra estando enferma em perigo de morte, em o ano de 1762” (Figura 33).⁹⁸³ Em outros quadros também é possível identificar a representação de peças mais elaboradas, como dois catres torneados de madeira escura e cabeceiras entalhadas.⁹⁸⁴ Um deles, com grades na cabeceira, retrata o “milagre que fez Santo Antônio [...] a Manoel Gonsalves assistente das Minas Gerais do Ouro Preto estando enfermo com uma grande malina e pela sua intercessão lhe deu saúde perfeita no ano de 1797” (Figura 33).⁹⁸⁵

Dois ex-votos representam leitos ou catres, sem panos, mas com preparações aparentes para a armação. No primeiro, do ano de 1756, a madeira é torneada e escura, existindo, acima dos pilares, uma estrutura com tabuletas cruzados formando um “X” côncavo (Figura 34).⁹⁸⁶ No outro, datado de 1758, consta um catre torneado com pilares mais baixos nos pés, e com preparação para a armação feita com fios, conformando uma estrutura de altura desigual. A composição é pouco fidedigna na forma, porém esse tipo

Bom Jesus de Matosinhos), São João Del Rei (Museu de Arte Sacra e Museu Regional), Santa Bárbara (Capela de Nosso Senhor do Bonfim), Sabará (Capela do Ó), Ouro Preto (Museu do Aleijadinho e Museu da Inconfidência), Mariana (Museu Arquidiocesano de Arte Sacra) e os ex-votos da coleção particular Márcia Moura Castro, totalizando 92 tábuas pintadas”. RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2012), p. 18.

⁹⁸¹ RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2012), p. 43.

⁹⁸² Ex-voto do século XVIII que retratou o milagre “que fez Nossa Senhora de Nazaré a Francisca da Silva Chaves mulher de João Pires Costa, estando muito mal de acidentes repetidos, e variada, e juntamente com febre, e pegando-se com Nossa Senhora alcançou melhoras”. *Idem*, p. 93.

⁹⁸³ RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Fragments de um Quadro ou o que as Migalhas do Cotidiano nos Contam: prática votiva no mundo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte: UFMG, 2018. (Tese de Doutorado em História), p. 145.

⁹⁸⁴ A datação do quadro foi possível porque “seu filho, José Mendes Vale, que fez questão de expor o nome de seu pai no ex-voto, acionou o santo em 1777 depois de lhe tirarem vários ossos de uma perna que estava muito mal”. RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2018), p. 145 – 146.

⁹⁸⁵ Um deles encontra-se no ex-voto do século XVIII, em que “Antônio Mendes Vale ‘mandou pintar’ seu milagre depois que o Senhor de Matosinhos o livrou de uma doença que lhe causava muitas dores no corpo”. RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2012), p. 43.

⁹⁸⁶ O quadro aborda a representação do “milagre que fez Santa Efigênia ao menino Matheus que estando com uma moléstia grave já desenganado, sua mãe apegou-se com a dita Santa logo teve alívio e recobrou a saúde. Ano de 1756”. RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2018), p. 131.

de estrutura pode ter sido utilizado para a montagem dos panos sob leitos nesse período (Figura 34).⁹⁸⁷ Esses dois ex-votos ilustram a possibilidade de alguns catres serem adaptados com preparação para armação (dossel).

Figura 34 – Catres Torneados de Pau Preto com Preparações para Armação em Ex-Votos do século XVIII (Congonhas e Ouro Preto, MG)

Detalhe: catre torneado de pau preto com preparação para armação em tabuletas cruzadas, 1756.

Detalhe: catre torneado de pau preto com preparação para armação em fios, 1758.



Fonte: RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2018), p. 131 (Acervo fotográfico Wesley Rodrigues); RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2012), p. 116. FIGURA 36: ex-voto de Aioa escravo de Antônio Dias Godim a Sant’Ana Mestra, 1758, pintura sobre madeira. Museu do Aleijadinho, Ouro Preto. (Acervo fotográfico Wesley Rodrigues). (Edição do autor).

Segundo a definição de Bluteau, o “leito” era “um catre com quatro colunas ou pilares altos e tábuas sobre que se põe a cama” e “arma-se com cortinas”.⁹⁸⁸ Esse móvel constou em apenas 32 inventários de nossa amostra, e foi categorizado entre os móveis “pouco frequentes” (Gráfico 23). O leito pôde ser encontrado em todo nosso recorte temporal. Por ser um móvel luxuoso e de aparato, era confeccionado majoritariamente em madeiras nobres e torneadas, foi o que atestaram os inventários: 87,5 % das heranças com leitos continham peças de jacarandá ou pau preto (28 inventários) e em quase metade delas foram descritos madeiras torneadas (15). Apenas em dois inventários constaram leitos de “pau branco”, um deles com peças confeccionadas a partir de

⁹⁸⁷ RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2012), p. 116.

⁹⁸⁸ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.5, p. 74.

“madeira de laranjeira”⁹⁸⁹ – essas últimas peças muito provavelmente foram produzidos na colônia, o que contraria a hipótese de Canti segunda a qual o termo “leito” referia-se aos móveis importados de Portugal. A única peça com descrição pejorativa foi “um leito tosco e pobre”, que em 1796 pertencia ao português⁹⁹⁰ João Martins Alves, estalajadeiro na vila de Sabará.⁹⁹¹ No outro espectro decorativo, a descrição com ornamentação mais rica foi realizada em 1766, no inventário do grande minerador José de Souza Porto. Entre seus bens foi avaliado “um leito de jacarandá com *cabeceira entranhada de damasco amarelo*”.⁹⁹² Tratava-se de uma peça com a cabeceira estofada em “damasco”, um luxuoso tecido “com desenhos formados pela utilização de fios opacos e brilhantes”.⁹⁹³

Seguindo uma tradição medieval, que valorizava ao máximo tecidos e panos utilizados nos leitos, em cinco espólios foram descritos “cortinas” ou “cortinados”: dois deles de “chita”⁹⁹⁴, um de “cetim”⁹⁹⁵, e outro de “seda”⁹⁹⁶ riscada”. Se levarmos em consideração as representações desses tecidos nos dosséis de leitos retratados em ex-votos setecentistas, prevaleciam aqueles da cor vermelha, aparecendo alguns da cor azul (Figura 35).

⁹⁸⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José de Souza Porto, 1766.

⁹⁹⁰ Natural da Freguesia de São Pedro de Roriz (Pov. Do Conselho de Santo Tirso, Porto, Portugal/ Arcebispado de Braga

⁹⁹¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

⁹⁹² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José de Souza Porto, 1766.

⁹⁹³ DRUMOND, Marco Aurélio. *Op. Cite.* (2008), p. 202.

⁹⁹⁴ “Tecido leve de algodão cardado, geralmente estampado em várias cores”. DRUMOND, Marco Aurélio. *Op. Cit.* (2008), p. 202.

⁹⁹⁵ “Pano de seda ou lã. Possui aspecto brilhante e liso, com toque macio, obtido com o ligamento de mesmo nome. O efeito é conseguido a partir do desligamento dos fios de trama no direito do tecido”. DRUMOND, Marco Aurélio. *Op. Cit.* (2008), p. 201.

⁹⁹⁶ “Tecido feito com substância filamentosa produzida pela larva de inseto chamado vulgarmente de bicho-da-seda. Nome atribuído a diversos tipos de tecidos produzidos com essa fibra como tafetá, cetem, crepe, etc.”. DRUMOND, Marco Aurélio. *Op. Cit.* (2008), p. 206.

Figura 35 – Leitos com Dossel em Ex-votos Setecentistas (Congonhas, MG)

1701



1741



1764



1773



1773



1776



1778



1799



Fonte: RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2018), p. 171; BOTELHO, Thiago de Pinho. *Op. Cit.* (2013), na respectiva ordem das figuras: p. 143; 68; 145; 69; 70; 70; 70 (Edição do autor).

Em três inventários os leitos foram avaliados com “sua armação”. Esse termo foi utilizado em alguns documentos como sinônimo de cortinado. Exemplo disso encontra-se no inventário do açoriano José Tavares Pereira, que possuía um “catre de jacarandá a moda antiga com sua *armação de brim*⁹⁹⁷ *riscado*”, “uma armação de leito *de damasco*” e outra “armação de leito de *serafina*⁹⁹⁸ *lavrada*”.^{999 1000}

Ter um leito era privilégio de poucos. Por ser um móvel geralmente de grande porte, confeccionado em madeiras caras e revestido de panos luxuosos, restringia-se àqueles que possuíam alguma riqueza; foi o que os Inventários indicaram: 60,5% das heranças que registraram esse móvel, tiveram um monte-mor superior a 2:860\$226 réis. Nove desses inventariados, integrando o grupo dos homens ricos da Capitania¹⁰⁰¹, detinham fortunas calculadas em mais 10 contos de réis (10:000\$000 réis).¹⁰⁰² Desses, quatro eram de origem portuguesa.¹⁰⁰³ Alguns ricos lusitanos que possuíam leitos vieram para a América com poucos recursos, à exemplo do açoriano José Tavares Pereira. Segundo pesquisa de Marcela Milagre, “ele vivia antes de constituir família do seu *ofício de sapateiro*. Contudo, após o matrimônio com dona Catharina da Encarnação lançou-se em negócios mais lucrativos. Abandonou então o antigo ofício e tornou-se dono de lavras de ouro nas minas de Pitangui”,¹⁰⁰⁴ possivelmente com ajuda do dote que recebera dos pais de sua esposa.

⁹⁹⁷ “Tecido de linho ou algodão forte. Usado para confecção de calças, blusões, jaquetas, macacões, e também nos toldos das embarcações, sanefas e velas. Apresentava diversas qualidades: ordinário, curado, fino, largo, etc.”. DRUMOND, Marco Aurélio. *Op. Cit.* (2008), p. 200.

⁹⁹⁸ “Espécie de baeta encorpada; tecido de lã. Próprio para cortinados, forros, geralmente com desenhos ou debuxos”. DRUMOND, Marco Aurélio. *Op. Cit.* (2008), p. 206.

⁹⁹⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Tavares Pereira, 1749.

¹⁰⁰⁰ A descrição também demonstra que a armação, entendida como cortinado, poderia ser avaliada separadamente do leito ou catre. José Tavares possuía apenas dois móveis de repouso: “um catre de jacarandá sem armação” e o supracitado “catre de jacarandá a moda antiga com sua armação”. As duas armações que foram avaliadas separadamente poderiam ser alternadas com a de “brim riscado” que se encontrava nesse último móvel, serem aplicadas no outro catre, “sem armação”. Porém, mais uma vez, diante da imprecisão dos documentos, não podemos ir além dessas conjecturas. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Tavares Pereira, 1749.

¹⁰⁰¹ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 82 – 83.

¹⁰⁰² Esses foram os grandes mineradores José de Souza Porto, Antônio Vieira da Costa, Domingos de Araújo Lima e Burgos; os grandes comerciantes Matias de Crasto Porto e José Ferreira do Vale; os grandes agropecuaristas/mineradores José Tavares Pereira, José Corrêa Silva; e os grandes agropecuaristas Domingos Pinto da Cunha e Manuel Lopes Machado.

¹⁰⁰³ Matias de Crasto Porto; José Ferreira do Vale; José Tavares Pereira; José Corrêa Silva.

¹⁰⁰⁴ “[...] dispensa da Inquirição de Patrimônio foi José Tavares de Araújo. No seu *De Genere* testemunhas confirmam que seu pai, o Capitão José Tavares Pereira, português que veio morar nas Minas, vivia antes de constituir família do seu ofício de sapateiro. Contudo, após o matrimônio com dona Catharina da Encarnação lançou-se em negócios mais lucrativos. Abandonou então o antigo ofício e

Figura 36 – Leito de Dossel Setecentista Mineiro (Museu do Ouro, Sabará – MG)



Fonte: Museu do Ouro – Sabará. Foto do autor: maio de 2019.

Quando Catharina faleceu, no ano de 1734, eles eram moradores do arraial de Roça Grande, e seu monte-mor foi registrado na expressiva quantia de 10:063\$080 réis.¹⁰⁰⁵ Nove anos depois, José Tavares assumiu o cargo de vereador na vila de Sabará, com a patente de capitão.¹⁰⁰⁶ Quando ele faleceu, em 1749, estava casado em segundas núpcias com Joana Gertrudes Coutinho. Possuía então mais de 100 escravizados¹⁰⁰⁷, e havia dobrado sua fortuna, que foi avaliada em 20:286\$385 réis. No seu inventário,

tornou-se dono de lavras de ouro nas minas de Pitangui. Ofício esse que o Padre continuou depois de ordenar-se sacerdote”. AEAM. Processo de habilitação De Genere, Vitae et Moribus, Armário 8 – pasta 1325, fl.37v- 42. *Apud*. MILAGRE, Marcela Soares. *Op. Cit.* (2011), p. 75.

¹⁰⁰⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Catherina da Encarnação, 1734.

¹⁰⁰⁶ Foi vereador da câmara de Sabará em 1743. OLIVEIRA, Mariana de. *Op. Cit.* (2016), p. 149.

¹⁰⁰⁷ Fabrício Vinhas considerou o caso do “Capitão José Tavares Pereira, bastante interessante por ser tratar de testador que é grande proprietário de mais de 100 escravos e que mantém em seu plantel vários indivíduos cegos, aleijados e velhos. É possível compreender isso de duas formas não necessariamente excludentes. Se de um lado a manutenção desses escravos pode ser muito onerosa, pois provavelmente eles não produziram tantos quantos os demais, a permanência deles poderia indicar uma estabilidade até mesmo estratégica na relação entre o senhor e o seu plantel [sic.]. De outro lado, certamente seria muito mais difícil a venda de escravos não tão produtivos, no entanto é claro que tudo isso também não impediria o estabelecimento desses escravos mais velhos como verdadeiro membros da família. Isso porque estariam na propriedade por muito tempo. No limite, pode-se imaginar que, nesses casos, havia a preocupação por parte do senhor em continuar dando assistência aos escravos, mesmo estes não sendo mais tão produtivos. ANGELO, Fabrício Vinhas M. *Op. Cit.* (2013), p. 151.

como vimos, registraram-se duas armações de leito trabalhadas em rico tecidos, denotando a presença de um “leito”, porém, seu móvel foi descrito como um “*catre* de jacarandá”, não velho, nem usado, mas “*a moda antiga*”.¹⁰⁰⁸ Devido à a origem pobre, talvez José Tavares tenha comprado esse móvel na Colônia, encomendando a confecção de uma peça à “moda antiga”. A produção desse móvel na Colônia pode talvez explicar, mas não completamente, a imprecisa denominação da peça não como um “leito”, mas sim como um “catre”. O móvel do vereador Tavares seria semelhante ao exemplar subsistente no Museu do Ouro, em Sabará (Figura 36).

Segundo Canti, em “meados do séc. XVIII, a influência dos móveis do Norte de Portugal se fará sentir mais acentuadamente sobre os leitos mineiros, dando origem aos *móveis tardios*, assim classificados por apresentarem o estilo empregado durante o séc. XVII em Portugal”.¹⁰⁰⁹ No Reino, sobretudo no Norte, até meados do Setecentos, permaneceriam o estilo dos leitos da centúria anterior. De mesmo modo, leitos e catres tardios, executados no Brasil, durante todo o séc. XVIII e até princípios do séc. XIX, conservariam a estrutura do móvel português seiscentista. Os estudiosos os identificam através da permanência de elementos setecentistas combinados com estruturas do século anterior: a exemplo de colunas e balaustradas torneadas, e frontão de barra entalhada. São conhecidos atualmente como “camas de galeria”, de acordo com suas galerias de torneados. Na Colônia foram “executados sobretudo em Minas Gerais, devido ao grande número de mestres marceneiros e outros oficiais do Norte de Portugal”.¹⁰¹⁰ O “espírito conservador do português nortenho”¹⁰¹¹ explicaria a permanência desse estilo na Capitania. Entre os exemplares pesquisados por Tilde Canti, consta, no Museu do Ouro, em Sabará, uma peça de produção mineira, mas estruturalmente de inspiração portuguesa seiscentista¹⁰¹²(Figura 36). Na ficha cadastral do móvel, se lê:

¹⁰⁰⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Tavares Pereira, 1749.

¹⁰⁰⁹ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 129.

¹⁰¹⁰ “São leitos compostos de cabeceira com uma ou duas ordens de torneados ou torcidos, ou ainda de tábuas recortadas e vazadas, sustentando um frontão em geral entalhado. Alguns ainda possuem bilros, elemento decorativo típico dos leitos portugueses seiscentistas, colocados em correspondência com torneados e também intercalados entre estes. [...]. Outros já se apresentam sem eles, numa espécie de versão simplificada, porém conservando a mesma linha estilística dos primeiros. Colunas altas de sustentação para dossel ou vestígios delas são bastante encontrada nesse tipo de móvel. São peças inteiramente desmontáveis e, em sua grande maioria, regionais, pois apresentam elementos decorativos não encontrados nos móveis portugueses”. CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 130.

¹⁰¹¹ VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Op. Cit.* (2012), p. 258.

¹⁰¹² CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 130.

Leito de origem mineira, de composição esmerada, datável da 1ª metade do século XVIII, mas certamente inspirado em modelos seiscentistas com influência moçárabe, com torneado em discos, bolachas, nós diversos e gradil decorado à maneira de bilros; decoração profusa, em motivos barrocos, com acantos, volutas e cartelas; *certamente de origem mineira*.¹⁰¹³

Outros lusitanos que se tornaram “milionários” já chegaram às Américas com algum recurso, e talvez eles mesmos tenham trago ou encomendado seus leitos diretamente de Portugal. Esse foi o caso do licenciado José Corrêa Silva (pai do Padre Corrêa). Ele era natural de Almoester, localidade a meio caminho de Lisboa e Coimbra. Do Reino trouxe o título de licenciado e se casou com Felizarda Barbosa da Silva, natural de Maragogipe, bispado da Bahia.¹⁰¹⁴ Primeiramente exerceu a profissão de boticário na vila de Sabará,¹⁰¹⁵ onde se estabeleceu com a esposa por volta do ano de 1728.¹⁰¹⁶ Posteriormente, abandonou esse ofício, e investiu seus capitais na “fazenda do Fidalgo”, com atividades de mineração e agropecuária. Em 1740 recebeu despacho favorável do Conselho Ultramarino para passar “a este Reino e sua pátria”, “com toda sua família”, “para assistir a seus pais muito velhos e outras obrigações”.¹⁰¹⁷ Dezesete anos depois veio a falecer em Sabará com a enorme fortuna calculada em 31:953\$526 réis. Entre os móveis de seu espólio constava “um leito grande de jacarandá preto”. Talvez ele tenha comprado esse móvel na viagem que fizera ao reino na década de 1760, ou mesmo em Salvador, onde sua esposa mantinha laços de parentesco.

Também o minhoto José Ferreira do Vale, natural Freguesia de Salvador de Donim, termo da Vila de Guimarães, parece ter chegado à Colônia com algum recurso, atuando no comércio, o que lhe possibilitou o acesso ao título de sargento-mor do arraial de Santa Luzia. Seu cargo lhe facilitou o acesso ao rei em Portugal, quando recorreu de uma querela que possuía com os Pereira da Rocha, outra parentela da elite

¹⁰¹³ <http://museudoouro.acervos.museus.gov.br/acervo/leito-de-dossel/> (acesso, julho de 2019). (Itálicos nossos).

¹⁰¹⁴ Requerimento de Jose Correa Silva, natural de Almoester, residente na Vila do Sabará, Comarca do Rio das Velhas, solicitando licença para passar ao Reino com toda sua família. AHU_ACL_CU_011, Cx. 40\Doc. 29 (1)

¹⁰¹⁵ CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cit.* (2005). (Tese de Doutorado), p. 294.

¹⁰¹⁶ Requerimento de Jose Correa Silva, natural de Almoester, residente na Vila do Sabará, Comarca do Rio das Velhas, solicitando licença para passar ao Reino com toda sua família. AHU_ACL_CU_011, Cx. 40\Doc. 29 (1)

¹⁰¹⁷ Requerimento de Jose Correa Silva, natural de Almoester, residente na Vila do Sabará, Comarca do Rio das Velhas, solicitando licença para passar ao Reino com toda sua família. AHU_ACL_CU_011, Cx. 40\Doc. 29 (1)

local.¹⁰¹⁸ Ele faleceu em 1777, com uma fortuna de 14:770\$223 réis. Através de suas redes comerciais, também é possível que tenha encomendado no Reino seus “três leitos de jacarandá torneados”.¹⁰¹⁹ Os leitos eram peças desmontáveis e podiam ser transportadas em “lombo de burro”, mesmo que com certa dificuldade, como ilustra o relato de John Luccock, em 1818:

Deixamos Mariana e rumamos para a capital. Não tínhamos ido longe, quando deparamos com um grupo de viajantes [...]. Nada em sua bagagem parecia tão estranho como o carregamento de uma besta, que levava o trambolho de uma *enorme cama, de jacarandá*, com a cabeceira de um lado e os pés a balançarem do outro, de tal maneira que a pobre criatura ia escondida a meio, mal podendo seguir em linha reta.¹⁰²⁰

Tudo indica que os leitos, sendo de uma forma geral mais caros e suntuosos que os catres, muitos seguindo uma estética antiga, além de serem peças de conforto do sono, também seriam móveis que simbolizavam a tradição e pertencimento à uma cultura das aparências, própria do Antigo Regime português. Miguel Cabral de Moncada analisou essa prática dentro do universo lusitano a partir do processo de “preservação e musealização doméstica dos móveis antigos”, praticado por elites tradicionais portuguesas a partir do século XVIII.¹⁰²¹ Nos termos de Alexandra Pelúcia, “enquanto unidades de organização sócio familiar”, que buscavam formar ou demonstrar suas linhagens, as elites lusitanas tradicionais “estruturavam-se a partir de um conjunto de símbolos, que se associavam a esquemas mentais de representação e definiam, de modo indelével, consciente e intergeracional, a reputação do grupo e a identidade comum dos agregados”.¹⁰²² Dessas práticas “resultava o reconhecimento da especificidade que lhes assistia, por parte dos pares e da generalidade da sociedade, mas

¹⁰¹⁸ Jose Ferreira do Vale solicita ao rei mercê de o autorizar a recorrer, para casa de suplicação, de um pleito que travava com Antônio Pereira da Rocha. AHU_ACL_CU_011, Cx. 99\Doc. 18 (1).

¹⁰¹⁹ BDITCRV, Inventários *post-mortem* do grande comerciante José Ferreira do Vale, 1779.

¹⁰²⁰ LUCCOCK, John. Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil (1808-1818). São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia Editora, 1975. p. 343. *Apud.* Arquivo Ernani Silva Bruno. “Equipamentos e Costumes da Casa Brasileira: usos e costumes. Disponível em: <http://ernani.mcb.org.br/ernMain.asp> (acesso, julho de 2019). (Itálicos nossos).

¹⁰²¹ MONCADA, Miguel Cabral de. *Preservação e “musealização” do mobiliário “antigo” no interior das habitações das elites – 1775-1800*. Material base de palestra proferida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa como parte do programa do *III Curso Livre De Artes Decorativas As Artes Decorativas No Espaço Residencial: Entre a Vivência e a Musealização*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2018.

¹⁰²² PELÚCIA, Alexandra. Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem: Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e de D. Sebastião, Lisboa: Centro de História de Além-Mar – CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 35. *Apud.* MONCADA, Miguel Cabral de. *Op. Cit.* (2018).

também pelos próprios, que ficavam, assim, aptos a desenvolver sentimentos de coesão interna”.¹⁰²³ Para a nobreza lusitana “o núcleo principal desses símbolos resumia-se a um triunvirato baseado no nome, no brasão de armas e no património acumulado, tanto numa vertente imobiliária como funcional”.¹⁰²⁴ Numa perspectiva abrangente, para essas elites do Antigo Regime português, “a percepção da linhagem repousava ainda na fundação de capelas [...], na realização de sufrágios religiosos dos antepassados, na produção de genealogias e de crónicas particulares e na *conservação de objetos raros e valiosos*”.¹⁰²⁵

Entre as elites coloniais, mas com suas diferenças de grau, papel semelhante seria cumprido pela dupla formada pelo nome, mas principalmente pela riqueza acumulada e seus signos materiais. Exemplo disso era a construção e manutenção de capelas, e, no caso específico que estudamos, a conservação de objetos raros e valiosos como leitos *à moda antiga*. Deste modo, muitos lusitanos ou seus descendentes, quando conseguiram algum sucesso na empreitada transatlântica, parecem ter agido em consonância com práticas das antigas elites metropolitanas. Mesmo pessoas estranhas a casa, mas com algum *status* social, eram levadas a presenciar o “espetáculo” desses leitos. Ao menos é o que nos deixa entender o relato do viajante do inglês John Mawe, que parece ter vislumbrado vários desses móveis quando de sua estadia em Vila Rica, no ano de 1808. Em seus termos:

As casas das classes abastadas em Vila Rica estão bem melhor arranjadas e mobiliadas do que as vi no Rio de Janeiro e em São Paulo e, na sua maioria, conservam uma ordem perfeita. *Os leitos pareceram-me tão elegantes que os considerei dignos de descrição mais detalhada.* As cabeceiras são de madeira fina, com caneluras ou esculpidas de maneiras diversas; os lados lisos, os pés de madeira ou de couro. O colchão era de algodão e os lençóis de linho muito fino, com barra de renda feita em casa, tendo no mínimo nove polegadas de largura. Os travesseiros arredondados nas pontas e forrados com tafetá cobertos de fina musselina, ornada com renda, que engomada e delicadamente feita, dava aparência de luxo. A colcha, de damasco amarelo, ornada, assim como os lençóis e as fronhas, de renda larga. As colgaduras eram dos mesmos materiais, em forma de dossel, sem cortinas. *Excetuando as últimas novidades nesta peça da mobília,*

¹⁰²³ *Idem, ibidem.*

¹⁰²⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁰²⁵ *Idem, ibidem.*

*nunca vi leitos tão magníficos quanto os dos opulentos desta capitania.*¹⁰²⁶

Significativo é o fato de nenhum dos inventariados que possuíam leitos ser classificado como “negro”, “pardo” ou “forro”, indicando que a posse desse móvel se diferenciava da posse de outros móveis requintados, que de modo diverso do leito, puderam ser encontrados em espólios de grupos sociais não brancos e de elite. O leito carregava sentidos simbólicos ligados a tradições culturais europeias vinculadas mais ao ideário aristocrático de Antigo Regime do que às dinâmicas modernizantes próprias do Século das Luzes e das novas elites burguesas. Assim como ocorreu aos catres, muitos desses leitos foram representados em ex-votos setecentistas. Nesses pequenos quadros votivos é possível ver os diversos panos e os luxuosos móveis que mesmo em momentos de enfermidade, as famílias buscavam exibir, atestando sua riqueza e a tradição (Figura 35). Ao contrário do que observamos na análise iconográfica dos catres, significativo é o fato de nenhum dos quadros votivos com leitos que encontramos pertencer a pessoa classificada como “escrava” ou representada como negra ou parda (comparar figuras 33, 34 e 35). O que corrobora nossa hipótese de que esse móvel era exclusividade de uma elite, branca, muitas vezes de origem portuguesa.

A mentalidade de Antigo Regime descrita por Cabral Moncada explicaria casos como os da senhora de engenho, dona Maria Beatriz da Fonseca, “branca”, que em 1783 mantinha em sua casa “um leito torneado de jacarandá *muito antigo*”, mas “*em bom uso*”.¹⁰²⁷ Ou o caso do minerador Manoel Teixeira de Queiroz, “branco”, que neste mesmo ano, quando faleceu, possuía “um leito de jacarandá *com seu uso onde dormia*”.¹⁰²⁸ Seguiu tal prática até mesmo um inventariado com riquezas irrisória, mas “branco”, e ocupando um cargo administrativo na Colônia. Tratava-se de Antônio Vieira de Brito, “escrivão de ouvidoria”, que em 1771 deixou um monte-mor de apenas 120\$750 réis, mas exibia seu “leito torneado de jacarandá *a moda antiga*” e “se preocupava em ser visto nas ruas de Sabará vestido com seu ‘vestido de pano cor de chumbo, inteiro com calção e vestia, com botões de tambaques branco, forrado de tafetá

¹⁰²⁶ MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil* (1807-1810). São Paulo, Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia Editora, 1978. p. 141

¹⁰²⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Beatriz da Fonseca, 1783.

¹⁰²⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Teixeira de Queiroz

carmezim ([...] cor vermelha muito viva)".¹⁰²⁹ O móvel, assim como a indumentária, eram adereços que “tinham um importante papel de comunicar a sua posição social, real ou almejada”.¹⁰³⁰

Dentro da mesma lógica de exposição material do prestígio, longevidade e tradição, real ou fictícia, de uma parentela, no arraial de Santa Rita, o tenente Mathias Pereira Pinto ostentava seu “leito de jacarandá torneado”. De origem lusitana, ele era natural da freguesia de Monserrate da vila de Viana do Castelo e pertencia a uma família com certa inserção social naquela região. Quando da feitura do seu testamento, em 29 de março de 1771, afirmou “*possuir bens herdados dos pais*, cujo inventário se achava na Vila de Viana, sendo que a legítima da mãe estava empenhada na mão de Luís do Rego”.¹⁰³¹ Talvez antes mesmo de Mathias Pereira migrar para o Brasil, em 1712, seu irmão mais velho, Luís Eusébio Amorim Pinto, já havia se ordenado padre na Mitra Arquiepiscopal de Braga.¹⁰³² Em homenagem ao irmão, e memorando o nome da família, batizou seu filho como Luiz Euzébio de Amorim, este, a exemplo do tio, também ordenara-se padre.¹⁰³³

Operando com a mentalidade de antigo regime, mas também a partir de lógicas de consumo mais “modernas”, de todos os inventários que consultamos, o do grande minerador José de Souza Porto, realizado no ano de 1766, foi o que registrou maior número de leitos.¹⁰³⁴ Em algumas das seis casas que possuía, distribuídas pelo arraial de Congonhas do Sabará e o sítio Samambaia, encontravam-se nada menos que 15 dessas peças. Dentre elas, oito “leitos de jacarandá” (quatro deles “torneados”), três leitos de “laranjeira”, “um leito branco torneado”, outro “leito de pau branco com cortinado de seda riscada com colcha de damasco amarelo”, e, por fim, o já citado “leito de jacarandá com cabeceira entranhada de damasco amarelo”, uma luxuosa peça portuguesa dos

¹⁰²⁹ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 58.

¹⁰³⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁰³¹ VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. *Por mãos alheias: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. (Tese e Doutorado em Educação), p. 206.

¹⁰³² Inquirição *De Genere* de Luís Eusébio Amorim Pinto Filiação: Valentim Amorim Maciel e Maria Assunção Pereira. Natural e/ou residente em Viana do Castelo-Monserrate, Nossa Senhora, atual concelho de Viana do Castelo e distrito (ou país) Viana do Castelo. <http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1354268> (acesso, julho de 2019).

¹⁰³³ No campo “filhos” da ficha do inventário. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Mathias Pereira Pinto, 1773.

¹⁰³⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José de Souza Porto, 1766.

estilos D. João V ou D. José I,¹⁰³⁵ distinta dos móveis regionais produzidos na Capitania. Segundo Cabral Moncada, a aquisição de um móvel “moderno” como esse seria alvo de demanda sobretudo das novas elites, em contraposição à velha aristocracia e sua mentalidade que muitas vezes buscava “musealizavar” o mobiliário como símbolo de distinção e identidade. Em suas palavras:

Se as elites antigas poderão ter, por razões práticas e/ou sentimentais, mantido alguns móveis ‘antigos’ nas zonas nobres das suas casas, deslocando para zonas menos nobres os restantes, as novas elites, que antes pouco ou nada teriam, adquiriram peças de mobiliário ‘modernas’, concebidas expressamente para as novas realidades e necessidades da vida doméstica. Aliás, *esta ‘modernidade’ nos hábitos seria uma necessidade sentida, sobretudo, pelos membros destas novas elites* como fator de demonstração de cultura e de “estar a par da moda’ das restantes elites europeias, fator que pouco significaria para as antigas elites, que baseavam o seu prestígio na antiguidade dos seus nomes e das suas Casas, na propriedade de bens fundiários, nos extensos direitos senhoriais adquiridos e nos cargos ocupados, e nunca na ‘modernidade’ dos seus hábitos.¹⁰³⁶

6.3 – Bancos e Tamboretas: da “proximidade imposta” dos assentos coletivos ao ajuste individual dos novos rituais de sociabilidade

De acordo com Fernand Braudel, é “significativo verificar que há, em todo o mundo, dois comportamentos na vida de todos os dias: a posição sentada e a posição agachada, esta onipresente, salvo no Ocidente, e ambos justapostas apenas na China”. O renomado historiador dos *Annales* concluiu que “procurar as origens deste comportamento, na Europa, levar-nos-ia à Antiguidade e às próprias raízes da civilização ocidental”.¹⁰³⁷ Desconsiderando o característico eurocentrismo braudeliano, sua análise é importante por destacar o papel da “posição sentada” como mais um dos mecanismos do projeto civilizacional europeu. Esse que, como veremos, também atingiu os sertões da América Portuguesa, com as especificidades de seus “móveis de assento”. O mais disseminado desses móveis foi o “banco”, que marcou a penúltima colocação entre as peças mais frequentes nos inventários do termo de Sabará (Gráfico 21). Ele, e seus derivados (o banquinho e arquibanco), constaram em 199 heranças, a

¹⁰³⁵ Conforme descrição semelhante no trabalho de Tilde Canti, um inventário do Recôncavo Baiano do ano de 1803 registrou: “um leito de jacarandá com sua *cabeceira de damasco*”. CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 254, nota 50.

¹⁰³⁶ MONCADA, Miguel Cabral de. *Op. Cit.* (2018).

¹⁰³⁷ BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.* (2005), p. 251.

partir de 1726, consolidando-se como o principal “móvel de assento” na Capitania de Minas Gerais do século XVIII. Segundo Bluteau, o nome desse “assento comprido de madeira, no qual muitos se podem assentar no mesmo tempo”¹⁰³⁸, deriva-se de *banc*, palavra alemã. Muito provavelmente também o hábito de os utilizar, assim como a mesa, nos rituais de refeição, teve sua origem ligada ao mundo germânico e gaulês, e não ao mudo romano. Segundo Oliveira Marques, na sociedade medieval portuguesa, de uma maneira geral, “o costume islâmico, foi, neste caso, determinante”, e as pessoas sentavam-se frequentemente no chão, homens, mas sobretudo as mulheres, sobre tapetes e almofadas.¹⁰³⁹ A cadeira solene, ou cátedra, era reservada somente ao rei ou à alguns chefes de casas nobres (sendo encontradas de mesmo modo em instituições religiosas e universidades).¹⁰⁴⁰ A população também se sentava sobre caixas, arcas e camas, porém, com mais profusão, em “bancos ou escanos, com ou sem espaldar, grandes ou pequenos, *mas nunca individuais*”.¹⁰⁴¹ De toda forma, em Portugal, até o século XIV, o banco era um assento coletivo pouco elaborado, destinando-se às pessoas mais graduadas da residência.¹⁰⁴² “O seu fabrico era muito simples, uma tábua direita posta sobre dois pés nas extremidades”.¹⁰⁴³ No século XVI o banco se tornaria mais comum, como assento coletivo e derivava-se muitas vezes da arca, apresentando uma caixa sobre o assento¹⁰⁴⁴ (forma que tomará características próprias e exclusivas em Minas e Goiás, no século XVIII, como veremos mais adiante).

Nuno Madureira, ao analisar a parca presença de bancos na Lisboa setecentista, afirmou que “o período de ouro desses assentos, produções mais ou menos grosseiras da marcenaria [...] já tinha passado”.¹⁰⁴⁵ A capital do império seguia os ditames dos grandes centros europeus, sobretudo Paris, onde “o século XVIII [foi] o século dos assentos” e “a sociabilidade [...] simbolizava o Iluminismo, seu gosto pela conversação” e “pela arte de receber”,¹⁰⁴⁶. No mesmo período, a cadeira foi o assento mais inventariado também no Baixo Minho, região rural da qual viera a maioria dos

¹⁰³⁸ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.2, p. 28.

¹⁰³⁹ MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. Cit.* (1971), p. 81.

¹⁰⁴⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁴¹ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁴² CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 28.

¹⁰⁴³ MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. Cit.* (1971), p. 81.

¹⁰⁴⁴ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 28.

¹⁰⁴⁵ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 157.

¹⁰⁴⁶ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 251.

portugueses que migraram para Minas. Como vimos, o mesmo não se dava nas possessões portuguesas na América. Na São Paulo seiscentista, de onde também vieram muitos futuros moradores das Minas, mesmo o banco, era peça rara nas relações de mobiliário dos inventários,¹⁰⁴⁷ possivelmente devido à grande presença de uma cultura mameluca. Todavia, nas Minas Setecentistas, o banco, móvel de assento coletivo por excelência, dominou a vida social das pessoas na maior parte do período colonial, condicionando-as a “uma postura encolhida” e a “uma proximidade imposta”¹⁰⁴⁸. Mais adiante veremos que esse quadro só começaria a dar sinais de mudança no último terço do século XVIII, sobretudo com a disseminação de tamboretas. As cadeiras continuariam raras nas Minas nesse período.

A madeira empregada na confecção dos bancos da comarca do Rio das Velhas foi em quase sua totalidade o “pau branco”. A única exceção foi “um banco de encosto na sacristia de *guarnecido de jacarandá*”, que no ano de 1796 poderia ser encontrado na capela de Santo Antônio da Roça Grande, ou na capela de N. S. das Neves, ambas pertencentes às fazendas do supracitado mestre de campo Antônio Vieira da Costa.¹⁰⁴⁹ A maioria dos bancos mineiros eram móveis muito simples, sem nenhuma ornamentação, ou trabalho da madeira. Como atestam as descrições, prevaleciam os “bancos lisos” (26) ou “bancos toscos” (8). Diferente desses, além do banco guarnecido de jacarandá, constou um “banco de encosto de pau branco *pintado de nogueira* com sua caixa”. Em 1783 esse móvel pertencia à dona Maria Beatriz da Fonseca, senhora de engenho, e moradora em Santa Luzia, na Fazenda do Urubu.¹⁰⁵⁰ A inventariada também possuía uma “morada de casas sita na Vila de Sabará, Rua do Carmo” (595\$000 réis)¹⁰⁵¹ e uma fazenda de engenho¹⁰⁵² na mesma vila. Apesar da falta de pontuação, ao que parece, o banco era pintado imitando a nogueira, árvore nativa da Europa e da Ásia.

¹⁰⁴⁷ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 110. (a autora cita alguns exemplos de inventários paulistas seiscentistas nos quais constaram bancos).

¹⁰⁴⁸ *Idem*, p. 252.

¹⁰⁴⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

¹⁰⁵⁰ Muito provavelmente trata-se da mesma “Fazenda do Urubu”, atualmente no território do município de Pedro Leopoldo, analisada pela arquiteta Elizabeth Sales de Carvalho. CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2003), p. 153; 842.

¹⁰⁵¹ Continua: “e neste Alexandre da Silva e Souza e de outro com o ajudante Joaquim Fagundes de Souza”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Beatriz da Fonseca, 1783.

¹⁰⁵² “Uma fazenda que se compõe de casas de vivenda, com seu engenho de cana de água, pilões, roda de telha e mais pertences ao dito engenho com terras de planta, capoeira e pastos sita na paragem do Córrego das Lages”, em Sabará, próximo a “estrada de Santa Luzia”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Beatriz da Fonseca, 1783.

Carlos Franco dá notícias de um móvel semelhante a esse, em 1798, na “sala da câmara” da residência do Conde de Santiago em Lisboa, onde se encontravam “alguns bancos em madeira de pinho, ‘pintados de nogueira’, que ostentavam ‘as armas da casa’”.¹⁰⁵³ O móvel de dona Maria Fonseca poderia ser um modelo produzido em Minas ou mesmo importado do Reino,¹⁰⁵⁴ onde existiram bancos com ornamentações semelhantes.

No que se refere aos tamanhos, quando mencionados, no termo de Sabará prevalecem os pequenos (22), seguidos de perto pelos grandes (17). Quanto aos primeiros, encontramos apenas uma descrição de medida, tratando-se de “um banco pequeno com *três palmos e meio de comprimento*”¹⁰⁵⁵ (c. 77 cm). No ano de 1796 esse móvel pertencia a uma “negra de tabuleiro”¹⁰⁵⁶, Clara Correa de Miranda, “crioula forra”, moradora da vila de Sabará. O artefato talvez servisse de apoio em seu trabalho de vendedora ambulante. Sem especificar os tamanhos, mas descrevendo as larguras, constaram dois inventários, um com “banco com sete palmos de comprimento”¹⁰⁵⁷ (c. 154 cm), outro com um “banco de encosto de quinze palmos de comprimento” (c. 330 cm).¹⁰⁵⁸ Este último era uma peça enorme, com mais de três metros de comprimento, que em 1796 pertencia ao capitão Antônio Vieira Gaia, português, natural da freguesia de Santa Marinha de Vila Nova Gaia e morador da Vila de Sabará, onde exerceu o ofício de escrivão. Esse móvel se enquadra nos tamanhos que Tilde Canti encontrou nos poucos bancos que constam descritos nos inventários paulistas do século XVII, “com quatro a cinco palmos de comprimento, chegando, às vezes, a sete palmos.”¹⁰⁵⁹

Como o móvel do capitão Antônio, em 51 heranças constaram “bancos de encosto”. No acervo da Sala dos Milagres, em Congonhas, se encontra um ex-voto com representação de um desses bancos, mandado pintar quando do “milagre que se fez o Senhor do Matosinho a João Jozé Machado de uma desgraça de um tiro no braço esquerdo que estando carregando se disparou no 1º braço e pôs-se em perigo de cortar-

¹⁰⁵³ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2007), p. 76.

¹⁰⁵⁴ Flexor afirmar que alguns modelos de móveis de acento encontrados na Bahia, “feitos de nogueira”, davam “a certeza de que vieram de Portugal”. FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 109.

¹⁰⁵⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Clara Correa de Miranda, 1796.

¹⁰⁵⁶ Ver capítulo 7.

¹⁰⁵⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Pereira Braga, 1795.

¹⁰⁵⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira Gaia, 1796.

¹⁰⁵⁹ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 110.

se com o senhor B. Jesus do Matosinho logo cobrou a saúde. Sucedeu-se esse sucesso no Serro do Frio, no arraial de Gouveia, no ano de 1765” (Figura 37).¹⁰⁶⁰

Figura 37 – Banco de Encosto em Ex-Voto originário de Gouveia, comarca do Serro - 1765 (Congonhas, MG)



Detalhe: banco de encosto, com uma tábua no encosto, braços em volutas e assento com guarnição recortada.



Fonte: BOTELHO, Thiago de Pinho. *Op. Cit.* (2013), p. 91. (Edição do autor).

Todavia, a maioria dos inventários deveria conter “bancos sem encosto”, mesmo que esses apareçam assim descritos uma única vez em nossa documentação.¹⁰⁶¹ Trata-se do exemplo típico do que Edoardo Grendi denominou como “excepcional normal”.¹⁰⁶² Uma descrição que aparentemente representa uma exceção, mas era um tipo de artefato mais comum e acessível aos inventariados, pois bancos sem encostos eram mais baratos

¹⁰⁶⁰ Transcrição, atualizada, do autor. BOTELHO, Thiago de Pinho. *Milagre que se fez... estudo dos 36 ex-votos ofertados ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. (Dissertação de Mestrado em Artes), p. 91.

¹⁰⁶¹ Constam apenas “dois bancos pequenos sem encosto”, que pertenceram à dona Maria Beatriz da Fonseca. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Beatriz da Fonseca, 1783.

¹⁰⁶² CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na História. MNEME – Revista de Humanidades, 11(28), 2010 – AGO / DEZ. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/download/1045/992/> (Acesso: março de 2019). p. 39.

e mais fáceis de fazer. Segundo Canti, esses seriam “*bancos de mesa*”.¹⁰⁶³ Essa autora também identificou, na primeira metade do séc. XVIII, o surgimento de “um verdadeiro estilo de *banco mineiro*”.¹⁰⁶⁴ Este móvel, a princípio, teria “apenas uma tábua por encosto, suportada por duas ou mais colunas de madeira e, às vezes, braço”.¹⁰⁶⁵ A partir da segunda metade do século, os bancos mineiros passariam a ser produzidos com um “encosto mais largo e recortado, avolumando-se os braços e o móvel [tornou-se] mais decorado”.¹⁰⁶⁶ Como esses últimos seriam os “dois bancos de encosto de pau branco com *guarda mão*”¹⁰⁶⁷ que no ano de 1791 encontravam-se na fazenda das Minhocas, propriedade de Antônio Lourenço Valadares. Em 1771, bancos de encostos conviviam com bancos mais simples e antigos, e poderiam ser encontrados nas fazendas do português Antonio de Souza Lima, natural de Braga, e um dos maiores mineradores-agropecuaristas da região¹⁰⁶⁸, juntamente com seu sócio, o supracitado capitão Antônio Vieira da Costa.¹⁰⁶⁹ Tratava-se de “dois bancos de encosto, um banco de seis tábuas” e “três bancos *usados* de uma tábua”.¹⁰⁷⁰

No ano de 1726 já constavam “dois bancos com encosto” entre os bens do “licenciado” João de Lima Curado, residente em sua “morada de casas coberta de telha” (225\$000 réis), na vila de Sabará, onde em 1716 ele era “oficial da câmara”.¹⁰⁷¹ João Curado também foi proprietário de “uma casa coberta de telha” (15\$000 réis), “no caminho que vai para o Gaia”, onde possuía um “sítio com lavras de terra, veio de água, rego de água, casa coberta de telhas e quatro ranchos de capim” (450\$000 réis), além de

¹⁰⁶³ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 110.

¹⁰⁶⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁶⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁶⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁶⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Lourenço Valadares, 1791.

¹⁰⁶⁸ Seu monte-mor somou 65.320\$208 réis. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antonio de Souza Lima, 1771.

¹⁰⁶⁹ No campo de observação da ficha de localização do inventário: “consta ter a viúva comprado a meação do defunto seu marido. Parte do inventário foi feito pela viúva e parte pelo sócio do defunto, cap. *Antônio Vieira da Costa* (depositário dos bens)”, entre as propriedades em comum, é listada a “uma fazenda de agricultura chamada N. Sra. das Neves intitulada por sesmaria com matas virgens, capoeiras, 2 quartéis de cana, 1 quartel de mandioca, árvores de espinho, bananais, horta, casa de vivenda, engenho de cana e de pilões de moer mamona, roda de mandioca e prensa, paiol, senzala, estribarias, pombais (tudo coberto de telhas), 2 alambiques, 3 tachos, 1 caldeira, 2 fornos e torrar farinha, formas de purgar e seca e caixões de guardar, tanque, etc. 300 alqueires de feijão colhido, 25 alqueires de milho plantados, 1 capela com invocação de N. S. das Neves com imagens e objetos (alguns de prata)” (6:400\$000 réis). BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antonio de Souza Lima, 1771.

¹⁰⁷⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antonio de Souza Lima, 1771.

¹⁰⁷¹ AHU_ACL_CU_023-01, Cx. 23\Doc. 2179.

“uma roça de mandioca” (75\$000 réis) no “Sabará acima”.¹⁰⁷² Apesar dessa presença precoce, dos 51 inventários com bancos de encosto, apenas seis foram realizados antes de 1750, cinco deles depois de 1740. Isso aponta que os ditos *bancos mineiros* se divulgaram sobretudo na segunda metade do século XVIII. Os avaliadores dos bens do capitão Antônio Vieira da Costa indicaram que muitos desses bancos localizavam-se em varandas, ou, como afirmou Canti, em “entradas, alpendres e patamares das casas brasileiras, nos sécs. XVIII e XIX, sobretudo em Minas Gerais e Goiás”¹⁰⁷³ (prática que ainda hoje pode ser observada em velhas fazendas desses dois Estados). Em 1796, o referido capitão possuía “um banco de encosto na varanda, quebrado” e outro “dito [banco de encosto] na mesma varanda”.¹⁰⁷⁴

Figura 38 – Banco de Encosto ou “Banco Mineiro”, século XVIII (Museu do Ouro, Sabará)



Fonte: Museu do Ouro – Sabará. Foto do autor: maio de 2019.

¹⁰⁷² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Lima Curado, 1726.

¹⁰⁷³ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 28; p. 110. (A autora, porém, estende essa prática aos denominados arquibancos, bancos com caixa no assento, o que nos parece errado, pois sendo também utilizados como móveis de guarda, era pouco provável que se dispusessem em locais abertos, mesmo que possuíssem fechaduras).

¹⁰⁷⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

No Museu do Ouro, antiga Casa de Fundação e morada do intendente de Sabará, se pode encontrar um banco de vinhático, do século XVIII, proveniente da mesma cidade. Trata-se de típico exemplar identificado nos inventários como “banco de encosto”, e classificado por Tilde Canti como *banco mineiro*, com encosto largo, recortado, e volumosos braços (Figura 38).¹⁰⁷⁵ O mesmo se encontra alocado, fidedignamente, em uma varanda do pátio interno, zona da antiga residência do intendente.

Em três inventários constaram “arquibancos”¹⁰⁷⁶: “um composto de arca, e banco, erguido do chão, que fica em maior altura que os mais assentos”.¹⁰⁷⁷ Esse artefato indicava claramente o quanto a origem do banco era tributário da caixa utilizada como assento ainda na Idade Média¹⁰⁷⁸ e desenvolvendo-se, em Portugal, no século XVI, como um móvel independente dessa.¹⁰⁷⁹ Canti encontrou, entre os inventários paulistas do século XVII e XVIII apenas uma referência a arquibancos, levando-a a concluir que o termo era pouco utilizado na Colônia. Porém afirmou que esse móvel, que hoje é denominado arca-banco, era uma “peça típica do mobiliário setecentista mineiro-goiano”.¹⁰⁸⁰ “Apresentava-se, inicialmente, como uma simples caixa mais estreita, tendo uma tábua como encosto, suportada por duas ou mais colunas (ou prumadas) de madeira. Algumas vezes apresentando braços, no estilo dos bancos [mineiros]”.¹⁰⁸¹ Como esses últimos, na segunda metade do séc. XVIII, os arquibancos começam a apresentar o encosto largo e recortado e braços com grande variedade de recortes em curvas acentuadas”¹⁰⁸², o móvel tornando-se mais decorado. Segundo Maria Helena Flexor, é nesse período também que os arquibancos aparecem no mobiliário baiano.¹⁰⁸³ No acervo do Museu de Artes e Ofícios, em Bel Horizonte, encontra-se expostos alguns desses móveis, como o da figura abaixo, com costas recortada e braços com volutas (Figura 39).

¹⁰⁷⁵ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 110.

¹⁰⁷⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel de Souza de Oliveira, 1749; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos de Araújo Lima e Burgos, 1751; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Luiza Rodrigues da Crus, 1779.

¹⁰⁷⁷ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980).

¹⁰⁷⁸ MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira. *Op. Cit.* (1971), p. 81.

¹⁰⁷⁹ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 28; p. 110.

¹⁰⁸⁰ *Idem*, p. 110.

¹⁰⁸¹ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁸² *Idem, ibidem.*

¹⁰⁸³ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 108.

Figura 39 – Arquibanco (Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte – MG)



Fonte: Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte - MG. Foto do autor: maio de 2019.

No ano de 1749, no arraial do Cural del-Rei, Manoel de Souza de Oliveira era proprietário da fazenda do Pastinho “com casas de vivenda e engenho coberto de telhas, pilões de mandioca, prensas, roda e água, fornos de cobre, cocho, senzala e paiol cobertos de capim, matos, bananal, capoeiras, horta”. No arraial possuía ainda uma “casa de morada coberta de telhas com quintal” (150\$000 réis). Dentre seus bens imóveis constava “um arquibanco”.¹⁰⁸⁴ Em outros inventários do termo de Sabará constaram móveis que, apesar de não serem nomeados como arquibancos, por suas descrições, deixava-se entrever que se tratavam de móveis desse tipo. São exemplos disso “um banco de caixa comprido”¹⁰⁸⁵, outro “banco grande de caixas com sua fechadura”¹⁰⁸⁶, o já citado “banco de encosto de pau branco pintado de noqueira com sua caixa”¹⁰⁸⁷ e “um banco velho que serve de caixão com repartimentos e

¹⁰⁸⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel de Souza de Oliveira, 1749

¹⁰⁸⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Pinto da Cunha, 1749.

¹⁰⁸⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joanna Clara da Fonseca, 1764.

¹⁰⁸⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Beatriz da Fonseca, 1783.

fechadura”¹⁰⁸⁸. Outros dois documentos, com bancos com fechadura, permitem entender que se tratavam de móveis que possuíam caixa, tratava-se de um “banco com gaveta e fechadura lisa”¹⁰⁸⁹ e outro “banco com sua fechadura”¹⁰⁹⁰.

Como as caixas, esses móveis poderiam conter quase tudo, a exemplo de panos, papéis e mantimentos (o de Jose Castro, avaliado em 1792, servia de caixão de guardar mantimentos). Além de móveis de assento, eram móveis de conter, alguns até com fechaduras, certamente encontravam-se dentro das casas, podendo estar em qualquer cômodo da residência. Os mais elaborados seriam alocados em salas de entrada. Aqueles que continham mantimentos, estariam próximos das cozinhas ou dentro delas, “como era comum nas cozinhas portuguesas”.¹⁰⁹¹ Este seria o caso de um “arquibanco que tem caixão” e se encontrava na vila de Sabará, na “rua da Serra ao pé da ponte chamada Domingos”, em uma “morada de casas térreas cobertas de telha com suas senzalas e seu quintal murado de pedra com suas laranjeiras e bananal” (400\$000 réis),¹⁰⁹² propriedade da grande mineradora Luiza Rodrigues da Crus, “preta forra”. Em 1783 ela também era detentora de diversas lavras e datas minerais nas proximidades da vila, dentre elas, “uma lavra ou corte de terras minerais”, no valor de 7:200\$000 réis, “cita por baixo da ponte de João Velho”.¹⁰⁹³

Os arquibancos, assim como as caixas, poderiam até mesmo servir de leito para dormir, indo de encontro ao espírito da polivalência que prevalecia na época. Foi o que atestou um documento baiano levantado por Maria Helena Flexor, segundo o qual, Luiz Santos Lima, em 1783, possuía “um arquibanco grande de madeira branca pintado com

¹⁰⁸⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Jose Pereyra de Castro, 1792.

¹⁰⁸⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Miguel da Silva Costa, 1761.

¹⁰⁹⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Beatriz da Fonseca, 1783.

¹⁰⁹¹ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 28.

¹⁰⁹² Continua: “que de uma parte partem com casas do falecido Jacinto Teixeira de outra parte com Marta Rodrigues”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Luiza Rodrigues da Crus, 1779.

¹⁰⁹³ Constaram também as seguintes terras minerais: “oito datas de terras citas no Morro do Cuava que a defunta pertencia por títulos de guardamoria de Caeté e partem da parte da nascente com Manoel Francisco Leão e o Alferes Custódio Francisco Guimarães e capitão Clemente José de Araújo uma capitão Antonio Davi da Silva e da parte do quente com Gonçalo Bento Alves e Martinho Gonçalves e da parte do norte partem com terras de Alferes Thomas Rodrigues Guimarães e Costa de Francisco Guimarães e da parte do Sol parte com Manoel Gomes Coelho e Luis Ferreira da Silva”. (250\$000 réis); “2 dotes de terra, catas No Rio Sabará parte do polmar que partem pela parte de Serra com um (?) chamado Almeiyda ao pé da pinguela [...] da parte de baixo partem com terras de Alferes esta do Francisco Guimarães com outras datas são com outras datas de João Afonço de Araújo e que a 33 por títulos de guardamoria cujas terras se acham lavrados.” (80\$000 réis). BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Luiza Rodrigues da Crus, 1779.

assento largo *que serve de cama* e nele duas caixas com fechaduras”.¹⁰⁹⁴ Quanto aos outros tipos de bancos, com funcionalidades diversas, podemos citar dois bancos especializados, que prestavam no auxílio a higiene no quarto. Tratava-se de “um banco de bacia de cama”¹⁰⁹⁵ que em 1784 pertencia a Antônio Carneiro Leão. Bem como de outro “banco de pôr bacia”, que em 1786 encontrava-se na vila de Sabará, na rua Nova do Hospício, em “uma casa de meio sobrado com quintal e coberta de telha” (320\$000 réis)¹⁰⁹⁶ tudo pertencente ao português¹⁰⁹⁷ Baltazar Caetano de Andrade. Encontramos também “dois bancos pequenos de pé de mesa” que em 1780 pertenciam a Ana da Costa, proprietária da maior e mais luxuosa estalagem Sabará.¹⁰⁹⁸ Constaram também 12 heranças com “banquinhos”. No ano de 1776, no arraial do Morro Vermelho, esse foi o caso da “preta forra” Luiza Barboza Villar, aparentemente uma “negra de tabuleiro”¹⁰⁹⁹, casada com José Correa, um pequeno minerador.¹¹⁰⁰ Eles não possuíam casa própria, mas apenas uma “data de terra de minerar *já lavrada*” (120\$000 réis), além de “três portas e uma janela” – indícios de que pretendiam edificar sua própria morada. Como móveis, possuíam somente “dois banquinhos de assentar”.

Marcando a quinta e última posição entre os móveis mais frequentes nas casas mineiras setecentistas, encontrava-se o “tamborete”: um “assento sem braços, nem espaldar” que, segundo Bluteau, chamava-se assim, “porque tem feição de um pequeno tambor”.¹¹⁰¹ Eles estiveram presentes em 67 heranças do termo de Sabará (Gráfico 21). Segundo Tilde Cante, esse móvel foi introduzido em Portugal na segunda metade do século XVII, como “uma cadeira de encosto baixo, geralmente de sola lavrada, cujos braços foram eliminados para que delas pudessem se utilizar as damas na corte que, com suas enormes saias de armação, as *verdugas*, não podiam sentar nas cadeiras de

¹⁰⁹⁴ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 99.

¹⁰⁹⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784,

¹⁰⁹⁶ Continua: “parte com Sebastião Rodrigues Lima e com Eufemia de tal em Sabará”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Baltazar Caetano de Andrade, 1786.

¹⁰⁹⁷ Natural da freguesia de Passos de Brandão, Comarca de Feira, bispado do Porto

¹⁰⁹⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana da Costa, 1780.

¹⁰⁹⁹ Ver capítulo 7. Dentre os utensílios domésticos da inventariada constava “um tabuleiro velho pequeno”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Luiza Barboza Villar, 1776.

¹¹⁰⁰ Além da data de minerar, já lavrada, o casal possuía alguns instrumentos de mineração como: “2 malhos de bater pedras, 2 alavancas de ferro, 1 cunha ou macete pequeno” e “1 almocafre de 1 libra e $\frac{3}{4}$ ”. Eram também proprietário de 3 escravizados, uma mulher Thereza, e dois homens: Pedro e João (Crioulo, ainda rapaz). Os dois últimos poderiam trabalhar com José Correa no serviço de mineração, Thereza com Luiza Villar, na produção e comércio ambulante de alimentos. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Luiza Barboza Villar, 1776.

¹¹⁰¹ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.8, p. 34.

braços”.¹¹⁰² Silva Nascimento informa que a designação “tamborete” aparece em Portugal apenas no século XVIII, como uma importação literal do termo francês “tambouret”. Todavia, a feitura desse móvel evoluiu da antiga “cadeira rasa portuguesa”, que de mesmo modo era sem espaldar e sem braços.¹¹⁰³

Maria Helena Flexor chega a afirmar que “em princípios do século XVIII, as cadeiras eram chamadas de tamboretas, com algumas exceções”.¹¹⁰⁴ Para tal conclusão, a autora partiu do fato de que, em Salvador, nesse período, chamava-se tamborete ao assento *sem braço*, mas com encosto, a exemplo de um “tamborete de encosto baixo de couro”.¹¹⁰⁵ Esses últimos seriam diferentes dos “tamboretas rasos” ou “cadeiras rasas”, sem braços e sem encostos, distinguindo-se também das cadeiras de encosto alto de couro ou de espaldar.¹¹⁰⁶ Canti afirma que a “cadeira rasa”, “assento individual, sem braços, sem espaldar e de estrutura retilínea, foi uma das primeiras peças utilizadas no mobiliário brasileiro colonial, sendo citada em documentos paulistas desde fins do séc. XVI”.¹¹⁰⁷ Exemplo disso foram “cinco cadeiras rasas” que em 1599 pertenciam a Maria Gonçalves.¹¹⁰⁸ A partir do século XVIII o mesmo tipo de móvel aparece nos documentos citado como tamborete ou mocho.¹¹⁰⁹ Como veremos mais adiante, em nossa amostra, encontramos cadeiras em apenas vinte um inventários, a maioria delas descrita com encosto, nenhuma como “cadeira rasa”. Concluimos, portanto, que no termo de Sabará, os assentos individuais, em sua maioria foram denominados “tamboretas”, independente de terem braços ou pequenos encostos. É importante lembrar, como vimos, que esse tipo de móvel individualizado foi menos frequente nos inventários que os de assento coletivo. Segundo Nuno Madureira, o tamborete marginalizou o banco em Lisboa, a partir de 1740-50.¹¹¹⁰ O mesmo não ocorreu na Capitania de Minas Gerais, porém, como veremos, essa peça marcou uma crescente presença nos inventários da Capitania, induzindo sensíveis mudanças sociais.

¹¹⁰² CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 28.

¹¹⁰³ NASCIMENTO, João Filipe da Silva. *Cadeiras Portuguesas*. Lisboa, Ed. do Autor, 1952, p. 28.

¹¹⁰⁴ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 107.

¹¹⁰⁵ *Idem, ibidem*.

¹¹⁰⁶ *Idem, ibidem*.

¹¹⁰⁷ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 110.

¹¹⁰⁸ *Idem, ibidem*. (nota 4).

¹¹⁰⁹ *Idem*, p. 111.

¹¹¹⁰ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cite.* (1992), p. 157.

Entre os 67 inventários com esse tipo de móvel, a maioria provavelmente continha tamboretos sem encostos, mesmo que os avaliadores descrevam poucas informações sobre isso. Em seis documentos constaram “tamboretos mochos” e em cinco “tamboretos rasos”, ambos certamente sem encostos. Um desses “tamboretos rasos” foi representado no ex-voto do acervo do Santuário de Congonhas, que conta o “milagre que fez a Senhora Santana a um preto Luis escravo de Luis Pereira que quebrando uma perna pela coxa e sendo encanada 3 vezes sem de nenhuma soldar lhe abriu o cirurgião a perna e serrando-lhe as pontas dos ossos por intercessão da milagrosa Senhora se viu são em 20 de abril de 1732 anos” (Figura 40).¹¹¹¹

Figura 40 – Tamborete “raso” em ex-voto de 1732



Detalhe: “tamborete raso”, sem encosto e braços.



Fonte: RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2018), p. 135 (Acervo fotográfico Wesley Rodrigues).

Apenas três heranças continham “tamboretos de encosto”. Em 1726, o licenciado João de Lima Curado já possuía um desses. Outro veio a aparecer apenas em 1749, no

¹¹¹¹ RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Op. Cit.* (2018), p. 135.

inventário de Domingos Pinto da Cunha, no qual foram listados “seis tamboretos de pau de encosto”.¹¹¹² Por fim, em 1760, Anna Correa Barbosa, moradora “no fim do Arraial de Roça Grande”, possuía “onze tamboretos de encosto” em seu “sítio com casas de vivenda cobertas de telhas com cozinha coberta de telhas” (200\$000 réis).¹¹¹³

Quanto à cobertura dos assentos, quando descritas, constaram os de “couro cru”, presente em 26 heranças. Em 12 espólios os tamboretos foram descritos apenas como “cobertos de couro”. Outros dois arrolaram “tamboretos cobertos de sola”. Diferente desses, podemos citar um elaborado “tamborete de *cordovão* com sua *pregaria dourada*”. No ano de 1738 esse móvel pertencia a Domingos Dias, morador no Tabuleiro, Barra do Rio das Velhas, Distrito de Papagaio.¹¹¹⁴ Segundo Moraes Silva, cordovão “era o couro de cabra curtido, de Cordova [Espanha], onde os mouros os curtiam, como ainda hoje chamam marroquim o mesmo couro curtido em vermelho, azul ou amarelo, de que os mouros fazem calçado, e nos trazem vender”.¹¹¹⁵ Em 1766 foram avaliados outros exemplares únicos: “dois tamboretos de moscóvia”. Eles encontravam-se entre os bens do capitão-mor Manoel da Rocha Castro, falecido demente em 1746. O inventariado residia no Sítio das Arrudas, freguesia de Roça Grande, em um “suas casas de vivenda de sobrado cobertos de telha, senzalas cobertas de telha e capim e casas com seus oratório dentro com várias imagens (2:400\$000 réis).¹¹¹⁶

Em poucos espólios as madeiras de confecção dos tamboretos foram descritas, dentre eles podemos citar dez inventários com “tamboretos de pau branco”. Um desses,

¹¹¹² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Pinto da Cunha, 1749.

¹¹¹³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Anna Correa Barbosa, 1760.

¹¹¹⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Dias, 1738.

¹¹¹⁵ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.1, p. 471.

¹¹¹⁶ Continua: “1 santa Luzia, 1 N. S. da Conceição com seu manto de seda e sua coroa de ouro, 1 menino Jesus e 1 Santo Antônio, 1 imagem de Santo Cristo), 4 castiçais de latão, seis ramalhetes de pena e seis de pape e seu ornamento frontal de damasco carmesim agalado do mesmo, 1 alma de bertanha com sua renda , 1 cálix e pantena de prata, 1 missal, 1 engenho de moer cana moente e corrente com seus alambiques pequenos e 04 tachos e sete coches, 1 roda de mandioca e forno de cobre de fazer farinha e com 3/4 de milho plantados e terras minerais em que são sócios Antônio da Rocha Villa Verde e Ignácio Xavier Vila Verde" Localiza-se "na parte de uma banda com o rio Acima com Antônio Barbosa Magalhães e da Outra parte do Rio com Estevão Pereira Távora e Rio Abaixo da parte do engenho como dito Ignácio Xavier da Rocha Villa Verde e da outra parte do Rio com Manoel de Arruda". BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Rocha Castro, 1766.

fornado de couro curtido, pode ser visto no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (Figura 41).¹¹¹⁷

Figuras 41 – Tamboretas “rasas” do século XVIII (Ouro Preto e Salvador)

Detalhe: tamborete de pau branco liso, coberto de couro e pregaria.



Detalhe: tamborete de pau branco torneado, coberto com tecido.



Detalhe: tamboretas de pau preto torneados, cobertos de palhinha e tecido.



Fonte: Museu da Inconfidência, Ouro Preto. *Apud.* OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 95; 107; Museu do Estado da Bahia, Salvador. *Apud.* FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 107.

De madeiras nobres constaram quatro inventários com “tamboretas de jacarandá”, e um com “tamboretas de pau preto”, todos eles avaliados no último terço do século XVIII. Flexor analisa dois móveis como esses, provenientes do Acervo do

¹¹¹⁷ “Tamborete (0,43 x 0,45 x 0,45m) em madeira, couro curtido e latão. Século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. *Apud.* Fonte: Inventário 599, Museu da Inconfidência (2015)”. OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 95.

Museu do Estado da Bahia, de pau preto e torneados (Figura 41).¹¹¹⁸ No que se refere ao trabalho da madeira, em 15 documentos esses móveis foram descritos como “tamboretos lisos”, em 16 como “tamboretos torneados”. Exemplares destes últimos também podem ser observados no Museu da Inconfidência e no Museu do Estado da Bahia (Figura 41).¹¹¹⁹ Todos eles foram avaliados após 1760, o que pode indicar que antes desse período prevaleceram os de madeira lisa.

Por fim, como afirmou Nuno Luís Madureira, na análise social dos assentos, “há quantidades que tem à partida mais significado que outras, ou seja, há qualidade nalgumas quantidades.”¹¹²⁰ Nesse sentido, 6 e 12 seriam “números carregados de informação”, pois delimitavam “uma fronteira, quase que um tipo concreto de estruturação do espaço”. Tal fenômeno derivava-se de razões históricas da tradição decorativa europeia e no “sistema artesanal de produção e comercialização de mobiliário”. O hábito de encomendar assentos para encher a sala se consolidou, durante o século XVIII, e “as encomendas seguiam um princípio convencional com base na dúzia, ou na meia-dúzia”.¹¹²¹ Os artesões eram contratados para execução de conjuntos normalizados quanto a estrutura, ornamentação e estofos, buscando-se dar coerência a uma divisão específica da casa. Essas encomendas fixaram um vocabulário decorativo regular e funcional de seis e doze assentos (cadeiras ou tamboretos). Reflexo dessa prática também pôde ser observado na Colônia. Os avaliadores dos bens do grande comerciante português,¹¹²² José Ferreira do Vale, nos dão esse indício. No ano de 1779, em sua ““morada de casas de sobrado” (2:800\$000 réis), “sitas na rua Direita do arraial de Santa Luzia”, foram descritas “duas dúzias de tamboretos mochos cobertos de couro cru e pés torneados”.¹¹²³ De acordo com a metodologia formulada por Madureira, do ponto de vista da análise histórica, esses conjuntos seriam indicadores precisos, pois

¹¹¹⁸ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 107.

¹¹¹⁹ “Figura 46 – Tamborete (pertencente a um par; 0,48 x 0,345 x 0,34m) em madeira e tecido. Provavelmente do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 1236, Museu da Inconfidência (2015); Figura 47– Tamborete (0,44 x 0,38 x 0,38m) em madeira e couro curtido. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 709, Museu da Inconfidência (2015)”. OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 107.

¹¹²⁰ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 158.

¹¹²¹ *Idem, ibidem.*

¹¹²² Natural da “freguesia de Salvador de Panim [sic.], termo da Vila de Guimarães, arcebispado de Braga”, trata-se da povoação de Donim, do atual concelho de Guimarães. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Ferreira do Vale, 1779.

¹¹²³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Ferreira do Vale, 1779.

eles assinalavam “a *possibilidade* de em um determinado agregado haver uma divisão especializada em funções não imediatamente utilitárias ligadas à recepção ou ao convívio”.¹¹²⁴ Tratavam-se, portanto, de quantidades que traduziam a busca pela ritualização de cerimônias de sociabilidades dentro das casas das elites, ainda no Setecentos. A dinâmica determinaria novos hábitos de consumo, não só de mobiliário, mas de uma infinidade de ornamentos e artefatos vinculados aos ritos do chá, do café, aos jogos de carta e tabuleiro, e aos bailes e banquetes de recepção. Comportamentos derivados dessas novas práticas se expandiriam, exponencialmente, no Oitocentos, atingindo também outros grupos sociais.

Madureira utilizou a análise da dúzia e meia dúzia aplicando-a principalmente na quantificação das cadeiras, móvel que cumpria, na capital do Império, papel semelhante ao que o tamborete realizava na colônia mineira. Para o autor, este último, embora não fornecesse “apoio para as costas e obrigue a vida social a decorrer num plano baixo”, desempenhava “uma função de aparato no requinte das casas”.¹¹²⁵ No termo de Sabará, como veremos, também existiram alguns poucos jogos de cadeira. Em Lisboa, os conjuntos de seis tamboretos foram os mais frequentes nos inventários realizados durante o reinado de D. João V, de 1706 a 1750, período que coincide com a consolidação, expansão, e auge da produção aurífera na Capitania de Minas Gerais. Durante a segunda metade do século, na metrópole, irão impor-se os conjuntos de doze tamboretos, coexistindo com pequenos núcleos de dois ou três dispersos pelas divisões mais interiores da casa.¹¹²⁶

No termo de Sabará, durante todo o século XVIII, prevaleceram os jogos de seis tamboretos. Isso pode indicar tanto que as divisões das residências destinadas aos rituais de sociabilidade seriam menores que as de Lisboa, quanto que os círculos de convívio das elites mineiras, em cerimônias de recepção, seriam mais restritos que os metropolitanos. Na realidade colonial, extremamente mestiça e desigual, os móveis definiriam e eram determinados por outras relações sociais. O patriarcalismo¹¹²⁷ e o

¹¹²⁴ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 158.

¹¹²⁵ *Idem*, p. 156-157.

¹¹²⁶ *Idem*, p. 156.

¹¹²⁷ Sobre o papel exercido pelo patriarcalismo e o familismo na formação social da Capitania e posterior província de Minas Gerais, durante o século XVIII e XIX, ver: BRÜGGER, Silvia M. Jardim. *Op. Cit.* (2007); ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. Cit.* (2008); ANGELO, Fabrício Vinhas M. *Op. Cit.* (2013); RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Op. Cit.* (2014).

familismo demarcavam redes de sociabilidades mais pessoais, menos formais e cerimoniais do que aquelas encontradas na capital do Império português.

Na Capitania de Minas Gerais, configurações espaciais e sistemas de objetos distintos dos lisboetas coexistiam com organizações propriamente metropolitanas e europeias. Exemplo disso foram jogos de móveis em que se conjugavam dois tamboretos e ao menos um banco. Eles estiveram presentes em 24 residências do termo de Sabará, no período de 1745 a 1796. Poderiam ser encontrados, por exemplo, no “sítio das Minhocas”, em uma “roça de mato virgem, capoeira de agricultura e seus logradouros de campos com choças de capim com vivenda com telhado” (1:000\$000 réis).¹¹²⁸ O imóvel, avaliado no ano de 1776, pertencia a José Soares de Souza e Maria Barreto, agropecuaristas medianos com alguma atividade de mineração. Na vivenda do casal, em “dois tamboretos com banco grande”, eles poderiam receber familiares, vizinhos, sócios ou parceiros comerciais, como João da Mota Campos, a quem foi destinado metade dos bens do inventário.¹¹²⁹ De mesmo modo, em 1783, também o português Antonio Fernandes Silveiras¹¹³⁰, e sua esposa Damianna Gomes da Cruz, pequenos agropecuaristas, poderiam acomodar visitas, sobretudo familiares, em “dois tamboretos e um banco tudo velho”, na sala de “sua morada de casas cobertas da telha, térreas” (60\$000 réis),¹¹³¹ “sitas no campo” do “distrito da arraial de Matheus Leme ao Pé da Serra de Itatiaiuçu, freguesia da Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral Del Rei”.¹¹³² O casal possuía onze filhos, seis deles casados, que certamente frequentavam a casa dos pais.

Em ambiente congênere, mas urbano, no ano de 1770, na rua Direita da Vila de Sabará, constava uma “morada de casas com quintal e mais pertences” (120\$000 réis).

¹¹²⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Soares de Souza, 1776.

¹¹²⁹ Para ele foi destinado metade dos bens do casal, como consta no campo de partilha da ficha do inventário. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Soares de Souza, 1776. João da Mota parece ter credor em Sabará. Ele foi apontado como credor no testamento de Joana Fagundes de Souza, em 1768, conforme: ANGELO, Fabrício Vinhas M. *Op. Cit.* (2013), p. 101.

¹¹³⁰ Natural da freguesia da São Clemente de Silveiras, termo da Vila de Guimarães.

¹¹³¹ Continua: “e junto a ela um paiol coberto de capim composto com um monjolo coberto também de capim e um coqueiro tudo dentro de um cercado de braúnas com seu quintal e árvores de espinho”. O casal também era proprietário de uma “Roça de agricultura com suas capoeiras, tem paiol coberto de capim composto de senzalas tudo coberto de capim”, “Sitas na Paragem chamada saudade que parte com terras de Manoel Ferreira de Matos e com Joaquim Alves, Domingos Francisco Borges e com quem mais deve haver de parte”. (120\$000 réis). BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antonio Fernandes Silveiras, 1783.

¹¹³² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antonio Fernandes Silveiras, 1783.

Nessa residência encontravam-se “dois tamboretos” e “um banco de encosto”. Tudo pertencia à Maria Mansa da Conceição, “parda”, solteira, com quatro filhos menores de idade, e uma filha, Germana de Araújo Mansa, casada com João José Porto.¹¹³³ Maria Mansa possuía várias joias, algumas “de devoção de caráter religioso e mágico”,¹¹³⁴ e, como outras forras, mesclava “suas posses entre religião e magia”.¹¹³⁵ Em 1793, registrou-se caso semelhante, outra “parda”, senhora “de muitas joias com temáticas variadas”,¹¹³⁶ Esperança Pereira do Lago, muito provavelmente era uma “negra de tabuleiro”.¹¹³⁷ Ela possuía “uma morada de casas com seus pertences” (84\$000 réis), sitas no “Arraial Velho”, onde possuía “um banco liso” e “dois tamboretos velos”. Diferente de Maria Mansa, Esperança do Lago foi casada. Porém, como a outra, teve dois filhos fora do casamento.¹¹³⁸ Na partilha consta que era avó de ao menos quatro netos.¹¹³⁹ Todos esses familiares certamente frequentavam a casa de suas pardas “matriarcas”, onde, em certos momentos, assim como outras visitas, poderiam utilizar, de forma hierárquica, de dois tamboretos e de um ou mais bancos em rituais de sociabilidade. Em residências como essas, que pertenciam majoritariamente a camadas intermediárias ou baixas – ou seja, a maior parte da população, presenciava-se uma realidade semelhante àquela que Madureira descreveu nas casas de artesãos, tendeiros e marceneiros de Lisboa. Nelas, a ideia de que existisse uma sintaxe na decoração interior deixava de ter sentido. O ambiente era dominado pelas ocupações mecânicas dos proprietários, mesmo que, no caso das Minas, alguns tivessem algum aporte à exploração da mão de obra escravizada. Para Madureira, nesses ambientes desapareceria o grande “sistema de oposições e de hierarquias que fundava a heterogeneidade funcional das habitações distintas”.¹¹⁴⁰ Diferente desse autor, pensamos que existiram também sistemas de oposições de hierarquias nas residências mais pobres. Nessas, os

¹¹³³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Mansa da Conceição, 1770.

¹¹³⁴ OZANAN, Luiz Henrique. *Op. Cit.* (2013), p. 164; 189; 245.

¹¹³⁵ *Idem*, p. 203.

¹¹³⁶ *Idem*, p. 26 – 27; 63; 68; 203; 244; 246.

¹¹³⁷ Ver capítulo 7. Dentre seus bens classificados como utensílios domésticos constava “um tabuleiro grande”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Esperança Pereira do Lago, 1793.

¹¹³⁸ No campo observações, da ficha de protagonistas do inventário, consta: “Declara-se que Esperança Pereira do Lago foi casada com Manoel Pereira da Rocha, mas desse matrimônio não deixou herdeiros”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Esperança Pereira do Lago, 1793.

¹¹³⁹ Dentre eles Vitória, provavelmente a mesma Vitória Maria da Conceição, que Solange Maria da Silva identificou assinando seu nome no inventário, indício de sua capacidade de ler e escrever. SILVA, Solange Maria da. *Op. Cit.* (2011), p. 121, nota 198.

¹¹⁴⁰ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 138.

mecanismos de distinções se fundavam em outras formas de organização do espaço. Há de se notar que muitos dos espólios do termo de Sabará, com dois tamboretas e ao menos um banco, pertenciam a casais ou famílias com “patriarcas” ou “matriarcas” muito bem apontados. É possível que em ritos de recepção, os dois tamboretas se destinassem ou ao senhor (ou senhora da casa) e ao principal convidado; ou ao casal, quando esse existia e recebia visitas íntimas, hierarquicamente inferiores. Porém, sem literatura coeva mais precisa a esse respeito, não podemos ir além de conjecturas, assim como em outras configurações menos precisas, que aparecem na documentação e merecem análise mais detalhada a parte.

Como alguns exemplos dessas configurações diversas, podemos citar o jogo de 3 tamboretas e ao menos um banco, que também marcou grande presença na comarca (23 heranças). É possível que eles materializassem cerimônias em que os indivíduos do casal utilizavam cada um seu tamborete, cedendo o outro ao convidado mais importante. Outra configuração, com 4 tamboretas, e ao menos um banco e uma mesa, pôde ser encontrado em 13 heranças. Esse jogo indicava a possibilidade da utilização dos quatro tamboretas ao redor de uma mesa. Exemplo disso era “uma mesa lisa com gaveta e chave, quatro tamboretas lisos de couro de cru”, que em 1790 encontravam-se no arraial da Roça Grande. Os móveis pertenciam a “morada de casas com quintal, árvores de espinho, bananal” (150\$000 réis), propriedade do capitão pardo, Athanasio Ribeiro da Costa.¹¹⁴¹ O conjunto poderia ser utilizado, por exemplo, para jogos de cartas. Desmembrados, e associados a “dois bancos cobertos de couro cru”, poderiam ser utilizados em rituais de confraternização de grupo, ou mesmo em ensaios musicais. Athanasio era músico, e foi agente ativo em uma rede de sociabilidade de militares pardos. Nesse círculo, associavam-se diversos sujeitos, dentre eles, seu cunhado, pardo, e também músico, Joaquim Soares de Menezes. Todos eles buscavam no ofício militar uma “estratégia de inserção em redes de apadrinhamentos e clientela, a adoção dos valores reconhecidos como ideais pela sociedade católica e pela fidalguia portuguesa”.¹¹⁴² Nesse intuito, o ambiente de uma sala com dois bancos, uma mesa e quatro tamboretas poderia lhes propiciar um ótimo espaço de socialização. Mesmo

¹¹⁴¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Athanasio Ribeiro da Costa, 1790.

¹¹⁴² SILVA, Solange Maria da. *Op. Cit.* (2011), p. 125.

sendo pobre (seu monte mor totalizou apenas 427\$450 réis)¹¹⁴³, Athanasio Ribeiro era letrado e “redigiu a carta de meação dos bens de sua irmã, a parda Caetana Ribeira da Costa”¹¹⁴⁴, casada com o supracitado Joaquim Soares. Esse último, por sua vez, quando da morte da esposa, em 1787, utilizou-se de suas redes de sociabilidade para que o advogado pardo Dr. João Rodrigues Lamego assumisse a curadoria de seus órfãos, administrando a tutela e educação deles. Um de seus filhos, homônimo do pai, tornar-se-ia advogado.¹¹⁴⁵

Como vimos anteriormente, a maioria das casas pobres e medianas da comarca no período colonial teria de um a três cômodos, diretamente interligadas em uma zona comum, com quase nenhuma especialização, e pouca segregação espacial, impossibilitando nichos de privacidade. Suas cozinhas fragmentavam-se em telheiros e puxados aos fundos, no quintal da morada, ou mesmo fora delas, delimitando um dos poucos ambientes mais íntimos das casas, porém, sobretudo, um espaço de reclusão feminina.¹¹⁴⁶ Exemplo rural subsistente dessas casas é a chamada Quinta do Sumidouro, em Pedro Leopoldo, originalmente com apenas três cômodos interligados na sua fachada dianteira (Figura 4).¹¹⁴⁷ Em espaços urbanos, podemos citar a casa de porão alto, na rua do Pilar, em Ouro Preto, analisada por Sylvio Vasconcellos (Figura 12)¹¹⁴⁸, ou no modelo de casas térreas urbanas do período colonial proposto por Nestor Goulart Reis Filho (Figura 8).¹¹⁴⁹ Nos termos de Madureira, esses tipos de vivendas estariam “alheias às tendências de especialização, caracterizando-se quase sempre por uma grande polivalência”, onde “tudo era mutuamente reversível e de âmbito familiar”.¹¹⁵⁰ O cômodo de entrada, ora seria uma sala de visitas (arranjada com um banco e dois

¹¹⁴³ Seguimos aqui a classificação de riquezas elaborada por Raphael Santos, segundo o qual o limiar entre os grupos pobres e as camadas médias era a monte-mor de 999\$999 réis. SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 82 – 83.

¹¹⁴⁴ *Idem, ibidem.*

¹¹⁴⁵ Segundo estudos de Solange Maria da Silva sobre a práticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas, no século XVIII; João Lamego exerceu papel de destaque na formação dos filhos de famílias pardas, e foi curador em diversos inventários. “Em todos os casos que Lamego atuava, os órfãos receberam aprendizagem em ofícios mais qualificados e educação das primeiras letras”, como ocorreu “ao filho de Joaquim Soares de Menezes, órfão homônimo do pai que exercia, em Sabará, a profissão de advogado”. SILVA, Solange Maria da. *Op. Cit.* (2011), p. 114.

¹¹⁴⁶ Ver capítulo 4.

¹¹⁴⁷ VELOSO, Tânia Porto Guimarães; GUIMARÃES, Carlos Magno. *Et. al. Op. Cit.* (1992).

¹¹⁴⁸ VASCONCELLOS, Sylvio. *Op. Cit.* (1956), p. 210.

¹¹⁴⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. Cit.* (2000), p. 31.

¹¹⁵⁰ *Idem*, p. 140 – 141.

tamboretetes, algumas caixas...), ora seria um ambiente de trabalho ou mesmo uma improvisada sala para refeição.

Os jogos de seis tamboretetes, que como dissemos, prevaleceram em Lisboa entre 1706 e 1750, predominaram no termo de Sabará durante todo o período que estudamos. Pouco superior ao jogo de dois tamboretetes e um ou mais bancos, que constara em 24 inventários, o conjunto de seis tamboretetes marcou presença em 25 heranças. Encontrava-se sobretudo em casas das elites coloniais. O primeiro desses conjuntos foi registrado ainda em 1729, em pleno sertão do São Francisco. Tratou-se de “seis tamboretetes rasos” que se encontravam na “casa de vivenda nova coberta de telha com oito portas, três com fechaduras, e cinco janelas”, propriedade de Izabel Nunes de Mello e seu marido José Pais da Costa. O casal era domiciliado no Brejo do Salgado (atual Januária), freguesia de Santo Antônio da Manga, onde também possuíam “uma casa com engenho de cavalos coberta de capim e com um pedaço coberto de telha” (80\$000 réis) e um “canavial” (10\$000 réis). Para além da atividade agrícola, a maior parte da riqueza do casal, avaliada em 8:623\$080 réis, concentrava-se na pecuária de equinos. O espólio contabilizou 197 desses animais, somando juntos o valor de 2:035\$000 réis. Ao que parece, José Pais era agente do grande comércio que ligava o interior das capitânicas de Minas, Bahia e Goiás, como atesta uma dívida ativa na qual se descreveu que o inventariante declarava “ter mandado por conta e risco próprios 92 cabeças de gado, uns por Manoel Gomes e outras por Manoel José, *para as Minas dos Goiazes* para serem vendidos e ainda não [tem] em seu poder crédito nem o dinheiro do dito gado”.¹¹⁵¹ É possível que o senhor da propriedade recebesse atravessadores e negociantes de gado em uma das salas de sua “casa de vivenda nova”, com um arranjo de “seis tamboretetes rasos” e um “bufete com duas gavetas e fechaduras”.¹¹⁵²

Outro inventário com conjunto semelhante de móveis foi realizado em 1756, quando da morte do português¹¹⁵³ licenciado, José Corrêa Silva, pai do homônimo e já citado Padre Corrêa, construtor de um dos mais luxuosos sobrados da vila de Sabará (Figura 10). José Corrêa era morador na fazenda do Fidalgo, “nesta vila de Sabará”, onde possuía “uma fazenda de roça e engenho com córrego de água, casas de vivenda,

¹¹⁵¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Izabel Nunes de Mello, 1739.

¹¹⁵² *Idem, ibidem.*

¹¹⁵³ Natural da freguesia de Santa Maria da Almoester, termo de Santarém, patriarcado de Lisboa.

paiois, senzalas, rancho coberto de telhas, matas, capoeiras, roças, terras mineiras” e “uma capela com a invocação de Santana”¹¹⁵⁴, tudo avaliado em 8:400\$000 réis. Além desse imóvel, também era proprietário de uma bem avaliada “morada de casas térreas coberta de telhas com seu quintal” (300\$000 réis) situada na rua direita da Vila de Sabará.¹¹⁵⁵ O licenciado, que iniciara sua vida “com uma modesta botica na vila”¹¹⁵⁶, se tornaria, além de minerador e agropecuarista, um dos maiores credores da comarca do Rio das Velhas¹¹⁵⁷, deixando para seus herdeiros a fortuna de 31:953\$526 réis. Em uma das salas de entrada de sua casa (provavelmente na da rua Direita, em Sabará), com um arranjo de “seis tamboretas rasas de couro cru” e “um bufete de jacarandá com duas gavetas, fechaduras e chaves”, ele poderia receber diversas visitas, dentre elas, os 281 indivíduos¹¹⁵⁸ que lhe deviam dinheiro por crédito, muitos deles amigos e parentes. Quando falecera, no ano de 1756, José Corrêa tinha dez filhos, todos menores de idade. O mais velho, homônimo do pai, estava com 16 anos, estudando no seminário do Rio de Janeiro para ingressar na Universidade de Coimbra. A esposa do licenciado, Felizarda Barbosa da Silva, pertencia à uma parentela há muito estabelecida na região: os “Barbosa da Silva”, aliados dos “Silva Salgado”.¹¹⁵⁹ Esses familiares certamente frequentavam a casa de José Corrêa, alguns em cerimônias de sociabilidade, como rituais de batismo, quando o jogo de seis tamboretas e o bufete poderiam ser alocados na fazenda do Fidalgo, depois de celebrado o ritual em sua “capela de Santana”, ou mesmo na casa da vila, caso o batismo se desse em um templo na sede da comarca. Em 1759, Felizarda Barbosa, viúva do licenciado, estava casada em segundas núpcias com

¹¹⁵⁴ Localização descrita como “Rio das Velhas Abaixo, onde chamam Fidalgo”.

¹¹⁵⁵ Possuía também uma “carta de datas de um lote de terras minerais” no “Morro do Papa Farinha”.

¹¹⁵⁶ CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cit.* (2005). (Tese de Doutorado), p. 294.

¹¹⁵⁷ Segundo dados coletados por Raphael Freitas, José Corrêa foi o segundo maior credor em número de ativos na comarca do Rio das Velhas, entre 1713 e 1773, registrando 281 devedores, esteve atrás somente do grande comerciante Matias de Crasto Porto, que registrou 307 devedores. SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 167. (Tabela 15 e 16).

¹¹⁵⁸ *Idem, ibidem.*

¹¹⁵⁹ Joaquim da Silva Salgado, em 1738, era casado em segundas núpcias com Ana Barbosa (BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Barbosa, 1738). Joaquim Salgado foi tutor dos órfãos de sua filha, Josefa Barbosa da Silva, quando o marido desta, Antônio Ferreira Marinho, veio a falecer no ano de 1750 (BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Ferreira Marinho, 1750). A família “Silva Salgado” parece ter estabelecido diversas alianças com a família Barbosa da Silva assim como estes e os Corrêa Silva. Ver: “Requerimento do Vigário de Santa Luzia João de Sousa Carvalho, pedindo que seja recompensado dos prejuízos causados pela invasão de suas terras, pelo Coronel Antônio Barbosa da Silva e Pedro Correia Da Silva” (APM - SG-CX.62-DOC.88). No inventário de José Corrêa Silva, vários devedores pertenciam a estas três famílias (BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Corrêa Silva, 1756).

Cipriano Correia¹¹⁶⁰, aparentemente repetindo uma prática comum na sua família, o matrimônio sucessivo na mesma parentela.¹¹⁶¹ Todavia, a dinâmica do patriarcalismo e do familismo também era marcada por rupturas. No ano de 1773 o alferes Cipriano Correia da Costa, possivelmente o mesmo citado acima, estava preso na cadeia de Vila Rica¹¹⁶². Dois anos depois, ele foi um dos principais denunciante que envolveram o padre Corrêa na Inconfidência de Sabará, de 1775.¹¹⁶³

Mais requintados que os anteriores, eram os “seis tamboretos torneados cobertos de couro”¹¹⁶⁴ que em 1779 pertenciam ao alferes João Martins Gomes, abastado minerador da comarca.¹¹⁶⁵ Esses móveis poderiam ser encontrados em uma “morada de casas de sobrado com seu quintal”¹¹⁶⁶ (180\$000 réis) que o falecido possuía no arraial de Raposos, “ao pé do Rio das Velhas”.¹¹⁶⁷ Dentre os possíveis frequentadores do sobrado, encontravam-se seus quatro filhos vivos, todos maiores de idade, dentre eles, duas filhas casadas. Uma delas, Isabel Maria de Jesus, esposa de Tadeu Luiz Teixeira, tornaria-se

¹¹⁶⁰ Consta no campo de “recursos jurídicos” da ficha do inventário. “Após várias notificações para que a viúva, felizarda Barbosa da Silva, na sua pessoa ou na de seu *segundo marido*, Cipriano Correia, e o curador Manoel Gonçalves Geraldês comparecessem ao juízo para prestar contas, o curador finalmente o faz em 25/061758. No auto de contas ele declara estarem os órfãos recebendo a devida educação, alguns em companhia da mãe, e declara importarem sua legítimas em 1:065\$316 réis. São apresentados, então, várias certidões de cobranças de credores do defunto”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Corrêa Silva, 1756.

¹¹⁶¹ Ana Barbosa foi casada em primeiras núpcias com Domingos da Silva Salgado e em segundas núpcias com Joaquim da Silva Salgado, ver campo “filhos”, da ficha do inventário: BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Barbosa, 1738.

¹¹⁶² AHU_ACL_CU_011, Cx. 105\Doc. 76.

¹¹⁶³ Segundo Leandro Catão: “Dentre os homens bons insatisfeitos com José de Góes e o padre José Correa estava um dos mais ricos moradores das Minas. Tratava-se do Alferes Cipriano Correa da Costa. Ele era o “administrador de uma casa de negócio do Capitão Antônio de Abreu Guimarães, a mais importante de todas as Minas”. O Alferes também era o responsável, segundo o documento apresentado pelos vassallos insatisfeitos, “por uma fazenda de terras minerais, plantas e criação, com grande fábrica de quinhentos escravos [...] que só de quinto tem pago naquela Real Casa de Fundação a avultada soma de mil cruzados”. CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cit.* (2005), p. 291. (Nota 732).

¹¹⁶⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Gomes, 1779.

¹¹⁶⁵ REIS, Flávia Maria da Mata. *Das faisqueiras às galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século dezoito (1702-1763)*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. (Dissertação de Mestrado em História), p. 250.

¹¹⁶⁶ Continua, a transcrição, de forma pouco inteligível: “árvores de espinho com "hum lagoimol dagoa e com seu almoxis imbutido na parede com parte e fechadura" e casas cobertas de telha”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Gomes, 1779.

¹¹⁶⁷ O inventário também possuía cinco demarcações de terras minerais, algumas com localização descritas, como “ao pé do morro de Santo Antônio”; “ao pé do morro chamado do Sonho” e “Morro das Almas, arraial de Raposos”. Possuía também “uma rocinha com campos baldios com sua roda de mandioca e mais preparos e capim safadas [sic.] com casa de vivenda coberta de capim, casas térreas que se acham litigiosas com José do Rego preto forro” (200\$000 réis). BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Gomes, 1779.

uma mulher letrada, deliberando “sobre os negócios ou os bens da família”.¹¹⁶⁸ Em 1820 ela declarou: “fazer um caderno codicilar e o que nele se achar *por mim escrito ou assinado* valerá como parte deste meu testamento”.¹¹⁶⁹ Além dos familiares próximos, a “sala de visitas” do sobrado de João Gomes, com “seis tamboretos torneados” e talvez “uma mesa com duas gavetas e fechadura”, poderia ser frequentada por membros da parentela e homens de negócios, como o alferes Manoel de Lima e Silva, seu cunhado e sócio em algumas empreitadas de mineração.¹¹⁷⁰

Esses exemplos denotam que os jogos de seis tamboretos, os mais encontrados na Capitania, e presentes sobretudo em casas da elite colonial, atendiam, possivelmente, a demandas de recepção ligadas sobretudo ao universo do trabalho. Todavia, é de se notar que essas cerimônias muitas vezes interligavam-se à ritos de sociabilidade inerentes as parentelas e suas redes de negócios. Portanto, podemos afirmar que, diferente do conjunto de móveis (o banco e dois tamboretos) encontrados mais em moradias das camadas médias e baixas da sociedade; em residências abastadas, nas quais prevaleceram o jogo de seis tamboretos (muitas vezes conjugado com um bufete), as cerimônias rituais de trabalho e sociabilidade se afastavam daquelas estritamente familiares, e poderiam acontecer em espaços cada vez mais especializados. Prenunciavam a consolidação de um ambiente que viria a se tornar a “sala de visitas” do século XIX.

Acima desse patamar, encontravam-se as casas mais ricas da comarca, onde as dinâmicas espaciais e o conjunto de mobiliário se aproximavam daqueles que existiram na capital do império português, em Lisboa. No termo de Sabará, registraram-se seis heranças com um conjunto de doze tamboretos¹¹⁷¹, e três em que essa cifra foi ultrapassada.¹¹⁷² Entre os que possuíam uma dúzia de peças, prevaleceu o grupo socioprofissional dos grandes comerciantes. Para além deles, só estabelecimentos

¹¹⁶⁸ VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. *Op. Cit.* (2014), p. 169.

¹¹⁶⁹ *Idem, ibidem.*

¹¹⁷⁰ REIS, Flávia Maria da Mata. *Op. Cit.* (2005), p. 150.

¹¹⁷¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Barbosa, 1738; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Jacinta da Rocha de Crasto, 1738; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Matias de Crasto Porto, 1742; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio da Silva Salgado, 1764; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joana de Souza Cruz Ribeiro, 1765; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Sá Roiz, 1791.

¹¹⁷² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José de Souza Porto, 1766; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana da Costa, 1780; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

especializados em hospedagem de alto nível, e um dos maiores mineradores da comarca do Rio das Velhas, registraram mais que doze tamboretos. Apenas três desses conjuntos foram inventariados antes da década de 1760. O primeiro deles, “uma dúzia de tamboretos mochos de couro”¹¹⁷³, pertencia, em 1738, a Ana Barbosa, casada em segundas núpcias com o supracitado Joaquim da Silva Salgado. Eles foram moradores no arraial de Roça Grande, em “umas casas com quintal, árvores de espinho e parreiras” (150\$000 réis), onde possuíam outros imóveis nos quais praticavam sobretudo produção agrícola. Apesar de não terem amealhando grande fortuna, (seu monte mor registrou 2:700\$860 réis, inserindo-os entre as camadas médias)¹¹⁷⁴, sua família participava de importantes redes de sociabilidade locais. Como dissemos anteriormente, ligavam-se à família do Padre Corrêa, através de seu pai, o licenciado José Corrêa Silva, grande agropecuarista, minerador, e o segundo maior credor em número de devedores na comarca do Rio das Velhas.¹¹⁷⁵

No mesmo ano de 1738 foi realizado o inventário dos bens de Jacinta da Rocha de Crasto (ou Crasto), nos quais constavam “12 tamboretos cobertos de couro cru”. Ela era domiciliada no Sítio do Saco, freguesia do Curral del-Rei, onde possuía “uma roça com suas casas de vivenda cobertas de telhas, paiol, senzalas cobertas de capim, com uma roda de mandioca de mão e um forno de cobre, prensa e pasto” (700\$000 réis).¹¹⁷⁶ Também foi proprietária, “junto ao Arraial do Curral del-Rei”, de um “sítio pequeno que foi do Padre Antônio Gonçalves de Oliveira, com suas casas cobertas de telha e sua roda de mandioca que mói com água, prensa, bananeiras, árvores de espinho, capoeira e dois quartéis de mandioca, com pasto”, dividindo de “um lado com *Matias de Crasto Porto* e do outro com o Arraial e o campo do Conselho”. No inventário de Jacinta Crasto, contavam dívidas ativas do capitão Matias de Crasto Porto e do capitão Manoel da Rocha de Crasto, esta última referente a “legítima da dita sua mulher”. Apesar de seu monte-mor não registrar uma fortuna exorbitante (totalizou 4:249\$700 réis), ao que parece, o grupo doméstico de Jacinta da Rocha de Crasto ligava-se por laços consanguíneos, ou ao menos por vizinhança, a redes de sociabilidade da família Crasto,

¹¹⁷³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Barbosa, 1738.

¹¹⁷⁴ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 82 – 83.

¹¹⁷⁵ *Idem*, p. 167. (Tabela 15).

¹¹⁷⁶ Continua, loca: "Onde chamam de sacco". Observação: “Parte de uma banda com Manoel Álvares da Costa, de outro com Agostinho de Lemos e João Batista e no fundo com o campo do conselho”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Jacinta da Rocha de Crasto, 1738.

do grande comerciante Matias de Crasto Porto, o maior credor em número ativos na comarca do Rio das Velhas, entre 1713 e 1773, possuindo 307 devedores.¹¹⁷⁷

Quando Matias de Crasto faleceu, no ano de 1742, ele também possuía “uma dúzia de tamboretos mochos”. Sua fortuna foi então calculada em 10:164\$808 réis. Possuía nada menos que 20 imóveis, um “com sua loja grande de duas portas” (350\$000 réis), na rua Direita, em Sabará; outro, “que serve de açougue” (100\$000 réis), na Ponte Grande, da mesma vila. Ele residia, como consta no seu inventário, no arraial da Roça Grande, em “uma morada de casas de sobrado” avaliada em 800\$000 réis.¹¹⁷⁸ Poderia receber familiares e a clientela de sua grande rede de negócios, tanto em ocasiões de trabalho, como em cerimônias mais mundanas, na sala de recepção do sobredito sobrado. Nela possivelmente encontravam-se seus doze “tamboretos mochos”, “um bufete de jacarandá com pés torneados”, etc... À exceção dos agregados de maior riqueza, o ambiente não se distinguiria muito daqueles encontrados nas moradias de Lisboa como descritas em peças de teatro da época. Exemplo disso encontra-se na comédia de Manuel de Figueiredo (redigida em 1773) e intitulada “Os Sécas”,¹¹⁷⁹ em que “o cenário imita uma casa lisboeta e é descrito com os seguintes elementos: ‘sala rodeada de estampas, com *livros* de diferentes tamanhos, *papeleira*, *tamboretos*, *bofete...*’”.¹¹⁸⁰

Outro comerciante do termo de Sabará que também possuía “doze tamboretos”, foi o português Antônio da Silva Salgado¹¹⁸¹, morador em Santa Luzia, onde era proprietário de uma “loja de fazenda com fazendas diversas”, avaliada em 2:860\$987 réis.¹¹⁸² Apesar de seu monte-mor ser calculado em apenas 3:152\$987 réis, o “inventário [foi] feito sobre a escritura de venda de meação que Antônio da Silva Salgado fez à sua mulher e ao seu sobrinho, José Antônio da Silva, celebrada em 02/03/1764, no valor de

¹¹⁷⁷ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 167. (Tabela 15).

¹¹⁷⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Matias de Crasto Porto, 1742.

¹¹⁷⁹ FIGUEIREDO, Manuel de. *Theatro*, Comédia “Os Sécas”, de 30 de novembro de 1773, Acto 1, Cena 1. Biblioteca Nacional, Reservados Cód 4477. *Apud*. MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 115; 236 (Nota 7).

¹¹⁸⁰ *Idem, ibidem*.

¹¹⁸¹ Natural da “Vila de Guimarães”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio da Silva Salgado, 1764.

¹¹⁸² O bem consta no banco de dados como “estoques”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio da Silva Salgado, 1764.

10:126\$016 réis a serem pagos em 10 anos”.¹¹⁸³ Antônio muito provavelmente inseria-se na parentela dos Barbosa da Silva, Corrêa Silva e do próprio Joaquim da Silva Salgado, que citamos acima. Famílias essas que, como vimos, tinham em comum vários laços de sangue, parentesco ritual, e redes de negócios, além do apreço pela vida social que se materializava em jogos de móveis agenciados em torno de “12 tamboretas”.

Joana de Souza Cruz Ribeiro faleceu em 1765, com um monte-mor de 6:724\$443 réis. Era esposa do comerciante Domingos Fernandes de Carvalho¹¹⁸⁴, também um dos maiores credores em números de ativos da comarca do Rio das Velhas.¹¹⁸⁵ Dentre outros imóveis, eles possuíam, em Sabará, “uma morada de casas coberta de telhas, com quintal”, na Rua do Caquete, avaliada em 400\$000 réis. Na sala de entrada dessa residência poderiam se encontrar seus “12 tamboretas”, uma “mesa com sua guarnição e gavetas” e talvez sua “cômoda de vinhático”, móvel raríssimo, que seria ostentado aos frequentadores da casa, como os 186 devedores do inventário do casal.

Por fim, entre aqueles que possuíam jogos com uma dúzia de tamboretas, em 1791, constou o capitão Domingos Sá Roiz, morador na freguesia de Santa Luzia, em sua “fazenda chamada Cachoeira do Bom Jesus do Satto”, “composta de terras minerais, de agricultura, com casas de vivenda de sobrado, uma capela com retábulo e forro de madeira, um paiol, estribaria, tudo coberto de telha”.¹¹⁸⁶ O capitão Domingos Sá foi um grande agropecuarista e minerador, porém não teve herdeiros para quem deixar seus “doze tamboretas de couro com torneados” e uma fortuna avaliada em 9:223\$616 réis.

Como dissemos anteriormente, apenas três inventários registraram jogos com mais de doze tamboretas. O primeiro deles foi realizado em 1766, quando da morte do

¹¹⁸³ No campo de informações da ficha de localização do inventário consta: “O inventário é feito sobre a escritura de venda de meação que Antônio da Silva Salgado fez à sua mulher e ao seu sobrinho, José Antônio da Silva, celebrada em 02/03/1764, no valor de 10:126\$016 réis a serem pagos em 10 anos. Os dois primeiros pagamentos seriam destinados à quitação das dívidas do casal, o terceiro livre e os demais pagamentos anuais em sete anos”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio da Silva Salgado, 1764.

¹¹⁸⁴ No campo de conjugue da ficha de protagonista do inventário conata “Domingos Ferreira de Carvalho”, porém, na ficha de partilha, consta Domingos Fernandes de Carvalho. Como esse segundo nome também aparece em outro inventário, realizado em 1770, com imóveis na rua do Caquende, em Sabará, assim como os de Joana de Souza Cruz Ribeiro, acreditamos tratar-se da mesma pessoa. Possivelmente o nome foi transcrito errado no inventário de 1765.

¹¹⁸⁵ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 167. (Tabela 15).

¹¹⁸⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Sá Roiz, 1791.

grande minerador José de Souza Porto. Ele possuía vários imóveis, dentre os quais uma “capela com as imagens do Senhor Crucificado com resplendor de prata [...]” e diversos outros ornamentos¹¹⁸⁷, avaliada em (600\$000 réis). Também foi proprietário de “uma morada de casas cobertas de telha com seu quintal [...]”¹¹⁸⁸ situadas no “arraial das Congonhas do Sabará” (atual Nova Lima), possivelmente a principal residência do inventariado. No ano de 1754, o capitão José de Souza Porto integrava o corpo de oficiais da câmara de Sabará.¹¹⁸⁹ Ele foi casado com Antônia Maria de Azevedo Senna Arrais, viúva do já citado Manoel das Neves Ribeiro, um dos maiores minerador da comarca,¹¹⁹⁰ que faleceu em 1744 com a segunda maior fortuna registrada em nossa amostra de inventários. Antônia de Azevedo, natural da freguesia de Nossa Senhora do Nazaré, Cachoeira do Campo (MG), veio a falecer em 1759, sete anos antes da morte do segundo marido.¹¹⁹¹ Quando o capitão José Porto também veio a óbito, ele possuía nada menos que “24 tamboretos torneados cobertos de couro”, outros “14 tamboretos”, mais “13 tamboretos cobertos” e “24 tamboretos torneados”, totalizando 75 dessas peças, além de “10 bufetes com gavetas”. Esses conjuntos estariam distribuídos entre suas seis moradas de casa, três delas no arraial de Congonhas do Sabará, uma no sítio Samambaia. Eles materializavam a intensa vida social da família, que unia enteados¹¹⁹²

¹¹⁸⁷ Continua: “[...]1 imagem grande de São João com resplendor de prata, 1 santa Rita com resplendor de prata, 1 Santo Antônio com menino, 1 São José com o menino Deus, 1 de São Francisco de Paula estufadas com resplendores de prata, 1 de Nossa Senhora de Conceição com coroa de prata, 8 laminas de vidro com seus caixilhos, 1 de Nossa Senhora do Carmo, 10 imagens pequenas, 1 cálix de prata com patena tudo dourado, 1 ornamento de chamalote branco e encarnado dito verde, um dito roxo, tudo de damasco, um dito róseo de seda, um dito de melanea carmesim galoado com seus preparos, uma alva mais outro inferior com os cordões, 1 toalha de cambraia com rendas, 1 toalha com renda, 1 toalha com renda de 2 paus, 1 par de galões de prata (sic). BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José de Souza Porto, 1766.

¹¹⁸⁸ Continua: “[...] com 1 armário com suas quartas e fechaduras tudo na parede, 3 catres de jacarandá torneado, 2 catres, 1 espreguiçadeira, 1 banco grande, 3 pequenos, 2 mesas lisas, 1 cadeira de encosto, 1 canoa de tomas banho, (sic)”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José de Souza Porto, 1766.

¹¹⁸⁹ OLIVEIRA, Mariana de. *Administração local e comunicação política nas Minas setecentistas: a câmara da Vila do Sabará (1711 – 1760)*. Juiz de Fora (MG): UFJF, 2016. (Dissertação de Mestrado em História), p. 131

¹¹⁹⁰ REIS, Flávia Maria da Mata. *Op. Cit.* (2005), p. 164. (Nota 417).

¹¹⁹¹ Consta também que era filha de José de Souza com Mariana de Azevedo. O inventariante foi seu marido, José de Souza Porto. Na ficha de Observações Gerais, no campo de objetos pessoais e profissionais, consta a seguinte informação: “Não consta declaração de bens na escritura de compra e venda de meação, somente referência à Lavras, roça, escravos, casa e todos os móveis que se encontram na casa. Os bens são avaliados em 55.000 cruzados (22:000\$000 réis)”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônia Maria de Azevedo, 1759.

¹¹⁹² Em 1759, quando da morte da mãe, constavam: Manoel das Neves, com 16 anos; Francisco das Neves Ribeiro, com 19 anos, encontrava-se estudando em Coimbra, e a partir de 1766 assina curadorias em Sabará. Outros estavam domiciliados no Rio de Janeiro, o reverendo Frei José das Neves (31 anos), o Frei Joaquim das Neves (24 anos) e Anastácio das Neves (18 anos), que em 1780 era sargento-mor e em 1800

do primeiro casamento de sua esposa, dentre eles Manoel das Neves, homônimo do pai, além dos próprios filhos do capitão Porto: Mariana e João.¹¹⁹³ Sobretudo frequentariam suas casas, a elite local, como o reverendo doutor José Corrêa Silva (o padre Corrêa), nomeado curador de seu inventário; e a dita “nobreza da terra”, do círculo camarário de Sabará, interessada tanto acúmulo de cabedal econômico, quanto em formas de distinção social, comportamento característico na sociedade de Antigo Regime.¹¹⁹⁴ Em 1766, quando da morte do pai, Mariana Eugênia Maria de Jesus, com 18 anos, estava casada com o capitão-mor Domingos Pinto Carneiro¹¹⁹⁵, sucessor do sogro na liderança da família à quem coube administrar sua fortuna de 22:936\$861 réis.¹¹⁹⁶

Em 1780, o inventário de Ana da Costa, casada com Bernardo José Alves, foi outro que registrou grande conjunto de tamboretas. Eles foram proprietários de “uma casa de sobrado cobertas de telha que serve de estalagem” (2:400\$000 réis), “ao pé da ponte desta Vila Real de Sabará”.¹¹⁹⁷ Esse imóvel somou o exorbitante valor de 2:400\$000 réis. O casal acumulou uma fortuna de 3:147\$224 réis. Não eram uns dos mais ricos da vila, mas certamente possuíam, como já dissemos, a melhor e mais luxuosa hospedaria da comarca do Rio das Velhas. O estabelecimento era frequentado por homens poderosos da Capitania, como o sargento-mor Luís Pereira Pinto, e o reverendo vigário Manoel José Barbosa Faria,¹¹⁹⁸ dentre outros que vinham resolver suas demandas na sede da vila, garantindo o prestígio de seus proprietários. Os luxuosos

tenente-coronel na comarca do Rio das Velhas, que entraria em conflito com a parentela dos Abreu Guimarães, da fazenda Jaguará, liderada pelo coronel Francisco de Abreu Guimarães (APM SG-CX.10-DOC.09), (APM - SG-CX.47-DOC.11). No campo “filhos”, e “partilha” da ficha do inventário. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônia Maria de Azevedo, 1759.

¹¹⁹³ Mariana com 11 anos, e João com 9, quando do falecimento de sua mãe em 1759. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônia Maria de Azevedo, 1759.

¹¹⁹⁴ OLIVEIRA, Mariana de. *Op. Cit.* (2016), p. 31.

¹¹⁹⁵ No campo “filhos”, da ficha do inventário. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José de Souza Porto, 1766.

¹¹⁹⁶ Na véspera de sua morte, o Capitão José de Souza Porto vendeu todos os seus bens minerais e escravos ao seu genro, o Capitão-mor Domingos Pinto Carneiro, entre os quais constavam: “uma morada de casas cobertas de telha sitas no Morro do Menino Deus com suas senzalas de telha e de capim com um pasto que se acha demarcado e tudo o mais que pertence a dita casa; e assim mais uma lavra do mesmo Morro de pedra com seu engenho de pilões de socar pedra; e assim mais outra lavra chamada a Samambaia, outra mais no córrego que fica por baixo das casas de Manoel das Neves Ribeiro e todas as mais terras minerais que por título de compra ou de livros da Guardamoria lhe pertençam [...]”. Inventário de PORTO, José de Souza. CBG, CSO I (26) 234, 1º ofício, ano 1766. fl 50. *Apud.* REIS, Flávia Maria da Mata. *Op. Cit.* (2005), p. 164. (Nota 417).

¹¹⁹⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana da Costa, 1780.

¹¹⁹⁸ Aparecem no inventário com dividas “por rol” com o casal. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana da Costa, 1780.

móveis do casal não deixam dúvidas disso. No sobrado, dentre outras peças, encontravam-se “duas dúzias de tamboretos de jacarandá”, “duas mesas de pau preto com suas gavetas sem fechadura” e as raríssimas “seis cadeiras de madeira com assento de sola”, certamente destinadas aos hóspedes e aliados mais graduados.¹¹⁹⁹

O último espólio a registrar grande número de tamboretos foi o do português João Martins Alves¹²⁰⁰, também dono de uma estalagem na “rua da ponte pequena”. No ano de 1796, em “sua morada de casas de sobrado”, “que serve de estalagem”¹²⁰¹ (1:600\$000 réis), encontravam-se “17 tamboretos cobertos de couro cru e velhos”, além de “oito mesas sem gavetas lisas entre grandes e pequenas *que se deram nos quartos do sobrado*” com “2 catres de pau branco e 5 ditos mais” e “uma cama de vento com sua armação”.¹²⁰² Quando ele faleceu possuía uma fortuna considerável, avaliada em 3:439\$051 réis. A estalagem de João Martins Alves era menos luxuosa que a hospedaria de Ana da Costa e Bernardo José Alves, porém, como aquela, foi frequentada por membros da elite regional, a exemplo dos doutores João Rodrigues e Joaquim José Varela, o guarda-mor Caetano Chaves,¹²⁰³ além de outros 125 devedores que constam nas dívidas ativas do inventário.¹²⁰⁴

Podemos concluir que a utilização de jogos de doze ou mais tamboretos materializava as sociabilidades de uma elite colonial fortemente marcada por relações creditícias personalizadas, que se estendiam às redes de centenas de indivíduos ligados a diversos grupos familiares e parentelas, muitas vezes conflituosas entre si. Nesses grupos, “o reconhecimento do valor social e cultural do convívio [foi] impondo novos requisitos no mobiliário”.¹²⁰⁵ Os dados indicam uma ligação direta entre os maiores credores da comarca do Rio das Velhas e os maiores possuidores de assentos individualizados, os tamboretos, muitas vezes de madeiras e revestimentos luxuosos. Ao

¹¹⁹⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana da Costa, 1780.

¹²⁰⁰ Natural da “freguesia de São Pedro de Roriz, Pov. Do Conselho de Santo Thyso [Tirso], Porto, Portugal, Arcebispado de Braga”.

¹²⁰¹ Continua: “que parte com casas do falecido Francisco Gomes e da outra com o bico de outras casas do falecido deste inventário que vão para a praça do Rio de Sabará com o quintal todo murado com árvores de espinho e seu bananal”.

¹²⁰² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

¹²⁰³ Os dois primeiros com dívidas “por bilhete”, o terceiro por “Rol Princípio em 28/01/1779 e gastos que fez na estalagem do falecido”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

¹²⁰⁴ Quatro deles com dívidas declaradamente na estalagem: João Barroso Bastos, José de Souza, Caetano Chaves e Francisco Ferreira Velho. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

¹²⁰⁵ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 159.

propiciarem maior bem-estar ao espaço privado, eles começaram a dar suporte para “o desenvolvimento de sociabilidades centradas na casa e não apenas na rua”.¹²⁰⁶ Segundo Madureira, a difusão de tais jogos de tamboretas, junto com seis ou doze cadeiras, complementados por um ou dois canapés, daria origem “ao que hoje chamamos vulgarmente a mobília de sala”.¹²⁰⁷ A análise desse “sistema de objetos” também mostrou que existia uma demanda por hospedagem de alto nível nas proximidades de Sabará, onde se centralizava a vida administrativa da comarca. As condições materiais dessas “estalagens”, impulsionadas por móveis de assento individuais, permitiam reuniões e rituais de sociabilidade, nas quais certamente as elites da região estabeleceram alianças e traçaram seus planos políticos.

6.4 – Cadeiras do *pater familias*, dos rituais de sociabilidade, e da sala de jantar: a exiguidade de um móvel com usos em mutação

Segundo Daniel Roche, “a Idade Média ignorava principalmente a cadeira, que era um atributo do sagrado, reservado aos reis e às imagens santas. O comum se sentava em qualquer lugar, no chão [...], sobre almofadas, arcas, bancos, segundo a classe”.¹²⁰⁸ No século XV a cadeira passaria a ser menos honorífica e coincidiria mais com seus usos: a escrita, a refeição, a conversação etc. Do Século XVI ao XVIII ela se aproximaria da mesa, e conquistaria o espaço social, explodindo “em torno da cadeira uma verdadeira fúria criadora, o assento expressando da melhor forma a busca do conforto e do descanso”.¹²⁰⁹ Desta forma, a “história da cadeira é também a da postura, que não era idêntica em todos os lugares e que vemos passar da dignidade hierática à completa liberdade”.¹²¹⁰ No Idade Moderna, saber se sentar tornasse-a então uma arte de etiqueta, e essa arte, signo de civilidade, se materializaria na América Portuguesa como um dos mecanismos do projeto civilizacional europeu.

Na comarca do Rio das Velhas, em um primeiro momento, a “cadeira” serviu mais como móvel de distinção. Posteriormente, com a difusão dos “jogos” de cadeiras,

¹²⁰⁶ *Idem*, p. 138.

¹²⁰⁷ *Idem, ibidem*.

¹²⁰⁸ ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 232.

¹²⁰⁹ *Idem, ibidem*.

¹²¹⁰ *Idem, ibidem*.

elas cumpririam papel muito próximo daquele destinado aos conjuntos de tamboretos, conformando espaços de sociabilidade. A diferença entre os dois artefatos consistia-se na raridade das cadeiras, seu preço mais elevado e na postura ereta e mais confortável que ela proporcionava. Para Roche, entre os objetos reservados aos ricos, “do banco à cadeira, passaram de uma postura encolhida a um descanso sustentado, de uma proximidade imposta a uma individualização das relações”.¹²¹¹ Se, nas palavras desse autor, “o século XVIII era o século do assento”, nas Minas Setecentistas, como vimos, esses assentos foram essencialmente coletivos: os bancos; seguidos timidamente pela ascensão dos tamboretos, mais individuais, porém ainda condicionado uma “postura encolhida”. A “cadeira” apareceu em apenas 21 heranças do termo de Sabará, e foi classificada entre os móveis excepcionais, no subgrupo dos “pouco frequentes” (Gráfico 23). Elas surgiram nos inventários somente na década de 1760. Nesse primeiro momento, muitas eram peças únicas, utilizados certamente como móvel honorífico que demarcava a posição do *pater familias* ou senhor de uma casa. Esse móvel se disseminaria como peça solene – à exemplo das cátedras anteriormente utilizadas somente por reis, e depois por nobres, religiosos e universitários – e distinguiria a liderança de uma família ou agregado patriarcalmente estruturado.

Oito inventariados possuíam apenas uma “cadeira de encosto” isolada, sendo a maioria de “pau branco”.¹²¹² Foi na herança do mestre de campo Jacinto Vieira da Costa, português¹²¹³, detentor da maior fortuna do termo de Sabará,¹²¹⁴ que uma cadeira primeiramente apareceu. Tratava-se de uma peça solitária e de encosto. No ano de 1760, quando Vieira da Costa veio a falecer, ele era proprietário de várias fazendas de mineração e agropecuária, dentre elas a de Santo Antônio da Roça Grande, e a de N. Sra. das Neves (atual cidade de Ribeirão das Neves). O mestre de campo constituiu extensa família mestiça, concebeu oito filhos com diversas escravas e uma “preta forra”. Dentre eles, o já citado Antônio Vieira da Costa, sucedeu o pai no comando da família. Como móveis de assento, Jacinto Costa possuía apenas alguns bancos e “uma cadeira de pau branco de encosto grande” delimitando sua posição de mando perante a extensa

¹²¹¹ *Idem*, p. 252.

¹²¹² BDITCRV, Inventários *post-mortem* de Jacinto Vieira da Costa, 1760; Maria Mansa da Conceição, 1770; Manuel de Sousa Costa, 1770; Antonio de Souza Lima, 1771; Mathias Pereira Pinto, 1773; Maria Moreira, 1782; Thomas de Moura, 1785; Antônio Vieira da Costa, 1796.

¹²¹³ Natural da freguesia de Santa Maria de Covas, arcebispado de Braga.

¹²¹⁴ 200:000\$000 réis.

parentela.¹²¹⁵ Da ausência de tamboretos em sua casa subentende-se a pouca preocupação com reuniões formais no âmbito de sua mestiça “família fragmentada”¹²¹⁶.

Peças mais elaboradas constaram em apenas cinco heranças: três com “cadeiras de jacarandá” e duas com “cadeiras de sola”. A maioria das cadeiras inventariadas eram peças simples e de madeira branca, como as do supracitado mestre de campo. O uso isolado, hierático e tradicional desses móveis os ligavam a uma linguagem comportamental mais antiga, de tal forma que poderiam ser peças semelhantes a uma cadeira subsistente no Museu do Ouro¹²¹⁷, em Sabará (Figura 42), “cujos detalhes, espaldar e aba do assento recortados, testeira recortada e vazada, pernas e amarrações lisas e retas, de corte quadrangular, e prumadas tremidas por carapetas de madeira, poderiam caracterizá-la como *peça portuguesa do séc. XVII*”.¹²¹⁸ No meio termo entre esses tipos, apareceram, por exemplo, “duas cadeiras de encosto de couro cru”.¹²¹⁹

Figura 42 – Cadeira de Pau Branco com Características Seiscentistas e Poltrona do séc. XIX (Museu do Ouro, Sabará – MG)



Fonte: Museu do Ouro – Sabará. Fotos do autor: maio de 2019.

¹²¹⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Jacinto Vieira da Costa, 1760.

¹²¹⁶ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no Século XIII*. São Paulo: Hicitec, 1997.

¹²¹⁷ Na placa de identificação do móvel consta tratar-se de “Cadeira dita bandeirista. Confeccionada em Jacarandá (vermelho), possui encosto inclinado com trave recortada em curva. Pela riqueza dos detalhes, foi uma peça considerada de luxo para a época. Procedência: Mariana – Minas Gerais. Século XVIII”. Museu do Ouro, Sabará – MG.

¹²¹⁸ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 114. (Itálicos nossos).

¹²¹⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Rocha Castro, 1766.

A “poltrona”, que poderia ser uma “sela de arções baixos” ou “uma cadeira de braços em roda do encosto”¹²²⁰, apareceu em apenas cinco inventários de nossa amostra, de 1722 a 1784. Somente um dos inventariados não possuía apenas uma peça. Em se tratando do um móvel de assento, a poltrona cumpriria papel semelhante ao das cadeiras de encosto avaliadas isoladamente nos inventários de Sabará. Em Lisboa, Nuno Madureira identificou a segunda metade do século XVIII como o período de afirmação desse móvel. Para o autor, “a poltrona tende a demarcar um espaço reservado, um lugar com dono”¹²²¹, significando um assento pessoal, especificamente destinado ao chefe da família. Na capital do Reino era um modelo facilmente reconhecido, por ser sempre pintado de verde, e algumas vezes seria estofado.¹²²² De nossa amostra, pela sua descrição, somente uma peça certamente era um móvel de assento semelhante aos lisboetas.¹²²³ Tratava-se da “uma poltrona pequena de pau branco”¹²²⁴ que em 1784 pertenceu ao padre Antônio Carneiro Leão, um dos principais líderes do grupo que se opunha à facção do padre Corrêa. Tal peça se assemelharia a uma poltrona do séc. XIX, sem os estofados, que pode ser vista no Museu do Ouro, em Sabará (Figura).¹²²⁵

Um móvel semelhante às “poltronas”, mas descrito como “cadeira de braço coberta de sola lavrada”, encontrava-se entre os bens do sargento-mor José Ferreira do Vale.¹²²⁶ Seu inventário, realizado em 1779, registou mais de uma cadeira. Em sua “morada de casas de sobrado”, na rua Direita de Santa Luzia, um jogo de “seis cadeiras de encosto cobertas de sola”, circundando sua “mesa grande torneada com suas gavetas”, poderia configurar uma das primeiras salas de jantar registradas na comarca. Como dissemos anteriormente, o sargento-mor, que era um grande comerciante, também possuía vários jogos de tamboretas demarcando outros espaços em sua residência, à exemplo de uma sala de entrada (destinada a visitas ou recepções). A

¹²²⁰ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.2, p. 405.

¹²²¹ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 161.

¹²²² *Idem, ibidem.*

¹²²³ As outras poltronas descritas nos inventários, sem maiores especificações, poderiam ser selas de montaria.

¹²²⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784.

¹²²⁵ Na placa de identificação do móvel consta: “Peça confeccionada em madeira (Jacarandá) [Vermelho] com frisos, volutas e recortes curvos. No processo de reconstituição do estofamento procurou-se manter o mesmo tecido. Procedência: Ouro Preto – Minas Gerais. Século XIX”. Museu do Ouro, Sabará – MG.

¹²²⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Ferreira do Vale, 1779.

variedade de mobiliário avaliada no espólio de Ferreira do Vale, unida ao fato dele possuir apenas um imóvel habitável, denota o alto grau de especialização dos cômodos de seu sobrado. As combinações de peças atestam a provável existência de ao menos três espaços especializados: um escritório, uma sala de entrada, e uma sala de jantar. Nesta última também se encontraria uma “cantoneira de guardar louça com suas gavetas”, na qual o sargento-mor exibia alguns dos seus “quarenta e dois pratos pequenos da Índia, cinco pratos grandes ordinários da Índia, nove pires com suas xícaras todas de louça da Índia, quatro sopeiras e um bule tudo da Índia”.¹²²⁷ Para ferrar sua “mesa grande torneada”, ele poderia escolher, conforme os convidados e a ocasião, entre “uma toalha de mesa de algodão” ou “uma toalha grande de Guimarães”, acompanhadas de alguns de seus “doze guardanapos”. Para o serviço de mesa contava ainda com “doze facas com cabos de prata, doze colheres e doze garfos tudo de prata, uma colherinha de prata com sua corrente, uma salva de prata” e mais um “talher de prata”. Sentado em sua “cadeira de braço coberta de sola lavrada”, José Ferreira do Vale, que não era casado, poderia receber até seis convidados, todos eles sentando-se solene e confortavelmente em meia dúzia de “cadeiras de encosto cobertas de sola”, depois de usarem uma “bacia e jarro de estanho de botar água as mãos”. Dentre os seis comensais, certamente figuraria seu irmão, o padre Jerônimo Ferreira do Vale, testamenteiro, herdeiro e possivelmente sucessor na administração dos negócios da casa.¹²²⁸

Incluindo a do sargento-mor, em três heranças constaram conjuntos de seis cadeiras. Em todas elas, com um único imóvel habitável, jogos de tamboretas e mesas grandes; certamente existiu a especialização de distintos espaços no interior das residências dos inventariados. Dentre esses ambientes, possivelmente configurava-se uma sala de jantar, delimitada por uma mesa grande e seis cadeiras. Mesmo em Portugal e em outras regiões da Europa, a “sala de jantar”, como um espaço pré-definido, só viria a se disseminar entre as elites na segunda metade do século XVIII.¹²²⁹ Uma reconstituição desses espaços ainda pode ser vista na Sala de Jantar no Palácio dos

¹²²⁷ Entre os bens classificados no banco de dados como “utensílios domésticos”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Ferreira do Vale, 1779.

¹²²⁸ Santa Luzia - Carta de Jeronimo Ferreira do Vale para João Rodrigues de Macedo sobre a Cobrança de Créditos. (26/08/1795 - 26/08/1795). Fundo Casa Dos Contos. APM - CC - CX. 115 – 20757.

¹²²⁹ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 201.

Viscondes de Azurara, em Lisboa (Figura 76). Apesar de toda a distância física e material existente entre o Velho Mundo e os sertões auríferos da América Portuguesa, alguns poucos potentados das elites da Capitania de Minas Gerais parecem ter criado um cômodo individualizado como sala de jantar em suas casas, seguindo os padrões metropolitanos. Vestígios materiais atestam isso, como os forros com temas alimentícios na Casa do Padre Toledo, em Tiradentes,¹²³⁰ e o forro das Quatro Estações, na antiga Casa de Intendência e Fundação, atual Museu do Ouro de Sabará (Figura 9). A já citada enorme mesa de jacarandá que consta ter pertencido à casa do contratador João Rodrigues de Macedo (atual Casa dos Contos, em Ouro Preto, figura 57) também seria outro vestígio material da fixação de um espaço destinado a banquetes e jantares (Figura 27). Esse móvel, com três metros de comprimento, contornado por várias cadeiras, muito dificilmente seria transferido rotineiramente para outros cômodos do sobrado.¹²³¹ Porém, como vimos, os conjuntos de seis cadeiras também poderiam ser utilizados em salas de entrada (ou de visitas).

Em 1780, na mais luxuosa estalagem de Sabará, além de “duas dúzias de tamboretas de jacarandá”, Ana da Costa possuía uma “mesa de pau preto grande com duas gavetas e fechadura”, “seis cadeiras de madeira com assento de sola”, além “dois bancos pequenos de pé de mesa”.¹²³² A mesa, as cadeiras e os bancos de pé de mesa¹²³³, poderiam configurar uma sala de jantar. Para forrar a grande mesa, Ana da Costa podia escolher entre “cinco toalhas de algodão de mesa”, acompanhadas por algumas de suas “quatro toalhas de mãos” e “quinze guardanapos de Guimarães”. Em cerimônias especiais, que exigissem um serviço mais requintado,¹²³⁴ ela contava com “três pratos finos da Índia, seis pratos de louça, quatro pires, duas xícaras, uma tigela de louça”, “três colheres e três garfos de prata e duas facas de prata”, além de “um jarro e bacia de estanho”, para lavar as mãos.

¹²³⁰ DANGELO, André Guilherme Dornelles (*et al*). *Museu Casa Padre Toledo: memória da restauração artística e arquitetônica*. Belo Horizonte: EA/ UFMG. 2012, p. 102.

¹²³¹ Mesa (0,84 x 3,00 x 1,69m) em Jacarandá. Segunda metade do século XVIII. Procedente da residência de João Rodrigues de Macedo, atual Casa dos Contos de Ouro Preto. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. Fonte: Inventário 258, Museu da Inconfidência (2015). *Apud*. OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 122.

¹²³² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana da Costa, 1780.

¹²³³ Seriam pequenos banquinhos para o apoio dos pés.

¹²³⁴ Para o dia a dia contava com além de “nove colheres e oito garfos de latão, três pratos de estanho de meia cozinha, nove pratos de estanho fundos, treze pratos de estanho rasos”.

No Largo do Rosário da vila de Sabará, quatro anos depois, em 1784, o padre Antônio Carneiro Leão, além de “dois tamboretos de couro cru”, deixou uma “mesa de jacarandá grande com duas gavetas” e “seis cadeiras de encosto de jacarandá com assentos do mesmo pau”, configurando uma possível sala de jantar. No mesmo ambiente encontrar-se-ia um “armário de pôr louça” com “um bule da Índia, cinco pires com seus pratos do Porto, duas tigelas com suas tampas da fábrica e seis pratos da mesma louça”, além de “uma tigela de vidro”.¹²³⁵ A baixela de cerimônia¹²³⁶ do padre ainda contava com “uma faca com cabo de prata, seis colheres de prata, quatro garfos de prata, e uma colherinha de prata com a sua corrente”, acompanhados de “duas toalhas de água as mãos de linho já usadas”.

Os jogos de seis cadeiras, muitas delas de “sola lavrada”¹²³⁷, se distinguiam não só em número, mas também na forma, quando comparadas às outras cadeiras de, “pau branco”, utilizadas como móvel isolado e demarcando uma hierarquia interna à casa. Segundo Tilde Canti, as “cadeiras de sola”¹²³⁸ passaram a ser mais utilizadas em Portugal a partir do século XVII, substituindo as de veludo e de brocado.¹²³⁹ Na América Portuguesa, no mesmo período, as cadeiras seriam móveis muito simples, em estrutura retilínea, como suas congêneres portuguesas seiscentistas. Seus assentos e encostos, de forma retangular, podiam ser “de sola crua ou curtida, lisa ou decorada com desenhos geométricos, florais e arabescos lavrados”.¹²⁴⁰ O couro era fixado por meio de pregaria de latão, miúda, graúda, ou alternada, e de acordo com seu lavrado, pode-se determinar o período em que as cadeiras foram produzidas. Madureira escreve:

Não será exagero afirmar que a cadeira está para a história do móvel ocidental, numa relação aproximada à do índice para o livro. Ela é o indicador de mudanças, o melhor repositório de marcas significativas de um estilo, *o elemento de pesquisa através do qual a cronologia se desvenda*.¹²⁴¹

¹²³⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784.

¹²³⁶ Para o serviço de mesa do dia a dia ele contava com “quatro pratos de estanho grande muito amassados, e “um bule de cobre”.

¹²³⁷ “Couro de assentos e encostos de cadeiras em que o lator era substituído por furos regulares. Era trabalhado pelo pica-couro”. FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 150.

¹²³⁸ “Cadeira com assento e encosto de couro”. FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 148.

¹²³⁹ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 28.

¹²⁴⁰ *Idem*, p. 111.

¹²⁴¹ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992), p. 164. (Itálicos nossos).

Figura 43 – Cadeira de Sola da 1ª metade do século XVIII (Museu Casa Padre Toledo, Tiradentes – MG)



Fonte: Museu Casa Padre Toledo, Tiradentes (MG). Peça proveniente do Acervo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto (MG). A cadeira pertenceu à antiga Casa de Câmara e Cadeia da vila de Sabará. Foto do autor, abril de 2019. (Edição do Autor).

Utilizando metodologia semelhante, Tilde Canti constatou que “se a decoração do lavrado é em concheado com motivos barrocos entre elementos fitomorfos, a cadeira e o tamborete serão do primeiro quartel a meados do séc. XVIII. Se houver elementos *rocalha* serão da segunda metade do mesmo século”.¹²⁴² Demarcando a transição do estilo seiscentista português, de estrutura retilínea, para o período de D. João V (1ª metade do século XVIII), as curvas começam a surgir nas cadeiras, tanto nos assentos, quanto nos encostos. “As pernas dianteiras, de curva e contracurva, com joelheira volumosa, saem bruscamente de sob o assento, denotando a influência do estilo inglês Rainha Ana”.¹²⁴³ Como exemplo desse período de transição, Tilde Canti identificou algumas cadeiras do Museu do Ouro, em Sabará, que pertenceram à antiga câmara

¹²⁴² CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 111.

¹²⁴³ *Idem*, p. 228.

municipal da vila (Figura 43). Segundo a autora, consta que elas foram encomendadas no Rio de Janeiro, ainda na primeira metade do século XVIII, e teriam por modelo cadeiras portuguesas da época.¹²⁴⁴ Tratam-se de “cadeiras de sola”, em jacarandá, couro e metal, com:

Assento e espaldar alto ligeiramente recurvado, em couro lavrado. No centro do encosto, armas do Império gravadas sobre as armas portuguesas. Pregaria graúda. Assento ondulado em chassi sem pregaria. Pernas dianteiras com joelheira lisa de saída brusca. Aba recortada e decoração central em concha; pés de bolacha e sapata. Pernas traseiras em torneados cilíndricos terminam em corte quadrangular recurvado para trás. Amarração em H ondulado com quebras.¹²⁴⁵

As “cadeiras de sola” que constam nos inventários de Sabará poderiam ser peças semelhantes às que pertenceram a Câmara da vila. Algumas cadeiras também seguiriam outras tendências estilísticas do começo do século XVIII, no estilo “D. João V”, se assemelhando bastante às do estilo inglês “Rainha Ana”, com encosto alto de madeira recortada em tabelas.¹²⁴⁶ Já aquelas produzidas no terceiro quartel do século, apresentavam-se em maior variedade de tipos híbridos dos modelos nacionais portugueses e ingleses. No último quartel do Setecentos, “em pleno período D. José I, aparece um tipo de cadeira que é a mais representativa do estilo no Brasil, fruto de diversas influências da época: inglesa na tabela, francesa na estrutura e portuguesa na decoração rocalha”.¹²⁴⁷ Nesse período, “a influência francesa predomina em alguns móveis palacianos em Portugal”, e as cadeiras serão confeccionadas com o *assento e todo o encosto estofado*, com a moldura do espaldar em forma de violão. Na Colônia também se encontrava esse tipo de cadeira, algumas de produção portuguesa, outras, como interpretação desse estilo, seriam já executadas no Brasil. Dessas últimas, Tilde Canti cita duas peças que constam ser obra do escultor Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), “por encomenda do bispo de Mariana, D. Frei Domingos da Encarnação Pontével, [...] por volta de 1788”.¹²⁴⁸ Destarte as atribuições muitas vezes generalizadas (as peças

¹²⁴⁴ *Idem, ibidem.*

¹²⁴⁵ *Idem*, p. 232. Figuras 179 e 180.

¹²⁴⁶ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 236. Desse estilo “D. João V” autora apresenta um exemplar do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. *Idem*, p. 272, figura 240.

¹²⁴⁷ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 252. Do estilo “D. José I” a autora apresenta um exemplar do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. (CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 276, figura 254).

¹²⁴⁸ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 253.

poderiam ser feitas por escultores da sua oficina, ou mesmo de outras), as peças atestam a presença desse estilo de móvel na Capitania no século XVIII.¹²⁴⁹

Fora de nossa amostra, mas inserido na realidade material do recorte, em 1776, no sequestro de bens do Padre Corrêa, constaram “doze cadeiras de jacarandá preto de encosto e de talha com *assentos e encostos estofados* de cetim de cor amarelo”.¹²⁵⁰ Pela descrição dos avaliadores é possível afirmar que certamente se tratavam de luxuosos móveis no denominado “estilo D. José I”, de influência rococó francesa e com estofados. É de se notar que o vigário José Corrêa Silva tinha como um de seus principais aliados políticos fora da comarca, o cônego Francisco Xavier da Rua que nesse período governava o bispado de Mariana.¹²⁵¹ Tal fato, mesmo que ocorrido por volta de uma década antes da produção das cadeiras atribuídas ao Aleijadinho, assinala como a circulação de pessoas, ideias, e objetos estava estreitamente vinculada. É possível que o Padre Corrêa tenha observado móveis como esses, “modernos”, em suas várias andanças, tanto pela Colônia, quanto pela metrópole; e os quisera adquirir para mobiliar seu grandioso sobrado, edificado na rua Direita de Sabará, por volta do ano de 1773 (Figura 10). No mesmo edifício encontravam-se “duas poltronas do mesmo pau de jacarandá preto de talha, uma com assento de couro e *estofado*, outra com assento de pau furado”, além de “vinte e cinco tamboretas rasas de jacarandá torneados pretos cobertos uns de couro cru, outros de carneiro *estofados os assentos*”.¹²⁵²

¹²⁴⁹ Segundo Canti, em uma das cadeiras, “o entalhe de estilo português apresenta, entretanto, elementos decorativos encontrados nas igrejas mineira. Duas dessas cadeiras de braços encontram-se atualmente no Museu da Inconfidência em Ouro Preto. Outras idênticas, com e sem braço, estão no Museu Arquidiocesano de Mariana. Faz parte desse conjunto um trono episcopal, com esculturas no espaldar, também de autoria do Aleijadinho”. (CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 253 (texto); p. 279, figura 261) Angela Brandão analisou esse último móvel e informa que ele seria destinado à residência episcopal em Mariana. (BRANDÃO, Angela. *Op. Cit.* (2010), p. 19.)

¹²⁵⁰ Vila Rica. 13 de janeiro de 1776. Carta de D. Antonio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro sobre a prisão e sequestro que se fizeram a José de Gois da Ribeira Lara e ao pe. José Correia Silva. Em anexo: 1 relação de bens. AHU_ACL_CU_011, Cx. 109\Doc. 10, fl. 3.v. (Itálicos nossos).

¹²⁵¹ CATÃO, Leandro Pena. *Op. Cit.* (2005), p. 294; 285. Segundo Selingardi e Tagliavini: “após um período de sete anos de Sede vacante, foi eleito bispo de Mariana, D. Joaquim Borges de Figueiroa. Como não veio à diocese, tomou posse, em fevereiro de 1772, por seu procurador, o referido padre Francisco Xavier da Rua, o qual permaneceu no governo até 1775, quando administrava a diocese em nome de D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis que, assim como seu antecessor não viera a Mariana”. SELINGARDI, Sérgio Cristóvão; TAGLIAVINI, João Virgílio. O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte: Mariana, Minas Gerais, 1750-1850. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 57, p. 230-267, jun 2014, p. 248.

¹²⁵² Vila Rica. 13 de janeiro de 1776. Carta de D. Antonio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro sobre a prisão e sequestro que se fizeram a José de Gois da Ribeira Lara e ao

Com o mesmo conjunto de cadeiras, porém com peças menos luxuosas, em nossa amostra constou apenas um inventário. Tratava-se das “doze cadeiras de madeira lisa” que em 1770 poderiam ser encontradas em “uma morada na rua direita perto do oratório” (900\$000 réis)¹²⁵³, propriedade que fora do capitão José Ribeiro de Carvalho. Além dessas peças, em seu espólio constavam “outras duas, em melhor estado”, mais “doze cadeiras de pau” e seis mesas, uma delas redonda e outra “com duas gavetas de pés torneados”. Um jogo de “seis [tamboretas] mochos” também se encontrava na residência.¹²⁵⁴ O numeroso mobiliário do capitão, tanto de assento, quanto de apoio, atesta sua intensa vida social. Sua casa seria frequentada tanto por autoridades locais, quanto por sua extensa rede familiar.¹²⁵⁵

José Ribeiro de Carvalho, português nortenho,¹²⁵⁶ participou efetivamente do sistema militar e da administração local, ocupando diversos cargos no Senado da Câmara. Em 1743 era procurador da vila de Sabará, sete anos depois, exercia o mesmo cargo.¹²⁵⁷ Em 1752, pediu a confirmação de sua patente de “capitão da ordenança de pé da Igreja Grande, lugar de vila Real do Sabará”.¹²⁵⁸ Dois anos depois, constava como um dos três vereadores da mesma vila.¹²⁵⁹ Ele casou-se duas vezes. Em primeiras núpcias com Ana Úrsula de Cerqueira de Avelar, que faleceu em 1753, e com quem teve três

pe. José Correia Silva. Em anexo: 1 relação de bens. AHU_ACL_CU_011, Cx. 109\Doc. 10, fl. 3.v. (Itálicos nossos).

¹²⁵³ José Ribeiro de Carvalho possuíam mais quatro casas, uma delas “em que não vive”, e outras três na rua Direita, possivelmente alugadas. Escolhemos a casa de maior valor como a mais provável para sua moradia. Devido ao grande número de móveis que ele possuía, seria necessária uma grande casa para acomodá-los. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Ribeiro de Carvalho, 1770.

¹²⁵⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Ribeiro de Carvalho, 1770.

¹²⁵⁵ Quando José Ribeiro de Carvalho migrou para Colônia, viera ou já encontrara aqui seu pai, Antônio Ribeiro de Miranda. Quando esse faleceu, no ano de 1748, possuía quatro filhos: Jacinto, Josefa Ribeiro Miranda (casada com Manoel Teixeira), e Manoel Ribeiro de Miranda, filho de uma parda chamada Bernarda Pinto, e José, aparente estava ausente. No campo de partilha do inventário consta “Ao herdeiro ausente”. No campo de observações gerais – filhos, registrou-se: “consta declarado que Antônio Ribeiro de Miranda teve um filho com Francisca Martins, que enjeitou na “Roda dos enjeitados” na cidade do Porto”. Na ficha do inventário de Antônio Ribeiro de Miranda ele foi registrado como “solteiro”. (BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Ribeiro de Miranda, 1748). Seria José Ribeiro de Carvalho o enjeitado na roda na cidade do Porto? A principal ligação entre Antônio Miranda e José Carvalho ficou clara devido à declaração de Antônia Rangel, em seu testamento, de que Manuel Ribeiro de Miranda era irmão do segundo. ANGELO, Fabrício Vinhas M. *Op. Cit.* (2013), p. 104.

¹²⁵⁶ Natural da Freguesia de Santo Adrião, Arcebispado de Braga. VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. *Op. Cit.* (2014), p. 173.

¹²⁵⁷ OLIVEIRA, Mariana de. *Op. Cit.* (2016), p. 149 – 150.

¹²⁵⁸ AHU_ACL_CU_011, Cx. 60\Doc. 4 (1).

¹²⁵⁹ OLIVEIRA, Mariana de. *Op. Cit.* (2016), p. 150.

filhos.¹²⁶⁰ Em segundas núpcias casou-se com dona Quitéria Maria de Barros, mulher letrada e “de significativa atuação na sociedade sabarense, pois fora eleita subpriora, em 21 de junho de 1761, no auto de posse da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo”.¹²⁶¹ Com ela teve mais seis filhos, dois homens e quatro meninas. Quitéria “ensinou suas filhas a ler e a escrever no ambiente doméstico”.¹²⁶² Quanto aos meninos, José, possivelmente frequentou na infância as aulas de primeiras letras, permanecendo “durante sete anos nos estudos da gramática latina e depois foi viver no Rio de Janeiro”.¹²⁶³ O outro, Manuel, “aprendeu as primeiras letras em aulas particulares, como podemos verificar por meio da prestação de contas feita pela mãe”.¹²⁶⁴

O capitão José Ribeiro de Carvalho teve ainda um filho com a parda e forra, Antônia Rangel de Abreu, “negra de tabuleiro”¹²⁶⁵, filha de Marcelina da Costa com pai incógnito, e natural da vila de Macacu, bispado do Rio de Janeiro.¹²⁶⁶ Em seu testamento, datado de 1756, Antônia declarou ser viúva de Antônio de Almeida, de cujo matrimônio não teve filhos, e ter “um filho por nome Antônio Ribeiro o qual é do capitão José Ribeiro de Carvalho”.¹²⁶⁷ Solicitou ainda, como testamentário, em primeiro lugar, o referido capitão, e em segundo lugar, o irmão desse: Manoel Ribeiro de Miranda.¹²⁶⁸ Quando Antônia Rangel faleceu, nesse mesmo ano, José Carvalho foi seu inventariante e assumiu a tutoria do filho que tiveram em comum, Antônio Ribeiro de Carvalho.¹²⁶⁹ Treze anos depois, quando o capitão veio a falecer, em 1769, Antônio vivia com o pai, estava então com 26 anos de idade, e fora instituído seu herdeiro.

¹²⁶⁰ João, Josefa e Úrsula. A do meio parece não ter sobrevivido pois não consta no inventário do pai. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Úrsula de Cerqueira de Avelar, 1753.

¹²⁶¹ PASSOS, Zoroastro Vianna. *Notícia histórica da Santa Casa de Sabará (1787 a 1928)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929. *Apud*. VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. *Op. Cit.* (2014), p. 174.

¹²⁶² VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. *Op. Cit.* (2014), p. 174.

¹²⁶³ *Idem, ibidem.*

¹²⁶⁴ *Idem, ibidem.*

¹²⁶⁵ Como veremos, no capítulo 5, Antônia Rangel aparentemente viveu do comércio ambulante de comestíveis, vendidos em “um tabuleiro preto pequeno”.

¹²⁶⁶ ANGELO, Fabrício Vinhas M. *Op. Cit.* (2013), p. 104.

¹²⁶⁷ *Idem, ibidem.* (Ortografia atualizada por nós).

¹²⁶⁸ *Idem, ibidem.*

¹²⁶⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônia Rangel, 1757.

6.5 – A Preguiça e o “Preguiceiro”: uma História de “tecnologia microscópica do cotidiano”

No começo do século XVIII, para Bluteau, o “preguiceiro” era como “chamam alguns ao banco de dormir a sesta, largo e comprido”.¹²⁷⁰ No fim do século, Moraes Silva definiria o mesmo móvel como “uma camilha de couro, de descansar e dormir a sesta”.¹²⁷¹ As diferenças nas definições indicam as mudanças desse móvel, que de um simples “banco” passou à uma “camilha”. Mais que isso, elas atestam o aperfeiçoamento de “tecnologias microscópicas e cotidianas”¹²⁷² que buscavam suprir uma “necessidade”, ou privilégio: a preguiça. No termo de Sabará, esse móvel foi denominado de várias formas, com “preguiceiro”, “espreguiçadeira”, “espreguiçadeiro”, espreguiceira, espreguiceiro, etc. Essa peça foi encontrada em 66 inventários (8,2% dos documentos de nossa amostra e 14,53 % das 454 heranças com móveis). Marcou, portanto, certa presença nos espólios do termo de Sabará. Ele foi classificado entre os “móveis mais comuns”, no grupo dos “muito frequentes” (Gráfico 22), aqueles objetos que apareceram no intervalo de 50 a 99 heranças, porém, não estava entre os mais frequentes. De mesmo modo, Júnia Furtado constatou que no arraial do Tejuco (atual Diamantina, MG), no tempo de Chica da Silva (sec. XVIII), esses móveis encontravam-se somente em “algumas poucas casas”.¹²⁷³

Apesar de aparecer em um inventário realizado em 1728, os demais 65 documentos com preguiceiros são da segunda metade do século XVIII. Isso aponta que a demanda por esse tipo de móvel intensificou-se na Capitania em um momento pós montagem das empresas mineradoras, e, portanto, de maior estabilização da sociedade e da busca pelo conforto. Segundo Tilde Canti, a camilha e o preguiceiro foram móveis desenvolvidos para o repouso diurno, seriam mais estreitos que o catre,¹²⁷⁴ sem resguardo nos pés e com cabeceira reclinada.¹²⁷⁵ Enquanto o estrado da camilha geralmente era em palhinha ou acolchoado, o do preguiceiro na maioria das vezes era de couro (Figura 44).¹²⁷⁶ Em nossa amostra, quando os revestimentos foram citas, quase

¹²⁷⁰ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.6, p. 694.

¹²⁷¹ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.2, p. 490.

¹²⁷² ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000), p. 225.

¹²⁷³ FURTADO, Junia Ferreira. *Op. Cit.* (2003), p. 132.

¹²⁷⁴ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 151.

¹²⁷⁵ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 187.

¹²⁷⁶ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 187.

que exclusivamente se descreveram os de couro. Em cerca de metade dos documentos com esse móvel, constaram “preguiceiros de couro” (36 inventários), prevalecendo os de “couro cru” (19), e uma peça de “couro liso”. De revestimento diferente desses, apenas constou um “espreguiceiro coberto de folhas”.¹²⁷⁷ Quanto as madeiras das quais esse móvel era confeccionado, em seis inventários registraram-se “preguiceiros de pau branco” e somente um de jacarandá. No que se refere talha, quando descrita, prevaleceram os documentos com peças torneadas (5) seguidos pelas madeiras lisas (4). A peça mais requintada que encontramos nas descrições foi “um preguiceiro com *pregos dourados em roda [e] cabeceira de talha*”¹²⁷⁸

Figura 44 - Preguiceiro e Camilha do Século XVIII



Fonte: “Preguiceiro – Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Fotografia de Rômulo Fialdini. In MHN. São Paulo: Banco Safra, 1989, p. 165”. *Apud.* BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; FÉLIX, Rogério Ricciluca Matiello. *Op. Cit.* (2016), p. 111; “Camlha (1,69 x 0,87 x 1,95m) em Jacarandá, Peroba-do-campo, palhinha e ferro. Segunda metade do século XVIII. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.

Fonte: Inventário 690, Museu da Inconfidência (2014)”. OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *Op. Cit.* (2017), p. 164.

Segundo os estudos de “mobiliário artístico”, majoritariamente os preguiceiros eram móveis longos, com oito pernas, e, menos frequente, seis ou quatro.¹²⁷⁹ Dentre os que encontramos no banco de dados, o único em que os avaliadores descrevem o

¹²⁷⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Maria de Jesus, 1796.

¹²⁷⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Elenna de Santa Tereza, 1795.

¹²⁷⁹ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 255.

tamanho foi “um espreguiceiro de couro cru *grande e velho de 4 palmos e meio*”¹²⁸⁰, ou seja, cerca de um metro, um móvel não muito longo. A camilha, de um modo geral, possuía quatro pés,¹²⁸¹ e seria mais rara na Colônia.¹²⁸² De fato, essa peça só apareceu em um único inventário de nossa amostra.¹²⁸³ Acolhendo ao disseminado o hábito da sesta, se utilizou sobretudo o preguiceiro, como destacaram Bluteau e Moraes Silva. Na América Portuguesa, para o mesmo fim, também recorria-se à rede.¹²⁸⁴ No último quartel do século XVIII, os preguiceiros multiplicaram-se nas heranças, assinalando um verdadeiro *boom* na busca por esse confortável móvel que garantia o direito à preguiça. A partir do ano de 1778, dezesseis espólios registraram mais de uma dessas peças.¹²⁸⁵ Em 1786, João Martins Alves, proprietário da segunda melhor estalagem de Sabará, tinha para si e para os hóspedes fazerem a sesta, nada menos que “quatro espreguiceiros”, além de outro desses, “coberto de couro cru já velho que se acha[va] na casa onde mora Antônio Borges”.¹²⁸⁶ Em 1782, na rua do Serro do arraial de Paracatu, em “sua morada de casas térreas, cobertas de telha, com quintal, poço com barril e corrente”, o português Custódio de Oliveira Braga possuía duas peças muito bem trabalhadas, “um espreguiceiro de *jacarandá torneado*” e outro “preguiceiro de *jacarandá com cabeceira lavrada*”.¹²⁸⁷ A maioria dos inventariados com mais de um desses móveis (9), assim como Custódio Braga, possuíam duas peças. Talvez um dos preguiceiros fosse utilizado na sala de entrada, passando a servir como um móvel de assento, e o outro, em local mais reservado, manteria sua função de móvel de descanso diurno. Os dois também poderiam ser empregados no mesmo ambiente da sala de entrada. Esse jogo de móveis não era exclusivo de áreas urbanas. Em 1780, Francisco Rodrigues Braga e sua esposa, Jacinta Roza de Oliveira, eram moradores no “sítio das Almorreimas, freguesia do Curral Del Rey”, próximo ao rio Paraopeba (no atual

¹²⁸⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784.

¹²⁸¹ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 255.

¹²⁸² Canti apresenta um exemplar do Museu da Inconfidência. Trata-se de uma “Camilha” em jacarandá, peroba-do-campo, palhinha indiana, Estilo D. José I. Segunda metade do século XVIII”. CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 286, figura 280.

¹²⁸³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

¹²⁸⁴ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 102; CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 255.

¹²⁸⁵ BDITCRV, Inventários *post-mortem* de José Lopes Neves, 1778; Francisco Rodrigues Braga, 1780; Custódio de Oliveira Braga; 1782; Manoel Francisco Gomes, 1783; Domingos Pinto Carneiro, 1786; Baltazar Caetano de Andrade, 1786; Antônio Lourenço Valadares, 1791; Anna Florência Ribeira, 1793; José de Moraes, 1794; José Pereira Braga, 1795; Rita Coelho Carneiro, 1796; João Martins Alves, 1796; Antônio Alves Figueiras Campos, 1797.

¹²⁸⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

¹²⁸⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Custódio de Oliveira Braga, 1782.

Município de Brumadinho), em “uma fazenda com matas virgens, capoeiras, campos e seus logradouros com *casa de sobrado cobertas de telha*, engenho de farinha com duas mãos de socar mamona, paiol, senzala coberta de telha com sua horta, bananal, árvores de espinho e outras frutas”.¹²⁸⁸ Na sede da extensa propriedade o casal possuía “dois espreguiceiros”, que poderiam ser usados tanto como móveis de repouso quanto de assento. Para a última finalidade também possuíam “dois bancos de encosto”.

Apesar de ser um móvel encontrado na maioria das vezes em heranças de pessoas designadas como “brancas” e com certa riqueza; alguns poucos indivíduos classificados como “pretos”, “pardos”, “crioulos” ou “forros”, também puderam usufruir dessa peça que materializava o direito à preguiça. Exemplo disso poderia ser encontrado em “umas casas com seu quintal” (100\$000 réis) no arraial de Santa Luzia, que no ano de 1763 pertencia à “crioula forra” Antônia Teixeira de Andrade, esposa de Gonçalo José Gomes. Na referida morada se encontravam, além de “um espreguiceiro”, “três tamboretos mochos” e “um banco tosco”. Eles possuíam seis escravizados e o monte-mor do inventário registrou a quantia de apenas 763\$100 réis.¹²⁸⁹

Segundo Tilde Canti, no século XIX os preguiceiras foram substituídos, nas casas brasileiras, pela “marquesa”¹²⁹⁰: um “móvel de descanso, de uso coletivo, formando *conjunto com mobília de sala*”.¹²⁹¹ Antes dela, Maria Helena Flexor já havia constatado o mesmo; em seus termos, os preguiceiros:

Tiveram largo uso, desde o princípio do século XVIII, e acompanharam algumas modas posteriores, como a do “leito torneado”, *até a marquesa tomar-lhe o lugar*. Destinados às sestras dos chefes de família, eram colocados na *sala nobre das casas* de residência e tinham as mesmas funções que, posteriormente, caberiam aos *canapés, sofás e marquesas*, isto é, uma *complementação dos móveis de assento*.¹²⁹²

Tais considerações nos permitem afirmar que os preguiceiros localizavam-se em geral nas salas de entrada (ou de visitas) das casas setecentistas mineiras. Antecederam, portanto, não só a posição, mas o uso dos canapés, marquesas e sofás. Porém, de forma

¹²⁸⁸ Continua: “E ainda mais ranchos destinados a laboração que se compõem de terras de plantio”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Francisco Rodrigues Braga, 1780. (Itálicos nossos).

¹²⁸⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônia Teixeira de Andrade, 1764.

¹²⁹⁰ CANTI, Tilde. *Op. Cit.* (1980), p. 255.

¹²⁹¹ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Op. Cit.* (2009), p. 152. (Itálicos nossos).

¹²⁹² *Idem*, p. 102. (Itálicos nossos).

distinta, os preguiceiros seriam aproveitados principalmente pelo senhor da casa em seu momento de sesta. Preconizaram o uso das referidas peças ao servirem como móvel de assento em residências que recebiam visitas de modo mais formal. Nesses casos, os preguiceiros poderiam compor parte do mobiliário de um cômodo especializado que daria origem as primeiras “salas de visitas” da comarca, e seriam acompanhados de jogos de seis ou doze tamboretas, bufetes, oratórios, etc.

No termo de Sabará esses móveis cumpririam o mesmo papel que em Lisboa incumbia ao “canapé”, um conjunto de “assentos e encostos conjugados com dois, três ou mais lugares, distinguindo-se perfeitamente o número de encostos”.¹²⁹³ Nuno Madureira identificou a aparição desses móveis sobretudo a partir de 1780.¹²⁹⁴ Para o autor, “com a difusão dos conjuntos de seis ou doze cadeiras, complementadas obrigatoriamente por um ou dois *canapés*, a que se podiam ainda acrescentar jogos de *tamboretas*”, nascendo daí o “que ‘hoje’ chamamos vulgarmente *mobília de sala*”.¹²⁹⁵

Mesmo que na comarca do Rio das Velhas o repertório de móveis diferisse daquele encontrado na Metrópole, levando-se em consideração grupos sociais semelhantes, a demanda era a mesma: aumentar o número de lugares sentados.¹²⁹⁶ Pois o “reconhecimento do valor social e cultural do convívio [foi] impondo novos requisitos no mobiliário”.¹²⁹⁷ Assim como o canapé, que prolongava o enquadramento dado a uma sala, alinhando-se às paredes e reproduzindo a forma e a decoração dos outros assentos;¹²⁹⁸ também os “preguiceiros de couro” exerciam efeito estético semelhante ao refletirem os revestimentos dos “tamboretas e cadeiras de couro”, muitos deles em jacarandá torneado. Esse efeito poderia ser encontrado, por exemplo, em 1758, na “fazenda chamada André Gomes, com casa e paiol cobertos de telhas, senzala coberta de capim, casas de pedra cobertas de telhas, engenho de moer cana, forno de fazer farinha, alambique, pipa, tonéis” e que fazia “divisa com a Serra que vai para o Curral del-Rei” (1:600\$000 réis). Na sede dessa posse, o português¹²⁹⁹ Jacinto Alves Taveira poderia receber visitas em uma sala enquadrada por “um bufete de jacarandá com duas gavetas e suas fechaduras e chave” e “seis tamboretas de *couro cru*”, consonantes com

¹²⁹³ *Idem*, p. 111.

¹²⁹⁴ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* p. 160. (Quadro 2.1 b.)

¹²⁹⁵ *Idem*, p. 155. (Itálicos nossos).

¹²⁹⁶ *Idem, ibidem*.

¹²⁹⁷ *Idem, ibidem*.

¹²⁹⁸ *Idem, ibidem*.

¹²⁹⁹ Natural do: "Lugar de Cardoso" / Termo de Velha Flor / Arcebispado de Braga.

seu “preguiceiro de *couro cru torneado*”, e “uma caixa de *couro cru*”.¹³⁰⁰ No arraial de Santa Luzia, em 1780, ambiente semelhante poderia ser observado na “morada de casas” (300\$000 réis) do comerciante e caixeiro¹³⁰¹ Manoel Nunes da Silva e sua esposa, Narcisa Ferreira de Jesus. Na sala de entrada dessa residência possivelmente se encontraria, além de “um bufete com sua gaveta”, “seis mochos de *couro*” e “um espreguiceiro de *couro torneado*”. Para o cuidado do recinto, Manoel e Narcisa contava ainda com uma escravizada especializada, Clementina, de nação Congo, destinada a “utilidade do serviço da casa”. Ela foi avaliada em 130\$000 réis, quase metade do valor da morada de Manoel Nunes.¹³⁰²

Certamente cumpriam a função de aparato os móveis mais elegantes, como o “preguiceiro com *pregos dourados* em roda e *cabeceira de talha*” que pertenceu a rentista¹³⁰³ Elenna de Santa Tereza. Em 1795 esse móvel possivelmente poderia ser visto junto com “seis tamboretas já usados de couro cru”, na sala de entrada de sua “morada de casas de sobrado” (1:200\$000 réis), localizada na rua Direita da vila de Sabará. Na mesma residência, onde vivia com seus pais: Pedro da Costa Machado (já falecido) e Izabel Pereira de Oliveira; sua família poderia receber diversos clientes, dentre os quais, Pedro alfaiate, que alugou uma de suas casas no ano de 1775.¹³⁰⁴ Também poderiam receber visitas em circunstâncias mais formais, a exemplo de José Antonio de Melo, que em 1799 viria a se casar com Bernarda de Santa Tereza de Jesus, filha da inventariada.¹³⁰⁵

¹³⁰⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Jacinto Alves Taveira. 1758. (Itálicos nossos)

¹³⁰¹ No campo de observação da ficha de protagonista do inventário, consta: “profissão do inventariado: além de furriel, Manoel é citado na planilha também como comerciante/caixeiro”.

¹³⁰² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Nunes da Silva, 1780.

¹³⁰³ Na ficha do inventário constam várias informações sobre aluguéis e obras em imóveis da inventariada, solteira, que aparentemente vivia com os pais, e deixou uma filha. A saber, no campo de “Procedimentos Judiciais”, consta: “1798- O juiz ordena que o tutor construa um muro na morada de casas da herança do pai da inventariada, pois ela estava localizada em uma rua que “...serve de acomodado couto para malfeitores...”, para assegurar os aluguéis da órfã”, fl. 54. “1798- A órfã reclama não estar recebendo comida e vestuário a 5 anos e diz que os aluguéis estão vencidos”, fl. 56. “É informada a quantia que estava para ser liquidada relativa aos aluguéis que estavam sob responsabilidade do antigo tutor”, fl. 107-108. “1796- Uma crioula forra, Inácia Maria do Sacramento, aluga as casas”, fl. 167. “1778- Pedro alfaiate pede as chaves das casas que alugou. Consta documentos referentes aos pagamentos de aluguéis e outras contas da década de 70”, fl. 173-197. “Um pedreiro que prestou serviços na morada de casas da herdeira e não recebeu cobra providências”, fl. 97. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Elenna de Santa Tereza, 1795.

¹³⁰⁴ 1778- Pedro alfaiate pede as chaves das casas que alugou. Consta documentos referentes aos pagamentos de aluguéis e outras contas da década de 70”, fl. 173-197. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Elenna de Santa Tereza, 1795.

¹³⁰⁵ No campo “filhos”: Bernarda de Santa Tereza de Jesus, cônjuge: José Antonio de Melo. Em procedimentos judiciais: “1799- O marido da herdeira Bernarda apresenta certidão de casamento e a

UNIDADE III

Casa e Cozinha: uma história da alimentação através dos elementos materiais da cultura

mesma é considerada habilitada para receber a herança”, fl. 206. (BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Elenna de Santa Tereza, 1795). Talvez cônjuge seja o mesmo “alferes José Antonio de Melo”, natural de São João del-Rei, e que no ano de 1775 constava como membro da 2ª companhia de “Oficiais de Patente do Regimento de Cavalaria das Minas”, tendo anteriormente pertencido aos antigos Dragões. APM. SC. 211, fl. 76-77; AHU. Cx. 103. Doc. 26; ADIM. Vol. 1, p. 182. *Apud.* COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Tese de Doutorado em História), p. 260 – 261.

Capítulo 7 – De áreas de serviços a cozinhas: a produção de um “novo” espaço integrado à casa

Neste capítulo, partiremos de uma análise de longa duração para refletir sobre o papel da cozinha nas relações sociais, e, sobretudo, em sua dialética proximidade com a casa. Em um primeiro momento, utilizamos principalmente de resultados de estudos de história da arquitetura, comparando suas conclusões com achados arqueológicos e a historiografia sobre a época, sintetizando a história das cozinhas na tradição ocidental. A partir dessa revisão, concentramos nossas análises na comparação desses estudos com os dados dos inventários setecentistas da comarca do Rio das Velhas. Por fim, apontamos evidências que corroboram com a hipótese central desta unidade: a cozinha, em um movimento dialético, ao aproximar-se da casa, produziu-se enquanto um dos principais espaços aglutinadores das mudanças sociais que caracterizaram o fim da Idade Moderna. Todavia, atentando que tais alterações, como qualquer mudança social e de cultura material, não aconteceram de forma uniforme, regular e ininterrupta, mas matizada, levando-se em consideração as diferenças regionais, os níveis de riqueza, os grupos socioprofissionais etc.

7.1 – A dualidade da cozinha como área de serviço dispersa ou espaço integrado (da Antiguidade Clássica ao fim da Idade Média)

A dualidade da cozinha como área de serviço dispersa ou espaço integrado à residência não é uma realidade própria da Idade Moderna, mas atingiu nuances específicas neste período, acenando para uma mudança fundamental que se firmaria na

contemporaneidade: a consolidação da cozinha como um dos principais espaços predeterminados e especializados da habitação compartimentada. No período romano os lugares de confecção e produção de alimentos não eram arquitetonicamente valorizados dentro do ambiente doméstico pelo mesmo motivo que não o eram na América portuguesa séculos depois: eram espaços destinados ao trabalho escravo e feminino.¹³⁰⁶

Nas cidades romanas do período imperial (27 a.C. – 475 d.C.) podiam-se observar duas realidades distintas na forma como se organizavam os espaços de confecção de alimentos. Nos prédios conhecidos como *insulae* (edifícios plurifamiliares nos quais residiam os pobres da urbe), os alimentos poderiam ser confeccionados em rudimentares fogareiros ou em espaços comunitários no piso térreo do conjunto habitacional, porém, na maioria das vezes, eram comprados em lugares especializados na venda de comidas já preparadas: a *tabernae* e o *thermopolium*.¹³⁰⁷ De mesmo modo, artesãos que residiam nos fundos¹³⁰⁸ de suas oficinas ou lojas compravam alimentos em lojas especializadas do entorno. Podemos citar o exemplo de uma barbearia com um pequeno *cubiculum* (quarto de dormir)¹³⁰⁹ aos fundos, servindo apenas como espaço de repouso (Figura 45). Deste modo, para muitos daqueles que se encontravam nos degraus mais baixos da estratificação social romana (sobretudo na capital do império, e também nas grandes cidades), a confecção de alimentos não era uma atribuição vinculada à moradia. Por outro lado, eram nos lugares de venda de comidas e bebidas que se centrava a vida dos homens pobres, como afirma Mirielle Corbier: “tudo se passa[va] como se sociabilidade entre homens do povo e refeições feitas fora de casa fossem uma coisa só”.¹³¹⁰

¹³⁰⁶ SALVADOR, Mariana Sanchez. *Arquitetura e Comensalidade: uma história da casa através das práticas culinárias*. Casal de Cambra (Portugal), Editora Caleidoscópio: 2016, p. 98.

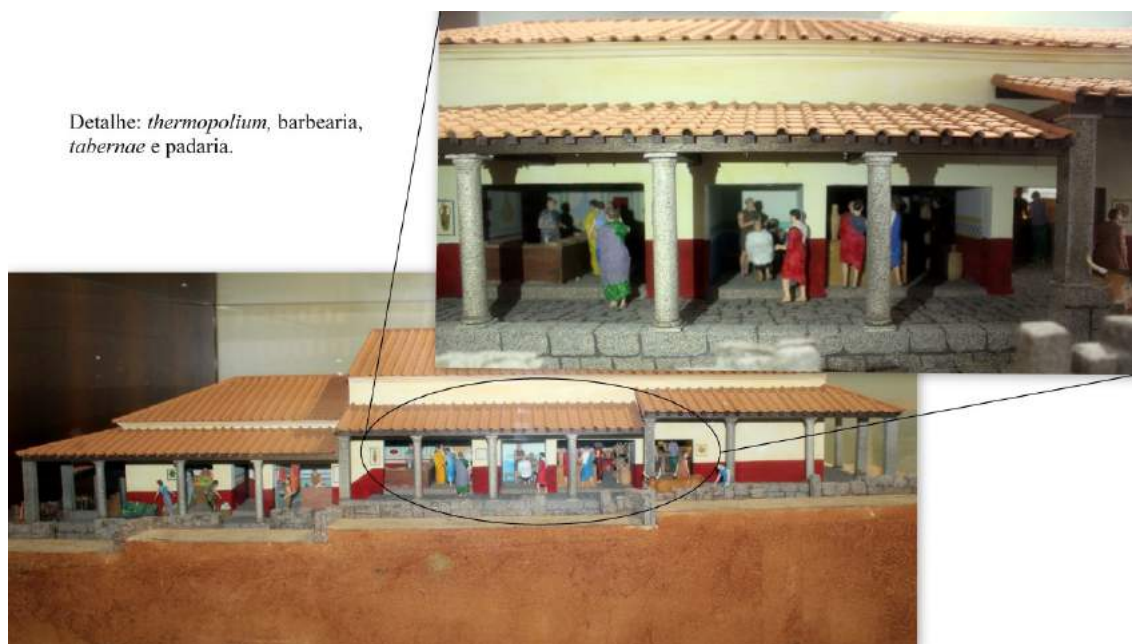
¹³⁰⁷ CORBIER, Mireille. A fava e a moréia: hierarquias sociais dos alimentos em Roma. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p.176; SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 82-83.

¹³⁰⁸ MAGALHÃES, Fernanda; RIBEIRO, Jorge M. Pinto; MARTINS, Maria M. Entre o público e o privado. Cenários do cotidiano na *domus* das Carvalheiras. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, Vitória (UFES), n. 6, p. 88-106. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/11972/8577> (acesso, fevereiro de 2019), p. 94.

¹³⁰⁹ MARTINS, Manuela. *Bracara Augusta: a casa romana das Carvalheiras*. (Roteiros Arqueológicos 2). Braga: Litografia A. C., 2000, p. 34.

¹³¹⁰ CORBIER, Mireille. *Op. Cit.* (1998), p. 176.

Figura 45 – Maquete com Reconstituição da *Domus* das Carvalheiras - *Bracara Augusta* (Braga, Portugal) – Fachada Sul



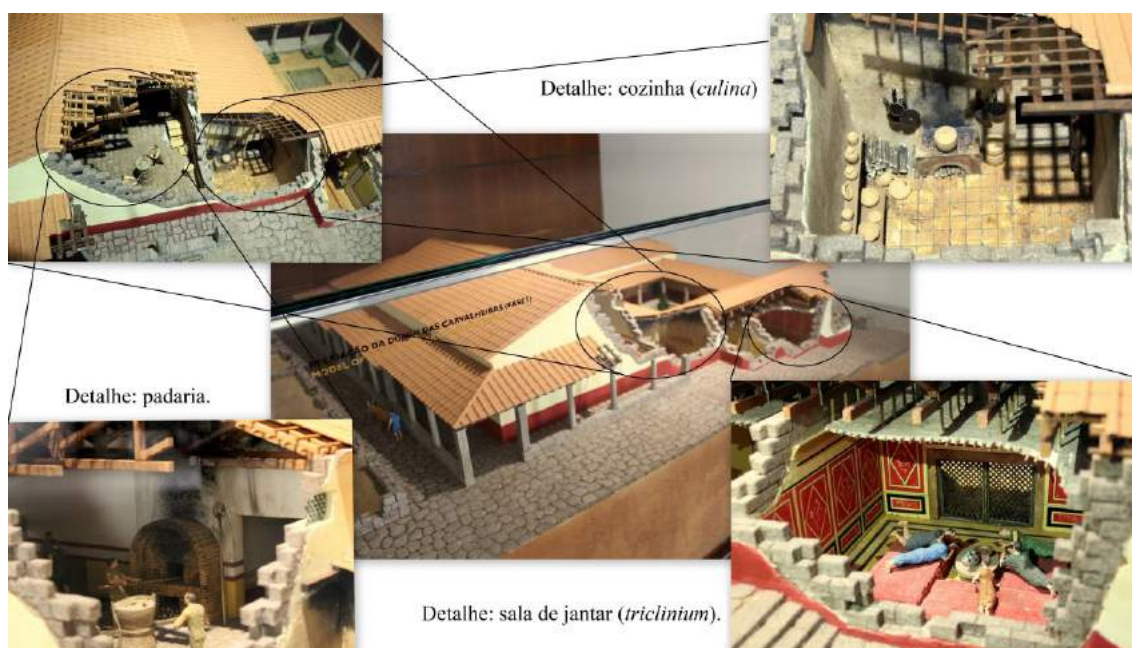
Fonte: Museu Regional de Arqueologia Dom Diego de Sousa (Braga). Elaboração e fotos do autor: julho de 2018.

De forma distinta, na *domus* (edifícios unifamiliares nos quais a aristocracia morava), a *culina* (cozinha) e outros espaços de produção de alimentos apareciam como um lugar especializado na confecção de comidas destinadas ao abastecimento da própria casa ou até mesmo para a venda externa, podendo estarem associadas à uma *tabernae* de propriedade do *dominus* (senhor) da casa. A configuração de um complexo de confecção e comercialização de alimentos no entorno de uma residência senhorial: a *culina* associada a *tabernae*, ao *thermopolium* e uma padaria, poderia ser observada, por exemplo, na *Domus das Carvalheiras* (c. 69 – 96 d.C.),¹³¹¹ que existiu nas proximidades do *forum* da *Bracara Augusta* (atual Braga, no Norte de Portugal), uma cidade na periferia do império Romano. Faz parte do Museu Regional de Arqueologia Dom Diego de Sousa, em Braga, uma maquete com a reconstituição minuciosa desta *domus* (Figura 45). Além do corredor de entrada para a casa aristocrática, na fachada sul encontravam-se cinco lojas; dentre elas, observava-se, no canto direito da edificação, respectivamente, de fora para dentro: uma padaria, uma *tabernae*, uma barbearia e, por

¹³¹¹ MARTINS, Manuela. *Op. Cit.* (2000), p. 18 – 19.

fim, um *thermopolium* (Figura 46). Os estudos do sítio arqueológico que deram origem à maquete possibilitaram a interpretação de um vínculo direta entre o que foi reconstituído como uma padaria e o interior da casa, em solução contígua que a separava da cozinha por pouco mais de uma escada (Figura 45).¹³¹²

Figura 46 – Interiores na Maquete com Reconstituição da *Domus* das Carvalheiras - *Bracara Augusta* (Braga, Portugal)



Fonte: Museu Regional de Arqueologia Dom Diego de Sousa (Braga). Elaboração e fotos do autor: julho de 2018.

Todavia, como já dissemos, a *culina* era um espaço secundário na elaborada ordem arquitetônica das residências da elite do império. Primitivamente, localizava-se fora da casa, próxima ao *hortus* (espaço de cultivo de legumes). Posteriormente, foi

¹³¹² Outros estudos não consideraram essa interpretação reconstituída na maquete, da ligação entre a loja ali interpretada como uma padaria e o interior da casa, mas, seguindo a mesma forma de raciocínio, identificaram uma ligação de outra loja, na outra extremidade da fachada sul, que fazia ligação com o corredor de acesso a casa. Dessa configuração concluiriam que deveria se tratar de uma *tabernae* diretamente explorada pelo *dominus* da casa, enquanto as outras poderiam ser alugadas. De toda forma, esse complexo de lojas, grande parte delas ligadas ao comércio de comidas e bebidas, estaria direta ou indiretamente ligadas a *domuns*, como a materialidade da estrutura arquitetônica das ruínas “dizem” claramente. MAGALHÃES, Fernanda; RIBEIRO, Jorge M. Pinto; MARTINS, Maria M. *Op. Cit.* (2015), p. 94.

integrada à *domus*, porém sem localização fixa.¹³¹³ Confinada a um cômodo bastante reduzido, a materialidade da cozinha “consistia numa *bancada de tijolos* sobre a qual se fazia o fogo, que servia para guisar *panelas*, sobre *tripés* ou *grelhados*. Debaixo desta bancada havia uma cavidade onde se guardava a lenha. (...) O resto da cozinha consistia numa *pia*, *mesas* e uma ou outra *cadeira*”¹³¹⁴ (Figura 46). O pequeno espaço da *culina* diferenciava-se do bem demarcado *atrium* e do *peristylum* (pátios centrais ao redor dos quais se organizava toda a distribuição interna da moradia),¹³¹⁵ bem como do *triclinium*¹³¹⁶ (uma sala de jantar meticulosamente decorada e mobiliada, espaço carregado de simbolismo e ostentação, onde se recebia e se firmavam importantes alianças políticas em grandes banquetes denominados *convivia*, ou seja, tratava-se de um lugar com papel preponderante na forma da organização social romana). Na figura 46 pode-se observar a diferença nas dimensões da cozinha e da sala de jantar. Porém, a distinção era demarcada sobretudo pela ambiência: no *triclinium* as paredes eram pintadas com ricos afrescos e o interior preenchido por três leitos rodeando uma pequena mesa em que os aristocráticos convidados comiam inclinados, uma posição anteriormente reservada somente à realeza.¹³¹⁷ Essa *mise-en-scène* constituía a materialidade característica destes espaços de representação tão fundamentais à dinâmica social e política do Império Romano. Por sua vez, mesmo que integradas à casa, pouca atenção era destinada à cozinha e aos demais lugares destinados a confecção dos complexos pratos servidos nestes luxuosos jantares.

No Império Romano, o espaço de confecção de alimentos dos camponeses, possivelmente, se resumia ao ambiente de um compartimento multiuso onde se comia, se dormia etc. Essas casas simples não teriam grande expressão dentro da configuração social romana, na qual os escravizados, por exemplo, poderiam viver e morar na *domus* de seu senhor, tanto na cidade quanto no campo. Diferente do que viria a ocorrer durante a Idade Média, quando pequenas moradias, rurais e urbanas, se firmariam tanto pela quantidade, quanto pela dispersão geográfica e social. Antes, é elucidativo frisar

¹³¹³ SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 96.

¹³¹⁴ *Idem, ibidem.*

¹³¹⁵ *Idem*, p. 91.

¹³¹⁶ *Idem*, p. 98-99.

¹³¹⁷ ROMAGNOLI, Daniela. Guarda no sii vilan: as boas maneiras à mesa. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 380; SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 98-99.

que a palavra latina *casae* era utilizada pelos romanos para se referir às habitações rudimentares, cabanas ou *moradias rurais*.¹³¹⁸ O que hoje denominamos *casa*, seria mais próximo ao que os romanos designavam *domus*, termo latino que deu origem, em nosso idioma, a palavras como domínio e doméstico, e não alguma denominação dada às habitações. A *casa* entendida como a habitação geral seria uma construção semântica da Idade Média, com origem nas rudimentares habitações rurais do período romano, de “um único compartimento, a cozinha, onde toda vida se centrava em torno da lareira”¹³¹⁹. Contrapunham-se aos templos e catedrais, que, devido à sua escala e robustez, passariam, esses sim, a serem chamados de *Domus*, a *Morada do Senhor*.¹³²⁰

Destarte sua origem primitiva e arquetípica, parece ser da Idade Média europeia que herdamos o hábito de associar o fogo e o cozinhar ao lugar onde se mora uma família. A palavra “lar”, originada etimologicamente da mitologia etrusca e consolidada pelos romanos, representava “o fogo sagrado que protege a habitação e é transmitido de geração em geração”.¹³²¹ É evidente a ligação entre a palavra lar e lareira (lar + eira), configurando um significado muito próximo entre o calor do fogo e o calor humano, consubstanciados na fórmula família + casa. Porém, os espaços culinários romanos não necessariamente coincidiam com o fogo constantemente aceso nos domicílios em devoção ao deus Lar. Como vimos, os primeiros relacionavam as áreas de serviço, marginalizadas; os segundos, por sua vez, eram associados a um culto, localizados em áreas mais nobres, com altares próprios à sua devoção, na realidade da *domus*.

A pulverização dos centros urbanos, a ruralização da sociedade¹³²², a fragmentação dos mercados, e a formação de uma economia rural que caracterizaram o fim do Império Romano e o início da Idade Média¹³²³, transformaram também a materialidade das habitações. A casa de pátio central, voltada para dentro, que marcou presença em toda a antiguidade greco-romana, desaparece em quase toda cristandade ocidental (Figura 47), mantendo-se com suas devidas adaptações apenas em algumas regiões como aquelas dominadas por muçulmanos. Esses foram herdeiros tanto de

¹³¹⁸ *Idem*, p. 151.

¹³¹⁹ MARQUES, António Henrique de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971, p. 64.

¹³²⁰ *Idem*.

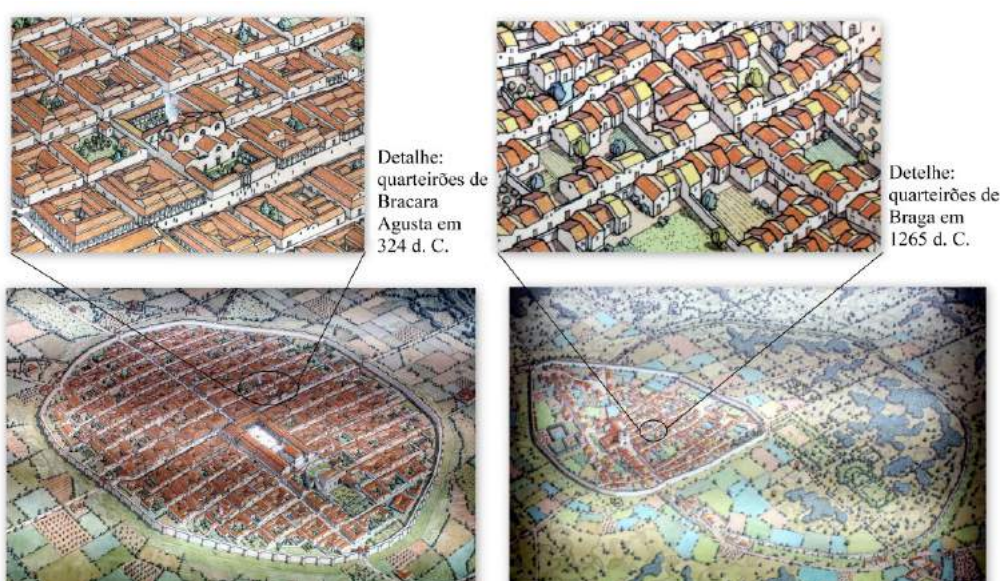
¹³²¹ OLIVEIRA, Avelino; SEIXAS, Paulo Castro; FARIA, Luiz Pinto. A Casa e as suas Casas. *Temáticas*, Campinas, 21(42): 141-163, ago./dez. 2013, p. 153.

¹³²² FRANCO JUNIOR, Hilário. *Op. Cit.* (2001), p. 82; 113 – 114;

¹³²³ *Idem*, p. 39.

tradições milenares de casas-pátio mesopotâmicas, das primeiras civilizações que se tem notícia (Sumérios etc.), quanto daquelas greco-romanas; guardando essa estrutura de habitação até o tempo presente.¹³²⁴ O sul de Portugal ainda guarda reminiscências da casa-pátio, de origem mulçumana, sobretudo em áreas rurais.¹³²⁵ Em Diamantina (MG) também existe uma casa setecentista *sui generis* com pátio central, derivada da tradição ibero-muçulmana, que abriga a atual Biblioteca Antônio Torres.¹³²⁶

Figura 47 – Casas e Quarteirões em Bracara Augusta (c. 324 d.C.) e Braga em (c. 1265 d. C.)



Fonte: Museu Torre de Menagem de Braga, exposição “Era uma vez uma cidade”. Ilustrações de César Figueiredo da Silva. Fotografias do autor (julho de 2018).

¹³²⁴ ANGELUCCI, Ornella Maria Castelnuovo. *Arquitetura e luz: o átrio (ex-pátio)*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012. (Dissertação de Mestrado), p. 35; LOURENÇO, Mariana Adubeiro. *Pátio como modo de organizar*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2017. (Dissertação de mestrado).

¹³²⁵ MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. Cit.* (1971), p. 65-66; CABRITA, Tânia Filipa Correia. *A casa pátio no sul de Portugal: três projectos SAAL*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2016. (Dissertação de mestrado), p. 71.

¹³²⁶ Essa mesma casa possui um muxarabiê: balcão com treliças de madeira protegendo a janela da luz exterior, ao mesmo tempo que permite se visualizar a rua sem ser visto. Esse tipo de estrutura, de origem árabe-mourisca, passou a arquitetura da Península Ibérica, portuguesa e brasileira. Para uma leitura detalhada das implicações históricas e sociais desses tipos de artefatos na vida cotidiana das cidades na América Portuguesa, ver: MARINS, Paulo César Garcez. *Através da Rótula: Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 31.

A habitação medieval era essencialmente um edifício com frente e fundos, tal como hoje pensamos a realidade espacial de uma casa. Surgiu de uma configuração simples de casas rurais, que posteriormente foram adaptadas em contextos urbanos.¹³²⁷ No museu da Torre de Menagem de Braga existem reconstituições arqueológicas gráficas de diversos momentos da história dessa cidade, de autoria de César Figueiredo da Silva, mestre em ilustração e arqueologia em 3D.¹³²⁸ Entre elas, destacamos duas reconstituições de Braga, um no seu auge em fins do Império Romano, c. 324 d.C.; outra, quase um milênio depois (c. 1265), no alvorecer do reino de Portugal (Figura 47). No segundo momento, em uma área bastante reduzida quando comparada ao espaço urbano anterior, pode-se observar a mudança na configuração das habitações de casas-pátio romanas, para casas de frente (com cozinha) e fundos (com quintal), características da Idade Média.

O arquiteto Norbert Schoenauer distingue as casas urbanas medievais em dois tipos: a casa de duas águas e a torre de habitação (casa-torre).¹³²⁹ Certamente existiram outros tipos de casas nesse grande período, principalmente em outras regiões europeias como o mediterrâneo, por exemplo, que se distinguem muito do Norte, foco de estudo de Schoenauer. Todavia, ambos os tipos ainda podem ser observados em alguns exemplares portugueses, já do fim da Idade Média, sobretudo as casas-torre (Figura 48).¹³³⁰ Isso não quer dizer que os dois tipos de habitações prevaleceram também no território português, mas sim que eles estavam ali representados.

Característico também das habitações medievais era a existência de uma horta ou quintal na traseira dos lotes estreitos, estruturas essenciais à subsistência doméstica no período, como veremos mais adiante.¹³³¹ Demarcava o mundo urbano medievo a prática de se trabalhar onde se vivia – sobretudo entre artesões e artífices; o que perduraria também por grande parte da Idade Moderna e, em certas regiões, até o fim do século XIX.¹³³² Coelho Meneses descreve as propriedades de alguns oficiais mecânicos nas

¹³²⁷ SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 129.

¹³²⁸ Museu Torre de Menagem de Braga, exposição “Era uma vez uma cidade”. Ilustrações de César Figueiredo da Silva, 2018.

¹³²⁹ SCHOENAUER, Norbert. *6000 Years of Housing*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2000, p. 229. *Apud*: SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 129.

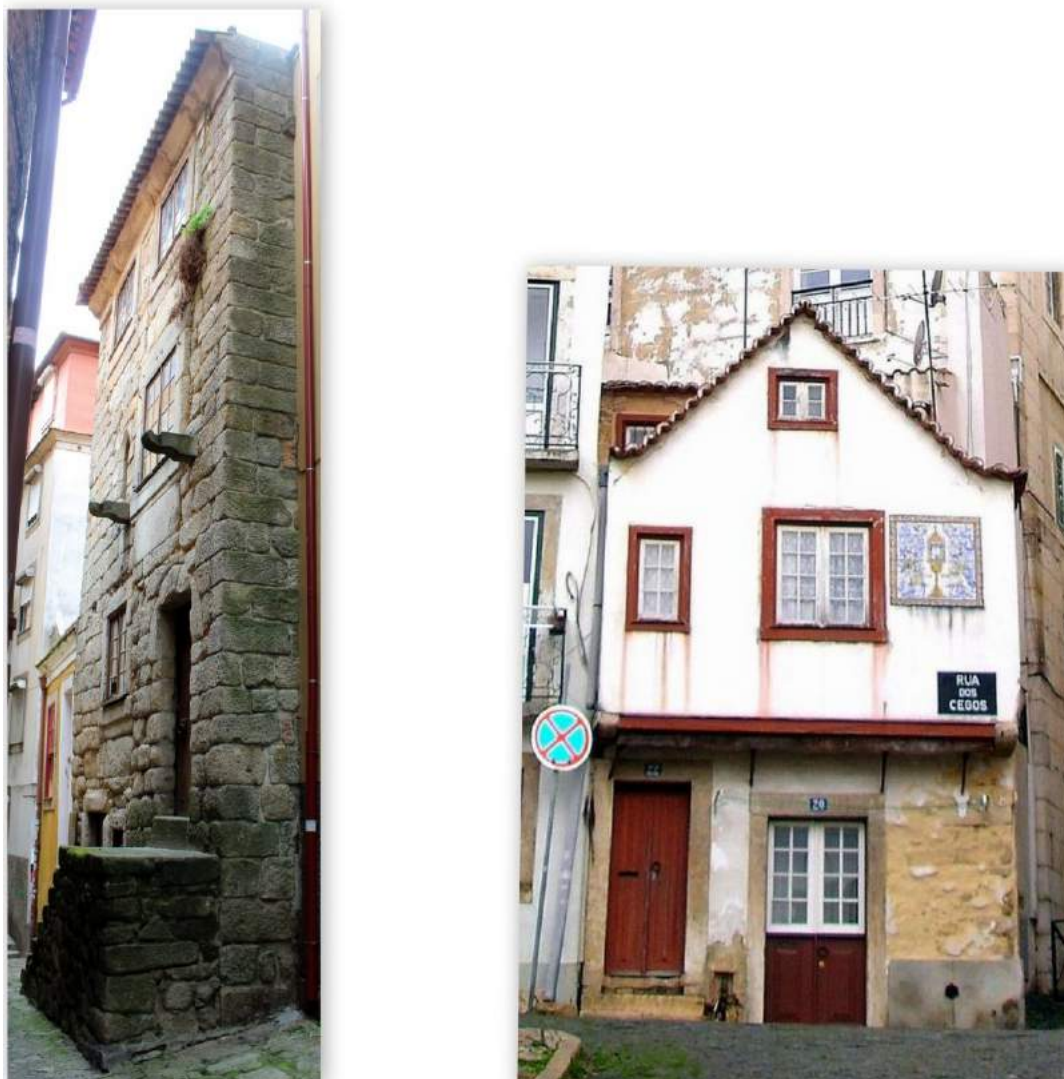
¹³³⁰ SOUSA, Silvana Raquel Vieira de. *Um Guia de Arquitetura Civil Medieval na Cidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 2017. (Dissertação de Mestrado em História da Arte)

¹³³¹ SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 131.

¹³³² *Idem*, p. 132.

Minas setecentistas com essa configuração, a exemplo de Manoel de Mello Pimentel, carapina que possuía uma casa onde trabalhava em sua “oficina razoavelmente equipada”¹³³³, no arraial de Roça Grande, bem próximo à vila de Sabará.

Figura 48 – Casa-Torre da Rua de Baixo (Porto - séc. XIII) e Casa Medieval com Telhado de duas Águas (Lisboa – séc. XV)



Fonte: Casa-torre, fotografia do autor (maio de 2018), casa de duas águas: www.vortexmag.net (Acesso: fevereiro de 2019)

¹³³³ MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2013), p. 286.

A maioria das habitações medievais constituíam-se de apenas um cômodo, mesmo as de pequenos burgueses, pequenos proprietários rurais e cavaleiros-vilões.¹³³⁴ Luisa Trindade, ao comparar diversos dados de inventários coletados por medievalistas portugueses, em distintas localidades, chegou à conclusão de que uma ou duas divisões foi a compartimentação mais comum nas casas entre o fim do século XIV e começo do XV.¹³³⁵ Até habitações de alcaides (administradores de castelos) poderiam constituir-se somente de uma sala como residência cercada de anexos independentes, como indicam as muitas que foram representadas no *Livro das Fortalezas* de Duarte D'armas¹³³⁶, elaborado início do século XVI.¹³³⁷ Nessas moradias, eram os poucos móveis (baús, bancos e mesas desmontáveis), “mais do que diferentes compartimentos, que determinavam os diferentes usos da casa”.¹³³⁸ A habitação era dominada pela lareira aberta, sem chaminé: uma espécie de braseiro, localizado no meio do cômodo, no chão, podendo estar sobre elementos de pedra ou tijolos – a fumaça saía por um orifício na Cobertura.¹³³⁹ Configuravam espacialmente uma realidade muito semelhante às já citadas *casae* de camponeses do Império Romano. Com o crescimento das principais cidades portuguesas no fim do século XIV, as casas medievais tenderam a crescer em altura, e aumentaram as casas de dois pisos.¹³⁴⁰ Em muitas delas, no andar térreo se localizava a loja ou oficina, e no andar superior, acompanhando a família em único compartimento multifuncional, encontrava-se a cozinha.¹³⁴¹ Vemos, portanto, que a ligação entre casa e fogo, no sentido de *lar*, torna-se uma constante social sobretudo a partir da Idade Média. No fim desse período, em grandes cidades, tornou-se comum a venda de alimentos em determinadas regiões da urbe, como no local conhecido como

¹³³⁴ MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. Cit.* (1971), p. 75.

¹³³⁵ TRINDADE, Luisa. *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média ao início da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 71.

¹³³⁶ ARMAS, Duarte de. *Livro das fortalezas*. Edição fac-similada de: Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da casa do rei d. Manuel I (DGLB – Torre do Tombo, cota: Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159, cofre forte). Casal de Cambra (Portugal): Editora Caleidoscópico, 2015.

¹³³⁷ MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. Cit.* (1971), p. 72; TRINDADE, Luisa. *Op. Cit.* (2002), p. 33

¹³³⁸ FUERTES, Pere; MONTEYS, Xavier. *Casa collage: un ensayo sobre la arquitectura de la casa*. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2014, p. 104.

¹³³⁹ SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 137.

¹³⁴⁰ TRINDADE, Luisa. *Op. Cit.* (2002), p. 43.

¹³⁴¹ *Idem*, p. 73.

“O Mal Cozido”, na ribeira da cidade de Lisboa.¹³⁴² Esse comércio dava suporte a uma população que muitas vezes nem cozinha possuía em casa; realidade social semelhante a que ocorreu durante o Império Romano, um milênio antes. Porém, guardadas suas devidas proporções e abrangência social, notadamente inferior no primeiro caso.

No mundo português e no Brasil, a designação “fogo”, como sinônimo de agregado residencial, seria comumente empregada até o século XIX, sobretudo em documentos administrativos proto-estatísticos, como as listas nominativas etc.¹³⁴³ Se, literalmente, “casar” é montar casa¹³⁴⁴ (quem casa quer casa!), e “lar” é o “lugar onde se pode preparar a comida”¹³⁴⁵, ter um “fogo”, como nos lembra Robert Slenes, era ter sua casa-lar, sua cozinha própria, e toda carga simbólica e material que essa relação social acarretava, especialmente para o elo mais frágil de nossa formação social: o escravizado.¹³⁴⁶ Slenes descreve como a relação ancestral “fogo” e “lar” esteve presente até mesmo na senzala, o ambiente mais precário de “moradia” no período colonial e grande parte do Império Brasileiro. E mesmo na situação extremamente frágil do escravizado, a herança africana do refúgio do lar como um pequeno recinto com sua fogueira dentro, poderia ser mobilizada em uma situação precária como forma de resistência simbólica em uma realidade de constante luta existencial.

O espaço de confecção de alimentos ocupava um lugar central em grande parte das moradias medievais, concorrendo com outras funções na ocupação do único compartimento polivalente a que elas se resumiam. Por outro lado, em casas senhoriais, assim como no período Romano, as cozinhas eram marginalizadas, inicialmente isoladas da habitação e posteriormente ocupando porões ou “caves”, com outros espaços de serviços.¹³⁴⁷ Exemplo disso pode ser constatado no supracitado *Livro das Fortalezas*,

¹³⁴² PEREIRA, Ana Marques. *Cozinhas: espaço e arquitetura*. Campo de Santa Clara (Lisboa): Edições INAPA, 2006, p. 13.

¹³⁴³ RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado* – Minas Gerais, 1830. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

¹³⁴⁴ SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, 157.

¹³⁴⁵ SLENES, Robert Wayne Andrew. *Op. Cit.* (2011), p. 185.

¹³⁴⁶ Sobre as relações entre os significados materiais e simbólicos de ter seu “fogo próprio” para os escravizados, ver especialmente o capítulo três de: SLENES, Robert Wayne Andrew. *Op. Cit.* (2011), p. 185.

¹³⁴⁷ SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 150.

com 51 plantas-baixas de castelos, em que são citadas hortas, quintais, capelas, fossas, dentre diversos aposentos, sem, no entanto, nenhuma referência às cozinhas.¹³⁴⁸

Foram nos mosteiros que os espaços de confecção de alimentos tiveram maior desenvolvimento durante a Idade Média, por um motivo contrário ao que determinava a negligência desses recintos nas casas senhoriais: eram os monges que preparavam e “apreciavam” suas próprias comidas. Muitas cozinhas monásticas eram verdadeiros edifícios monumentais que subsistem ainda hoje, como o da Abadia de Vendôme, em França, construído no século XII.¹³⁴⁹ Alguns poucos castelos e casas senhoriais, já do fim da Idade Média, se inspirariam nas elaboradas cozinhas monásticas. Como veremos mais adiante, monges e clérigos também desenvolveram técnicas de cultivo em hortas e quintais, assim como camponeses e cidadãos pobres, pois necessitavam delas para sua subsistência alimentar.

7.2 – A cozinha como anexo: o aperfeiçoamento das “zonas de serviço” na Idade Moderna

Nos primeiros séculos da Idade Moderna não ocorreram grandes mudanças nos espaços de confecção de alimentos, apesar da crescente racionalização dos processos produtivos observável, sobretudo, em casas senhoriais.¹³⁵⁰ Essa racionalidade mais multiplicava diferentes áreas especializadas na confecção de alimentos do que unificava e integrava um espaço centralizado, com qualidade arquitetônica, vinculado à residência. As cozinhas e anexos dos palácios continuavam a ocupar lugares marginalizados como porões e/ou precários edifícios externos.¹³⁵¹ Todavia, a Renascença chegou a produzir manuais voltados à disseminação de métodos aplicados aos processos de confecção de alimentos, atendendo a uma demanda crescente por grandes banquetes entre a nobreza e a burguesia ascendente. Exemplo disso foi a obra

¹³⁴⁸ ARMAS, Duarte de. *Op. Cit.* (2015).

¹³⁴⁹ *Idem*, p. 146.

¹³⁵⁰ SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 201.

¹³⁵¹ SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 202.

do cozinheiro Bartolomeo Scappi, publicada em 1570, um livro de culinária detalhando minuciosamente o funcionamento de uma “cozinha ideal” e seus anexos.¹³⁵²

No mundo português, a raiz da principal mudança na materialidade das cozinhas modernas começou com o abandono da lareira central pelo uso das lareiras laterais com chaminés, que a princípio eram utilizadas principalmente no aquecimento de casas nobres. Essas lareiras laterais difundiram-se, com certa escala, a partir de palácios construídos ainda no século XV. Exemplo delas encontravam-se em paços encomendados pelo nobre que Oliveira Marques designou como “o grande construtor de moradias senhorias do Portugal quatrocentista”¹³⁵³, d. Afonso – 1º duque de Bragança (c. 1370 – 1460). Inspirado no que viu em suas viagens pela Itália, Inglaterra e Palestina, o primeiro duque de Bragança mandou construir vários palácios no território Lusitano. No primeiro deles, o paço dos Condes de Barcelos (c. 1401 – 1425),¹³⁵⁴ a cozinha com lareira lateral e chaminé¹³⁵⁵, situava-se no rés-do-chão (Figura 49), em uma zona doméstica marginalizada dos demais percursos do palácio, por tratar-se de área “quase que exclusivamente para os serviços”.¹³⁵⁶ Como ainda se pode observar em suas ruínas, o térreo possuía dimensões proporcionalmente muito inferiores ao segundo pavimento, andar nobre por excelência, no qual se circunscrevia a moradia propriamente dita (Figura 49).

¹³⁵² SCAPPI, Bartolomeo. *Del arte del cocinar*, Obra del maestro Bartolomeo Scappi, cocinero privado del papa Pio V. Gijón (Espanha): Ediciones Trea, 2004. *Apud*: PEREIRA, Ana Marques. *Op. Cit.* (2006), p.20.

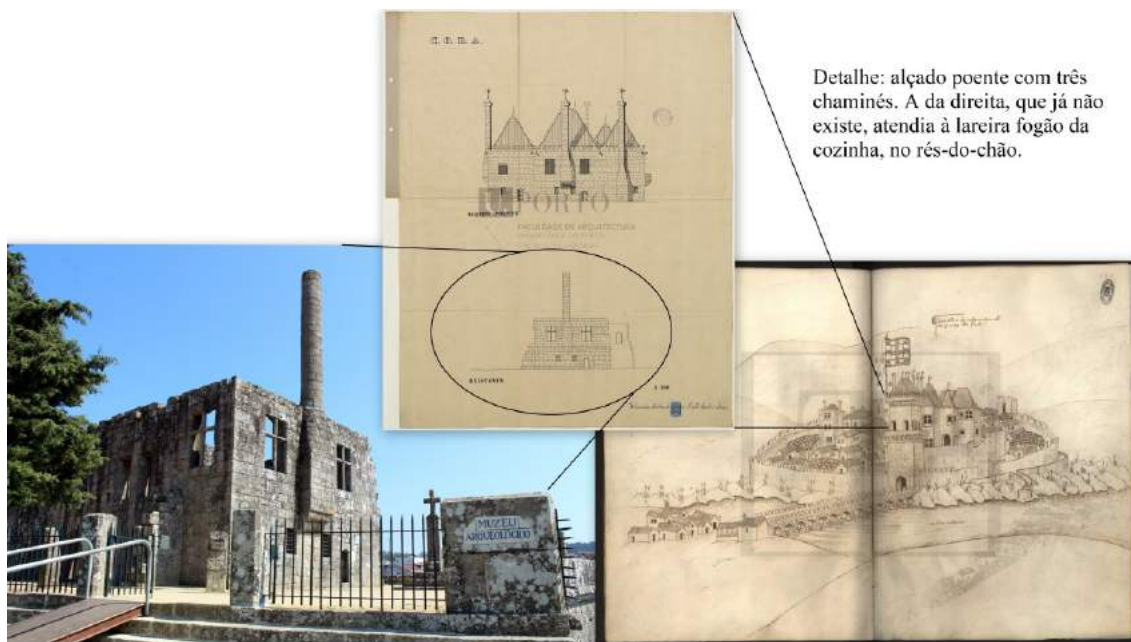
¹³⁵³ MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. Cit.* (1971), p. 74.

¹³⁵⁴ LEME, Francisco C. *O Restauro do Paço dos Condes-Duques de Barcelos em Barcelos*. Porto: Universidade do Porto, 1953. (Monografia de Conclusão de Curso de Arquitetura). Disponível em: <https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48398> (acesso, fevereiro de 2019), p. 9 (data de construção), p. 16 (descrição das chaminés).

¹³⁵⁵ VALE, Clara Pimenta do. O Paço do Conde de Barcelos. *Barcelos Revista*. Barcelos, p. 111 – 140, 2ª Série, nº 2, 1991, p. 128.

¹³⁵⁶ *Idem*, p. 122.

Figura 49 – Ruínas do Paço de Barcelos (c. 1401 – 1425), reconstituição do alçado poente e representação no *Livro das Fortalezas* (1509)



Fonte: museu arqueológico nas ruínas do Paço de Barcelos, foto do autor (julho de 2018); reconstituição do alçado poente (LEMES, Francisco C. *Op. Cit. Anexos*); Vista de Barcelos (DARMAS, Duarte. *Op. Cit. fl. 116.v. – 117*).

Posteriormente, d. Afonso também seria responsável pela construção, dentre outros, do excepcional paço dos Duques de Bragança (1422 – 1438)¹³⁵⁷, em Guimarães (Figura 50). Esse monumental palácio gótico, *sui generis* em Portugal, possuía dezenas de lareiras com chaminés (Figura 51), a maioria delas servia apenas para o aquecimento dos aposentos internos, um avanço de tecnologia para o conforto praticamente desconhecido no território lusitano de então (Figura 52). O filho do 1º duque de Bragança, d. Afonso, 4º Conde de Ourém e Marquês de Valença (c. 1402 - 1460), como o pai, viajou por grande parte da Europa – Alemanha, Aragão, Itália etc. – e também construiria um dos mais luxuosos palácios do período, no Castelo de Ourém (1436 e 1455), com diversas lareiras e chaminés.¹³⁵⁸ Outros nobres da época seguiriam seus passos.

¹³⁵⁷ PIMENTEL, Jorge Cunha. *Rogério de Azevedo e o Paço dos Duques em Guimarães*. Estudos e projetos de restauro. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESAP/ESAP, 2004. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/21539> (acesso, fevereiro de 2019), p. 7; PONTE, Antônio. *Museus de Portugal: Paço dos Duques de Bragança*. Vila do Conte (Portugal): QN Edições e conteúdos, 2011.

¹³⁵⁸ AZEVEDO, Carlos de. *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 33; 155; BARRADAS, Alexandra Leal. D. Afonso, 4º Conde de Ourém – Viagens, Cultura Visual e Formação de

Figura 50 – Paço dos Duques de Bragança em Guimarães (1422 – 1438)



Fonte: Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, foto do autor (julho de 2018).

Figura 51 – Chaminés do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães



Fonte: Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, foto do autor (julho de 2018).

Figura 52 – Lareira no Paço dos Duques de Bragança em Guimarães



Fonte: Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, foto do autor (julho de 2018).

Todavia, foi a partir do fim do século XVI, e, principalmente, durante o século XVII, que a lareira lateral com chaminé utilizada como fogão se disseminaria pelo território do Reino de Portugal. No paço Ducal de Vila Viçosa essa mudança pode ser observada em elementos materiais de sua rica cozinha, ainda preservada. Quando da construção do palácio, no início do século XVI, a chaminé era central, em cone (a exemplo do que ainda se pode observar no Palácio Real de Sintra). Posteriormente, com reformas do século XVII, o fogão central foi abandonado pelo lateral, construindo-se uma nova chaminé.¹³⁵⁹

Nesse século também foi construído um solar fora das muralhas de Braga, conhecido como a Casa dos Biscainhos (c. 1665 – c.1712) (Figura 53). Trata-se de um típico solar barroco edificado para a nobreza da província de Entre-Douro e Minho. O edifício foi construído no Seiscentos, encomendado pelo ouvidor e desembargador daquela cidade, dr. Constantino Ribeiro do Lago. Posteriormente, no começo do século XVIII, foi ampliado segundo um projeto apresentado em maquete de papelão pelo

¹³⁵⁹ PEREIRA, Ana Marques. *Op. Cit.* (2006), p. 29 – 31.

mestre-pedreiro Manuel Fernandes da Silva, a pedido de Deão Francisco Pereira da Silva, filho do supracitado ouvidor.¹³⁶⁰

Figura 53 – Casa dos Biscainhos – Braga (c. 1665 – c.1712)



Fonte: Museu Casa dos Biscainhos - Braga, foto do autor (julho de 2018).

Apesar de suas grandes dimensões e certo cuidado arquitetônico, a cozinha do solar foi edificada à parte, nos fundos da casa. Seu traço simétrico, ornatos, e o terraço em trabalhado granito ligando-a ao corpo principal da casa atestam que deve ter seguido o projeto de 1709 (Figura 53).¹³⁶¹ Tais cuidados demonstravam a preocupação do mestre-pedreiro em integrar/camuflar esta área de serviço no percurso que ligava o solar aos majestosos jardins, nos fundos da propriedade, a exceção se dava no contraste da enorme chaminé que destoava do conjunto (Figura 51).

¹³⁶⁰ D'EÇA, Teresa de Almeida. *Guia Roteiro Museu dos Biscainhos*. Braga: Marca Artes Gráficas, 1990, p. 6.

¹³⁶¹ *Idem*, p. 27.

Figura 54 – Cozinha da Casa dos Biscainhos – Braga (c. 1665 – c.1712)



Fonte: Museu Casa dos Biscainhos - Braga, foto do autor (julho de 2018).

Na cozinha da atual casa-museu dos Biscainhos, com piso todo lajeado de granito, é possível observar um grande arco abatido fazendo a divisão clara entre a zona do fogo, figurando como grande lareira; e o restante do compartimento. Nesta área existem, além de um nicho, dois fornos e um armário (para secagem de utensílios), todos embutidos nas paredes. Na outra seção, de maiores proporções, encontram-se mais dois armários embutidos, uma mesa central de granito, e, também deste material, um grande tanque alto, com água encanada, do lado oposto à zona de fogo, e outros dois, menores, no chão das paredes perpendiculares. Toda essa materialidade denotam a especialização e racionalização empregada no espaço (Figura 55). Todavia, dentro da grande lareira se mantinha a estrutura arcaica de fogo central (Figura 75), sem que, mesmo ao logo dos séculos XVIII e XIX, se tivesse introduzido uma lareira lateral. Tal prática levou Marques Pereira a afirmar que “os trabalhadores desta cozinha eram seguramente sofreadores de patologia da coluna, uma vez que todo trabalho era feito com o corpo dobrado”.¹³⁶² Trata-se de um exemplar que indica as mudanças pelas quais as

¹³⁶² PEREIRA, Ana Marques. *Op. Cit.* (2006), p. 66.

zonas de serviços das casas senhoriais viriam a passar sobretudo durante o século XVIII. O alteamento da base da lareira evitando a posição “dobrada” dos serviçais não seria a única preocupação na racionalização desses espaços, mas também a economia no consumo de lenha que as lareiras laterais permitiam. Na cozinha da Casa dos Biscainhos, grandes avanços modernos, como a segmentação dos espaços, a especialização de estruturas e, especialmente, o uso abundante de água encanada, conviviam com hábitos medievais, como o cozimento em fogo central, baixo, e o uso extensivo de lenha.

Figura 55 – Interior da Cozinha da Casa dos Biscainhos – Braga (c. 1665 – c.1712)



Fonte: Museu Casa dos Biscainhos - Braga, foto do autor (julho de 2018).

A utilização de lareiras laterais com chaminé começou a ser observada ainda no século XVII e XVIII, entre outros grupos sociais, notadamente em áreas urbanas, configurando uma mudança significativa em suas habitações. Tais estruturas foram edificadas, inclusive, em possessões tropicais, como demonstra uma aquarela da cidade de Salvador no século XVIII.¹³⁶³ Em Minas Gerais elas também existiram em algumas poucas residências da elite colonial, como ainda atestam a grande chaminé em um dos mais imponentes exemplares de arquitetura civil do período, o solar do contratador

¹³⁶³ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Cozinhas, etc.* Um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista. São Paulo: ed. Perspectiva, 1976, p. 30; 31.

português João Rodrigues de Macedo (1735 – 1807), conhecido como Casa dos Contos (c.1782 – 1784) (Figura 56 e 57).¹³⁶⁴ A atual chaminé pertence a um acréscimo do ano de 1821, realizado sobre a antiga cozinha senhorial daquela casa, porém, como veremos mais adiante, muito provavelmente seguia os padrões de uma chaminé menor pré-existente.¹³⁶⁵ Pelo menos entre os meios da administração colonial o fogão com chaminé portuguesa tivera uma sobrevida no clima tropical de altitude de Minas Gerais, como atesta sua presença em várias casas de câmara e cadeia das principais vilas setecentistas desta Capitania.¹³⁶⁶ De modo semelhante, em um “Hospício da Terra Santa”¹³⁶⁷ da vila de Sabará, edificado em cerca de 1760¹³⁶⁸, existia uma bela chaminé lateral na cozinha¹³⁶⁹ dessa instituição religiosa¹³⁷⁰ (Figura 58). O uso dessas estruturas, porém, não se divulgariam entre o restante da população, e perduraria entre as elites durante pouco tempo, principalmente devido ao calor dos trópicos,¹³⁷¹ e seus elevados custos de construção.

Em áreas rurais do Reino, por sua vez, foram em casas aristocráticas do século XVII que essas novas lareiras se disseminaram, como Ana Marques Pereira observou em diversos exemplares subsistentes, sobretudo em Viana do Castelo.¹³⁷² Elas também foram edificadas em aristocráticas casas rurais nos trópicos, como atestou Carlos Lemos: “com certeza são portugueses os fogões da casa-grande do Engenho Freguesia, no Recôncavo [Baiano], cujos restos ainda existem, facilitando a reconstituição da cozinha velha por Wasth Rodrigues”.¹³⁷³

¹³⁶⁴ *Idem*, p. 32 -33.

¹³⁶⁵ FERRAZ, Eugênio. *A Casa dos Contos de Ouro Preto*. Ensaio histórico e memória da restauração no ano do seu bicentenário. Belo Horizonte: Multicor Artes Gráficas, 1985, p. 53; 65.

¹³⁶⁶ BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 11, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1968, p. 150. *Apud*: LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 32.

¹³⁶⁷ “Hospedarias para religiosos franciscanos que percorriam vilas e cidades arrecadando esmolas para a conservação dos Lugares Santos da Palestina”. VILLELA, Clarisse Martins. *Hospícios da Terra Santa no Brasil*. São Paulo: FAU-USP, 2015. (Tese de Doutorado em História da Arquitetura), p. 2.

¹³⁶⁸ VILLELA, Clarisse Martins. *Op. Cite.* (2015), p. 135.

¹³⁶⁹ *Idem*, p. 175.

¹³⁷⁰ O edifício ainda existe em Sabará, atualmente é uma propriedade particular.

¹³⁷¹ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 33.

¹³⁷² PEREIRA, Ana Marques. *Op. Cit.* (2006), p. 37 – 55.

¹³⁷³ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 31.

Figura 56 - Casa dos Contos – Ouro Preto / MG (c.1782 – 1784)



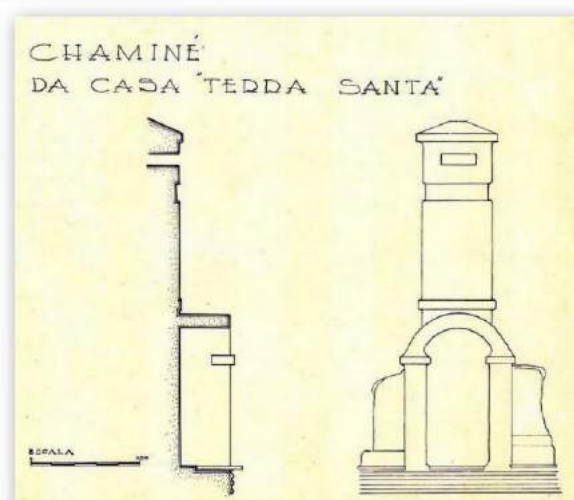
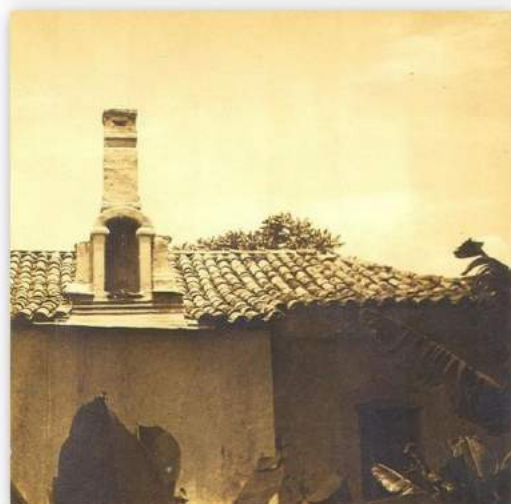
Fonte: foto do autor, fevereiro de 2019.

Figura 57 - Lareira de cozinha, Casa dos Contos – Ouro Preto / MG (c.1782 – 1784)



Fonte: foto do autor, fevereiro de 2019.

Figura 58 – Chaminé no antigo Hospício da Terra Santa em Sabará (c. 1760)



Fonte: VILLELA, Clarisse Martins. *Op. Cite.* (2015), p. 188 – 189. (Edição do autor, foto da chaminé e croqui do IPHAN).

No sul de Portugal, nas paisagens alentejanas e algarvias, o uso de lareiras com chaminés laterais também se tornou comum, e se divulgou entre diversas camadas sociais ainda muito cedo.¹³⁷⁴ Por outro lado, elas eram completamente desconhecidas nas habitações da maior parte da população rural do Norte de Portugal, nas casas de trabalhadores jornaleiros, artífices locais autônomos, pequenos e médios lavradores etc.,

¹³⁷⁴ *Idem*, p. 30.

(grupos dos quais também provinham a maioria dos reinóis que migraram para Minas Gerais no século XVIII e XIX). Entre esses seguimentos, a lareira com chaminé divulgou-se tardiamente, apenas no século XIX.¹³⁷⁵ Atesta essa cronologia os exemplares estudados pelo etnógrafo Ernesto da Veiga, em parceria com o arquiteto Fernando Galhano, em tipologias generalizáveis, mas que foram identificadas nos arredores rurais do Porto (2ª metade do séc. XVII)¹³⁷⁶, Maia (2ª metade do séc. XVIII)¹³⁷⁷ e Esposendense, freguesia litorânea de Braga (inícios do séc. XIX).¹³⁷⁸ Somente nesta última se observou o emprego disseminado de lareiras com chaminés em tipologia oitocentista.¹³⁷⁹¹³⁸⁰

Entre os séculos XVI e XVII se dissemina também, entre grupos médios, o costume de construir um “novo” espaço especializado dentro ou anexo à habitação – a cozinha. Talvez um processo mimético em relação à burguesia e à aristocracia local. Esse “novo espaço” diferenciava-os daqueles encontrados na base da pirâmide social, que vivia, comia e cozinhava em apenas um cômodo, multifuncional. A cozinha podia se localizar nos fundos, contíguo à residência, quando se tratava de casas urbanas térreas de dois ou mais cômodos (esse foi o modelo que predominou nas Minas Setecentistas)¹³⁸¹; ou nos pavimentos superiores, quando se tratava de casas de sobrado (o que não parece ter ocorrido em Minas).

Em Portugal, nas moradias rurais simples, térreas, a área de serviço compunha um dos polos da dicotomia fundamental na compartimentação interna: a sala e a cozinha.¹³⁸² Exemplificavam esses tipos as moradias de pequenos artesãos e pequenos lavradores arrendatários, extensivamente estudadas por Oliveira e Galhano, na tipologia por eles denominada como “casas da Maia de tipo A”.¹³⁸³ Esses exemplares

¹³⁷⁵ GALHANO, Fernando. A cozinha rural do Minho e do Douro Litoral. In: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p. 119.

¹³⁷⁶ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. *Op. Cit.* (1992), p. 45 – 61.

¹³⁷⁷ *Idem*, p. 62 – 76.

¹³⁷⁸ *Idem*, p. 77 – 85.

¹³⁷⁹ *Idem*, p. 78; 85.

¹³⁸⁰ Essa cronologia é aproximada, foi estabelecida de acordo com o maior número de edifícios nesses séculos tendo como base as datações inscritas nas próprias casas, estilos decorativos de época e alguma pouca documentação. OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. *Op. Cit.* (1992), p. 57; 75-76.

¹³⁸¹ VASCONCELLOS, Sylvio de. *Op. Cit.* (1956), p. 198; 229.

¹³⁸² VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*. Braga: ICS/UMINHO, 2012. (Tese de doutorado), p. 154-155.

¹³⁸³ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. *Op. Cit.* (1992), p. 64.

localizavam-se nas proximidades da estrada que ligava a cidade do Porto a Braga, encontradas também em outras áreas do noroeste português.¹³⁸⁴

Verdadeira mudança pôde ser observada nas casas seiscentistas de lavradores medianos dos arredores rurais do Porto.¹³⁸⁵ Como a alta burguesia e a aristocracia, esse grupo social começou a dividir suas habitações horizontalmente em duas zonas principais: o térreo, destinado aos serviços; e o sobrado, lugar da residência propriamente dita, com quartos e sala. A cozinha veio a aparecer em um anexo, porém contíguo à casa, comunicando-se com ela por uma porta de serviços interna.¹³⁸⁶ O mesmo foi observado um século depois nas “casas da Maia de tipo B”¹³⁸⁷. Uma das poucas diferenças entre essas e as casas rurais do Porto consistiam em um “inconveniente” que fora atenuado nas mais novas. Nas casas mais antigas, a escada que dava acesso à cozinha no térreo, saía dentro de um quarto, no sobrado. Nas habitações mais novas, a escada foi isolada entre dois quartos.¹³⁸⁸ O que se deu foi um aprimoramento na diferenciação entre dois setores da residência: um destinado ao trabalho, outro à moradia propriamente dita.¹³⁸⁹ Esse movimento ocorreu de forma semelhante na Capitania de Minas Gerais, durante a segunda metade do século XVIII, como vimos no Capítulo 1. A escada isolaria, do interior da casa, serviçais e trabalhadores jornaleiros que tinham acesso à cozinha e outras áreas de serviço no térreo, mas que eram indesejáveis no piso superior. Essas tipologias se encontravam com algumas diferenciações em todo noroeste português. Nos termos de Oliveira e Galhano, esse grupo:

(...) pressupondo a existência de criadagem e postulando uma vida de relação mais requintada e com ocupações perfeitamente diferenciadas, parece corresponder a uma classe [pequeno] burguesa abastada e com certas exigências, ainda ligada à terra, mas já com influências da cultura urbana.¹³⁹⁰

A ideia geral desse arranjo era separar a área de serviço da área da moradia propriamente dita, como se pode observar na figura com fotografia de uma casa de lavoura média, em Cêgoa, Celorico de Basto, distrito de Braga (Figura 59). A

¹³⁸⁴ *Idem*, p. 63.

¹³⁸⁵ *Idem*, p. 58.

¹³⁸⁶ *Idem, ibidem*.

¹³⁸⁷ *Idem*, p. 67.

¹³⁸⁸ *Idem*, p. 59.

¹³⁸⁹ *Idem*, p. 76.

¹³⁹⁰ *Idem*, p. 77.

configuração atual é do século XVIII, e parece resultar de ampliações de uma casa ou mais casas unicelulares do século XVII, com estruturas que podem ser até anteriores a esse período. Aos fundos da parte assobradada, pode-se notar um dos anexos de serviços que, assim como o restante da casa, foi construído em alvenaria de granito, porém, em pedra-seca, sendo esta uma composição mais rústica. Na parede desse anexo é possível notar uma pedra maior, que se aproxima à forma triangular, podendo tratar-se do fundo de um forno (Figura 59).

Essa forma de separação entre a área de serviço e a área de morada também foi aplicada extensivamente na Capitania de Minas Gerais, sobretudo em sedes de fazendas sobradadas do fim do século XVIII. Muitas delas foram mandadas construir por filhos de portugueses nortenhos¹³⁹¹, lavradores médios, com herança reduzida¹³⁹², que migraram para a colônia ainda muito jovens; ou mesmo filhos de pequenos lavradores, trabalhadores de jornal ou pequenos artesãos,¹³⁹³ todos esses, arrendatários, que viam nas casas de sobrado de média lavoura, e sua estrutura, o ápice de ascensão social possível a eles em uma sociedade de Antigo Regime. Buscaram replicar na Colônia, com as fortunas que amealharam, estruturas congêneres às que conheciam no Reino. Exemplo disso foi a fazenda do Santinho, em Santana dos Montes, edificada em meados do século XVIII (Figura 60). Nela se pode observar claramente a separação entre duas áreas, uma principal, de moradia, à direita; e outra, em anexo contíguo, à esquerda, destinada aos serviços. A distinção pode ser observada, inclusive, no acabamento e nas formas arquitetônicas aplicadas nas diferentes zonas. Na parte em que se encontra a cozinha e demais áreas de trabalho, o telhado e o pé-direito é mais baixo, as janelas são em verga reta e gradeadas. Na zona da residência propriamente dita, as vergas são arqueadas, e o telhado e o pé direito são mais altos.

¹³⁹¹ BRETTEL, Caroline B. *Homens que partem mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991, 97; 104; RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 44, n. 1, jan./jun., p.132-153, 2008; RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Op. Cit.* (2014).

¹³⁹² VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Op. Cit.* (2012), p. 85.

¹³⁹³ *Idem*, p. 79 – 87.

Figura 59 – Casa de Lavoura Média em Cêgoa – Celorico de Basto, Portugal (sec. XVII – XVIII)



Fonte: Casa de Lavoura em Cêgoa, Celorico de Basto – distrito de Braga, foto do autor (julho de 2018).

Figura 60 – Fazenda do Santinho, Santana dos Montes – MG (século XVIII)



Fonte: Fazenda do Santinho, Santana dos Montes (MG), foto de Vladimir Benincasa (2013).

7.2 – Da cozinha tropical (mameluca e crioula) à cozinha europeia aburguesada e senhorial: contradições em uma realidade colonial

Carlos Lemos nos fala de duas formas vernáculas de morar. Uma, seria característica de regiões de clima temperado, na qual a cozinha era o âmago da habitação. A outra, dos trópicos, tinha sua cozinha construída essencialmente fora da habitação.¹³⁹⁴ Vimos que além dessas importantes variáveis climáticas, fatores de ordem econômica, cultural e histórica também interferiram na localização das áreas de serviço e de confecção de alimentos ligadas à residência. As elites políticas romanas, medievais e do Antigo Regime sempre afastaram do centro de suas moradas as “zonas de serviço”, dentre elas, a cozinha, independente do clima de onde edificaram suas casas. O mesmo não se poderia dizer da burguesia ascendente. Em países em que ela teve forte poder, surgiu uma outra noção de domesticidade,¹³⁹⁵ como na Holanda da *Idade do Ouro* (século XVII), que alguns historiadores consideraram a “primeira sociedade de consumo” de nossa história.¹³⁹⁶ Segundo Rybczynski, essa domesticidade seria “um conjunto de emoções percebidas, não apenas um atributo isolado”, ligando-se a noções de família, intimidade e “uma consagração do lar, assim como uma sensação de que a casa incorpora[va] esses sentimentos, e que não se limita[va] a abrigá-los”.¹³⁹⁷ John Loughman e John Michael Montias, historiadores especializados em arte holandesa, problematizam mas também corroboram essa tese, a partir de um banco de dados com Inventários *post-mortem* da época, dentre outras fontes, eles afirmaram:

Problemas semânticos semelhantes surgem com termos como "domesticidade" e "conforto". Em grande parte, sob a influência das representações do interior do século XVII, muitas noções modernas do lar são vistas como tendo se originado na casa holandesa durante esse período: uma devoção à vida familiar, um desejo de privacidade do mundo exterior e um senso de orgulho na aparência da casa, manifesto em uma ênfase na limpeza e nas tarefas domésticas. Em contraste com essas visões, o historiador social e econômico A.J. Schuurman argumentou que as circunstâncias materiais da domesticidade, como a entendemos, só existiriam, na Holanda, no século XIX. [...] As opiniões de Schuurman divergem das casas de bonecas sobreviventes

¹³⁹⁴ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 28.

¹³⁹⁵ SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 171 - 180.

¹³⁹⁶ LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael. The Seventeenth-Century Dutch Domestic Interior. In: LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael; *Public and Private Spaces. Works of art in Seventeenth-Century Dutch Houses.* Zwolle: Waanders, 2000. p. 21.

¹³⁹⁷ RYBCZYNSKI, Witold. *La Casa: Historia de uma ideia.* San Sebastián: Editorial Nerea, 2013, p. 84. *Apud* e tradução livre: SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 180.

do final do século XVII e do século XVIII em Amsterdã. [...] No entanto, é importante lembrar que estas casas de bonecas eram produzidas por esposas de governantes e comerciantes muito ricos, um grupo socioeconômico exclusivo [...]. Conseqüentemente, mais do que as casas de classes baixas da hierarquia social, elas mostram um bem-estar material maior, um plano de cômodos mais lógico e certa especialização [...].¹³⁹⁸

O espaço vivido nas cozinhas da “tradicional casa estreita do burguês”, por volta de 1650, se aproximaria mais aos de camadas populares, em que as áreas de serviço integravam-se à residência de forma próxima (sala e cozinha no térreo)¹³⁹⁹. Coordenando a mão de obra estaria a “dona de casa”¹⁴⁰⁰, diferente do que ocorria na moradia da nobreza e da alta burguesia, em que as senhoras da residência não frequentavam a cozinha. Ao mesmo tempo, as cozinhas burguesas se distinguiam daquelas de casas populares pelo aporte de recursos empregados em suas estruturas¹⁴⁰¹ e o uso de alguma mão de obra servil¹⁴⁰² – ambos os fatores que, em certo grau, também as aproximavam da casa aristocrática. Já no fim do século XVII e início do XVIII, o plano básico da casa neerlandesa de classe alta tornar-se-ia mais complexo, e a cozinha foi movida para o porão de trás das casas, ficando restrita à criadagem quando seu número era muito grande.¹⁴⁰³ Essa “nova” configuração tornou a moradia burguesa da Holanda mais próxima do palácio aristocrático. Porém, isso se deu de forma dúbia, pois as dimensões e a *domesticidade* ali presentes não deixariam equívocos sobre seu caráter distinto, mas ao mesmo tempo contrastavam com a presença da criadagem e a constante busca pelo luxo.

Um exemplo dessa ambigüidade materializada em uma residência pode ser observado na trajetória e na própria casa do ilustre pintor holandês: Rembrandt van Rijn (1606-1669). Nascido em Leida e filho de um próspero moleiro, ele mudou-se ainda jovem para Amsterdã à procura de oportunidades, nesta que era a cidade mais rica da República Holandesa. Casou-se com uma prima de seu empregador, um grande mercador de artes, recebendo como dote enorme fortuna para a época. Em 1639, com parte deste dinheiro, conseguiu comprar, em parcelas, a casa de um comerciante bem-

¹³⁹⁸ LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael. *Op. Cit.* (2000), p. 21-22. (Tradução livre do autor).

¹³⁹⁹ *Idem*, p. 23.

¹⁴⁰⁰ LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael. *Op. Cit.* (2000), p. 18; SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 177.

¹⁴⁰¹ SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p.179.

¹⁴⁰² *Idem*, p. 177.

¹⁴⁰³ LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael. *Op. Cit.* (2000), p. 28.

sucedido. Esse, como outros ricos, se mudou para uma nova área de Amsterdã, deixando os preços das propriedades desta antiga zona mais acessíveis a imigrantes judeus portugueses e artistas como Rembrandt.¹⁴⁰⁴ Quando já estabelecido como pintor renomado e comerciante de artes, a primeira esposa do pintor veio a falecer, em 1642. Uma viúva sem filhos, que já era empregada de cozinha na residência de Rembrandt, torna-se, então, sua amante.¹⁴⁰⁵ O relacionamento do pintor com a “nova dona de casa” rompe-se com a chegada de uma outra doméstica, muito jovem, com quem ele começou a se relacionar. Condenado pela igreja e obrigado a pagar pensões para as duas criadas com quem se envolvera, Rembrandt não consegue manter seus altos gastos com uma “vida burguesa”, e foi à falência no ano de 1656. Perdeu todos seus bens e a casa onde morava foi a leilão. Nas palavras de Menno Balm: “de vez em quando, uma falência pode ser uma bênção”. Neste caso, graças ao Inventário que foi realizado quando o famoso pintor perdeu seus bens, podemos conhecer uma lista completa dos itens que pertenciam à sua casa, dentre eles, os da cozinha.¹⁴⁰⁶ Neste cômodo constavam: um pote de água de estanho, várias panelas e frigideiras, uma mesa pequena, um armário de loja, várias cadeiras velhas e duas almofadas de cadeira.¹⁴⁰⁷ A lista magra dos equipamentos poderia indicar que Rembrandt foi autorizado a manter a maioria de suas panelas e frigideiras.¹⁴⁰⁸ A reconstituição de uma típica cozinha holandesa de médio porte no século XVII pode ser vista no Museu-Casa de Rembrandt (Figura 61). Nela, podemos observar, além dos itens listados acima, outro existiram em ambientes como esse. É importante notar, por exemplo, a água encanada e uma pia¹⁴⁰⁹, comodidade que, em Portugal, por exemplo, seria encontrada apenas em casas aristocráticas, como a supracitada casa dos Biscainhos, em Braga. Por outro lado, há de se destacar a presença de uma característica cama-armário holandesa dentro desse espaço de confecção de alimentos, mas também de sociabilidade da família e repouso da criadagem (Figura 62). Tal fato denota que para além dos avanços que uma casa burguesa da Idade do Ouro Holandesa apresentava, a multifuncionalidade, característica dos espaços residenciais de Antigo Regime, estava ali presente. Todavia, em grande parte da Europa, excetuando

¹⁴⁰⁴ TISSINK, Fieke. *The Rembrandt House Museum*. Houten: TERRA, 2014, p. 16.

¹⁴⁰⁵ BALM, Menno. *Rembrandts Huys-Home: Amsterdam in 1656*. Tolbert: Art Revisited, 2013, p. 48.

¹⁴⁰⁶ *Idem*, contracapa. (tradução livre do autor).

¹⁴⁰⁷ *Idem*. p. 108.

¹⁴⁰⁸ TISSINK, Fieke. *Op. Cit.* (2014), p. 28.

¹⁴⁰⁹ *Idem, ibidem*.

Paris e certas regiões da Inglaterra, esses critérios de domesticidade, ligados à cozinha, se disseminariam entre outros grupos sociais apenas no século XIX. No Brasil, a domesticidade burguesa se disseminaria amplamente apenas no final do Oitocentos e começo do século XX.¹⁴¹⁰

Figura 61 – Museu Casa de Rembrandt, Amsterdã (1627 – 1633)



Fonte: Museu Casa de Rembrandt, Amsterdã, foto do autor (maio de 2018).

¹⁴¹⁰ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976); LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985; OLIVEIRA, Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: Relações sociais e experiência de urbanização*, São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005, p. 356; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Op. Cit.* (2008).

Figura 62 – Cozinha do Museu Casa de Rembrandt, Amsterdã (1627 – 1633)



Fonte: Museu Casa de Rembrandt, Amsterdã, foto do autor (maio de 2018).

Voltando ao Brasil, Carlos Lemos levanta a hipótese de que devido ao calor dos trópicos, os europeus (portugueses e espanhóis), teriam abandonado o uso do fogo interno na casa, para cozimento, substituindo-o pela fogueira externa do índio e do africano. A varanda das casas tornar-se-ia sua “área de estar”¹⁴¹¹ por excelência.

Inversamente, nas palavras de Lemos, ao aprenderem “com o colonizador a cozinhar com método”, o escravizado, o ex-escravizado e o mestiço, deixaram de usar o fogo interno em suas moradias apenas como mata-mosquito, para transformá-lo em fogo de fogão, pois: “era seu novo lugar de trabalho e [de] estar, tanto a cozinha do patrão como as [suas] próprias”.¹⁴¹² O arqueólogo Paulo Zanettini criticou, com propriedade, principalmente, essa segunda formulação do autor. Em seus termos:

Lemos oferece um esquema bastante simplificado e conservador da gramática cultural relacionada aos processos de contato cultural, fundada na tradição do binômio do “encontro universal do colonizador (dominador) e do colonizado (dominado)” (DAWDY, 2000, p. 107). Não toma partido e nem dialoga com os espaços nos quais se desenvolvem esses processos de transculturação, envolvendo negociação, resistência ou mesmo processos de construção de

¹⁴¹¹ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 46.

¹⁴¹² *Idem*, p. 52.

identidades (...) *o mundo indígena também adentra o casarão*. Amplos contingentes de cerâmica invadem os palácios de barro, para dar conta do preparo, do armazenamento e da refeição do senhor e seus familiares (...).¹⁴¹³

De fato, Lemos apresentou fontes que corroboram principalmente com a primeira troca: o europeu, nos trópicos, adotou a cozinha externa, indígena e africana. Todavia, como ele mesmo pondera, essa experiência não seria de toda desconhecida de portugueses e espanhóis, pois as cozinhas mulçumanas possuíam amplas comunicações com o exterior, podendo ser encontradas até fora de casa.¹⁴¹⁴ A dominação moura marcou, por exemplo, a formação das cozinhas no Sul de Portugal no que se refere à colocação do forno de coser pão no exterior das residências, tanto no Algarve, quanto no Alentejo¹⁴¹⁵; hábito que também seria adotado em grande escala nas moradias coloniais mineiras, como veremos mais adiante.

Lemos informa que nos Inventários paulistas, principalmente do século XVII, eram muito comuns notícias sobre cozinhas isoladas no quintal, corroborando com sua tese acerca da “extroversão” delas nas habitações do colonizador. O historiador da arquitetura apresentou cinco Inventários seiscentistas, e duas escrituras da centúria seguinte, contendo informações sobre a “casa maior urbana do paulista preador de índios”, cujo “fogão não era o centro das atenções”.¹⁴¹⁶ Exceto em um Inventário, em que a cozinha foi descrita como anexa, em todos os outros documentos ela foi referenciada fora da habitação. Exemplo disso era a morada assobradada de Inês Dias de Alvarenga, inventariada em 1642, com “uma tacaniça de taipa de mão com sua cozinha terrena” ao lado da casa.¹⁴¹⁷ O autor afirmou que essa mesma configuração constava nas casas rurais, fragmentadas, com várias dependências de serviços no quintal, dentre elas, a cozinha. A partir desses dados, junto aos relatos de viajantes do começo do século XIX¹⁴¹⁸, Carlos Lemos concebeu o que chamou de “a primeira constante arquitetônica nos partidos [arquitetônicos] da habitação brasileira – a extroversão da cozinha”.¹⁴¹⁹

¹⁴¹³ ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), p. 165.

¹⁴¹⁴ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 29.

¹⁴¹⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁴¹⁶ *Idem*, p. 62.

¹⁴¹⁷ *Idem*, p. 63.

¹⁴¹⁸ *Idem*, p. 65-66.

¹⁴¹⁹ *Idem*, p. 67.

Prospecções arqueológicas analisadas por Zanettini corroboraram essa tese¹⁴²⁰, porém matizaram-na. Foram encontrados em um dos cômodos internos da casa do Tatuapé (séc. XVII): “vestígios de fogueiras, restos de carvão, marcas de trempes (orifícios no chão ao redor da estrutura de combustão) e restos alimentares indica[ndo] a existência de uma *cozinha interna*, convivendo ou não em simultaneidade com a *externa*.”¹⁴²¹ Porém, tratar-se-ia de uma exceção à regra, que foi levantada, inclusive, por Lemos ao conjecturar que durante o inverno o fogo para aquecimento e confecção de alimentos poderia ser aceso no meio das salas centrais dessas casas, que não possuíam cômodos especializados.¹⁴²² Tal prática, ao menos para o aquecimento, pode ter se divulgado inclusive em casas mineiras, como atesta a existência de uma pedra de moinho que foi reutilizada como braseiro na sala da sede setecentista da fazenda São Miguel, em Ritópolis (MG).¹⁴²³

As pesquisas de Lemos e Zanettini nos levam a considerar que também nas Minas setecentistas a maioria das cozinhas se encontravam em áreas externas à residência, ao menos até o último quartel do século XVIII. Dentre as 798 habitações descritas nos Inventários da comarca do Rio das Velhas, encontramos referências apenas a treze cozinhas¹⁴²⁴, sete delas na segunda metade do século, cinco no último quartel. Em nossa documentação, as referências a esses cômodos tenderam a aparecer em casas mais caras. O valor médio das residências com cozinhas era de 559\$210 réis, um montante quatro vezes superior à média do valor de uma casa térrea (132\$722 réis), se aproximando mais do preço das casas alteadas (sobrado e sobradadas), no valor médio de 646\$515 réis. Portanto, a cozinha garantia uma distinção que podia influenciar na avaliação do imóvel.

Em duas moradas encontramos explicitamente descrições de cozinhas externas, a exemplo daquela que em 1792 pertencia ao pedreiro¹⁴²⁵ Ignácio Moreira dos Santos. Tratava-se de “morada de casas térreas coberta de telhas, duas vivendas mútuas, com sua *cozinha fora*, com quintal, bananal”¹⁴²⁶ (140\$000 réis), situada no Morro da

¹⁴²⁰ ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), p. 228.

¹⁴²¹ ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), p. 167.

¹⁴²² LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 54.

¹⁴²³ MARTINS, Helena Teixeira. *Op. Cit.* (1998), p. 77.

¹⁴²⁴ Duas descritas em “observações”, no BDITCRV.

¹⁴²⁵ Dentre seus bens profissionais encontram-se várias ferramentas de pedreiro.

¹⁴²⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ignácio Moreira dos Santos, 1792.

Intendência da vila de Sabará. Essa habitação não atingiu grande valor monetário quando comparada à média das casas com cozinha e às casas alteadas. Porém, levando em consideração o ofício de seu proprietário (pedreiro), possivelmente era uma boa edificação que atendia aos preceitos médios das habitações do final daquele século. Esse fato também pode ajudar no esclarecimento da omissão acerca das cozinhas nas avaliações de 787 habitações: possivelmente elas se resumiam, na maioria das vezes, em simples telheiros nos fundos das casas; ou em braseiros improvisados nos poucos cômodos de moradias mais pobres.

Em 1753, a “forra” Ignácia de Siqueira possuía uma “morada de casas *pequena, malfeita*, ainda nova, *sem varanda*, coberta de telha com quintal” (54\$000 réis) na rua do Fogo da vila de Sabará (atual rua Comendador Viana). A forma depreciadora como os louvados avaliaram a residência dessa ex-escrava, além de refletir sua condição social marginalizada, nos permite conjecturar a possível localização de sua cozinha. Quando, de forma atípica, apontam que a casa não tinha “varanda”, ao se tratar de uma edificação urbana, subtende-se uma varanda traseira que comumente era um dos vários espaços destinados à confecção de alimentos. Tudo nos leva a pensar que a maior parte dessas atividades seria realizada dentro de um cômodo da própria habitação de Ignácia, e a falta da “varanda” traseira diferenciava sua casa, *malfeita*, das demais. Esse exemplo corrobora com a operação descrita por Lemos, segundo o qual: “enquanto as casas maiores tentam expulsar a cozinha e demais cômodos de serviço para fora do retângulo fechado da habitação, a casa pequena do pobre quase que se desenvolve em torno da cozinha, o cômodo maior”¹⁴²⁷. Realidade carregada de uma tradição colonial que se afirmaria ao menos até o último quartel do século XVIII, quando, seguindo outras tendências sociais, também a “cozinha do rico” começa a ser valorizada, construída com melhores materiais, e mais integrada à habitação, como veremos adiante.

Entretanto, por esse meado de século, o brasileiro “pouca importância dava à cozinha, sempre situada em compartimentos de má feitura, sendo raros os exemplos bem construídos com o mesmo material das casas”.¹⁴²⁸ Corrobora com essa afirmação a posse rural do taubateano Antônio de Fonseca de Magalhães: um ‘sítio donde chamam a

¹⁴²⁷ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (2015), p. 52.

¹⁴²⁸ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 63;65.

casa de Sobrado", junto ao Rio das Pedras¹⁴²⁹, que em 1746 possuía “sua casa de vivenda de sobrado coberta de telhas, dois ranchos cobertos de telha e dois de capim, um paiol coberto de telha, senzala e *cozinha coberta de capim*, arbustos de espinho e pastos fechados” (975\$000 réis).¹⁴³⁰

Mudanças nessas áreas de serviços ocorreriam, sobretudo, no final do Setecentos. Das onze cozinhas que constam nos Inventários de Sabará, sete eram urbanas, quatro eram rurais. É possível que todas elas (excetuando-se as duas descritas “fora da casa”), fossem edificações construídas contíguas ou anexas à morada rural ou urbana. As do último quartel do século seriam edificações melhores. Como vimos na primeira unidade desta tese, foi nesse período que as riquezas provenientes da mineração, comércio e agropecuária, foram empregadas também no melhoramento ou construção de novas residências. Muitas dessas seriam sedes de fazendas dedicadas, principalmente, a atividades agropastoris, base da economia de produção e comercialização de alimentos, em ascensão na Capitania. Outras seriam casas urbanas de setores médios e, principalmente, de membros da elite colonial, leiga ou eclesiástica. São exemplos dessas últimas, as casas de Chica da Silva e do Padre Rolim, em Diamantina; a “Casa Azul” e o Solar do Padre Correia, em Sabará; e a casa do Padre Toledo, em Tiradentes, edifícios estudados pela arquiteta Suzy de Mello.¹⁴³¹ Todas possuíam um “puxado de serviço” em anexo, ao fundo da habitação, com cozinhas.¹⁴³²

Também a arquiteta Elizabeth Sales de Carvalho, em trabalho de vulto, analisou minuciosamente 29 fazendas setecentistas e oitocentistas da microrregião metropolitana de Belo Horizonte, englobando grande parte da antiga comarca de Sabará.¹⁴³³ A autora utilizou fontes variadas para a datação e análise da evolução das plantas destas habitações, recorrendo a cartas de sesmarias, Inventários *post-mortem*, dentre outras fontes documentais, bem como à análise *in loco* de matérias e técnicas construtivas. A partir de seus dados montamos a tabela 6, abaixo, na qual se pode observar que dentre os exemplares subsistentes, cujas plantas originais puderam ser reconstituídas (21), a maioria das casas foi construída sem anexos (17). Esses “puxados” eram destinados às

¹⁴²⁹ Atual Acuruí, distrito do município de Itabirito (MG).

¹⁴³⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio de Fonseca de Magalhães, 1746.

¹⁴³¹ MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, p. 110 – 121.

¹⁴³² *Idem*, p. 112; 117.

¹⁴³³ CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2003), p. 215.

ditas “áreas de serviço”, que incluíam a cozinha, dentre outros espaços de confecção de alimentos.

Tabela 6 – Forma original de plantas de fazendas da antiga comarca de Sabará (séculos XVIII, XIX e XX)

Fazendas	1 ^a met. séc. XVIII	1 ^a / 2 ^a met. séc. XVIII	2 ^a met. séc. XVIII	2 ^a met. séc. XVIII / 1 ^a XIX	1 ^a met. séc. XIX	1 ^a / 2 ^a met. séc. XIX	2 ^a met. séc. XIX	2 ^a met. séc. XIX / 1 ^a XX	1 ^a met. séc. XX	Total
Original retangular	1	1	2	4	3	-	-	-	1	12
Original quadrada	1	-	-	-	1	1	2	1	-	6
Original em L	-	-	1	2	1	-	-	-	-	4
Total	6			6	9					21

Fonte: CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2003), p. 242 243.

No século XVIII predominavam sedes edificadas originalmente na forma retangular, recebendo posteriormente edifícios de serviços em anexo, a exemplo da fazenda do Viana, no município de Rio Acima.¹⁴³⁴ Foi na transição desse século para o XIX que surgiu uma “novidade” importante, coincidindo com o período em que mais aparecem cozinhas descritas nos Inventários de nossa amostra, trata-se das edificações construídas originalmente em “L”, já com o “puxado de serviços” constituído principalmente pela cozinha, e com os mesmos materiais da habitação. Exemplo disso foi a sede da fazenda dos Borges, em Pedro Leopoldo.¹⁴³⁵ Tal constatação vai ao encontro com a nossa hipótese de que, assim como ocorreu em grande parte do Globo, no fim da Idade Moderna, nas casas da elite e dos estratos médios, os espaços de confecção de alimentos, mesmo que ainda marginalizados da composição principal, se aproximaram da moradia e foram valorizados, recebendo mais recursos e melhores

¹⁴³⁴ CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2003), p. 171; 243; 942.

¹⁴³⁵ *Idem*, p. 161; 243.

materiais construtivos. Nos estratos mais baixos, e que correspondiam a maior parte das populações, esse espaço ou seria o espaço único, multifuncional, onde toda família vivia (principalmente em países de clima temperado); ou seria um espaço fracionado no fundo das casas em anexo precários, como foi mais comum nas Minas Setecentistas.

Os dados apontam também que, diferente do que ocorreu no Sul de Minas (como veremos abaixo) onde essas casas construídas desde o início em “L” seriam a regra durante todo o século XIX; na região de Sabará essa prática foi sendo abandonada. Talvez devido a uma situação econômica diversa da região central da então província de Minas Gerais, quando o Sul se destacará como principal polo de uma pulsante economia voltada ao abastecimento alimentar do Império brasileiro. Todavia, nas fazendas oitocentistas da região de Sabará, mesmo que as cozinhas não tenham sido construídas originalmente em um puxado ligado à casa, elas aparecem em muitos exemplares já edificadas em um dos cômodos do quadrado ou retângulo que constituía sua planta. Portanto, além de se aproximar, elas integraram-se à residência. Temos como exemplos dessas últimas configuração as sedes da fazenda Santa Cruz, em Betim¹⁴³⁶ e da fazenda Vista Alegre, em Contagem¹⁴³⁷, dentre outras. Como se pode ver na tabela 6, a maioria dessas sedes (5), durante todo o século XIX, foi edificada originalmente na forma quadrada. Todas elas receberiam anexos que configurariam uma outra constante oitocentista, com origens no final da centúria anterior: a “cozinha de fora” ou “cozinha suja”.

O arquiteto Cícero Cruz, ao analisar dezenas de plantas-baixas de sedes de fazendas do Sul de Minas (a maioria do século XIX), constatou que nessas, as áreas de serviço e cozinhas não foram construídas em “puxado” anexo, mas sim “como parte integrada da construção desde o início”¹⁴³⁸, diferente das fazendas setecentistas da região central do Estado, analisadas por Sylvio de Vasconcellos. Como exceção ao padrão Oitocentista, o próprio Cruz apresenta alguns estudos de caso do século XVIII, edificadas em áreas do primeiro povoamento do “Sul de Minas” (parte da antiga Comarca do Rio das Mortes, próxima à vila de São João del-Rei). No atual município de São Vicente de Minas, a sede da fazenda do Porto do Antimônio seria uma desses

¹⁴³⁶ *Idem*, p. 76.

¹⁴³⁷ *Idem*, p. 91.

¹⁴³⁸ CRUZ, Cícero Ferraz. *Op. Cit.* (2008), p. 44.

exemplos, “com cozinha de fora, em edifício separado da casa”.¹⁴³⁹ Em Carrancas, ele identificou a sede da fazenda Grão Mongol, onde “a cozinha fica sob outro telhado, pegado à casa”¹⁴⁴⁰; e a da fazenda do Leme, na qual: “anexo ao corpo de serviços há um segundo telhado, mais baixo, sob o beiral do telhado principal. Ali se localiza a *cozinha de fora* com fogão rústico e forno de barro; seu volume é fechado por madeiras qual um paiol”.¹⁴⁴¹ Em muitas sedes de fazendas do século XIX a cozinha setecentista, conhecida como a “cozinha de fora” ou “cozinha suja”, ainda convivia com a “cozinha de dentro”. Em outras casas rurais desse mesmo período a própria cozinha de fora foi construída quando da construção da casa nova e a da cozinha de dentro. Nesse período, a cozinha suja atendia a uma organização espacial aplicada, sobretudo, na execução do “serviço pesado”, produção e alimentação, por e para indivíduos escravizados.¹⁴⁴²

Todos esses indícios, somados à inexpressiva referência a cozinhas nos Inventários setecentistas, nos levam a crer que nesse século, assim como defendeu Carlos Lemos, a maioria das áreas de confecção de alimentos eram construídas em edificações de menor qualidade e externas à casa, tanto urbana quanto rural. Arranjo espacial que corresponderia à “ideia de um complexo culinário com várias atividades em ambientes separados”¹⁴⁴³: uma cozinha fragmentada. Esta deve ter sido a configuração mais comum e disseminada entre os extratos sociais médios e superiores, ao menos até meados do Setecentos. Como vimos, foi nesse momento que as poucas referências a cozinhas nos Inventários se repetiram mais vezes, acentuando-se no último quartel do século XVIII.

A cronologia dessas mudanças guarda importância ao atestar uma aproximação entre a casa colonial e as áreas de confecção de alimentos. Esse movimento se deu a partir de uma força centrífuga que buscou concentrar vários espaços e atividades dispersas em uma área comum encabeçada pela cozinha. Mais do que isso, seguindo uma tendência da Época Moderna – que como vimos, foi observada em outras regiões do Globo – os espaços culinários valorizavam-se, em atendimento às novas necessidades do gosto que alteraram as culturas alimentares. Tal valorização foi

¹⁴³⁹ *Idem*, p. 165.

¹⁴⁴⁰ *Idem*, p. 172.

¹⁴⁴¹ *Idem*, p. 184.

¹⁴⁴² CRUZ, Cícero Ferraz. *Op. Cit.* (2008), p. 61.

¹⁴⁴³ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (2015), p. 25.

observada principalmente entre grupos sociais privilegiados¹⁴⁴⁴, mas também em camadas médias e médias baixas, que podiam, de alguma forma, construir uma “boa” cozinha em sua casa, como o supracitado pedreiro de Sabará, Ignácio Moreira dos Santos. Todavia, esses ambientes continuavam sendo “áreas de serviço” no qual predominavam a mão de obra escrava, sobretudo feminina.

Exemplo urbano emblemático da valorização desses espaços de confecção de alimentos encontra-se no mais luxuoso solar construído nas Minas setecentistas: a casa do contratador João Rodrigues de Macedo (1735 – 1807), em Vila Rica, conhecida como a Casa dos Contos, e edificada entre 1782 e 1784). Quando da extensa campanha de restauração empreendida na Casa dos Contos no ano de seu bicentenário (1984), sob coordenação do engenheiro civil e restaurador Eugênio Ferraz, foram “cadastrados os diferentes tipos de materiais de construção aplicados no edifício, condição que permitiu determinar-se, com relativa exatidão, os acréscimos e modificações havidos no imóvel”.¹⁴⁴⁵ Pela reconstituição da planta-baixa do edifício, em 1784, é possível visualizar as grandes dimensões da cozinha no andar térreo, construída simultaneamente com o resto da casa e utilizando-se dos mesmos materiais (alvenaria de pedra) (Figura 53). É de se destacar a presença de um “fogão português”: uma lareira com alteamento para a fogueira utilizada como fogão com uma chaminé externa, possivelmente semelhante à atual, também de feição lusitana. Junto à lareira, do seu lado direito, também é possível observar uma estrutura circular muito semelhante a um “forno português” (Figura 54). Próximo a uma das portas da cozinha, no pátio da casa, existia um tanque de água utilizado para o abastecimento da cozinha, para a lavagem dos utensílios domésticos, dentre outras serventias. Uma escada de serviços iniciava-se nessa mesma porta e dava acesso direto ao andar nobre da casa, ligando-a primeiramente ao maior cômodo desse pavimento, que muito provavelmente seria uma segunda cozinha, interna. Como indício do uso desse espaço, Ferraz informa que “em uma área próxima aos sanitários originais do segundo pavimento, deveria situar-se algum compartimento de serviço ou *cozinha senhorial*, visto que há indicações seguras, em um dos parapeitos da janela, de que ali foram amoladas facas durante muito

¹⁴⁴⁴ *Idem.*, p. 94.

¹⁴⁴⁵ FERRAZ, Eugênio. *Op. Cit.* (1985), p. 31.

tempo”.¹⁴⁴⁶ Essa segunda cozinha deveria dar suporte à elaboração de pratos mais requintados, como aqueles que Tomás Antônio Gonzaga lamentava à Claudio Manoel da Costa, por ter perdido, quando não atendera ao seu convite para jantar no “sítio do Covão”¹⁴⁴⁷. Pois, como afirmava o poeta, em um jantar desses:

Eu bem sei, Doroteu, que tinha *sopa*
Com ave e com *presunto*, sei que tinha
De mamota *vitela* um gordo quarto,
Que tinha *fricassés*, que tinha *massas*,
Bom *vinho de Canárias*, finos doces
E, de mimosas frutas, muitos pratos.¹⁴⁴⁸

Jantares e ceias semelhantes, de paladar tipicamente português afrancesado, comuns às altas elites do período, seriam servidos nos salões nobres desse pavimento, em saraus e jantares oferecidos pelo *Grosso Rentista*¹⁴⁴⁹ (forma irônica como Tomás Antônio Gonzaga se referia ao contratador Rodrigues Macedo).¹⁴⁵⁰ Na Casa dos Contos a busca da modernidade por novos “prazeres da mesa”¹⁴⁵¹ também se materializou na valorização, especialização e magnitude de sua cozinha, à semelhança das mais aprimoradas entre as casas das elites do Império Ultramarino Português. A principal diferença entre elas também podia ser facilmente encontrada na residência de Macedo: a gigantesca senzala no porão da casa, com acesso contíguo à cozinha. O mesmo seria observado em outros grupos sociais, em diferentes níveis e proporções, a começar pela elite colonial, tanto leiga como eclesiástica (com exemplares ainda remanescentes)¹⁴⁵²,

¹⁴⁴⁶ *Idem*, p. 49.

¹⁴⁴⁷ Ao contrário de uma tradição inventada, tal “sítio do Covão” não seria a fazenda do Paraopeba (Conselheiro Lafaiete – MG), que pertenceu ao também inconfidente Inácio Alvarenga Peixoto. Trata-se de um pseudônimo empregado por Gonzaga ao se referir a fazenda do Fundão, do termo de Mariana e propriedade de Cláudio Manoel da Costa. AUTOS de *Devassa da Inconfidência Mineira*, 2.^a ed.

Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1983. V. 3, p. 345.

¹⁴⁴⁸ GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 214 -215.

¹⁴⁴⁹ *Idem*, p. 214.

¹⁴⁵⁰ ÁVILA, Affonso. Apresentação. In: FERRAZ, Eugênio. *Op. Cit.* (1985), p. 14.

¹⁴⁵¹ FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. Da cristandade ocidental à Europa dos Estados (séculos XV-XVIII). In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 423.

¹⁴⁵² A exemplo das supracitadas: casa da Chica da Silva, e a do Padre Rolim, em Diamantina; a “Casa Azul” e o Solar do Padre Correia, em Sabará; a casa do Padre Toledo, em Tiradentes, todas estudadas pela arquiteta Suzy de Mello. MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, p. 110 – 121.

diminuindo-se gradativamente os recursos empregados nas cozinhas conforme se descia a escala social.

7.3 – Evidências materiais de uma cozinha fragmentada: o forno e a trempe

Outros indícios nos levam a considerar que a maioria das cozinhas mineiras setecentistas eram fragmentadas em diversos espaços, sobretudo, no exterior da casa. O primeiro deles foi a descrição de “fornos” nos Inventários. Segundo Bluteau, esses equipamentos eram construídos “a modo de uma pequena abóbada, muito baixinha, que tem uma só entrada”¹⁴⁵³. Morais Silva foi mais detalhista, segundo sua definição, o forno era:

Obra de pedra, e cal, em que se mete o fogo, feita de sorte que a ação e força do fogo não saia para fora de suas paredes; e se dirija com a menor perda, e opere no corpo que a ele expomos; é de várias formas: o dos padeiros e pasteleiros aquece-se com lenha, e tirando o borralho se põe o pão a coser; ou talvez se conserve o brasido, ou o borralho etc. os oleiros tem o seu forno, os que fazem cal.¹⁴⁵⁴

Junto à descrição dos imóveis da comarca de Sabará encontramos menção a vinte e dois fornos. Desses, dez eram “fornos de cobre”, que, como indica o detalhamento de alguns avaliadores, destinavam-se à torra da farinha de mandioca, e também da farinha de milho. Exemplo disso podia ser encontrado em uma “roça já sem mata virgem, mas com um capão e suas capoeiras, com sua casa de vivenda coberta de telha, paiol, um engenho de pilões coberto de telha, com *roda de mandioca*, um *forno de cobre grande* com seus *cochos* e suas *senzalas*” (600\$000 réis).¹⁴⁵⁵ Em 1744, a posse pertencia a Antônio Pereira Coimbra, “cita onde chamam o Piçarrão”, Santo Antônio do Rio Acima (atual município de Rio Acima). Tratava-se claramente de uma unidade de produção de um médio agricultor. Ele contava com a mão de obra escrava de seis africanos. A propriedade era especializada na produção de farinha de mandioca e de milho para comercialização. Seus produtos poderiam ser vendidos em sua morada de casas na entrada do largo da Igreja do arraial de Santo Antônio do Rio Acima, mas

¹⁴⁵³ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.4, p. 178.

¹⁴⁵⁴ SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. (1ª Edição, 1789). Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, v. 2, p. 50.

¹⁴⁵⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Pereira Coimbra, 1744.

também serviam ao consumo alimentar de sua própria família, constituída por esposa e nove filhos.

Da descrição no Inventário de Antônio Coimbra é possível visualizar o que seria a “casa de farinha” na roça desse médio agricultor: um edifício coberto de telhas com engenho de pilões (para triturar o milho), uma “roda de mandioca” (para ralar a mandioca), cochos (para amolecê-la), e o “forno”, para torrar os diferentes tipos de farinhas produzidas na unidade. Estruturas semelhantes a essa, talvez não tão especializadas, existiram em várias outras habitações, como atestam os dez fornos que foram descritos juntos aos imóveis acima mencionados, mas, sobretudo, os noventa e dois “fornos” listados entre os bens classificados como “utensílios domésticos” no banco de dados, dentre eles, setenta e dois “fornos de cobre”. Outra informação que se depreendia da descrição no Inventário de Antônio Coimbra era que os referenciados “fornos de cobre” não seriam fornos portugueses tais quais os descritos por Bluteau. Seriam assim denominados por analogia, pois cosiam/torravam o “pão da terra”, ou seja, a farinha de mandioca ou de milho. Esses fornos de cobre eram constituídos por um grande tacho circular, raso e de fundo reto, afixado sob uma fomalha em adaptação clara de tecnologia indígena de origem tupi (Figura 68). Segundo o alemão George Macgrave, em obra do holandês Guilherme Piso, publicada em 1648, o *Vimovipaba* era “um vaso redondo, largo, raso, feito de argila”¹⁴⁵⁶, utilizado por indígenas na preparação da farinha de mandioca. Essa estrutura daria origem aos “fornos de cobre” extensivamente utilizados na colônia para a confecção de farinhas.

Essas estruturas exigiam certo espaço, produziam grande quantidade de calor e fumaça, e eram edificadas, preferencialmente, em estruturas separadas da habitação. Isso atesta que em ao menos cento e duas habitações do termo de Sabará, nas quais os “fornos de cobre” foram inventariados, poderiam existir “casas de farinha” ou edificações semelhantes, fragmentando os espaços de confecção de alimentos nas residências. Corrobora com tal constatação, por exemplo, a descrição de uma “*casa de forno coberta de telha*”¹⁴⁵⁷ que existiu no quintal da casa onde residia o cônego José

¹⁴⁵⁶ MARCGRAVE, Jorge. *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942. *Apud*: IPHAN. Ficha de catalogação das práticas – patrimônio imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/002%20Mandioca.pdf> (acesso: fevereiro de 2019), p. 58.

¹⁴⁵⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Matias de Crasto Porto, 1742.

Coelho Raposo, no arraial de Roças Grandes, ano de 1742. Saint-Hilaire nos dá uma ideia de como seria a ambiência destas instalações, em relato do começo do século XIX. Segundo o naturalista, quando pernoitou na fazenda Guarda-Mor, nas proximidades de Patrocínio (MG), alojaram-no em uma:

[...] grande peça onde estava colocado o monjolo, e enquanto escrevia, fazia-se, perto de mim, farinha de milho. O ruído forte do monjolo me atordoava; estava cego pela fumaça do *forno*, e era necessário, além disso, fazer guerra aos cães que vinham roer o couro das minhas malas.¹⁴⁵⁸

Na fragmentada cozinha das habitações mineiras do século XVIII também existiram “fornos portugueses”, mesmo que em números bastante inferiores aos “fornos tupis”. Atesta isso a “morada de casa térrea”, no arraial do Pompeu (bairro de Sabará), que ficou para Vitória Moreira depois da morte de seu marido, Antônio de Moraes, em 1773. No quintal dessa morada, além de horta, laranjeiras e bananeiras, existiu uma “senzala coberta de telhas” e um “*forno de cozer doces*”¹⁴⁵⁹ (180\$000 réis). Este último, muito provavelmente, era um “forno português”. Nele se podia cozer, por exemplo, umas “broas de milho”, semelhantes àquelas do *Livro das Receitas de Doces e Cosinhados vários deste Convento de Santa Clara de Évora*¹⁴⁶⁰, escrito pela abadessa desse convento, no ano de 1729. Para o preparo das “Broas de Milho de Santa Clara”:

Toma-se um arrátel de farinha de milho e mais outro, um arrátel de farinha de trigo, dois arrátéis de açúcar, um púcaro de bom leite, cravo-da-índia e erva doce quanto baste para aromatizar. Amassa-se tudo muito bem, tempere-se de sal e façam-se as broas e *mandem-se ao forno*.¹⁴⁶¹

No arraial de Pompeu, o agregado de Vitória Moreira possuía dez escravizados, dentre eles, quatro mulheres. Duas dessas constituíram família: Florinda, angola, com 45 anos de idade; mãe de Felícia, “crioula”, de 15 anos; e Manuel, “mulato”, com 26 anos; a outra família era formada por Rosa, mina, de 35 anos; e sua filha, Rozária,

¹⁴⁵⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*. 1º V. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 249.

¹⁴⁵⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio de Moraes, 1773.

¹⁴⁶⁰ Biblioteca Nacional de Lisboa, códice 10763, Livro das Receitas de Doces e Cosinhados vários deste Convento de Santa Clara de Évora, sóror Maria Leocádia do Monte do Carmo, Abadessa. Santa Clara de Évora 26 de outubro de 1729.

¹⁴⁶¹ Livro das Receitas de Doces e Cosinhados vários deste Convento de Santa Clara de Évora (...) *apud*: ALGRANTI, Leila Mezan. Doces de ovos, doces de freiras: a doçaria dos conventos portugueses no Livro de Receitas da irmã Maria Leocádia do Monte do Carmo (1729). *Cadernos Pagu* (17/18) 2001/02: pp.397-408., p. 403. (Grifos Nossos).

“mulata”, de 10 anos. Todos esses fatores: a proximidade e avaliação da senzala no quintal junto ao “forno de coser doces”; a presença das escravizadas, suas filhas e a constituição de famílias, bem como a inserção do arraial nas proximidades da vila de Sabará, nos levam a conjecturar que tais mulheres poderiam ser “escravas de ganho”, integrando um extenso grupo social de pequenas comerciantes marginalizadas, comumente conhecidas como “negras de tabuleiro”¹⁴⁶², que vendiam seus “doces” e “quitandas” na vila e nas minas do entorno.

Outra evidência da fragmentação das cozinhas mineiras setecentistas era o fato de se poder cozinhar praticamente “em qualquer lugar”: num telheiro no quintal, em um cômodo nos fundos da casa etc. Carlos Lemos afirma que no processo de colonização “o índio impôs seu fogão já que foi ele o primeiro empregado doméstico nestas paragens tão carentes de donas de casa brancas”.¹⁴⁶³ Segundo esse autor, as primeiras cozinhas brasileiras, quase que ao ar livre, começaram a personalizar-se em torno da “trempe”, construída por “três pedras formando um triângulo com a fogueira dentro, em volta do jirau e do fumeiro” indígenas.¹⁴⁶⁴ Uma dessas trempes pode ser vista no cômodo ao fundo de uma casa de dois compartimentos pintada por Debret, em 1827 (Figura 30). A prática de cozinhar sobre três pedras também não seria estranha ao hábito português de se cozinhar com a panela sobre uma trempe de ferro de três pernas, como aquelas que ainda existem na Casa dos Biscainhos, em Braga, Norte de Portugal (Figura 72). Segundo Bluteau, a “trempe” era um “instrumento de ferro, redondo ou triangular, sustentado com três pés, no qual se assenta uma caldeira, ou outra coisa para se aquecer”.¹⁴⁶⁵ Ainda, segundo Morais Silva, ela tratar-se-ia de “um aro de ferro sobre três pés, em que se assenta a panela ao lume”.¹⁴⁶⁶ Encontramos referências a “trempes” em nada menos que quarenta e um Inventários da comarca de Sabará, dentre elas, ao menos trinta e três foram descritas como de ferro, três delas especificadas como de “três pés”. Os dados possibilitam entender que, certamente, a forma corporal predominante no preparo dos alimentos nessas cozinhas coloniais exigia o curvar-se sobre recipientes

¹⁴⁶² FURTADO, Júnia Ferreira. *Op. Cite.* (2006), p. 236-238.

¹⁴⁶³ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 70.

¹⁴⁶⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁶⁵ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.8, p. 270.

¹⁴⁶⁶ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 805.

acima da trempe e seu fogo no chão. Essa performance se dava em qualquer cômodo da casa, mas, preferencialmente aos fundos, ou em uma edificação no quintal.

Uma dessas trempes poderia ser encontrada, por exemplo, na casa do comerciante português, Manoel Lopes da Fonseca, morador no arraial de Tapanhuacanga, próximo à capela de nossa Senhora do Ó (hoje um bairro de Sabará). Dentre os utensílios domésticos arrolados em seu Inventário, no ano de 1740, constavam: “um tacho de cobre, um caldeirão de cobre, um prato de estanho fundo, um copinho de vidro, um pires com uma chávena e uma xícara, uma bacia de arame” e “uma trempe de ferro com três pés”.¹⁴⁶⁷ Manoel Fonseca era solteiro, possuía cinco escravizados, dentre estes, duas mulheres africanas, que além de outras atividades domésticas, poderiam ser empregadas nos afazeres da cozinha, como a preparação do feijão com toicinho no “caldeirão de cobre sobre a trempe de ferro com três pés”. O português deixou somente uma herdeira, Thereza Joana, filha de uma escrava.¹⁴⁶⁸ Após a morte do pai, ela receberia seus individualizados e distintivos utensílios: o prato de estanho, o copinho de vidro, o pires, a chávena e a xícara; esses últimos denotavam um sinal de distinção e *gosto* nos confins da colônia.

Em outro Inventário foi arrolado “uma trempe pequena de ferro de duas painelas”.¹⁴⁶⁹ Em três desses documentos elas foram descritas como “para três painelas”¹⁴⁷⁰. Dessas quatro heranças, três foram legadas nos últimos trinta anos do século XVIII. Seriam trempes do tradicional “fogão de lenha” caipira, comumente encontrado no Sudeste brasileiro (Figura 65)? Ou seriam trempes como as que subsistem no Museu Casa dos Otoni, na cidade do Serro – MG, sobre as quais três painelas poderiam ser dependuradas uma ao lado da outra (Figura 63)? Não podemos afirmar, categoricamente, qual seria a forma exata a qual os avaliadores se referiam. É possível que mencionavam ao menos três tipos de artefatos, trempes de três pés (Figura 75), trempes de dependurar painelas, e, mais raramente, trempes de fogão a lenha, denominadas da mesma forma nos documentos. Essa peça poderia ser tanto associada aos aros, segundo a definição de Bluteau; ou, de uma forma geral, seria tudo aquilo que

¹⁴⁶⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Lopes da Fonseca, 1753.

¹⁴⁶⁸ *Idem*. Ver: filhos, observação.

¹⁴⁶⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Vaz da Cunha, 1783.

¹⁴⁷⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Ribeiro de Miranda, 1748; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira de Brito, 1771; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira Gaia, 1796.

sustenta as panelas sobre o fogo. Neste último caso, tanto os “tripés” para caldeirões, quanto a “trempe” do Museu Casa dos Otoni, poderiam ser entendidos como uma trempe. Corrobora essa última hipótese o fato de encontrarmos somente duas avaliações com tripés nos 804 Inventários de nossa amostra, sendo que um deles esteve diretamente vinculado a seu uso no ofício de sapateiro.¹⁴⁷¹

Figura 63 – Trempe para três panelas (Museu Casa dos Otoni, Serro – MG)



Fonte: Museu Casa dos Otoni, fogo do autor (dezembro de 2015).

Lemos afirma que o fogão de três pedras e o de trempe de ferro, foram inicialmente os que se encontravam espalhados pelo Brasil, e “obrigavam os cozinheiros a ficar de cócoras”.¹⁴⁷² Posteriormente, sem se referir a um período específico, o autor afirma, de forma ensaística, que: “o fogão subiu, saiu do chão, virou mesa”¹⁴⁷³. Em alguns lugares ele teria aproveitado o jirau, de tradição indígena:

(...) cujas malhas horizontais foram tapadas com barro e terra. Noutros lugares, o fogão alto era maciço, de barro e pedra, de taipa de pilão, de tijolos, com cavidade funda horizontalmente para a fornalha e com bocas no tampo, sobre o fogo, onde pousavam as panelas, lembrando muito fornos caipiras de Apiaí, ainda hoje usados na queima de peças de cerâmica utilitária”.¹⁴⁷⁴

¹⁴⁷¹ Classificado como “instalações”, constava “um ofício de sapateiro com 10 formas, tesoura, tripé e martelo (tudo muito velho)”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio da Costa Vidigal. 1728.

¹⁴⁷² LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 71.

¹⁴⁷³ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁷⁴ *Idem, ibidem.*

Para esse autor, o fogão à lenha de tijolos já seria usado no início do século XIX, em São Paulo. Conforme um documento do Arquivo Municipal daquela cidade, em 1808 foram empregados “tijolos quadrados para o fogão” na residência do desembargador ouvidor geral.¹⁴⁷⁵ Porém, o mais provável é o “tradicional fogão à lenha caipira” (Figura 65), como conhecemos hoje, tenha sido uma criação do século XIX. As hipóteses levantadas por Lemos precisam ser mais bem estudadas, todavia, são coerentes. Ainda hoje algumas tribos indígenas utilizam como fogão um jirau “cujas malhas horizontais foram tapadas com barro e terra”. Exemplo disso pode ser encontrado, por exemplo, no município de Guanhães (MG), na aldeia Mirueira, da etnia Pataxó (Figura 64). Esses artefatos indígenas são muito semelhantes aos tradicionais fogões à lenha, como o que pode ser visto no Museu Casa de Juscelino, em Diamantina (MG) (Figura 65).

É possível que em meados do século XVIII, no Brasil, os trabalhadores das cozinhas que ansiavam por posições mais cômodas em seu ofício, cada vez mais exigente, buscassem novas estruturas materiais para se cozer, a partir do que lhes era possível. Estariam em concordância com os anseios do fim da Época Moderna, buscando melhorias nas condições e formas de confecção dos alimentos, assim como ocorria em outras partes do Globo, a exemplo do conhecido “fogão do conde de Rumford”:

[...] uma instalação de *tijolos* em forma de U com uma *superfície plana* previamente *perfurada* com orifícios de vários tamanhos. A cada um deles ajustava-se uma panela que fechava quase hermeticamente a câmara de combustão interior, composta por sua vez de grelhador, caixa de cinzas e porta para regular a tiragem.¹⁴⁷⁶

Como dissemos, o mais provável é que a atual configuração do fogão à lenha caipira, com forno lateral embutido, tenha se consolidado durante o século XIX, a partir da confluência de diversas tentativas de aperfeiçoamento de estruturas locais pré-existentes – como o jirau indígena; e de outras tentativas propagadas pelo Globo, a exemplo dos inventos de Rumford. Indícios dessas tentativas podem ser observados em Inventários do século XVIII, como veremos.

¹⁴⁷⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁷⁶ SALVADOR, Mariana Sanchez. *Op. Cit.* (2016), p. 207.

Figura 64 – Fogão a Lenha em Girau na aldeia Mirueira (etnia Pataxó) – Fazenda Candonga (Guanhães MG)



Fonte: Aldeia Mirueira, Fazenda Candonga – Guanhães (MG). Fotos de Vladimir Benincasa (agosto de 2016).

Figura 65 – Fogão a Lenha Tradicional, sem Forno Lateral – Museu Casa de Juscelino, Diamantina (MG)



Fonte: Museu Casa de Juscelino – Diamantina (MG). Foto do Autor (setembro de 2016).

Em 1753, a supracitada “crioula forra” Ignácia de Siqueira, aparentemente vivia da venda ambulante de alimentos. Seria mais uma entre as muitas “negras de tabuleiro” que dominavam esse pequeno comércio marginalizado¹⁴⁷⁷, não fosse sua trajetória “bem sucedida”. Conseguiu deixar alguns bens em Inventário à sua filha única, Isabel, com 10 anos de idade e pai incógnito. O grosso de sua herança consistia em dois escravizados e uma “morada de casas *pequena, malfeita, ainda nova*”¹⁴⁷⁸; somando tudo: 410\$125 réis. A forra residia na rua do Fogo da vila de Sabará (atual Rua Comendador Viana), Bairro da Igreja Grande, em casa própria, onde provavelmente cozinhava dentro de um dos poucos cômodos existentes em sua casa. Dessa cozinha, itens com valor (principalmente pelo metal de que eram constituídos), atestam a atividade profissional de Ignácia: a produção e venda ambulante de alimentos. Destacavam-se entre eles: “*uma trempe de ferro com três aros*”¹⁴⁷⁹, além de “3 colheres e 3 garfos de latão, 1 prato de estanho de meia covinha, 2 pratos pequenos de estanho (sendo um raso), um tacho de cobre pequeno, uma bacia de cobre pequena, 2 tigelas de estanho com suas tampas, 1 caneca de barro com tampa de estanho, uma escumadeira de latão, um candeeiro de folha de flandres, um espeto de ferro”, tudo avaliado em 9\$625 réis. Também foi arrolado “um frasco vazio”¹⁴⁸⁰, avaliado em \$150 réis, no qual ela poderia transportar seus doces de frutas em calda.¹⁴⁸¹ O tacho de cobre pequeno e a escumadeira de latão seriam aproveitados na preparação de doces de frutas, utilizando-se de receitas semelhantes às de tradicionais conservas lusitanas, adaptando-as às frutas regionais da Capitania de Minas Gerais. A técnica do doce em conserva foi descrita pelo mestre de cozinha Domingos Rodrigues como:

Peras de conserva

Estando apartadas as peras que quiserem que não sejam muito maduras, furem-nas com um furador em cruz, e ponham-se a cozer em um *tacho* de água fervendo; como estiverem cozidas, tirem-se com uma *escumadeira*, limpem-lhe os pés, deitando-as em água fria, lavem-nas em quatro água, deem-nas em açúcar em ponto de cabelo, quantidade que cubra as peras, e deem-lhe nove fervuras em nove dias a esta conserva, para que engrosse. Se quiserem cobrir as peras, tirem-

¹⁴⁷⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Op. Cit.* (2006), p. 236-238.

¹⁴⁷⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ignácia de Siqueira, 1753.

¹⁴⁷⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ignácia de Siqueira, 1753.

¹⁴⁸⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ignácia de Siqueira, 1753.

¹⁴⁸¹ RIGAUD, Lucas – *Cozinheiro Moderno, ou nova Arte de Cozinha*, p. 293. *Apud.* FRANCO, Carlos José de Almeida. *Casas das Elites de Lisboa. Objetos, interiores e vivências, 1750 – 1830*. Lisboa: Scribe, 2015, p. 256.

nas da conserva, ponham-se a escorrer em uma joeira; depois de escorridas, deem-se em açúcar fervendo, até que esteja em ponto de pelouro, tire-se o tacho do lume ponham-se no chão, tirem-se as peras com umas caninhas, e deitando-lhe com uma colher açúcar pôr cima ponham-se em uma grade, ou joeira, embrulhem-nas em papel.; e não se ponham em parte húmida porquê revem (sic.)¹⁴⁸²

Voltando à cozinha de Ignácia, um questionamento: para facilitar sua extenuante lida diária, sua “trempe de ferro com três aros” seria sobreposta a um jirau tapado de barro servindo como uma mesa para um fogão alto? Não podemos afirmar com propriedade se essa foi a utilização empregada nas cinco trempes com mais de um aro que constam nos Inventários da comarca de Sabará. Todavia, tais indícios corroboram com a hipótese do alteamento dos fogões formulado por Carlos Lemos.¹⁴⁸³

Vale ressaltar que a existência de dois escravizados no agregado familiar de Ignácia de Siqueira e sua filha Isabel, não contradiz a necessidade que a primeira teria de atenuar sua lida no fogão. Sua escravaria era composta por Antônia, “angola”, em plena idade produtiva, pois avaliada em 150\$000 réis (quase três vezes o valor da casa); porém, o outro indivíduo, era e o filho desta, Manoel (38\$400 réis), crioulo, de apenas 4 anos de idade. Joana de Souza era mãe e vizinha de Ignácia, e foi dela que a última comprou a africana Antônia, há relativamente pouco tempo antes da feitura de seu Inventário, pois quando ela faleceu, ainda devia mais de dois terços do valor da escrava (109\$800 réis).

Apesar de todo o esforço que essa ex-escrava empreendeu para amealhar alguns bens, conseguindo sua liberdade, vendendo seus doces, construindo sua pequena casa e constituindo sua própria escravaria, quase nada deixou à filha. Sua própria mãe, Joana, por necessidade, requereu seus cativos como pagamento da dívida. E assim fizeram outros cobradores por “remédios que comprou a uma botica, duas execuções, fazendas, ao médico, custo com o funeral, dois torrões de farinha que comprou na venda, aluguel de uma casa”, dentre outras dívidas passivas da inventariada. Quase um ano após a morte de Ignácia, o tutor da órfã Isabel, Leonardo Coelho da Silva, seria notificado a prestar contas dos bens que sobraram. O juiz de órfãos foi então informado que

¹⁴⁸² RODRIGUES, Domingos. *A Arte de Cozinha*. Rio de Janeiro: Tipografia de J. J. Barroso e Comp. 1838, p. 147.

¹⁴⁸³ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 71.

Leonardo faleceu sem bens, esgotando o patrimônio que restara à criança. Posteriormente, cinco indivíduos foram notificados para assumirem a tutoria de Isabel; mas nenhum deles aceitou a incumbência.

A aparente trajetória “bem-sucedida” da família da forra Ignácia de Siqueira, que talvez tenha se iniciado ainda com sua mãe, não parece ter se perpetuado na terceira geração encabeçada por Isabel. O destino da forra Joana de Souza¹⁴⁸⁴, mãe de Ignácia, seria trágico; morreria demente, “sem herdeiros”, desqualificada na abertura de seu Inventário como “"desajuizada e maníaca preta velha e solteira".¹⁴⁸⁵ Seus únicos bens, quatro escravizados, foram entregues à Felipe da Costa Santiago, certamente algum credor. Quanto a Isabel, não constou mais nenhuma informação sobre ela em nossa documentação.

¹⁴⁸⁴ Possivelmente a mesma que aparece como mãe de Ignácia no inventário dessa.

¹⁴⁸⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joana de Souza, 1771.

Capítulo 8 – “Trem de cozinha”, louças e baixela de prata: percursos de diferenciação e especialização dos utensílios domésticos

A palavra “trem”, tão cara ao “mineirês”, parece ter sua origem ligada também à mobilidade da cozinha antiga. Como Bluteau esclarece, *trem* “deriva-se do francês *train*”, que por sua vez “se deriva do verbo latino *trahere*, que é tirar ou puxar por alguma coisa, ou arrastar”. O dicionarista do século XVIII, que não era português, atenta que também ouviu “dizer *trem de cozinha*, mas não a pessoa que se prestasse falar com propriedade”. De certo, a expressão era utilizada por pessoas de grupos sociais subalternos, que, assim como nas Minas Setecentistas, “arrastavam” seus utensílios de cozinha conforme as conveniências.¹⁴⁸⁶ Os portugueses, ainda hoje, ao se referirem ao conjunto de panelas, tachos, caçarolas – o denominam como trem de cozinha. No Brasil, durante o século XIX, a expressão parece ter sido comum também em outras regiões, como atestou o escritor José de Alencar em seu romance “Til”, publicado em 1872, e que se passa em uma fazenda do interior paulista. A cena transcorre da seguinte forma:

Ligeira escondeu-se Berta na cozinha, e por uma fenda que havia no aposento próximo, outrora dispensa, espreitou o circuito. Mas um incidente a distraiu desse propósito, chamando sua atenção para o interior. A réstia de sol, descendo, batera na cabeça de Zana, que se ergueu esfregando os olhos, e aproximou-se do fogão. Agachada em frente ao bueiro, começou a soprar, como se houvesse ali nas grelhas algum brasido coberto pelo borralho; entretanto o tijolo gretado, que servia de lareira, já não conservava nem restos de cinzas. Depois de algum tempo empregado na quimérica operação de acender um fogo

¹⁴⁸⁶ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.8, p. 267.

ausente, a louca foi à prateleira buscar uns cacos de telha, que se lhe afiguravam painéis ou frigideiras; e fez menção de lavar o *trem de cozinha*, para preparar a comida.¹⁴⁸⁷

Neste capítulo trataremos do “trem de cozinha”, entendido como a generalidade dos utensílios domésticos utilizados nos espaços de confecção de alimentos. Abordaremos também suas diferenciações em peças cuja materialidade serviu à formação e distinção social, ou seja: a baixela de prata e as louças finas. Como vimos anteriormente, quando da elaboração do banco de dados (BDITCRV), sob a coordenação da prof. Beatriz Ricardina de Magalhães, os bens dos Inventários foram divididos em cinco grandes categorias, a saber: “dívidas”, “escravos”, “imóveis”, “bens profissionais ou pessoais” e “animais”. A categoria denominada “bens profissionais ou pessoais” somou valores maiores apenas aos da categoria “animais”, e correspondeu a 12% do valor dos bens inventariados (Gráfico 1). Ela foi subdividida em 14 subcategorias, dentre as quais constam a de “utensílios domésticos”, somando apenas 5% do valor dos bens profissionais ou pessoais (Gráfico 20). Ou seja, essa subcategoria, mesmo que representasse numerosa quantidade de objetos, assim como a categoria à qual pertencia, era muito pouco valorizada. Os utensílios domésticos também não estavam presentes em todos os espólios. Apareceram em 539 (67%) dos 804 Inventários do termo de Sabará. Fatores associados à “efemeridade” da maior parte desses utensílios, além do baixo valor monetário dos materiais de que eram compostos (barro, palha e madeira, em sua maioria; e também de pedra), podem justificar a inexistência desses em mais de um terço das heranças.

A maioria dos bens descritos na categoria de “utensílios domésticos” era destinada à confecção ou consumo de alimentos, porém, alguns poucos atendiam a outras finalidades. Estariam localizados, principalmente, nas edificações que compunham as cozinhas, que, como vimos, eram na maioria das vezes fragmentas. Poderiam ainda estar guardados em alguma “caixa com sua tranca e chave” em um cômodo mais reservado, como no caso dos talheres de prata. A princípio, não distinguiremos a baixela e a louça fina dos demais utensílios por se tratarem, como veremos, de objetos excepcionais. Porém, na conclusão deste capítulo, analisaremos

¹⁴⁸⁷ ALENCAR, José de. *Til*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos. Capítulo XVIII – A Visão, p. 39.

detalhadamente esses artefatos como impulsionadores das mudanças sociais operadas dentro das habitações no final do século XVIII.

Identificamos 85 tipos de utensílios domésticos descritos nos Inventários. A partir da frequência em que eles apareceram podemos deduzir as estruturas materiais do trem de cozinha das casas mineiras setecentistas. Optamos por dividi-los em dois grandes grupos: os “utensílios básicos” e os “utensílios casuais”; ambos, por sua vez, foram subdivididos em 3 subgrupos de intervalos de frequências, que passaremos a descrever. Dentre os utensílios básicos¹⁴⁸⁸ do trem de cozinha, consideramos como os “mais frequentes” aqueles que apareceram em cem ou mais Inventários ($f. \geq 100$), a saber, respectivamente: o tacho (tachinho), o prato (pratinho), a bacia, a colher, o garfo e a chocolateira. Classificamos como “muito frequentes” os artefatos que constaram no intervalo entre cinquenta e noventa e nove Inventários ($f. \geq 50 < 100$), que foram: o forno, o coco, o jarro, o copo (copinho), o almofariz, a garrafa (garrafão, garrafinha), o frasco (frasquinho) e o caldeirão. Por fim, determinamos apenas como “frequentes” os objetos que apareceram em pelo menos vinte e seis e até quarenta e nove Inventários ($f. \geq 26 < 49$), a saber: a trempe, a gamela, a caldeirinha, a faca, a tigela, a escumadeira e o espeto.

Compondo o outro grupo de objetos do trem de cozinha, constavam os artefatos que classificamos como “utensílios casuais”. Estes foram divididos no subgrupo dos “pouco frequentes”, que apareceram no intervalo de dez a vinte e cinco Inventários ($f. \geq 10 < 26$), a saber: o bule, a sopeira, o pires, a xícara, a caldeira, a panela (panelinha), o talher, o funil (funis) e o tabuleiro. Em seguida foram classificados como “excepcionais”, os objetos que apareceram em seis até dez vezes Inventários ($f. \geq 6 < 10$), os quais foram: o(a) quarto(a) de medir; o barril, o pote, o alambique, o gomil, o reminhól (reminhóis), a galheta (galheta), o vaso, o facão (facãozinho) e o cálice. Por fim, consideramos como artefatos “raros”, aqueles que apareceram em cinco ou menos Inventários, perfazendo uma lista extenuante de 45 objetos que corresponderam à maioria dos 85 tipos de utensílios domésticos identificados, esses foram: a frigideira, a

¹⁴⁸⁸ Aqui, vale destacar que existiram objetos do trem de cozinha que certamente também poderiam ser enquadrados na categoria “básicos”, porém encontravam-se subrepresentados nos inventários. Isso se deu devido à efemeridade dos materiais de que eram confeccionados, a exemplo do “barro”, dentre outros possíveis motivos. Prováveis exemplos de objetos sub ou não representados nos inventários foram as panelas e tachos de barro, os quais certamente eram muito empregados, e não constaram em nossa amostra.

medida, a caixa (caixeta ou caixinha) de marmelada, a tesoura, a forma (forma para açúcar), a lata, o saleiro, o pilão, a salva, a caneca, a bandeja, o faqueiro, a tina, a pipa, o caixão para mantimentos, a chávena, a cuia, o canudo, a masseira, o aparelho(s) de chá, a resfriadeira, a talha, o bujão (botija), o rodete (de ralar mandioca), a bruaca, a torneira, a folha de chá (folhas), a grelha, a talha, a carretilha, o chavão (chavões), a cumbuca, o rebolo, a trinchete, a cafeteira, o pimenteiro, a moringa, o descaroçador, o balde, a marmita, o moinho de fazer café, o ralador, a caçarola, a tulha e o ralo.

8.1 – Utensílios básicos do trem de cozinha setecentista

Dos utensílios domésticos mais frequentes nos Inventários (Gráfico 26), destacava-se em primeiro lugar os “tachos” (Figura 66). Eles estavam presentes em 462 (85,71 %) dos 539 espólios com essa categoria de bens, e em 57,42% dos 804 Inventários do banco de dados. Segundo Bluteau, o tacho era um “vaso de cobre, ou barro, que para as coisas de cozinha tem várias serventias”.¹⁴⁸⁹ Ele foi mencionado 48 vezes como recipiente de preparo em dezenas de receitas no livro *Arte de Cozinha*, de Domingos Rodrigues, com primeira edição ainda no século XVII.¹⁴⁹⁰ Dentre as diversas serventias do tacho, destacamos o cozimento do toucinho e das carnes de porco para conserva, ambos, elementos primordiais à sociogênese do paladar mineiro e português (sobretudo o minhoto). Como descreveu Marcos Andrade, ao analisar Inventários sul-mineiros, a carne de porco “conservada na gordura (toucinho frito, derretido e resfriado)”, constituía uma das iguarias da culinária da Capitania. Em seus termos:

O procedimento consistia em fritar parte do toucinho em grandes panelões de ferro ou *tachos de cobre* e 345nali-lo esfriar por horas, transformando-o numa massa pastosa e consistente. A carne – em geral as partes mais nobres, como os pernis traseiro e dianteiro, além do lombo – era cortada em pedaços não muito grandes e, após ser cozida e/ou frita, era mergulhada nessa banha de porco e ali ficava acondicionada por meses, sendo utilizada na medida da necessidade.¹⁴⁹¹

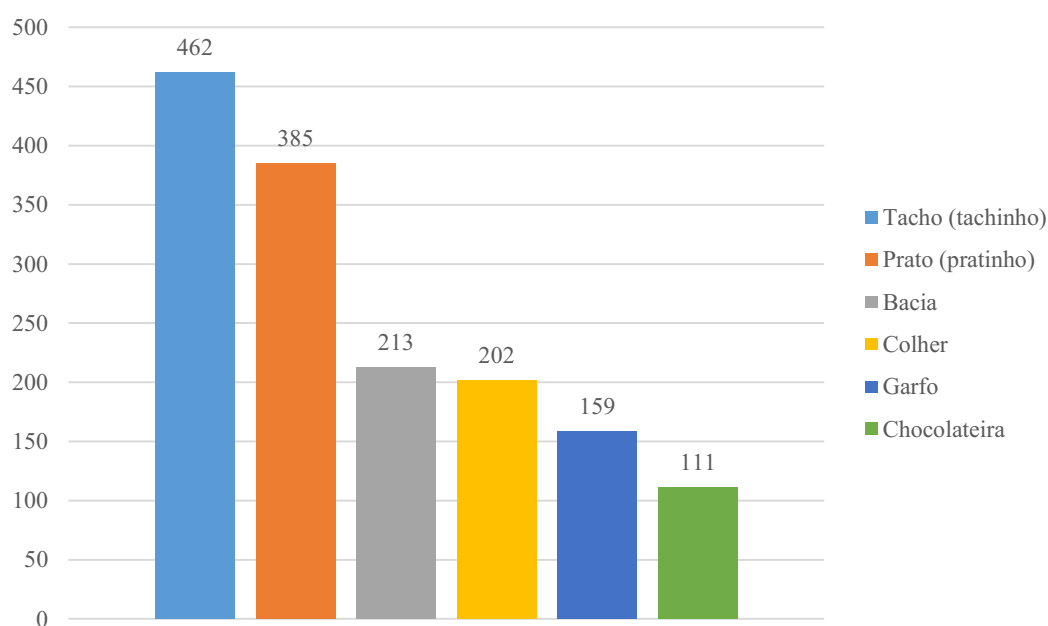
¹⁴⁸⁹ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.8, p. 14.

¹⁴⁹⁰ RODRIGUES, Domingos. *A Arte de Cozinha*. Rio de Janeiro: Tipografia de J. J. Barroso e Comp. 1838.

¹⁴⁹¹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro*: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850). 2ª Ed. Belo Horizonte, Fino Traço: 2014, p. 137.

Segundo o mestre de cozinha Lucas Rigaud, em seu livro *O Cozinheiro Moderno*, publicado em Lisboa em 1780, os tachos também seriam os recipientes ideais para se “clarificar açúcar para toda qualidade de doces”.¹⁴⁹² Sua presença era indispensável nas cozinhas mineiras, servindo tanto no preparo de alimentos salgados, quanto na elaboração do suprimento de doces para casa, ou como um instrumento profissional indispensável para doceiras e negras de tabuleiro.

Gráfico 26 - N° de Inventários com "Utensílios Domésticos mais Frequentes" (f. ≥ 100)



Fonte: BDITCRV.

Os tachos podiam ser encontrados em vários tamanhos: pequenos, médios e grandes – como se pode observar na Figura 63. Nos Inventários predominavam aqueles descritos como pequenos, a exemplo dos “tachinhos” encontrados em 44 Inventários, e dos “tachos pequenos” (97), seguidos polos tachos grandes (70) e os médios (1). A maioria, porém, foi descrita simplesmente como “tacho”, sem especificar o tamanho.

¹⁴⁹² RIGAUD, Lucas. *O Cozinheiro Moderno*, ou nova Arte de Cozinha, p. 287. *Apud.* FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2015), p. 255.

Figura 66 – Tacho de Cobre Pequeno, Médio e Grande



Fonte: “Tachos de cobre com alça de bronze”, Antiquário Nobre Decadência – Tiradentes (MG). Disponível em: <http://www.nobredecadenciaantiquario.com.br> (acesso, abril de 2019).

O cobre foi o material mais empregado neste tipo de bem, especificado em ao menos 80% (370) das descrições. Inserindo-se em uma economia fortemente metalista, esse material era fator decisivo na atribuição de valor dos utensílios domésticos, independente do uso atribuído ao objeto, pois podia ser desmanchado e aproveitado na produção ou concerto de outros artefatos. A grande possibilidade de “metamorfose” dos objetos de metal dificulta a possibilidade de datação dos artefatos subsistentes. Todavia, algumas formas, como as dos tachos de cobre, parecem ter perdurado sem muitas alterações em Minas Gerais do século XVIII até o tempo presente. Os tachos também podiam ser confeccionados em barro, porém, esses não constam nos Inventários de nossa amostra. Outros materiais poderiam ser empregados, como o arame: uma “composição de metais, de que resulta um amarelo”, formada por “cobre vermelho com calamina [zinco]”¹⁴⁹³; no entanto, só encontramos duas menções de tachos produzidos com essa liga. No final do século XVIII, Moraes Silva afirmava que o tacho era um “vaso de cobre, ou arame, com azas nascidas das bordas, para aquecer água e outros

¹⁴⁹³ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 1, p. 170.

usos”.¹⁴⁹⁴ Essa definição diferia daquela elaborada por Bluteau no começo do século, pois excluiu o emprego do barro, podendo indicar que o uso desse material na confecção de tachos progressivamente foi abandonado, ao menos nos principais centros da metrópole. A definição de Luiz Maria da Silva Pinto, do início do século XIX, considerava o tacho como um “vaso ordinariamente de cobre com asas nas bordas, que tem vários usos”¹⁴⁹⁵. Baseando-se nas descrições dos dicionaristas, e diferente do que à primeira vista se poderia imaginar, podemos deduzir que o cobre, mesmo que empregado amplamente no Setecentos, se firmaria como material por excelência na confecção de tachos somente no século XIX.

Figura 67 – Antigos Pratos de Estanho



Fontes: “Prato, estanho, decoração gravada, português, século XVIII”, Cabral Moncada Leilões – Lisboa. Disponível em: <https://www.cml.pt> (acesso, abril de 2019). “2 Pratos e Taça em estanho antigo”, Disponível em: <http://www.trocadero.pt> (acesso, abril de 2019).

Os pratos constam na segunda colocação entre os utensílios domésticos mais frequentes (Gráfico 26), mencionados em 385 (80,70%) dos 539 espólios com esse tipo de bem, e em 47,88% dos 804 Inventários. O prato, recipiente “em que se põe o comer

¹⁴⁹⁴ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 749

¹⁴⁹⁵ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, s/p.

na mesa”¹⁴⁹⁶, era utilizado preferencialmente como suporte para alimentação, e parte central nos rituais de comensalidade (Figura 67). Todavia, também poderiam ser aproveitados em certos preparos, como reminiscências de sua própria origem: “um vaso de cozinha, em que se cosia a carne, e com ela dentro se trazia a mesa com seu tapador”.¹⁴⁹⁷ Domingues Rodrigues utiliza-o como um instrumento auxiliar em sua receita de “Bolo de Ovos”. O mestre prescrevia que, depois de “coalhar” duas ou três dúzias de gemas em um “tachinho alto”, com açúcar em “ponto de espanada”, “escoram-lhe o açúcar e ponha-se a tomar cor no mesmo tacho, vire-se em um *prato*, e ponha-se a corar da outra”.¹⁴⁹⁸

Quanto aos tamanhos, quando informados, prevaleceram os Inventários em que constam pratos grandes (27) seguidos por aqueles com pratos pequenos (25) e os pratinhos (3). Nos documentos em que os tamanhos não foram especificados, e que correspondem à maior parte dos Inventários, muito provavelmente foram avaliados pratos correntes, intermediários ou médios. Nos primeiros servia-se a comida, pois como explica Moraes Silva, “há pratos grandes, em que ela vem, e menores, em que se come”.¹⁴⁹⁹

Esses artefatos também foram descritos de acordo com suas profundidades. A maioria dos espólios com esse tipo de informação continha os pratos ditos de “meia covinha” (ou meia cozinha) (126), seguidos pelos “pratos fundos” (68), e alguns “pratos rasos” (12). É expressiva a quantidade de espólios com pratos de concavidades proeminentes (meia covinha e fundos, 172 Inventários). Eles materializavam a preferência do paladar mineiro por uma forma específica de preparo dos alimentos, os ensopados ou guisados. Demarcariam também o ritual de consumo do principal sustento alimentar das Minas Setecentistas: o feijão com toicinho, farinha de milho ou farinha de mandioca.

Quanto aos materiais com os quais eles foram confeccionados, nos Inventários foi majoritária a menção aos “prato(s) de estanho” (108) (Figura 67), seguidos pelos prato(s) de louça (41), tanto fina quanto de menor qualidade. Existiam também

¹⁴⁹⁶ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.6, p. 674.

¹⁴⁹⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁹⁸ RODRIGUES, Domingos. *Op. Cit.* (1838), p. 135.

¹⁴⁹⁹ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 484.

Inventários com “pratos de cobre” (3) e “pratos de pedra” (3). Em um desses documentos constou: “10 pratos de guardanapo de pó de pedra brancos”. Já os “pratos de pau” e os “pratos de barro”, com os quais, certamente, a maior parte da população, pobre, comia, apareceram apenas uma vez cada um, em dois Inventários distintos. Eles foram avaliados justamente por pertencerem ou a um inventariado pobre, ou a um inventariado de origem pobre com ascendência menosprezada. Exemplo do primeiro caso foi o barbeiro¹⁵⁰⁰ Antônio Luís de Queirós, “branco”, que em 1786 era morador na rua de Baixo da vila de Pitangui. Aos herdeiros, dentre outros bens, deixou “dois pratos de pau”. O monte-mor de seu Inventário somaria apenas 331\$098 réis.¹⁵⁰¹ No segundo caso podemos citar o pequeno minerador¹⁵⁰², Joaquim da Mota Campos, “pardo”, morador no arraial de Raposos, que não morreu pobre, porém era filho natural de uma “preta forra”. Em 1780 ele deixou aos seus herdeiros “três pratos de barro”¹⁵⁰³, junto com outros bens que somaram uma boa fortuna, avaliada em 4:159\$233 réis. Poderíamos classificar esses dois Inventários como exemplos típicos de um “excepcional normal”, seguindo a terminologia da micro-história formulado por Edoardo Grendi.¹⁵⁰⁴ Ambos são documentos que aparentemente mostram uma realidade excepcional, mas apresentam uma prática material comum ao cotidiano de grande parte da população: comer em pratos confeccionados com materiais de baixo custo. A diferenciação entre esses materiais era indício da riqueza ou pobreza; mas também do grau “civilizacional” de uma casa ou família. Todavia, é importante ressaltar que muitos indivíduos da sociedade colonial traziam de suas próprias culturas outras formas e rituais que lhes seriam mais adequados ao consumo de alimentos. Podemos citar o ato de “comer na cuia” como uma dessas práticas. Segundo Moraes Silva, “cuia” era a palavra com origem na “língua geral do Brasil”¹⁵⁰⁵ – o tupi, e “nas colônias portuguesas”, seria “o cabaço aberto pelo meio, e limpo do miolo” que “serve de prato

¹⁵⁰⁰ Dentre seus poucos bens, possuía “um estojo com 10 navalhas” e outro “estojo com 06 navalhas”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Luís de Queirós, 1786, em “Utensílios Profissionais”.

¹⁵⁰¹ O que, segunda a classificação de Santos, o inseria entre os inventariados pobres, aqueles que detinha fortunas até 999\$999 réis. SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 82 – 83.

¹⁵⁰² Entre seus “utensílios profissionais” constam dois almocafres e uma alavanca, na “partilha” de seus bens, deixou uma boa quantidade de ouro em pó e ouro lavrado a seus herdeiros. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joaquim da Mota Campos, 1780.

¹⁵⁰³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joaquim da Mota Campos, 1780.

¹⁵⁰⁴ CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na História. MNEME – Revista de Humanidades, 11(28), 2010 – AGO / DEZ. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/download/1045/992/> (Acesso: março de 2019). p. 39.

¹⁵⁰⁵ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 1, p. 508.

em que se come, de vaso covado para se beber por ele etc.” Para Bluteau, cuia era “o vaso de barro, em que come o *gentio* do Brasil”¹⁵⁰⁶. Também se comia direto do próprio recipiente no qual se preparou o alimento, a exemplo do que parece ter sido prática corrente entre as populações escravizadas.

Os pratos de louça constaram em 41 Inventários como “prato(s) fino(s)” (20), “prato(s) de louça” (7)¹⁵⁰⁷, “prato(s) da índia” (12)¹⁵⁰⁸, “pratinhos da índia” (1) e “pratos brancos finos de louça” (1). Tais utensílios começaram a surgir, nesses documentos, em meados do século XVIII, com frequência cada vez maior no fim dessa centúria (Figura 81). Eram fortes ícones do processo civilizador e do ideal de valorização da domesticidade que se acentuava no fim da Idade Moderna. Vamos analisa-los em tópico separado, junto com outros vestígios matérias das mudanças que atuaram no limiar entre o “trem de cozinha” e a “baixela” da casa. Por ora, é suficiente concluir que, de uma forma geral, os inventariados com fortunas medianas comiam em pratos de estanho; quando tinham alguma riqueza a mais, utilizavam-se também dos pratos de louça. Por outro lado, quando tinham poucos recursos ou outra herança cultural, comiam em pratos de pau ou de barro, em cuias, diretamente dos recipientes onde os alimentos foram confeccionados etc.

Dos utensílios domésticos mais frequentes nos Inventários, em terceiro lugar, porém bem abaixo dos “tachos” e “pratos”, constavam as “bacias” (Figura 68). Elas estavam presentes em 213 (39,51 %) dos 539 espólios com essa categoria de bens, e em 26,49% dos 804 Inventários do banco de dados (Gráfico 26). Segundo a definição de Moraes Silva, a bacia era um “vaso de barro, ou metal, fundo, redondo ou oval; serve de ter água para as mãos, e outras lavagens, fazer as barbas, e outros usos”.¹⁵⁰⁹ Apesar de serem aproveitadas nas cozinhas para a confecção de alguma receitas portuguesas, como o “Bolo de Bacia”,¹⁵¹⁰ ou mesmo como forma de ir ao forno¹⁵¹¹; o dicionarista esclarece que a principal função desses recipientes destinava-se às diversas “lavagens”. As descrições dos bens corroboram esses vários usos.

¹⁵⁰⁶ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.2, p. 648.

¹⁵⁰⁷ Aparecem como “pratos de louça” (4); “prato de louça” (2); “prato grande de louça” (1);

¹⁵⁰⁸ Aparecem como “prato da índia” (3); “pratos da índia” (7); “pratos pequenos da índia” (1); “pratos rasos da índia” (1).

¹⁵⁰⁹ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 1, p. 250.

¹⁵¹⁰ RODRIGUES, Domingos. *Op. Cit.* (1838), p. 136.

¹⁵¹¹ *Idem*, p. 69; 126; 130; 132; 133; 134.

Figura 68 – Antigas Bacias de Cobre



Bacia de Cobre com 30 cm de diâmetro e 7 cm de profundidade.

Bacia de Cobre com 64 cm de diâmetro.



Fonte: “Antigo tacho¹⁵¹² de cobre com alça. Brasil século 19/20. 30 x 7 cm” e “Antiga e grande bacia em cobre martelado. Brasil século 19. 64 cm diâmetro”, RG Artes e Antiguidades – Indaiatuba / SP. Disponível em: <http://www.rgleiloes.com.br> (acesso, abril de 2019).

Do campo culinário, constavam nos Inventários as “bacias de fazer pão” (2), uma “bacia de arame de fazer café” (1), no entanto, a maioria desses documentos fazia menção a “bacias de fazer pão de ló” (13). Vale informar que pelas descrições, sempre que se fez referência ao material com o qual as bacias eram confeccionadas, apareceu o cobre (9) (Figura 68). Se levarmos em consideração a receita de Domingos Rodrigues, essas bacias de cobre serviam também como fôrma de ir ao forno:

Pão de ló fofo

Tomarão um arrátel de açúcar limpo, e se deitará em um tacho, e lhe deitarão em cima do açúcar quinze ovos, e se baterá com batedor, ou colher muito bem, até que fique grosso; e tanto que estiver grosso, se mandará saber ao forno se está preparado, e então se lhe deitarão três quartas de farinha em pó pesada, e se tornará a bater muito bem, que se não deixe assentar a farinha no fundo; e tanto que estiver bem batido, *se deitará em bacia, ou no que houver de ir ao forno*, batendo-lhe sempre no fundo até que entre no forno para não assentar a farinha.¹⁵¹³

¹⁵¹² Apesar do antiquário utilizar a terminologia “tacho” para classificar o objeto, ao que parece, trata-se uma “bacia” de ir ao forno. Possivelmente, uma “bacia de pão de ló”.

¹⁵¹³ *Idem*, p. 139.

À exceção de uma inventariada do ano de 1738¹⁵¹⁴, os demais documentos que mencionam “bacias de fazer pão de ló” são da segunda metade do século XVIII. Alguns desses recipientes pertenciam a inventariados classificados como “brancos” (4) (dentre eles três portugueses);¹⁵¹⁵ ou a grandes e médios agropecuaristas, com “cor da pele” omitida (3).¹⁵¹⁶ Como exemplo dos primeiros, podemos citar o português Thomaz de Souza Raposo, natural da freguesia de N. Sra. do Desterro, termo de Santarém. No ano de 1763 ele era morador do Arraial Velho (atual bairro de Sabará), na estrada para Raposos. Ao que parece, no começo de sua empreitada no novo mundo, Thomaz foi um pequeno minerador; posteriormente também viria a empregar alguns de seus vários escravizados (15) em uma “tenda de ferreiro”¹⁵¹⁷, muito bem equipada. Dentre os vários bens que deixou para os filhos e esposa, Maria Francisca de Oliveira (ou Raposo), constava “uma bacia de fazer pão de ló”.¹⁵¹⁸ Doze anos depois, Mariana Francisca de Oliveira, classificada como “parda”, já sem o nome do marido, e casada em segundas núpcias, deixaria para seus herdeiros, dentre outros bens, “um tacho e uma bacia de fazer pão de ló, de cobre”.¹⁵¹⁹

Tudo indica que, como observado na trajetória familiar de Maria Francisca, o pão de ló (que na verdade é um bolo), tão ao gosto do paladar português, conquistou também a preferência dos mineiros na segunda metade do Setecentos. Prova disso foi que a maioria dos artefatos próprios para sua preparação pertenciam a pessoas classificadas como pardas ou pretas(6),¹⁵²⁰ todas elas mulheres, duas delas, forras¹⁵²¹. Algumas, muito provavelmente seriam “negras de tabuleiro”, que em meio a vários

¹⁵¹⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Barbosa, 1738.

¹⁵¹⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Thomaz de Souza Raposo, 1763; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Queiroz Seixas, 1766; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Ferreira Chaves, 1782.

¹⁵¹⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Francisco Ribeiro, 1744; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Pinto Carneiro. 1786; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796; Inventário *post-mortem* de Ana Maria de Jesus, 1796.

¹⁵¹⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Thomaz de Souza Raposo, 1763. Entres os “utensílios profissionais”.

¹⁵¹⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Thomaz de Souza Raposo, 1763.

¹⁵¹⁹ Inventário *post-mortem* de Mariana Francisca de Oliveira, 1775.

¹⁵²⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Josefa de Souza Freire, 1770; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joana Camella, 1774; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Mariana Francisca de Oliveira, 1775; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Catharina Teixeira da Conceição, 1788; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Esperança Pereira do Lago, 1793.

¹⁵²¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Josefa de Souza Freire, 1770, (preta forra); BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joana Camella, 1774, (parda forra).

outros quitutes, venderiam o pão de ló¹⁵²², garantindo o sustento de sua família. Moradora do Arraial Velho, freguesia de Raposos – Esperança Pereira do Lago, parda, viúva, certamente foi uma dessas. Dentre os bens de seu Inventário realizado no ano de 1793, constava, além de um “tabuleiro grande”¹⁵²³, uma “bacia de cobre de fazer pão de ló pesando quatro libras”.¹⁵²⁴

A maior parte das bacias que apareceram nos Inventários não estavam diretamente ligadas ao campo do fazer culinário, mas sim aos rituais de consumo de alimentos. Como vimos, seguindo a própria definição da palavra, elas eram, de um modo geral, empregadas em diversas lavagens. Os documentos denotam essa materialidade e diferentes usos.

A “bacia de aguar as mãos” (ou de água às mãos) era um artefato crucial nos rituais de comensalidade. Geralmente acompanhava-lhe um jarro (ou gomil) “que serve de deitar água as mãos”¹⁵²⁵. Esses artefatos eram utilizados antes e após as refeições, como símbolo de “civildade” nas cortes europeias desde o período medieval. Vulgarizaram-se entre outras classes sociais durante a Idade Moderna, sobretudo, a partir da divulgação do tratado *De Civilitate Morum Puerilium*, de 1530, escrito por Erasmo de Roterdã, e que tinha como objetivo orientar a “civildade” de jovens aristocratas.¹⁵²⁶ Durante toda a Modernidade surgiram outros tratados inspirados nas tradições de corte medieval e na obra de Erasmo. Essas obras seriam cruciais às mudanças sociais no “controle das emoções”¹⁵²⁷, através de práticas, pensamentos e gestos, as quais Norbert Elias denominou como “o processo civilizador”. Desta forma, nos termos de Daniela Romagnoli: “um bom anfitrião providencia[va] duas vezes — no

¹⁵²² Nesse período, a escassez predominava, e a indicação do uso de certo objeto certamente correspondia ao seu emprego de fato, diferindo do que muitas vezes acontece em nossos lares hoje, entulhados de objetos que raramente ou nunca são utilizados. Portanto, o mais provável é que todas essas bacias de pão de ló fossem rotineiramente empregadas na confecção desse alimento.

¹⁵²³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Esperança Pereira do Lago, 1793. No banco de dados em “bens móveis”.

¹⁵²⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Esperança Pereira do Lago, 1793.

¹⁵²⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Teixeira de Queiroz, 1783.

¹⁵²⁶ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 71; 79; 83; 99.

¹⁵²⁷ ELIAS, Norbert. *Op. Cit.* (1994), p. 94.

início e no fim da refeição — água para lavar as mãos e troca pelo menos uma vez os guardanapos”.¹⁵²⁸

Os Inventários assinalaram que *o processo civilizador* também operava nas colônias portuguesas da América de forma significativa. No banco de dados, entre os utensílios domésticos, quase 10% dos Inventários (83) continham bacias de lavar as mãos. Algumas eram diretamente vinculados a esse uso (33), como a “bacia de aguar as mãos” (7), a “bacia e gomil de aguar as mãos”(1), ou outras variantes semelhantes.¹⁵²⁹ Também constavam Inventários com os dois artefatos associados – jarro e bacia (50), sem referência à “água” ou “mãos”, mas que certamente serviram para funções semelhantes, a exemplo da “bacia e jarro de estanho”(13); “jarro e bacia de estanho”(8) e suas variantes.¹⁵³⁰

Assim como nos pratos, quando mencionado, o material mais empregado na confecção desses artefatos foi o estanho (Figura 69). Os avaliadores, ao descrever os bens de Manoel Maciel, em 1750, foram claros quanto a isso: o referido inventariado possuía “uma bacia e jarro de aguar mãos *da moda de estanho*”.¹⁵³¹ Surgiram também alguns poucos exemplos feitos de “latão” (2), que, do mesmo modo que o arame, era um “metal artificial que se faz com cobre vermelho e de calamita [zinco], mineral que

¹⁵²⁸ ROMAGNOLI, Daniela. Guarda no sii vilan: as boas maneiras à mesa. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 383.

¹⁵²⁹ “Bacia e jarro de aguar as mãos” (6); “Uma bacia e jarro de água de estanho” (2); “Um jarro e bacia de aguar” (1), “uma bacia e jarro de prata para lavar as mãos” (1), “jarra e uma bacia de aguar as mãos” (1); “uma bacia e jarro para lavar mãos” (1) “jarro e bacia de estanho de aguar mãos” (1); “uma bacia e jarro de estanho de aguar as mãos” (1); “um jarro e bacia de água as mãos de estanho” (1), “uma bacia de jarro de estanho de botar água as mãos em bom uso” (1); “uma bacia e gomil de estanho velho de aguar as mãos” (1); “uma bacia de água-mãos com jarro” (1); “uma bacia de mão de estanho com seu jarro” (1); “um jarro e bacia de água de mãos muito remendado” (1); “uma bacia e jarro de estanho que serve de deitar água as mãos”(1); “uma bacia e jarro de água” (1); “um jarro d’água com sua bacia” (1); “uma bacia de jarro de estanho de botar água as mãos em bom uso” (1). “uma bacia com jarro de água usado” (1);

¹⁵³⁰ “Bacia e um jarro de estanho” (3); “jarro bacia” (3); “uma bacia e um jarro de estanho” (2), “um jarro e uma bacia” (2); “um bacia de latão e um jarro” (1); “um bacia de estanho com jarro de boca larga” (1); “um bacia com jarro de estanho” (1); “duas bacias de estanho com seus jarros” (1); “um bacia e um jarro de prata” (1); “um jarro, um bacia de estanho” (1); “um jarro com sua bacia de estanho” (1); “um jarro, um bacia de estanho” (1); “um jarro/um bacia de estanho” (1); “um jarro e uma bacia” (1); “um jarro e uma bacia velha de estanho” (1); “duas jarros com bacia de estanho” (1); “um bacia e um jarro de latão” (1); “um bacia com jarro” (1); “um bacia e jarro” (1); “um bacia, um jarro” (1). “uma bacia de estanho com gomil” (1); “uma bacia e gomil de estanho” (1); “uma bacia de arame com seu gomil” (1).

¹⁵³¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Maciel, 1750.

lhe dá maior peso”¹⁵³² e cor “amarela”.¹⁵³³ Pouquíssimos privilegiados (5)¹⁵³⁴ poderiam ainda ostentar, junto à baixela, “uma bacia e jarro de prata para lavar as mãos”.¹⁵³⁵

Figura 69 – Antiga Bacia e Jarro de Estanho “de Água as Mãos”



Fonte: “Antiga jarra com bacia em estanho”, Garbo Decoração e Antiguidades – Viamão/RS. Disponível em: <http://www.ogarimpador.com.br> (acesso, abril de 2019).

Tais objetos foram encontrados em espólios durante todo o século XVIII, em frequência regular, tendendo a crescer de meados ao fim da centúria, porém, sua distribuição não era muito democrática. Entre os 19 inventariados que possuíam jarros e bacias, designados especificamente como de “aguar” as mãos, muitos eram portugueses que traziam de sua terra longa experiência de contato com uma “sociedade de corte”. Porém, nas heranças com esses objetos, o fator econômico era decisivo; apenas uma herança não registrou fortuna superior a um conto de réis: a da “preta forra e demente” Maria Correa.¹⁵³⁶ Exceção elucidativa, pois indica que a prática de se lavar as mãos com jarro e bacia também se divulgava na Colônia entre outros estratos sociais.

¹⁵³² BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.5, p. 49.

¹⁵³³ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 207.

¹⁵³⁴ Duas dessas bacias e jarros de prata encontram-se no banco de dados entre os bens classificados como “utensílios domésticos”, as outras três se encontram entre os “objetos de ouro e prata”.

¹⁵³⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Tavares Pereira, 1749.

¹⁵³⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Correa, 1789.

É questionável que os rituais de se lavar as mãos antes de comer, assim como outros costumes ligados ao processo civilizador, estivessem diretamente ligados a uma crescente noção de higiene. Como Elias esclarece:

O que se observa é apenas que a “delicadeza”, ou melhor, o patamar do embaraço – está avançando. Juntamente com uma situação social muito específica, os sentimentos e emoções começam a ser transformados na classe alta, e a estrutura da sociedade como um todo permite que as emoções assim modificadas se difundam lentamente pela sociedade. Nada indica que a condição afetiva, o grau de sensibilidade, sejam mudados pelo que descrevemos como “evidentemente racional”, isto é, pela compreensão demonstrável de dadas conexões causais. (...) Não há dúvida de que a delicadeza de sentimentos é sob pressão da situação de corte, isto de uma maneira que mais tarde será parcialmente justificada por estudos científicos, mesmo que grande parte dos tabus que as pessoas gradualmente se ampliem em seus contatos recíprocos, parte está muito maior do que em geral se pensa, não tenha a menor ligação com a “*higiene*”, sendo motivada – ainda hoje apenas por uma “delicadeza de sentimentos”.¹⁵³⁷

Outros tipos de bacias descritas nos Inventários vinculavam-se a práticas que hoje podemos classificar como higiênicas. Em seis Inventários encontramos bacias de tomar banho, como a “bacia de arame grande de tomar banho”, que em 1764 pertencia à Joanna Clara da Fonseca.¹⁵³⁸ Duas destas foram descritas como grandes e de cobre. As bacias grandes que aparecem nos Inventários poderiam servir para esse fim (8), assim como “uma gamela grande de tomar banho”¹⁵³⁹. Encontramos dois espólios com “gamelas de banho”, em sete constavam gamelas grandes que também poderiam ter a mesma utilidade. Porém, ninguém chegou ao exagero do português, comerciante de grosso trato, Matias de Crasto Porto, que, em 1742 possuía “uma bacia de banho de prata”¹⁵⁴⁰. Os avaliadores especificaram o uso de outras bacias, apontando a versatilidade desse utensílio. Encontravam-se “bacias de barba” (18), de “barbear” (3)¹⁵⁴¹ ou “bacia de barbeiro” (1); “bacias de sangria” (3); “bacias de urinar” (6), “bacias

¹⁵³⁷ ELIAS, Norbert. *Op. Cit.* (1994), p. 123.

¹⁵³⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joanna Clara da Fonseca, 1764.

¹⁵³⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Costa Barreto, 1751.

¹⁵⁴⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Matias de Crasto Porto, 1742. Consta nos bens classificados como “objetos de ouro e prata”.

¹⁵⁴¹ Uma delas descrita no banco de dados como “uma bacia de prata de fazer a barbar gomada com um gomil gomado”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Catherina da Encarnação, 1734.

de pé de cama” (27) e “uma bacia de cobre de poltrona”, estes três últimos serviriam para auxílio a funções fisiológicos.

As colheres alcançaram a quarta colocação entre os utensílios domésticos mais frequentes nos Inventários (Gráfico 26). Estavam presentes em 202 (37,47%) dos 539 espólios com essa categoria de bens, e em 25,12% dos 804 Inventários do banco de dados. Esse “instrumento por uma parte côncavo, com que se metem cousas líquidas na boca”¹⁵⁴² poderia tanto ser um artefato ligado ao cotidiano da comensalidade ou seus rituais, quanto à preparação e confecção de alimentos. As colheres que aparecem nos Inventários foram descritas, principalmente, devido ao material do qual eram feitas. Na maioria das casas que possuíam esse utensílio, utilizavam-se as “colheres de latão” (94 Inventários), que, como vimos, era uma liga metálica composta de cobre e zinco¹⁵⁴³ resultando em uma cor “amarela”.¹⁵⁴⁴ Ao que tudo indica, seriam empregadas, como na definição de Bluteau, para a ingestão de alimentos líquidos. Seguiram-se as descritas apenas como “de metal” (35), “ferro” (10), “estanho” e “cobre” (1). Diferentemente das outras, podemos dizer que as de ferro e cobre, muito provavelmente, serviam para a confecção de alimentos. A qualidade dos materiais do qual eram constituídas, as distinguiam daquelas utilizadas para levar “cousas líquidas na boca”. Foi o que atestou a “colher de ferro *de derreter toucinho*”,¹⁵⁴⁵ que em 1791 pertencia ao tropeiro português, Domingos Alves Lanhoso¹⁵⁴⁶, morador no retiro da fazenda de São Gonçalo, caminho da Barra do Rio das Velhas (atual município de Lassance).

Encontramos informação quanto ao tamanho das colheres apenas no Inventário do capitão, e grande minerador, José de Souza Porto. Quando ele faleceu, no ano de 1766, contavam “sete colheres *pequenas de beber chá*”¹⁵⁴⁷ entre os bens de sua grande

¹⁵⁴² BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.2, p. 371.

¹⁵⁴³ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.5, p. 49.

¹⁵⁴⁴ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 207.

¹⁵⁴⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Alves Lanhoso, 1791.

¹⁵⁴⁶ Deduzimos que se tratava de um tropeiro devido aos bens de seu inventário ne no banco de dados foram classificados como “utensílios profissionais”, a saber: “2 Pares de brucacas, 2 surrões de sol, 6 cangalhas aparelhadas, 1 cangalha desaparelhada, 1 quarta de medir farinha, 1 prato de pau de medir farinha”; dentre os animais, aparecem 10 equinos, sem maiores detalhes se muares ou cavalares. Seu monte-mor totalizou 274\$430 réis, porém, no campo de “observações” da ficha de seu inventário constam “autos de apreensão e arrecadação de parte dos bens”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Alves Lanhoso, 1791.

¹⁵⁴⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José de Souza Porto, 1766.

fortuna,¹⁵⁴⁸ que seria administrada pelo reverendo doutor José Correa Silva, curador do Inventário. Tratava-se do mesmo padre que por volta de 1773 construiria a mais imponente e requintada casa de sobrado da vila de Sabará, o Solar do Padre Correa (atual prédio da prefeitura) (Figura 10), demonstrando a inserção do capitão e sua família entre os “homens bons da terra”, e seus costumes.

Em 35 Inventários constam “colheres de prata” entre os “utensílios domésticos”. Trata-se de uma classificação ambígua, tendo em vista que no banco de dados existe a categoria de “objetos de ouro e prata”, na qual elas deveriam ser enquadradas. Como veremos, o mesmo se pode dizer sobre os “garfos de prata”. Ambos serão analisados mais adiante entre os bens que compunha a baixela.

Por fim, no campo diametralmente oposto, mas não menos importante, constaram três Inventários com “colheres de pau”, um deles especificando-as como de “pau branco”. Elas poderiam emular o formato das colheres de metal. Como no que foi dito sobre “pratos de pau”, com os quais, certamente, comia a maior parte da população, no que se referem às colheres, não seria diferente. Prova disso é que ambos, pratos e colheres de pau, aparecem no mesmo espólio, caso que consideramos como um “excepcional normal”: aquele que pertencera a um barbeiro branco e pobre da vila de Pitangui: Antônio Luís de Queirós.¹⁵⁴⁹ Eles raramente apareceriam avaliados entre os bens devido ao baixo custo do material dos quais seriam confeccionados. Por outro lado, quando em grandes quantidades, poderiam ser avaliados, como aconteceu com as “13 colheres de pau branco” que constavam no Inventário do português rentista de escravos¹⁵⁵⁰, Manoel da Costa Barreto. É possível que algumas destas colheres servissem para a produção de alimentos, que seriam vendidos pelas escravizadas que moravam com ele, em sua “casa de sobrado” na rua Direita da vila de Sabará. Dentre estas, duas eram coartadas, ou seja, estavam pagando sua alforria e prestavam serviços para isso: Teresa, “courana” e Micaela, “mulata”. Maria, também “courana”, já estava

¹⁵⁴⁸ Seu monte-mor somou 22:936\$861.

¹⁵⁴⁹ Seu monte-mor foi avaliado em apenas 331\$098 (BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Luís de Queirós, 1786), portanto um valor inferior ao limiar da pobreza, conforme Santos: 999\$999 réis. SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 82 – 83.

¹⁵⁵⁰ Entre os seus 26 escravizados, no momento do inventário, 5 estavam arrendados, dentre esses, dois “ferradores”, Manoel, crioulo e Inácio, mulato; duas eram “coartadas”, ou seja, estavam pagando sua alforria e prestavam serviços para isso. Consta também José, mina, “oficial de carapina” que certamente prestaria serviços para fora, mas quando do inventário não estava arrendado. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Costa Barreto, 1751.

alforriada quando do Inventário. Quando em 1751 Manoel Barreto faleceu, solteiro, sem filhos legítimos, Felipe Neri da Costa, de 20 anos, entrou com uma petição, que foi aceita, pedindo para ser reconhecido como seu herdeiro, pois era filho deste com a escrava Joana, de nação “Mina”. No mesmo documento foi apresentada outra petição, na qual Felipe da Costa alega que entre os bens que comportavam a partilha, constavam dois escravos por nomes Bibiana (“mulata”, de 7 anos) e Simão (“mulato”, de 4 anos), e que estes afirmavam serem seus irmãos, razão pela qual solicitou que lhes fossem designados na partilha para que ele pudesse lhes conceder alforria.¹⁵⁵¹ A família “mulata” que herdou ao menos parte da fortuna de 2:857\$012 réis deixados pelo português, junto a outros escravizados que viviam em seu sobrado da rua Direita, como a costureira Maria, “crioula” e o oficial de carapina José, “mina”, poderiam também utilizar algumas dessas “colheres de pau” em sua alimentação.

Os “garfos” aparecem na quinta e penúltima colocação entre os utensílios domésticos mais frequentes (Gráfico 26), mencionados em 159 (29,49%) dos 539 espólios com esse tipo de bem, e em 19,77% dos 804 Inventários. Como já foi dito, analisaremos esse artefato à parte (juntamente com a baixela e louça fina), como um dos principais indícios do importante papel da domesticidade nas mudanças sociais ocorridas nas habitações do fim da Idade Moderna, e das especificidades do “processo civilizador” em um território colonial da América Portuguesa.

Por fim, na sexta e última posição do *ranking* dos utensílios domésticos mais frequentes nos Inventários, constava a “chocolateira”, presente em 111 (19,85%) dos espólios com esse tipo de bem, e em 13,8% dos Inventários. Esse artefato não constava no dicionário de Rafael Bluteau, do começo do século XVIII. Sua definição viria a aparecer somente no final dessa centúria, na ampliação e modernização do dicionário implementada por Antônio de Moraes Silva, na qual se lê que a “chocolateira” era “um vaso de folha de cobre, ou de lata, que serv[ia] para fazer o chocolate”.¹⁵⁵² Apesar de que se descreve, como bem atentou José Newton Coelho Meneses, é muito provável que a grande maioria das chocolateiras arroladas nos Inventários mineiros setecentistas não servissem para fazer chocolate, mas sim para ferver líquidos de uma forma geral. Ainda

¹⁵⁵¹ No campo de “procedimentos judiciais” da ficha do inventário no banco de dados. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Costa Barreto, 1751.

¹⁵⁵² SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 1, p. 390.

que o requintado consumo de chocolate fosse conhecido pelos portugueses, e apesar desses artefatos estarem presentes em muitos Inventários, segundo Meneses: “é pertinente pensar que a chocolateira designava vasilhame próprio para aquecer a água nos processos variados da cozinha e no ato de servir café e chás”.¹⁵⁵³ Corrobora tal constatação a inexistência de qualquer referência ao cacau ou ao chocolate nos 804 Inventários da comarca de Sabará.

Figura 70 – Chocolateiras Antigas (séculos XVIII e XIX)



Fontes: “Chocolateira, França (Paris), 1789, Prata. Legado Barros e Sá, 1981. Inv. 1089”. Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) – Lisboa, fotografia do autor: dezembro de 2017. “Chocolateira alentejana antiga em cobre com pega de madeira”, Cascais – Portugal. Disponível em: <http://www.oportunidadeleiloes.com> (acesso, abril de 2019). “Antigas chocolateiras de cobre – cabo de madeira”, Brunetti Artes & Leilões, São Paulo/SP. Disponível em: <http://www.brunettiartes.com.br> (acesso, abril de 2019). Cozinha do Palácio Nacional da Pena, Sintra (Portugal), (foto do autor, dezembro de 2017).

A definição de Morais Silva indica que esse “vaso” seria confeccionado em “folha de cobre, ou lata”. Os avaliadores atestam que nas Minas Setecentistas prevaleciam as chocolateiras elaboradas em cobre (Figura 70). Em quase metade dos

¹⁵⁵³ MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2000), p. 117.

espólios (52) elas são descritas como sendo “de cobre”. Apareceu também uma “de estanho”, e nas demais o material de confecção não foi mencionado. Esses artefatos se pareceriam mais com o que hoje chamamos de “caneco”. Originalmente possuíam também uma “tampa”, para facilitar a fervura, e um “cabo”, que ajudaria a manter a mão afastada do fogo sob o recipiente (que também poderia ser afixado sob uma trempe própria para chocolateiras, ver figura 75). Esse *layout* é apresentado pelos avaliadores em descrições como uma “chocolateira com tampa e sem cabo”¹⁵⁵⁴ ou “pequena sem tampa e muito velha”¹⁵⁵⁵. Alguns remanescentes desses exemplares ainda podem ser observados no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. O exemplar da Figura 67, legado da família Barros de Sá, é uma peça francesa, datada de 1789, e confeccionada em material nobre, a prata, possuindo ainda todos os equipamentos necessários ao preparo do chocolate, que, diferente do que ocorria em Minas Gerais, era comumente consumido entre as elites lisboetas do século XVIII.¹⁵⁵⁶

As chocolateiras apareceram em Inventários durante todo o século XVIII, mas se multiplicam a partir da década de 1770. Provavelmente estavam associadas à disseminação do consumo do chá, e no final da centúria, do café. Ambos faziam parte dos rituais de comensalidade e sociabilidade de suma importância nas dinâmicas de valorização da domesticidade e nas mudanças sociais impetradas por novos comportamentos de consumo característicos do fim da Idade Moderna.

O “trem de cozinha básico” nas Minas Setecentista, também continha os utensílios que classificamos como “muito frequentes”. O primeiro deles, que apareceu em um número expressivo de Inventários (92), foi o “forno”. Como afirmamos no capítulo anterior, 22 estruturas como essas foram avaliadas junto com os bens imóveis, atestando a materialidade de uma “cozinha fragmentada”. Pela descrição desses artefatos, chegamos à conclusão de que a maior parte deles se constituía de artefatos que denominamos como “forno tupi”, composto por um grande tacho (a maioria das vezes de cobre), circular, raso e de fundo chato, afixado sob uma fornalha, e utilizado para torrar farinha (de mandioca ou milho) (Figura 68). Os fornos descritos como bens desvinculados dos imóveis não seriam diferentes. Em 78 Inventários eles foram

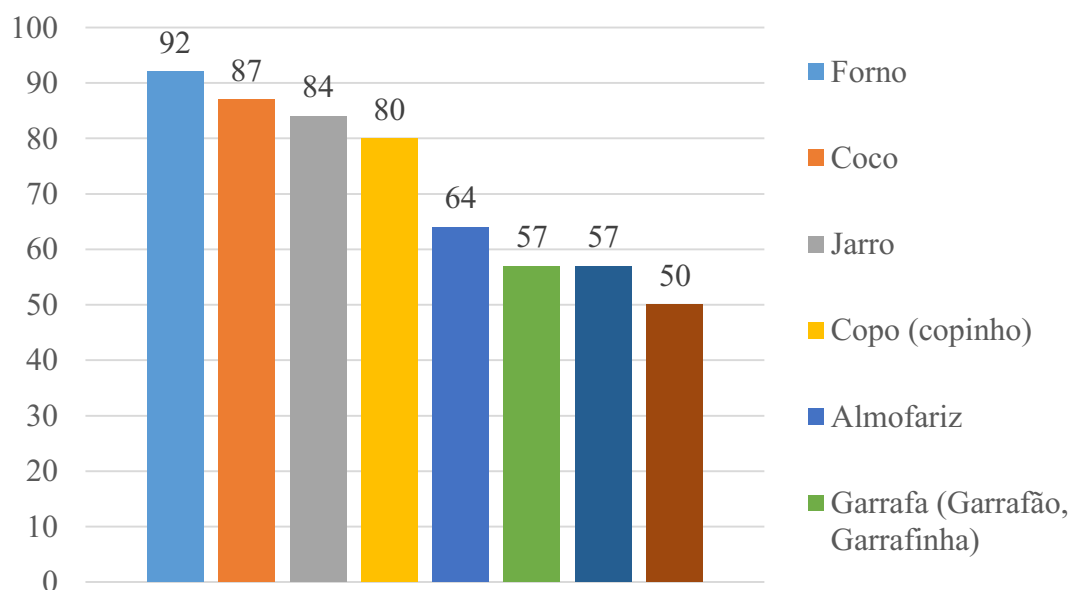
¹⁵⁵⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Rodrigues de Menezes, 1742.

¹⁵⁵⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira Gaia, 1796.

¹⁵⁵⁶ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2015), p. 177.

apresentados como “forno(s) de cobre”. Em muitas dessas descrições (29) os avaliadores especificaram-nos como um artefato voltado para produção de farinha. Em 24 documentos eles apareceram como “forno de *torrar* farinha”¹⁵⁵⁷. Isso indica que a principal função desse “tacho” que, por analogia, era chamado de forno, consistia na produção do “pão da terra”: a farinha de mandioca ou de milho. Em outros cinco Inventários ele foi descrito como “forno de fazer farinha”. No último quartel do século apareceram três espólios com “fornos de ferro”,¹⁵⁵⁸ que muito provavelmente seriam fornos de farinha, mas com tacho de ferro (Figura 71). Distintos desses, mas inserindo-se também no processo de especialização característico do final do século XVIII, apareceram alguns outros tipos de “fornos”. Esse foi o caso, por exemplo, de um “forno de mão”¹⁵⁵⁹, que poderia ser transportado, todavia não se pode concluir se servia para fazer farinha ou para assar alimentos. Também constou um “forno de tabaco”¹⁵⁶⁰, certamente utilizado na secagem de folhas de fumo.

Gráfico 27 - Nº de Inventários com "Utensílios Domésticos muito Frequentes" (f. ≥ 50 < 100)



Fonte: BDITCRV.

¹⁵⁵⁷ Um deles descrito como: “forno de cobre furado e muito velho em que se torrava farinha”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Francisco Moreira, 1783.

¹⁵⁵⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Francisco da Silva, 1776; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Monteiro da Pureza, 1796;

¹⁵⁵⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel de Oliveira, 1796.

¹⁵⁶⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

Em segundo lugar, entre os utensílios domésticos que classificamos apenas como “frequentes”, constavam os “cocos”, encontrados em 87 Inventários. Os antigos dicionaristas definiram-no apenas como “fruto do coqueiro”¹⁵⁶¹, não atentando que essa palavra também seria empregada para se referir a um recipiente no qual se bebia água, por analogia ao dito fruto e possivelmente também devido ao seu formato arredondado. Era essa sua função, como atestam as descrições de alguns Inventários (5), a exemplo do “coco de prata para beber água”¹⁵⁶² que em 1743 pertenceu ao capitão Manuel Lopes Machado. Diferente do coco do capitão, na grande maioria dos Inventários (76) constavam “cocos de cobre”. De outros metais apenas constou “um coco de estanho”.¹⁵⁶³ Eles se diferenciavam dos “copos” pela forma. Todavia, também poderiam ser afixados a um fino cabo comprido, dando-lhes um aspecto semelhante a uma “colher de concha”, que facilitava a retirada da água de potes e outros recipientes.¹⁵⁶⁴

Em seguida vieram os “jarros”, que aparecem em 84 Inventários. Segundo Moraes Silva, o “jarro” era “um vaso com asa e bico em que se traz água para lavar as mãos, e por ele se vasa sobre elas na bacia de água as mãos”.¹⁵⁶⁵ Como já dissemos anteriormente, e fica explícito nessa definição, a grande maioria dos inventariados que possuíam jarros também tinham uma bacia (83) ou mesmo um jarro avaliado junto da bacia (50). Eles eram confeccionados principalmente em estanho (31) (Figura 69), mas também existiram os de latão (1) e, como no caso das bacias, alguns poucos podiam ostentar jarros de prata (5) (Figura 72)¹⁵⁶⁶.

¹⁵⁶¹ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.2, p. 356.

¹⁵⁶² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manuel Lopes Machado, 1743.

¹⁵⁶³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônia Teixeira de Andrade. 1764.

¹⁵⁶⁴ Cocos com correntes também eram utilizados por cavaleiros para beber água em córregos sem apear do cavalo.

¹⁵⁶⁵ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 187-188.

¹⁵⁶⁶ Três desses jarros de prata estão entre os bens classificados como “objetos de ouro e prata”, um deles descrito como “jarra”.

Figura 71 – Forno de Torrar Farinha com Tacho de Ferro, séc. XIX (Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte – MG)



Fontes: Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte – MG. Foto do autor, maio de 2019.

Figura 72 – Jarro (ou Gomil) e Bacia de Prata, século XVIII (Museu do Ouro, Sabará – MG)



Fonte: Museu do Ouro, Sabará (MG). Foto do autor: maio de 2019.

Os “copos” – esse “vaso de beber água, quase cilíndrico, mais estreito para a base, de vidro, ou metal” –, apareceram em 80 espólios. Tinham uma função semelhante à dos supracitados “cocos”, que apareceram em número um pouco maior que esses (87), diferenciando-se daqueles, principalmente, pela forma e material de que eram confeccionados (e pelos cabos que alguns cocos poderiam ter). Na maioria dos Inventários constavam “copos de vidro” (47), material escasso e que, provavelmente, não seria produzido na colônia. Também podia ser encontrados alguns poucos copos de cobre (5), estanho (1) e um raro “copo de louça do porto”¹⁵⁶⁷, que em 1793 pertenceu ao comerciante Custódio José de Almeida, morador na Quinta do Sumidouro, freguesia de Santa Luzia, onde tinha sua loja.¹⁵⁶⁸ Podiam ser de vários tamanhos, grandes (11), pequenos (5), ou copinhos (7). Eles estavam presentes nos espólios de todo o período estudado. Todavia, os copos de vidro, que provavelmente seriam importados, denotavam algum consumo de luxo e eram símbolo de distinção. Em grande parte, pertenciam a inventariados que deixaram fortunas superiores a um conto de réis, mas também poderiam ser encontrados em casas de gente mais pobre e marginalizada. Esses últimos, porém, quase sempre vivam em áreas urbanas, a exemplo de mulheres forras e de trabalhadores mecânicos como o supracitado barbeiro de Pitangui, Antônio Luís de Queirós. Isso indica que, também no Setecentos Mineiro, os seguimentos urbanos eram mais suscetíveis à assimilação de outros padrões ou lógicas de consumo.

Segundo Bluteau, “almofariz” era uma palavra que “deriva-se do arábico *almihereçum*, ou *milereçum*, que quer dizer cousa em que se mói ou pisa qualquer matéria”. Trata-se de “um vaso de metal em que se pisam vários ingredientes”.¹⁵⁶⁹ Moraes Silva é mais claro ao definir o objeto como “um graal ou pilão de metal”.¹⁵⁷⁰ O artefato é próximo do que hoje, em certos lugares do Brasil, se denomina como pilão ou “socador de alho”. Aqueles que se popularizaram em Minas no século XVIII e XIX ainda guardavam muitas semelhanças com os que circulavam no mundo muçulmano medieval, como atesta uma peça presente no museu do Louvre, em Paris (Figura 73).

¹⁵⁶⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Custódio José de Almeida, 1793.

¹⁵⁶⁸ No campo de “observações” da ficha de seu inventário consta: “Custódio José de Almeida foi assassinado por João da Rocha, homem pardo e José, crioulo, quando foi assaltado em sua loja. Alguns bens foram roubados pelos ladrões, sendo resgatados em Sete Lagoas e incluídos na partilha”. Entre os bens classificados como “estoque” aparecem diversos produtos de seu comércio. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Custódio José de Almeida, 1793.

¹⁵⁶⁹ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.1, p. 274.

¹⁵⁷⁰ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 1, p. 102.

Figura 73 – Almofariz de Bronze Medieval (Irã, séc. VIII – XI) e Almofariz de Bronze Brasileiro (Minas Gerais, séc. XVIII – XIX)



Fontes: Musée du Louvre: *Pilons et mortier mortier and pestles / majas y almirez Iran, suse, 8e – 11e siècle bronze*. (foto do autor, dezembro de 2017); Almofariz de Bronze, Oficina de Ourives Santíssima Trindade, Tiradentes (MG) (foto do autor, abril de 2019).

Encontramos referência a esse artefato em 64 Inventários. Na maioria, constava almofarizes de bronze (25), mas também existiram aqueles de latão (12), de cobre (3) e de metal (2). Certamente existiram os de madeira ou de pedra, porém eles não foram avaliados nos Inventários. Muitos dessas peças foram descritas “com sua mão” (15), referência ao “soquete” do artefato. Podiam ser utilizados na cozinha, na preparação de temperos, e para outras serventias, pois como afirmou o dicionarista, tratava-se de “coisa em que se moi ou pisa qualquer matéria”.¹⁵⁷¹ Poderiam servir também na fabricação de remédios, como possivelmente era utilizado o “almofariz de latão” que pertenceu ao boticário João Ferreira da Rosa, morador no arraial de São Romão, em sua “morada de casas coberta de telhas que consta de cinco casas com suas portas e janelas com cercado e senzala coberta de capim”.¹⁵⁷² Também podiam ter fins artesanais, como o “almofariz de alquimia com sua mão” que pertenceu ao rentista João Gomes de

¹⁵⁷¹ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.1, p. 274.

¹⁵⁷² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira da Rosa, 1742.

Araújo, morador na lagoa da vila de Sabará, onde possuía um escravizado chamado João, oficial de ferreiro, avaliado em 350\$000 réis.¹⁵⁷³

Segundo Bluteau, assim como o “almofariz”, também a palavra “garrafa”, através do italiano “caraffa”, teve sua origem no idioma arábico, mais precisamente na palavra “caraba, que é certa casta de vaso”.¹⁵⁷⁴ Seria “um vaso de vidro de colo agulho, e bojo largo”.¹⁵⁷⁵ Como os “copos de vidro”, as garrafas aparecem nos Inventários, principalmente, devido à escassez do material que eram confeccionadas, o que resultava em supervalorização. Dos 57 inventariados que possuíam garrafas, 24 tinham “garrafa(s) de vidro”¹⁵⁷⁶ (quatro de “vidro preto”, duas de “vidro branco”); outro detinha “um garrafão de cobre”, nos demais os avaliadores não mencionaram o material do qual eram feitas. Quanto aos tamanhos, quando discriminados, prevaleceram as de pequenas dimensões: “garrafa(s) pequena(s)” (11) e “garrafinhas” (5); seguidas pelas maiores: as “garrafa(s) grande(s)” (4) e “garrafões” (3); dados que condizem com o alto preço desse material. Todavia, elas estavam presentes em cerca de 7% dos Inventários, sugerindo que tinham alguma circulação. Serviriam, assim como os “frascos”, para conter diversos líquidos, como aguardente, vinho, azeite, vinagre etc.

O “frasco”, por sua vez, era um “vaso de vidro para líquidos, e talvez de barro vidrado, da feição dos de vidro”¹⁵⁷⁷, possuindo um “gargalo de tarraxa”¹⁵⁷⁸ (Figura 74). Esses objetos empataram com as garrafas quanto à frequência nos Inventários (57) (Gráfico 27). Quando os avaliadores citaram o material dos quais eram confeccionados, em todos constaram “frasco(s) de vidro” (31), dois deles de “vidro preto”, um de “vidro verde”. Os frascos poderiam vir em conjunto na “frasqueira”: uma “caixa, ou arca pequena”¹⁵⁷⁹, “com repartições e vãos para se levarem frascos de vinho, azeite, vinagre etc.”¹⁵⁸⁰. No banco de dados da comarca do Rio das Velhas, as frasqueiras foram classificadas como “móveis” e apareceram em 84 Inventários, muitas vezes acompanhadas de seus frascos, alguns avaliados com seus líquidos, como o do

¹⁵⁷³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Gomes de Araújo, 1747.

¹⁵⁷⁴ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.4, p. 34.

¹⁵⁷⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁵⁷⁶ Dentre eles, “garrafa grande de vidro” (2), “garrafa pequena de vidro” (2); “um garrafão de vidro” e “uma garrafinha de vidro”.

¹⁵⁷⁷ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 57.

¹⁵⁷⁸ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.4, p. 204.

¹⁵⁷⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁵⁸⁰ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 57.

comerciante português Antônio da Silva Azevedo, morador no arraial de Roça Grande, que em 1726 possuíam uma “*frasqueira com 10 frascos, fechadura e um chave*” e “*uma frasqueira com 4 frascos, 3 cheios de azeite doce*”.¹⁵⁸¹ Na maioria dos espólios seriam encontrados frascos com líquidos de pouco valor ou frascos vazios, esses últimos foram mencionados em cinco Inventários. No Inventário do fazendeiro de origem portuguesa, José Affonso, grande agropecuarista, descreveram-se “dois frasquinhos de vidro com um pouco de tártaro”¹⁵⁸², que era “a borra, ou parte térrea do vinho, que evaporada, e separada, se endurece, e chega a petrificar-se pegada aos lados da vasilha”.¹⁵⁸³

Figura 74 – Frascos de Vidro – séculos XVIII e XIX



Fonte: Sala de Jantar, Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas. Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva. (Fotos do autor: fevereiro de 2018).

Essas frasqueiras eram produzidas em madeira. Algumas de baixa qualidade foram descritas como de “pau” ou de “pau branco”. Em muitos documentos elas foram avaliadas como “caixas de frasqueira” (22) ou “caixinhas de frasqueira” (3), o que as associava, claramente, à uma peça de mobiliário: a “caixa”. Poucas delas seriam mais elaboradas, e os avaliadores não deixavam escapar sua origem importada, “do Porto” (3), a exemplo da “frasqueira velha *do Porto* sem chave”¹⁵⁸⁴, que em 1782 pertenceu ao tenente português Manoel Ferreira Chaves, morador na aplicação da Capela de São Sebastião (atual Itatiaiuçu). Como nas frasqueiras do supracitado comerciante e do

¹⁵⁸¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio da Silva Azevedo, 1726. Em bens móveis.

¹⁵⁸² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Affonso. 1751.

¹⁵⁸³ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.8, p. 56.

¹⁵⁸⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Ferreira Chaves, 1782. Em bens móveis.

tenente Chaves, em alguns documentos constavam as que tinham sua fechadura (6), com ou sem chave, medida de segurança que atestava a preciosidade dos frascos de vidros, e, sobretudo, do que eles podiam conter.

Muitos frascos e frasqueiras poderiam ser encontrados nas cozinhas, pois continham elementos utilizados tradicionalmente na culinária portuguesa, como o azeite e o vinagre. Em 1785, o padre português Thomas de Moura era morador na vila de Sabará, em sua “morada de casas térreas citas em rua Nova do Carmo, assoalhadas e cobertas de telha com o seu quintal” (310\$000 réis). Dentre os diversos bens encontrados em sua cozinha, contava “cinco frascos de vidro preto, um deles com um pouco de azeite”.¹⁵⁸⁵ A maioria dos fracos com azeite e vinagre (e também vinho e aguardente), encontrava-se em Inventários de comerciantes, e no banco de dados foram classificados entre os bens do “estoque” (3).¹⁵⁸⁶ Um desses pertenceu ao capitão Manoel da Asunção Rocha (sic.), comerciante, pardo, natural de Vila Rica e morador no arraial do Rio das Pedras.¹⁵⁸⁷ No ano de 1779, em sua “morada de casas térreas cobertas de telhas (...) e quintal cercado de pedras” (80\$000 réis), possuía uma venda bem sortida, de secos e molhados, na qual, entre os produtos comestíveis, podia-se comprar: “10 queijos do campo, 3 rapaduras, 13 panelas de marmelada, um posto (sic.) de vinho tinto, 5 frascos de vinagre, 3 frascos de azeite, 3 pratos de sal, 1/3 de barril de sardinha, 3 barris e meio de aguardente de cana”¹⁵⁸⁸. O azeite doce¹⁵⁸⁹ e o vinagre, importados, seriam vendidos por frações menores, em “frascos”, e poderiam ser encontrados em vendas como na do pardo Manoel da Rocha. Esses ingredientes “típicos” do paladar português tinham certa circulação entre os moradores das Minas (porém, como veremos mais afrente, não parecem ter influenciado sobremaneira a “sociogênese do paladar mineiro”, na longa duração). Como esses, outros tradicionais alimentos portugueses aparecem em alguns poucos bens, dos Inventários, classificados como “estoques”, em

¹⁵⁸⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Thomas de Moura, 1785.

¹⁵⁸⁶ Os comerciantes com azeite e vinagre em frascos entre os bens classificados como “estoques” foram: BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Barbosa da Silva, 1775; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Asunção Rocha, 1779; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Maria de Jesus, 1796;

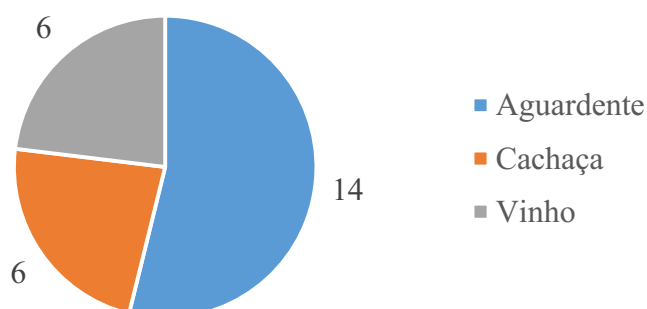
¹⁵⁸⁷ Atual Acuruí, distrito do município de Itabirito (MG).

¹⁵⁸⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Asunção Rocha, 1779. Em “estoques”.

¹⁵⁸⁹ Azeite doce é a denominação coeva dada o que hoje denominamos azeite de oliva. O azeite de mamona, utilizado em candeeiros para iluminação, também podia ser comprado nessas vendas, porém geralmente foram avaliados em barris descritos como de “azeite de mamona”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Anna Maria da Rocha, 1777; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1796.

uma frequência menor que nove desses documentos, a saber: a manteiga, a pimenta (do reino), a sardinha, o açafão, a marmelada, o bacalhau, o trigo e o cravo (ver Gráfico 29). Sem falar no vinho, bebida indispensável à mesa de boa parte da população portuguesa, e que aparece também na comarca do Rio das Velhas, junto com outras bebidas alcoólicas, em 26 Inventários e em 6 estoques (gráfico 28).

Gráfico 28 - Inventários com Bebidas Alcoólicas em "Estoques"



Fonte: BDITCRV.

A hipótese de uma presença do “paladar português” nas Minas Setecentistas e sua participação entre diversas camadas sociais é corroborada pelo fato de que muitos dos que frequentavam a venda do capitão Rocha, ao menos os que deviam a ele, eram forros (4)¹⁵⁹⁰, pretos (3)¹⁵⁹¹ e pardos (2)¹⁵⁹², além do ferreiro “Pai Domingos” e do feitor José do Rego Barros. Todavia, sua clientela não era exclusiva de grupos pouco prestigiados. Também era cliente do estabelecimento o reverendo vigário Manoel da Silva Araújo, pois lá possuía uma dívida de 1\$050 réis.¹⁵⁹³ Os “frascos” constavam nos espólios de diversos grupos sociais durante tudo o período estudado.

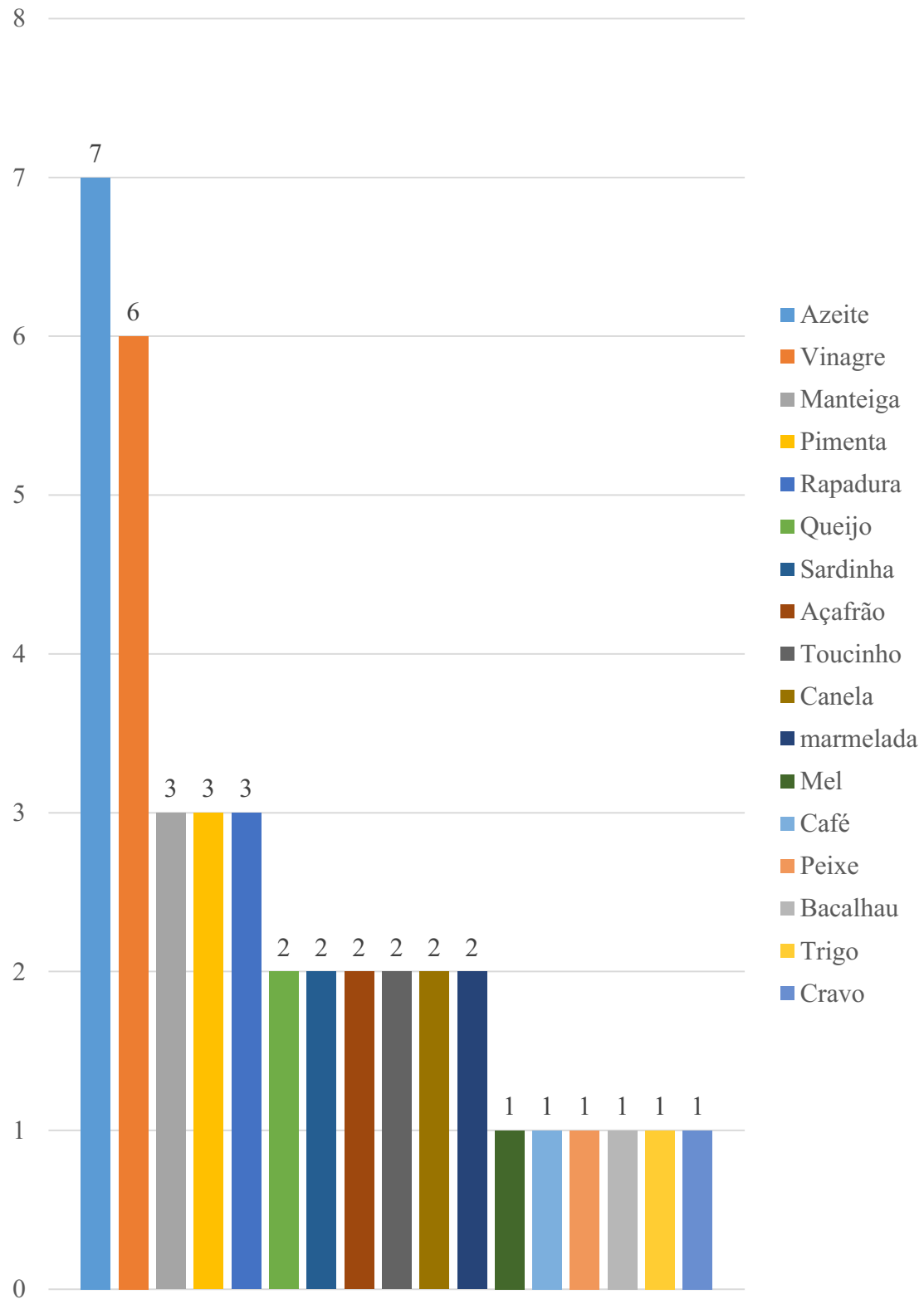
¹⁵⁹⁰ A forra Ana de Azevedo, (2\$625 réis); a forra Mariana Moreira de Santa Rita, (\$637 réis); a forra Ana Fernandes de Santa Rita (3\$637 réis); o forro Domingos Xavier (\$300 réis), em “dívidas ativas”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Asunção Rocha, 1779.

¹⁵⁹¹ O preto Antônio (\$877 réis); Antônio Coelho preto (1\$125 réis); preto Agostinho Coelho (\$225 réis), em “dívidas ativas”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Asunção Rocha, 1779.

¹⁵⁹² Manoel da Costa pardo (5\$700 réis); pardo Vicente, (\$225 réis) em “dívidas ativas”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Asunção Rocha, 1779.

¹⁵⁹³ Em “dívidas ativas”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Asunção Rocha, 1779.

Gráfico 29 - N° de Inventários com Tipos de Alimentos nos "Estoques" com Frequência Menor que Nove (f. < 9)



Fonte: BDITCRV.

Na última colocação, entre os utensílios domésticos que classificamos como “muito” frequentes, aparecendo em 50 Inventários, constava o “caldeirão”: um “vaso de cobre, ou de outro metal, maior que caldeira”¹⁵⁹⁴. Esta, por sua vez, seria um “vaso grande de cobre, ou de outro metal, em que se faz aquecer ou cozer alguma cousa”¹⁵⁹⁵. Ao contrário do que poderíamos imaginar, apenas em 2 Inventários apareceram “caldeirões de ferro”. Como na definição de Bluteau, na maioria dos espólios constava o “caldeirão de cobre” (36), talvez porque esse metal era mais barato e mais leve que o ferro. Na cozinha do Museu Casa dos Biscainhos, com objetos do século XVII ao XIX, além de uma chocolateira em sua trempe, podem ser observados três caldeirões de cobre, também em trempes, e dois caldeirões de ferro, já embutidos com tripés (Figura 75).

Figura 75 – Caldeirões, Trempes e Chocolateira na cozinha da Casa dos Biscainhos
(Braga – séculos XVII – XVIII)



Fonte: Museu Casa dos Biscainhos – Braga, foto do autor (julho de 2018).

¹⁵⁹⁴ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v., p. 54.

¹⁵⁹⁵ *Idem, ibidem.*

Essa disposição de utensílios para cocção configuraria a imagem de uma cozinha “ideal” de origem portuguesa no século XVIII. Para esse período, somos habituados a imaginar uma cozinha com a presença do tradicional fogão à lenha, porém, como dissemos, essa é uma configuração oitocentista. No setecentos, a disposição dos artefatos sobre a lareira central na Casa dos Biscainhos é a imagem mais próxima do “centro” de uma cozinha mineira do século XVIII. Dizemos centro, porque, como os objetos e as avaliações dos edifícios assinalaram, a maior parte das cozinhas eram fragmentadas em espaços distintos, vindo a centralizar-se, ao que parece, em Minas, já no fim do setecentos.

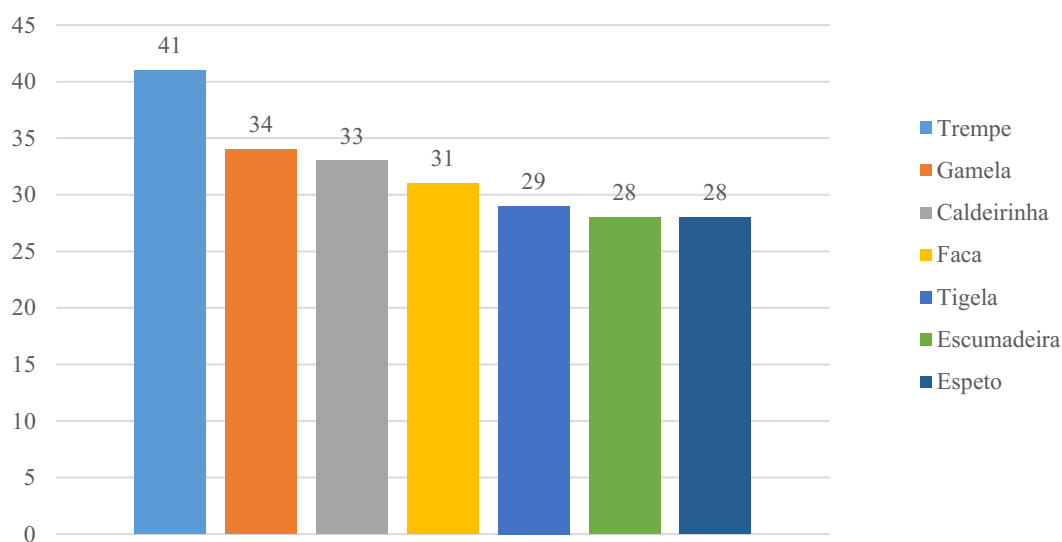
Diferente dos caldeirões de cobre ou ferro, nos Inventários podemos citar a existência de apenas um “caldeirão de estanho”. Deduzimos, através das avaliações, que costumeiramente o caldeirão viria acompanhado de “sua tampa”, como atesta sua ausência (3), e/ou sua presença (5) descrições nos Inventários. Esse artefato, também presente em todo o recorte temporal que estudamos, e sem exclusividade de grupo social, estaria diretamente ligado aos preparos culinários, sobretudo, ensopados e guisados. Junto com os “tachos”, que ocuparam o primeiro lugar entre os utensílios domésticos mais frequentes, o “caldeirão” também compunha um item “indispensável” na cozinha desse período. Ele era o primeiro artefato mais expressivo numericamente a diferenciar-se dos tachos como recipiente utilizado na confecção dos alimentos.

Encerrando o grupo dos “utensílios básicos” da cozinha mineira setecentista, passamos agora a analisar o subgrupo que classificamos apenas como “frequentes” (Gráfico 30). O primeiro desses utensílios, que apareceu em 41 Inventários, foi a “trempe”, que já abordamos no final do capítulo anterior (Figuras 63, 65 e 75). Ela e o forno, conformavam, como vimos, as principais evidências materiais da fragmentação das cozinhas coloniais. Atestavam que as principais tarefas da rotina de confecção dos alimentos podiam ser realizadas praticamente “em qualquer lugar”: num telheiro no quintal, em um cômodo nos fundos da casa etc., como já havia afirmado Carlos Lemos.¹⁵⁹⁶ Segundo esse autor, a maioria das cozinhas coloniais se estabeleceriam em torno de uma “trempe” construída por “três pedras formando um triângulo com a

¹⁵⁹⁶ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 70.

fogueira dentro, em volta do jirau e do fumeiro” indígenas.¹⁵⁹⁷ Essas “trempe de pedra” não foram avaliadas nos Inventários pelo motivo óbvio de serem improvisadas em praticamente qualquer momento e em qualquer lugar com os recursos locais (Figura 30). As que aparecem nos espólios eram de ferro, e, em ao menos 33 desses documentos, assim elas foram descritas. Tratar-se-ia, como já vimos, de um “instrumento de ferro, redondo ou triangular, sustentado com três pés, no qual se assenta uma caldeira, ou outra coisa para se aquecer”¹⁵⁹⁸ ou “aro de ferro sobre três pés, em que se assenta a panela ao lume”.¹⁵⁹⁹ Em alguns poucos Inventários elas foram descritas como “três pés” (3) e é possível que existissem outras configurações desse artefato. Elas foram registradas durante todo o século XVIII, e mesmo que fossem mais frequentes em inventariados com maiores fortunas, também apareceram em espólios de pessoas na base da pirâmide social, como forros, pardos e trabalhadores braçais. Contudo, a maioria da população cozia sobre pedras.

Gráfico 30 - Nº de Inventários com "Utensílios Domésticos Frequentes"
(f. $\geq 26 < 50$)



Fonte: BDITCRV.

¹⁵⁹⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁵⁹⁸ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.8, p. 270.

¹⁵⁹⁹ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 805.

As trempes de ferro, mesmo sendo diferentes das trempes de pedra, pois possuíam valor monetário e eram mais estáveis e fáceis de transportar, ainda condicionavam a forma corporal predominante no preparo dos alimentos em cozinhas coloniais. Ela exigia que o trabalhador se curvasse sobre os recipientes em um gesto muito pouco confortável. Essa configuração vinha sendo alterada nas cozinhas ocidentais, junto com outras mudanças impulsionadas por um processo que teve início no fim da Idade Média, mas que se estendeu e se amplificou na Modernidade: a crescente especialização das cozinhas, sobretudo, senhoriais, demandadas por uma cada vez mais crescente procura por novos alimentos e preparos diversificados. Como já dissemos, na Colônia também ocorreram tentativas semelhantes de “alçamento dos fogões”. Uma busca comum no fim da Idade Moderna, e que culminaria, já no século XIX, no desenvolvimento do que conhecemos hoje como o “típico fogão a lenha” das cozinhas do Sudeste brasileiro.

Segue-se no subgrupo dos utensílios frequentes, aparecendo em 34 documentos, a “gamela”: um “vaso de pau côncavo, ou tronco vasado”¹⁶⁰⁰, “de várias serventias”¹⁶⁰¹; “comprido em que comem os porcos”¹⁶⁰²; “em redondo para banho, ou lavar o corpo”¹⁶⁰³; “em redondo, largo e pouco fundo, em que as mulheres costuma trazer mãos de carneiros”¹⁶⁰⁴; “era um vaso, também cavado, em que se punham carnes na mesa”.¹⁶⁰⁵ Como vimos, muitas delas, assim como as bacias grandes, seriam utilizados para o banho, como atestam os avaliadores em algumas descrições (3). As “gamela(s) grande(s)” que constam em sete Inventários também poderiam servir para esse fim. Aparecem também “gamela(s) pequena(s) em cinco Inventários, que poderiam ser utilizadas na cozinha, como no preparo de “carnes na mesa”. Contudo, na maioria das descrições não foram declarados os tamanhos. Seriam essencialmente confeccionadas em madeira. Em oito documentos elas foram descritas como “de pau”, em três eram de “pau branco”, uma de “pau roxo”; em outro constou uma “gamela grande de cedro”.

¹⁶⁰⁰ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.4, p. 23.

¹⁶⁰¹ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Op. Cit.* (1832), s/p.

¹⁶⁰² BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.4, p. 23.

¹⁶⁰³ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 77.

¹⁶⁰⁴ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.4, p. 23.

¹⁶⁰⁵ *Idem, ibidem.*

A “caldeirinha”, que como vimos era um “vaso grande de cobre ou de outro metal, em que se faz aquecer ou cozer alguma cousa”¹⁶⁰⁶, apareceu em 33 Inventários. Ao contrário do que sugeria a definição de Bluteau, em Minas Gerais, os espólios que integravam caldeirinhas de estanho (12) eram em número superior aos que continham caldeirinhas de cobre (11). Também apareceu um exemplar de latão. Entre os utensílios domésticos constou somente uma caldeirinha de prata. Porém, nos bens classificados como “objetos de ouro e prata” constaram 14 Inventários com “caldeirinhas de prata”. Duas dessas foram avaliadas “com suas correntes de prata”, o que, como o próprio material de que eram feitas sugere, tinham outro uso para além daqueles descritos pelo supracitado dicionarista. Talvez tivessem serventia semelhante à “caldeirinha de estanho de beber água”, que em 1758 pertenceu ao agropecuarista português, José da Costa Coimbra, morador no Paraopeba, ao pé do Rio Grande, em uma “roça com casas de vivenda, paióis com engenho de pilões ferrados que moem com águas, senzalas, um rego de água com alguns matos virgens e capoeiras, 65 alqueires de plantação de milho, 10 alqueires de milho colhido”, tudo avaliado em um conto de réis (1:000\$000 réis).¹⁶⁰⁷ Segundo Luiz Henrique Ozanan, as caldeirinhas de prata também poderiam servir para avaliar ou beber o vinho.¹⁶⁰⁸

Os artefatos nomeados como “caldeirinha” de mesmo modo poderiam servir como recipientes de guardar água benta.¹⁶⁰⁹ De doze padres inventariados na comarca, apenas dois, Manoel Vieira Nunes e Manoel Coelho de Araújo, possuíam esse objeto, o primeiro, uma “caldeirinha de cobre”¹⁶¹⁰; o segundo, uma “caldeirinha de estanho velho”¹⁶¹¹. Todavia, a exemplo do que acontecia entre os nobres do Reino, nas famílias mais ricas da colônia, entre as “pratas sacras”, seria possível encontrar “uma caldeirinha e um conjunto de peças para administrar o baptismo”.¹⁶¹² Esse seria o caso do rico coronel Antônio de Sá Barbosa, grande minerador no arraial da Roça Grande e natural do Rio de Janeiro. Descendia de uma família com títulos de nobreza e envolvida na

¹⁶⁰⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁶⁰⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Asunção Rocha, 1779

¹⁶⁰⁸ OZANAN, Luiz Henrique. Assim se adornavam os moradores da Comarca do Rio das Velhas: cultura material nas minas gerais do século XVIII. *Revista Transverso*. v. 1, n.4: 1 (julho/2017). Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/transverso/article/download/2490/1458> (acesso, Março de 2019), p. 74.

¹⁶⁰⁹ BRAGA, Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond. *Op. Cit.* (2012), p. 74.

¹⁶¹⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Vieira Nunes, 1784.

¹⁶¹¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Coelho de Araújo, 1779.

¹⁶¹² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio de Sá Barbosa, 1734.

busca de minerais preciosos na Colônia desde o século XVI: os Azeredo Coutinho.¹⁶¹³ Quando faleceu em 1734, Sá Barbosa deixou, dentre outros bens, “uma caldeirinha de prata”¹⁶¹⁴ que poderia servir como peça das “pratas sacras” de seu “sítio com casas de vivenda cobertas de telha, com senzalas cobertas de capim, quintal, árvores de espinho, bananal, um serviço de água, alguma mandioca plantada” e “dentro da casa um oratório onde se diz missa, um ornamento em salva muito velho com um cálice com o pé de estanho e copo e patina de prata” uma “ Imagem de São Sebastião com seu resplendor de ouro, um de Santo Antônio e um do Santo Cristo pequeno com quatro castiçais de estanho velho e uma imagem de Nossa Senhora da Conceição com sua coroa de prata”, tudo avaliado em 400\$000 réis.¹⁶¹⁵ Duas caldeirinhas descritas “com corrente de prata”¹⁶¹⁶, e que também pertenceram a homens ricos da comarca, poderiam servir para o mesmo fim: guardar água benta utilizada em rituais religiosos.

A “faca”, esse “instrumento de ferro, temperado com aço”, que “tem cabo e serve de cortar, trinchar etc.”¹⁶¹⁷; apareceu como “utensílio doméstico” em 31 Inventários do banco de dados. A quantidade de espólios com esse artefato aparenta estar subestimada. Isso se deu certamente porque as facas eram avaliadas mais pelo material de seu cabo do que pela lâmina que as compunham. Em três Inventários foram avaliados somente os “cabos de faca, de prata”, e até mesmo os “cabos de faca, de

¹⁶¹³ O coronel descendia de duas famílias da elite colonial com trajetórias que remontavam à fundação das primeiras Capitânicas hereditárias do então sul da América Portuguesa: os Sá Barbosa, do Rio de Janeiro; e os Azeredo Coutinho, do Espírito Santo. Dentre esses últimos, destacava-se o nobre Marcos de Azeredo (o velho), nascido em Guimarães, Portugal, em cerca de 1559, e falecido em Vitória (c. 1650-66). Esse “moço fidalgo da casa real” casara-se por volta de 1589 com a filha de Vasco Fernandes Coutinho, o primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo. Posteriormente, por volta do ano 1611, liderou uma entrada ao “sertão” onde viria a descobrir esmeraldas lendárias. Seus filhos também liderariam outra entrada em 1645, na busca dessas pedras preciosas no território que se tornaria, posteriormente, a Capitania de Minas Gerais. ALMEIDA, Wanderson Santos de. *Redes Governativas: a atuação da família Azeredo na Capitania do Espírito Santo (séc. XVI-XVII)*. *Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est*. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/view/18833> (acesso, Março de 2019). Para a genealogia da família Azeredo Coutinho, ver: http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptazercout.htm (acesso, marco de 2019); http://www.guia.heu.nom.br/genealogia/MarcosAzeredo_MariaCoutinhoMello.html (acesso, marco de 2019).

¹⁶¹⁴ BRAGA, Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond. *Bens de hereges: inquisição e cultura material*. Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/11962/6/Bens%20de%20Hereges%20-%202012.preview.pdf> (acesso, março de 2019), p. 187.

¹⁶¹⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio de Sá Barbosa, 1734. Em “bens imóveis”.

¹⁶¹⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Meirelles Freire, 1742; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manuel Joseph de Abreu, 1769.

¹⁶¹⁷ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.4, p. 6.

cobre”.¹⁶¹⁸ Nove inventariados possuíam facas com cabo de prata classificadas erroneamente, no banco de dados, como “utensílios domésticos”. Se observarmos os bens da categoria de “objetos de ouro e prata” encontramos mais 33 espólios com facas de prata, além dos nove anteriormente citados. Todos faziam parte da baixela, e serão analisadas mais à frente. Se somarmos todas as facas, de prata ou não, teríamos 64 heranças com esse artefato. As que não eram de prata, como dissemos, muitas vezes também foram avaliadas devido aos distintos materiais que compunham seus cabos, a exemplo de cabos de marfim (3), de latão (2) e metal branco (1). Outras também teriam seus cabos descritos, porém como materiais inferiores, como osso (2) chifre preto (1) ou pau (1).

O crítico literário e folclorista, Eduardo Frieiro, cita uma passagem do relato do comerciante inglês, John Luccock, do começo do século XIX, segundo o qual, em um “jantar duma família abastada dos arredores do Rio de Janeiro”, “somente os homens usam faca; mulheres e crianças servem-se dos dedos”.¹⁶¹⁹ Para Frieiro, quadro como esse, “sem muita mudança, podia observar-se nalguma cidade mineira em ambiente análogo”.¹⁶²⁰ O autor afirma que em “jantares de cerimônia”, “cada convidado comparecia com sua própria faca, em geral comprida, pontiaguda e com cabo de prata lavrada”.¹⁶²¹ Mesmo que utilizando principalmente relatos de viajantes do começo do Oitocentos, a realidade descrita pelo folclorista mineiro condiz com outras fontes documentais, e não seria muito distinta no século XVIII. Em suas palavras: “terminado o repasto, cada um limpava na toalha da mesa a faca de ponta de que servira, enfiando-a depois no cano da bota ou na bainha ao lado do cinturão”.¹⁶²² E prossegue:

Revela notar que a faca era indispensável a todo homem por causa dos seus diferentes usos. Servia com a sua ponta aguçada para cortar a carne à mesa, palitar os dentes, alisar a palha de milho e picar o fumo de rolo para o cigarro, tirar o bicho-dos-pés muito comum naqueles tempos e, enfim, como arma de defesa e ataque, além de outros préstimos.¹⁶²³

¹⁶¹⁸ Nos dois casos atualizamos a pontuação para dar sentido a frase. No banco de dados elas foram transcritas como “2 cabos de faca de prata” e “4 cabos de faca de cobre”.

¹⁶¹⁹ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p. 83. *Apud*. FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: USP, 1982, p. 86.

¹⁶²⁰ FRIEIRO, Eduardo. *Op. Cit.* (1982), p. 86.

¹⁶²¹ *Idem*, p. 87.

¹⁶²² *Idem*, p. 88.

¹⁶²³ *Idem, ibidem*.

Para o crítico literário, o uso da “faca de mesa” generalizou-se mais tarde no século XIX, porém, nem sempre “apropriadamente”, pois “muitos não a usavam só para cortar a carne, mas levando-a também à boca com o bocado” de comida ajeitado na ponta.¹⁶²⁴ Os Inventários apontam que mesmo no século XVIII, a “faca de mesa” já era utilizada (elas aparecem descritas desta forma em oito documentos)¹⁶²⁵. Em grande parte do Setecentos seria um objeto familiar somente para um grupo restrito, no qual o “processo civilizador” já havia se interiorizado por via geracional ou por mimese em indivíduos que tiveram contato direto ou indireto com “sociedades de corte”. Prova disso foi que cinco dos oito inventariados que possuíam “facas de mesa” eram portugueses.¹⁶²⁶ Um deles, Manuel da Costa Pontes, natural de Braga, com sua “faca de mesa com cabo de latão”, poderia ser considerado um homem pobre¹⁶²⁷; seu monte-mor, em 1788, somou apenas 178\$185 réis.¹⁶²⁸ Dos que não eram reinóis e possuíam esse tipo de bem, um foi o capitão-mor e falsificador de moedas¹⁶²⁹, João Ferreira dos Santos, fundador da fazenda Jaguará, e uma das maiores fortunas da sua época, com um monte-mor que somou 50:204\$952 réis em 1739.¹⁶³⁰ Dois documentos dão indícios de que no último quartel do século as “facas de mesa” começaram a se disseminar entre outros grupos sociais, como atestam os Inventários da comerciante Nazária da Rocha, “preta forra”, falecida em 1781; e do alferes, “pardo”, João Ferreira de Azevedo, realizado em 1794.¹⁶³¹

A “tigela”, esse “vaso côncavo, em que de ordinário se põe sopas, doces e outros manjares”¹⁶³², poderia ser “de metal, ou barro para sopas”¹⁶³³, dentre outros “vários usos”.¹⁶³⁴ Ela foi avaliada em 29 Inventários, muitos com tigelas de louça ou louça fina

¹⁶²⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁶²⁵ Três delas entre os bens classificados como “objetos de ouro e prata”.

¹⁶²⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Costa de Araújo Pinto, 1746; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Marques de Carvalho, 1755; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio da Silva Salgado, 1764; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Mannel da Costa Pontes, 1788; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Ferreira Chaves, 1782.

¹⁶²⁷ Com fortunas inferiores a 999\$999 réis. SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 82 – 83.

¹⁶²⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Mannel da Costa Pontes, 1788.

¹⁶²⁹ VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999, p. 86 e 87.

¹⁶³⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira dos Santos, 1739.

¹⁶³¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Nazária da Rocha, 1781; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Alferes João Ferreira de Azevedo, 1794.

¹⁶³² BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.8, p. 163.

¹⁶³³ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 775.

¹⁶³⁴ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Op. Cit.* (1832), s/p.

(14). Tratava-se, portanto, de um objeto de luxo e com usos ligados, possivelmente, a rituais pouco cotidianos e estranhos à grande parte da população, os quais analisaremos ao fim deste capítulo. Alguns inventariados possuíam também “tigelas de estanho” (6), a maioria delas com “suas tampas” (4), indicando que poderiam ser utilizadas para servir pratos ainda quentes, como ensopados etc., tão comuns ao paladar da época. Além desses materiais, constaram uma “tigela de vidro” e outra de “barro vidrado”. Podiam ser encontradas em qualquer período do século, e, de acordo com o valor do material de que eram feitas, também se encontravam em casas de distintos grupos sociais.

Entre os utensílios domésticos frequentes na composição do trem de cozinha básico, contavam ainda o “espeto” a “escumadeira”, ambos empatados com menor expressão, aparecendo em 28 heranças (Gráfico 30). Esta última era “uma espécie de colher, toda em buraquinhos, para escumar a panela”, ou seja, “tirar a espuma” (ou espuma, na morfologia hoje corrente).¹⁶³⁵ Teria uso preferencial na confecção de doces ou na produção de açúcar, pois essa “colher, redonda, quase chata, cheia de buraquinhos”, servia para “limpar a calda de açúcar das escumas”.¹⁶³⁶ Porém, de uma forma geral, tratava-se de “um instrumento para limpar os líquidos da espuma”. Era um instrumento importante para as doceiras e negras de tabuleiro, na preparação de doces de fruta em calda, dentre outros, como certamente o fazia, com sua “escumadeira de latão”¹⁶³⁷, a supracitada Ignácia de Siqueira, “crioula forra”, moradora na rua do Fogo da vila de Sabará. Também seria um instrumento indispensável nos engenhos de cana de açúcar. Sua serventia é descrita em um manual elaborado por Hipólito José da Costa em parceria com o naturalista mineiro, frei José Mariano da Conceição Veloso, e publicado por eles na tipografia do Arco do Cego, em Lisboa, no ano de 1800. O texto versava sobre a forma de se fazer açúcar através de uma árvore, e não da cana-de-açúcar; porém, o processo de granulação desse produto seria o mesmo, no qual:

Encher-se-á a primeira e maior caldeira com a seiva, e em cada meio barril, ou onze galões de sueco se lhe deitará uma colher de cal morta ou enfraquecida, o que promove a espuma enquanto a calda ferve e facilita a granulação do açúcar, porque os ácidos se combinam com a cal, e deixam livre a substancia sacarina, que se adere entre si e forma

¹⁶³⁵ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.3, p. 235.

¹⁶³⁶ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 1, p. 745.

¹⁶³⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ignácia de Siqueira, 1753.

os grãos de açúcar. A seiva se continuará a ferver nesta grande panela, tendo sempre o cuidado de lhe tirar a escuma com uma escumadeira.¹⁶³⁸

A respeito dos materiais citados nas descrições, encontramos escumadeiras de cobre (9), e algumas poucas de latão (3). As primeiras seriam utilizadas, principalmente, em engenhos de açúcar, a exemplo da “escumadeira de cobre pesando 4,5 libras e outra pesando 5 libras” que pertenceram ao português Antonio Henriquez, junto a outros utensílios domésticos vinculados a essa produção, como “um tacho de cobre pequeno de fazer melado, um tacho de cobre pesando 3 arrobas, 25 formas de açúcar” e “um caixão grande de botar açúcar”.¹⁶³⁹ Todos eles, em 1792, estariam em sua “fazenda chamada Bento Pires¹⁶⁴⁰, de agricultura com matos e capoeiras, casa de vivenda coberta de telhas, senzala coberta de capim, paiol coberto de telhas, engenho de pilões de socar milho e fazer farinha, roda de mandioca tudo pregado ao mesmo paiol, *engenho de cana coberto de telha e seu rego de água*” tudo avaliado em 400\$000 réis.¹⁶⁴¹ As escumadeiras, assim como hoje, também poderiam ser utilizadas em frituras, porém, essa funcionalidade não aparece nas descrições em nossa documentação.

Por fim, mencionado também em 28 Inventários, aparece o “espeto”, um “ferro comprido e delgado em que se enfia a carne para assar”.¹⁶⁴² Junto com o “forno” e a “trempe”, mas em número bem menor, o “espeto” completava o trio dos artefatos de cocção mais frequentes nos Inventários. Os espetos eram majoritariamente de ferro. Nos espólios, sempre que houve a descrição do material dos quais foram fabricados, apareceu essa composição (16). Na maioria dos casos eram espetos médios ou grandes, pois quando os tamanhos são descritos, os avaliadores atentavam apenas para os pequenos (5). Distinguindo-se de todos os outros, em um dos espólios constou “um espeto de forno”¹⁶⁴³, mas que também serviria para o fim semelhante aos primeiros: assar as carnes. Esses objetos corroboram o que outras fontes confirmam: no paladar

¹⁶³⁸ COSTA, Hipólito José da; VELOSO, José Mariano da Conceição. *Descrição da árvore de assucar e da forma de se estrair o seu fruto*. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego (imp.), 1800. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5036/1/022935_COMPLETO.pdf (acesso, Março de 2019), p. 15.

¹⁶³⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antonio Henriquez, 1792.

¹⁶⁴⁰ Região do atual município de Ribeirão das Neves/MG.

¹⁶⁴¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antonio Henriquez, 1792.

¹⁶⁴² BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.3, p. 275.

¹⁶⁴³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Clara Josefa Leonarda, 1753.

mineiro setecentista as carnes teriam grande espaço, não só cozidas, mas também assadas. Uma receita de lombo de vaca assado, que foi registrada no livro do mestre de cozinha Domingos Rodrigues, com suas devidas adaptações, poderia muito bem ser aplicada em preparos nas Minas da América Portuguesa, onde esse tipo de gado abundava, a saber:

Lombo de vaca de empada de espeto

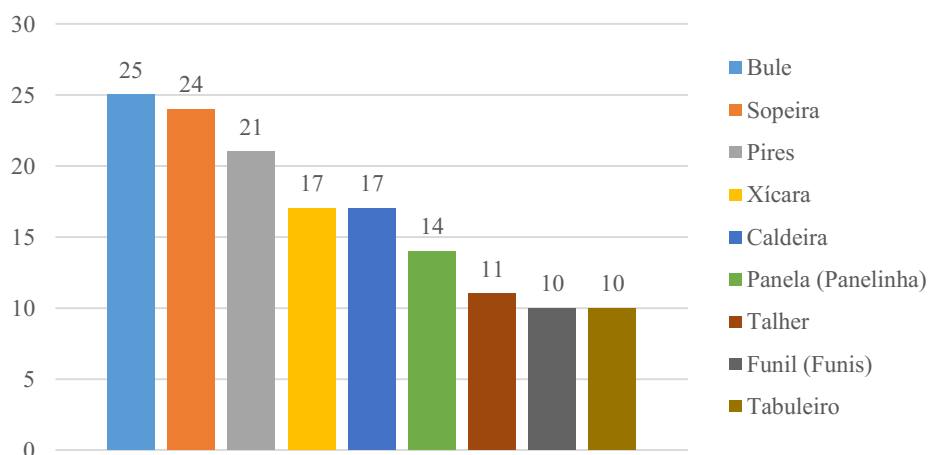
Um lombo de vaca depois de haver estado de conserva *o assarão no espeto*, como estiver assado o cobrirão com um bolo de massa delgado, embrulhando-o em um papel untado de manteiga, o tornarão ao lume, até que se coza a massa; como estiver cozida, tire-se o papel, ponha-se no prato, e mande-se à mesa. Isto mesmo se poderá fazer a qualquer assado.¹⁶⁴⁴

8.2 – Utensílios casuais do trem de cozinha mineiro setecentista

O segundo grupo no qual classificamos os utensílios domésticos que denominamos como “casuais” abrangia os objetos que apareceram na frequência de um a vinte seis Inventários. Como já dissemos, esse grupo foi subdividido em três subgrupos, que categorizamos como: “pouco frequentes” (Gráfico 31), com artefatos que apareceram no intervalo de dez a vinte e cinco Inventários; os “excepcionais” (Gráfico 32), com objetos que apareceram em seis até dez vezes Inventários; e, por último, os utensílios “raros” aqueles que apareceram em cinco ou menos Inventários (Tabela 7 e 8). Estes últimos formam uma lista extenuante constituída por 45 objetos que compoemcompõem a maioria dos 82 artefatos considerados como utensílios domésticos no banco de dados. Vamos analisar todos esses “utensílios casuais” com menos detalhes que os anteriores, detendo-nos em algumas peças mais relevantes para um estudo de história social da cultura material.

¹⁶⁴⁴ RODRIGUES, Domingos. *Op. Cit.* (1838), p. 64.

Gráfico 31 - Nº de Inventários com "Utensílios Domésticos pouco Frequentes" (f. $\geq 10 < 26$)



Fonte: BDITCRV.

No primeiro subgrupo apareceram alguns utensílios que analisaremos mais detalhadamente no fim desse capítulo, junto com as louças e baixela de prata, por tratarem-se de elementos materiais fortemente associados às mudanças sociais na domesticidade do final da Época Moderna, a saber: o bule, o pires, a xícara e os talheres. Os outros objetos estariam ligados a práticas mais cotidianas nas habitações do século XVIII. O primeiro deles era a “sopeira”, uma “tigela para sopas”¹⁶⁴⁵; ou “sopeiro”, uma “tigela sopeira, que tem fundo para sopas”.¹⁶⁴⁶ Assim como algumas das supracitadas tigelas, as sopeiras eram utilizadas para servir pratos ensopados ou guisados. Elas apareceram em 24 Inventários, muitos deles constando sopeiras de louça fina (13), ou de prata (2), as quais seriam ostentadas junto com a baixela. Nos demais, quando seu material foi especificado, constaram uma sopeira de estanho, uma “vidrada”, outra “de barro de cá” e, como essa, de menor qualidade, “duas sopeiras de louça da terra” que em 1788 pertenciam ao furriel Anselmo da Silva Diniz, “branco”, casado, morador na “rua que vai para o chafariz do Caquende”, a “rua de São Pedro da vila de Sabará”, em sua casa avaliada em 320\$000 réis.¹⁶⁴⁷

¹⁶⁴⁵ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.2, p. 723.

¹⁶⁴⁶ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.7, p. 726.

¹⁶⁴⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Anselmo da Silva Diniz, 1788.

A “caldeira”, como vimos, poderia ser um “vaso grande de cobre, ou de outro metal, em que se faz aquecer ou cozer alguma coisa”¹⁶⁴⁸, mas também “caldeira dos engenhos de açúcar” que era “o vaso de cobre, ou de ferro coado, onde se alimpa da cachaça, e impurezas o caldo espremido das canas, que depois passa para as tachas”.¹⁶⁴⁹ Elas apareceram em 17 heranças. Em uma delas os avaliadores deixaram claro que se tratava de uma “caldeira grande de cobre *de fazer açúcar* de peso de 4 arrobas já usada e remendada”. Esse artefato, que em 1783 pertenceu à dona Maria Beatriz da Fonseca, poderia ser encontrado em sua “fazenda que se compõe de casas de vivenda, *com seu engenho de cana de água*, pilões, roda de telha e mais pertences ao dito engenho com terras de planta, capoeira e pastos sita na paragem do Córrego das Lages”, em Sabará, próximo à “estrada de Santa Luzia”.¹⁶⁵⁰ Como essa, apareceu apenas uma “caldeira grande”. Em dez Inventários constaram “caldeiras de cobre”, uma delas “com *tapadura*”, ou seja, tampa. Apareceram também uma caldeira de ferro e outra de estanho. Na maioria dos Inventários esses artefatos eram utilizados para fazer açúcar, pois pertenciam a “senhores de engenho”(12).¹⁶⁵¹ Nos demais (5), as caldeiras serviriam para “aquecer ou cozer alguma coisa” em suas cozinhas.

A panela – um “vaso de barro em que se coze carne, ervas, e outras coisas de comer”¹⁶⁵² –, apareceu apenas em 14 Inventários. Certamente não constaram com mais

¹⁶⁴⁸ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.2, p. 54.

¹⁶⁴⁹ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.1, p. 325.

¹⁶⁵⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Beatriz da Fonseca, 1783. A inventariante e seu marido, o alferes João da Costa Araújo Dantas, residiam em outra propriedade, a “Fazenda do Ribeirão da Matta, cachoeira do Urubu, Santa Luzia, termo de Sabará”, descrita no inventário como “uma roça em que vive o dito inventariado que se compõem de casas de vivenda cobertas de telha, engenho de serrar madeira, 2 monjolos, 1 moinho, 1 roda de ralar mandioca e sua fábrica, paiol, tudo coberto de telha e senzalas cobertas de capim, tudo em bom uso, parte do rio abaixo com o capitão Antonio Marques da Silva na Cachoeira do Urubu cita no Ribeirão da Mata, e, Rio Acima com Domingos Pinto Monteiro e pelos mais partes com quem legitimamente haja de partir” (2:400\$000 réis). Muito provavelmente trata-se da mesma “Fazenda do Urubu”, atualmente no território do município de Pedro Leopoldo, analisada pela arquiteta Elizabeth Sales de Carvalho. CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Op. Cit.* (2003), p. 153; 842.

¹⁶⁵¹ Todos esses inventariados possuíam algum bem imóvel com “engenho”: BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Izabel Nunes de Mello, 1739; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Matias de Crasto Porto, 1742; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Fernandes da Silva, 1743; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Souza Neto, 1756; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria de Jesus de Araújo, 1762; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Gonçalves, 1777; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João de Serqueira Queiróz, 1777; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Rodrigues Peixoto, 1782; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Beatriz da Fonseca, 1783; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Miguel Nunes Viana, 1784; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Lourenço Valadares, 1791; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Alves Pinheiro, 1795; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira da Costa, 1796.

¹⁶⁵² BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.6, p. 222.

frequência devido ao baixo custo do principal material do qual eram confeccionadas: o barro. Juntos, o tacho, o caldeirão e a panela, formavam o trio principal dos recipientes utilizados para a cocção de alimentos. Todavia, mesmo que sub-representadas, as panelas teriam um papel menor na cozinha setecentista se comparadas com o papel que desempenham os recipientes que hoje chamamos pelo mesmo nome. Isso porque no século XVIII, na maioria das casas, inclusive nas mais pobres, os diversos processos necessários à produção de alimentos para um grande número de pessoas, eram acompanhados, frequentemente, por utensílios de maior porte: os tachos e os caldeirões. Além disso, o “cardápio” reduzido dessas cozinhas exigia pouca diversificação de tipos e tamanhos de artefatos para cocção dos alimentos. Como dizia o provérbio português no começo do setecentos: “panela de muitos, mal cozida, e bem comida!”¹⁶⁵³ Dos espólios em que constaram o material do qual elas eram feitas, em três apareceram “panelas de barro”. Um deles foi o de Ana Maria de Jesus, esposa de Manoel Joseph Ribeiro, que faleceu em 1796. Em uma venda que tinha em sua “moradas de casas, cobertas de telhas com seu quintal, bananal (...)” na Rua do Rosário do Arraial de Santa Luzia, podiam ser encontradas em cima de um dos bancos ou mesas de seu estabelecimento, dentre outras mercadorias: “3 frascos de vinho tinto, 5 frascos de aguardente do Reino, 2 e 1/2 frascos de azeite doce, 1 e 1/2 frasco de vinagre do Reino, 2 barris de aguardente da terra, 82 libras de marmelada feita na terra” e “40 panelas de barro”.¹⁶⁵⁴

Nos Inventários também apareceram “panelas vidradas” (3), a exemplo das “12 panelas pequenas vidradas dentro e brancas por fora”¹⁶⁵⁵, que no ano de 1791 pertenciam ao capitão Domingos Sá Roiz, morador na freguesia de Santa Luzia, em sua “fazenda chamada Cachoeira do Bom Jesus do Satto”. De outros materiais, constaram heranças com “panelas de cobre” (2) e “uma panela de ferro com sua tampa” que certamente serviria para confecção de alimentos para muitas bocas, pois pertenceu ao estalajadeiro português, João Martins Alves, morador da vila de Sabará, na Ponte Pequena que vai para “freguesia de Raposos”¹⁶⁵⁶, onde tinha vários imóveis, dentre eles: “uma morada de

¹⁶⁵³ *Idem.*

¹⁶⁵⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Maria de Jesus, 1796.

¹⁶⁵⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Sá Roiz, 1791.

¹⁶⁵⁶ No banco de dados, alguns inventariados que residiam próximos a Ponte Pequena da vila de Sabará foram classificados com domicílio na freguesia de Raposos. O erro pode ter como base o fato dessa ponte dar acesso ao caminho que levava à Raposos, e possíveis indicações de que a outra margem do rio Sabará,

casas de sobrado que serve de estalagem, que parte (...) com o bico de outras casas do falecido deste Inventário que vão para a praça do Rio de Sabará com o quintal todo murado, com árvores de espinho e seu bananal”.¹⁶⁵⁷

Por fim, entre os utensílios classificados como “pouco frequentes”, surgiram empatados o “funil” e o “tabuleiro”, que constavam em 10 Inventários. O primeiro, tratava-se de “um vaso de vidro, ou metal de boca larga campanada, da figura de um cone às avessas, terminado em ponta que se embebe em boca dos vasos estreitos, para se encherem de líquidos, sem si entornar”.¹⁶⁵⁸ Na maioria dos inventariados constaram funis de cobre (5), mas apareceram também os de “folhas de flandres” (2) e um de latão (1). Como a própria definição descrevia, sua principal função era facilitar o enchimento de “vasos estreitos”, como frascos, garrafas e garrafões. Estariam associados, sobretudo, aos engenhos que fabricavam aguardente ou às vendas que a comercializavam junto a outros líquidos, mas também poderiam ser encontrados em alguma cozinha para o mesmo fim.

O tabuleiro era um “vaso mais comprido, que largo, com abas levantadas no redor, que o fazem a modo de pau côncavo, em que se levam várias coisas, como pão, doces etc.”.¹⁶⁵⁹ Esse artefato, como anteriormente comentamos, era ícone de uma das profissões marginalizadas no período destinadas à mulheres “pretas e pardas” como garantia de sustento ou até ascensão social: o trabalho de “negra de tabuleiro”. Prova disso é que dentre os 10 inventariados que possuíam esse objeto, nove eram

junto a vila, pertencia a freguesia de Raposos. Nas descrições dos bens imóveis de alguns desses inventariados é possível notar a referência ao rio Sabará (atual ribeirão Sabará) que margeava a vila e desaguava no Rio das Velhas. Além do próprio imóvel de João Martins Alves que divisavam com casas “vão para a praça do Rio de Sabará”, constava o inventário de uma estalajadeira que pode ter lhe vendido sua propriedade, a saber: Ana da Costa, esposa de Bernardo José Alves, que em 1780 era proprietária de “4 braços de terras junto ao Rio Sabará” (30\$000 réis), e uma “casa de sobrado cobertas de telha que serve de estalagem ao pé da ponte desta Vila Real de Sabará” (2:400\$000 réis). Outra inventariada muito provavelmente no mesmo local foi Anna Maria Barbosa, descrita no banco de dados com domicílio na “Ponte Pequena. Freguesia de Raposos. Vila de Sabará”, mas que em 1795 possuía “uma morada de casas cobertas de telha na Rua de Ponte pequena de Sabará” (120\$000 réis). E por fim o inventário de Francisco Gomes da Costa, falecido em 1786, e com domicílio indicado na ficha como “outra parte da ponte pequena/Freguesia de Raposos”. Apesar de não constar imóveis entre seus bens, e possível que se tratasse de mesmo “falecido Francisco Gomes” que confrontava com a estalagem de João Alves. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1791; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana da Costa, 1780; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Anna Maria Barbosa, 1795; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Francisco Gomes da Costa, 1786.

¹⁶⁵⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Martins Alves, 1791.

¹⁶⁵⁸ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.2, p. 69.

¹⁶⁵⁹ *Idem*, v.8, p. 11.

mulheres¹⁶⁶⁰, cinco “forras”;¹⁶⁶¹ duas “pardas”¹⁶⁶²; e uma classificada apenas como “doceira”¹⁶⁶³. Todas elas viviam em áreas urbanas, na vila de Sabará ou em algum dos arraiais da comarca. Certamente, se não eram, já foram, ou possuíam “negras de tabuleiro” que vendiam seus “pães”, bolos e doces pelas ruas e lavras do entorno. Vale dizer que esse rótulo encobria inserções pessoais que iam muito além da venda ambulante.¹⁶⁶⁴ Nas palavras de Vilmara Lúcia Rodrigues Teixeira:

Escondidas atrás de designações como “*Negras de tabuleiro*”, essas mulheres se fizeram presentes nas *mais diversas atividades*. Eram roceiras, mineradoras, cozinheiras, doceiras, fiandeiras, parteiras, curandeiras e até feiticeiras. Estas libertas, não raras vezes, conseguiram criar uma estrutura de vida que lhes garantia certa inserção na sociedade mineira, algumas, inclusive, se transformaram em *senhoras de escravos, casas e joias*.¹⁶⁶⁵

¹⁶⁶⁰ Todavia, não eram só nos inventários de mulheres que esse objeto aparecia como signo de uma atividade profissional, podiam surgir também entre os bens de homens forros, possivelmente maridos de “negras de tabuleiro”. Rogéria Cristina Alves, em análise de testamentos e inventários do termo de Mariana entre 1727 e 1838, encontrou 8 tabuleiros entre esses documentos de 6 “homens forros” que tiveram suas atividades profissionais declaradas como “pequeno comércio”. ALVES, Rogéria Cristina. *Mosaico de forros: formas de ascensão econômica e social entre os alforriados (Mariana, 1727-1838)*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Dissertação de Mestrado em História), p. 80 e 83.

¹⁶⁶¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Josefa Vieira, 1751; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônia Rangel, 1757; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Margarida Álvares de Araújo, 1760; Inventário *post-mortem* de Luiza Barboza Villar, 1776. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Nazária da Rocha, 1781; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Clara Correa de Miranda, 1796.

¹⁶⁶² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Mariana Francisca de Oliveira, 1763; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Catharina Teixeira da Conceição, 1788.

¹⁶⁶³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria Cabral, 1731.

¹⁶⁶⁴ Para diferentes análises das formas de inserção e dinâmica social desse grupo genericamente classificado como “negras de tabuleiro”, ver: FIGUEIREDO Luciano Raposo de Almeida & MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. “Quitandas e Quitutes”: Estudo Sobre Rebeldia e Transgressões Femininas numa Sociedade Colonial. In: *Caderno de Pesquisa*. São Paulo. (54):50-60, agosto 1985; REIS, Liana Maria. Mulheres de Ouro: as negras de tabuleiro em Minas Gerais do século XVIII. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, v. 8, 1989, p.72-85; FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Mulheres forras - riqueza e estigma social. *Tempo*, núm. 9, julho, 2000, pp. 65-92. FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação de mestrado); TEIXEIRA, Vilmara Lúcia Rodrigues. *Negras Senhoras: As mulheres africanas forras e sua inserção sócio-econômica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Dissertação de Mestrado em História); DANTAS, Mariana Libânio de Rezende. *Black Townsmen: A comparative study of persons of African origin and descent in slavery and freedom in Baltimore, Maryland, and Sabará, Minas Gerais, 1750-1810*. Baltimore: Johns Hopkins University, 2003. (Tese de doutorado); ALVES, Rogéria Cristina. *Mosaico de forros: formas de ascensão econômica e social entre os alforriados (Mariana, 1727-1838)*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Dissertação de Mestrado em História).

¹⁶⁶⁵ TEIXEIRA, Vilmara Lúcia Rodrigues. *Negras Senhoras: As mulheres africanas forras e sua inserção sócio-econômica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Dissertação de Mestrado em História). Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/VilmaraLuciaRodriguesTeixeira.pdf> (acesso, março de 2019), p. 4.

Algumas dessas mulheres da comarca do Rio das Velhas tiravam seu principal sustento da venda de “quitutes”. Esse parece ter sido o caso da parda “forra” Antônia Rangel, natural do Rio de Janeiro, viúva e moradora na vila de “Sabará, na igreja Grande”. Apesar de ter quatro escravizados, três deles eram menores de 7 anos (um deles de peito), a outra era “já de idade”. Ela não possuía casa própria. Quando faleceu, em 1757, deixou como herança apenas 225\$800 réis a seu único filho, Antonio Ribeiro de Carvalho, então com 15 anos de idade. Dentre seus bens constavam, além de alguns objetos de ouro como “um anel com uma pedra vermelha e lasquinhas de pedra branca falsas”; indumentária tal qual “umas luvas de linha branca”, uma “saia de leniste preta com seu guarda-piso de baeta”; e dentre os utensílios domésticos: “*um tabuleiro preto pequeno*”.¹⁶⁶⁶ Outras dessas mulheres, ao que parece, exerceram diversas atividades para além da venda ambulante. A preta forra, Josefa Vieira, natural da costa da Mina, era moradora no arraial do Pompeu¹⁶⁶⁷, termo de Sabará. Muito além de vendedora ambulante, Josefa, quando faleceu em 1751, administrava um comércio fixo e uma estalagem em sua “morada de casas coberta de telhas com *seus quartos, com 10 portas para passageiros, uma loja de venda e quintal*” (120\$000 réis). Em sua venda podiam ser encontrados, dentre outros produtos, “um barril com meio serão de sal, duas varas de fumo, dez libras de açúcar branco” e “um alqueire de farinha de milho”¹⁶⁶⁸ vendidos e pesados ali mesmo em “uma balança de pesar ouro” ou em outra “balança de folha de flandres”, com “7 libras e 3/4 de ferro em várias peças de pesar” e mais “4 pesos”.¹⁶⁶⁹ Restava-lhe ainda “15 cascos de barris vazios”, nos quais possivelmente armazenava bebidas e outros líquidos disponíveis na venda em “14 frascos vazios”. Em sua cozinha, que atendia sua residência mas também a venda e os hóspedes de *seus quartos, com 10 portas para passageiros*, encontravam-se diversos utensílios domésticos, como “um tacho grande de cobre”, outro “pequeno”, “duas frigideiras”¹⁶⁷⁰ e “20 canudos de cozinha”.¹⁶⁷¹ Nesses últimos, Josefa e sua escravaria poderiam fazer “massa para canudos”, vendidos em seu “tabuleiro” e servidos com “prato de tutanos”, ou talvez com nossa conhecida geleia de “mocotó”, similar àquele, e cujo nome originava-se de

¹⁶⁶⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônia Rangel, 1757.

¹⁶⁶⁷ Hoje um bairro da cidade de Sabará.

¹⁶⁶⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Josefa Vieira, 1751. Entre os bens classificados como “estoques”.

¹⁶⁶⁹ *Idem*, entre os bens classificados como “utensílios profissionais”.

¹⁶⁷⁰ *Idem*. Entre os bens classificados como “estoques”.

¹⁶⁷¹ *Idem*. Entre os bens classificados como “utensílios domésticos”.

vocábulos das línguas *quicongo* e *quimbundo*, do ramo Banto, herança da cultura alimentar africana em nosso léxico.¹⁶⁷² Tanto a receita da “massa de canudos” quanto a de “prato de tutanos” estavam presentes no *Arte de Cozinha*:

Massa para canudos.

Tomem tanta farinha como açúcar fino, um bocado de manteiga dois ovos, e um bocado de casca de limão ralada, amasse-se com água quente, de fôrma que não fique branda; deixe-se descansar e sirva-se dela para o que parecer.¹⁶⁷³

Prato de tutanos

Ponha-se a ferver em *um tacho* os tutanos de três ou quatro ossos, cortados em pedaços do tamanho de uma polegada, com duas colheres de caldo, meio arrátel de açúcar vinho branco uma migalha de sal, cheiros picados, sumo de limão, canela, açafraão, e lodosos adubos: como tiverem fervido com duas ou três fervuras, lhe deitarão duas dúzias de gemas de ovos batidos por cima pão ralado, canela e açúcar (tudo misturado) e se põe a corar em uma *frigideira* com pouco lume por baixo e por cima, para que cozendo-se de vagar, tomem boa cor: logo despegando-os da frigideira com a palheta, os porão assim direitos em um prato sobre massa de pasteis feitos, ou fatias torradas, e com três ou quatro *canudos de ovos* ao redor do prato ou sem eles se mandarão á mesa quentes porque frios não são bons.¹⁶⁷⁴

A fortuna da africana Josefa Vieira somou 1:111\$407 réis. Seus bens incluíam, dentre outros, joias, um imóvel e cinco escravizados, um deles “velho”, outro “já de idade”. Como não tinha herdeiros, o alferes Manoel Vieira – de quem ela “herdara” o sobrenome – entrou com uma petição dizendo que alforriou gratuitamente a defunta em 1735. Desta forma, afirmava “que ficou por seu herdeiro *pelo Direito do Patrono*, alegando assim que não havia lugar para a provedoria dos defuntos e ausentes, e pedindo que os bens da defunta lhe fossem entregues. Apresentou a carta de alforria da “negra Josefa”, tendo em 1753 findo o processo, quando o suplicante recebe os bens como herdeiro, sendo descontada a terça.¹⁶⁷⁵

¹⁶⁷² SANTOS, Maria Adelúcia dos; SILVA, Ricardo Soares da. O prestígio da língua Yorubá em detrimento das línguas do grupo Banto na formação do Português Brasileiro. *Africanias.com*, nº 06 (2014). Disponível em: http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_6_2014/maria_adelucia_dos_santos_n_6.pdf (acesso, março de 2019).

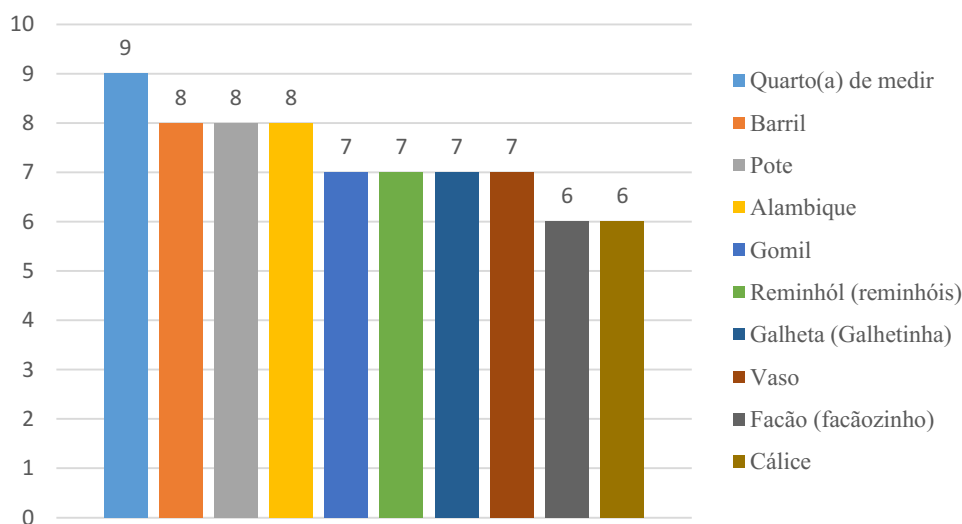
¹⁶⁷³ RODRIGUES, Domingos. *Op. Cit.* (1838), p. 209.

¹⁶⁷⁴ *Idem*, p. 70.

¹⁶⁷⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Josefa Vieira, 1751. No campo “recursos jurídicos” da ficha do inventário.

Em 1788, a “parda” Catharina Teixeira da Conceição, era moradora na Rua do Caquende da vila de Sabará, em sua “casa térrea, coberta de talha” (350\$000 réis) que partia “com o Reverendo José Caetano de Moura e com o Coronel Francisco de Abreu”.¹⁶⁷⁶ Quando faleceu, solteira, nesse mesmo ano, ela deixou para os seus nove filhos, uma fortuna mediana¹⁶⁷⁷, avaliada em 1:705\$577 réis. Dentre os herdeiros incluem-se Joana, com 11 anos, “filha do tenente João Lourenço Pires de Nogueira, tida fora de legítimo matrimônio”¹⁶⁷⁸ e Catarina de Senna da Conceição, de 14 anos, que segundo o testamento da defunta, lhe roubou peças de ouro e alguns vestidos, *quando fugiu de casa*.¹⁶⁷⁹ Entre os bens de Catharina Teixeira, além de uma casa e seis escravizados, encontrava-se indumentária fina como “um manto de seda preta” e “uma saia de brilhantina”; e joias como “um bracelete de ouro, um cordão e crucifixo de ouro (...), três anéis com seu arco de ouro e pedra (...) uma flor para chapéu toda de fios de ouro”. Sua cozinha contava com, dentre outros utensílios domésticos: “*um tabuleiro pintado*” e “*uma bacia velha de fazer pão de ló*”.¹⁶⁸⁰ A trajetória da “parda” Catharina Teixeira da Conceição foi um manifesto caso de mobilidade social.

Gráfico 32 - Nº de Inventários com "Utensílios Domésticos Excepcionais" (f. ≥ 6 < 10)



Fonte: BDITCRV.

¹⁶⁷⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Catharina Teixeira da Conceição, 1788.

¹⁶⁷⁷ Segundo a classificação de Santos, poderiam ser consideradas fortunas médias aquelas que foram de 999\$999 réis a 4:999\$999 réis. SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 82 – 83.

¹⁶⁷⁸ *Idem*, no capto “filhos”, na ficha do inventário.

¹⁶⁷⁹ *Idem*, em observação entre os bens classificados como “objetos de ouro” e “indumentária”.

¹⁶⁸⁰ *Idem*. Entre os bens classificados como “utensílios domésticos”.

Passemos agora ao subgrupo que classificamos como utensílios “excepcionais”. Entre eles, em primeiro lugar, surgiu o “quarto” ou “quarta de medir”, registrado em nove Inventários. Como os próprios avaliadores esclareceram, o quarto (ou a quarta) era um instrumento de “medir mantimentos” ou “medir farinha”. Alguns desses artefatos, senão a maioria, eram de madeira, como atestam algumas descrições de quartas “de pau” (2). Eles serviam nas cozinhas, como instrumento de auxílio na confecção de receitas.¹⁶⁸¹ A “quarta” ou “quarto” parece ter sido uma das unidades básicas de medida da culinária portuguesa na Idade Moderna, tanto para “medir mantimentos” como o toucinho¹⁶⁸², o açúcar¹⁶⁸³, as farinhas¹⁶⁸⁴, a manteiga¹⁶⁸⁵ etc., quanto para nortear a quantidade de carnes¹⁶⁸⁶, marmelos¹⁶⁸⁷, queijos¹⁶⁸⁸ e outros ingredientes que não se conformariam nessa “fôrma”. Prova disso é que no principal livro de referência dos mestres de cozinha desse universo, o *Arte de Cozinha*, existiam, em suas receitas, nada menos que 68 referências às quartas de mantimentos, e outras 31 aos quartos de outros ingredientes. A quarta era uma medida utilizada na elaboração de um prato que certamente apeteia ao paladar mineiro do período, a Galinha Ensopada, à moda que segue a receita:

Galinha ensopada

Uma galinha cortada em pedaços, põem-se a afobar com *uma quarta de toucinho*, cheiros, sal, e vinagre, tempera-se com todos os adubos, coalha-se no fim com quatro ovos, (se lhe não quiserem ovos, faça-lhes potagem de salsa) ponha-se sobre fatias, sumo de limão por cima, e mande-se à mesa.¹⁶⁸⁹

O “barril” – assim como o “pote” e o “alambique” – apareceu em oito Inventários. Poderia ser tanto “o vaso de barro, com grande bojo, e pequeno gargalo, em que bebem os homens do campo” ou o “barril de madeira, em que se mete pólvora,

¹⁶⁸¹ Elas também poderiam servir para a compra de mantimentos na porta de casas. Porém, nenhum dos inventariados que as possuíam era comerciante. Assim sendo, o vendedor contaria com a presença das quartas nas casas dos fregueses ou nas vizinhanças.

¹⁶⁸² RODRIGUES, Domingos. *Op. Cit.* (1680), p. 11- 13; 15 – 16; 21; 29; 30; 41; 47; 50; 52; 80.

¹⁶⁸³ *Idem*, p. 54; 59; 69; 81; 128; 131 – 132, 222.

¹⁶⁸⁴ *Idem*, p. 89; 90-92; 119; 125; 134; 204.

¹⁶⁸⁵ *Idem*, p. 4; 7; 8; 18; 57; 96; 109; 132; 212.

¹⁶⁸⁶ *Idem*, p. 5; 23; 30; 44; 180.

¹⁶⁸⁷ *Idem*, 17; 29; 43; 144.

¹⁶⁸⁸ *Idem*, 45.

¹⁶⁸⁹ RODRIGUES, Domingos. *Op. Cit.* (1838), p. 25.

alcatrão, azeite, biscoito, vinho etc.”.¹⁶⁹⁰ Grande parte dos que foram avaliados eram, ao que tudo indica, barris de madeira (6). São exemplos disso o “casco de barril” (3), um deles “de azeite”, e um “barril *de pau* com arcos de ferro” etc. Os barris poderiam ter torneiras para facilitar a retirada dos líquidos que continham, a exemplo de uma “torneira de barril, de bronze”¹⁶⁹¹, que pertenceu ao alferes Baltazar Caetano de Andrade, alfaiate¹⁶⁹² português, que no ano de 1786 morava em sua “casa de meio sobrado com quintal e coberta de telhas” na “rua Nova do Hospício da vila de Sabará”.¹⁶⁹³

O “pote”, “um vaso de barro alto com asas e com boca larga, em que se guarda água”¹⁶⁹⁴ também esteve presente em nove heranças. Essa definição também foi corroborada pelos avaliadores que descreveram um “pote de água”, e “três potes de ter água”. Esses objetos encontravam-se nas cozinhas ou em outros cômodos das casas. Os potes de barro (2) e de cobre (2) que aparecem nos Inventários teriam a mesma finalidade. Para tirar a água do pote, bastava utilizar um “coco” como os que constaram em 87 heranças, 5 deles descritos especificamente para essa função, como o “coco de prata para beber água”¹⁶⁹⁵, que em 1743 pertenceu ao capitão Manuel Lopes Machado. Esses cocos poderiam ser afixados em um fino cabo comprido, que lhes dava uma aparência de “colher de concha”, facilitando a retirada de água dos potes. Na mesma quantidade de Inventários aparece o “alambique”, que como deixa claro uma avaliação, era um artefato: “de fazer cachaça”.¹⁶⁹⁶ Porém, não vamos analisar-lo neste capítulo, por tratar-se de um objeto que se localizava, via de regra, nos engenhos e não nas cozinhas.

Contando exatamente com a mesma assiduidade (em sete Inventários) encontramos o “gomil”, o “reminhól”, a “galheta” e o “vaso”. O primeiro deles, como já

¹⁶⁹⁰ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.2, p. 57.

¹⁶⁹¹ Atualizamos a pontuação para dar sentido a frase. No banco de dados ela foi transcrita como: “torneira de barril de bronze”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Baltazar Caetano de Andrade, 1786.

¹⁶⁹² Através dos bens de seu inventário deduzimos tratar-se de um alfaiate devido à presença de “5 agulhas de fazer meia de ouro”, agrupadas entre os “objetos de ouro e prata”; “2 paus de cabeleira (1 com cabeça e outro sem)” entre os bens classificados como “outros”; e “8 pares de meias”, avaliadas em “indumentária”, número superior ao encontrado nos outros inventários (média de dois pares, exceto entre comerciantes), possivelmente elas seriam produzidas para venda. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Baltazar Caetano de Andrade, 1786.

¹⁶⁹³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Baltazar Caetano de Andrade, 1786.

¹⁶⁹⁴ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.6, p. 652.

¹⁶⁹⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manuel Lopes Machado, 1743.

¹⁶⁹⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Lourenço Valadares, 1791.

dissemos, era “uma espécie de jarro, com boca estreita, com asa, a modo de galheta grande, serve só com prato raso para dar água as mãos, como o jarro com bacia” (Figura 69).¹⁶⁹⁷ O *reminhól* era “uma colher cova grande, encava em pau, usadas nas casas de engenho de açúcar”¹⁶⁹⁸, portanto não estava nas cozinhas. A “galheta”, “um vaso de vidro ou metal, que traz vinho para o serviço das missas, ou azeite e vinagre para o serviço das mesas”¹⁶⁹⁹, era um importante artefato nos rituais de comensalidade, que será analisada em momento oportuno. Por fim, o “vaso”, essa “peça de serviço em que se guardam líquidos”, poderia ter várias funções externas à cozinha, mas também aparecia nelas, como os “dois vasos de barro de água”¹⁷⁰⁰ que pertenceram ao padre reinol Antônio Carneiro Leão.

Finalizando o subgrupo dos “utensílios domésticos excepcionais”, e aparecendo, ambos, em seis Inventários, incluíam-se o “cálice” e “o facão”. Este último, “uma faca grande e muito forte”¹⁷⁰¹, serviria para diversas finalidades externas à casa, mas também cumpriam um papel na cozinha. O citado padre Antônio Leão, possuía, em 1784, “um facãozinho de cortar lenha na cozinha” de sua “morada de casas térreas cita no Largo do Rosário desta vila” de Sabará (264\$000 réis).¹⁷⁰² Também o capitão português Antônio Vieira Gaia, escrivão da vila de Sabará, possuía, em 1796, dentre outros utensílios, “um facão de cozinha”, “uma trempe de ferro de três panelas” e uma “grelha de ferro”; mas não tinha bens imóveis.¹⁷⁰³ Para além de picar lenha, os facões, obviamente, também teriam outras serventias na cozinha, como o “facão de picar carne” que em 1793 pertenceu a Manoel Caetano dos Santos Cruz, morador na Rua de São Francisco da vila de Sabará, onde era proprietário de “duas moradas térreas cobertas de telhas com quintal cercado de árvores de espinho” (280\$000 réis).¹⁷⁰⁴

O “cálice”, por sua vez, era “um vaso de vidro, ou metal em que está o vinho, e água, que o sacerdote consagra no sacrifício da missa”.¹⁷⁰⁵ Apesar dessa definição,

¹⁶⁹⁷ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.4, p. 92.

¹⁶⁹⁸ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), p. 594.

¹⁶⁹⁹ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.2, p. 76.

¹⁷⁰⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784.

¹⁷⁰¹ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.2, p. 3.

¹⁷⁰² Continua: “que pela parte debaixo partem com casas de Alferes Manoel Alves Ferreira e pelo (sic)¹⁷⁰² casa do mesmo falecido”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784.

¹⁷⁰³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira Gaia, 1796.

¹⁷⁰⁴ “Uma no valor de 150\$000 réis e a outra de 130\$000 réis”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Caetano dos Santos Cruz, 1793.

¹⁷⁰⁵ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v.1, p. 326.

nenhum dos seis inventariados que possuíam tal objeto era sacerdote, o que nos leva a pensar que ele também seria utilizado para tomar vinho ou água em cerimônias mundanas. Os dois usos foram atestados pelos Inventários. Um “cálice com sua patena de celha¹⁷⁰⁶ de prata”¹⁷⁰⁷, que pertenceu à fazenda Ponte Alta¹⁷⁰⁸ (Figura 6), “duas léguas distante da vila de Pitangui”, certamente serviu para rituais litúrgicos. Na sede da fazenda Ponte Alta, “com cozinha pequena, moinho, cobertos de telha” e “um monjolo velho¹⁷⁰⁹” (200\$000 réis), encontrava-se, dentre outros móveis, “uma mesa pequena” e “um oratório”¹⁷¹⁰ junto ao qual poderiam ser realizados os rituais litúrgicos. O “missal pequeno”, “um feitio de uma imagem de São João” e “um feitio¹⁷¹¹ de Santo Cristo com seu resplendeu”¹⁷¹², completavam a ambiência desse espaço de celebração.¹⁷¹³ A fazenda pertenceu ao sargento-mor português, João Fernandes Oliveira e sua segunda esposa, Isabel Pires de Monteiro.¹⁷¹⁴ Os dois “moradores nas Minas, se ausentaram para Portugal por ordens de Sua Majestade”, onde João Fernandes de Oliveira faleceu 20 anos antes de sua esposa, Isabel Pires Monteiro, que faleceu por volta do ano de 1790.¹⁷¹⁵ O

¹⁷⁰⁶ Segundo Bluteau, celha é “o cabelo das pestanas”. Muito provavelmente a designação de “celha” vinculada ao prato de prata do cálice refere-se à uma tipologia de ornamentação. BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.2, p. 230.

¹⁷⁰⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Fernandes de Oliveira, 1792.

¹⁷⁰⁸ Na transcrição, no banco de dados, está grafado “Ponta Alta”, porém, concernente a informação de que se tratava de uma fazenda à duas léguas da vila de Pitangui, portanto, cerca de 12 km, muito provavelmente seria o embrião da atual sede da fazenda Ponte Alta, com origens no século XVIII, e ainda existente naquele município. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Fernandes de Oliveira, 1792. Em “bens imóveis”.

¹⁷⁰⁹ Também foram avaliados junto ao imóvel “um picão e um enxó pequeno”, instrumentos de carpinteiro que sugerem que a sede da fazenda passava por ampliações. O “picão” era um “instrumento, com que os canteiros picão grosseiramente as pedras”. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Op. Cit.* (1832), s/p. A “enxó”, por sua vez, constituía-se de “instrumento de cabo curto, e chapa pouco encurvada, com que se tira o grosso da madeira”. BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.3, p. 167 – 168. (BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Fernandes de Oliveira, 1792. Em bens imóveis).

¹⁷¹⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Fernandes de Oliveira, 1792. Entre os bens “profissionais ou pessoais” classificados como “outros”.

¹⁷¹¹ “Uma obra de novo feitio”. BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.4, p. 66.

¹⁷¹² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Fernandes de Oliveira, 1792. Em “bens móveis”.

¹⁷¹³ Também poderia ter pertencido a outra propriedade do inventariado, a sede fazenda da Formiga, à “5 Léguas distante da vila da outra parte do Rio Pará”; todavia, é mais provável que estivesse na Ponte Alta, pois na sede da Formiga encontrava-se “uma casa *meio caída* (sic) com telhas, 13 portas, 10 janelas com suas ferragens e dobradiças”, avaliada em quantia bem inferior a primeira, 40\$650 réis. (BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Fernandes de Oliveira, 1792.). Atualmente existe uma localidade denominada “Porto da Formiga”, sob o Rio Pará, a cerca de 5 léguas, ou seja, 30 km da cidade de Pitangui, logo após a ainda existente fazenda Ponte Alta, e na divisa com o atual município de Martinhos Campos.

¹⁷¹⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 83.

¹⁷¹⁵ Informações retiradas do campo “observações” da ficha do inventário, no campo “protagonista”, a ascendência indica: pai, Antônio Rodrigues e mãe, Margarida de Carneiro, foi registrada erroneamente,

sargento-mor era pai de filho homônimo, o desembargador e contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, que durante quinze anos manteve uma união consensual estável com uma das mais proeminentes e legendárias pretas forras de Minas: Francisca da Silva de Oliveira, a Chica da Silva.¹⁷¹⁶

A maioria dos cálices, todavia, seriam utilizados como taça, para beber vinho ou outro líquido, como atesta um Inventário no qual eles foram descritos como “quatro copos de cálice ordinários” e “três copos de cálices maiores”. Em outros dois espólios eles também foram descritos como “cálice de vidro”. Dentre esses, “três copos de cálice de vidro” que em 1770 pertenceram à forra Josefa de Souza Freire, residente em sua “morada de casas sitas na rua chamada das vacas, coberta de telhas com seu quintal”, “na outra parte da Ponte Grande”, “parte da freguesia de Raposos”.¹⁷¹⁷ Apesar dos demais inventariados com esse objeto serem de grupos sociais privilegiados, o caso de Josefa Freire corrobora com a hipótese de que outros grupos, sobretudo de seguimentos urbanos, também buscavam possuir itens de luxo, que, como os cálices, denotavam rituais de sociabilidade mais sofisticados que aqueles materializados na ingestão de líquidos através de cocos e copos encontrados na maioria das cozinhas inventariadas (87 e 80, respectivamente).

Finalizando a relação dos objetos que constavam ocasionalmente no trem de cozinha mineiro, listamos abaixo, sem detalhamento, nas tabelas 7 e 8, os 45 utensílios domésticos que classificamos como “raros”, pois apareceram em apenas cinco ou menos Inventários. Em momentos oportunos fizemos referências a alguns deles, quando suas materialidades complementaram a análise de outras relações sociais concernentes ao nosso tema. Alguns desses utensílios domésticos, a exemplo do “descaroçador”, que servia para descaroçar o algodão, certamente não integravam o trem de cozinha.

pois se tratava na verdade dos pais da esposa de Antônio, Isabel Pires Monteiro. (BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Fernandes de Oliveira, 1792). Também no mesmo ano de 1792 foi realizado outro inventário, tendo como inventariante a própria Isabel Pires Monteiro, “Falecida há mais de 2 anos”, conforme o campo de “observações” em “protagonista”, na ficha do inventário. No campo “localização do inventário” constam as seguintes informações: “inventário feito em função de um requerimento do tesouro geral desta provedoria com despacho (...) do Doutor Provedor desta mesma Comarca o Doutor Intendente Paulo Fernandes Viana” tendo em vista o fato de Isabel Pires Monteiro ter falecido em Portugal deixando 7 fazendas nesta Comarca de Sabará. O inventário foi feito em partes, sendo os bens encontrados em cada fazenda declarados separadamente (com inventariantes e avaliadores diferentes). BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Isabel Pires Monteiro, 1792.

¹⁷¹⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. *Op. Cit.* (2003).

¹⁷¹⁷ A descrição deixa a entender que se tratava da Ponte Grande sobre o Rio das Velhas, logo à entrada da vila de Sabará, que, antes da ponte, seria território da freguesia de Raposos.

Tabela 7 – Nº de Inventários com “Utensílios Domésticos Raros” (f. $\geq 5 < 2$)

Objeto	Nº de Inventários
Frigideira	5
Medida	5
Caixa (Caixeta ou caixinha) de marmelada	5
Tesoura	5
Forma (forma para açúcar)	5
Lata	4
Saleiro	4
Pilão	4
Salva	4
Caneca	4
Bandeja	4
Faqueiro	3
Tina	3
Pipa	3
Caixão para mantimentos	3

Fonte: BDITCRV.

Tabela 8 – Nº de Inventários com “Utensílios Domésticos Raros” (f. = 2)

Objetos	Nº de Inventários
Chávena	2
Cuia	2
Canudo	2
Masseira	2
Aparelho(s) de Chá	2
Resfriadeira	2
Talha	2
Bujão (Botija)	2
Rodete (de ralar mandioca)	2
Bruaca	2
Torneira	2
Folha de chá (folhas)	2
Grelha	2
Talha	2

Fonte: BDITCRV.

Tabela 9 – N° de Inventários com “Utensílios Domésticos Raros” (f.=1)

Objetos	N° de Inventários
Carretilha	1
Chavão (chavões)	1
Cumbuca	1
Rebolo	1
Trinchete	1
Cafeteira	1
Pimenteiro	1
Moringa	1
Balde	1
Descaroçador	1
Marmita	1
Moinho de Fazer Café	1
Ralador	1
Caçarola	1
Tulha	1
Ralo	1

Fonte: BDITCRV.

8.3 – Garfos e talheres: índices civilizacionais europeus e objetos de distinção na América Portuguesa

O contato da cristandade ocidental com o garfo, esse “instrumento pequeno de dois ou mais dentes, com que se pega no comer”¹⁷¹⁸; geralmente foi associado a uma anedota sobre sua repulsão.¹⁷¹⁹ No século XI, uma princesa grega, originária do círculo da corte bizantina na qual o utensílio era evidentemente usado, se casou com o filho de um magistrado da república de Veneza. O fato de a princesa levar o alimento à boca usando um pequeno garfo de ouro com dois dentes provocou um escândalo em Veneza,

¹⁷¹⁸ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.4, p. 31.

¹⁷¹⁹ MACHADO, Alcântara. *Op. Cit.* (1980), p. 83; ELIAS, Norbert. *Op. Cit.* (1994), p. 81; SARTI, Raffaella. *Casa e Família: Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*. Lisboa: Editora Estampa, 2001, p. 254; WILSON, Bee. *Pense no Garfo! Uma história da cozinha e de como comemos*. São Paulo: Ed. Zahar, 2010, p. 189.

ao considerarem-no um sinal exagerado de refinamento.¹⁷²⁰ Pouco tempo depois, ela veio a falecer de uma doença repulsiva, e não tardaram a associar o garfo a uma simbologia demoníaca.¹⁷²¹ Mas foi a partir justamente da Itália, no século XIV, que os garfos começaram a se disseminar e a tornarem-se um artefato mais comum, sobretudo após a Peste Negra, já que seu uso, assim como o uso de pratos, copos e demais talheres individualizados, aumentava a distância entre os comensais, evitando possíveis contaminações.¹⁷²²

Do século XVI em diante, o garfo, sobretudo de prata, passará a ser utilizado pelas classes altas como utensílio para comer. No século XVII ele ainda era um artigo de luxo.¹⁷²³ Segundo Norbert Elias, foi no século XVIII que se consolidou a “tecnologia de consumo de alimentos” desenvolvida pelas cortes, “formações sociais, que eram, em um grau nunca igualado antes, classes de consumo. Com seu declínio social, o nítido e intenso refinamento das técnicas de consumo cessam, estas passam ao que se torna então a esfera privada da vida (em contraste com a ocupacional)”.¹⁷²⁴ Os utensílios de mesa: pratos, travessas, faca, garfos e colheres, “daí em diante nada mais fazem do que variar temas do século XVIII e precedentes”.¹⁷²⁵ Esse século também marcou a difusão do uso de talheres através da Europa, porém, segundo Raffaella Sarti, mesmo no Velho Mundo, “até ao final do século XIX, a sua utilização continu[ou] a ser um fenômeno de elite. A maioria dos camponeses com[ia] com colheres de madeira ou com as mãos”.¹⁷²⁶

Parece que em Portugal (assim como em outras regiões do Mediterrâneo, quando comparadas com o norte da Europa), o garfo se divulgou cedo entre as elites, certamente devido ao intenso trato mercantil de suas praças, e às trocas culturais daí decorrentes. Mesmo nas mais longínquas colônias portuguesas, esse artefato também apareceu cedo nas mesas dos potentados. Alcântara Machado, no período que vai do ano de 1578 a 1700, contou dezenove garfos, para quatrocentas e cinquenta famílias, sendo que nenhum dos inventariados paulistas se deu ao luxo de ter mais de um, a exceção de

¹⁷²⁰ ELIAS, Norbert. *Op. Cit.* (1994), p. 81.

¹⁷²¹ SARTI, Raffaella. *Op. Cit.* (2001), p. 254.

¹⁷²² FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. Introdução. FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *Op. Cit.* (1998), p. 16.

¹⁷²³ ELIAS, Norbert. *Op. Cit.* (1994), p. 81.

¹⁷²⁴ *Idem*, p. 114.

¹⁷²⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁷²⁶ SARTI, Raffaella. *Op. Cit.* (2001), p. 182.

Pascoal Leite, que possuía quatro exemplares de prata.¹⁷²⁷ Esse precursor dos estudos de cultura material no Brasil encontrou garfos em cerca de 3,5% de sua amostragem. Uma realidade não muito diferente daquela encontrada por Lorna Weatherill em áreas rurais da Inglaterra, entre 1675 e 1725, em que somente 2% dos inventariados possuíam garfos e facas.¹⁷²⁸ Na seiscentista São Paulo de Piratininga, apenas 10 inventariados possuíam facas de mesa (2,2%).¹⁷²⁹

O primeiro Inventário *post-mortem* do termo de Sabará que nos chegou foi elaborado no ano de 1713. Só na década seguinte, em 1722, surgiria na documentação: “dois garfos de prata” arrolados entre os bens do alferes Antônio da Cruz Duarte.¹⁷³⁰ No período de 1713 a 1729, os garfos aparecem em 15% dos 20 Inventários. Cerca de meio século depois, a presença desse artefato dobrou nas heranças, aparecendo em 32,65% dos 392 processos realizados no período (1770-1789) (Gráfico 32). Porém, tratava-se de uma realidade bem diferente daquela observada nos centros das sociedades de corte europeias, e até mesmo em suas áreas rurais. Segundo Sarti, nas casas camponesas da Normandia, em França, os garfos, conheceram “nesse período, uma rápida fortuna”.¹⁷³¹ De fato, nos Inventários rurais normandos, a presença de garfos subiu de 4% entre 1700-1715, para 60% entre 1770-1789.¹⁷³² Todavia, os mecanismos materiais do processo civilizador europeu também se desenvolveram com eficácia nos sertões auríferos da América Portuguesa, basta dizer que na última década do Setecentos, ao menos um garfo foi encontrado em 45,83% das heranças deixadas no termo de Sabará (Gráfico 33, Tabela 10), o triplo do que foi encontrado no começo do século XVIII.

¹⁷²⁷ MACHADO, Alcântara. *Op. Cit.* (1980), p. 83.

¹⁷²⁸ WEATHERILL, Lorna. *Consumer Behaviour & Material Culture in Britain 1660 – 1760*. London-New York: Routledge, 1988, p. 76, quadro 4.1, e p. 88, quadro 4.4. *Apud* SARTI, Raffaella. *Op. Cit.* (2001), p. 182.

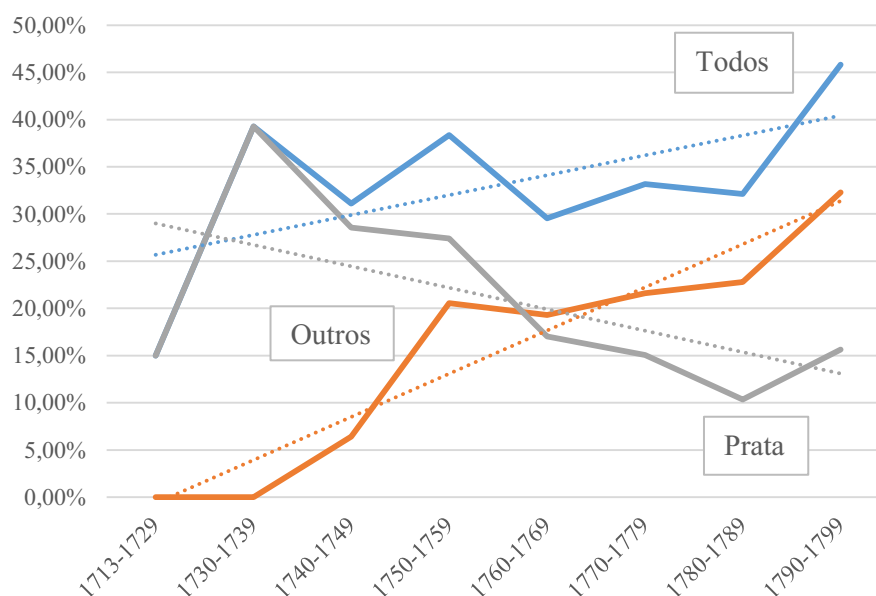
¹⁷²⁹ MACHADO, Alcântara. *Op. Cit.* (1980), p. 83.

¹⁷³⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio da Cruz Duarte, 1722. Entre os bens classificados como “objetos de ouro e prata”.

¹⁷³¹ SARTI, Raffaella. *Op. Cit.* (2001), p. 182.

¹⁷³² *Idem, ibidem.*

Gráfico 33 - Evolução da Presença dos Garfos nos Inventários do Termo de Sabará (séc. XVIII)



Fonte: BDITCRV.

Ao contrário do que comumente se afirmou, o uso de talheres não foi introduzido tardiamente no Brasil.¹⁷³³ Prova disso foi o ininterrupto e acentuado crescimento da presença de garfos nas mesas da comarca do Rio das Velhas durante todo o século XVIII. É o que se pode verificar na linha do gráfico com a percentagem de Inventários com garfos de outros materiais, para além dos de prata, nessa região (Gráfico 33). Tal movimento, dentro de nosso estudo, apenas pode ser comparado com o contínuo crescimento na valorização dos imóveis urbanos durante o mesmo período e também com grande alta na década de 1790 (Gráfico 5). Como vimos na primeira unidade desta tese, a valorização dos imóveis inseria-se em esferas de influência para além da economia regional e colonial, e também foi observada em outras partes do Globo¹⁷³⁴, vinculando-se às grandes mudanças culturais do Setecentos, e preconizando o papel central que o “urbano” viria a tomar na contemporaneidade. A crescente busca por garfos no mesmo período, além de vincular-se à materialidade do projeto civilizacional europeu, também estava associada ao fenômeno de valorização do “urbano” e da “urbanidade” enquanto figuras de distinção social.

¹⁷³³ FRIEIRO, Eduardo. *Op. Cit.* (1982), p. 66; 85.

¹⁷³⁴ PARDAILHE-GALABRUN, Annik. *Op. Cit.* (1991); MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1992); ROCHE, Daniel. *Op. Cit.* (2000).

Tabela 10 – Inventários com Garfos no Termo de Sabará (séc. XVIII)

Ano	c/ Garfos (outros)	c/ Garfos de Prata	Total com Garfos	Invent. p/ Período	% c/ Garfos	% c/ Garfos (outros)	% c/ Garfos de Prata
1713-1729	0	3	3	20	15,00%	-	15,00%
1730-1739	0	22	22	56	39,28%	-	39,28%
1740-1749	5	22	24	77	31,11%	6,40%	28,57%
1750-1759	15	20	28	73	38,35%	20,54%	27,39%
1760-1769	17	15	26	88	29,54%	19,31%	17,04%
1770-1779	43	30	66	199	33,16%	21,60%	15,07%
1780-1789	44	20	62	193	32,12%	22,79%	10,36%
1790-1799	31	15	44	96	45,83%	32,29%	15,62%
Totais	155	147	275	802 ¹⁷³⁵			

Fonte: BDCRV.

A crescente e expressiva quantidade de Inventários contendo garfos indica que o consumo desse artefato se enraizou nos hábitos de parte da população mineira, atingindo também outros grupos sociais, para além da elite colonial, sobretudo em áreas urbanas. Exemplo disso poderia ser encontrado na casa da já citada Antônia Rangel, parda forra, moradora nas proximidades da “Igreja Grande” da vila de Sabará. Em 1757, dentre os poucos bens que ela possuía, figuravam, além de “um tabuleiro preto pequeno”, “três colheres”, “três *garfos* de latão” e um “prato da Índia de guardanapo”.¹⁷³⁶

Quando não eram de prata, constituindo o que denominamos de “outros materiais”, disparadamente os mais citados foram os “garfo(s) de latão”, (82 Inventários); seguindo aqueles genericamente descritos como “de metal” (35). Integraram também “garfos de ferro” (3), de “estanho” (2); e aparecendo somente uma única vez, os garfos de “bronze” e de “cobre”. Os cabos dos garfos foram descritos em apenas duas avaliações. Aquela que se em fez em 1783 quando da morte do português,

¹⁷³⁵ O Banco de Dados registra 804 inventários, porém, 2 estão sem datação.

¹⁷³⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônia Rangel, 1757.

comerciante, agricultor e minerador, José Vaz da Cunha; morador na Rua da Lavagem da vila de Pitangui¹⁷³⁷, na qual foram arrolados além de “uma faca e *garfos de ferro com cabo de osso*”, outra “faca com *dois garfos e cabo de pau*”.¹⁷³⁸ Esses últimos, possivelmente, seriam semelhantes ao garfo de ferro com três dentes (Figura 76), encontrado nas prospecções arqueológicas realizadas na Casa Bandeirista de Amarantina (MG) (Figura 1), ou aos garfos de ferro, mais novos, com quatro dentes e cabo de madeira, que pertencem ao acervo do Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte (MG) (Figura 76). A outra avaliação constava no Inventário da agropecuarista Catarina da Costa Maciel, moradora, em 1796, na fazenda Batatal, freguesia das Congonhas, onde possuía “*dois garfos de ferro com cabo de aço*”.¹⁷³⁹

Os garfos de prata (Figura 77) compunham, junto com outros objetos do mesmo material, a denominada “baixela” da casa, ou seja: seus “vasos ricos de metal para serviço de mesa”.¹⁷⁴⁰ Eles foram classificados erroneamente como “utensílios domésticos” em 31 Inventários do banco de dados. Apareceram, de forma mais apropriada, na categoria de bens denominada “objetos de ouro e prata”, em 116 desses documentos. Totalizavam, portanto, no termo de Sabará, 147 heranças com garfos de prata (Tabela 10). Antes do ano de 1742, eles foram os únicos arrolados nos espólios, surgindo de forma crescente nas avaliações. A partir desse marco temporal, irão se tornar cada vez menos frequentes, como se pode observar na linha decrescente do gráfico com sua presença nos Inventários de nossa amostra (Gráfico 33). Na última década do século XVIII, a presença dos garfos de prata sofre um pequeno aumento, todavia, a tendência geral da centúria foi a diminuição. Isso aponta uma mudança no significado e na disseminação do utensílio “garfo”. Se nos séculos XVI e XVII, mesmo em regiões periféricas da Colônia, como na São Paulo estudada por Alcântara Machado, o garfo de prata era um objeto presente nas mesas de pouquíssimos potentados (4%)¹⁷⁴¹, no século XVIII, o garfo deixava de ser um artefato raro, ligado às grandes elites e à

¹⁷³⁷ A descrição completa desse imóvel permite visualizar como se poderia organizar o interior de uma “loja” nas Minas Setecentistas: “uma morada de casas cobertas de telha com loja forrada de tábua, prateleiras, 2 gavetas com fechaduras, dois quartos, caixões que servem de mostradores da loja e venda. Água dentro do quintal, parreiras e 13 paus lavrados”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Vaz da Cunha, 1783. (Em bens imóveis).

¹⁷³⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Vaz da Cunha, 1783.

¹⁷³⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Catarina da Costa Maciel, 1796.

¹⁷⁴⁰ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 1. p. 271.

¹⁷⁴¹ MACHADO, Alcântara. *Op. Cit.* (1980), p. 83.

nobreza, para se tornar um objeto “necessário” a todo aquele que desejava demonstrar certo “grau de civilização”. Ainda que feito de materiais inferiores, poderia ser encontrado entre os bens de grupos sociais marginalizados. Entretanto, a exiguidade dos garfos de prata em um período de ascensão desse tipo de artefato, aponta que esses objetos em metal precioso continuavam simbolizando a distinção de uma elite.

Figura 76 – Garfo de Ferro com Três dentes (Casa Bandeirista de Amarantina, MG) e Garfos de Ferro com Cabo de Madeira (Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte, MG)



Fonte: Garfo da Casa Bandeirista de Amarantina, NASCIMENTO, Evelin Luciana Malaquias. *Et. al. Op. Cite.* (2014), v. 2, p. 554. Garfos de ferro com cabo de madeira, Museu de Artes e Ofícios, Belo Horizonte (MG), foto do autor, maio de 2019.

É consenso na historiografia que no século XVIII e grande parte do XIX a maioria da população, sobretudo pobres e escravizados, comiam com as mãos¹⁷⁴², “de arremesso”, fazendo o “capitão”, um “pequeno bolo de alimento que se faz com os dedos em uma comida empacotada com farinha de milho ou de mandioca”.¹⁷⁴³ Todavia, a grande presença de talheres, louças finas e guardanapos numa amostra de 45 Inventários, mesmo entre pobres e forros da comarca do Serro Frio, levou o professor Coelho Meneses, há cerca de 20 anos, a indagar se a “democratização” desse “padrão de civilidade”, teorizado por Norbert Elias, que realmente aconteceu na Europa, chegou a atingir uma colônia portuguesa no fim do século XVIII.¹⁷⁴⁴ Com os dados dos 804 Inventários da comarca do Rio das Velhas podemos, hoje, afirmar que sim. Em grau bem menor, mas sim, o projeto civilizacional europeu atingiu os sertões da América Portuguesa nesse período. Quando comparamos, por exemplo, a presença de garfos nos Inventários de áreas rurais da Normandia, em França, com os nossos, a diferença não chega a 15%. Na última década do século, os garfos estavam presentes em 45,83% das heranças deixadas no termo de Sabará. No período de 1770 a 1789 eles apareceram em 60% dos Inventários normandos.

Todavia, como os viajantes europeus do século XIX permitiram entrever em seus relatos, conforme Meneses: os talheres eram utilizados, sobretudo, em ocasiões especiais, quando “deixava-se a rusticidade cotidiana para fazer do ato de comer uma atitude cerimoniosa e mais ritual”.¹⁷⁴⁵ Essas ocasiões poderiam ser leigas ou associadas a rituais religiosos, a exemplo de banquetes para comemorar batizados etc., como aqueles que marcaram todo um imaginário no entorno das reuniões da Inconfidência Mineira.¹⁷⁴⁶ Alimentos e pratos pouco presentes no cotidiano também parecem ter sido servidos nessas ocasiões especiais, a exemplo do arroz.

Segundo Meneses, contrariando “as interpretações tradicionais que não o colocam como hábito alimentar dos mineiros no período”¹⁷⁴⁷, o arroz estava presente,

¹⁷⁴² FRIEIRO, Eduardo. *Op. Cit.* (1982), p. 66; 85; MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2000), p. 124.

¹⁷⁴³ MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2000), p. 124.

¹⁷⁴⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁴⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁴⁶ GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 214 -215.

¹⁷⁴⁷ Dentre outras interpretações, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 1, 2º vol., 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 259-310; e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras,

em 1793, nas listas “de Lucros” e de “Despesas”, no Inventário de dona Anna Perpétua Marcelina da Fonseca, viúva do dr. Luiz José de Figueiredo, rico e influente morador do arraial do Tejuco (Diamantina). Tal fato denotava que ela produzia arroz em sua roça, o armazenava e consumia, e, quando faltava em suas reservas, o encontrava no mercado para comprar. Por outro lado, dona Anna também “servia desse produto para auferir lucros para sua fazenda, vendendo-o”.¹⁷⁴⁸

De fato, esse cereal apareceu em quarto lugar entre os alimentos presentes nos bens classificados como “estoques” em 191 Inventários do termo de Sabará (Gráfico 34). Em sua maioria esses estoques pertenciam a fazendeiros e/ou comerciantes, que os vendiam na praça mercantil da comarca. O arroz apareceu em 18 espólios, muito atrás do milho (103) e do feijão (67) – que formavam a base da alimentação mineira no período –, bem como das bebidas alcoólicas (aguardente/cachaça/vinho), que apareceram em 26 Inventários (Gráfico 28). O primeiro Inventário com registro de arroz se deu no ano de 1742, e aparentemente servia ao consumo próprio da casa do boticário João Ferreira da Rosa, morador no arraial de São Romão.¹⁷⁴⁹ Dos 18 inventariados que estocavam esse cereal, 14 faleceram nas três últimas décadas do século XVIII, indicando que o consumo de arroz cresceu na Capitania nesse período.

Segundo Leila Algranti e Wanessa Asfora, o hábito de consumir arroz foi trazido para o Brasil “pelos portugueses que já o tinham como parte de sua dieta desde o contato com os mouros”¹⁷⁵⁰. Mas foi só no final do século XVIII seu uso se disseminou entre as elites coloniais, pois, segundo as mesmas autoras, o arroz começou a ser “associado a cozidos de carnes, como acompanhamento, da mesma forma que desponta nos menus da Casa Real em Portugal”.¹⁷⁵¹ De mesmo modo, em fins do Setecentos, já se divulgava um prato tão caro ao paladar mineiro: o arroz com galinha, tal qual aquele

1994. *Apud*. MENESES, José Newton Coelho. “A louça do meu uso, tanto da índia como de estanho”: Rusticidade cotidiana e requinte ocasional nas mesas das minas gerais setecentistas. *SAECULUM - Revista de História*, n. 27; João Pessoa, jul./dez. 2012, p. 36.

¹⁷⁴⁸ MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2000), p. 112.

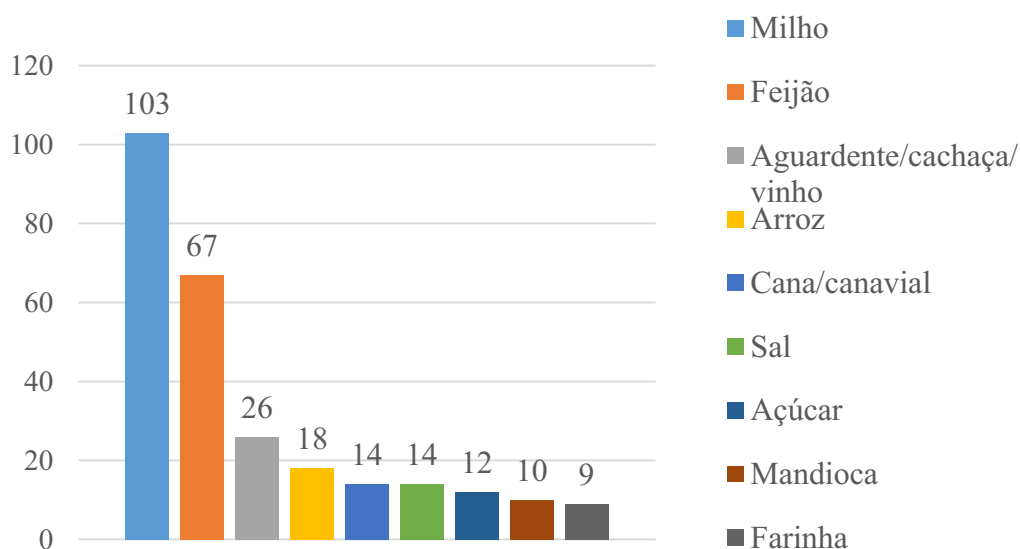
¹⁷⁴⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira da Rosa, 1742.

¹⁷⁵⁰ ALGRANTI, Leila Mezan; ASFORA, Wanessa. Luís da Câmara Cascudo e a ementa portuguesa: a contribuição de Portugal no pensamento sobre a cozinha brasileira. In: SOARES, Carmen; MACEDO, Irene C. *Ensaio sobre o patrimônio alimentar luso-brasileiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 7

¹⁷⁵¹ Todavia, ressaltam que “seu papel central nas refeições brasileiras, de acordo com a pesquisa de Cascudo, ainda não estava estabelecido na segunda metade do século XX”. ALGRANTI, Leila Mezan; ASFORA, Wanessa. *Op. Cit.* (2014), p. 7.

servido em 1818 ao naturalista austríaco Johann Emanuel Pohl, na fazenda do juiz de paz da vila de Patrocínio (MG). Nos termos de Eduardo Frieiro, tratou-se de “uma boa refeição, composta de feijão, *galinha com arroz*, farinha de milho, queijo e bananas”.¹⁷⁵² É possível que o crescente uso de garfos, em período próximo ao crescimento do consumo de arroz, estivesse associado ao emprego daquele artefato no consumo desse cereal.

Gráfico 34 - Nº de Inventários com Tipos de Alimentos nos "Estoques" com Frequência Maior ou Igual a Nove (f. ≥ 9)



Fonte: BDITCRV.

Leila Mezan Algranti, ao estudar a história da alimentação e a cultura material no Rio de Janeiro dos vice-reis, encontrou 44 heranças com “bens de mesa e cozinha”, correspondendo a 55% dos 80 Inventários referentes ao período entre 1763-1790.¹⁷⁵³ Trata-se de uma percentagem muito próxima daquela que encontramos em nosso recorte, 1713-1799, no qual 462 dos 804 inventariados, ou seja 57,42%, possuíam

¹⁷⁵² POHL, Johann Emanuel. Viagem no Interior do Brasil. Rio de Janeiro: I.N.L., 1951. *Apud.* FRIEIRO, Eduardo. *Op. Cit.* (1982), p. 77.

¹⁷⁵³ ALGRANTI, Leila Mezan. *Alimentação e cultura material no Rio de Janeiro dos vice-reis: diversidade de fontes e possibilidades de abordagens.* *Varia História.* 2016, vol.32, n.58, p. 33.

objetos classificados como “utensílio doméstico”, constituídos, em grande parte, por “bens de mesa e cozinha”.

Na segunda metade do século XVIII, a Europa seria marcada por transformações importantes na comensalidade, destacando-se “uma maior atenção à etiqueta e aos artefatos utilizados para servir e consumir os alimentos, especialmente o uso de talheres”.¹⁷⁵⁴ Neste mesmo período, segundo Algranti, “ocorre o início de um lento, mas crescente interesse pela vida privada e por novas formas de sociabilidade na América Portuguesa”.¹⁷⁵⁵ A autora atenta para o fato de que “a posse de objetos utilizados para se levar a comida à boca tem sido considerada um dos indicadores de mudanças nas formas de comer, especialmente os garfos e o conjunto dos três utensílios: *colher, garfo e faca*”.¹⁷⁵⁶ Em sua amostragem o elemento diferenciador consistiu na presença de garfos acompanhados de colheres, o que sugeria “a possibilidade de serem utilizados juntos ou de pelo menos ser divulgado entre seus proprietários o conhecimento dessa forma de uso”.¹⁷⁵⁷

Em 80 Inventários do Rio de Janeiro, no período de 1763 a 1790, a autora encontrou 16 heranças (2%) nas quais esses dois artefatos estavam associados.¹⁷⁵⁸ Em nossa amostragem, para o mesmo recorte temporal, encontramos 104 espólios com colheres associadas a garfos nos “utensílios domésticos”, e 4 entre os “objetos de ouro e prata”. Portanto, em um total de 464 Inventários, 23,27 % (108) de nossa amostragem continha esses dois objetos. A discrepância entre os percentuais comparados da sede do vice-reinado e de uma comarca nos sertões da Capitania de Minas Gerais fundamenta-se na forma como nós computamos os dados. Na análise dos mesmos, levamos em consideração todos os Inventários em que apareciam “colheres” e “garfos”, independentemente se eles foram avaliados juntos ou não, tendo em vista que trabalhamos com transcrições que agruparam esses objetos em conjunto, muitas vezes sem repetir a forma como foram sequenciados nos Inventários.

Destarte, segundo Leila Algranti, a associação desses artefatos nos espólios, indicam “que antes de 1808 e do conseqüente incremento do comércio de luxo na

¹⁷⁵⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁵⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. Cit.* (2016), p. 34.

¹⁷⁵⁶ *Idem*, p. 37.

¹⁷⁵⁷ *Idem*, p. 40.

¹⁷⁵⁸ *Idem*, p. 38 - 39.

cidade [do Rio de Janeiro], havia algum interesse na posse de talheres e de outros utensílios de mesa em prata”.¹⁷⁵⁹ Mesmo com as diferenças nos percentuais que apresentamos, nossas hipóteses corroboram com a conclusão da autora, segundo a qual os estudos como esses, de cultura material e história da alimentação, “apresentam uma percepção interessante e que atenua a visão de uma transformação profunda da comensalidade”, tanto no Rio de Janeiro, quanto em outros centros da América Portuguesa, que ocorreriam “somente após as influências modernizadoras europeias introduzidas pela corte portuguesa, no início do século XIX”.¹⁷⁶⁰ Eles indicam, claramente, a formação cultural de uma demanda, antes mesmo da formação de um grande mercado de oferta.

Figura 77 – Colheres, garfos, facas, faqueiro e saleiro de prata (séc. XVIII)

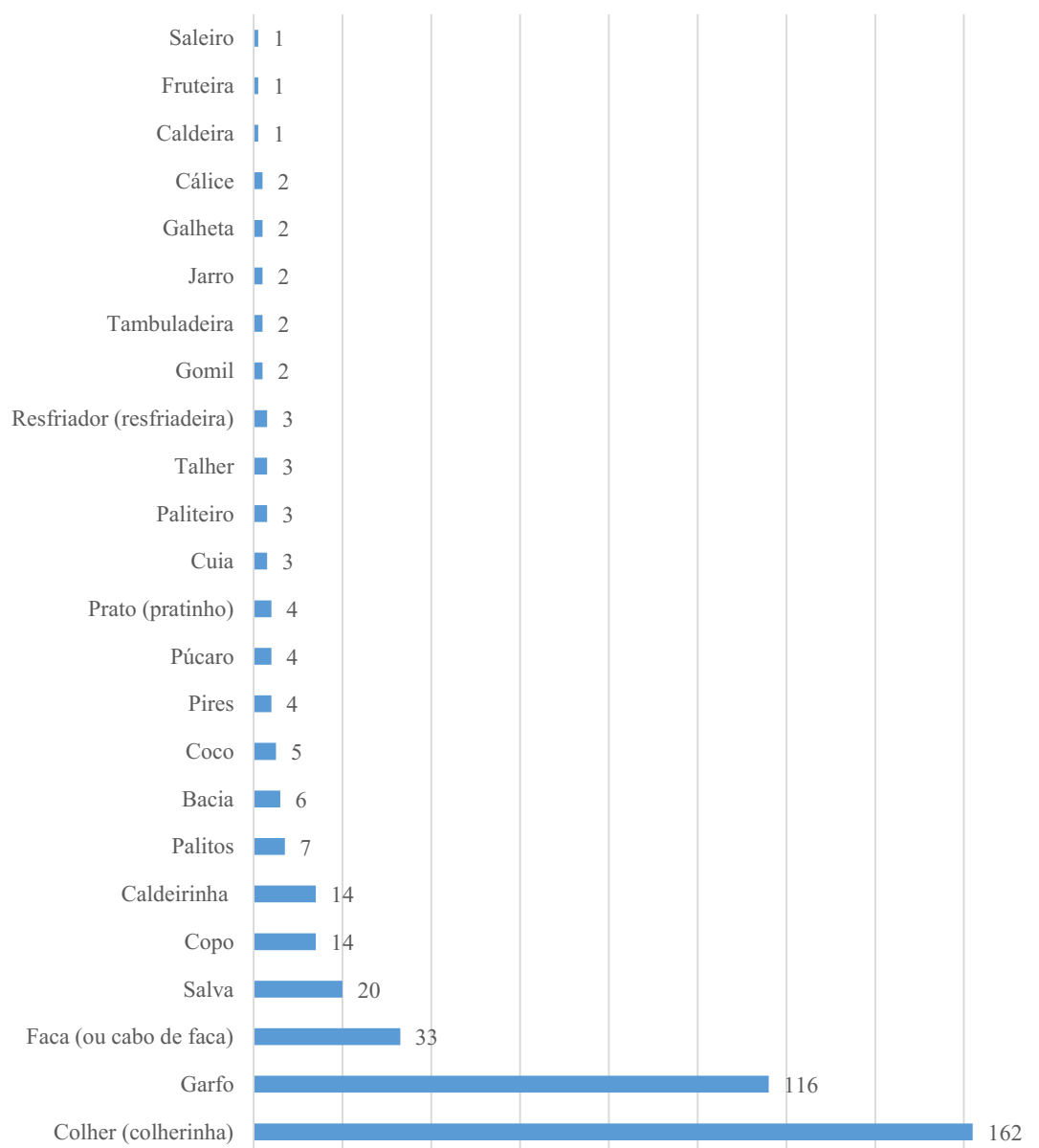


Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) – Lisboa, fotografia do autor: dezembro de 2017.

¹⁷⁵⁹ *Idem*, p. 47.

¹⁷⁶⁰ *Idem*, p. 48.

Gráfico 35 - Frequência nos Inventários e Tipos de Objetos da Baixela de Prata



Fonte: BDCRV.

Identificamos 24 tipos de objetos de prata da baixela entre os bens classificados como “objetos de ouro e prata” (Gráfico 35). Disparadamente, os que mais apareceram foram as “colheres de prata”, constantes em 162 Inventários, seguidas pelos garfos de prata (116). Os dois juntos na mesma herança estavam presentes em 14,05% (113) de toda nossa amostra. Depois deles, porém em grande distância, podiam ser encontradas

as facas ou cabo de facas de prata (33 documentos). Dos moradores do termo de Sabará no século XVIII, cujas heranças foram por nós analisadas, somente 5,8% possuíam o conjunto desses três utensílios: *colher, garfo e faca*.¹⁷⁶¹ Como vimos, esses foram os principais indicadores da modernização nas formas de comer, que vinham se delineando desde o início da Idade Moderna, e consolidaram-se no final desse período, (segunda metade do século XVIII), dentro do quadro que Norbert Elias teorizou como “o processo civilizador”. O trio formava os principais objetos da baixela de prata das mesas da comarca do Rio das Velhas, e, associados, estiveram presentes em todo o Setecentos, porém, a maioria deles (19) foi encontrada já na segunda metade do século XVIII. Entre os bens classificados como “utensílios domésticos”, constavam também três Inventários com “faqueiros”, um deles contendo “12 colheres de prata, 10 garfos de prata, 12 colheres de prata com as conchas lavradas sem uso, 12 garfos de prata e 12 facas de prata todas em um *faqueiro*”.¹⁷⁶² Nos outros dois, nas transcrições, a prata não é especificada.

A maioria dos inventariados que possuíam colheres, garfos e facas de prata (Figura 77) era formada por indivíduos muito ricos, basta dizer que a média de suas fortunas totalizou a quantia de 11.934\$989 réis. A maior parte deles constituía-se de pessoas com grandes fortunas. Dentre eles, contam alguns inventariados que já citamos aqui, como a senhora de engenho Maria Beatriz da Fonseca, proprietária da fazenda Urubu (com monte-mor de 6.088\$575 réis)¹⁷⁶³ e o português, comerciante de grosso trato, Matias de Crasto Porto, residente na Rua Direita de Sabará, em sua “morada de casas com sua loja grande de duas portas, cozinha e estrebaria com seu quintal” (com monte-mor no valor de 10.164\$808 réis).¹⁷⁶⁴ Esses itens também não poderiam faltar nas casas dos detentores das maiores fortunas de Sabará, tal como o já citado capitão-mor, falsificador de moedas, João Ferreira dos Santos, fundador da fazenda Jaguara (monte-mor: 50.204\$952 réis)¹⁷⁶⁵; e os grandes mineradores-agropecuaristas portugueses, Manoel das Neves Ribeiro (monte-mor: 62.975\$627 réis)¹⁷⁶⁶ e Antonio de

¹⁷⁶¹ 29 inventariados possuíam esse conjunto em prata, correspondendo a 3,6% da amostra. Outros 18 documentos apresentam esse conjunto em outros materiais, totalizando 2,2% da amostra.

¹⁷⁶² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Maciel, 1750.

¹⁷⁶³ Inventário *post-mortem* de Maria Beatriz da Fonseca, 1783.

¹⁷⁶⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Matias de Crasto Porto, 1742.

¹⁷⁶⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João Ferreira dos Santos, 1739.

¹⁷⁶⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel das Neves Ribeiro, 1744.

Souza Lima (monte-mor: 65.320\$208 réis).¹⁷⁶⁷ Todavia, alguns indivíduos com fortunas médias, que almejavam demonstrar distinção e “civilização”, em meio à “barbaridade” desses sertões, também ostentavam, em suas mesas, *colheres, garfos e facas de prata*. Exemplo disso pôde ser constatado no caso já citado do português Antônio Vieira Gaia, escrivão da vila de Sabará, em 1796, que não possuía casa própria, mas além da baixela de prata, também contava com uma cozinha muito bem equipada (seu monte-mor foi contabilizado em 1.836\$406 réis).¹⁷⁶⁸ Como efeito da disseminação desses objetos, da modernização dos rituais de comensalidade, e, sobretudo, de um ideário civilizacional europeu, outros grupos sociais passaram a adotar tais práticas, chegando a adquirir, para isso, artefatos de prata, mesmo possuindo pequenas fortunas. Se em 1781, no final do arraial do Rio das Pedras, adentrássemos pelo arco de pedras do quintal de uma casa com rancho para passagens, ao passarmos pela porta de entrada, poderíamos encontrar a seguinte cena: “uma mesa lisa”, com bancos improvisados¹⁷⁶⁹, mas forrada com sua “toalha de mesa”, e por cima, “seis guardanapos” e “pratos de estanho”. Sentada ao meio da mesa, estaria a proprietária da casa, nossa já conhecida Nazária da Rocha, preta forra, (talvez com duas de suas filhas), e suas respectivas “três colheres e três garfos de prata”, mas também “uma faca de mesa com cabo de prata” e um “copo de vidro”, (seu monte-mor somou a quantia de apenas 1:051\$432 réis).¹⁷⁷⁰

De acordo com a riqueza e o gosto de seus proprietários, a baixela de prata das casas da comarca do Rio das Velhas, além de colheres, garfos e facas, também poderia contar com as “salvas” (peça de serviço como um prato sustentado por um ou mais pés)¹⁷⁷¹ (20 documentos), os “copos” e as “cadeirinhas de prata” (14). Além desses, aparecendo em uma frequência entre 9 e 3 Inventários, computaram-se também outros objetos do mesmo material, a saber: os “palitos” (7), as “bacias” (6), o “coco” (5), o “pires” (4), o “púcaro” (um vaso ao modo de taça de beber)¹⁷⁷² (4), o “prato” ou “pratinho” (4). E, por fim, os artefatos de prata menos frequentes, que apareceram em um ou dois Inventários: o “gomil” (2), o “jarro” (2), a “tambuladeira” (uma pequena taça de metal ou louça usada para se provar o vinho) (2), a “galheta” (um conjunto de

¹⁷⁶⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antonio de Souza Lima, 1771.

¹⁷⁶⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira Gaia, 1796.

¹⁷⁶⁹ No inventário não constam nem móvel de assento.

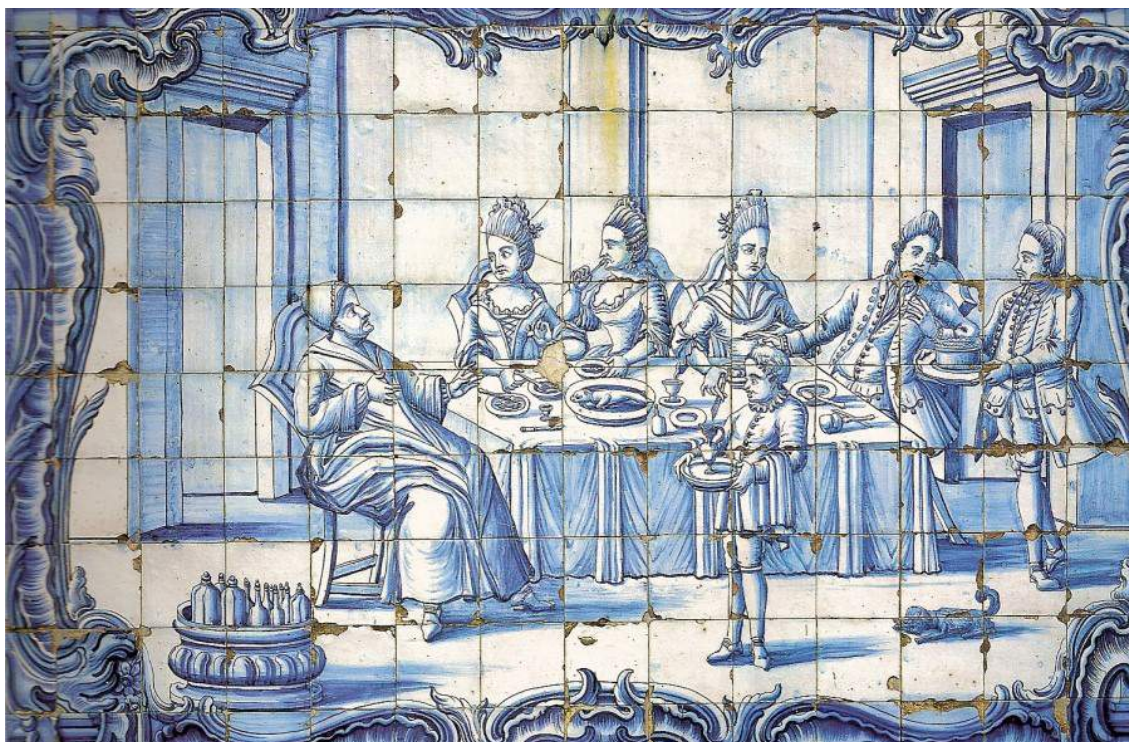
¹⁷⁷⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Nazária da Rocha, 1781.

¹⁷⁷¹ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 662.

¹⁷⁷² *Idem*, p. 525.

vasos em que se traz azeite e vinagre para o serviço de mesa) (2), o “cálice” (2), a “caldeira” (1), a “fruteira” (1) e o “saleiro” (1). Ademais, podemos citar um Inventário no qual constou uma “resfriadeira de prata”¹⁷⁷³, porém, esse bem foi classificado no banco de dados, erroneamente, entre os “utensílios domésticos”, e não entre os “objetos de ouro e prata”, os quais analisamos aqui. Esse artefato era utilizado para se manterem frescos as garrafas e os frascos com bebidas, como se pode observar no canto esquerdo de um painel de azulejos do séc. XVIII, no Palácio dos Guiões (Lisboa), com o decorrer de uma refeição (Figura 78).

Figura 78 – Painel de Azulejos do séc. XVIII com decurso de uma refeição
(Lisboa, Palácio dos Guiões)



Fonte: BRAGA, Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond. Dos tachos e panelas aos açucareiros e bules. Recipientes para confeccionar e servir alimentos em Portugal na Época Moderna. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 54, p. 71-101, jan./jun. 2011. Editora UFPR, p. 92.

Grande parte desses objetos de prata, à exceção dos garfos e colheres, pode ser observada na sala de jantar reconstituída com artefatos do século XVII ao XIX, no

¹⁷⁷³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio da Rocha Lima, 1768.

Velho Palácio dos Viscondes de Azurara, às Portas do Sol, em Lisboa (sede do atual Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas) (Figura 79). Esses objetos e a ambiência da reconstituição nos permitem visualizar, materialmente, o ideal de civilidade traduzido em tecnologias de consumo de alimentos próprios à sociedade de corte portuguesa do século XVIII. É certo que ambientes como esses teriam grande dificuldade de serem reproduzidos nas colônias, porém, como indicam os Inventários, elementos dessa “cena” poderiam ser encontrados na comarca do Rio das Velhas nesse mesmo período.

Figura 79 – Reconstituição de Sala de Jantar no Palácio dos Viscondes de Azurara, Lisboa (séculos XVIII – XIX)



Fonte: Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas, Lisboa, fotos do autor (fevereiro de 2018).

8.4 – A presença de louças nos Inventários como indicativo da introdução de novos hábitos de consumo

No começo do Setecentos, Bluteau definiu “louça” como: “pratos de barro *ou estanho*, que se guardam na cozinha e se põe na mesa”.¹⁷⁷⁴ Portanto, tratava-se de um termo mais vinculado à sua utilidade, do que ao material do qual a louça era confeccionada. O mesmo autor distinguiu a louça corrente da “porcelana”: “*louça fina da China, ou do Japão*”¹⁷⁷⁵, detalhando sua técnica de produção, até pouco tempo desconhecida no Ocidente. Em fins do século XVIII, Moraes Silva ampliou a definição desse termo, apresentando a diferenciação entre os materiais com os quais as louças poderiam ser produzidas, e descrevendo-as como: “vasos de cozinha, frasca; vasos de serviço de mesa, e se diz dos de *barro grosseiro*, ou de *pó de pedra, da China, de estanho etc.*”.¹⁷⁷⁶ Por si só, a distinção do vocábulo “louça” nos dois dicionários já assinala como esse utensílio se diferenciou e se multiplicou no decorrer do século XVIII. Em princípios do século XIX, o estanho e demais materiais serão excluídos da definição de Silva Pinto, segundo o qual, louça era “toda casta de vasos de barro grosseiro, ou fino”.¹⁷⁷⁷ Esse pequeno percurso filológico da palavra demonstra que ela, durante o século XVIII, deixaria de ser um termo generalista para o serviço de mesa, passando a designar utensílios segundo uma hierarquia de materiais, que no século XIX, depois de filtrados por uma grande mudança cultural, se resumirão ao barro: tanto o grosseiro, quanto o fino.

Hoje, de modo geral, nos referimos aos objetos produzidos a partir do cozimento do barro, como “cerâmica”, termo que não aparece nos supracitados dicionários. Segundo Tatiana da Costa Silva, tecnicamente, a louça “pode ser dividida em três grandes grupos – a de barro, a de pó de pedra, e a porcelana”.¹⁷⁷⁸ Para o século XVIII, os arqueólogos costumam designar como faiança, tanto a louça de barro grosseira

¹⁷⁷⁴ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.5, p. 186.

¹⁷⁷⁵ *Idem*, v.6, p. 616.

¹⁷⁷⁶ SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 2, p. 236.

¹⁷⁷⁷ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Op. Cit.* (1832), s/p.

¹⁷⁷⁸ SENA, Tatiana da Costa. *O consumo de louças estrangeiras e produção artesanal de louça em Vila Rica (1808 - 1822)*. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2007. (Monografia de Bacharelado em História), p. 45.

(produzida segundo o secular modelo de produção de raiz medieval)¹⁷⁷⁹, quanto a de barro vidrado (faiança fina), distinguindo-as de outros materiais, como a porcelana. Neste tópico analisaremos tanto a faiança grosseira, quanto a faiança fina e a porcelana, todas listadas nos Inventários, mas, sobretudo as últimas, e entendidas aqui como “louça fina”. Como afirmou Tania Andrade Lima, a cultura material desse tipo de bem foi “ativamente manipulada para marcar as distâncias sociais entre todas as categorias sociais, “num processo que se apoiou fortemente no sistema de objetos e no comportamento inerente à sua utilização, de tal maneira que este sistema está inequivocamente relacionado à hierarquia social.”¹⁷⁸⁰

Figura 80 – Travessa de “Louça da Índia” e Travessa de Louça Inglesa – Tiradentes, Museu Casa do Padre Toledo (séc. XVIII)



Fonte: Museu Casa do Padre Toledo, Tiradentes (MG), foto do autor (abril de 2019).

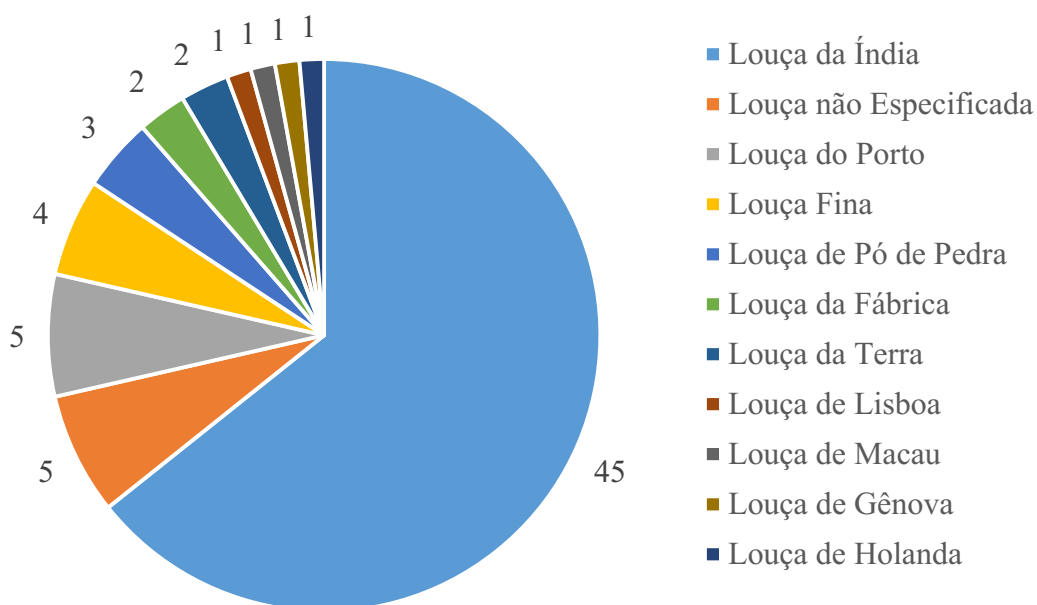
¹⁷⁷⁹ SEBASTIAN, Luís Carlos Pereira. *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. (Doutorado em História com especialização em Arqueologia), p. 8.

¹⁷⁸⁰ LIMA, Tania de Andrade. *Pratos e mais pratos - louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.3 p.129-191 jan./dez. 1995, p. 132.

Possuir utensílios de louça fina, assim como garfos e demais talheres de prata, também era sinal de distinção nas Minas Setecentistas. As louças finas foram encontradas em 55 heranças, o que correspondia a 14,61% dos Inventários do termo de Sabará. Esses espólios se concentravam, sobretudo, na segunda metade do século XVIII, porém, registraram-se alguns exemplares nos espólios da primeira metade dessa centúria. A partir de 1770 as louças finas se multiplicaram pela região, conforme os Inventários, cerca de 55% delas foram encontrados nas últimas três décadas do Setecentos.

Na comarca do Rio das Velhas, o século XVIII foi o século das “louças da Índia” (Figura 80). Elas foram descritas em nada menos que 81,81% (45) de todas as heranças com esse tipo de bem (Gráfico 36). Todavia, em muitas casas existiam outros tipos de louça. Muito atrás das louças da Índia, aparecem 5 documentos (9%) com louças sem especificação de origem ou material, bem como as louças do Porto. Em quatro Inventários elas foram descritas somente como “louça fina”. Em três, como “louças de pó de pedra”.

Gráfico 36 - Tipologias de Louças nos Inventários do Termo de Sabará (séc. XVIII)



Fonte: BDCRV.

Em duas heranças foram identificadas louças avaliadas como “da fábrica”. Ambas de portugueses da região de Braga.¹⁷⁸¹ Muito provavelmente eram utensílios provenientes da Real Fábrica de Louça ao Rato, que começou suas atividades por volta de 1767, como um dos anexos da Real Fábrica das Sedas de Lisboa. Essa havia sido criada em 1731, por iniciativa de um particular, e depois de 1750 se tornou “Real Fábrica”, no período de governação do Marquês de Pombal, “que inaugurou uma nova fase em que as prioridades de reestrutura da economia interna levam a Coroa a estimular e a proteger as iniciativas particulares com uma significativa ampliação das prerrogativas concedidas a setores industriais e do comércio”.¹⁷⁸² Corrobora essa hipótese o fato dos dois proprietários de “louças da fábrica” serem inventariados nas duas últimas décadas do século XVIII. Todavia, apesar da fábrica de Lisboa, provavelmente, ser a maior produtora de louças em Portugal nesse período, é necessário atentar para o fato de que a proibição quase geral de importações de louças europeias, entre 1770 e 1810, beneficiou a instalação de fábricas de louça por todo o país. Juntaram-se às olarias e pequenas oficinas a volta de Aveiro, Coimbra e Lisboa, outras fábricas em “Vila Real, Faro, Tavira, Lagos, Crato, Évora, Leiria, Ribatejo e quatro manufaturas de maior dimensão na cidade do Porto”.¹⁷⁸³

Também seriam de produção portuguesa tanto a “louça de pó de pedra”, quanto a “louça fina”, que somadas, aparecem em sete Inventários. Segundo Nuno Madureira, tecnicamente, “a cerâmica fina portuguesa identifica-se com a ‘louça de pó de pedra’, introduzida pela fábrica do Cavaquinho nos arredores do Porto”.¹⁷⁸⁴ Essa inovação no setor de produção da louça, seguia “o padrão da indústria têxtil, com a multiplicação de experiências e investimentos no último quartel do século XVIII”.¹⁷⁸⁵ De fato, as duas heranças com louças de pó de pedra foram encontradas na década de 1790.¹⁷⁸⁶ Também

¹⁷⁸¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro Leão, 1784; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel de Oliveira, 1796.

¹⁷⁸² MADUREIRA, Nuno Luís. Mercado e Privilégio: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834. Lisboa: Editora Estampa, 1997, p. 24.

¹⁷⁸³ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1997), p. 177.

¹⁷⁸⁴ Segundo o mesmo, “em 1790, encontravam-se estabelecidas unidades desse tipo em Aveiro, Coimbra, Carnota, Juncal, Panasqueira, Porto, Rio Maior e Viana”. MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1997), p. 180.

¹⁷⁸⁵ *Idem*, p. 181.

¹⁷⁸⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Sá Roiz, 1791; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Ana Maria de Jesus, 1796.

os quatro Inventários com louças do Porto são desse período.¹⁷⁸⁷ Buscava-se apurar o fabrico sem alterar e encarecer as fontes tradicionais de combustível, e, no caso das louças, uma vez que a cozedura não podia ser melhorada, os fabricantes voltaram sua atenção para outras etapas do ciclo produtivo, selecionando criteriosamente novos materiais e aperfeiçoando os vidrados e acabamentos finais. Ainda segundo Madureira, no caso particular da louça de pó-de-pedra: “a operação de triturar e peneirar o calcário acaba por dar a esta louça o seu nome de batismo”.¹⁷⁸⁸ No mundo português, ao menos entre 1770 e 1810, essa produção será a principal corrente da “faiança inglesa” de tons suaves e esbranquiçados, que circula no império através do contrabando.¹⁷⁸⁹

Assim como outros fenômenos sociais do final do século XVIII, aqui por nós estudados, a busca pela melhoria da qualidade das louças respondia “às exigências de maior requinte e urbanidade de seguimentos populacionais”, envolvidos em uma mentalidade modernizadora, característica do processo civilizacional europeu. No que dizia respeito às louças da casa, esses grupos criticavam “o ‘pouco asseio’ das tradicionais frigideiras, pratos, canecas e tachos, cujo aspecto pesado, grosso e de tons rústicamente avermelhados” contrastando “com as finas cerâmicas da China, importadas pela rota de Macau”¹⁷⁹⁰ (Figura 81) e denominadas genericamente em nossa documentação como “louças da Índia”. À exceção, e com origem na mesma rota, em 1791, constou no Inventário do capitão Domingos Sá Roiz, “quatro tigelas de Macau”¹⁷⁹¹.¹⁷⁹² No Museu do Ouro, em Sabará, pode-se ver um prato de porcelana

¹⁷⁸⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Pinto Carneiro, 1986; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Custódio José de Almeida, 1793; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio Vieira Gaia, 1796.

¹⁷⁸⁸ “O segredo consistia em misturar os barros de Leiria com uma agente de fusão, que tanto pode ser a pedra calcária da Serra de Monsanto, da região do Marne ou das províncias do Norte do país.” MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1997), p. 180.

¹⁷⁸⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁹⁰ MADUREIRA, Nuno Luís. *Op. Cit.* (1997), p. 180.

¹⁷⁹¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Sá Roiz, 1791.

¹⁷⁹² Segundo o arqueólogo Luís Symanski, no século XIX, a denominada “porcelana de Macau” foi produzida em massa para exportação, o que prejudicou sua qualidade. O mesmo autor encontrou em Porto Alegre (RS), em escavações no solar Lopo Gonçalves, de meados do século XIX, fragmentos de pratos de louças de Macau, padrão *Nanking*, “de uma qualidade ligeiramente superior àquela tida como a mais grosseira conhecida por *Canton*”. Louças semelhantes foram avaliadas no inventário do Visconde de São Leopoldo, em 1848, sob a denominação de “porcelana de Macau”, com um valor superior a faiança fina decorada. Tratar-se-iam de peças anteriores a construção do sobrado oitocentista, tendo em vista que sua comercialização foi interrompida completamente, no Brasil, no segundo quartel do século XIX. As que aparecem no inventário do capitão Domingos Roiz, em 1791, também não seriam louças “grosseiras”. SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Grupos Domésticos e Comportamento de Consumo em Porto Alegre*

chinesa, do século XVIII, oriunda de Macau (Figura 78), assim como as louças de Sá Roiz.

Figura 81 – Prato de Porcelana Chinesa oriunda de Macau, proveniente de Sabará, séc. XVIII (Museu do Ouro, Sabará – MG)



Fonte: Museu do Ouro, Sabará (MG). Foto do autor: maio de 2019.

Os portugueses foram os primeiros europeus a terem contato com esse tipo de artefato em 1499 na viagem de Vasco da Gama. Foram também os responsáveis por sua divulgação na Europa da Idade Moderna, monopolizando seu comércio até 1580, quando, sob o domínio espanhol, foram cortadas as relações com a Holanda e com a Inglaterra, que anteriormente adquiriam em Lisboa as mercadorias orientais.¹⁷⁹³ Todavia, durante todo o Antigo Regime, os lusitanos foram grandes comerciantes de “louças da Índia”, utilizadas como símbolo de nobreza pela sociedade de influência europeia da época. Muitas vezes comerciavam também a “louça portuguesa” (mais grosseira) nos mercados que consumiam as da Índia, como aqueles atendidos pela liga Hanseática, a principal associação comercial norte europeia dos finais da Idade Média

no Século XIX: O Solar Lopo Gonçalves. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997. (Mestrado em Arqueologia), p. 86 – 87.

¹⁷⁹³ DIAS, Vera Maria Carvalho Bello. *A Porcelana Armoriada da Coleção do Centro Científico e Cultural de Macau: uma análise histórica-artística e de mercado*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2012. (Dissertação de Mestrado em Gestão de Mercado de Artes). Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6570/1/TESE_ANEXO%20I.pdf (acesso, abril de 2019), p. 12.

até o começo da Idade Moderna. Exemplo disso pode ser observado, por exemplo, em um jarro de louça portuguesa datado de 1637 e exposto no Museu de Bremen, cidade autônoma do norte da Alemanha (Figura 82).

Figura 82 – Jarro de Louça Portuguesa de 1637 - Ludwig Roselius Museum – Bremen (Alemanha)



Fonte: Ludwig Roselius Museum, foto do autor (março de 2018).

A louça fina vinda do oriente era majoritária entre os inventariados do termo da vila de Sabará, no século XVIII, e marcou presença nesses documentos durante toda a centúria. Contudo, no final do Setecentos, respondendo a uma crescente demanda por artigos de refinamento e modernização nos rituais de comensalidade, cresceu o número de outras louças finas entre os inventariados da comarca. Anteriormente à multiplicação de fábricas de louças em Portugal, no último quartel do século XVIII, alguns raros membros da elite colonial também tiveram acesso às outras louças distintas das orientais. Exemplo disso foi a rentista e mineradora Maria do Ó Sacramento, que em 1760 residia na Rua direita de Sabará, em uma luxuosa “morada de casas com quintal, assoalhada e *forrada de estuque*¹⁷⁹⁴” (400\$000 réis), onde ela possuía, além de “um

¹⁷⁹⁴ “Mistura de cal fina, e pó de mármore amassados, para rebocar tetos: o estuque assente sobre grade de tábuas delgadas, nas quais se pregam pregos, nem de todos embebidos para segurarem a massa”. SILVA, Antonio Moraes. *Op. Cit.* (1813), v. 1, p. 788.

aparelho de chá da Índia”; “vinte dois pires de louça de Gênova” e “duas tigelas pequenas de louça de Holanda”.¹⁷⁹⁵

Apesar da maioria dos inventariados com louças avaliadas possuírem peças importadas (95,65%),¹⁷⁹⁶ certamente eles, assim como a maior parte da população, utilizavam a cerâmica nacional, de menor qualidade técnica, muitas vezes de tradição indígena, e que praticamente não consta na documentação devido ao seu baixo valor monetário. Sabe-se também que houve alguma produção de cerâmica de melhor qualidade nas Minas Setecentistas, mesmo antes do estabelecimento da fábrica de Cerâmica Saramenha, nos arredores de Vila Rica, no começo do século XIX.¹⁷⁹⁷ José Newton Coelho Meneses cita o exemplo da “Louça de Caité”, mencionada em um Inventário do arraial do Tejuco em 1796.¹⁷⁹⁸ A setecentista “louça da terra”, assim como a cerâmica Saramenha, se distinguiriam da cerâmica ordinária, também de produção local, pela presença do “vidrado”. Confirmamos isso, nas “várias peças de *louça vidrada de barro da terra*” (3\$940 réis) que poderiam ser encontradas, no arraial do Morro Velho, em uma “moradinha de casas” com “pequena venda, a mesma coberta de telha” e “seu quintal” (25\$800 réis), pertencentes, em 1780, ao caixeiro e comerciante¹⁷⁹⁹ Manoel Nunes da Silva.¹⁸⁰⁰ Os dois Inventários em que constaram louças da terra foram realizados depois dessa data.¹⁸⁰¹ Além dessa “louça vidrada” da venda do Morro Velho, em 1788, foram avaliadas “duas sopeiras de louça da terra”¹⁸⁰², na rua de São Pedro da vila de Sabará, em casas de Anselmo da Silva Diniz.

¹⁷⁹⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Maria do Ó Sacramento, 1760.

¹⁷⁹⁶ Foram excluídas apenas os inventários com as tipologias descritas como “da terra”, um total de 3 em 96 documentos.

¹⁷⁹⁷ SENA, Tatiana da Costa. *O consumo de louças estrangeiras e produção artesanal de louça vidrada em Vila Rica (1808 - 1822)*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. (Monografia de Bacharelado em História), disponível em: https://sites.ufop.br/sites/default/files/lph/files/160_tatiana_da_costa_sena_-_o_consumo_de_loucas_estrangeiras_e_producao_artesanal.pdf?m=1525724405 (acesso, abril de 2019), p. 61.

¹⁷⁹⁸ MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2000), p. 109.

¹⁷⁹⁹ Observação na ficha “protagonista” do inventário: “profissão do inventariado: além de furriel, Manoel é citado na planilha também como comerciante/caixeiro”. BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Nunes da Silva, 1780.

¹⁸⁰⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Nunes da Silva, 1780.

¹⁸⁰¹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Nunes da Silva, 1780; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Anselmo da Silva Diniz, 1788; BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Domingos Sá Roiz, 1791.

¹⁸⁰² BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Anselmo da Silva Diniz, 1788.

São escassas as informações nos Inventários quanto à decoração das louças transcritas no banco de dados. Quando elas existiram, referiam-se principalmente à pigmentação azul; a única exceção foi a descrição de “quatro pratos exarados de branco e encarnados”, que em 1771 pertenceram ao minerador Alexandre de Oliveira Braga.¹⁸⁰³ Registraram-se oito heranças com louças azuis, três delas da Índia. As demais também poderiam ser da mesma proveniência, ou de origem diversa, como aquelas que apareceram entre os bens de Anna Correa Barbosa, proprietária de “fazenda de roça com forno de cobre de torrar farinha, roda de mandioca no mesmo eixo do engenho de fazer farinha, casas de vivenda, paiol, senzala, tudo coberto de capim, chiqueiros, horta cercada, caminhos para carro de boi, córregos de faisqueira”, avaliada em 720\$000 réis, na paragem chamada Funil, próxima ao Paraopeba. Ela também possuía um “sítio com casas de vivenda cobertas de telhas com cozinha coberta de telhas, bananal, cercando o terreiro com seu rio de água que passa[va] no terreiro” (200\$000 réis), no fim do arraial de Roça Grande, onde, provavelmente ostentava, em 1760, além de “três pratos da Índia finos, pequenos e rasos”, “oito *pratos azuis de marca* de guardanapo” e “um prato de *marca maior*”.¹⁸⁰⁴ Segundo Bluteau, marca é o “sinal que se põe em uma coisa para a distinguir de outra”.¹⁸⁰⁵ A descrição distinta dessas louças denotam que tinham procedências diversas. É o que ocorreu também com a herança de Manoel Caetano dos Santos Cruz; em 1793, morador na Rua de São Francisco da vila de Sabará, onde possuía, dentre outras louças, “seis pratos do Porto”, “seis pratos da Índia” e um “prato grande de *louça azul*”.¹⁸⁰⁶

Segundo o arqueólogo Luís Symanski, até 1808, a faiança portuguesa, de feição grosseira, foi a louça de uso predominante na América lusitana. Depois da abertura dos portos da Colônia às “nações amigas”, naquele ano, a faiança fina, sobretudo inglesa, começou a ser despejada em larga escala no mercado brasileiro. Substituindo a portuguesa, ela tornou-se “a classe de louça doméstica mais popular no Brasil do século [XIX]”, dominando o mercado, devido à sua qualidade superior, variedade de padrões

¹⁸⁰³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Alexandre de Oliveira Braga, 1771.

¹⁸⁰⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Anna Correa Barbosa, 1760.

¹⁸⁰⁵ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.5, p. 322.

¹⁸⁰⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Caetano dos Santos Cruz, 1793.

decorativos e, sobretudo, seu preço relativamente acessível.¹⁸⁰⁷ Essa louça surgiu na segunda metade do século XVIII, como resultado de uma revolução na indústria cerâmica inglesa, que introduziu novos elementos na faiança clássica, buscando alcançar a qualidade da porcelana do Oriente. Em 1770 desenvolveu-se uma técnica de impressão conhecida como *transfer-printing*, que possibilitava a decoração sem a necessidade de pintura à mão.¹⁸⁰⁸ Na década seguinte, os ingleses também criaram um padrão decorativo conhecido por *Shell Edged Pattern*, “que apresenta a borda moldada e com suaves incisões, estando a decoração pintada limitada a um friso ao redor da borda”, na qual, mesmo aparecendo outras cores, o azul é predominante.¹⁸⁰⁹ Entre os cinco inventariados de nossa amostra com louça azul que não era da Índia, talvez algum possuísse louças desse tipo (Figura 83).

Mesmo que o padrão *Shell Edged Pattern* tenha sido produzido até a década de 1850¹⁸¹⁰, é indicativo que ele apareceu nas escavações realizadas na antiga Casa da Intendência de Sabará (Figura 9).¹⁸¹¹ O edifício, que abriga o atual Museu do Ouro de Sabará, tem origens em uma casa de fundição edificada por volta de 1725 pelo mestre de campo Faustino Rebelo Barbosa, e posteriormente abandonada.¹⁸¹² Em 1751, quando da recriação da casa de fundição, a construção foi transformada em sobrado, ampliada e totalmente reformada, “para abrigar, no térreo, as oficinas da fundição e os serviços fiscais, e, no pavimento superior, a *residência dos intendentess*”.¹⁸¹³ Desta forma, durante a segunda metade do século XVIII, até sua extinção em 1833, era “patente a duplicidade de funções do imóvel, o que se nota nos acabamentos, mais requintados nas áreas sociais, que sem dúvida serviam de espaços para atendimento oficial categorizado”.¹⁸¹⁴ É possível que o prato de louça em *Shell Edged* encontrado nas escavações, fosse utilizado em recepções ou mesmo no cotidiano da casa do Intendente, ao menos até 1833, e,

¹⁸⁰⁷ SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Grupos Domésticos e Comportamento de Consumo em Porto Alegre no Século XIX: O Solar Lopo Gonçalves*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997. (Mestrado em Arqueologia), p. 125.

¹⁸⁰⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁸⁰⁹ *Idem*, p. 129.

¹⁸¹⁰ *Idem, ibidem*.

¹⁸¹¹ PAULA, Fabiano Lopes de; GUIMARÃES, André Resende. (Coord.). Relatório das escavações arqueológicas realizadas em 2004, no pátio anexo ao Museu do Ouro, Sabará, MG. Belo Horizonte: Instituto Libertas de Educação e Cultura, 2004, p. 58.

¹⁸¹² BARCELOS, Reginaldo. Derreter o Ouro, Apurar As Técnicas: Arqueologia da Metalurgia na Casa de Fundição e Intendência de Sabará, Minas Gerais / Brasil (1751-1833), p. 58.

¹⁸¹³ *Idem, ibidem*.

¹⁸¹⁴ *Idem*, p. 63.

talvez, ainda nas últimas décadas do século XVIII. Nesse período, como vimos, muitas famílias da elite colonial, assim como suas congêneres de outras partes do Globo, buscavam se distinguir de outros grupos sociais, utilizando um serviço de mesa mais “higiênico” e “civilizado”, como se exigia as modernas tecnologias de consumo de alimentos. Ao se comparar os pesados e escuros pratos de estanho, encontrados em grande parte dos Inventários (Figura 67), e as leves e límpidas cerâmicas esmaltadas, tanto as importadas (Figura 80, 81; 83, 84) quanto as nacionais – a distinção se faz clara.

Figura 83 – Bordas de Pratos de Louça Inglesa decorados em *Shell Edged Pattern* azul – Pequenos Achados Arqueológicos da Casa da Intendência (Sabará – MG)



Fonte: PAULA, Fabiano Lopes de; GUIMARÃES, André Resende. (Coord.). *Relatório das escavações arqueológicas realizadas em 2004, no pátio anexo ao Museu do Ouro, Sabará, MG*. Belo Horizonte: Instituto Libertas de Educação e Cultura, 2004, p. 58.

Figura 84 – Reconstituição de Prato de Louça Inglesa, Padrão Blue Shell-Edged –
Norte dos EUA (c.1770-1820)



Fonte: <https://nmscarcheologylab.wordpress.com/2011/07/01/party-like-its-1776-a-look-at-eighteenth-century-ceramics/> (acesso, abril de 2019).

Em fins do Setecentos, clandestinamente, as louças inglesas já eram consumidas na América Portuguesa, por diversos grupos sociais com recursos. Dentre eles, “uma elite mineradora muitas vezes composta por reinóis que aqui enriqueceram e obtiveram um status social que dificilmente teriam no reino”.¹⁸¹⁵ Esses portugueses de origem pobre, que ascenderam economicamente nas Minas, assim como a elite nativa da Colônia, demandavam cada vez mais esse distinto tipo de bem. Exemplo disso pôde ser constatado, por exemplo, nas escavações da fazenda do Morro, em Mariana, uma monumental edificação da primeira metade do século XVIII, com quatro chafariz e um jardim interno com água corrente.¹⁸¹⁶ Ela foi construída por um português, o coronel João Gonçalves Fraga, que possuía fazenda de gado em Sabará¹⁸¹⁷, e que amealhou

¹⁸¹⁵ RIBEIRO, Loredana. Maria, Párvoa Exposta, Domingos, Padre Maculado. Ensaio de Arqueologia Micro Histórica. In: *Vestígios* – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v.6, nº 2, Jul.-Dez., 2012, p. 146.

¹⁸¹⁶ *Idem*, p. 133.

¹⁸¹⁷ *Idem.*, p.144.

grande fortuna na mineração, assim como seus herdeiros, durante todo o Setecentos.¹⁸¹⁸ No sítio arqueológico da fazenda, constatou-se que as “cerâmicas vidradas ibéricas” foram as mais consumidas na primeira metade do século XVIII, contando oito peças, dentre elas: panelas, tigelas, travessas e jarro, produzidas entre 1490 e 1700.¹⁸¹⁹ Na segunda metade do século, predominaram as peças em faiança fina (38), brancas, sem decoração, algumas com superfície modificada. Também constaram cerâmicas não esmaltadas (torneadas ou modeladas), e vasilhas de pedra sabão, “que deveriam ter sido utilizadas nas cozinhas da fazenda nesse período ou até mesmo antes”.¹⁸²⁰ Porém, destacando-se entre essas peças, foi encontrada uma porcelana inglesa, de pasta fina e decoração floral, com data média de estilo de 1773.¹⁸²¹ Essa peça talvez estivesse associada à vinda de Domingos Pereira Fraga, (também um português que ainda jovem migrou para a colônia) e morou com seu tio, o sargento-mor Estevão Gonçalves Fraga, segundo proprietário da fazenda – a partir de 1777, quando finalizou seus estudos no Seminário de Mariana, e foi ordenado padre.¹⁸²²

Dentre os tipos de peças de louças nos Inventários do termo de Sabará, prevaleceram aqueles que continham pratos (20), seguidos pelas sopeiras (18), pires (17), tigelas (14), xícaras (12) e bules (7). Figuraram também duas heranças com “aparelhos de chá” completos, e, excepcionalmente, aparecendo em apenas um espólio, podemos citar um copo, uma galheta e uma panelinha, todos de louça (Gráfico 37). A prevalência de certos tipos de peças nos Inventários aponta a primazia de gosto e a base do paladar dos proprietários desse tipo de bem. Primeiramente, o prato, aparece em vários tamanhos, muitos deles grandes, que atenderiam no serviço de mesa; outros, pequenos ou de meia cozinha, serviriam para o ato de comer nos rituais de comensalidade. Todavia, esses pratos, podiam ser utilizados para o serviço de vários tipos de alimentos, não deixando denotar as preferências de gosto culinário dessa clientela. As sopeiras de louça, (que aparecem em segundo lugar entre os tipos de peça, constando em 20 heranças) por sua vez, denotavam a preferência por certos pratos: os ensopados ou guisados, bem ao gosto do paladar português.

¹⁸¹⁸ *Idem, ibidem.*

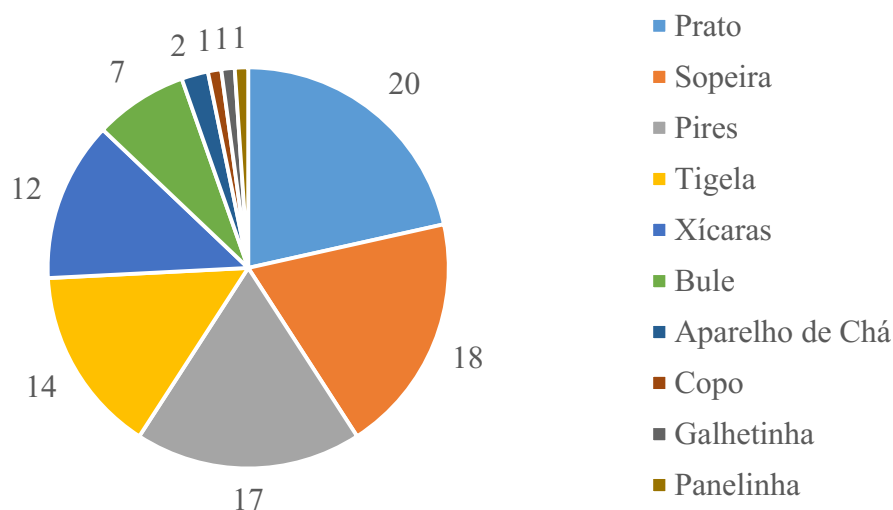
¹⁸¹⁹ *Idem, p. 153.*

¹⁸²⁰ *Idem, p. 155.*

¹⁸²¹ *Idem, p. 154.*

¹⁸²² *Idem, p. 145.*

Gráfico 37 - Tipos de Peças de Louça nos Inventários do Termo de Sabará (séc. XVIII)



Fonte: BDITCRV.

Destacou-se, entre os tipos de peças de louça listadas nos Inventários de Sabará, a grande presença de utensílios ligados ao consumo das ditas “bebidas exóticas”¹⁸²³, especialmente o chá (mas também aparece, timidamente, o café, que dominaria esse consumo no Brasil somente no século XIX). O chocolate, que também se enquadra nessa categoria de bebidas, como dissemos anteriormente, não constou nos Inventários. O consumo do chá preto ou verde, da China, se divulgou pela Europa durante a segunda metade do século XVII, através de Portugal, e das “pessoas que tinham tido contatos com o Oriente como os tripulantes dos navios, mercadores e aventureiros”.¹⁸²⁴ Em Lisboa, o consumo do chá, assim como das outras bebidas exóticas, se acentuou na segunda metade do século XVIII, “cooperando com uma crescente vida social, que

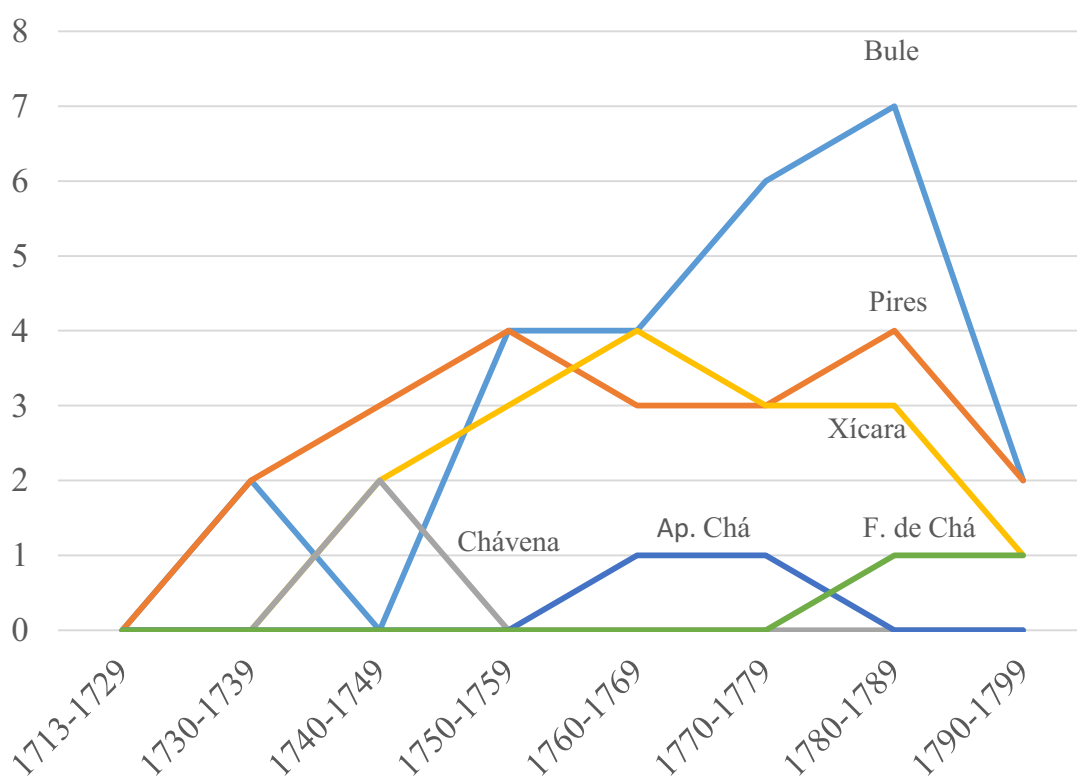
¹⁸²³ ABREU, Ana Clara; BARROS, Ana Barbára; MARQUES, Maria da Luz Paula. *As Bebidas Exóticas e as Artes Decorativas o chá, o café e o chocolate*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2002.

¹⁸²⁴ ABREU, Ana Clara. “Chá”. In: ABREU, Ana Clara; BARROS, Ana Barbára; MARQUES, Maria da Luz Paula. *As Bebidas Exóticas e as Artes Decorativas o chá, o café e o chocolate*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2002, p.11. *Apud*: FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2015), 176.

começaria por se fazer sentir logo durante a tarde, pois parece que ‘são as tardes o espaço em que triunfa a ociosidade’¹⁸²⁵.

O hábito de tomar chá, mesmo que pouco expressivo, parece ter se disseminado também na Capitania de Minas Gerais durante o Setecentos, sobretudo, na segunda metade desse século. É o que se pode observar no Gráfico 38 contendo a presença de todos os utensílios ligados ao ritual de consumo de bebidas exóticas nos Inventários da comarca do Rio das Velhas, neste período.

Gráfico 38 - Evolução dos Utensílios Ligados ao Consumo de Bebidas Exóticas nos Inventários (séc. XVIII)



Fonte: BDITCRV.

Vale destacar que esses utensílios não necessariamente eram de louça, existindo também alguns de outros materiais. Figuram, por exemplo, cinco heranças com “bule de estanho”, uma com “bule de arame” e outra com “bule de cobre” (Figura 85).

¹⁸²⁵ FRANCO, Carlos José de Almeida. *Op. Cit.* (2015), 177.

Excetuando-se o de “arame”, todos eles foram encontrados em Inventários realizados nas últimas três décadas do século XVIII. Isso indicava que, assim como outros artefatos aqui analisados, também os bules, e por extensão o hábito de se tomar chá, começou a permear outras camadas para além das elites coloniais. Esses utensílios além disso poderiam ser utilizados no consumo do café, é o que atesta sua presença já em 1742 entre os bens de “estoque” da “loja grande” de Matias de Crasto Porto, na Rua Direita de Sabará.¹⁸²⁶ Porém, as poucas referências a esse consumo foram registradas no final do século XVIII, na descrição de artefatos como “uma bacia de arame de fazer café”¹⁸²⁷, que em 1776 pertenceu à Inácia Pereira da Encarnação; e ao “moinho de fazer café”¹⁸²⁸, de Anselmo da Silva Diniz, avaliado no ano de 1788.

Figura 85 – Bule Antigo de Cobre, Tiradentes (MG)



Fontes: Oficina de Ourives Santíssima Trindade, Tiradentes (MG) (foto do autor, abril de 2019).

¹⁸²⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Matias de Crasto Porto, 1742.

¹⁸²⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Inácia Pereira da Encarnação, 1776.

¹⁸²⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Anselmo da Silva Diniz, 1788.

Capítulo 9 – Hortas e quintais: o alimento que se colhe em casa

Há diversas abordagens na História da Alimentação. Aqui, optamos por uma perspectiva da “sociogênese do paladar”. Tomamos assim emprestados os conceitos de “sociogênese” formulado por Norbert Elias, em sua teoria sobre “o processo civilizador”, e o de “paladar”, tal qual foi empregado por Luís da Câmara Cascudo. Para Elias, “por efeito de uma ‘lei sociogenética’ básica, o indivíduo, em sua curta história, passa mais uma vez através de alguns dos processos que a sociedade experimentou em sua longa história”.¹⁸²⁹ Por sua vez, Cascudo entendia que “o ‘paladar’ é determinado por padrões, regras e proibições culturais (...) um elemento poderoso e permanente na delimitação das preferências alimentares humanas, e está profundamente enraizado em normas culturais”.¹⁸³⁰ Segundo o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, a categoria “paladar”, em oposição à “fome”, atravessou toda a reflexão etnográfica de Câmara Cascudo sobre a História da Alimentação, assumindo que no cotidiano os alimentos servem para expressar e celebrar diferentes espécies de relações sociais e culturais.¹⁸³¹ Em seus termos:

Qualquer sociedade ou cultura humana elabora alguma forma de distinção entre a fome e o paladar. É importante, no entanto, focalizar a natureza da relação entre essas categorias. No caso dos escritos de Cascudo, e particularmente das categorias neles expressas, o paladar desempenha uma função dominante, enquanto a fome, uma função subordinada. Em tal perspectiva, são as regras culturais e as trocas sociais que definem a natureza humana, e não as necessidades biológicas. Um sistema alimentar funciona não exclusivamente para satisfazer essas necessidades, mas para expressar um paladar cultural e historicamente formado. Como uma necessidade natural, a fome vem a ser satisfeita por qualquer tipo de alimento, do mesmo modo que a sede é satisfeita pela água. Mas o paladar está associado a modalidades distintas de comidas e bebidas. Mais que isso, está associado a formas específicas e particulares de preparação, apresentação e consumo. Por intermédio do paladar, os indivíduos e grupos distinguem-se, opõem-se a outros indivíduos e grupos. Por

¹⁸²⁹ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 15. ALMEIDA, Wanderson Santos de. *Redes Governativas: a atuação da família Azeredo na Capitania do Espírito Santo (séc. XVI-XVII)*. *Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est*. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/view/18833> (acesso, Março de 2019).

¹⁸³⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Fome e o paladar: a antropologia nativa de Luis da Câmara Cascudo. *Estudos Históricos* (FGV), Rio de Janeiro, n° 33, janeiro-junho de 2004, p. 43.

¹⁸³¹ *Idem*, p. 45.

essa razão, o paladar situa-se no centro mesmo das identidades individuais e coletivas.¹⁸³²

Leila Mezan Algranti também identifica a categoria “paladar” como elemento primordial na construção teórica de Câmara Cascudo. Para essa historiadora, “não se trata apenas de uma etnografia do paladar dos “alimentados”, pois o paladar acaba assumindo a função de categoria explicativa na compreensão da difusão ou aceitação de determinados alimentos, especialmente entre os adventícios”.¹⁸³³ Inspirados na categorização cascudiana, entendemos, portanto, o “paladar” como a predileção social por determinados tipos, formas de produção, preparação, apresentação e consumo de alimentos. O “paladar” se contrapõe à “fome”, como carência dessa predileção, mas também se antepõe ao “gosto”, de caráter mais restrito, resultado tanto de preferências individuais, mas, sobretudo, de construções sociais de grupos restritivos, tais como as elites sociais ou grupos indentitários. Assim, ao propormos uma leitura sociogenética do paladar, estamos postulando que uma determinada sociedade constrói seu paladar com bases em dois mecanismos: a reinterpretção de uma longa duração das culturas alimentares; e a construção de identidades de barreira civilizatória que buscam distinguir e naturalizar uma determinada ordem social através do “gosto”.

9.1 – Origens medievais das hortas e quintais

O que hoje conhecemos como hortas e quintais têm sua origem na Alta Idade Média (meados séc. VIII – fins do X)¹⁸³⁴. Neste período, no seio da cristandade ocidental, foram desenvolvidas, por clérigos e camponeses, técnicas de plantio de leguminosas, hortaliças, ervas e raízes, todas destinadas ao seu consumo direto.¹⁸³⁵ Esses plantios eram fundamentais na alimentação desses grupos sociais, pois sobre a horta, o senhor do domínio não poderia exigir qualquer tributo, tornando-as “uma espécie de

¹⁸³² *Idem*, p. 44.

¹⁸³³ ALGRANTI, Leila Mezan; ASFORA, Wanessa. Luís da Câmara Cascudo e a ementa portuguesa: a contribuição de Portugal no pensamento sobre a cozinha brasileira. In: SOARES, Carmen; MACEDO, Irene C. *Ensaio sobre o patrimônio alimentar luso-brasileiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 264.

¹⁸³⁴ Adotamos aqui a cronologia proposta por Hilário Franco Júnior. FRANCO JUNIOR, Hilário. *Op. Cit.* (2001), p. 16.

¹⁸³⁵ MONTANARI, Massimo. Estruturas de produção e sistemas alimentares. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 219.

zona franca do rendeiro”.¹⁸³⁶ Caracterizava essa época, o território rural suplantando o espaço urbano, que, anteriormente, dominava no Período Romano. Nos termos de Massimo Montanari: “a própria paisagem da cidade torna-se desde então muito “ruralizada”: os campos, os pomares, os prados, os bosques penetram nas cidades”.¹⁸³⁷

Durante a Idade Média Central (séculos XI – XIII), com o crescimento das cidades, as hortas urbanas começaram a se diferenciar das rurais. A importância de seu papel era assegurada pela existência de regulamentos que impunham às famílias o plantio de hortas em certas aldeias e castelos. Dentro dos grandes centros, ou fora das muralhas da cidade, a horta urbana não se destinava apenas à subsistência do aldeão, como nos séculos anteriores; sua produção era então atraída pelo mercado urbano e entrava em vastos circuitos comerciais.¹⁸³⁸ Talvez seja dessa distinção funcional entre horta urbana e horta rural que a denominação “quintal” surgiu, no Reino de Portugal, para designar principalmente a área utilizada para o plantio doméstico nas povoações.

Segundo o dicionarista Raphael Bluteau, horta era “o lugar onde se cria[va] e se cultiva[va] a hortaliça”¹⁸³⁹. Já o quintal era “na cidade pequena ou vila um pedaço de chão com árvores frutíferas e cercado de muros. Chama-se quintal por servir como quinta no povoado”¹⁸⁴⁰. Quinta, por sua vez, era a “casa de campo ou fazenda de lavoura no campo com sua casaria. Chamou-se assim porque de ordinário o que arrenda a Quinta dá ao dono dela a quinta parte do que colhe em frutos”¹⁸⁴¹. A mesma distinção nominal poderá ser observada nos Inventários da Capitania de Minas Gerais, no século XVIII, como veremos adiante.

No manuscrito conhecido como *Livro das Fortalezas de Duarte D’armas*, elaborado em torno de 1509, são apresentadas, em desenho, 55 fortalezas (povoados com muralha) e 51 plantas-baixa de Castelos, localizados na fronteira de Portugal com a Espanha.¹⁸⁴² Nos desenhos das fortalezas, alguns tirados de duas perspectivas, é possível

¹⁸³⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁸³⁷ MONTANARI, Massimo. *Op. Cit.* (1998), p. 215.

¹⁸³⁸ CORTONESI, Alfio. Cultura de subsistência e mercado: alimentação rural e urbana na baixa Idade Média. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 316.

¹⁸³⁹ BLUTEAU, Raphael. *Op. Cit.* (1712 – 1728), v.7, p. 62.

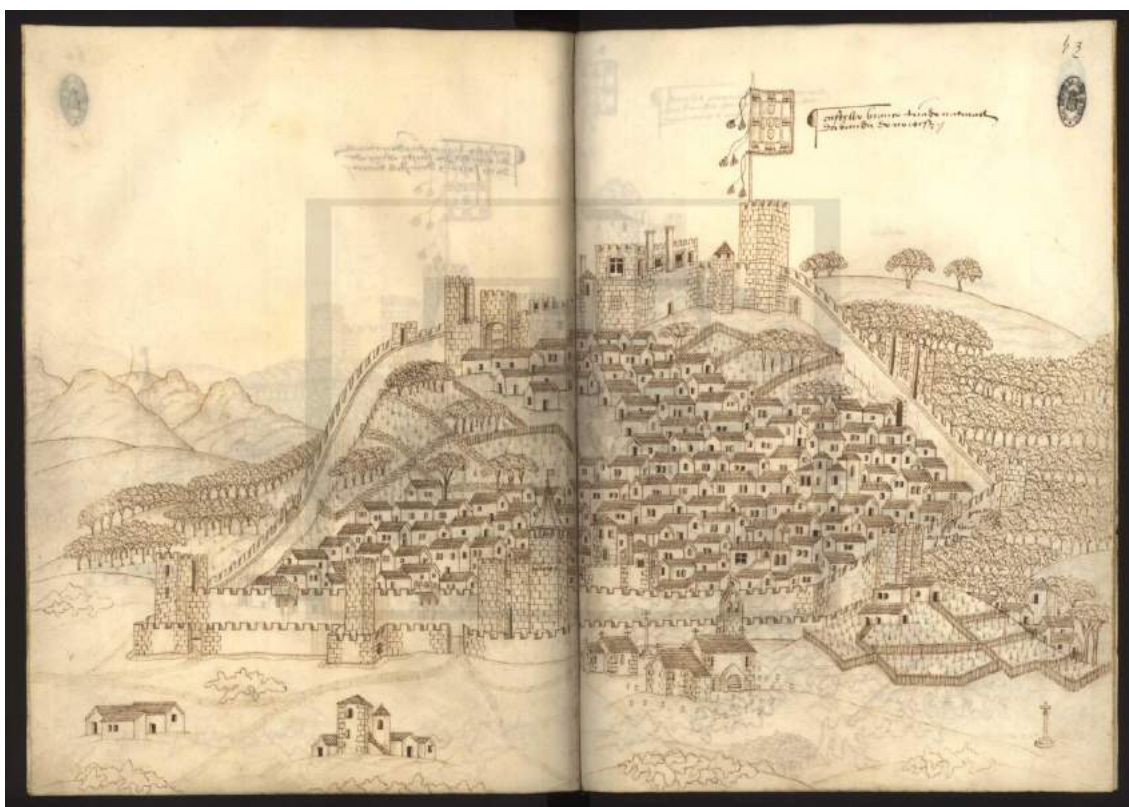
¹⁸⁴⁰ *Idem*, p. 66.

¹⁸⁴¹ *Idem*, p. 65.

¹⁸⁴² DIAS, João José Alves. Apresentação e Leituras. In: ARMAS, Duarte de. *Livro das fortalezas*. Edição fac-similada de: Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de

identificar a presença de dezenas de povoados com quintais cercados de diversos materiais (ou não cercados), tanto dentro, mas principalmente fora das muralhas, a exemplo do que denota a planta de *Castelo Branco tirado natural, da banda do noroeste* (Figura 86). Na parte central do desenho, dentro da muralha, e próximo ao castelo, é possível observar grandes quintais, cercados com materiais diversos, e com composição vegetal variada (árvores e arbustos). Também na parte externa das muralhas, no canto inferior direito da prancha, é possível visualizar outros espaços de cultivo cercados no fundo das habitações.¹⁸⁴³

Figura 86 – Quintais da cidade murada de Castelo Branco, por Duarte de Armas – Portugal (c. 1509)

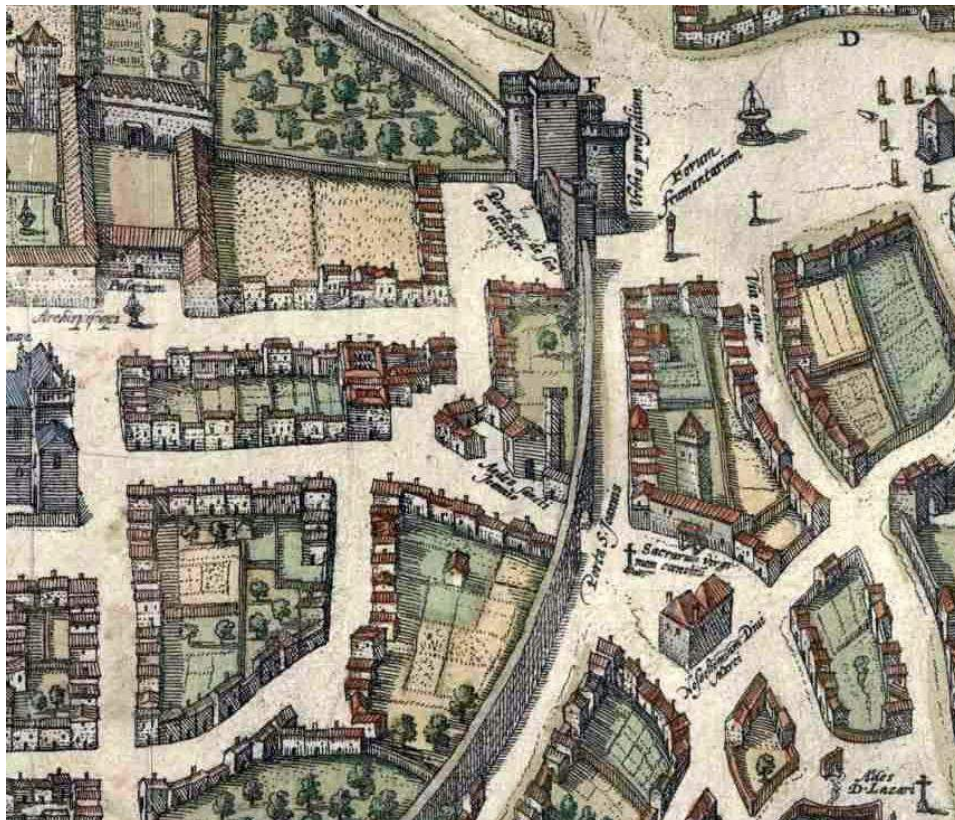


Fonte: ARMAS, Duarte de. *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da casa do rei d. Manuel I*. Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo, c.1509, Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707> (acesso, janeiro de 2019)., fl. 53.

Armas, escudeiro da casa do rei d. Manuel I (DGLB – Torre do Tombo, cota: Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159, cofre forte). Casal de Cambra (Portugal): Editora Caleidoscópio, 2015, p. 28-31.

¹⁸⁴³ Certamente não se tratava de um “retrato fiel” da configuração espacial daquela cidade, sobretudo no se refere as habitações particulares. Porém, trata-se de uma figuração que representa uma realidade espacial comum àquele tempo.

Figura 87 – Quintais no Mapa de Braga da obra de Georg Braun (1594)



Fonte: Mapa da cidade de Braga de Georg Braun por integrar a obra "Civitates Orbis Terrarum", publicação Georg Braun, Colônia, Alemanha, 1572-1618, 6 vol. Acervo do Arquivo Distrital de Braga. Disponível em: <http://pesquisa.adb.uminho.pt/details?id=1414786> (acesso, janeiro de 2019).

Em 3 das 51 plantas de castelos desenhadas por Duarte de Armas encontravam-se espaços nomeados como: “quintal”¹⁸⁴⁴. Um deles foi descrito como “quintal com árvores”¹⁸⁴⁵, dois localizavam-se ao lado de capelas¹⁸⁴⁶, o que corrobora a hipótese de que as atividades de horticulturas eram desenvolvidas por clérigos. José Newton Coelho Meneses também identificou a existência de “quintais de igrejas” em um mapa do arraial do Tejuco (Diamantina), indicando a *longa duração* desta prática.¹⁸⁴⁷ No *Livro das Fortalezas*, encontrava-se também a descrição de uma “horta”¹⁸⁴⁸, e, como Oliveira

¹⁸⁴⁴ DIAS, João José Alves. *Op. Cit.* (2015), p. 354 (fl. 122v); 362 (fl. 124v); 363 (fl.125).

¹⁸⁴⁵ *Idem.*, p. 354 (fl. 122v).

¹⁸⁴⁶ *Idem.*, 362 (fl. 124v); 363 (fl.125).

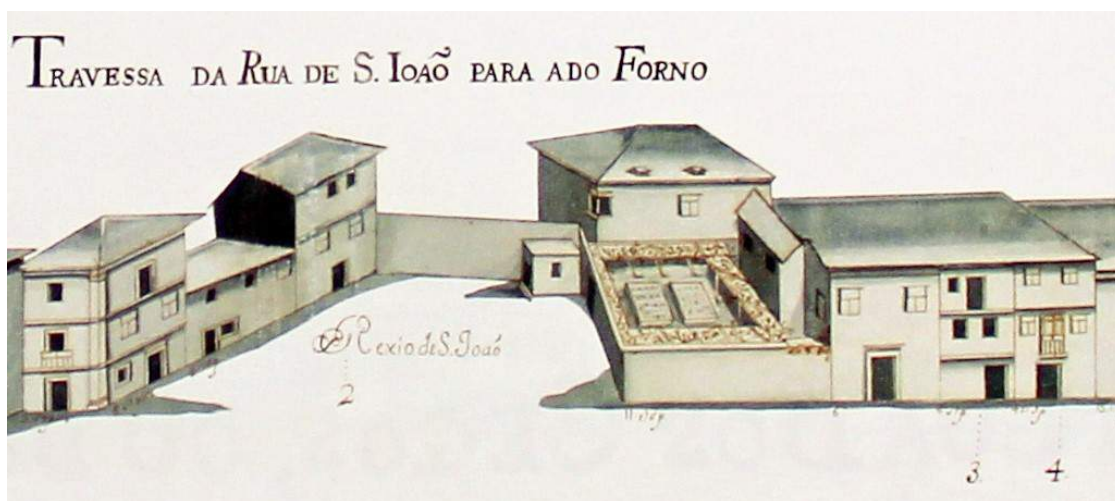
¹⁸⁴⁷ MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: O quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.23. n.2. p. 69-92. jul. - dez. 2015, p. 79.

¹⁸⁴⁸ *Idem.*, p. 366 (fl. 125v).

Marques nos diz, o Castelo de Moura¹⁸⁴⁹ “superior em tudo, até ostentava um laranjal!”¹⁸⁵⁰.

Da cidade de Braga, existe uma ilustração do ano de 1594 na qual é possível visualizar uma configuração urbana em que os quintais, tanto intra quanto extramuros, são indissociáveis da paisagem, preenchendo o centro dos quarteirões ao fundo das casas. Na figura podem ser observadas diversas tonalidades e formas, simbolizando a diversificação de plantios existente nos fundos dos quintais, assim como diferentes materiais utilizados para cercá-los (Figura 87). Configuração semelhante pode ser observada no *Mapa das Ruas de Braga*, elaborado em 1750, que mesmo em uma realidade urbana muito mais conurbada quando comparada à primeira figura, ainda é possível identificar esses espaços de cultivo ligado às habitações. Na *travessa da Rua de S. João para a do Forno* se via claramente a configuração de um desses quintais, rodeado por parreiras tendo ao centro dois canteiros altos nos quais certamente se plantavam legumes e hortaliças (Figura 88).

Figura 88 – Quintal no *Mapa das Ruas de Braga* de 1750



Fonte: BELINO, Albano; FEIO, Alberto; ROCHA, Ricardo; VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA. *Mapa das ruas de Braga*. Braga: Universidade do Minho, 1989. 2 v.

¹⁸⁴⁹ *Idem.*, p. 351 (fl. 122).

¹⁸⁵⁰ MARQUES, António Henrique de Oliveira. *Op. Cit.* (1971), p. 73.

Considerado como extensão da própria casa, o quintal extrapolava o âmbito doméstico/familiar, em suas conformações sociais, se tornando fundamental na construção da paisagem urbana do Setecentos.¹⁸⁵¹ Ele materializava no meio urbano, o mundo rural, da mesma forma que era um espaço de sociabilidade de vizinhança suscitando valores de urbanidade. Por outro lado, resguardava a intimidade familiar como espaço de recolhimento feminino e infantil. Suas produções abasteciam “a família e a vila na construção de uma culinária cotidiana de um gosto alimentar próprio”¹⁸⁵², atendendo também às emergências de saúde dos moradores e vizinhos com suas ervas medicinais. Relatos de naturalistas e viajantes do início do século XIX relacionaram a “hospitalidade seletiva e a boa qualidade da alimentação dos mineiros” à “formação doméstica das mulheres”, administrando o cotidiano da casa e mantendo nos quintais plantas diversas. Podemos acrescentar a tal caracterização, que essa lógica se vinculava a uma domesticidade de antigo regime português (fortemente marcado pela reclusão feminina, sobretudo entre as elites, com origens no período islâmico da ibéria medieval) e que se adaptou às especificidades da sociedade colonial mineira. O papel da mulher nesta forma de domesticidade pode ter sido utilizado, nos primeiros momentos do processo colonizador da Capitania, como símbolo de comportamento “desejável” e “civilizado”, distinguindo “famílias tradicionais” de outros arranjos familiares diversos que proliferavam nas Minas Setecentistas¹⁸⁵³, e se firmando como comportamento “modelo” principalmente no século XIX.

9.2 – A “Sociogênese do Paladar” na Composição dos Quintais Mineiros

Coelho Meneses definiu os quintais como “espaços de cultivo, de criação, de fazeres e de sociabilidades”¹⁸⁵⁴, nos quais se harmonizam a produção de hortaliças, frutas, ervas medicinais, especiarias (para temperos e conservação de alimentos), cucurbitáceas (abóboras e morangas), consorciadas à criação de porcos e de aves.

¹⁸⁵¹ Extensa pesquisa vem sendo desenvolvida pelo professor José Newton Coelho Meneses (UFMG) abordando os quintais, do ponto de vista de seus elementos materiais da cultura, em Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX. O que apresentamos deste ponto em diante como contextualização da análise de nosso próprio objeto são os resultados parciais dessa pesquisa apresentados em um artigo de sua autoria publicado nos Anais do Museu Paulista: MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2015).

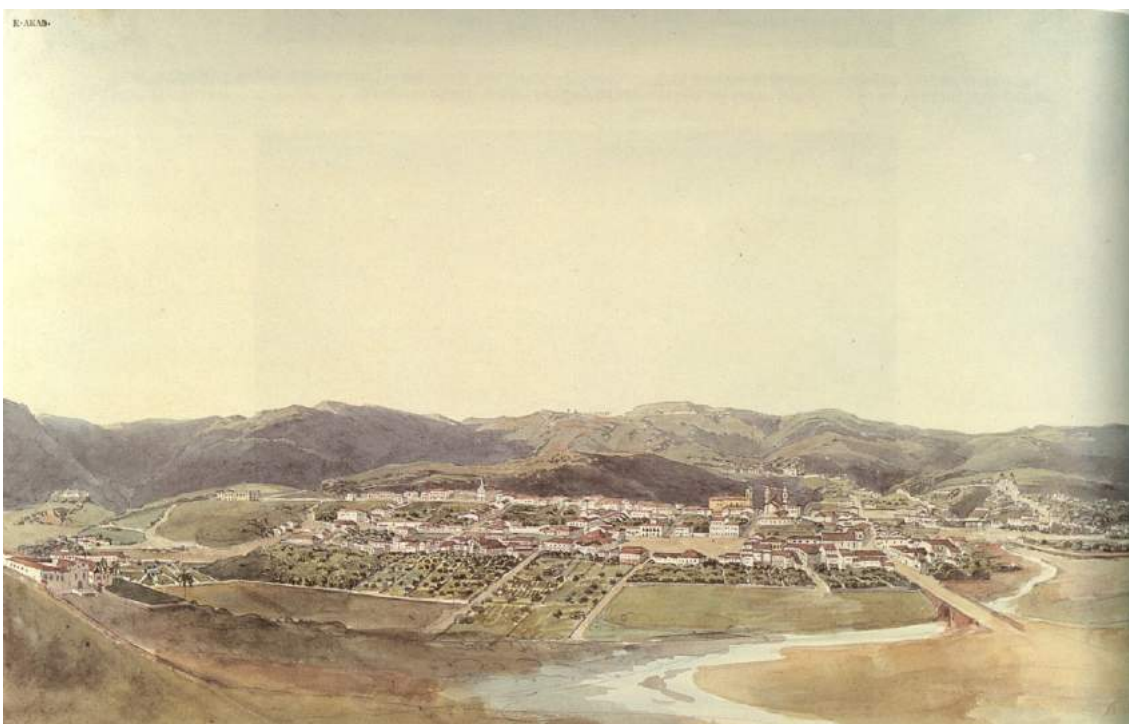
¹⁸⁵² MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2015), p. 72.

¹⁸⁵³ Ver: FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no Século XIII*. São Paulo: Hicitec, 1997; BRÜGGER, Silvia M. Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del-Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

¹⁸⁵⁴ MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2015), p. 72.

Nestes espaços também foram descritas engenhocas, moinhos d'água e teares. Em um mapa aquarelado do arraial do Tejuco (Diamantina), de 1784, desenhado por Antônio Pinto de Miranda, é possível observar em diferentes cores essa profusão de plantações e canteiros.¹⁸⁵⁵ Também são visíveis estruturas edificadas afastadas da morada de residência, que podem representar chiqueiros e galinheiros, espaços para engenhocas e moinho, senzalas, e, principalmente, cozinhas, que, como vimos, eram comumente encontradas em telheiros ou casinhas separadas da residência principal. De mesmo modo, na aquarela que representa a cidade de Mariana, pintada 1817 por Thomas Ender (Figura 89), segundo Meneses, “é possível ver a paisagem equilibrada entre casario e áreas ‘vazias’ dos quintais, colocando-os em primeiro plano, talvez, na tentativa de ressaltar a importâncias dessas estruturas para a urbe”¹⁸⁵⁶.

Figura 89 – Quintais na Aquarela de Thomas Ender que retrata Mariana (MG) em 1817



Fonte: Thomas Ender. Vista de Mariana (MG), 1817, aquarela. Fonte: Aquarela completada e corrigida por Thomas Ender, segundo esboço de Johann Emmanuel Pohl; ilustração da obra *Viagem ao Interior do Brasil*. Viena, 1832. *Apud*. MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2015), p. 84.

¹⁸⁵⁵ *Idem*, p. 77.

¹⁸⁵⁶ *Idem*, p. 84.

Algumas dessas estruturas foram descritas em Inventários do termo de Sabará, como no do grande comerciante português, Matias de Crasto Porto, lavrado em 1742. O inventariado possuía “uma morada de casas com seu quintal, laranjeiras, *estribaria, senzala, casa de forno coberta de telha*”¹⁸⁵⁷, avaliada em 300\$000 réis, em que morava o cônego José Coelho Raposo, na rua do Cascalho, arraial de Roça Grande, próximo à vila de Sabará. Em 1764, também nos subúrbios desta vila, mais precisamente em sua “alagoa”, Joanna Clara da Fonseca deixou “uma morada de casas térrea cobertas de telhas com quintal grande, *cozinha e senzala* cobertas de telha, com árvores de espinho e bananeiras, com um *moinho de moer milho*”¹⁸⁵⁸, avaliada em 400\$000 réis. O quintal da casa limitava-se aos fundos com o rio Sabará.

Não foram descritos quintais, hortas, ou elementos que os caracterizam em 486 das 798 habitações avaliadas nos Inventários de nossa amostra, o que correspondia aproximadamente a 60% das casas (Gráfico 39 e Tabela 11). Esse dado não necessariamente indica que tais moradias não possuíam quintais. Ele informa que nas avaliações, elementos que comumente são encontrados nos quintais, não foram descritos, por serem escassos, por falha do escrivão, ou até mesmo um erro na transcrição do banco de dados. É certo que algumas habitações, principalmente nas áreas mais centrais e conurbadas das vilas e arraiais, não existiam quintais ou hortas, como se pôde observar na *Planta do Arraial do Tejuco*.¹⁸⁵⁹ Mesmo nos Inventários do termo de Sabará, quatro habitações foram descritas como “sem quintal”. Exemplo disso era uma das duas casas de Manoel Teixeira de Queiroz, descrita em 1783, “na rua fronteira a rua de cima” do arraial do Taquaruçu, como uma “outra morada de casas cobertas de telha *sem quintal*, nem árvore alguma, tem só um pátio para despejo”, avaliada em 80\$000 réis. Valor bem inferior (cerca de 1/4) de outra casa que o inventariado possuía no mesmo arraial, “na rua de cima”, “com suas senzalas e quintal, tudo coberto de telhas”, avaliada em 300\$000 réis.¹⁸⁶⁰

Por outro lado, aproximadamente 40% das habitações (312) foram descritas com quintal, horta, ou algum elemento que caracteriza esses espaços, ou seja, pouco menos da metade das moradias possuíam essas estruturas. Destas, a maioria foi descrita com

¹⁸⁵⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Matias de Crasto Porto, 1742.

¹⁸⁵⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Joanna Clara da Fonseca, 1764.

¹⁸⁵⁹ MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2015), p. 77.

¹⁸⁶⁰ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Teixeira de Queiroz, 1783.

quintal, algumas com hortas, outras apenas com bananeiras ou árvores de espinho (Tabela 11 e Gráfico 39). Esses dados são esclarecedores no sentido de apontar, indiretamente, quais plantas agregavam maior valor aos espaços de cultivo no fundo das casas, ou seja: principalmente as bananeiras, mas também árvores de espinho (frutas cítricas no geral, destacando-se as laranjeiras e limoeiros). Saint-Hilaire, ao passar pela comarca do Rio das Mortes, informou que “as casas de Lagoa Dourada” eram “em geral separadas umas das outras, e dotadas, *segundo o costume, de uma horta ou de uma plantação de bananeiras*”.¹⁸⁶¹ Quintais, hortas, plantações de bananeiras ou laranjeiras, todas essas menções dizem respeito à mesma estrutura: os espaços de cultivo, produção e convívio que existiam nos fundos das residências.

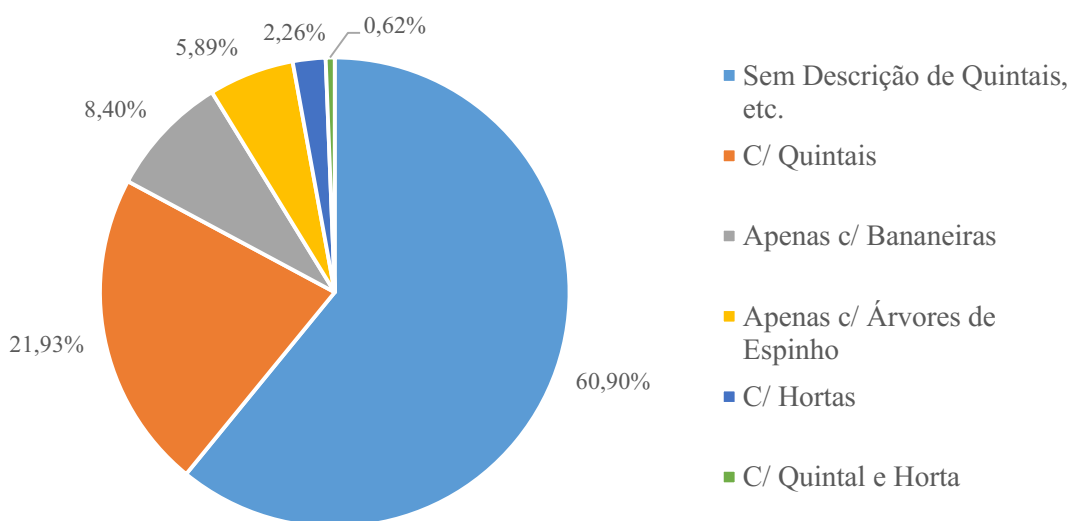
Tabela 11 - Habitações Descritas com Quintais, Hortas, Bananeiras e Árvores de Espinho no Termo de Sabará (séc. XVIII)

Total de Inventários	804	-
Total de Bens Imóveis	1144	-
Total de Habitações	798	100%
Sem Descrição de Quintais, etc.	486	60,90%
C/ Quintais	175	21,93%
Apenas c/ Bananeiras	67	8,40%
Apenas c/ Árvores de Espinho	47	5,89%
C/ Hortas	18	2,26%
C/ Quintal e Horta	5	0,62%

Fonte: BDITCRV.

¹⁸⁶¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 188.

Gráfico 39 - Habitações Descritas com Quintais, Hortas, Bananeiras e Árvores de Espinho no Termo de Sabará (séc. XVIII)



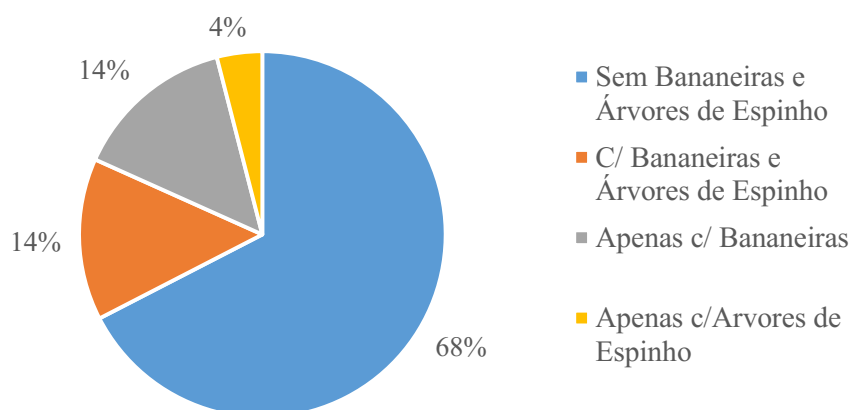
Fonte: BDITCRV.

Podemos deduzir, portanto, que a configuração ideal básica de um quintal setecentista mineiro, do ponto de vista econômico e alimentar, exigia a presença de bananeiras e árvores de espinho. Observando a avaliação dos 175 espaços descritos como quintais, podemos detectar a expressividade dessa composição (Gráfico 40). Nesses, a maioria foi exposta apenas como quintais (68%), sem especificação sobre o que eles continham. Porém, em 14% encontravam-se descritas bananeiras e árvores de espinho, o mesmo percentual apenas com bananeiras, e 4% apenas com árvores de espinho. Ou seja, as bananeiras estavam presentes em 28% das descrições de quintais, as laranjeiras, por sua vez, em 18%. Tais dados demonstram que as bananas eram importantes fontes de calorias e item indispensável nas mesas das Minas no período colonial, assim como laranjas e limões.

Nos Inventários seiscentistas da Capitania de São Vicente (São Paulo) analisados por Carlos Lemos, já era possível encontrar uma estrutura de quintal com alguns elementos semelhantes ao que se formaria em Minas (bananeiras e árvores de espinhos), porém, com suas devidas especificidades. Exemplo disso era o sítio de Rafael de Oliveira, inventariado em 1649 como uma casa “de dois lanços coberta de telha de taipa de mão com seus corredores e um lanço que serve de despensa e seu galinheiro e

casa de trapiche coberta de telha e um pedaço de vinha e uma parreira e um pedaço de canavial com marmeleiros e *bananal limoeiros laranjeiras* e mais árvores” (50\$000 réis).¹⁸⁶²

Gráfico 40 - Composição dos Quintais no Termo de Sabará (séc. XVIII)



Fonte: BDITCRV.

Como apontado anteriormente, a denominação “quintal”, no mundo português, era aplicada principalmente em áreas urbanas. Dos 175 quintais arrolados nos Inventários do termo de Sabará, 164 se encontravam em vilas ou arraiais. A nomenclatura “horta”, por sua vez, predominava no meio rural. Das 23 hortas que registradas nos Inventários, 18 estavam em habitações rurais. Como dissemos anteriormente, esta distinção lusitana na designação de áreas de cultivo de hortaliças, frutas etc., nas urbes e nos campos, possivelmente, teve sua origem na Idade Média Central (séculos XI – XIII), quando, com o crescimento das povoações, os mercados começaram a absorver a produção alimentar das hortas urbanas, distinguindo-as, assim, de suas congêneres rurais. A base da distinção, horta/quintal, não era diferente na Capitania de Minas Gerais, quase meio milênio depois. Com informações relativas ao ano de 1778, o engenheiro militar português, José Joaquim da Rocha, em sua *Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*, corrobora nossa hipótese ao descrever a

¹⁸⁶² LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Op. Cit.* (1976), p. 67.

produção dos quintais de Vila Rica e seu papel no abastecimento alimentar do entorno, nas palavras do autor:

“[...] é abundante de víveres necessários para passar a vida; as terras [da vila] produzem muitas hortaliças, como são couves, repolhos e cebolas que fertilizam todas as minas [do entorno], pela falta de produção delas nas mais partes. As frutas se dão com abundância, principalmente os pêssegos, marmelos, laranjas, maçãs, juazes”.¹⁸⁶³

Figura 90 – Quintal Urbano na Casa da Chica da Silva, Diamantina (MG)



Fonte: Foto do autor, Diamantina (MG), abril de 2017.

¹⁸⁶³ ROCHA, José Joaquim da. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, VIII, 1903. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=1391> (acesso: janeiro de 2019), p. 446.

As hortas e quintais mineiros eram exemplos claros do que Braudel chamou de “estruturas do cotidiano”¹⁸⁶⁴, perpassando silenciosamente por gerações e gerações, em uma longa duração. Mesmo perante mudanças, as constâncias na ocorrência de técnicas, costumes e gostos ligados às práticas alimentares, são indissociáveis da formação do paladar. A história da alimentação está repleta dessas continuidades, como veremos mais adiante.

No quintal da *Casa da Chica da Silva*, construída no último quartel do século XVIII, em Diamantina, podemos encontrar ainda bananeiras plantadas ao fundo, bem como uma jabuticabeira próxima à casa (Figura 90). A organização espacial em patamares de nível em alvenaria de pedra, tão comumente encontrada nesses espaços (e descrita por Saint-Hilaire), é perfeitamente visualizada nesse quintal (Figura 91). No lugar também existia um chafariz, datado de 1885, que deve ter sido instalado aproveitando-se de um sistema de irrigação pretérito.

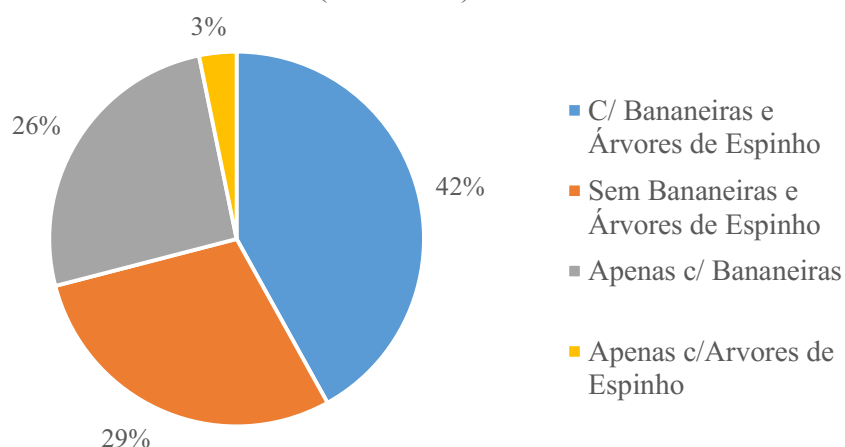
Figura 91 – Patamares de nível em alvenaria de pedra no Quintal da Casa da Chica da Silva, Diamantina (MG)



Fonte: Foto do autor, Diamantina (MG), novembro de 2016.

¹⁸⁶⁴ BRAUDEL, Fernand. *Op. Cit.* (2005), v.1, p.17.

Gráfico 41 - Composição das Hortas no Termo de Sabará (séc. XVIII)



Fonte: BDITCRV.

A composição econômica e alimentar básica desses espaços de cultivo ligados à habitação, ficava mais clara na forma como os escrivães apresentavam as hortas (Gráfico 41), em sua maioria rurais, nas quais 42% foram descritas com bananeiras e árvores de espinho, 29% somente como hortas, 26% apenas com bananeiras, e 3% só com árvores de espinho. Isso significa dizer que em 68% das hortas registradas nos Inventários foram encontradas bananeiras, dado que vai ao encontro da informação prestada por Saint-Hilaire, que nas “vilas e aldeias das regiões auríferas”, sempre se via o “plantio das bananeiras junto de cada casa”.¹⁸⁶⁵ Esses dados reforçam nossa tese de que a estrutura básica das hortas e quintais residia no cultivo de bananeiras e árvores de espinho, elementos fundamentais na dieta mineira setecentista, e que garantia de uma boa avaliação monetária do imóvel (árvores de espinho também poderiam servir como cercas-vivas para as hortas e quintais rurais, como veremos adiante).

As descrições não nos dizem que outros plantios não existiram, porém eles pouco ou raramente aparecem nas descrições dos bens imóveis inventariados. Sabemos de sua presença através do cruzamento de outras fontes, como relatos de memorialistas do século XVIII, e, principalmente, de naturalistas e viajantes já do início do século seguinte. Nos Inventários, encontramos pistas esparsas da diversidade de cultivos nos quintais e hortas: na vila de Sabará constava um quintal com “pés de frutas”¹⁸⁶⁶; no sítio

¹⁸⁶⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Op. Cit.* (1941), p. 217.

¹⁸⁶⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Anna Maria Lopes de Britto, 1760.

das Almorreimas, um horta com “árvores de espinho e *outras frutas*”¹⁸⁶⁷; por fim, no arraial da Lagoa Grande (Lagoa Santa), uma casa “com horta, *mandioca* e bananal no quintal”¹⁸⁶⁸.

9.3 – Bananeiras e árvores de espinho na sociogênese do paladar mineiro

Corroborando o que estudiosos já afirmavam para outras regiões do Brasil Colônia¹⁸⁶⁹, podemos dizer que as bananas também foram elementos cruciais na sociogênese do paladar mineiro do século XVIII. Como assinalaram os Inventários, elas estavam presentes em pelo menos 48% das hortas e 28% dos quintais mineiros. É importante deixar claro que a sua introdução na dieta da América Portuguesa não se faz, obviamente, na tardia formação da sua principal Capitania aurífera. Essa fruta apareceu como alimento essencial na alimentação dos primeiros colonizadores do Novo Mundo Português, como atestam cartas jesuítas do século XVI, a exemplo das notícias do Padre Doutor Torres, de 1562, provenientes do Espírito Santo, acerca de um seu irmão de ordem que tinha “muitos legumes e frutas em seu pomar, especialmente a que chamam de *bananas*, que duram todo o ano e são grande ajuda para a sustentação desta casa”.¹⁸⁷⁰

De acordo com Luís da Câmara Cascudo, os cronistas da época dos primeiros anos de colonização indicam a existência da banana-da-terra (pacoba ou pacova), que como o próprio nome diz, era nativa do Brasil. Posteriormente, essa espécie, que precisava ser cozida para ingestão, foi cedendo espaço para a banana da Ilha de São Tomé (colônia portuguesa na costa da África).¹⁸⁷¹ A partir de nossas fontes, não podemos afirmar quais as espécies de bananas podiam ser encontradas nesses espaços, porém, levando em consideração o relato de Saint-Hilaire, eram cultivadas na província de Minas, em 1817, quatro espécies de bananeiras:

¹⁸⁶⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Francisco Rodrigues Braga, 1780.

¹⁸⁶⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João da Costa Lima, 1762.

¹⁸⁶⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2001, p. 113; FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* (2006), p. 193.

¹⁸⁷⁰ PEIXOTO, Afrânio (Org.). *Cartas Jesuíticas 2*. Aspicuelta Navarro e outros, Cartas Avulsas, 1550-1568. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p. 364. *Apud.* LOUREIRO, Juliana Coelho. Quintais de Olinda – uma leitura indiciária sobre sua gênese. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 231-281. jan.- jun. 2012, p. 29.

¹⁸⁷¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. Cit.* (2006), p. 115.

[...] as chamadas São Tomé, de bagas pequenas e gosto agradável; as da terra, cujos frutos, maiores e de sabor menos delicado, são comidos depois de cozidos; a variedade Maranhão, com frutos ainda maiores que as bananas da terra; e enfim a quarta, chamada Farta Velhaco, cujos cachos e frutos são ainda maiores que as da terra. A banana São Tomé deve ser classificada como *Musa sapientum* L; a da Terra - *musa paradisiaca* L. e, ainda que não me tenha sido possível estudar as Maranhão e Farta Velhaco, presumo serem simples variedades da *Musa paradisiaca*.¹⁸⁷²

Podemos supor, portanto, que nos quintais e hortas setecentistas registrados no termo de Sabará, existiam ao menos duas espécies de bananeiras, as da Terra, e as de São Tomé, podendo coexistir também, dependendo do período e região, com as do Maranhão e a Farta Velhaco. Para o naturalista, “os frutos dessas imensas ervas, muito sadios e nutritivos, são um grande recurso para os pobres, que os comem com *farinha de milho*”.¹⁸⁷³ A grande presença de bananeiras afiançava a difusão social da mesma. Como diziam os versos populares coletados por Cascudo, corroborando com a afirmação acima: “A banana é fruta boa, *comida de gente pobre*. Toda gente gosta dela, quer seja plebeu ou nobre”.¹⁸⁷⁴

Substrato importante na sociogênese do paladar mineiro, a banana era apreciada por todos os grupos sociais, porém, era mais essencial ainda para a *gente pobre*, que dela se sustentava, e na falta de outro alimento, a ela recorria, pois sabia que em último caso, o próprio nome informava: esse fruto “farta velhaco”. Seu sabor já era bem conhecido entre os grupos indígenas. O naturalista Martius afirmou que para os povos originários do Amazonas, “o mingau, feito de [palmitos] pupunhas (*Gillielma speciosa*) e bananas misturadas [era] seu petisco predileto”¹⁸⁷⁵.

Mesmo antes da colonização da ilha da Madeira, a bananeira não era estranha aos portugueses, pois no período mulçumano da península Ibérica os árabes a aclimataram na Pérsia, junto com outras plantas tropicais, e distribuíram-na por todo seu império.¹⁸⁷⁶ Porém, como atenta Gilberto Freyre, foi da África que herdamos um

¹⁸⁷² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Op. Cit.* (1941), p. 217.

¹⁸⁷³ *Idem. Ibidem.*

¹⁸⁷⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *Op. Cit.* (2006), p. 113.

¹⁸⁷⁵ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. *Apud*: CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2001.

¹⁸⁷⁶ ROSEMBERG, Bernard. A cozinha árabe e sua contribuição à cozinha europeia. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *Op. Cit.* (1998), p. 261.

desenvolvido “complexo da bananeira”¹⁸⁷⁷, que dava à banana e à folha da bananeira larga aplicação. De acordo com Joseph ki-Zerbo, a fruta não era nativa da África, mas sim da Ásia, e teria penetrado naquele continente ainda na pré-história¹⁸⁷⁸, outros autores afirmam que essa introdução teria acontecido entre os primeiros séculos da era cristã, ou pouco antes.¹⁸⁷⁹ Seu cultivo foi primordial na expansão da cultura Banto, e, como afirma Sutton, durante os últimos mil anos, teve um desenvolvimento mais acentuado na África oriental do que no resto do mundo”.¹⁸⁸⁰ Christopher Ehret identificou que a cultura banto chegou mesmo a desenvolver, a partir dos séculos X e XI, um agricultura própria, chamada de sistema de repicagem, baseado na banana como cultivo essencial.¹⁸⁸¹

Podemos dizer que, apesar da origem europeia das hortas e quintais, o que demarcava sua presença, seus cultivos mais expressivos, bananeiras e laranjeiras, pouco diziam respeito aos espaços congêneres do velho continente. A exceção cabe às árvores de espinho, ponto de ligação entre esses espaços em Minas, Portugal e regiões mediterrânicas. Mais uma vez, é Saint-Hilaire que pode nos dar uma visão do estranhamento que a produção da paisagem colonial mineira poderia causar, sobretudo, a um norte europeu:

O conjunto dessa paisagem apresenta um caráter particular; *nada lembra a Europa*; as cores da montanha, as árvores copadas que a cobrem, as jazidas que se avistam, as palmeiras que cercam a igreja, *a forma das casas contra as quais se apertam bananeiras e laranjeiras*, tudo é brasileiro; até a cor do [riacho] Una.¹⁸⁸²

A primeira “árvore de espinho” cultivada na Europa possivelmente foi a cidra, referenciada no poema *Geórgicas*, do poeta romano Virgílio (70 a.C. – 19 d.C.)¹⁸⁸³, mas foram os árabes que introduziram as laranjas (toranja, laranja azeda), limões e tangerinas, em Portugal e em seus domínios no sul da Europa durante a Alta Idade

¹⁸⁷⁷ FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* (2006), p. 193.

¹⁸⁷⁸ KI-ZERBO, Joseph. Conclusão: Da natureza bruta à humanidade liberada. In: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África*. V.1. Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010, p. 297., p. 837.

¹⁸⁷⁹ SUTTON, J. E. G. A África oriental antes do século VII. In: MOKHTAR, Gamal. *História Geral da África*. V. 2. África antiga. Brasília: UNESCO, 2010. p. 645.

¹⁸⁸⁰ *Idem. Ibidem.*

¹⁸⁸¹ EHRET, Christopher. O interior da África Oriental. EL FASI, Mohammed. *História geral da África*. V. 3. África do século VII ao XI. UNESCO, 2010. p. 751.

¹⁸⁸² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Op. Cit.* (1974), p. 95.

¹⁸⁸³ DUARTE, Amílcar M. Marreiros. Citrinos do Algarve: História, tradição e futuro. *Revista Sul*, nº 2, p. 55-57. (2000), disponível em: <http://w3.ualg.pt/~aduarte/Publicacoes.htm> (acesso, janeiro de 2019), p. 55.

Média (meados séc. VIII – fins do X).¹⁸⁸⁴ As laranjas doces da China e da Índia, por sua vez, se propagaram no paladar ocidental somente depois das viagens exploratórias portuguesas no extremo oriente, de tal forma que em muitos países a palavra laranja é semelhante à palavra “Portugal” (como exemplos, na Bulgária – portokal; na Grécia – portogales; em Nice (França) – pourtegalie; e nos Países árabes – burdugan).¹⁸⁸⁵

A introdução da laranja da China no sul de Portugal (Algarve) ocorreu no começo do século XVII, e no século XVIII ela já era produzida para exportação de tal forma que: “entre 12 de junho de 1740 e 22 de dezembro de 1741, saíram legalmente de Faro [Portugal] para Ceuta [norte da África], 93,8 milheiros de “laranjas da China”, 14 milheiros de laranjas azedas, 37,3 milheiros de limões, entre outros frutos”¹⁸⁸⁶. Além de seu uso na culinária, a beleza da laranjeira e o perfume de suas flores eram largamente empregados por povos árabes (e seus legatários) na paisagística e ambiência de jardins e templos, a exemplo do que ainda pode ser observado na catedral de Sevilha (antiga mesquita) e na mesquita de Córdoba, ambas na Andaluzia, sul da Espanha. Também em Portugal esse legado deixou marcas, podendo-se encontrar laranjais em pátios e jardins de igrejas, mosteiros, palácios e até castelos, como nos mostra uma planta-baixa de c. 1509 do castelo de Moura.¹⁸⁸⁷

Os citrinos estavam presentes no paladar medievo português, e se expandiram ainda mais após seu contato com o oriente. No mais antigo livro de culinária do país, o manuscrito conhecido como “*O Livro da Cozinha da Infanta D. Maria*” (c. 1540 - 1560)¹⁸⁸⁸, com receitas que remontam ao final da Idade Média, era possível encontrar ingredientes como a flor-de-laranja e, principalmente, os limões. A primeira era utilizada como aromatizante; os segundos, como tempero. Em 1680 publicou-se em o primeiro livro de culinária em língua portuguesa, o já citado: *A Arte de Cozinha*¹⁸⁸⁹, de Domingos Rodrigues, que se tornaria um verdadeiro *best-seller*, ganhando sucessivas

¹⁸⁸⁴ FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* (2006), p. 315; ROSEMBERG, Bernard. *Op. Cit.* (1998), p. 261.

¹⁸⁸⁵ DUARTE, Amílcar M. Marreiros. *Op. Cit.* (2000), p. 56.

¹⁸⁸⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. *Apud.* DUARTE, Amílcar M. Marreiros. Citrinos do Algarve: História, tradição e futuro. *Revista Sul*, nº 2, p. 55-57. (2000), disponível em: <http://w3.ualg.pt/~aduarte/Publicacoes.htm> (acesso, janeiro de 2019), p. 56.

¹⁸⁸⁷ DIAS, João José Alves. *Op. Cit.* (2015), p. 351 (fl. 122).

¹⁸⁸⁸ MANUPPELLA, Giacinto (Ed.). *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. Prólogo, leitura, notas aos textos, glossário e índices de Giacinto Manuppella. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.

¹⁸⁸⁹ RODRIGUES, Domingos. *A Arte de Cozinha*. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho, 1680.

reedições. Nesse livro, encontramos um extensivo uso da laranja, na forma da já conhecida flor de laranjeira, mas também no uso de sumos, tanto de laranja azeda como de laranja doce ou da China. Esses líquidos eram utilizados como temperos na elaboração de molhos para pratos à base de frutos do mar, estranhos à culinária mineira, como lampreia “assada”¹⁸⁹⁰, “cozida”¹⁸⁹¹, empanada¹⁸⁹² ou em “pratinhos”¹⁸⁹³. Mas também foram empregados em receitas que, muito provavelmente, eram reproduzidos nas cozinhas de portugueses radicados nas Minas setecentistas, a exemplo de “fígado de porco”¹⁸⁹⁴, que depois de muito bem assado:

(...) derreterão em uma tigela um redenho de porco, no qual afogarão uma cebola em pedaços, o depois de afogada, a temperarão de sal, e vinagre com espécies, cravo, pimenta, pouco açafrão, e alho, e logo lhe deitarão o fígado, e como tiver fervido o tirarão fora, e lhe deitarão *sumo do laranja*, e sobre fatias [de laranja] se mandarão à mesa.¹⁸⁹⁵

É importante destacar o contexto e o público alvo desta obra de culinária seiscentista. Tratava-se de um livro produzido e destinado aos mestres de cozinha de casas aristocráticas portuguesas, fortemente influenciadas pela corte francesa. A obra se inseria na divulgação de um “*corpus* de protocolo e etiqueta”, que rompia com a lógica social medieva, modernizando hábitos à mesa, no que Norbert Elias chamou de “processo civilizador”.¹⁸⁹⁶ O próprio Domingos Rodrigues dedicou a segunda edição de sua obra ao Conde de Vimioso, senhor da casa onde ele serviu durante muitos anos como mestre de cozinha.¹⁸⁹⁷ Na terceira edição do livro, data do ano de 1698, o autor acrescentou um capítulo à parte, orientando a “forma como hão de se dar os banquetes em todos os meses do ano”¹⁸⁹⁸. A seção continha menus adequados às várias ocasiões e o modo como os pratos deveriam ser organizados sobre a mesa. Apesar de todo esse impulso modernizador das elites do antigo regime português, Fernando Viana Júnior e Patrícia Merlo identificaram nessas receitas uma clara predileção dos paladares por

¹⁸⁹⁰ RODRIGUES, Domingos. *Op. Cit.* (1680), p. 111.

¹⁸⁹¹ *Idem, Ibidem.*

¹⁸⁹² *Idem*, p. 113.

¹⁸⁹³ *Idem*, p. 117.

¹⁸⁹⁴ *Idem*, p. 72.

¹⁸⁹⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁹⁶ VIANA JÚNIOR, Fernando Santa Clara; MERLO, Patrícia M. Silva. A trajetória do paladar luso entre os séculos XVII-XVIII: análise de livros de cozinha. *Revista Agora*. Santa Cruz do Sul, v.18, n. 01, p. 131-140, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index> (acesso: janeiro de 2019), p. 131.

¹⁸⁹⁷ *Idem*, p. 136.

¹⁸⁹⁸ *Idem, ibidem.*

sabores tradicionais do mundo luso, com estruturas que os ligavam a uma culinária medieval de longa duração. Exemplos disso são os usos intensivos de especiarias, principalmente pimenta, cravo e nós moscada (76% das receitas), aliado à utilização de ingredientes ácidos (vinho, *laranja azeda e limão*), numa época em que esses ingredientes tendiam a ser suavizados na cozinha modernizante de influência francesa.¹⁸⁹⁹

Figura 92 - Natureza morta com citrinos por Josefa de Óbidos (c. 1660)



Fonte: Acervo do Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo – Évora / Portugal. (Fotografia do autor, março de 2018).

As frutas cítricas, definitivamente, dominaram o paladar português no século XVII e ficaram registradas em um quadro de uma das maiores pintoras desse país, Josefa de Ayala Figueira (Josefa de Óbidos). Não por acaso, Josefa de Óbidos¹⁹⁰⁰ nascera em Sevilha, a cidade das laranjeiras,¹⁹⁰¹ em 1630. Seu pai era um pintor português, a mãe era espanhola. Para além da primorosa cestaria utilizada como fruteira,

¹⁸⁹⁹ *Idem.* p. 137.

¹⁹⁰⁰ GONÇALVES, Joana Filipa Rocha. *Objectos do quotidiano na pintura de Josepha d’Ayalla*. Imaginário ou realidade arqueológica. LISBOA: FCHS/UNL, 2012. (Dissertação de mestrado), p. 35.

¹⁹⁰¹ OLIVA, Sabina Rossini; BORNELLS, José Elías. *El naranjo amargo de Sevilla*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, s/d. Disponível em: https://www.sevilla.org/servicios/medio-ambiente-parques-jardines/e-articulos-tecnicos/naranjo_amargo.pdf (acesso: janeiro de 2019), p. 2.

observa-se no quadro três citrinos: limões rodeando laranjas coroadas por uma cidra. Parece existir nessa ordem um encadeamento crescente, não só por questões estéticas, mas também em atenção à utilidade dos citros na culinária da época, a começar pelos limões, extensamente empregados no tempero e preparação de alimentos; seguidos pelas laranjas, que também poderiam ser aproveitadas em doces; finalizando com a cidra, aproveitada principalmente na doçaria (Figura 89).¹⁹⁰² Por fim, não podemos deixar de destacar a presença de dois ramos com flor-de-laranjeira, que poderiam perfumar o ambiente, mas, principalmente, ser utilizada como aromatizante na preparação de doces, prática observada em Portugal desde o fim da Idade Média, como consta no livro de receitas da Infanta d. Maria.¹⁹⁰³

Apesar de mencionar dezenas de vezes a existência de laranjeiras nos quintais mineiros, Saint-Hilaire, diferente do que fez acerca das bananeiras, não apresentou quais espécies desse citrino poderiam ser encontradas nesses espaços, talvez devida à banalidade do fruto, já há muito disseminado na Europa. Nos Inventários *post-mortem* portugueses, como não poderia ser diferente, era possível encontrar “árvores de espinho”, a exemplo de: “um assento composto por casas torres e cozinha térrea, cortes, palheiros, currais, lagar de pedra, terra lavradia com *árvores de espinho* e com sua lata e eira tapada de paredes e vales sobre si e mais terras lavradas e de mato e de fruto”¹⁹⁰⁴, que pertenciam ao morgadio do mestre de campo de Barcelos, em 1795. Porém, pelo que se sabe acerca da difusão dessas frutas a partir da metrópole, é bem provável que nos quintais mineiros setecentistas convivesses diversos citrinos comumente empregados na culinária portuguesa, principalmente a laranja azeda (para temperos, consumo direto), mas também a cidra (para doces) e a tão apreciada laranja da China (para doces, tempero e consumo direto). A magia da laranjeira e suas flores tão sutilmente explorada pelos povos árabes estava presente no imaginário e nos quintais mineiros do período colonial, não passando despercebida à poesia arcadista de Tomás Antônio Gonzaga, expoente maior das letras daquele século:

Eu, Glauceste, não duvido
Ser a tua Eulina amada

¹⁹⁰² RODRIGUES, Domingos. *Op. Cit.* (1680).

¹⁹⁰³ MANUPPELLA, Giacinto (Ed.). *Op. Cit.* (1987).

¹⁹⁰⁴ Arquivo Distrital de Barcelos, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 4073, 1795. *Apud.* VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Op. Cit.* (2012), p. 136.

Pastora formosa,
Pastora engraçada.
Vejo a sua cor de rosa,
Vejo o seu olhar divino,
Vejo os seus purpúreos beijos,
Vejo o peito cristalino;
Nem há coisa, que assemelhe
Ao crespo cabelo louro.
Ah! que a tua Eulina vale,
Vale um imenso tesouro!
Ela vence muito e muito
À *laranjeira* copada,
Estando de flores
E frutos ornada.¹⁹⁰⁵

Podemos dizer que os quintais e hortas da Capitania de Minas Gerais forneciam uma base dupla, bananeiras e laranjeiras, fundamentando, em parte, a dieta dos mineiros. Em 1818 o naturalista austríaco Johann Emanuel Pohl afirmava que os frutos das duas “se podem chamar a comida predileta dos brasileiros”¹⁹⁰⁶. As primeiras integraram-se à Colônia a partir de uma cultura milenar, oriunda do continente africano; as segundas, acompanhando também em uma dinâmica de longa duração, inseriam-se no cotidiano da alimentação portuguesa. Sabemos da existência de outros componentes vegetais nesses espaços. A já citada *Memória Histórica* de engenheiro militar José Joaquim da Rocha, escrita em 1778, nos atesta a existência das seguintes hortaliças: couves, repolhos e cebolas; bem como da abundância de frutas, mas nomeia as seguintes: pêssegos, marmelos, laranjas, maçãs, juazes.¹⁹⁰⁷ A omissão da bananeira pode se fundamentar tanto na sua banalidade, quanto no paladar “português” do autor e do público alvo do seu texto. Corroborando com a segunda hipótese, ao se referir à vila Nova da Rainha (Caeté), o autor afirma: “muito mimosa de *frutos de nosso Portugal*,

¹⁹⁰⁵ GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p. 60 - 61.

¹⁹⁰⁶ POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Rio de Janeiro: I.N.L., 1951. *Apud*. FRIEIRO, Eduardo. *Op. Cit.* (1982), p. 77

¹⁹⁰⁷ ROCHA, José Joaquim da. *Op. Cit.* (1903), p. 446.

como são maçãs, pêssegos, ameixas e uvas”¹⁹⁰⁸. Da mesma forma, ao tratar da Vila de São José do Rio das Mortes (Tiradentes), apontou a existência de “muitas frutas de toda a qualidade, principalmente maçãs, *semelhantes às de Portugal*”¹⁹⁰⁹. A saudade da terra natal passava também pela saudade dos sabores da terra. Tanto portugueses quanto africanos (esses com menor margem de manobra), tentavam reproduzir no Novo Mundo os fundamentos de seu paladar.

O mineralogista e comerciante inglês John Mawe, em viagem por Minas Gerais entre 1809 e 1810, descreveu o que era plantado nos fundos das casas. Nos quintais de Vila Rica ele encontrou: “excelentes hortaliças de toda espécie, tais como *alcachofras*, *aspargos*, espinafre, repolhos, feijão e batatas”; mas também “frutos indígenas que se aperfeiçoariam, sem dúvida, com melhor sistema de cultivo”, e acrescenta: “o pessegueiro parece ser a única árvore europeia de fruto exótico aqui introduzida até agora; floresce de maneira surpreendente”.¹⁹¹⁰ O mesmo autor, ao descrever o quintal da casa do sr. Ferreira da Câmara, no arraial do Tejuco, afirmou: “estávamos no começo da estação das frutas. Os pêssegos, em árvores carregadas, se aproximavam da maturação. O *aspargo* e outras hortaliças eram ótimos”.¹⁹¹¹

Diferente do que acontecia na Idade Média, quando legumes eram alimentos, sobretudo dos mais pobres, no começo da Idade Moderna eles disseminaram-se nas mesas tanto da nobreza quanto da burguesia, popularizando-se por todo o continente. Jean-Louis Flandrin identifica que “na segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII, o número de pratos à base de legumes multiplicou-se nos livros de culinária” da cozinha francesa, a mais influente do período.¹⁹¹² No âmbito da ascensão dos legumes, Flandrin observa três famílias que superam as demais nas preferências, são elas: cogumelos; *alcachofras* e cardos; *aspargos* e outros brotos tenros.¹⁹¹³ Ao encontrar aspargos e alcachofras em Minas Gerais, no começo do século XIX, o inglês

¹⁹⁰⁸ ROCHA, José Joaquim da. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, VIII, 1903. *Apud.* FRIEIRO, Eduardo. *Op. Cit.* (1982), p. 67.

¹⁹⁰⁹ *Idem.*, p. 68.

¹⁹¹⁰ MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978, p. 122. *Apud.*: MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2015), p. 83.

¹⁹¹¹ MAWE, John. *Op. Cit.* (1978), p. 221. *Apud.*: MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2015), p. 80.

¹⁹¹² FLANDRIN, Jean-Louis. Preferências alimentares e arte culinária (séculos XVI-XVIII). In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 488.

¹⁹¹³ *Idem.*, p. 489.

John Mawe corrobora nossa afirmação anterior de que os portugueses buscaram reproduzir na colônia, tanto quanto podiam, a base de seu paladar. Prova disso é que os dois legumes, de gosto europeu (e, para efeito de nossa análise, sobretudo de gosto mediterrâneo/português), não se firmariam na sociogênese do paladar mineiro. Elucidativo acerca dessa “não preferência” foi o comentário de Saint-Hilaire: “também cultivam o aspargo, como em outras partes da província, porém apenas pela elegância da folhagem a fim de misturá-la nos ramalhetes de flores”¹⁹¹⁴. Trata-se claramente de um jogo de tentativas, no qual alguns alimentos se firmavam no gosto comum, enquanto outros se repetiam apenas enquanto gosto de grupos sociais específicos, e, nesse caso, possivelmente, no gosto de lusitanos radicados nos rincões de uma Colônia.

Ao contrário dos aspargos e das alcachofras, as couves enraizaram-se no paladar mineiro. Também de origem europeia, consumida extensivamente no período romano¹⁹¹⁵, a couve tem sua história própria no norte de Portugal, de onde vieram os maiores contingentes populacionais da metrópole para a Capitania aurífera, trazendo uma espécie própria de couve: a couve-galega (*Brassica oleracea var. Acephala*). Nas palavras do historiador da arte português, Eduardo Pires de Oliveira:

Entre-Douro-e-Minho e Minas Gerais são duas regiões muito diferentes que os homens tornaram irmãs. E se outros exemplos não houvessem dessa ligação umbilical, bastava lembra que a *couve-galega* (ou *couve mineira*...) é uma planta que, em todo o mundo, só existe em Minas Gerais e em Entre-Douro-e-Minho.¹⁹¹⁶

Oliveira comete um exagero ao dizer que somente nestas duas regiões existe a couve-galega, contudo, fundamentou-se assertivamente no uso extensivo dessa folha em receitas tanto mineiras quanto minhotas, além da sua indispensável presença nos quintais de ambas as regiões. No começo do século XIX, sabemos que a couve era consumida junto com o feijão¹⁹¹⁷, por extensão, acreditamos que o mesmo ocorria no século anterior. Como vimos, José Joaquim da Rocha afirmou que a couve estava entre as principais hortaliças plantadas nos quintais da capital de Minas no fim do século

¹⁹¹⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Op. Cit.* (1974), p. 43.

¹⁹¹⁵ GIAMMELLARO, Antonella Spanò. O mundo clássico Sistemas alimentares e modelos de civilização. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 85.

¹⁹¹⁶ OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *Minho e Minas Gerais no século XVIII*. Braga: Gráfica Vilaverdense, 2016, p. 118.

¹⁹¹⁷ MAWE, John. *Travels in the interior of Brazil*. Philadelphia: Ed. M. Carey, 1816, p. 130. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Op. Cit.* (1941), p. 174.

XVIII.¹⁹¹⁸ Saint-Hilaire constatou o mesmo: “a couve é o legume que mais se cultiva”¹⁹¹⁹. Além da galega, por couve, podiam ser nomeadas a couve-flor, o repolho etc.

Abóboras também eram componentes garantidos na mesa mineira desde os primórdios da colonização paulista, como relata Antonil em 1711: “há roças de milho, *abóboras* e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aí querem voltar”.¹⁹²⁰ Prova disso também são as diversas toponímias setecentistas que fazem referências a elas, a exemplo do “ribeirão das Abóboras”, “Contagem das Abóboras” (Contagem) etc.¹⁹²¹ Certamente seriam encontradas nos quintais setecentistas, batatas e carás, como atesta uma carta do contratador de dízimos João Rodrigues de Macedo, instruindo que a produção desses tubérculos era passível de cobrança de tributos.¹⁹²² Além das laranjeiras e bananeiras descritas nos Inventários, sabemos sobre outros componentes vegetais das hortas e quintais – as couves, cebolas, abóboras, batatas e carás, mencionados em documentos coevos; aqueles outros que citamos, são relatados já do século XIX, e foram utilizados aqui com parcimônia, não sendo generalizáveis à centúria anterior.

9.4 – Cercar a horta e o quintal: posse privada e diferenças sociais

Cercar o quintal ou a horta era uma preocupação comum tanto do proprietário quanto de seus vizinhos, tendo em vista a presença de diversos animais domésticos, além do gado bovino e suíno, que poderiam danificar as plantações. Em áreas urbanas, além de evidenciar as divisas do loteamento, as cercas evitavam os danos causados por porcos comumente dispersos pelas ruas. Esse cuidado, ainda que não fosse explícito nas descrições, não passava despercebido aos avaliadores. Encontramos 5 hortas e 19

¹⁹¹⁸ ROCHA, José Joaquim da. *Op. Cit.* (1903), p. 446.

¹⁹¹⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1938, p. 140.

¹⁹²⁰ ANTONIL, André João. *Op. Cit.* (2007), p. 260.

¹⁹²¹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Op. Cit.* (1995), p. 98.

¹⁹²² APM. CC. Cx.121, rolo 537, planilha 20873, documento 04, f.03 e 03v. CARTA de João Rodrigues de Macedo a Senhor Antônio Luiz com instruções sobre a cobrança dos dízimos. Vila Rica 8 de fevereiro de 1791. *Apud.* SILVA, Valquíria Ferreira da. *De cabeça de porco à bebida de negro: um estudo sobre a produção e o consumo da aguardente nas Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: PPGHIS/UFMG, 2015, p. 83.

quintais nos quais estas estruturas foram descritas. A maior parte estava situada em áreas urbanas (15 Inventários). O material preferido para a construção foi a pedra (9 Inventários), seguido pela madeira (7), predominando a braúna (5 Inventários): madeira resistente, muito utilizada também na construção civil da época (Gráfico 42).

A pedra, sendo um material nobre, foi utilizada em quase metade dos quintais descritos com alguma estrutura cercando-os (Tabela 12). Isso indica o valor que esta sociedade deu para esses ambientes que congregavam espaços de cultivo, mas também de sociabilidade, fazeres e criação. As cercas mais elaboradas foram comumente descritas como “quintal murado de pedra” (4 Inventários). Exemplo da imponência desse tipo de construção podia ser observado “no fim do arraial do Rio das Pedras”, em “uma morada de casas térreas cobertas de telhas com seu rancho de passageiros cobertos de telha com seu quintal *murado de pedras com seu arco*, árvores de espinho e bananal com um pasto fechado” (300\$000 réis)¹⁹²³, propriedade de Nazária da Rocha. A estrutura de pedra também poderia ser descrita como “cerca”, como no Inventário do comerciante pardo Manoel da Asunção Rocha, de 1779, também do arraial do Rio das Pedras, no qual constava “uma morada de casas térreas cobertas de telhas com seu quintal, árvores de espinho, bananeiras e quintal *cercado de pedras*” (80\$000 réis).¹⁹²⁴

Tabela 12 - Materiais de Construção das Cercas e Muros dos Quintais e Hortas no Termo de Sabará (séc. XVIII)

Materiais	Quantidade
Pedra	9
Braúna, pau branco e braúna, pau branco.	7
Sem especificação	5
Pau-a-pique	1
Cerca tapada de barro	1
Murado	1
Árvores de Espinhos	1
Total	25

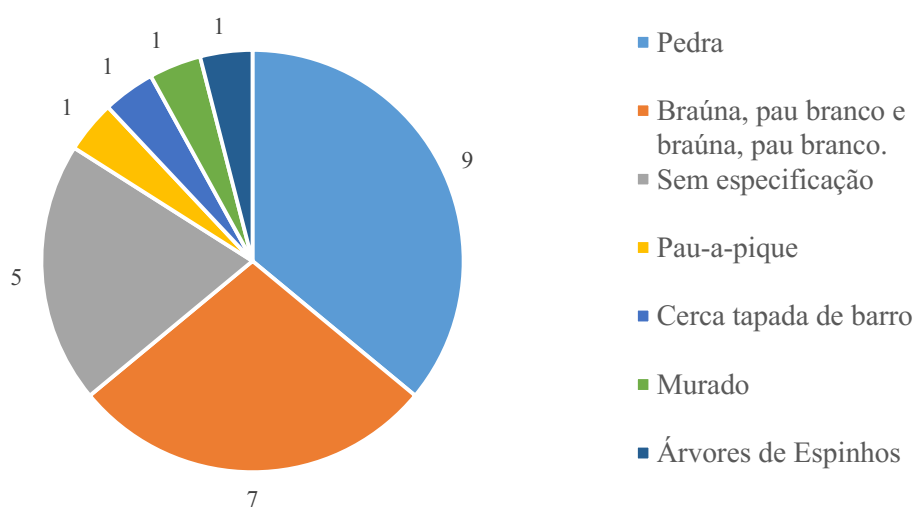
Fonte: BDITCRV.

¹⁹²³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Nazária da Rocha, 1781.

¹⁹²⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel da Asunção Rocha, 1779.

Madeiras também poderiam ser empregados na elaboração de cercas. Foi o que possivelmente aconteceu em uma casa do arraial de Matheus Leme, descrita em 1794 como bem imóvel de Antonio Rezende Pinto, como “uma morada de casas velhas, cobertas de telhas com quintal cercado de *rachas de braúna*” (20\$000 réis)¹⁹²⁵. A braúna é madeira que não serve aos marceneiros de então, por ser muito resistente e pouco maleável. Os troncos, então, eram (e são) rachados no machado, formando “rachas” desiguais e nada polidas e que eram (e são) usadas para cercar quintais, chiqueiros etc., ou como muro de arrimo. São muito resistentes e duráveis. Outras madeiras, menos resistentes, também poderiam ser utilizadas, como na posse de João da Costa Lima, no arraial de Lagoa Grande (Lagoa Santa), que em 1762 constava de: “umas casas com seu rancho e quintal, cercadas de *braúnas* de um lado e *pau branco* do outro. Com horta, mandioca e bananal no quintal” (24\$000 réis)¹⁹²⁶.

Gráfico 42 - Materiais de Construção das Cercas e Muros dos Quintais e Hortas no Termo de Sabará (séc. XVIII)



Fonte: BDITCRV.

Nos Inventários do termo de Sabará, além de pedra, madeira e de cinco quintais descritos apenas como “cercados”, sem mais especificações, encontramos outros

¹⁹²⁵ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antonio Rezende Pinto, 1798.

¹⁹²⁶ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de João da Costa Lima, 1762.

materiais e técnicas construtivas. Esse foi o caso, por exemplo, no arraial do Curral del-Rei (Belo Horizonte), de uma “morada de casas coberta de telhas, com quintal cercado de uma *parede de pau-a-pique* e água dentro” (100\$000 réis)¹⁹²⁷, propriedade de Manoel Monteiro, avaliada em 1751. Outro inventariado, Manoel Caetano dos Santos Cruz, em 1793 possuía, na rua de São Francisco da vila de Sabará, duas moradas térreas cobertas de telhas “com quintal cercado de árvores de espinho” (280\$000 réis).¹⁹²⁸

Pelas descrições depreende-se que em áreas urbanas, entre os grupos sociais mais pobres, era costume cercar os quintais com algumas “lascas” de madeira, passando pelas mais resistentes, como a braúna; por intermediárias, como “madeiras brancas”; chegando muito provavelmente até as lascas de taquara ou bambu. Esses quintais cercados com lascas encontravam-se geralmente em casas com avaliações inferiores (média de 25\$000 réis). Em propriedades mais ricas e melhor avaliadas, encontravam-se cercas edificadas que exigiam mais mão de obra, tempo, material e técnica, sendo construídas principalmente, com pedra, mas também, como visto, com o pau-a-pique. Muros de adobes possivelmente também eram utilizados, mas não apareceram nos Inventários de nossa amostra (talvez um quintal descrito apenas como “murado” tenha sido de adobe). Cercas e muros mais elaborados pertenciam a habitações que foram avaliadas, em média, em um valor nove vezes maior que aquelas com cercas de madeira (média de 223\$000 réis), apontando que, além da necessidade de se resguardar os ambientes de horta e quintais das casas, o fator econômico influenciava muito no “como” isso era feito.

Em seis quintais rurais com especificações de vedação, encontramos quatro cercados de pedra, um com braúnas, outro com pau branco. Das cinco hortas descritas com cercas, em duas não se mencionou o material construtivo, uma era cercada de braúna, outra de pau branco e braúna, e, por fim, uma tinha “sua cerca tapada de barro”¹⁹²⁹. Destas, apenas uma não era rural. É possível que na maioria das posses rurais os quintais e hortas fossem cercados com suas próprias árvores de espinho. Plantadas próximas umas das outras, elas impediam que o gado entrasse no espaço onde se

¹⁹²⁷ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Monteiro, 1751.

¹⁹²⁸ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Manoel Caetano dos Santos Cruz, 1793.

¹⁹²⁹ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Mathias Pereira Pinto, 1793.

cultivavam as hortaliças etc., como Sheila de Castro Faria já havia observado nos Inventários de Campos dos Goitacazes do século XVIII.¹⁹³⁰

A existência da descrição de quatro quintais rurais cercados de pedra, a maioria já do final do século (anos de 1769, 1784, 1783, 1795), pode indicar uma tendência que vai se fortalecer no século XIX: a construção de muros de pedra cercando quintais, currais e até pastos nas posses rurais. Uma tendência também ascendente no último quartel do século nas vilas e arraiais nos quais encontramos cinco Inventários com muros de pedra (nos anos de: 1779, 1779, 1781, 1786, 1794). Esses dados corroboram nossa tese de que, em Minas, o ambiente doméstico começou a se valorizar, mostrando uma ruptura com as formas de morar pretéritas, seguindo uma tendência mundial, a partir de fins do século XVIII.

Além de bananeiras, árvores de espinho e cercas – a água era indispensável aos quintais e hortas setecentistas. Nos Inventários do termo de Sabará foram descritos dez quintais com presença de água, alguns com “água dentro”, outros com seu “regio d’água”. As formas de obter esse elemento primordial eram diversas. Nas vilas e arraiais mineiros, grande parte da população não tinha acesso direto a regos ou aguadas dentro do quintal, recorrendo ao transporte direto da fonte: córregos, rios ou, em centros maiores, chafarizes públicos, que recebiam investimentos das câmaras municipais.¹⁹³¹ Aqueles com maior cabedal empregavam diferentes formas para ter acesso mais fácil aos recursos hídricos, como o sargento-mor José Ferreira do Vale, que possuía um “poço e seu torno de tirar água”, no quintal de sua “morada de casas de sobrado”¹⁹³² “sitas na rua Direita do arraial de Santa Luzia”¹⁹³³.

¹⁹³⁰ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Op. Cit.* (1998).

¹⁹³¹ Em vila Rica os chafarizes chegaram a absorver 14,1% dos recursos destinados a obras públicas pela câmara municipal no período de (1726-1760). SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal - Os construtores de Vila Rica no século XVIII*. Belo Horizonte: PGHIS/FAFICH/UFMG, 2007. (Dissertação de Mestrado), p.52; 57.

¹⁹³² O bem foi transcrito do inventário no banco de dados como: “uma morada de casas de sobrado com seu quintal e árvores de espinho, bananeiras, parreiras, um (fogo?) de bolo (?) em seu posso e o seu torno de tirar água tudo morada de Pedro (?) e (sic) por uma parte com o *beco que vai para a rua de trás*” “sitas na rua Direita do Arraial de Santa Luzia” (2:800\$000 réis). Entre os bens classificados como “estoque” constavam peças que indicam que a casa podia estar recebendo melhoramentos, a saber: “9 (?) dúzias e 8 tábuas de forro para forrar as casas, 2 dúzias e 5 tábuas de soalho, 8 tábuas de cimalha, 2 tabuões grosso e compridos, 40 caibros de volta para forro de solar (?)” (91\$200 réis). BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Ferreira do Vale, 1779.

¹⁹³³ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de José Ferreira do Vale, 1779.

O ordenamento dos cultivos nos quintais também pode ser depreendido da descrição dos Inventários, corroborados por relatos de viajantes e naturalistas do começo do século XIX. Próximo à cozinha viriam os primeiros canteiros, plantados muito provavelmente com “ervas de cheiro” (salsinha, cebolinha, coentro etc.) e demais especiarias (pimenta, gengibre etc.). A proximidade facilitava seu uso diário. Posteriormente, viriam canteiros com hortaliças, também de uso recorrente. Seguiam-se árvores de espinho, bananeiras e demais árvores frutíferas como a nativa jabuticabeira. Ao fundo do quintal, como já afirmamos, também se podia encontrar alguns telheiros e pequenas edificações, como a própria cozinha, fornos, senzalas, chiqueiros e galinheiros. Tal ordenamento pode ser observado na descrição de uma “morada de casa térrea coberta de telhas com quintal, horta, bananal, árvores de espinho, senzala coberta de telhas e forno de coser doces”¹⁹³⁴ (180\$000 réis), pertencentes a Antônio de Moraes em 1773, no arraial do Pompeu (hoje bairro de Sabará). Em narrativa do século XIX, porém ainda no período colonial, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire, ao passar por uma fazenda próxima à Sabará, descreve o “sistema” adotado nos quintais e hortas de Minas Gerais:

Antes de eu deixar a fazenda, o alferes Barbosa levou-me ao seu jardim, que é muito grande e irrigado, por todos os lados, por pequenos *regos*. Esse jardim não apresenta, aliás, mais do que *grandes canteiros* onde são cultivadas *hortaliças*, separados por fileiras de *laranjeiras* e diferentes espécies de *jabuticabeiras*. Tal é o *sistema adotado na Província de Minas Gerais*, nos jardins a que são dados maiores cuidados.¹⁹³⁵

Como observou José Newton Meneses, é importante levar em consideração que quando Saint-Hilaire se referia aos “jardins” em Minas, ele estava descrevendo o que chamamos de “quintais”.¹⁹³⁶ Dito isto, a narrativa do naturalista confirma as informações retiradas dos Inventários acerca da forma e organização dos quintais. Ou seja: canteiros com hortaliças, seguidos (ou cercados) por árvores de espinhos, e por fim, as demais árvores frutíferas (dentre elas, principalmente, as bananeiras, mas também jabuticabeiras etc.). Finalizando, também é importante frisar que não poderiam faltar flores em um espaço tão ligado à reclusão feminina, com origens na tradição portuguesa. Como muito bem descreveu Robert Slenes, a flor era um signo da

¹⁹³⁴ BDITCRV, Inventário *post-mortem* de Antônio de Moraes, 1773.

¹⁹³⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Op. Cit.* (1974), p. 78.

¹⁹³⁶ MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2015), p. 77.

feminilidade europeia não compartilhado por povos africanos, e, como qualquer outro símbolo, era utilizada para distinção social.¹⁹³⁷ A associação é clara, nos versos do poeta inconfidente Cláudio Manoel da Costa:

Como, ó Céus, para os ver terei constância,
Se cada *flor* me lembra a formosura
Da bela causadora de minha ânsia?¹⁹³⁸

Nos relatos de viajantes do começo do século XIX foram citadas diversas espécimes de flores que poderiam ser encontradas nesses espaços, tais como: cravo, botão-de-ouro, saudade, margarida, amor-perfeito, anêmona e violeta.¹⁹³⁹ Esse aspecto da construção do gênero feminino, “florido” e íntimo dos quintais, ativava o imaginário e não passou despercebido à pena do também poeta e inconfidente, Tomás Antônio Gonzaga:

No meio desta terra há uma ponte¹⁹⁴⁰,
Em cujos dois extremos se levantam
De dois grossos rendeiros as moradas¹⁹⁴¹;
E, apenas, Doroteu, o sol declina
A descansar de Tétis no regaço,
Neste agradável sitio vão sentar-se
Os principais marotos e, com eles,
A brejeira família de palácio.

*

Aqui, meu bom amigo, aqui se passam
As horas em conversa deleitosa:
Um conta que o ministro, à meia noite,
Entrara no *quintal de certa dama*;
Diz outro que se expôs uma criança¹⁹⁴²

¹⁹³⁷ SLENES, Robert Wayne Andrew. *Op. Cit.* (2011).

¹⁹³⁸ COSTA, Cláudio Manoel da. *Obras Poéticas de Glauceste Satúrnio*. Disponível em: <http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/fs000040.pdf> (acesso, Janeiro de 2019), p. 53.

¹⁹³⁹ MENESES, José Newton Coelho. *Op. Cit.* (2015), p. 81.

¹⁹⁴⁰ Ponte de São José ou Ponte dos Contos, Ouro Preto (MG). FERRAZ, Eugênio. *Op. Cit.* (1985), p. 14.

¹⁹⁴¹ Casa dos Contos, do contratador João Rodrigues de Macedo e à frente, a residência do também contratador, Domingos de Abreu Vieira. FERRAZ, Eugênio. *Op. Cit.* (1985), p. 53.

¹⁹⁴² GONZAGA, Tomás Antônio. *Op. Cit.* (1995), p. 214.

Considerações Finais

Na presente investigação pudemos examinar como as alterações na cultura material, em um determinado espaço, fundamentaram mudanças sociais próprias de uma época: o fim da Idade Moderna. Focalizando nas relações entre pessoas, casas e “coisas”, identificamos a domesticidade vigente em um espaço colonial da América Portuguesa, bem como a introdução de novos valores, de origem burguesa, que se materializavam na configuração das residências e nos objetos que compunham seus interiores. Primeiramente, observamos as confluências de ao menos três distintos “modos de morar”, com grande influência lusitana, mas carregados de características autóctones e africanas, próprias da grande mestiçagem que prevalecia na América Portuguesa. Entre esses, o “morar curraleiro” e o “morar mameluco” foram os primeiros a penetrarem no território da futura Capitania de Minas Gerais. Juntando-se ao “morar” do português nortenho, eles viriam a dar origem, já na segunda metade do Setecentos, à “típica fazenda colonial mineira”, bem como às suas atividades produtivas, herdeiras desses modos de morar: a criação de gado e a policultura, muitas vezes associadas à atividade mineradora, que integrava esse complexo agrícola.

A introdução de consumos associados à disseminação de novos rituais de sociabilidade mostrou-se também um importante catalizador das mudanças sociais, sobretudo nas grandes casas urbanas e sobrados. Não por acaso identificou-se muitas dessas “novidades” entre os bens das principais lideranças de grupos divergentes das elites locais, que se enfrentaram no conflito conhecido como a Inconfidência de Sabará

de 1775. Muitos desses grupos se reuniam em espaços especializados – até então desconhecidos na América Portuguesa e em grande parte do Mundo. Dentre tais recintos, contavam-se as salas de visitas, escritórios, bibliotecas, e salas de jantar, materializados em novos compartimentos das casas das elites e compostos por jogos e repertórios de objetos introduzidos na Colônia somente nas últimas décadas do século XVIII. Nos cômodos mais “íntimos” das casas, a introdução de alguns móveis, junto com a crescente segmentação e especialização dos espaços, também apontaria a ascensão de valores como o conforto e a privacidade, sobretudo nas casas das elites, e no surgimento de espaços individualizados como os quartos de dormir. Todavia, em áreas urbanas, algum reflexo da propagação desses objetos também pôde ser encontrado entre outros grupos sociais, mesmo entre pessoas marginalizadas por sua origem e sua “cor”.

Os dados denotaram que a escassez não era linear a toda gama dos inventariados como tradicionalmente se concebeu desde os pioneiros estudos de Alcântara Machado. Mesmo que se tratando de pouquíssimas exceções, nas grandes fortunas e alguns seguimentos médios urbanos, a abundância de objetos em fins do século XVIII já preconiza uma realidade que se afirmará apenas no final da centúria seguinte. Certamente, a escassez no período que abordamos era maior na colônia que na Europa, porém, é preciso reafirmar que as casas coloniais eram povoadas de um “vazio” relativo à cultura material de origem europeia. Mas, por outro lado, abundavam de riquíssima gama de objetos, de cestaria, cerâmica, artesanatos e técnicas autóctones ou de origens africanas que deixaram poucas marcas no tipo de documentação que trabalhamos – os inventários; mas que podem e devem ser resgatadas, sobretudo, pela arqueologia histórica.

A valorização das cozinhas, que antes se mostravam fragmentadas em diversos espaços nos fundos das casas coloniais, assinalou que também na América Portuguesa se observava a crescente demanda pela confecção de alimentos cada vez mais elaborados e diversificados. A multiplicação e diversificação das “receitas culinárias” acompanhavam a primazia que os rituais de comensalidade adquiriram, crescentemente, no decorrer da Época Moderna. Eles se enquadravam, junto com a forma correta e o uso de objetos próprios, no “processo civilizador” europeu, que não deixou de ser notado na principal colônia de Portugal no século XVIII. A aproximação da casa e da cozinha nas

residências das elites, bem como o maior empenho de capitais na edificação das primeiras, e na diversificação de seus objetos, circunscreviam-se no mesmo movimento que atribuía às casas em fins do Antigo Regime uma centralidade nas relações sociais, e nos rituais de sociabilidade, até então desconhecidos na domesticidade vigente. Esses novos comportamentos antecederam e preconizaram o surgimento de novas “relações espaciais”, que se disseminariam somente na contemporaneidade, quando a primazia da dualidade “dentro e fora”, passaria a ser matizada, em vários tons de “centro e periferia”, mesmo dentro das casas.

É importante destacar que as transformações aqui descritas, de caráter mais amplo, se deram quase que simultaneamente nos dois lados do Atlântico, contando, em alguns casos, com atraso de poucas décadas na América Portuguesa. Porém, isso não descarta a existência de especificidades coloniais, a exemplo da permanente centralidade das varandas¹⁹⁴³ (dianteiras e/ou traseiras) no apaziguamento do calor tropical; na grande importância dada aos preguiceiros e nas redes, no conforto para a sesta, e, sobretudo, na predominância das técnicas, formas, receitas e mão de obra escravizada, de origens africanas e indígenas, na cozinha colonial – mesmo quando essa se “aburguesa” e se aproxima das casas.

Por fim, cabem aqui algumas observações quanto às lacunas e omissões desse trabalho. Não nos aprofundamos na análise das senzalas, pois acreditamos que uma investigação sobre esse tipo de “estrutura habitacional” merece um trabalho à parte, também extenso, devido às suas diversas implicações na constituição da vida cotidiana de um grande percentual das populações que viveram na Capitania de Minas Gerais, na maioria das vezes de forma precária e degradante. De mesmo modo, não nos detivemos na análise das propriedades e composição da mão de obra escravizada e arrolada nos Inventários do termo de Sabará, tendo em vista que esse trabalho já foi feito, em parte, por Raphael Freitas Santos.¹⁹⁴⁴ Nos detivemos na análise apenas de alguns casos de grupos de escravizados arrolados em determinados inventários, quando esses se relacionavam aos temas abordados neste trabalho. Também não aprofundamos, com a

¹⁹⁴³ Para um estudo meticoloso do surgimento e evolução das varandas e alpendres em Portugal e no mundo de influência portuguesa, veja: CARITA, Helder. A Varanda Alpendrada na Evolução da Casa Senhorial Luso-Indo-Brasileira - séculos XVI a XVIII, in: *Actas do III Colóquio Internacional: A Casa Senhorial, Anatomia de Interiores*. Porto: Universidade Católica-Porto, 2018, p 7-28.

¹⁹⁴⁴ SANTOS, Raphael Freitas. *Op. Cit.* (2005), p. 63 – 81.

devida atenção, no estudo das diversas benfeitorias que rodeavam as habitações, sobretudo nas casas rurais. Apesar de elas estarem diretamente vinculadas ao “morar” nesse período, sua dependência com a produção exigiria uma pesquisa que extrapolaria o escopo de nosso tema, e, assim como as senzalas, merecem a investigação em um trabalho específico.

Alguns recortes temáticos próprios dos estudos de cultura material não constaram no escopo de nossa pesquisa. Isso se deu por se tratarem de seguimentos tão amplos que não caberiam em nosso recorte ou que, muitas vezes, apenas tangenciaram nosso tema central, e quando o fizeram, acrescentamos as devidas referências e breves análises dos dados. Exemplos desse último caso foram a “indumentária” e os “têxteis”, descritos em certos momentos como nos “panos de mesa”, “rendas”, “cortinas” etc., que decoravam algumas residências. Para melhor aborda-los utilizamos do trabalho de Marco Aurélio Drumond, que se deteve exclusivamente no recorte da indumentária na comarca do Rio das Velhas, dentro do mesmo período que trabalhamos.¹⁹⁴⁵ O mesmo se deu com o seguimento das “joias e acessórios”, o qual citamos, mas que apenas vinculou-se em relações indiretas com o tema da domesticidade.¹⁹⁴⁶

Alguns conceitos que parecem centrais na tese, e que hoje poderíamos considerar “autoexplicativos”, não foram aprofundados, a saber: a intimidade, privacidade e conforto. Todavia, essa omissão se deu, principalmente, devido a dois motivos bem plausíveis. O primeiro deles, e que se vincula à própria formulação de nossa tese, é que no recorte temporal e espacial que estudamos, essas ideias estão pouco evidenciadas documentalmentemente. Como ficou evidente em nossa análise, a intimidade, a privacidade e o conforto eram configurações mentais e materiais que apenas esboçavam sua construção no final da Idade Moderna, sobretudo em se tratando de um espaço colonial. Portanto, eram “conceitos” em construção, fragmentados, o que buscamos evidenciar nas sínteses sobre os possíveis usos e especificidades de determinados objetos vinculados ao surgimento dessas inovações de comportamento e materialidade. Outro motivo que não nos permitiu aprofundar em tais conceitos foi a pouca expressividade deles dentro da produção historiográfica, principalmente na bibliografia nacional. Exceção feita ao debate sobre a existência da “privacidade” no período

¹⁹⁴⁵ DRUMOND, Marco Aurélio. *Op. Cit.* (2008).

¹⁹⁴⁶ OZANAN, Luiz Henrique. *Op. Cit.* (2013); OZANAN, Luiz Henrique. *Op. Cit.* (2017).

Colonial, quando da publicação da coletânea sobre a “Vida Privada no Brasil”¹⁹⁴⁷, muito pouco se escreveu sobre os demais conceitos que aqui abordamos. Na historiografia internacional existem dois marcos fundamentais para a análise do surgimento desses conceitos na Modernidade, tratam-se do estudo de Annik Pardailhe-Galabrun, sobre o surgimento da “intimidade”¹⁹⁴⁸; e do trabalho de Joan DeJean sobre “o século do conforto”¹⁹⁴⁹, ambos referentes a Paris do século XVII e XVIII. Contudo, apenas em parte, e muito meticulosamente, as abordagens, metodologias, conclusões e conceituações desses trabalhos puderam ser utilizadas no estudo da materialidade e espacialidade colonial portuguesa nas Américas, tão diversa de uma área central do capitalismo em formação, como o era a capital francesa nessa época.

De fato, apenas o trabalho de Pardailhe-Galabrun pôde ser mais bem aproveitado em nossas análises, por abordar diversas camadas sociais. No entanto, não é por um acaso que ambos os estudos se refiram ao “nascimento”, à “invenção” e ao “descobrimento” de valores e ideias ainda pouco definidos e circunscritos, sobretudo, aos pequenos grupos sociais da nobreza e da alta burguesia. Privacidade, intimidade e conforto serão disseminados e almejados em panoramas mais horizontalizados apenas no século XIX, a partir das áreas centrais do capitalismo em expansão e dentre as elites na periferia desse novo sistema mundo. Desta forma, um estudo mais metódico e conceitual sobre tais ideias e valores deve se debruçar, necessariamente, sobre a Idade Contemporânea. Na historiografia nacional já possuímos ao menos um trabalho de peso abordando essa “materialidade burguesa”, trata-se do aqui extensivamente referenciado livro de Vânia Carneiro de Carvalho sobre o sistema doméstico em São Paulo, de 1870 a 1920.¹⁹⁵⁰ Todavia, ainda se faz necessário o estudo da “disseminação” desses valores e sua cultura material no Brasil do começo do século XIX.

¹⁹⁴⁷ NOVAIS, Fernando Antônio. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13 – 40.

¹⁹⁴⁸ PARDAILHE-GALABRUN, Annik. *Op. Cit.* (1991).

¹⁹⁴⁹ DEJEAN, Joan E. *O século do conforto: quando os parisienses descobriram o casual e criaram o lar moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

¹⁹⁵⁰ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Op. Cit.* (2008).

Referências Bibliográficas

- ABREU, Ana Clara; BARROS, Ana Bárbara; MARQUES, Maria da Luz Paula. *As Bebidas Exóticas e as Artes Decorativas o chá, o café e o chocolate*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2002.
- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500 – 1800)*. São Paulo: Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu. F. Briguiet & Cia. 3ª ed. 1934.
- ABREU, José Capistrano Honório de. Fernão Dias: o Descobridor das Esmeraldas – Conselho Ultramarino – 1682. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1921, nº 19.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.
- ALENCAR, José de. *Til*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Alimentação e cultura material no Rio de Janeiro dos vice-reis: diversidade de fontes e possibilidades de abordagens*. *Varia História*. 2016, vol.32, n.58, p.21-51.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Doces de ovos, doces de freiras: a doçaria dos conventos portugueses no Livro de Receitas da irmã Maria Leocádia do Monte do Carmo (1729). *Cadernos Pagu* (17/18) 2001/02: pp.397-408.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- ALGRANTI, Leila Mezan; ASFORA, Wanessa. Luís da Câmara Cascudo e a ementa portuguesa: a contribuição de Portugal no pensamento sobre a cozinha brasileira. In: SOARES, Carmen; MACEDO, Irene C. *Ensaio sobre o patrimônio alimentar luso-brasileiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: Produção e Hierarquização social no Mundo Colonial, 1750 – 1822*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
- ALMEIDA, Wanderson Santos de. Redes Governativas: a atuação da família Azeredo na capitania do Espírito Santo (séc. XVI-XVII). *Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est*. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/view/18833> (acesso, março de 2019).
- ALORNA, Marquês de Fronteira e. *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- ANAIS DO MUSEU PAULISTA. *História e Cultura Material. Nova Série*. Universidade de São Paulo: O Museu Paulista. Volumes 1(1993) a v. 24 (2016).
- ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. *A presença dos moinhos hidráulicos no Brasil*. In: ANAIS DO MUSEU PAULISTA. *História e Cultura Material. Nova Série*. Universidade de São Paulo: O Museu Paulista. Volume: 23m nº1, p. 133 – 193, jan. – jun. 2014.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)*. 2ª Ed. Belo Horizonte, Fino Traço: 2014.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Prefácio à 1ª Edição. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks / Academia Brasileira de Letras, 2005, p. 19.

- ANGELO, Fabrício Vinhas M. *Pelo muito amor que lhe tenho: a família, as vivências afetivas e as mestiçagens na Comarca do Rio das Velhas (1716-1780)*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. (Dissertação de Mestrado em História).
- ANGELUCCI, Ornella Maria Castelnuovo. *Arquitetura e luz: o átrio (ex-pátio)*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012. (Dissertação de Mestrado).
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Edusp, 2007.
- APPADURAI, Arjun. (Org.) *A vida social das coisas: As Mercadorias sob uma Perspectiva Cultural*. Niterói: UFF, 2008, p 27.
- ARMAS, Duarte de. *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da casa do rei d. Manuel I*. Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo, c.1509, Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707> (acesso, janeiro de 2019).
- ASSUMAR, Conde de. *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas*: Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.
- ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. *Da justiça em nome d'El Rey: ouvidores e inconfidência na Capitania de Minas Gerais (Sabará 1720-1777)*. Niterói: UFF, 2010. (Tese de Doutorado em História).
- AUTOS de *Devassa da Inconfidência Mineira*, 2.^a ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1983. 10 v.
- AZEVEDO, Carlos de. *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Arquitetura do açúcar: engenhos do Recôncavo Baiano no período colonial*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BALM, Menno. *Rembrandts Huys-Home: Amsterdam in 1656*. Tolbert: Art Revisited, 2013.

- BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.
- BARCELOS, Reginaldo. *Arqueologia da Metalurgia na Casa de Fundação e Intendência de Sabará, Minas Gerais (1751-1833)*. Porto: Universidade do Porto, 2010. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia).
- BARRADAS, Alexandra Leal. *D. Afonso, 4º Conde de Ourém – Viagens, Cultura Visual e Formação de um Gosto*. Lisboa: UNL IEM - Instituto de Estudos Medievais – IEM. *Revista Medievalista*, ano 2, número 2 (2006). Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA2/PDF2/Afonso-PDF.pdf> (acesso, fevereiro de 2019).
- BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 11, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1968.
- BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional*. Rio de Janeiro: MES, 1938. n. 2.
- BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- BAYEUX, Glória. *O móvel da casa brasileira*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 1997.
- BELINO, Albano; FEIO, Alberto; ROCHA, Ricardo; VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA. *Mapa das ruas de Braga*. Braga: Universidade do Minho, 1989. 2 v.
- BENINCASA, Vladimir. *Casas rurais mineiras e do nordeste paulista*. Resgate - Vol. XVIII, nº. 20 - jul./dez. 2010.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BLAJ, Ilana. Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material. In: CÂNDIDO, Antonio. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 47.
- BLANTON, Richard E. *Houses and Households: A Comparative Study*. New York: Plenum Press, 1994.

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728. 8 v. 2 suplementos. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/browse?type=author&value=Bluteau%2C+Rafael%2C+1638-1734> (acesso, novembro de 2019).
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Das caixas da casa colonial às arcas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.25. n.1. p. 199-225. jan.-abril 2017.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e Práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702 – 1748)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; FÉLIX, Rogério Ricciluca Matiello. Ambientes Domésticos e Dinâmicas Sociais em São Paulo Colonial. *Revista de História*. (São Paulo), n. 175, p. 91-132, jul.dez., 2016.
- BOTELHO, Thiago de Pinho. *Milagre que se fez... estudo dos 36 ex-votos ofertados ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. (Dissertação de Mestrado em Artes).
- BRAGA, Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond. *Bens de hereges: inquisição e cultura material. Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/11962/6/Bens%20de%20Hereges%20-%202012.preview.pdf> (acesso, março de 2019).
- BRAGA, Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond. Dos tachos e panelas aos açucareiros e bules. Recipientes para confeccionar e servir alimentos em Portugal na Época Moderna. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 54, p. 71-101, jan./jun. 2011. Editora UFPR.
- BRANDÃO, Angela. Inventários como fontes para a História da Arte e do Mobiliário Brasileiro. In: *Cultura Visual*, n. 13, maio/2010, Salvador: EDUFBA, p. 11-23.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XVI – XVIII*. Lisboa: Edições Cosmo, 1970. Tomo I.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XVI – XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 3 v.

- BRETTEL, Caroline B. *Homens que partem mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.
- BRITO, Nogueira. *O Nosso Mobiliário*. In: Enciclopédia pela Imagem. Porto: Livraria Lello, [s.d.].
- BRÜGGER, Silvia M. Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del-Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. Cultura Material. In: Enciclopédia Einaudi. *Homo-Domesticação: cultura material*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.16, 1989, p.11-47.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira – Mestres de ofício, “riscos” e “traças”*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.20, n.1. p. 321-361, jan. - jun. 2012.
- BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, vol. 9, n. 2, p. 1-12, outubro de 1997.
- CABRITA, Tânia Filipa Correia. *A casa pátio no sul de Portugal: três projectos SAAL*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2016. (Dissertação de mestrado).
- CANTI, Tilde. *O móvel no Brasil: origens, evolução e características*. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1980.
- CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na História. *MNEME – Revista de Humanidades*, 11(28), 2010 – AGO / DEZ. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/download/1045/992/>. (Acesso: março de 2019).
- CARITA, Helder. *A casa senhorial em Portugal: modelos, tipologias, programas e equipamentos*. Alfragide [Portugal]: Leya, 2015.
- CARITA, Helder. A Varanda Alpendrada na Evolução da Casa Senhorial Luso-Indo-Brasileira - séculos XVI a XVIII, in: *Actas do III Colóquio Internacional: A Casa Senhorial, Anatomia de Interiores*. Porto: Universidade Católica-Porto, 2018, p 7-28.
- CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

- CARRARA, Angelo Alves; ZAIDAN, Ricardo Tavares; PAULA, Lucas Pinheiro de. Geoprocessamento aplicado à história agrária: o vínculo da Jaguará. *Revista de História*. São Paulo, p. 01-28, 2018.
- CARVALHO, Elizabeth Sales de. *Arquitetura rural na microrregião metropolitana de Belo Horizonte: investigação sobre tipologias arquitetônicas nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (Dissertação de Mestrado)
- CARVALHO, José Murilo de. Prefácio à 3ª Edição. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks / Academia Brasileira de Letras, 2005, p. 14.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870 – 1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / FAPESP, 2008.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras: inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o Período Pombalino*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Tese de Doutorado em História).
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto e OLIVEIRA, Rafael Henrique de. *O mapa do padre Cocleo: uma análise cartográfica*. Belo Horizonte, Centro de Referência Cartografia histórica – UFMG. p. 2. (disponível em: http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013_1379350586.pdf, acesso, Fevereiro de 2017)
- CORBIER, Mireille. A fava e a moréia: hierarquias sociais dos alimentos em Roma. In: In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 165 – 181.
- COSTA, Hipólito José da; VELOSO, José Mariano da Conceição. *Descrição da árvore de assucar e da forma de se estrair o seu fruto*. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego (imp.), 1800. Disponível em:

https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5036/1/022935_COMPLETO.pdf (acesso, Março de 2019).

- COSTA, Lucio. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 149-162, 1939.
- COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do Sul de Minas Gerais: Arquitetura Rural nos séculos XVIII e XIX*. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos – USP, 2008. (Dissertação de Mestrado)
- D’EÇA, Teresa de Almeida. *Guia Roteiro Museu dos Biscainhos*. Braga: Marca Artes Gráficas, 1990.
- DANGELO, André Guilherme Dornelles (et al). *Museu Casa Padre Toledo: memória da restauração artística e arquitetônica*. Belo Horizonte: EA/ UFMG. 2012.
- DANGELO, André Guilherme Dornelles; CUNHA, Alexandre Mendes; FIGUEIRA, Rodrigo Minelli. (Org.s). *Museu Padre Toledo: memória da restauração artística e arquitetônica*. Belo Horizonte: EA/UFMG, 2012.
- DANGELO, André; DORNELLES, Guilherme; LEMOS; Celina Borges. Solar “casa padre toledo” o bem cultural como uma conjunção ritualística de espaços e tempos limiares. In: MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize. (Org.s). *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos Interiores*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: UFRJ, 2014, p. 64 – 85.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (1816-1831)*. t. I, vol. I e II. São Paulo: Martins Editora, 1940.
- DEJEAN, Joan E. *O século do conforto: quando os parisienses descobriram o casual e criaram o lar moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DIAS, Hércia. O mobiliário dos inconfidentes. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 3, pp. 163-172, 1939.
- DIAS, João José Alves. Apresentação. In: ARMAS, Duarte de. *Livro das fortalezas*. Edição fac-similada de: Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da casa do rei d. Manuel I (DGLB – Torre do Tombo, cota:

- Códices e documentos de proveniência desconhecida, nº 159, cofre forte). Casal de Cambra (Portugal): Editora Caleidoscópio, 2015.
- DIAS, Vera Maria Carvalho Bello. *A Porcelana Armoriada da Coleção do Centro Científico e Cultural de Macau: uma análise histórica-artística e de mercado*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2012. (Dissertação de Mestrado em Gestão de Mercado de Artes). Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6570/1/TESE_ANEXO%20I.pdf (acesso, abril de 2019).
- DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Um Sertão Entre Tantos Outros: Fazendas de gado nas Ribeiras do Norte*. São Paulo: FAU/USP, 2013. (Tese de Doutorado).
- DINIZ, Nathália Maria Montenegro. *Velhas Fazendas da Ribeira do Seridó*. São Paulo: FAU/USP, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: Para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.
- DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. Brasil Peregrino na Alegoria Barroca. *Revista Em Tese*. Belo Horizonte, v. 5, p. 91-99, dez. 2002.
- DRUMOND, Marco Aurélio. *Indumentária e Cultura Material: Produção, comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711-1750)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Dissertação de Mestrado em História).
- DUARTE, Amílcar M. Marreiros. *Citrinos do Algarve: História, tradição e futuro*. Revista Sul, nº 2, p. 55-57. (2000), disponível em: <http://w3.ualg.pt/~aduarte/Publicacoes.htm> (acesso, janeiro de 2019)
- EHRET, Christopher. O interior da África Oriental. EL FASI, Mohammed. *História geral da África*. V. 3. África do século VII ao XI. UNESCO, 2010.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras - riqueza e estigma social. *Tempo*, núm. 9, julho, 2000, pp. 65-92.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. Prefácio. In: ZABALBEASCOA, Anaxu. *Tudo Sobre a Casa*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

- FIGUEIREDO Luciano Raposo de Almeida & MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. "Quitandas e Quitutes": Estudo Sobre Rebeldia e Transgressões Femininas numa Sociedade Colonial. In: *Caderno de Pesquisa*. São Paulo. (54):50-60, agosto 1985.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no Século XIII*. São Paulo: Hicitec, 1997.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. (2ª ed.). Lisboa: Editora Estampa, 1995.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano, séculos XVIII e XIX*. Salvador: UFBA, 1970. (Tese apresentada ao Concurso para Professor Assistente da UFBA).
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2009.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- FRANCO, Carlos José de Almeida. *Casas das Elites de Lisboa. Objetos, interiores e vivências, 1750 – 1830*. Lisboa: Scribe, 2015.
- FRANCO, Carlos José de Almeida. *O Mobiliário das Elites de Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- FRANCO, Renato. Fortuna e ressentimento: o incrível caso dos Abreu Guimarães (c. 1740-1807). *Revista Portuguesa de História*, vol. 47, 2017, p. 237-256.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob Regime da Economia Patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio 1965.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: USP, 1982.

- FUERTES, Pere; MONTEYS, Xavier. *Casa collage: un ensayo sobre la arquitectura de la casa*. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2014.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1975.
- GONÇALVES, Joana Filipa Rocha. *Objectos do quotidiano na pintura de Josepha d'Ayalla. Imaginário ou realidade arqueológica*. LISBOA: FCHS/UNL, 2012. (Dissertação de mestrado).
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Fome e o paladar: a antropologia nativa de Luis da Câmara Cascudo. *Estudos Históricos* (FGV), Rio de Janeiro, nº 33, janeiro-junho de 2004, p. 56-55.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888*. São Paulo: ANNABLUME, 2003.
- GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700 -1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: UFMG-FAFICH, v.1, n.2, 1988.

- GUIMARÃES, Marcos Vinícius Teles. *Casario Imperial: arquitetura urbana em transformação – São João del-Rei, c. 1810-1880*. São Paulo: FAU-USP, 2016. (Tese de Doutorado em Arquitetura).
- HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 266.
- HIGGINS, Kathleen J. “*Licentious Liberty” in a Brazilian Gold-Mining Region: Slavery, Gender, and Social Control in Eighteenth-Century Sabará, Minas Gerais*. State College: Pennsylvania State University, 1999.
- HILLIER Bill; HANSON, Julienne. *The Social Logic of Space*. Cambridge, London, New Rochelle, Melbourn, Sydney: Cambridge University Press, 1984.
- HOBBSBAWM, Eric John Ernest. *A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBBSBAWM, Eric John Ernest. *A Era do Capital, 1848 – 1875*. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- HOBBSBAWM, Eric John Ernest. RANGER, Terence (Orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1975.
- IEPHA. *Guia de bens tombados IEPHA/MG / Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais*. – 2. ed. – Belo Horizonte: IEPHA, 2014, v.1, p. 27.
- JANNEAU, Guillaume. *Les arts décoratifs – Les meubles I*. Paris: Flammarion, 1945.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l’espace*. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
- LEME, Francisco C. *O Restauro do Paço dos Condes-Duques de Barcelos em Barcelos*. Porto: Universidade do Porto, 1953. (Monografia de Conclusão de Curso). Disponível em: <https://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48398> (acesso, fevereiro de 2019).
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Casa Paulista*. História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: EDUSP, 2015.

- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Cozinhas, etc.* Um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista. São Paulo: ed. Perspectiva, 1976.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é arquitetura.* São Paulo, Brasiliense, 1994.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento na Corte na formação política do Brasil, 1808-1842.* São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar.* Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 114.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX.* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr L. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas.* 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- LIMA, Angela Bernadete. O modelo de agricultura urbana da Alemanha: a importância ambiental dos Kleingärten. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*, Florianópolis / SC , Julho de 2015. Disponível em:
http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434421844_ARQUIVO_textoAnpuh-AngelaB.Lima.pdf (acesso janeiro de 2019)
- LIMA, Leandro Santos. *Bandeirismo paulista: o avanço na colonização e exploração do interior do Brasil (Taubaté, 1645 a 1720).* São Paulo: FFLCH/USP, 2011. (Dissertação de Mestrado).
- LOUGHMAN, John; MONTIAS, John Michael; *Public and Private Spaces. Works of art in Seventeenth-Century Dutch Houses.* Zwolle: Waanders, 2000.
- LOUREIRO, Juliana Coelho. Quintais de Olinda – uma leitura indiciária sobre sua gênese. *Anais do Museu Paulista.* São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 231-281. jan.- jun. 2012.
- LOURENÇO, Mariana Adubeiro. Pátio como modo de organizar. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2017. (Dissertação de mestrado).

- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e parte meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1980.
- MADUREIRA, Nuno Luís. *Cidade: espaço e quotidiano* (Lisboa 1740 – 1830). Lisboa: Livros Horizonte, 1992.
- MAGALHÃES, Beatriz Ricardina (*Et al.*). Evolução da economia e da riqueza na Comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais, 1713-1763. In: *Anais do X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2002, disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D04.PDF> (acesso, 31/12/2015).
- MAGALHÃES, Fernanda; RIBEIRO, Jorge M. Pinto; MARTINS, Maria M. Entre o público e o privado. Cenários do quotidiano na domus das Carvalheiras. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, Vitória (UFES), n. 6, p. 88-106. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/11972/8577> (acesso, fevereiro de 2019).
- MANUPPELLA, Giacinto (Ed.). *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. Prólogo, leitura, notas aos textos, glossário e índices de Giacinto Manuppella. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.
- MARCGRAVE, Jorge. *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Através da Rótula: Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971.
- MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Cinzas do Passado: Riqueza e cultura material no Vale do Paraopeba/MG (1840/1914)*. São Paulo: USP, 2006. (Tese de Doutorado)
- MARTINS, Helena Teixeira. *Sedes de Fazendas Mineiras: Campos das Vertentes Séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.
- MARTINS, Manuela. *Bracara Augusta: a casa romana das Carvalheiras*. (Roteiros Arqueológicos 2). Braga: Litografia A. C., 2000.

- MARTINS, Roberto Borges. *A Economia Escravista de Minas Gerais no sec. XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.
- MARTINS, Tarcísio José. *MOEMA – As Origens do Povoado do Doce*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais; Moema: Prefeitura Municipal de Moema, 2012.
- MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII – XIX*. Berlim: WVB, 2002.
- MATTOS, Hebe Maria & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate: uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- MAWE, John. *Travels in the interior of Brazil*. Philadelphia: Ed. M. Carey, 1816.
- MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil (1807-1810)*. São Paulo, Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia Editora, 1978.
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil (1815-1817)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- MELLO, Susy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MELLO, Suzy de. *Barroco Mineiro*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks / Academia Brasileira de Letras, 2005.
- MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.
- MENESES, José Newton Coelho. *Produção de Alimentos e Atividade Econômica na Comarca do Serro Frio - Século XVIII*. Texto para discussão. Diamantina: IX Seminário sobre Economia Mineira, 2000.
- MENESES, José Newton Coelho. Apresentação do Dossiê: Elementos materiais da cultura e patrimônio. In: *Vária História*. Vol. 27, nº 46. Belo Horizonte, jul/dez 2011.
- MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris & Ofícios Banais*. O Controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750 – 1808). Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

- MENESES, José Newton Coelho. “A louça do meu uso, tanto da índia como de estanho”:
Rusticidade cotidiana e requinte ocasional nas mesas das minas gerais setecentistas.
SAECULUM - *Revista de História*, n. 27; João Pessoa, jul./dez. 2012
- MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem
ordem e sem simetria: O quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e
XIX). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.23. n.2. p. 69-92. jul.- dez.
2015.
- MENESES, José Newton Coelho. Cultura material no universo dos Impérios europeus
modernos. “Introdução - Cultura material no universo dos Impérios europeus
modernos”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Nova Série. v.25. n.1. p. 9-12.
jan.-abril 2017.
- MENESES, José Newton Coelho; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. “Introdução -
O testemunho das coisas úteis e duráveis”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo,
Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-4.
- MENEZES, Ivo Porto de. *Documentário arquitetônico: fazendas mineiras*. Belo Horizonte:
Escola de Arquitetura, 1969, p. 15.
- MILLER, Daniel. *Treco, Troços e Coisas*. Estudos antropológicos sobre a cultura material.
Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013.
- MIRANDA, Daniela. *Músicos de Sabará: a prática musical religiosa a serviço da Câmara
(1749-1822)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação de Mestrado em História).
- MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-
1800)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação de mestrado).
- MONTANARI, Massimo. Estruturas de produção e sistemas alimentares. In: FLANDRIN,
Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação
Liberdade, 1998.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São
Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo
e do espaço*. São Paulo: FAU/USP. 2005. (Tese Doutorado).

- MUNAIER, Luiz Henrique de Lucca. *Patrimônio cultura e a memória: uma visão dos moradores de Sabará – MG*. Belo Horizonte: UFMG, 2015. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura).
- NASCIMENTO, Evelin Luciana Malaquias. *Et. Al. Projeto de Pesquisa Arqueológica da Casa Setecentista (Casa de Pedra) Amarantina – Ouro Preto/MG*. Relatório Final. 2 Volumes. Belo Horizonte: Rede Cidade, 2014.
- NASCIMENTO, João Filipe da Silva. *Cadeiras Portuguesas*. Lisboa, Ed. do Autor, 1952.
- NASCIMENTO, João Filipe da Silva. *Leitos e camilhas portuguesas*. Lisboa: Ed. Autor, 1950.
- NOVAIS, Fernando Antônio. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13 – 40.
- OLIVA, Sabina Rossini; BORNELLS, José Elías. *El naranjo amargo de Sevilla*. Sevilha: Ayuntamiento de Sevilla, s/d. Disponível em: https://www.sevilla.org/servicios/medio-ambiente-parques-jardines/e-articulos-tecnicos/naranjo_amargo.pdf (acesso: janeiro de 2019).
- OLIVEIRA, Avelino; SEIXAS, Paulo Castro; FARIA, Luiz Pinto. A Casa e as suas Casas. *Temáticas*, Campinas, 21(42): 141-163, ago./dez. 2013.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de. *Minho e Minas Gerais no século XVIII*. Braga: Gráfica Vilaverdense, 2016.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- OLIVEIRA, Karina Ribeiro de. *O móvel na moradia urbana mineira do século XVIII e início do XIX*. São Paulo: FAU-USP, 2017. (Mestrado em História da Arquitetura)
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a Casa e o Armazém: relações sociais e experiência de urbanização. São Paulo 1850 – 1900*. São Paulo: Alameda, 2005.
- OLIVEIRA, Mariana de. *Administração local e comunicação política nas Minas setecentistas: a câmara da Vila do Sabará (1711 – 1760)*. Juiz de Fora (MG): UFJF, 2016. (Dissertação de Mestrado em História).

- OZANAN, Luiz Henrique. *A joia mais preciosa do Brasil: joalheria em Minas Gerais - 1735-1815*. Belo Horizonte: UFMG, 2013. (Tese de Doutorado em História).
- OZANAN, Luiz Henrique. Assim se adornavam os moradores da Comarca do Rio das Velhas: cultura material nas minas gerais do século XVIII. *Revista Transverso*. v. 1, n.4: 1 (julho/2017). Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/transverso/article/download/2490/1458> (acesso, Março de 2019).
- PARDAILHE-GALABRUN, Annik. *The Birth of Intimacy: privacy and domestic life in early modern Paris*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- PASSOS, Zoroastro Vianna. *Notícia histórica da Santa Casa de Sabará (1787 a 1928)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929.
- PAULA, Fabiano Lopes de; GUIMARÃES, André Resende. (Coord.). *Relatório das escavações arqueológicas realizadas em 2004, no pátio anexo ao Museu do Ouro, Sabará, MG*. Belo Horizonte: Instituto Libertas de Educação e Cultura, 2004.
- PEIXOTO, Afrânio. Nota Preliminar. In: PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio narrativo do peregrino da América*. (1728). 6ª ed. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1939. 2º vol.
- PELÚCIA, Alexandra. *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem: Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar – CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- PEREIRA, Ana Marques. *Cozinhas: espaço e arquitectura*. Campo de Santa Clara (Lisboa): Edições INAPA, 2006.
- PEREIRA, Franklin. *Na senda do Passado: o couro lavrado no mobiliário português do período barroco (séculos XVII e XVIII)*. Catálogo de exposição. Braga: Museu dos Biscainhos/Instituto Português de Museus, 1997.
- PEREIRA, Honório Nicholls; ASSIS, Adriana Paiva de; LARA, Elayne Granado. *Projeto de Restauração da Prefeitura Municipal de Sabará*. Caderno de Estudos. Volume VI – Projeto de Bens Artísticos Integrados. Belo Horizonte: SANETEC Saneamentos e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda., 2014. Disponível em:

http://site.sabara.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/caderno_de_estudos_volume_v.pdf (acesso, julho de 2019).

PEREIRA, Honório Nicholls; ASSIS, Adriana Paiva de; LARA, Elayne Granado. Projeto de Restauração da Prefeitura Municipal de Sabará. Caderno de Estudos. Volume IV – Projetos Executivos. Belo Horizonte: SANETEC Saneamentos e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda., 2014. Disponível em: http://site.sabara.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/caderno_de_estudos_volume_iv.pdf (acesso, julho de 2019).

PEREIRA, Honório Nicholls; ASSIS, Adriana Paiva de; LARA, Elayne Granado. Projeto de Restauração da Prefeitura Municipal de Sabará. Caderno de Estudos. Volume VI – Projeto de Bens Artísticos Integrados. Belo Horizonte: SANETEC Saneamentos e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda., 2014. Disponível em: http://site.sabara.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/caderno_de_estudos_volume_v.pdf (acesso, julho de 2019).

PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio narrativo do peregrino da América* (1728). 6 ed. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1939. 2 vol.

PIMENTEL, Jorge Cunha. *Rogério de Azevedo e o Paço dos Duques em Guimarães*. Estudos e projetos de restauro. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESAP/ESAP, 2004. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/21539> (acesso, fevereiro de 2019).

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto: Na Typographia de Silva, 1832.

PINTO, Maria Helena Mendes. *Os Móveis e o seu Tempo*. Mobiliário Português do Museu Nacional de Arte Antiga Séculos XV-XIX. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Cultura / Museu Nacional de Arte Antiga, 1985-1987.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: editora nacional; Brasília: INL, 1979.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso (Org.). *Fazendas do Ouro*. Rio de Janeiro: Edições Fadel, 2011, p. 137.

- PONTE, Antônio. *Museus de Portugal: Paço dos Duques de Bragança. Vila do Conte (Portugal):* QN Edições e conteúdos, 2011.
- RAMA, Ángel. *A Cidade das Letras.* São Paulo: Boitempo, 2015.
- RAMALHO, Walderez Simões Costa. *A Historiografia da Mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil.* Belo Horizonte: UFMG, 2015. (Dissertação de Mestrado em História).
- RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte, v. 44, n. 1, jan./jun., p.132-153, 2008.
- REDE, Marcelo. História e Cultura Material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Novos Domínios da História.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- REGO, Maria Aurora Botão Pereira do. *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924).* Demografia, Sociedade e Família. Braga: Universidade do Minho, 2012. (Tese de Doutorado em História)
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil.* (9ª ed.). São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.
- REIS, Flávia Maria da Mata. *Das faisqueiras às galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século dezoito (1702-1763).* Belo Horizonte: UFMG, 2007. (Dissertação de Mestrado em História).
- REIS, Liana Maria. Mulheres de Ouro: as negras de tabuleiro em Minas Gerais do século XVIII. *Revista do Departamento de História.* Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, v. 8, 1989, p.72-85.
- RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Família e Povoamento na Comarca do Rio das Mortes: os Ribeiro da Silva, fronteira, fortunas e fazendas.* São João del-Rei: UFSJ, 2014. (Dissertação de Mestrado)
- RIBEIRO, Loredana. Maria, Párvoa Exposta, Domingos, Padre Maculado. Ensaio de Arqueologia Micro Histórica. In: *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v.6, nº 2, Jul.-Dez., 2012.
- ROCHA, José Joaquim da. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, VIII, 1903. Disponível em:

- <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=1391>. (acesso: janeiro de 2019).
- ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais*. Nascimento do consumo. Séc. XVII – XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ROCHE, Daniel. *Le peuple de Paris*, p. 120. *Apud*. MADUREIRA, Nuno Luís. *Cidade: espaço e quotidiano* (Lisboa 1740 – 1830). Lisboa: Livros Horizonte, 1992.
- ROCHE, Daniel. *O Povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- RODRIGUES, Domingos. *A Arte de Cozinha*. Rio de Janeiro: Tipografia de J. J. Barroso e Comp. 1838, p. 147.
- RODRIGUES, José Wash. Móveis antigos de Minas Gerais. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 79-98, 1943.
- RODRIGUES, Wesley Fernandes. *A História em Ponto Pequeno: Ex-votos Pictóricos e Prática Votiva nas Minas (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. (Dissertação de Mestrado em História).
- RODRIGUES, Wesley Fernandes. *Fragments de um Quadro ou o que as Migalhas do Cotidiano nos Contam: prática votiva no mundo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX)*. Belo Horizonte: UFMG, 2018. (Tese de Doutorado em História).
- ROMAGNOLI, Daniela. Guarda no sii vilan: as boas maneiras à mesa. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 380 – 388.
- ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas*. Belo Horizonte, Editora UFMG: 2008.
- ROSEMBERG, Bernard. A cozinha árabe e sua contribuição à cozinha europeia. In: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- RUSO, Silveli Maria de Toledo. *Espaço doméstico, devoção e arte: a construção histórica do acervo de oratórios brasileiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: USP, 2010. (Tese de Doutorado em História da Arquitetura).

- RYBCZYNSKI, Witold. *La Casa: Historia de uma idea*. San Sebastián: Editorial Nerea, 2013.
- SÁ, Cristina. Observações Sobre a Habitação em três Grupos Indígenas Brasileiros. In: NOVAES, Sylvia Caiuby. (Org.). *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1983.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. O rei à mesa entre o fim da Idade Moderna e o Maneirismo. In: BUESCU, Ana Isabel; FELISMINO, David (Coord.). *A Mesa dos Reis de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 188 – 207.
- SAIA, Luís. *A casa bandeirista: uma interpretação*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1955.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1938.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*. 1º V. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- SAINT-HILAIRE. Augusto de. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1590-1627)*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.
- SALVADOR, Mariana Sanchez. *Arquitetura e Comensalidade: uma história da casa através das práticas culinárias*. Casal de Cambra (Portugal), Editora Caleidoscópio: 2016.
- SANDÃO, Arthur de. *O móvel pintado em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização, 1973.
- SANTOS, Juliana Godoy Santos. Juizado de Órfãos em Minas colonial, século XVIII. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo*

- Social. Natal, RN, 2013, p. 6. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/> (acesso: Julho de 2017)
- SANTOS, Raphael Freitas. *“Devo que pagarei”*: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. Belo Horizonte: UFMG, 2005. (Dissertação de Mestrado em História).
- SANTOS, Raphael Freitas. *Minas com Bahia*: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista. Rio de Janeiro: UFF, 2013. (Tese de doutorado em História)
- SARTI, Raffaella. *Casa e Família*: Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna. Lisboa: Editora Estampa, 2001.
- SCAPPI, Bartolomeo. *Del arte del cocinar*, Obra del maestro Bartolomeo Scappi, cocinero privado del papa Pio V. Gijón (Espanha): Ediciones Trea, 2004.
- SCHNOOR, Eduardo. Das Casas de Morada à Casa de Vivenda. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- SCHOENAUER, Norbert. *6000 Years of Housing*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2000
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEBASTIAN, Luís Carlos Pereira. *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. (Doutorado em História com especialização em Arqueologia).
- SENA, Tatiana da Costa. *O consumo de louças estrangeiras e produção artesanal de louça vidrada em Vila Rica (1808 - 1822)*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. (Monografia de Bacharelado em História), disponível em: https://sites.ufop.br/sites/default/files/lph/files/160_tatiana_da_costa_sena_-_o_consumo_de_loucas_estrangeiras_e_producao_artesanal.pdf?m=1525724405 (acesso, abril de 2019).
- SENA, Tatiana da Costa. *O consumo de louças estrangeiras e produção artesanal de louça em Vila Rica (1808 - 1822)*. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2007. (Monografia de Bacharelado em História).

- SHEUMAKER, Helen; WAJDA, Shirley Teresa. *Material culture in America: understanding everyday life*. Santa Barbara, Califórnia; Denver, Colorado; Oxford, England: ABC-CLIO, 2008.
- SILVA, Andréé Mansuy Diniz. Introdução e Notas. In: ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 23 – 63.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. (1ª Edição, 1789). Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/browse?type=author&value=Silva%2C+Ant%C3%B4nio+de+Morais%2C+1755-1824> (acesso, novembro de 2019).
- SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e Cal - Os construtores de Vila Rica no século XVIII*. Belo Horizonte: PGGHIS/FAFICH/UFMG, 2007. (Dissertação de Mestrado)
- SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 90.
- SILVA, Geraldo Gomes da. *Engenho e arquitetura: tipologia dos edificios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco*. Recife: Editora Fundação Gilberto Freyre, 1998.
- SILVA, Solange Maria da. *Estratégias e práticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas, século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Dissertação em História da Educação).
- SILVA, Valquíria Ferreira da. *De cabeça de porco à bebida de negro: um estudo sobre a produção e o consumo da aguardente nas Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: PPGHIS/UFMG, 2015.
- SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- SLENES, Robert Wayne Andrew. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX. In: *CADERNOS IFCH UNICAMP*, Campinas, p.1-80, 1985.

- SOUSA, Silvana Raquel Vieira de. *Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 2017. (Dissertação de Mestrado em História da Arte).
- SOUZA, Laura de Mello e. “Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações.” In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.47-48.
- SOUZA, Marcos André Torres de. Uma outra escravidão: a paisagem social no engenho de São Joaquim, Goiás. In: *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Argumentum, v.1, nº 1. Jan. – Jun. 2007.
- SOUZA, Ricardo. A Mitologia Bandeirante - construção e sentidos. *História Social* - revista dos pós-graduandos em História da Unicamp. São Paulo: Campinas, 2007, nº13, p. 152. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/215/207> (acesso, fevereiro de 2017)
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Apud: CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2001.
- SUTTON, J. E. G. A África oriental antes do século VII. In: MOKHTAR, Gamal. *História Geral da África*. V. 2. África antiga. Brasília: UNESCO, 2010.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Grupos Domésticos e Comportamento de Consumo em Porto Alegre no Século XIX: O Solar Lopo Gonçalves*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997. (Mestrado em Arqueologia).
- TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António. Zona 1 – Minho, Douro Litoral e Beira Litoral. In. SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS. *Arquitectura popular em Portugal*. (4ª ed.). Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 2004, v. 1, p. 1 – 241.
- TEIXEIRA, Vilmaria Lúcia Rodrigues. *Negras Senhoras: As mulheres africanas forras e sua inserção sócio-econômica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Dissertação de Mestrado

em História). Disponível em: <http://objdig.ufrr.br/34/teses/VilmaraLuciaRodriguesTeixeira.pdf> (acesso, março de 2019).

TISSINK, Fieke. *The Rembrandt House Museum*. Houten: TERRA, 2014.

TRINDADE, Luisa. *A casa corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média ao início da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

TRINDADE, Raimundo Otávio da. Notícia sobre o vínculo do Jaguará contada pelo Padre João de Santo Antônio. In: *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro, SPHAN, 1945, p. 135-138.

VALE, Clara Pimenta do. O Paço do Conde de Barcelos. *Barcelos Revista*. Barcelos, p. 111 – 140, 2ª Série, nº 2, 1991.

VARTULI, Sílvia Maria Amâncio Rachi. *Por mãos alheias: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. (Tese e Doutorado em Educação).

VASCONCELLOS, Sylvio Carvalho de. *Arquitetura Colonial Mineira. I Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG: 1957.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade: ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: Formação e desenvolvimento – Residências*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956, p. 182.

VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

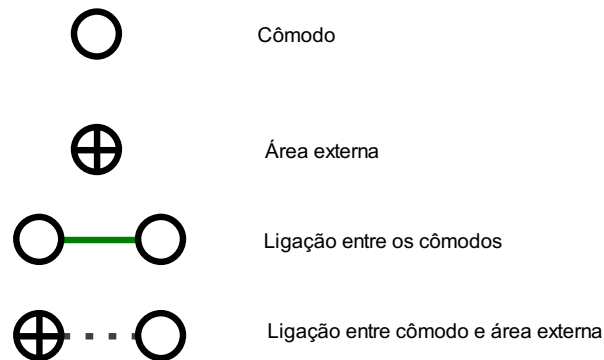
VASCONCELOS, Diogo Luís de Almeida Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.

VELOSO, Tânia Pôrto Guimarães; GUIMARÃES, Carlos Magno. Et. Al. *Intervenção arqueológica para fins de pesquisa e acompanhamento das obras de restauração da “Casa de Fernão Dias Paes” – Quinta do Sumidouro – Fidalgo – Pedro Leopoldo – Minas Gerais. Relatório Final*. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, 1992.

- VILAÇA, Orlanda Barbosa. *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*. Braga: ICS/UMINHO, 2012. (Tese de doutorado).
- VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol.1. p.347-385.
- VILLELA, Clarisse Martins. *Hospícios da Terra Santa no Brasil*. São Paulo: FAU-USP, 2015. (Tese de Doutorado em História da Arquitetura).
- WEATHERILL, Lorna. *Consumer Behaviour & Material Culture in Britain 1660 – 1760*. London-New York: Routledge, 1988.
- WEIMER, Güter. *Inter-relações Afro-Brasileiras na Arquitetura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- WILSON, Bee. *Pense no Garfo! Uma história da cozinha e de como comemos*. São Paulo: Ed. Zahar, 2010.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Maloqueiros e seus Palácios de Barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista*. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia / USP, 2005. (Tese de Doutorado)
- ZARANKIN, Andrés. Arqueologia de la Arquitetura: Another Brick in The Wall. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: Suplemento, 1999.
- ZARANKIN, Andrés. *Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires*. Campinas: UNICAMP, 2001. (Tese de Doutorado)
- ZARANKIN, Andrés. *Vivienda Familiar y sistema capitalista: una lectura arqueológica*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997 (Dissertação de mestrado).

Anexos

Legenda para a leitura das Pranchas



Índices de Blanton

Índice de escala = quantidade de cômodos (nós)

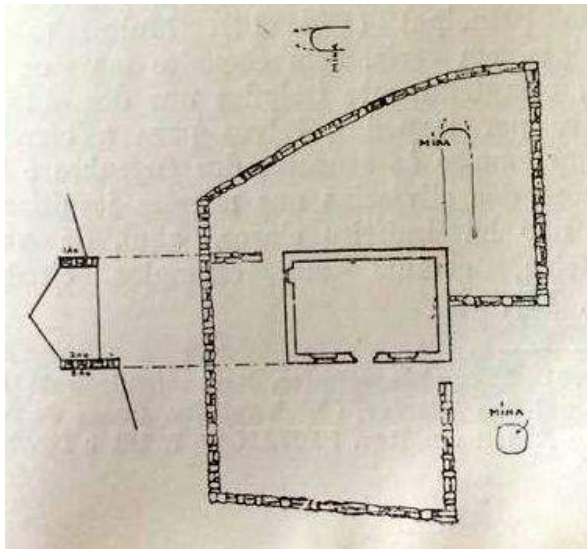
Índice de integração = quantidade de conexões/quantidade de cômodos (nós)

Índice de complexidade A = quantidade de conexões entre os cômodos (nós)

Índice de complexidade B = acessibilidade de cada cômodo (nó) ao exterior (soma de número de vãos atravessados para sair da casa de cada cômodo)/dividido pelo número total de cômodos (índice de escala)

Fonte: ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Op. Cit.* (2005), prancha 45. (Alterações do autor).

Prancha 1 - Análise Gamma de Casa 1 - Morro da Queimada
- Ouro Preto (c. 1700)

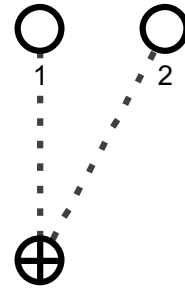
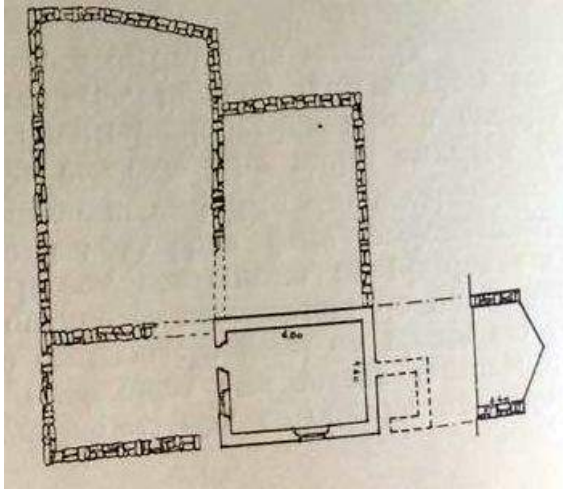


Casa no Morro da Queimada - Ouro Preto
(Fonte: VASCONCELLOS, 1956, p. 187)

c.1700 - Morro da Queimada 1- Índices de Blanton

Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
1	1,000	1	1,000

Prancha 2 - Análise Gamma de Casa 2 - Morro da Queimada
- Ouro Preto (c. 1710)



Casa no Morro da Queimada - Ouro Preto
(Fonte: VASCONCELLOS, 1956, p. 187)

1710 - Morro da Queimada 2 - Índices de Blanton

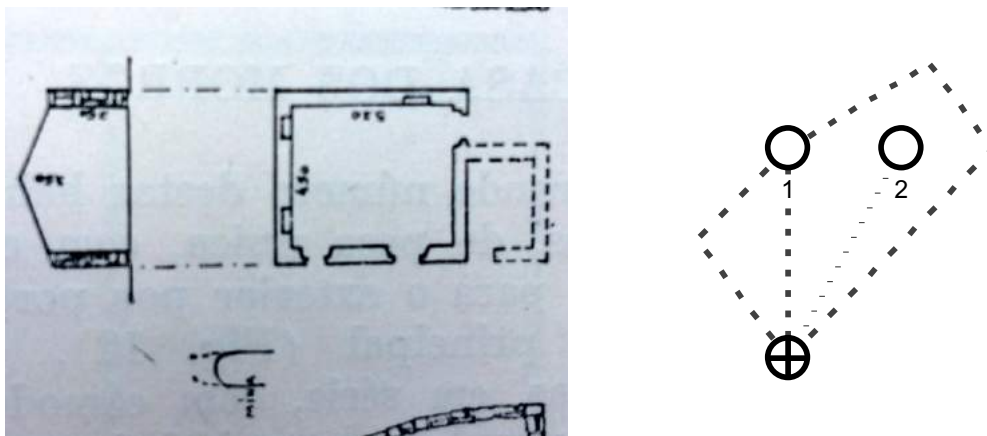
Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
2	1,000	2	1,000

Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	2

Nº de Conexões	Ocorrências
1	2

Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	1	1
2	1	1
Total	2	2

Prancha 3 - Análise Gamma de Casa 3 - Morro da Queimada
- Ouro Preto (c. 1715)



Casa no Morro da Queimada - Ouro Preto
(Fonte: VASCONCELLOS, 1956, p. 187)

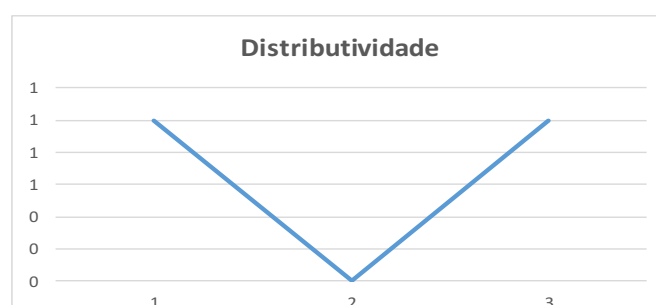
1715 - Morro da Queimada 3 - Índices de Blanton

Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
2	2,000	4	1,000

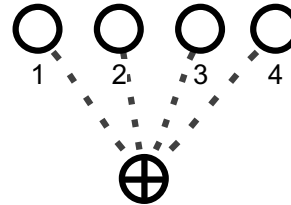
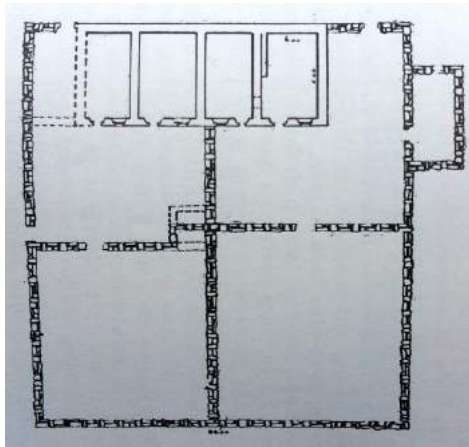
Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	2
	2

Nº de Conexões	Ocorrências
1	1
2	0
3	1
	2

Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	1	3
2	1	1
Total	2	4



Prancha 4 - Análise Gamma de Casa 4 - Morro da Queimada
- Ouro Preto (c. 1720)



Casa no Morro da Queimada - Ouro Preto
(Fonte: VASCONCELLOS, 1956, p. 189)

1720 - Morro da Queimada 4 - Índices de Blanton

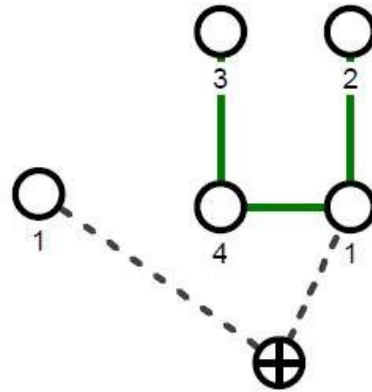
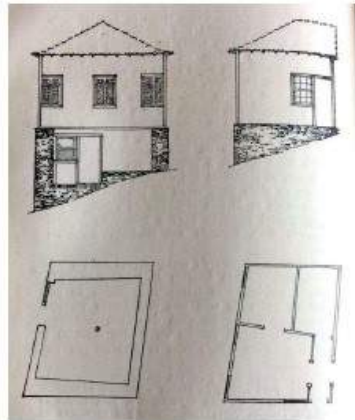
Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
4	1,000	4	1,000

Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	4

Nº de Conexões	Ocorrências
1	4
	4

Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	1	1
2	1	1
3	1	1
4	1	1
Total	4	4

Prancha 5 - Análise Gamma de Casa Urbana de Porão Alto - Ouro Preto (c. 1725)



Casa Porão Alto, Rua do Pilar nº 26 - Ouro Preto (Fonte: VASCONCELLOS, 1956, p. 204)



Fachada lateral e frontal - Casa Porão Alto, Rua do Pilar, nº 26 - Ouro Preto. (Foto do autor, 2019)

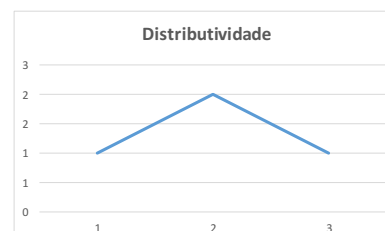
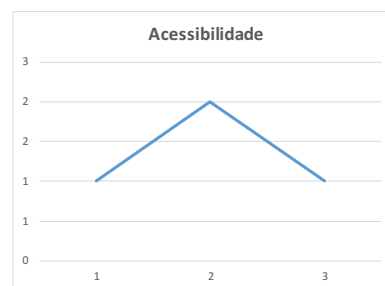
c.1725 - Casa de Porão Alto - Índices de Blanton

Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
4	1,000	4	2,000

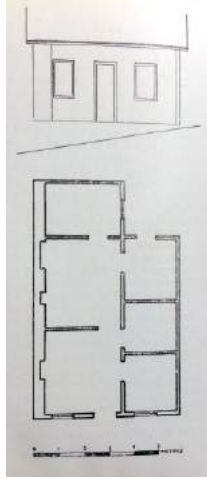
Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	1
2	2
3	1
	4

Nº de Conexões	Ocorrências
1	1
2	2
3	1
	4

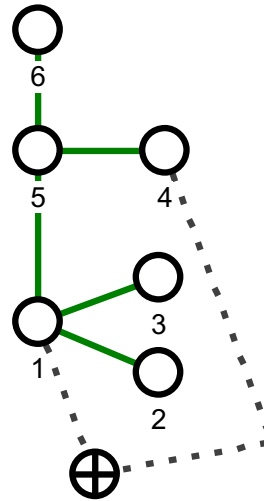
Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	1	3
2	2	2
3	3	1
4	2	2
Total	8	8



Prancha 6 - Análise Gamma de Casa Urbana Térrea - Ouro Preto (c. 1735)



Casa Urbana Térrea - Ouro Preto (Fonte: VASCONCELLOS, 1956, p. 196)



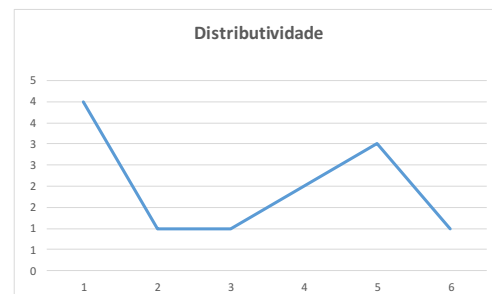
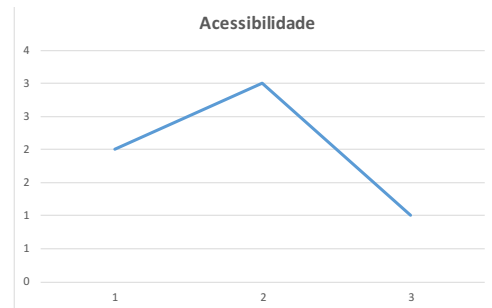
c. 1735 - Casa Térrea - Índices de Blanton

Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
6	1,167	7	1,833

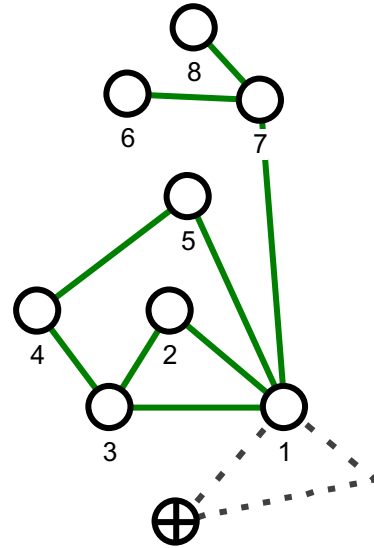
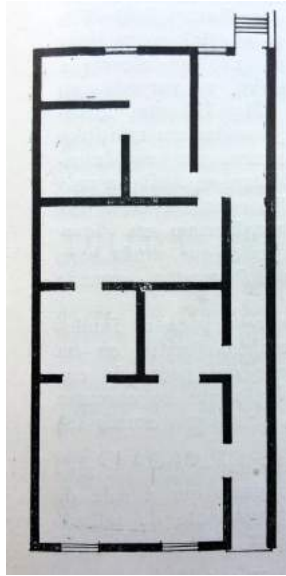
Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	2
2	3
3	1
	6

Nº de Conexões	Ocorrências
1	4
2	1
3	1
4	2
5	3
6	1
	12

Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	1	4
2	2	1
3	2	1
4	1	1
5	2	3
6	3	1
Total	11	11



Prancha 7 - Análise Gamma de Casa Urbana Térrea - Ouro Preto (c. 1737)



Casa Urbana Térrea - Ouro Preto (Fonte: VASCONCELLOS, 1956, p. 199, figura 18)

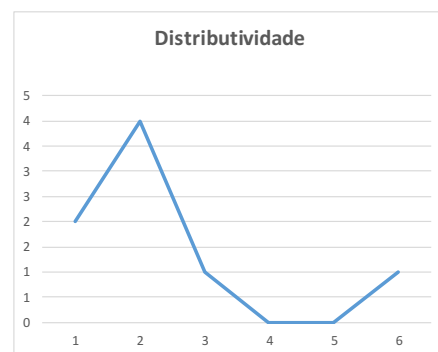
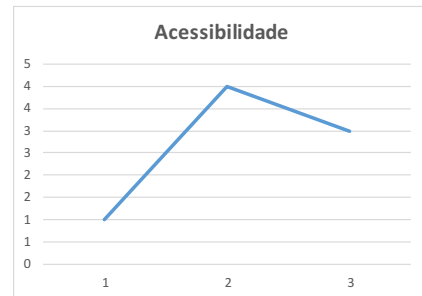
c. 1737 - Casa Térrea Urbana - Índices de Blanton

Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
8	1,375	11	2,250

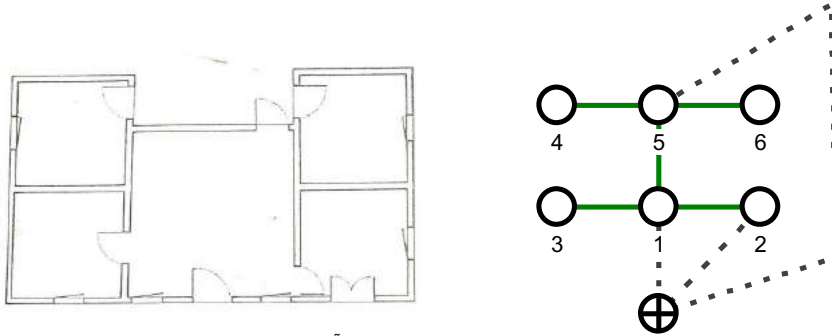
Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	1
2	4
3	3
	8

Nº de Conexões	Ocorrências
1	2
2	4
3	1
4	0
5	0
6	1
	8

Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	1	6
2	2	2
3	2	3
4	3	2
5	2	2
6	3	1
7	2	2
8	3	1
Total	18	19



Prancha 8 - Análise Gamma da "Quinta do Sumidouro" - Pedro Leopoldo (MG) (c. 1740)



VELOSO, Tânia Pôrto Guimarães; GUIMARÃES, Carlos Magno. Et. Al. Op. Cit. (1992), anexos.



Fotografia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Casa_Fernao_Dias.jpg (acesso, 17 de julho de 2019)

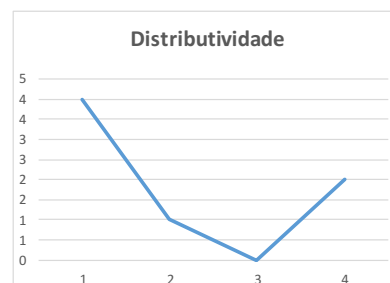
c. 1740 - Quinta do Sumidouro - Índices de Blanton

Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
6	1,167	7	1,500

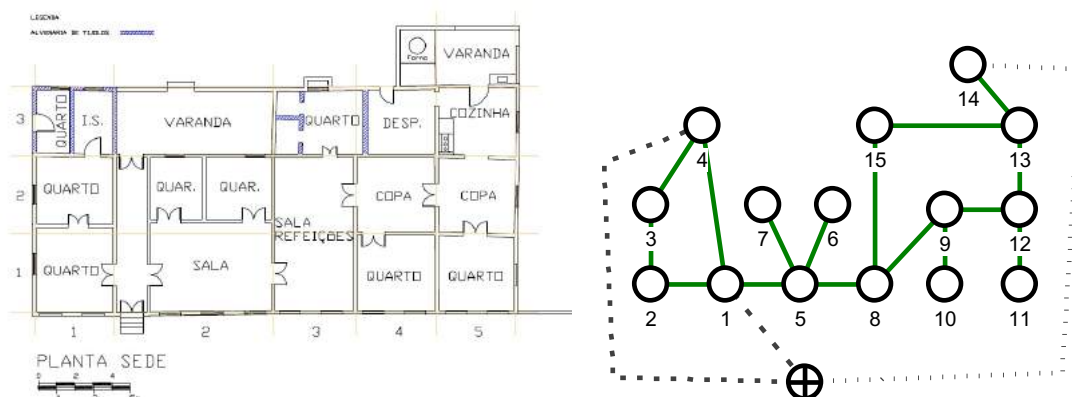
Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	3
2	3
3	1
	7

Nº de Conexões	Ocorrências
1	4
2	1
3	0
4	2
	7

Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	1	4
2	1	2
3	2	1
4	2	1
5	1	4
6	2	1
Total	9	13



Prancha 9 - Análise Gamma da Fazenda Vereda - Esmeraldas (MG) (c. 1741)



CARVALHO, Elizabeth Sales de. Op. Cit. (2013), p. 553.



Fotografia de Paulo Pimentel, disponível em: http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoApresentacao.aspx?cod_destino=357 (acesso, julho de 2019).

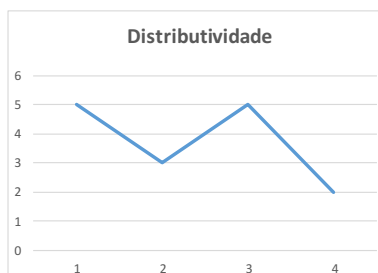
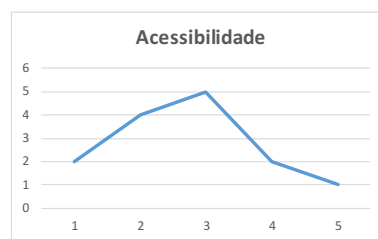
1741 - F. Vereda - Índices de Blanton

Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
15	1,133	17	2,600

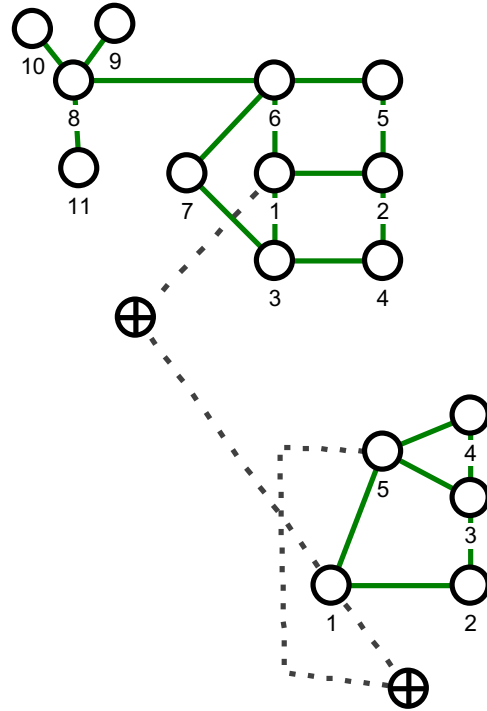
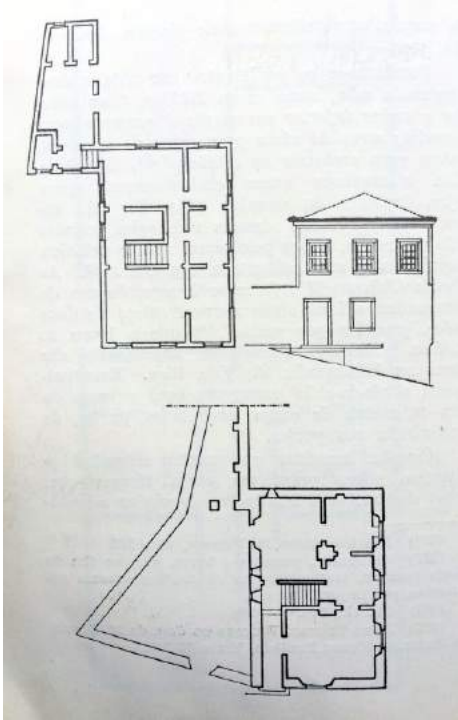
Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	2
2	4
3	5
4	2
5	1
Total	14

Nº de Conexões	Ocorrências
1	5
2	3
3	5
4	2
Total	15

Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	1	4
2	2	2
3	2	2
4	1	3
5	2	4
6	3	1
7	3	1
8	3	3
9	4	3
10	5	1
11	4	1
12	3	3
13	2	3
14	1	1
15	3	2
Total	39	34



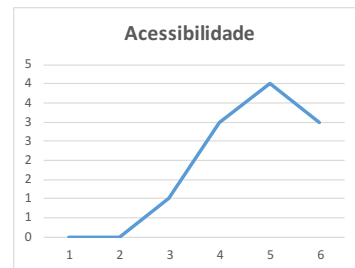
Prancha 10 - Análise Gamma de Sobrado Urbano - Ouro Preto (MG) (c. 1760)



Sobrado Urbano - Ouro Preto (Fonte: VASCONCELLOS, 1956, p. 208)

Índices de Blanton

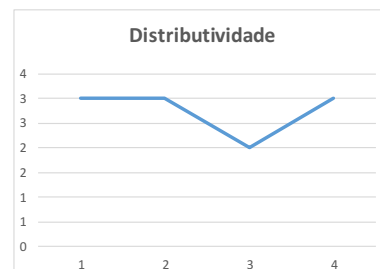
Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
11	1,182	13	4,818



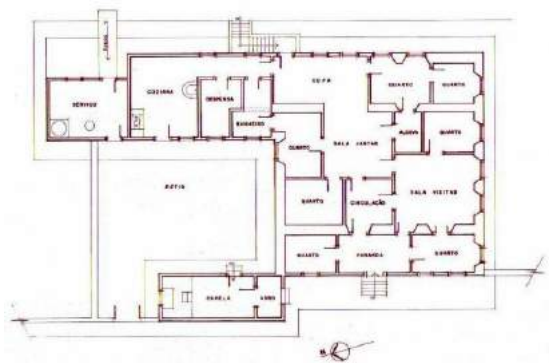
Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	0
2	0
3	1
4	3
5	4
6	3
11	

Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	3	4
2	4	3
3	4	3
4	5	2
5	5	2
6	4	4
7	5	2
8	5	4
9	6	1
10	6	1
11	6	1
Total	53	27

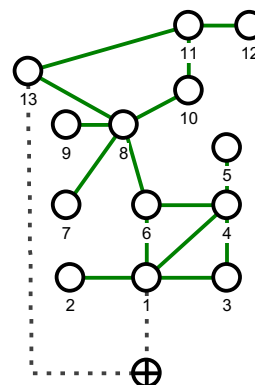
Nº de Conexões	Ocorrências
1	3
2	3
3	2
4	3
11	



Prancha 11 - Análise Gamma da Fazenda São Miguel -
Ritópolis (MG) (c. 1770)



MARTINS, Helena Teixeira. Op. Cit. (1998), p. 78.



Fotografia Vladimir Benincasa, 2010.

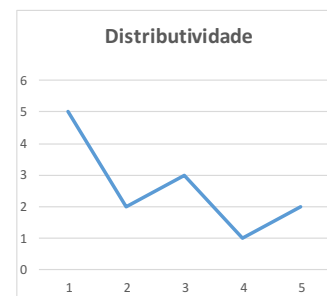
c. 1770 - F. São Miguel - Índices de Blanton

Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
13	1,231	16	2,231

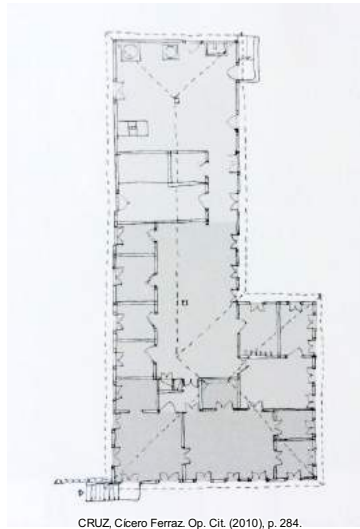
Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	2
2	6
3	5
	13

Nº de Conexões	Ocorrências
1	5
2	2
3	3
4	1
5	2
	13

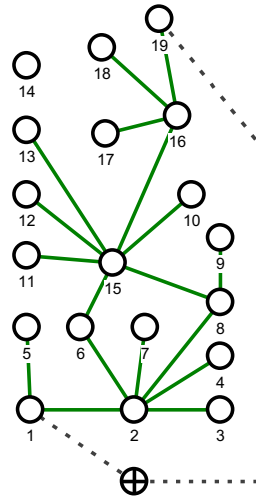
Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	1	5
2	2	1
3	2	2
4	2	4
5	3	1
6	2	3
7	3	1
8	2	5
9	3	1
10	3	2
11	2	3
12	3	1
13	1	3
Total	29	32



Prancha 12 - Análise Gamma da Fazenda Água Limpa - Pedralva (MG) (c. 1793)



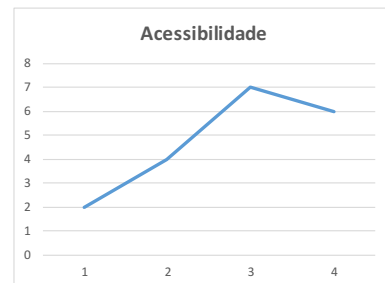
CRUZ, Cicero Ferraz. Op. Cit. (2010), p. 284.



CRUZ, Cicero Ferraz. Op. Cit. (2010), p. 283

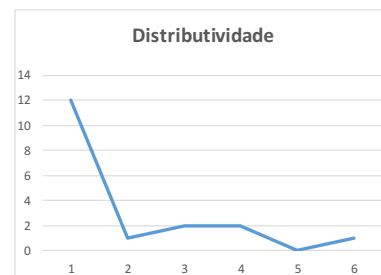
1793 - F. Água Limpa - Índices de Blanton

Índice de Escala	Índice de Integração	Índice de Complexidade A	Índice de Complexidade B
19	1,105	21	2,895



Nº de Vãos Transpostos	Ocorrências
1	2
2	4
3	7
4	6
	19

Cômodo	Acessibilidade	Quantidades de Conexões
1	1	4
2	2	6
3	3	1
4	3	1
5	2	1
6	2	3
7	3	1
8	3	3
9	4	1
10	4	1
11	4	1
12	4	1
13	4	1
14	4	1
15	3	8
16	2	4
17	3	1
18	3	1
19	1	2
Total	55	42



Nº de Conexões	Ocorrências
1	12
2	1
3	2
4	2
5	0
6	1
7	0
8	1
	19